MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO
EXERCÍCIO DE 2018

BRASÍLIA-DF

2019

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do Exército Brasileiro do exercício de 2018, apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal de 1988, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 170/2018, da DN TCU nº 172/2018, da Portaria TCU nº 369/2018 e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA-DF

2019

LISTA DE ABREVIATURAS

AAAe – Artilharia Antiaérea
ACE – Alto Comando do Exército
AGRiC – Assessorias de Gestão de Riscos e Controles
AMAN– Academia Militar das Agulhas Negras
AO – Ação Orçamentária
Atv – Atividade
AS – América do Sul
Av Ex – Aviação do Exército
Bda – Brigada
BDGEX – Banco de Dados Geográfico do Exército
BID – Base Industrial de Defesa
C & T – Ciência e Tecnologia
C Mil A - Comando Militar de Área
C,T&I – Ciência, Tecnologia e Inovação
CAM – Certificado de Alistamento Militar
CAvEx – Comando de Aviação do Exército
CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos
CCIEx – Centro de Controle Interno do Exército
CCOMGEx – Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército
CComSEx– Centro de Comunicação Social do Exército
CCOp – Centro de Coordenação de Operações
CCOp Fixo – Centro de Coordenação de Operações Fixo
CDCiber – Centro de Defesa Cibernética
CDS – Centro de Desenvolvimento de Sistemas
CFC –Conselho Federal de Contabilidade
CFC – Curso de Formação de Cabos
CFST – Curso de Formação de Sargento Temporário
CGRiCEx – Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército
CGU – Controladoria-Geral da União
CIAvEx – Centro de Instrução de Aviação do Exército
CITEX – Centro Integrado de Telemática do Exército
Cmdo Ex – Comando do Exército
CMO – Comando Militar do Oeste
Cmt – Comandante
Cmt Ex – Comandante do Exército
COLOG – Comando Logístico
ComDCiber – Comando de Defesa Cibernética
COMSIC –Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
CONSEF – Conselho Superior de Economia e Finanças
CONSURT – Conselho Superior de Racionalização e Transformação
CONTIEx – Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército
COTER – Comando de Operações Terrestres
Cpcd – Capacidade
CRMI – Comissão Mista de Reavaliação de Informações
CSPFA – Comissões de Seleção Permanente das Forças Armadas
CTA – Centro de Telemática de Área
D Cont –Diretoria de Contabilidade

DA Ae – Defesa Antiaérea
DA Ae – Defesa Antiaérea
DA Ae F Ter – Defesa Antiaérea da Força Terrestre
DCT – Departamento de Ciência e Tecnologia
DEC – Departamento de Engenharia de Construção
DECEx – Departamento de Educação e Cultura do Exército
DGO – Diretoria de Gestão Orçamentária
DGP – Departamento Geral do Pessoal
DMT – Doutrina Militar Terrestre
DOM – Diretoria de Obras Militares
DPIMA – Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente
DQBRN – Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear
DSG – Diretoria de Serviço Geográfico
EAS – Estágio de Adaptação e Serviço
EB – Exército Brasileiro
EBCORP – Base de Dados Corporativa do Exército Brasileiro
EBCT – Estágio Básico de Cabo Temporário
EBNet – Rede Corporativa do Exército
EBST – Estágio Básico de Sargento Temporário
EE – Estabelecimento de Ensino
EGRiC – Equipe de Gestão de Riscos e Controle
EGRICEx – Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército
EIC – Estágio de Instrução Complementar
EICEM – Estágio de Instrução Complementar de Engenheiro Militar
EIPOT – Estágio de Instrução e de Preparação para Oficiais Temporários
EIS – Estágio de Instrução e Serviço
EMCFA – Estado–Maior Conjunto das Forças Armadas
EME – Estado–Maior do Exército
END – Estratégia Nacional de Defesa
EPEx – Escritório de Projetos do Exército
EsSA– Escola de Sargentos das Armas
EsSLog– Escola de Sargentos de Logística
EST – Estágio de Serviço Técnico
F Ex – Fundo do Exército
FQI – Ficha de Qualificação do Indicador
F Ter – Força Terrestre
F Ter – Força Terrestre
FA – Forças Armadas
FAB– Força Aérea Brasileira
FORPRON – Forças de Prontidão
FQI – Fichas de Qualificação de Indicador
GCALC – Grupos de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos
Gen Bda – General de Brigada
Gen Div – General de Divisão
Gen Ex – General de Exército
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
IC – Indicadores de Composição
ICFEx – Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército
IG – Instrução Geral

IMBEL – Indústria de Material Bélico do Brasil
IME – Instituto Militar de Engenharia
IN – Instrução Normativa
IR – Indicadores de Resultados
IT – indicadores de tendência
LAI – Lei de Acesso à Informação
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA – Lei Orçamentária Anual
MB– Marinha do Brasil
MD – Ministério da Defesa
MEM – Material de Emprego Militar
MPOG – Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
NGE–Necessidades Gerais do Exército
OADI – Órgãos de Assessoramento Direto e Imediato
OAP – Obus Autopropulsado sobre Rodas
ODG – Órgão de Direção Geral
ODOp – Órgão de Direção Operacional
ODS– Órgão de Direção Setorial
OEE – Objetivo Estratégico do Exército
OM – Organização Militar
OMDS– Organizações Militares Diretamente Subordinadas
OMS – Organização Militar de Saúde
PCM – Plano de Obtenção de Capacidades Materiais
PDOM – Plano Diretor das Organizações Militares da Aviação
PEE– Projetos Estratégicos do Exército
PEEDCiber – Projeto Estratégico do Exército Defesa Cibernética
PEEx –Planejamento Estratégico do Exército
PEF – Pelotão Especial de Fronteira
PEREX – Plano Estratégico de Reestruturação do Exército
Pgr EE DCiber – Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética
PGR/EB – Política de Gestão de Riscos do Exército
PLOA –Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMT – Política Militar Terrestre
PNR – Próprio Nacional Residencial
PO – Proposta Orçamentária
PO – Planos Orçamentários
PPA – Plano Plurianual
Prg EE – Programa Estratégico do Exército
Prg EE Av Ex – Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército
Prg EE DA Ae – Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea
Prg EE OCOP–Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena
Prg EE PROTEGER– Programa Estratégico Proteção da Sociedade
PRisC – Proprietários de Riscos e Controles
PRM – Postos de Recrutamento e Mobilização
PRODE – Produtos de Defesa
QGEx – Quartel General do Exército
QO – Quadro de Organização
RAE – Reunião de Análise Estratégica
RM – Região Militar

SAD – Sensoriamento e apoio à decisão
SC²Ex – Sistema de Comando e Controle do Exército
SCC – Sistema de Comando e Controle
SCMB – Sistema Colégio Militar do Brasil
SEF – Secretaria de Economia e Finanças
SERMILMOB – Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização
SGD – Sistema de Gestão de Desempenho
SGEx – Secretaria–Geral do Exército
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAPPES – Sistema Automático de Pagamento de Pessoal
SIC – Segurança da Informação e Comunicações
SIC – Sistema de Informações de Custos
SICOMEx – Sistema de Comunicações do Exército
SIDOMT – Sistema de Doutrina Militar Terrestre
SIGAEB – Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro
SIGA–Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário
SIGELEx – Sistema de Guerra Eletrônica do Exército
SIGPIMA – Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e de Meio Ambiente
SIMATEx– Sistema de Material do Exército
SINFOEx – Sistema de Informação do Exército
SINFOTER –Sistema de Informações Operacionais Terrestre
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPEC –Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIPEO – Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária
SIPLEx – Sistemática de Planejamento Estratégico do Exército
SisCEx – Sistema Cultural do Exército
SISCOFIS– Sistema de Controle Físico
SISCUSTOS –Sistema Gerencial de Custos do Exército
SISEMP – Sistema de Emprego
SISOMT– Sistema Operacional Militar Terrestre
SISPREPARO –Sistema de Preparo da Força Terrestre
SISPRON –Sistema de Prontidão da Força Terrestre
SisTEx – Sistema de Telemática do Exército
SMDC – Sistema Militar de Defesa Cibernética
SMDO – Sistema de Medição do Desempenho Organizacional
SMEM – Sistemas e Materiais de Emprego Militar
SRE – Sistema de Retribuição no Exterior
STN– Secretaria do Tesouro Nacional
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UA – Unidade Administrativa
UG – Unidade Gestora
UGE – Unidade Gestora Executora
UGI – Unidade de Gestão da Integridade
UGR – Unidade Gestora Responsável
UNPCRS– *United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System*
UO – Unidade Orçamentária

UPC – Unidade Prestadora de Contas
VBR – Viatura Blindada de Reconhecimento
VBTP – Viatura Blindada de Transporte de Pessoal
VOT – Visita de Orientação Técnica
Vtr – Viatura

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura organizacional do EB..... 4
Figura 2 - Cadeia de Valor Agregado do EB..... 14
Figura 3 - Metodologia do SIPLEx..... 21
Figura 4 - Construção do Mapa Estratégico..... 22
Figura 5 - Modelo de Governança Corporativa do Cmdo Ex..... 30
Figura 6 - Mídias Sociais por Assunto..... 33
Figura 7 - Demandas do Fale Conosco 2018..... 36
Figura 8 - Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) – 2018..... 39
Figura 9 - Índices da Gestão 42
Figura 10 - Medição dos índices da Gestão..... 42
Figura 11 - Desempenhos globais do OEE 001..... 43
Figura 12 - Desempenhos globais do OEE 002..... 43
Figura 13 - Desempenhos globais do OEE 003..... 43
Figura 14 - Desempenhos globais do OEE 004..... 43
Figura 15 - Desempenhos globais do OEE 005..... 44
Figura 16 - Desempenhos globais do OEE 006..... 44
Figura 17 - Desempenhos globais do OEE 007..... 44
Figura 18 - Desempenhos globais do OEE 008..... 45
Figura 19 - Desempenhos globais do OEE 009..... 45
Figura 20 - Desempenhos globais do OEE 010..... 45
Figura 21 - Desempenhos globais do OEE 011..... 45
Figura 22 - Desempenhos globais do OEE 012..... 46
Figura 23 - Desempenhos globais do OEE 013..... 46
Figura 24 - Desempenhos globais do OEE 014..... 46
Figura 25 - Desempenhos globais do OEE 015..... 46
Figura 27 - Orçamento Planejado x Orçamento Autorizado – Astros 2020..... 52

Figura 28 - Cronograma Inicial x Cronograma Atual – Astros 2020..... 52
Figura 29 - Evolução da dotação 2018 – Astros 2020..... 53
Figura 30 - Orçamento Planejado x Orçamento Autorizado– Guarani..... 60
Figura 31 - Cronograma Inicial x Cronograma Atual – Guarani..... 61
Figura 32 - Evolução da dotação 2018 – Guarani..... 62
Figura 33 - Orçamento Planejado x Orçamento Autorizado – SISFRON..... 71
Figura 34 - Cronograma Inicial x Cronograma Atual –SISFRON..... 71
Figura 35 - Orçamento Planejado x Orçamento Autorizado–Defesa Antiaérea..... 81
Figura 36 - Cronograma Inicial x Cronograma Atual–Defesa Antiaérea..... 81
Figura 37 - Evolução da dotação 2018 –Defesa Antiaérea..... 82
Figura 38 - Orçamento Planejado x Orçamento Autorizado–Defesa Cibernética..... 89
Figura 39 - Cronograma Inicial x Cronograma Atual–- Defesa Cibernética..... 89
Figura 40 - Evolução da dotação 2018 –Defesa Cibernética..... 90
Figura 41 - Orçamento Planejado x Orçamento Autorizado–Proteger..... 97
Figura 42 - Cronograma Inicial x Cronograma Atual –Proteger..... 98
Figura 43 - Evolução da dotação 2018 –Proteger..... 99
Figura 44 - Orçamento Planejado x Orçamento Autorizado– Aviação do Exército..... 106
Figura 45 - Cronograma Inicial x Cronograma Atual –Aviação do Exército..... 107
Figura 46 - Evolução da dotação 2018 –Aviação do Exército..... 108
Figura 47 - Planejado x Autorizado x Executado – Sentinela da Pátria– 2015 a 2108..... 113
Figura 48 - Planejado x Autorizado x Executado – Amazônia Protegida – 2015 a 2108..... 122
Figura 49 - Execução Orçamentária OCOP – 2013 a 2018 133
Figura 50 - Planejamento Original x Planejamento Atual – OCOP..... 133
Figura 51 - Variação dos Efetivos fixados em Decreto..... 167
Figura 52 - Planos de Cursos..... 169
Figura 53 - Incorporação de imóveis em 2018..... 176
Figura 54 - Desincorporação de imóveis em 2018..... 177
Figura 55 - Estrutura de Governança de TI..... 179
Figura 56 - Gastos de TI por Cadeia de Valor..... 180
Figura 57 - Gastos de TI por Natureza de Despesa..... 180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas do Exército Brasileiro..... 5

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos..... 15

Quadro 3 - Macroprocessos Gerenciais..... 15

Quadro 4 - Macroprocessos de Suporte/ Gestão Interna..... 15

Quadro 5 - Ciclo de Planejamento..... 18

Quadro 6 - Estratégias/Ações Estratégicas..... 24

Quadro 7 - Atendimento por Assunto – 2018..... 33

Quadro 8 - Avaliação das Mensagens Recebidas – 2018..... 34

Quadro 9 - Acessos mensais ao sítio do EB, em 2017 / 2018..... 34

Quadro 10 - Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) – 2018..... 35

Quadro 11 - Demandas do "FALE CONOSCO" 2018..... 36

Quadro 12 - Pesquisas de Opinião (2013-2017)..... 37

Quadro 13 - Indicadores de Desempenho..... 142

Quadro 14 - Gestão orçamentária e financeira..... 161

Quadro 15 - Legislação Básica para Gestão do Pessoal..... 164

Quadro 16 - Efetivos da ativa por postos..... 165

Quadro 17 - Efetivos por tipo de OM..... 166

Quadro 18 - Efetivo por idade..... 166

Quadro 19 - Efetivos por situação funcional..... 166

Quadro 20 - Efetivos por gênero..... 166

Quadro 21 - Efetivo por cor da pele..... 166

Quadro 22 - Matrículas nas Escolas Militares..... 167

Quadro 23 - Servidores Civis..... 168

Quadro 24 - Custo de Pessoal..... 172

Quadro 25 - Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos..... 173

Quadro 26 - Despesas por Modalidade de Contratação..... 174

Quadro 27 - Montante de recursos aplicados em TI..... 179

Quadro 28 - Contratações de TI 2018..... 181

Quadro 29 - Principais iniciativas e resultados de TI..... 182

Quadro 30 - Demonstrativo do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno.... 190

Quadro 31 - Comparativo de determinações e recomendações..... 191

LISTA DE ANEXOS

Anexo	I -	Demonstrações Contábeis (Notas Explicativas e Declaração do Contador)
Anexo	II -	Declaração de Integridade do Relato Integrado
Anexo	III -	Relatório Espelho do monitoramento simplificado do PPA 2016 - 2019
Anexo	IV -	Rol dos Responsáveis (Inserido em separado no e-Contas)
Anexo	V -	Relatório de Instância ou Área de Correição (Inserido em separado no e-Contas)

Sumário

1. Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo 3

1.1 Identificação da UPC 3
1.2 Missão e visão 3
1.3 Estrutura Organizacional 4
1.4 Ambiente Externo 11
1.4.1. Ameaças e Oportunidades 11
1.5 Modelo de Negócios (Cadeia de Valor) 14

2. planejamento estratégico e governança 18

2.1 Planos e principais objetivos estratégicos para implementar as prioridades estratégicas da gestão 18
2.1.1 Plano estratégico do Exército (PEEx) 18
2.1.2 Principais objetivos estratégicos da unidade para o Exercício de 2018 23
2.1.3 Estratégias adotadas pela unidade para atingir os objetivos estratégicos e tratamento dos riscos envolvidos 24
2.2 Descrição das estruturas de governança 30
2.2.1 Instâncias internas de governança 30
2.2.2 Instâncias internas de apoio à governança 31
2.2.3 Instâncias externas de governança 32
2.3 Principais canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas 32
2.3.1.Canais de acesso do cidadão ao órgão 32
2.3.2 Registros de dados gerenciais e estatísticos 32
2.3.4 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários 37
2.3.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos e serviços 37

3. gestão de riscos e controles internos 37

3.1 Principais riscos e sua vinculação com os objetivos estratégicos 37
3.2 Medidas específicas de gerenciamento dos riscos significativos 41

4. resultados da gestão 42

4.1 Resultados alcançados frente aos objetivos estratégicos 43
4.1.1.**OEE 01** – Contribuir com a dissuasão extra-regional: 43
4.1.2. **OEE 02** – Ampliar a projeção do exército no cenário internacional: 43
4.1.3. **OEE 03** – Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social: 43
4.1.4. **OEE 04** –Atuar no espaço cibernético com liberdade de ação**:** 43
4.1.5. **OEE 05** – Aperfeiçoar o sistema operacional militar terrestre**:** 44
4.1.6. **OEE 06** – Manter atualizado o sistema de doutrina militar terrestre: 44
4.1.7. **OEE 07** – Aprimorar a gestão estratégica de tecnologia da informação, comunicações e geoinformação: 44
4.1.8. **OEE 08** – Aperfeiçoar o sistema logístico militar terrestre: 45
4.1.9. **OEE 09** –Aperfeiçoar o sistema de ciência, tecnologia e inovação do exército(sctiex)**:** 45
4.1.10. **OEE 010** – Aumentar a efetividade na gestão do bem público**:** 45
4.1.11. **OEE 011** – Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar**:** 45
4.1.12. **OEE 012 – A**perfeiçoar o sistema de educação e cultura**:** 46
4.1.13. **OEE 013** –Fortalecer a dimensão humana**:** 46
4.1.14. **OEE 014** – Ampliar a integração do exército à sociedade**:** 46
4.1.15. **OEE** 015 -Maximizar a obtenção de recursos do orçamento e de outras fontes**:** 46
4.2 Principais programas integrantes do Portfólio Estratégico do Exército (PTF EE) 47
4.2.1 Astros 2020 48
4.2.2 Guarani 55
4.2.3 Sistema integrado de monitoramento de fronteiras (sisfron) 64

4.2.4 Defesa antiaérea 74
4.2.5 Defesa cibernética 84
4.2.6 Proteção da sociedade 92
4.2.7 Aviação do exército 101
4.2.8 Modernização operacional do exército brasileiro 110
planejamento estratégico e governança 111
4.2.9 Aprestamento do Exército 123
4.2.10 Obtenção da Capacidade Operacional Plena (Prg EE OCOP) 128
4.2.11 Benefícios à sociedade dos programas estratégicosdo exército 136
4.2.12 Benefícios socioeconômicos gerados pelos programas estratégicos 137
4.2.13 riscos advindos do não atendimento dos programas 139
4.3 Indicadores de desempenho quantificados e alinhados aos objetivos 141
4.4 Avaliação equilibrada dos objetivos alcançados e do desempenho em relação às metas 157
4.5 Monitoramento de metas não alcançadas 157
4.6 Justificativas para o resultado 157

5. Alocação de Recursos e Áreas Especiais de Gestão 159

5.1 Estratégia para alcançar os principais objetivos da UPC e planos de alocação de recursos para implementar essa estratégia no exercício 159
5.2 Demonstração da eficiência e da conformidade legal de áreas relevantes de gestão que contribuíram para o alcance dos resultados da upc no exercício, assim como principais desafios e ações futuras 160
5.2.1 Gestão Orçamentária e Financeira 161
5.2.2 Gestão de Pessoas 164
5.2.3 Gestão de Licitação e Contratos 173
5.2.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura 175
5.2.5 Gestão de Tecnologia da Informação 178
5.2.6 Gestão de Custos 185
5.2.7 Sustentabilidade Ambiental 187

6. outras informações relevantes 189

6.1 Resumo do processo para determinar a materialidade das informações e descrição dos limites do relato e de como o limite foi determinado 189
6.2 Tratamento das Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) *190*
6.3 Tratamento de determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União 191

MENSAGEM DO COMANDANTE DO EXÉRCITO

O Exército Brasileiro (EB), a Força Armada que detém o poder militar terrestre, como Instituição nacional e permanente, destinada à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, atua permanentemente em proveito dos objetivos nacionais de defesa, buscando contribuir para respaldar as decisões soberanas do Estado Brasileiro nos cenários interno e externo, compatível com a sua estatura político-estratégica no concerto das nações, onde cada vez mais o ambiente é volátil, incerto, complexo e ambíguo, e as relações internacionais são pautadas por um intrincado jogo de atores, interesses e normas, que estimulam ou limitam a capacidade de atuação dos Estados.

Emerge desse contexto, a missão síntese do Exército: "contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isto, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão." Isto posto, surge a imperiosa necessidade de manter a Força em constante processo de transformação, buscando evoluir de uma concepção da era industrial para a era do conhecimento. Esta transformação pressupõe uma Força com novas capacidades e competências, integrada por pessoal altamente capacitado, treinado e motivado, apta a empregar armamentos e equipamentos com alta tecnologia agregada e sustentada em uma doutrina autóctone, efetiva e em constante evolução.

A fim de bem conduzir o seu processo transformador, o Exército adota o Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx), que considera para o seu mister o arcabouço legal e normativo que rege a Instituição, além do estudo prospectivo de cenários, nacional e internacional, segundo metodologia própria. Disto, surgem as indicações, objetivos e a concepção estratégica, sendo o produto final o Plano Estratégico do Exército (PEEx). Os objetivos, estratégias, ações estratégicas e atividades constantes deste plano norteiam todas as ações do Exército, desde o Órgão de Direção Geral (ODG), o Estado-Maior do Exército, com a missão de coordenar, acompanhar, orientar e controlar, até os Órgãos de Direção Setorial (ODS), com o papel principal de implementação das diversas ações estratégicas definidas, hoje consubstanciadas também no portfólio dos programas estratégicos do Exército[1].

Nos últimos anos, a situação econômica brasileira comprovou uma tendência desfavorável, apontando para uma curva orçamentária decrescente, confirmada no ano em análise de 2018, fato agravado pelas imposições de limitação orçamentária advindas do novo regime fiscal, com fulcro na EC 95/2016, cujos limites individualizados sobre as despesas primárias para cada exercício, notadamente para as despesas discricionárias, atingem sobremodo as ações de transformação previstas no PEEx. Em função dessa realidade fiscal, o Exército como um todo tem tomado medidas adequadas e oportunas para, prioritariamente, manter a efetividade e a prontidão da Força Terrestre, foco de sua atuação, além do eficaz apoio à família militar.

[1] Disponível em:http://www.epex.eb.mil.br/images/pdf/revista_portfolio.pdf.

No horizonte antagônico que se apresentou em 2018, caracterizado, de um lado, pelo histórico orçamentário instável e contido, com viés de agravamento, e de outro, pelo imperioso intento de continuar o processo virtuoso de transformação do Exército, foi prudente conjugar o desejável com o possível, e nesse intento, estabelecer prioridades, como um verdadeiro fiel dessa balança, dirigindo o foco e os esforços da Instituição para racionalização austera e imediata em todos os níveis organizacionais, com a finalidade precípua de gerar economia pela redução drástica de custos e gastos. Esse esforço visa à alocação da primazia dos recursos humanos e materiais para o incremento do poder de combate da Força Terrestre, atividade-fim do Exército, bem como impulsionar e otimizar a valorização da carreira militar e a educação continuada dos recursos humanos, a fim de continuar a atrair e manter quadros de elevado valor profissional com reflexos para a família militar, os bens mais preciosos da Força.

Por fim, observa-se que a gestão do Exército Brasileiro se aperfeiçoa a cada dia, como se pretende demonstrar no relatório a seguir, tendo como seu maior desafio, atualmente, a superação das restrições orçamentárias, o incremento de técnicas modernas de gestão, baseadas em análise de riscos e medição *pari passu* do desempenho organizacional com o objetivo de correção de rumos tempestivamente, a efetiva racionalização, que corte gastos e reduza custos, em fiel observância à sua missão constitucional, conduzindo, por vezes não tão veloz como se queria, mas, ininterruptamente, o Processo de Transformação do Exército Brasileiro, com base na gestão eficaz do portfólio de programas estratégicos, a fim de se chegar a uma nova Força Terrestre, bem treinada, com prontidão elevada, espírito de corpo, forte poder de combate, reconhecida internacionalmente e com a confiança da sociedade brasileira.

General de Exército EDSON LEAL PUJOL
Comandante do Exército

1. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UPC
1.2 MISSÃO E VISÃO

A cada ciclo de planejamento estratégico integrado, faz-se uma revisão do texto da Missão, da Visão da instituição e da Cadeia de Valor Integrada. O atual ciclo abrange o período de 2016 a 2019, por tanto, no corrente ano está sendo processada a elaboração do Plano Estratégico para o período de 2020 a 2023. As competências do Ministério da Defesa estão fixadas em diversos dispositivos legais, com destaque para a Constituição Federal e para o Decreto de Estrutura.

O Exército Brasileiro é uma das três Forças Armadas Brasileiras e tem como missão contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.

A visão de futuro é concluir seu processo de transformação até o ano de 2022, quando chegará a uma nova doutrina, empregando produtos de defesa tecnologicamente avançados e profissionais capacitados e motivados. Dessa maneira, poderá enfrentar, com os meios adequados, os desafios do século XXI, respaldando as decisões soberanas do Brasil no cenário internacional.

Nesse contexto, a Portaria n° 1507-Cmt Ex, de 15 de dezembro de 2014 e a Portaria n° 295-EME, de 17 de dezembro de 2014, aprovaram, respectivamente, o Plano Estratégico do Exército 2016-2019 e a Diretriz de Racionalização Administrativa do Exército Brasileiro (EB20D-01.016), documentos onde constam, entre outros assuntos, os macroprocessos institucionais:

a) Macroprocesso Finalístico, no qual se destacam as Operações Terrestres;
b) Macroprocesso Gerencial, no qual se insere a Política e Estratégia Militar Terrestre; e
c) Macroprocesso de Suporte, com ênfase na Tecnologia e Gestão da Informação.

A fim de cumprir sua missão, o Exército Brasileiro está estruturado da seguinte maneira:

a) Comandante do Exército
b) Órgãos de Assessoramento Superior
c) Órgãos de Assistência Direta e Imediata
d) Órgão de Direção Geral (Estado-Maior do Exército)
e) Órgão de Direção Operacional (Comando de Operações Terrestres)
f) Órgãos de Direção Setorial
g) Comandos Militares de Área

1.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do EB é ampla e abrangente, conforme mostrado na Figura 1.

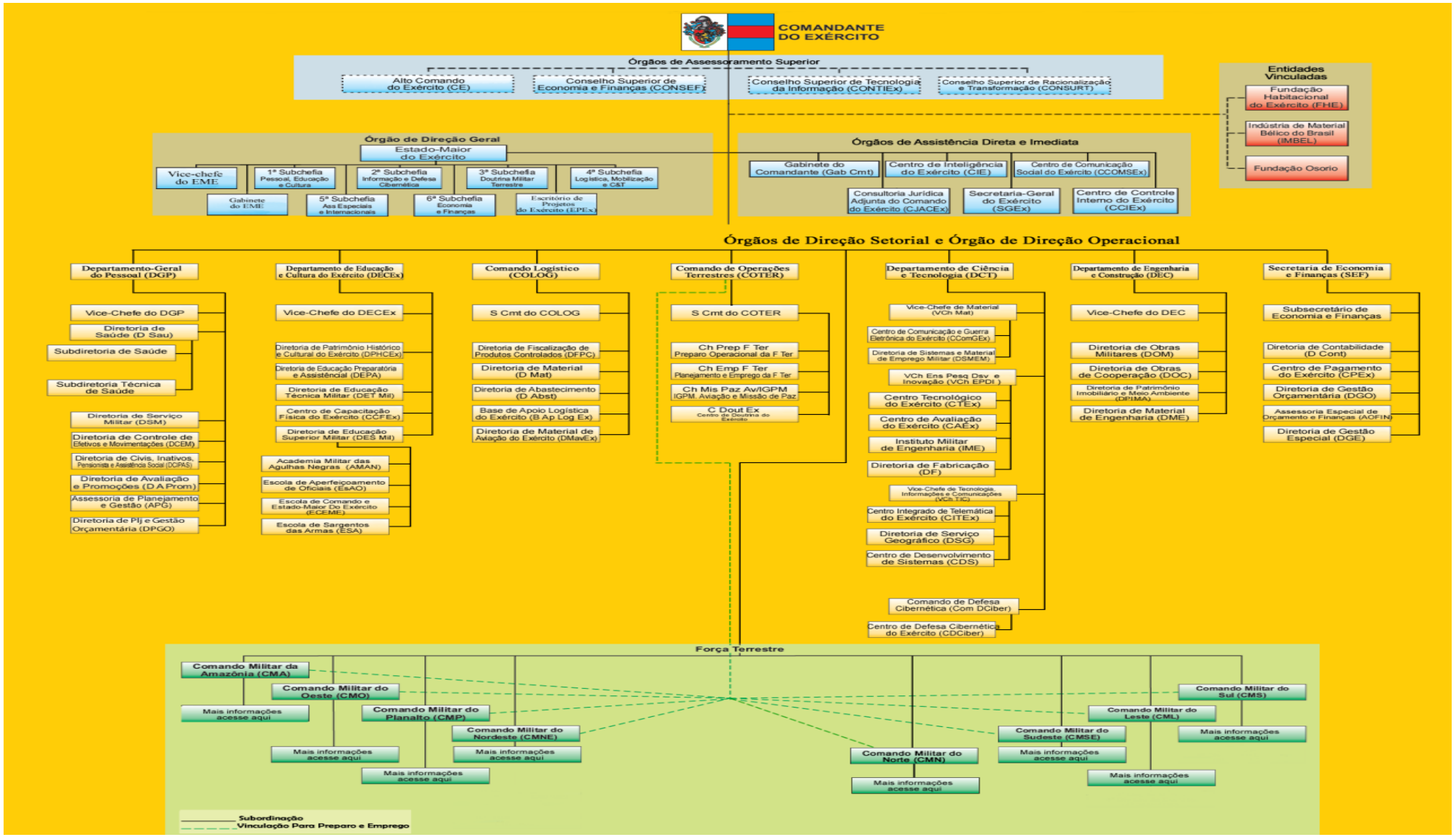


FIGURA 1

Quadro 1 - Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas do Exército Brasileiro

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular[1]	Cargo
Estado-Maior do Exército	Estudar, planejar, orientar, coordenar e controlar, no nível de direção geral, as atividades da Força, em conformidade com as decisões e diretrizes do Comandante do Exército.	Gen Ex PAULO HUMBERTO CÉSAR DE OLIVEIRA	Chefe do Estado-Maior do Exército
Departamento Geral do Pessoal	Planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades relacionadas com assistência social, assistência à saúde, assistência religiosa, promoções, cadastro e avaliação, direitos, deveres e incentivos, inativos e pensionistas, movimentação, pessoal civil e serviço militar.	Gen Ex ARTUR COSTA MOURA	Chefe do Departamento Geral do Pessoal
Departamento de Educação e Cultura do Exército	Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relativas à educação, à cultura, à educação física, aos desportos e à pesquisa científica nas áreas de defesa, ciências militares, doutrina e pessoal, excluídas as atividades de ensino voltadas para a Instrução Militar e para a Ciência, Tecnologia e Inovação.	Gen Ex MAURO CESAR LOURENA CID	Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular[1]	Cargo
Comando Logístico	Orientar e coordenar o apoio logístico ao preparo e emprego da Força Terrestre, prever e prover, no campo das funções logísticas de suprimento, manutenção e transporte, os recursos e os serviços necessários ao Exército e às necessidades de mobilização e coordenar as atividades de fiscalização de produtos controlados pelo Exército.	Gen Ex CARLOS ALBERTO NEIVA BARCELLOS	Comandante Logístico
Comando de Operações Terrestres	Orientar e coordenar o preparo e o emprego da Força Terrestre, em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas do Exército e do Estado-Maior do Exército.	Gen Ex JOSÉ LUIZ DIAS FREITAS	Comandante de Operações Terrestres
Departamento de Ciência e Tecnologia	Planejar, organizar, dirigir e controlar, no nível setorial, as atividades científicas, tecnológicas e de inovação no âmbito do Exército; orientar, normatizar e supervisionar a pesquisa, o desenvolvimento e a implementação das bases física e lógica do Sistema de Comando e Controle (SCC), de Guerra Eletrônica e de Defesa Cibernética do Exército; desenvolver, aperfeiçoar e avaliar os sistemas e programas corporativos de interesse do Exército; promover o fomento à indústria nacional, visando ao desenvolvimento e à produção de sistemas, produtos, tecnologias e serviços de defesa; prever e prover, nos campos das funções logísticas de suprimento e manutenção do material de comunicações e guerra eletrônica, os recursos e serviços necessários ao Exército e às exigências de mobilização dessas funções; e realizar a Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) do Exército Brasileiro.	Gen Div GLÁUCIO LUCAS ALVES	Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular[1]	Cargo
Departamento de Engenharia e Construção	Assegurar o efetivo e regular emprego da Engenharia Militar, em benefício do Exército e do Estado Brasileiro, realizando a gestão de Obras, Patrimônio, Meio Ambiente, Material e Operações de Engenharia.	Gen Ex CLAUDIO COSCIA MOURA	Chefe do Departamento de Engenharia e Construção
Secretaria de Economia e Finanças	Supervisionar e realizar as atividades de planejamento, acompanhamento e execução orçamentária, administração financeira, contabilidade e pagamento de pessoal, relativas aos recursos de qualquer natureza alocados ao Comando do Exército Brasileiro, atuando de forma proativa na gestão desses recursos.	Gen Ex MARCOS ANTONIO AMARO DOS SANTOS	Secretário de Economia e Finanças
Comando Militar da Amazônia	Conduzir atividades para o preparo e o emprego de suas Organizações Militares visando: à Defesa Externa; à Garantia da Lei e da Ordem e; ao atendimento de compromissos internacionais do Brasil - Manutenção da Paz-, mediante ordem. Cooperar com ações dos órgãos governamentais, com o desenvolvimento regional e contribuir para o bom relacionamento com os países fronteiriços no âmbito do Comando Militar da Amazônia.	Gen Ex CÉSAR AUGUSTO NARDI DE SOUZA	Comandante Militar da Amazônia

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular[1]	Cargo
Comando Militar do Norte	Conduzir atividades para o preparo e o emprego de suas Organizações Militares visando: à Defesa Externa; à Garantia da Lei e da Ordem e; ao atendimento de compromissos internacionais do Brasil - Manutenção da Paz-, mediante ordem. Cooperar com ações dos órgãos governamentais, com o desenvolvimento regional e contribuir para o bom relacionamento com os países fronteiriços no âmbito do Comando Militar do Norte.	Gen Ex PAULO SÉRGIO NOGUEIRA DE OLIVEIRA	Comandante Militar do Norte
Comando Militar do Nordeste	Conduzir atividades para o preparo e o emprego de suas Organizações Militares visando: à Defesa Externa; à Garantia da Lei e da Ordem e; ao atendimento de compromissos internacionais do Brasil - Manutenção da Paz-, mediante ordem. Cooperar com ações dos órgãos governamentais, com o desenvolvimento regional.	Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES	Comandante Militar do Nordeste
Comando Militar do Leste	Conduzir atividades para o preparo e o emprego de suas Organizações Militares visando: à Defesa Externa; à Garantia da Lei e da Ordem e; ao atendimento de compromissos internacionais do Brasil - Manutenção da Paz-, mediante ordem. Cooperar com ações dos órgãos governamentais, com o desenvolvimento regional.	Gen Ex WALTER SOUZA BRAGA NETTO	Comandante Militar do Leste

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular[1]	Cargo
Comando Militar do Sudeste	Conduzir atividades para o preparo e o emprego de suas Organizações Militares visando: à Defesa Externa; à Garantia da Lei e da Ordem e; ao atendimento de compromissos internacionais do Brasil - Manutenção da Paz-, mediante ordem. Cooperar com ações dos órgãos governamentais, com o desenvolvimento regional.	Gen Ex LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA	Comandante Militar do Sudeste
Comando Militar do Sul	Conduzir atividades para o preparo e o emprego de suas Organizações Militares visando: à Defesa Externa; à Garantia da Lei e da Ordem e; ao atendimento de compromissos internacionais do Brasil - Manutenção da Paz-, mediante ordem. Cooperar com ações dos órgãos governamentais, com o desenvolvimento regional e contribuir para o bom relacionamento com os países fronteiriços no âmbito do Sul.	Gen Ex GERALDO ANTONIO MIOTTO	Comandante Militar do Sul
Comando Militar do Oeste	Conduzir atividades para o preparo e o emprego de suas Organizações Militares visando: à Defesa Externa; à Garantia da Lei e da Ordem e; ao atendimento de compromissos internacionais do Brasil - Manutenção da Paz-, mediante ordem. Cooperar com ações dos órgãos governamentais, com o desenvolvimento regional e contribuir para o bom relacionamento com os países fronteiriços no âmbito do Oeste.	Gen Ex LOURIVAL CARVALHO SILVA	Comandante Militar do Oeste

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular[1]	Cargo
Comando Militar do Planalto	Contribuir com o Exército Brasileiro para a garantia da Soberania Nacional, dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem; cumprir atribuições subsidiárias, cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem estar social; contribuir com a Segurança Presidencial; realizar a Guarda e o Cerimonial Militar da Presidência da República; participar de Operações Internacionais; e contribuir para o fortalecimento da imagem da Força.	Gen Div SÉRGIO DA COSTA NEGRAES	Comandante Militar do Planalto

1.4 AMBIENTE EXTERNO

Seguindo a metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX), analisa-se o ambiente externo para identificar as oportunidades e ameaças que poderão facilitar ou dificultar o cumprimento da missão institucional do Exército. Essa análise é realizada no âmbito dos Sistemas Externos em que se insere o EB: Sistema Nação Brasileira, Sistema América do Sul e Entorno Estratégico, Sistema Internacional.

Seu objetivo é apresentar as indicações para a Política e a Estratégia Militar Terrestre e ações estratégicas delas decorrentes, visando à elaboração e a atualização do SIPLEX, contudo, subsidia, também, a elaboração e atualização dos Cenários Prospectivos da F Ter até 2035.

1.4.1. AMEAÇAS E OPORTUNIDADES

Seguindo a metodologia empregada pelas Forças Armadas (FA) a análise é procedida dentro das manifestações dos campos do poder a seguir descrita.

CAMPO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO

A Estratégia Nacional de Defesa (END), ao selecionar três setores estratégicos – o nuclear, o cibernético e o espacial –, estipulou eixos de atuação para cada Força, que capitaneariam a elevação da capacidade científica e tecnológica do País naqueles segmentos, inclusive no tocante à preparação de recursos humanos. Ao EB coube o setor cibernético.

A "distância" entre o Brasil e os países mais adiantados nos campos que abarcam a ciência, a tecnologia e a inovação ainda é considerável. O ambiente de competição tecnológica – característico dos dias atuais - tende a aumentar, impactando negativamente os países em desenvolvimento. É provável a expansão do quadro de dependência tecnológica por parte dos supracitados Estados, com reflexos diretos no conjunto de suas capacidades de Defesa.

Por outro lado, a aproximação do EB (e das FA) com a Academia tem obtido avanços. O intercâmbio tem avançado, principalmente, na seara de projetos e programas estratégicos, agregando valor intelectual e envolvendo aquele segmento da sociedade em temáticas típicas da Defesa.

CAMPO ECONÔMICO

A grave crise econômica em que o Brasil está envolvido tem afetado, diretamente, o Setor de Defesa. O EB tem buscado manter seus principais Programas Estratégicos, não obstante as dificuldades financeiras e as restrições orçamentárias decorrentes do desfavorável quadro nacional. Por meio de diretrizes, o Cmt Ex determinou que fosse incrementada a racionalização das estruturas operacionais e de apoio da Força, buscando mitigar os efeitos nocivos da supracitada crise. A edição da Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016, limitando os gastos do governo federal, impactou, de forma mais aguda, os investimentos ligados ao processo de transformação e, até mesmo, a rotina diária do EB.

A crise brasileira afetou a economia da região, corroborada pela desfavorável situação da Argentina e pelo caótico quadro da Venezuela. Bolívia, Chile, Colômbia e Paraguai têm tido resultados positivos, impulsionando, limitado por suas capacidades, a economia na América do Sul (AS).

O avanço político, militar e econômico da China tem apontado para uma reconfiguração do centro de poder para a Ásia. As dinâmicas com as quais o supracitado processo tem se relacionado impactam todo o Planeta, em especial quando as reações dos EUA transbordam para o comércio mundial, tal qual foi observado ao longo de 2018, em especial no transcorrer do segundo semestre.

A instabilidade gerada por um eventual acirramento da guerra comercial travada pelas duas superpotências tende a afetar, de forma mais incisiva, os países em desenvolvimento, mais vulneráveis ao processo. Ademais, a crescente oscilação dos preços do petróleo no mercado mundial acaba por potencializar as incertezas no Campo Econômico, afetando, de forma direta, países como o Brasil, detentor de reservas com grande potencial de exploração. Soma-se ao quadro a recorrente baixa produtividade do setor econômico brasileiro, característica diretamente associada aos conhecidos "gargalos" da educação, infraestrutura, marcos regulatórios, C,T&I e ambiente de negócios incerto.

Contrapõem-se a isso a relevante expectativa quanto a real possibilidade de recuperação econômica do Brasil nos próximos anos. A esse quadro, associa-se a possibilidade de realização de reformas estruturantes em áreas vitais para a "saúde" econômica do País que, caso se viabilizem, tendem a tornar o ambiente de negócios no Brasil

mais atraente para investimentos, em especial os estrangeiros. Caso a credibilidade internacional do País aumente, é provável que o Setor de Defesa seja favorecido em curto/médio prazos.

CAMPO MILITAR

O emprego das FA – em especial do EB – em Operações de Garantia da Lei e da Ordem(GLO) tem sido recorrente. A intervenção federal no Rio de Janeiro (2018), associada ao montante de Operações desencadeadas em diversas Unidades da Federação em 2017/2018, contribuiu para fortalecer a vinculação da imagem das FA às ações típicas de segurança pública. Ademais, o caráter "multimissão" que tipifica FA de países como o Brasil tem se feito presente em outros segmentos, tais como a Operação Acolhida (2018), desencadeada junto à fronteira da Venezuela, e a Operação Pipa, no semiárido brasileiro. Dos desdobramentos de tal quadro, destaca-se o reforço à baixa percepção da população brasileira acerca de ameaças tradicionais ao Estado e o consequente "distanciamento" da associação do componente militar do Poder Nacional às suas missões constitucionais precípuas.

O quadro de prevalência da cooperação militar e de Defesa se mantém, não ocorrendo Dilema de Segurança na região. A presença militar estrangeira se dá de forma pontual, manifestando-se, mais efetivamente, em alguns países do Arco Norte. O anúncio da adesão da Colômbia à OTAN (sócio global) empresta alguma incerteza ao equilíbrio regional. O enfraquecimento do CDS/UNASUL aponta para um congelamento do Organismo Regional.

À fulminante ascensão da China no cenário mundial acrescenta-se o ressurgimento da Rússia como potência militar atuante no tabuleiro internacional, interferindo, ambas, na correlação de forças geopolíticas globais. A disputa por áreas de influência, relembrando cenários da Guerra Fria, tem se tornado recorrente, com reflexos em todo o Planeta, inclusive na América do Sul. Cabe especial atenção a evolução do quadro situacional na Venezuela.

Como aspecto positivo, destaca-se que a implementação do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), por parte do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, agregará uma nova concepção aos processos de planejamento de emprego conjunto das FA e, por conseguinte, abrangerá as áreas afetas às Forças Singulares. A esse novo conceito é possível a ocorrência, como desdobramento, de um conjunto de transformações no Setor de Defesa. Caso o mencionado processo avance de forma integrada e producente, é possível inferir que as Forças que apresentarem suas demandas estratégicas de forma estruturada e bem dimensionada à nova realidade de planejamento tendem a ser mais "beneficiadas" quanto à distribuição de recursos.

CAMPO POLÍTICO

O resultado das eleições de 2018 revelou o descontentamento da maioria da população brasileira para com as práticas políticas postas em execução durante os anos precedentes, apontando para a possibilidade de mudanças efetivas nos rumos da agenda política brasileira. A expectativa criada em torno desse quadro é grande, acarretando alto grau de comprometimento responsável por parte da equipe que comporá o próximo governo federal. Tal situação tende a se replicar no nível estadual, tanto por parte dos governadores eleitos com agendas mais alinhadas com o perfil do novo governo federal tanto pelos eleitos como opositores a tais agendas. Ainda que a "divisão" da sociedade não tenha sido tão explícita quanto nas eleições de 2014, é possível inferir que os prováveis movimentos de resistência à implementação do conjunto de reformas prometidas ao longo da recente campanha presidencial pautem a futura cena política do País, podendo gerar eventuais momentos de desestabilização social. Ademais, o eventual descumprimento das supracitadas "promessas" gerará um profundo descrédito por parte da grande parcela da população que elegeu a nova proposta política, fragilizando a estabilidade política ao longo do mandato.

Do exposto, conclui-se que a sensibilidade do momento político brasileiro é relevante, com destaque para as incertezas quanto à governabilidade em um futuro próximo.

No que toca o EB, as expectativas quanto ao novo período político são elevadas. No futuro próximo, a participação de militares da Reserva na política – nos níveis federal e estadual – será significativa. Até agora, tal quadro tem se mostrado positivo.

Observa-se um ambiente político de relativa estabilidade na AS, com a exceção da Venezuela, onde a deterioração aguda do Estado é flagrante e crescente, com desfecho imprevisível. A chamada "Onda Rosa" não representa o quadro político atual, tendo havido, na região, uma guinada rumo aos posicionamentos mais ao centro e à direita. Observa-se o enfraquecimento da UNASUL, tendendo ao congelamento do bloco.

Disputas de poder entre Estados têm se mostrado mais recorrentes. Questões econômicas, ligadas à geopolítica, têm botado à prova concertos internacionais tradicionais, desde o fim da II GM. Organismos multilaterais têm vivido uma crise de efetividade, tendo prevalecido posicionamentos isolacionistas e nacionalistas de tempos mais distantes. Tensões comerciais têm transbordado para o Campo Político de forma mais incisiva. A

securitização de temas ligados a questões ambientais potencializa as relações políticas internacionais, bem como a migração, que se tornou tema central da agenda internacional.

CAMPO PSICOSSOCIAL

As reformas estruturais prometidas pelo novo governo federal, aliadas à agenda conservadora apresentada ao longo da campanha eleitoral de 2018, tendem a motivar reações por parte de grupos de pressão que, tradicionalmente, se apresentam como representantes de determinados grupos sociais. Caso o grau de organização desses segmentos seja potencializado por outros grupos de interesse, é possível a eclosão de movimentos vocacionados para a desestabilização social, objetivando a cisão da sociedade e o consequente enfraquecimento do Poder Político.

A instabilidade na Venezuela afeta o equilíbrio regional, com eventuais possibilidades de transbordamento de tensões sociais para outros países da AS. É possível a ocorrência de ajustes na estrutura da Operação Acolhida.

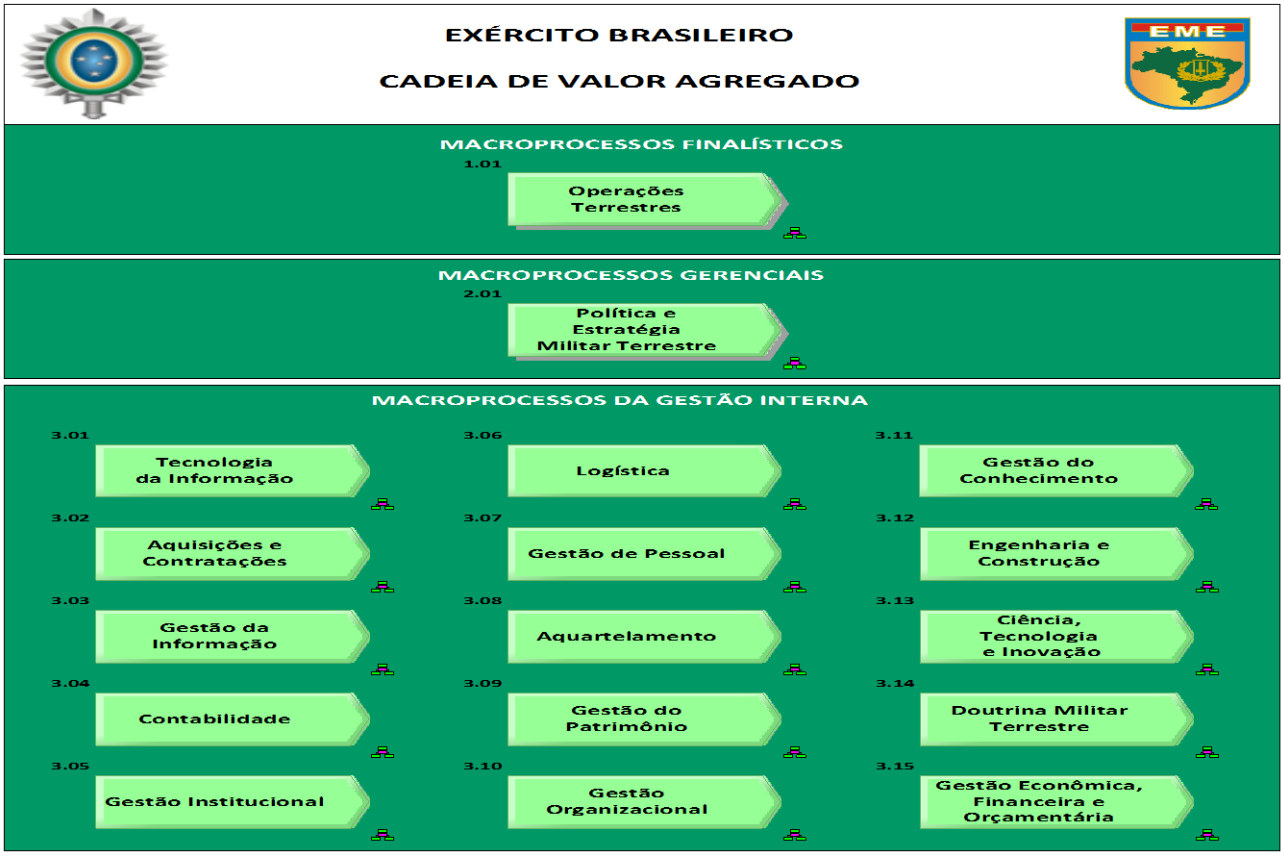
A expectativa quanto à possibilidade de melhoras das condições de vida da população brasileira, no médio prazo, é elevada. Demandas antigas quanto à melhoria na segurança pública, na saúde e na educação permanecem latentes, havendo expectativas quanto a eventuais avanços após as eleições de 2018. No que pese a frágil situação fiscal da União, dos Estados e dos Municípios, ações efetivas que possam fazer avançar melhoras perceptíveis ao cidadão comum serão bem valorizadas, agregando valor e capital político àqueles atores que capitanearem os respectivos processos.

1.5 MODELO DE NEGÓCIOS (Cadeia de valor)

O EB, com a criação do Escritório de Processos Organizacionais do Exército e do Escritório de Racionalização Administrativa, ambos componentes da Assessoria de Administração do EME, vem realizando o mapeamento de seus processos com foco na sistemática de Racionalização Administrativa visando atender às demandas de cargos do Processo de Transformação, bem como implantar a cultura de inovação em todos os sistemas integrantes do Sistema Exército, cujas diretrizes foram aprovadas pela Portaria nº 295-EME, de 17 de dezembro de 2014.

A Cadeia de Valor Agregado do EB reúne as atividades executadas pela Instituição, sendo composta por 01 (um) macroprocesso finalístico, 01(um) gerencial e 15 (quinze) de gestão interna, conforme a figura abaixo:

Figura 2 - Cadeia de Valor Agregado do EB



Fonte: EME

Os diversos macroprocessos estão divididos por áreas de atuação, ficando sob responsabilidade do ODG, dos ODS, do ODOp e dos OADI ao Comandante do Exército (Cmt Ex).

Quadro 2 - Macroprocessos Finalísticos

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Operações Terrestres	F Ter preparada e empregada para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem estar social.	• Estado Brasileiro • Sociedade Brasileira	• COTER • C Mil A
Descrição			
Planejar, orientar e coordenar o preparo e o emprego da tropaem suas diversas missões no âmbito do EB.			

Fonte: EME

Quadro 3 - Macroprocessos Gerenciais

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsável
Política e Estratégia Militar Terrestre	PEEx	• EB • MD	• EME
Descrição			
Elaborar a PMT, o planejamento estratégico e emitir diretrizes que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre.			

Fonte: EME

Quadro 4 - Macroprocessos de Suporte/ Gestão Interna

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Tecnologia da Informação	Estrutura de Governança de Tecnologia da Informação (TI), alinhada à estratégia, por meio do gerenciamento de recursos humanos, materiais e financeiros, do gerenciamento dos riscos, garantindo, ainda a medição e o monitoramento do desempenho, relacionados aos sistemas corporativos de TI.	EB (ODS, OADI, COTER, C Mil A)	• DCT
Descrição			
Planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades relacionadas aos sistemas informatizados do EB.			
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Aquisições e Contratações	Produtos e serviços contratados e disponibilizados aos usuários de forma tempestiva e vantajosa para a Administração.	EB (ODS, OADI, COTER, C Mil A)	• COLOG • ODS • C Mil A
Descrição			
Planejar, executar e controlar as aquisições e as contratações de materiais e serviços de forma tempestiva e vantajosa para a Administração, de modo a garantir o suprimento e a disponibilização adequados ao preparo e ao emprego da Força Terrestre.			
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Gestão da Informação	Políticas e procedimentos que orientem a produção, a distribuição, o armazenamento e o acesso à informação.	EB (ODS, OADI, COTER, C Mil A)	• EME
Descrição			
Coordenar e controlar a produção, a distribuição, o armazenamento e o acesso à informação em quaisquer meios disponíveis, no âmbito do EB.			
Macroprocesso	**Produtos e Serviços**	**Principais Clientes**	**Responsáveis**
Contabilidade	• Registro e controle contábil de todas as movimentações financeiras e alterações patrimoniais do EB.	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• EME • SEF
Descrição			
Realizar as atividades de planejamento, acompanhamento e execução contábil, relativas aos recursos financeiros e patrimoniais de qualquer natureza, no âmbito do EB.			

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão Institucional Descrição Planejar, dirigir e controlar os programas e as atividades necessárias à administração do EB.	• Políticas e diretrizes para a administração do EB.	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• EME

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Logística Descrição Planejar e coordenar a execução das atividades relacionadas ao suprimento e manutenção de material, transporte e mobilização, além do material de Aviação do Exército (Av Ex) e a fiscalização de produtos controlados.	• Fiscalização de produtos controlados • Gestão de material de emprego militar • Abastecimento • Transporte • Informações para a mobilização militar	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• EME • COLOG

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão de Pessoal Descrição Executar atividades de administração de pessoal, bem como realizar o planejamento, a orientação, a coordenação e o controle das atividades relacionadas com o recrutamento, seleção, desenvolvimento, aplicação e ao desligamento dos recursos humanos do EB.	• Recrutamento e seleção • Avaliações e promoções • Gestão de carreiras e remunerações • Capacitação e desenvolvimento • Gestão de efetivos e movimentações • Assistência médica • Assistência religiosa • Gestão de inativos e pensionistas	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• DGP • DECEx

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Aquartelamento Descrição Garantir a disponibilidade e a usabilidade da infraestrutura, das instalações e dos serviços internos do EB, a qualquer tempo.	• Administração de instalações prediais • Gestão das rotinas internas das organizações militares	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• SGEx • Organizações Militares (OM)

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão do Patrimônio Descrição Realizar as atividades de registro, movimentação, cessão, alienação, desfazimento e controle patrimonial no âmbito do EB.	• Tombamento e registro patrimonial • Controle patrimonial • Movimentação de bens • Cessões, alienações e desfazimento de bens	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• SEF –D Cont • COLOG • DEC – DPIMA • Organizações Militares

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão Organizacional Descrição Promover ações no sentido de manter a governança da organização por meio de suas estratégias, projetos e processos, levando em consideração os riscos gerenciais envolvidos.	• Gestão de Processos; • Gestão de Projetos; • Planejamento Setorial.	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• EME

Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão do Conhecimento Descrição Coordenar a produção, a pesquisa, o armazenamento, a disseminação, o uso e a proteção de conhecimento	• Gestão do Patrimônio Cultural do Exército • Gestão dos sistemas educacionais do Exército	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• DECEx • DCT

importante para o EB, organizando de forma estratégica os conhecimentos dos colaboradores e os conhecimentos externos, considerados fundamentais para o cumprimento de sua missão.			
Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Engenharia e Construção Descrição Planejar, orientar, coordenar e controlar a execução de obras e serviços de engenharia do EB, bem como a manutenção e a conservação do patrimônio imobiliário.	• Projetos de engenharia • Coordenação de construções • Obras de cooperação • Gestão do patrimônio imobiliário • Gestão ambiental	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• DEC
Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Ciência, Tecnologia e Inovação Descrição Planejar, organizar, coordenar e controlar atividades relacionadas à pesquisa, à produção e à inovação científica e tecnológica voltadas para o desenvolvimento e a ampliação da capacidade militar do EB.	• Serviços de informação e defesa cibernética • Tecnologia militar • Serviços de comunicação e Telemática • Serviço geográfico • Sistemas para a guerra eletrônica	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• DCT
Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
DMT Descrição Estudar, planejar e estabelecer o conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das FA.	• Planejamento da produção doutrinária • Produto doutrinário • Avaliação de produto • Difusão de produto doutrinário	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• EME • COTER
Macroprocesso	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Responsáveis
Gestão Econômica, Financeira e Orçamentária Descrição Coordenar e executar atividades de planejamento, acompanhamento e execução orçamentária, administração financeira e contabilidade relativas aos recursos alocados ao EB.	• Gestão econômica • Gestão financeira • Gestão orçamentária	EB ODS, OADI, COTER, C Mil A	• SEF

Fonte: EME

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E GOVERNANÇA

2.1 PLANOS E PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PARA IMPLEMENTAR AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS DA GESTÃO

2.1.1 PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO (PEEx)

O EME, como ODG, é o responsável pelo Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx), e, também, por orientar o planejamento do EME e o consequente alinhamento com o Plano Plurianual(PPA), por meio de uma metodologia própria. O planejamento parte de uma análise da missão institucional, dos valores e da visão de futuro pretendida.

Inicialmente, no contexto do diagnóstico do EB e do estudo de cenários prospectivos, considera-se uma análise estratégica atualizada. Em seguida, determinam-se quais os objetivos estratégicos (Política Militar Terrestre) e quais os caminhos para atingi-los, por meio das estratégias e ações estratégicas.

Na sua fase conclusiva, o SIPLEx organiza os trabalhos, formalizando o planejamento no PEEx. Com base neste Plano, é elaborada a Proposta Orçamentária (PO), conforme a programação temática, os objetivos, as metas e as iniciativas previstas no PPA.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA), o planejamento inicia sua fase de execução, sendo avaliado e controlado por meio do Sistema de Medição de Desempenho Organizacional, que fornecerá as informações necessárias ao processo de correção e realimentação do planejado.

O SIPLEx orienta-se pelo Sistema de Planejamento Estratégico de Defesa, em especial no que tange ao ciclo de atividades. Adaptadas as fases do PEEx ao Ciclo de Atividades de Acompanhamento do Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa (MD), adéquam-nas ao ciclo de produção dos Programas Plurianuais do Governo Federal.

Ao SIPLEx integram-se os demais planejamentos de alto nível do Exército, a saber: o Planejamento Administrativo e o Planejamento Operacional Militar Terrestre, que serão regulados em documentos específicos, criando uma continuidade de ações e apresentando uma perfeita sinergia entre o EME, Órgão que as concebe, e os ODS, os quais promovem a sua execução.

Quadro 5 - Ciclo de Planejamento

Ano	A - 4 (A)	A - 3	A - 2	A -1
	2012, 2016, 2020...	2013, 2017, 2021...	2014, 2018, 2022...	2015, 2019, 2023...
Governo Federal	PPA em vigor	PPA em vigor	PPA em vigor	Elaboração do PPA (1º ano de governo)
Ministério da Defesa	Atlz Cenários, PND e END	Atlz PMD e EMiD	Finalizar PED	Compatibilizar PED com PPA
Exército Brasileiro		Fase 1		
		Fase 2		Atlz Fase 2
		Fase 3		
		Fase 4		
	Fase 5	Fase 5	Fase 5	Fase 5
	Fase 6	Fase 6	Fase 6	Fase 6
	Fase 7			

Fonte: EME

Programa Plurianual do Governo Federal (PPA)
Estratégia Nacional de Defesa (END)
Estratégia Militar de Defesa (EMiD)
Política Nacional de Defesa (PND)
Política Militar de Defesa (PMD)
Planejamento Estratégico de Defesa (PED)

MARCO LEGAL

O Marco Legal é a base onde se fundamenta todo o PEEx.

Ele é constituído pelos documentos de governo concernentes à Força: a Constituição Federal, as Leis Complementares, a Política Nacional de Defesa, a Política Militar de Defesa, a END e a Estratégia Militar de Defesa. É também constituído pela Concepção de Transformação do Exército que é o documento orientador do Processo de Transformação do Exército.

O último documento constitutivo do Marco Legal é a Diretriz Geral do Cmt Ex, que estabelece as orientações para o seu período de comando.

A Sistemática de PEEx percorre sete fases, assim nominadas:

- 1ª fase – Missão;
- 2ª fase – Análise Estratégica;
- 3ª fase – Objetivos Estratégicos do Exército;
- 4ª fase – Estratégias do Exército;
- 5ª fase – Plano Estratégico do Exército;
- 6ª fase – Orçamento e Contratação; e
- 7ª fase – Medição de Desempenho Organizacional.

FASE 1 – MISSÃO

A missão é a razão de ser da Organização. Como organização pública, ela é institucional, ou seja, está fundamentada no Marco Legal. Da análise deste Marco Legal, é elaborado o enunciado da Missão do Exército e, em seguida, as suas condicionantes e o seu detalhamento para um melhor entendimento por todos os integrantes da Força.

Tendo a Missão como o farol, elabora-se o Conceito do Exército que exprime, em linhas gerais, o pensamento da Instituição sobre o que deverá ser buscado para que ela cumpra com excelência seu papel nas áreas de atuação deduzidas da Missão.

A Visão de Futuro é uma meta com uma situação futura altamente desejada pela Instituição. A Visão de Futuro do Exército é a proposta de um desafio instigante, motivador, aglutinador e polarizador de esforços, que tem o propósito de orientar as ações individuais e coletivas empregadas no cumprimento da Missão da Força.

São relacionados, ainda, os Valores do Exército, que são ideias fundamentais em torno das quais se constrói a organização. Estes são os valores essenciais e, baseados nestes, derivam todos os outros valores militares, por desdobramento dos mais abrangentes.

A 1ª Fase será iniciada em A – 3, após o MD apresentar a atualização da Política Militar de Defesa e Estratégia Militar de Defesa.

FASE 2 – ANÁLISE ESTRATÉGICA

Nesta fase elabora-se o Diagnóstico Estratégico, os Cenários Prospectivos e as consequentes Indicações. Esta Fase será elaborada / atualizada em A – 3 com a atualização do Diagnóstico e das Indicações bianualmente.

O Diagnóstico Estratégico analisa o ambiente interno - para definir seus pontos fortes e pontos fracos – e o ambiente externo, para identificar oportunidades e ameaças que poderão facilitar ou dificultar o cumprimento da missão da Força. Este documento terá acesso restrito.

Os Cenários Prospectivos são elaborados através de uma metodologia própria e mostram, dentro de um horizonte temporal específico, a situação em que se imagina encontrar a Nação e o Exército. Tais cenários indicam um ponto de referência no futuro para o Planejamento Estratégico.

A partir do Diagnóstico Estratégico e dos Cenários Prospectivos, elabora-se um rol de Indicações, que são ações que irão fundamentar a formulação dos Objetivos da Política Militar Terrestre (PMT) e as Estratégias / Ações Estratégicas da Estratégia Militar Terrestre. Nas Indicações serão, ainda, levantadas as Competências e Capacidades necessárias para que o Exército cumpra com efetividade a sua missão constitucional.

É nesta fase que se inicia a Gestão de Risco. Entende-se por tal, a identificação, análise, e monitoramento de riscos, com o desenvolvimento de respostas preparadas com o objetivo de alertar a probabilidade de ocorrência e o impacto de cada risco, caso venha ocorrer.

FASE 3 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO EXÉRCITO

Os OEE são construídos de modo a serem alcançados, no horizonte temporal do Planejamento Estratégico, no curto, médio e longo prazos. Tais objetivos surgirão para se cumprir a Visão de Futuro estabelecida e como respostas ao conjunto de indicações da 2ª Fase.

Os objetivos serão definidos e descritos. Na sequência, erige-se um resumo da situação atual (Diagnóstico Simplificado) e a Intenção de cada objetivo (explica-se o que se pretende com este objetivo) e são relacionados os Fatores Críticos de Sucesso, julgados decisivos para a sua consecução.

Os objetivos descritos na perspectiva da Sociedade, ou seja, os que espelham a entrega final do Exército à Sociedade, não possuirão fatores críticos de sucesso, pois todos eles devem ser alcançados.

Elabora-se nesta Fase o Mapa Estratégico, que é a representação gráfica da estratégia que evidencia os desafios que a Organização terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro. O Mapa é estruturado por meio de objetivos estratégicos distribuídos nas perspectivas da Instituição, interligadas por relações de causa e efeito.

Nesta Fase serão elaborados os Indicadores Estratégicos de Desempenho e as Metas.

Esta Fase será elaborada / atualizada a partir de A – 3.

FASE 4 – ESTRATÉGIAS DO EXÉRCITO

Esta Fase trata das estratégias e ações estratégicas a serem adotadas pelo Exército para o alcance de seus objetivos. Essas estratégias e ações estratégicas são elaboradas a partir dos objetivos da PMT, definidos na 3ª Fase e das indicações advindas da 2ª Fase.

Nesta fase serão elaboradas a Concepção Estratégica do Exército, que terá acesso restrito, e as Diretrizes de Planejamento aos ODS e ODOp, que deverão estar rigorosamente alinhadas com os OEE, Estratégias e Ações Estratégicas.

FASE 5 – PLANO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO

O PEEx será constituído por uma tabela que relaciona cada Objetivo às Estratégias e Ações Estratégicas, listando as atividades impostas, os Projetos Estratégicos e seus responsáveis.

Nesta fase, serão elaborados o Plano de Obtenção de Capacidades Materiais (PCM), as Prioridades de Recompletamento de Material, as Prioridades de Recompletamento de Pessoal e o Plano de Desenvolvimento de Capacidades.

A priorização dos Projetos estratégicos do Exército será realizada pelo EME , mediante critérios estabelecidos por este ODG.

Esta Fase será elaborada em A- 2, sofrendo atualização anual, de acordo com as informações obtidas pelo Sistema de Medição de Desempenho Organizacional (SMDO) e o eventual surgimento de novas indicações na Fase 2.

FASE 6 – ORÇAMENTAÇÃO E CONTRATAÇÃO

Com base nas demandas oriundas do Plano Básico e dos Planos Setoriais, as Unidades Orçamentárias/Unidades Gestoras (UO/UGR) geram as Necessidades Gerais do Exército (NGE) e inserem seus dados no Módulo de Planejamento do Sistema de Informações Gerenciais e Acompanhamento Orçamentário (SIGA).

De posse das NGE, o EME elabora o Planejamento Orçamentário do Exército e, após a remessa do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Congresso Nacional pelo Executivo, celebra com os ODS os Contratos de Objetivos Estratégicos, os quais têm por finalidade a pactuação de metas físico-financeiras a serem alcançadas no ano orçamentário A + 1.

FASE 7 – MEDIÇÃO DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

A Medição do Desempenho Organizacional possibilita a Instituição a acompanhar a execução do Planejamento Estratégico, permitindo a sua atualização por intermédio do aprendizado e gerenciamento de riscos levantados.

Nesta Fase, com base nos resultados alcançados, o EME fará o balanceamento do portfólio dos programas estratégicos, atualizando a priorização destes e determinando as alterações necessárias.

Qualquer fase da Sistemática poderá ser revista e atualizada em qualquer época, pelo EME.

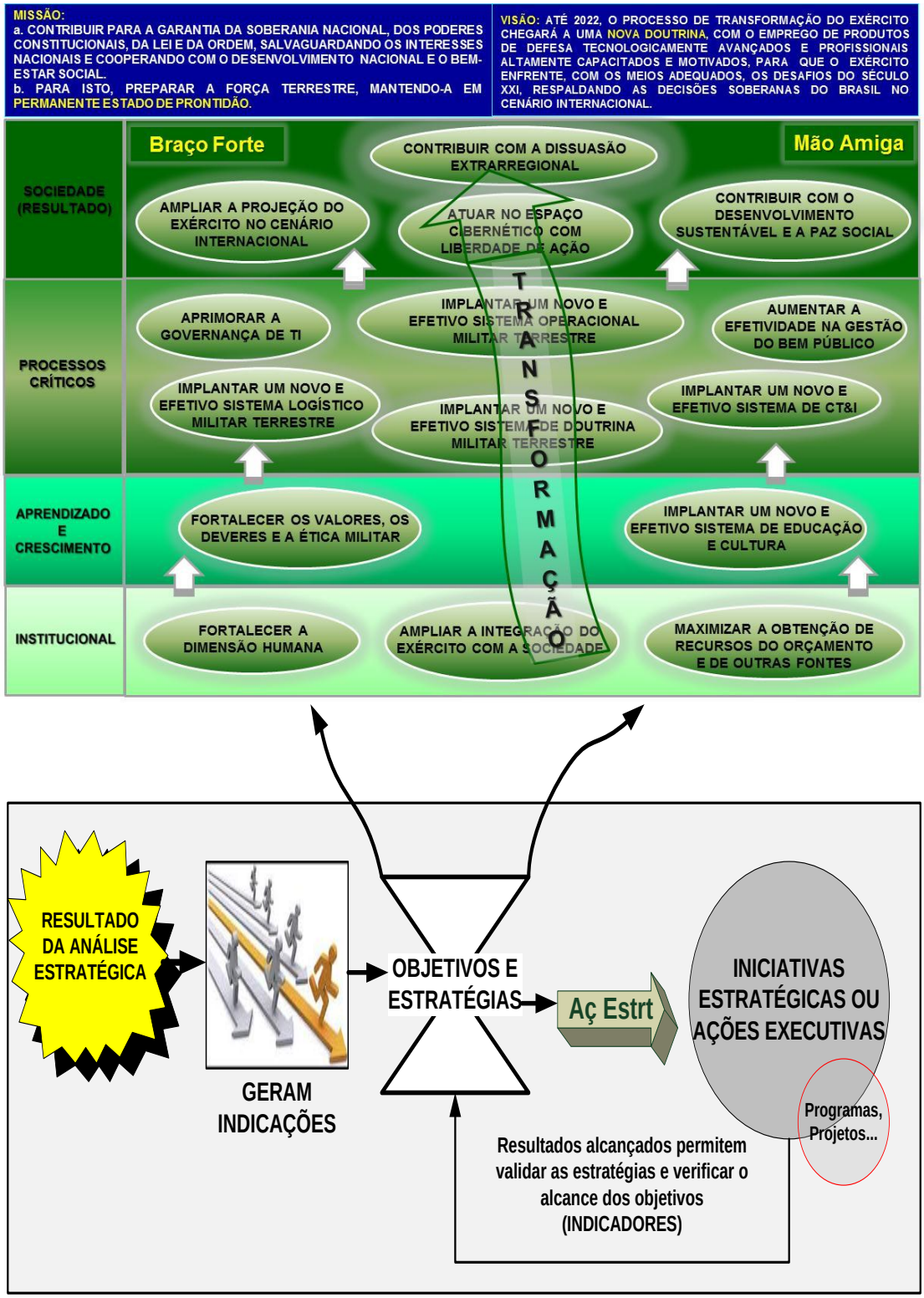
Em síntese, o SIPLEX é a integração de modernas ferramentas de planejamento estratégicos que são disponibilizados à Alta Administração para que, a partir de um diagnóstico em constante atualização de acordo com o Mapa Estratégico, possa contribuir com a elaboração dos planos estratégicos, a realização da PO, a contração dos objetivos estratégicos e o acompanhamento dos resultados alcançados por intermédio dos indicadores e metas estabelecidas.

Figura 3 - Metodologia do SIPLEx

Fonte: EME

As etapas indicadas na metodologia são traduzidas em formato de mapa estratégico, com a finalidade de permitir melhor comunicação da estratégia da Instituição, conforme visualização gráfica da Figura 4. Os objetivos são executados por meio das diversas iniciativas que podem ser materializadas em programas, projetos, subprojetos etc.

Figura 4 - Construção do Mapa Estratégico



Fonte: EME

Da análise deste Mapa Estratégico verifica-se, portanto, que a Missão do EB está alinhada com o previsto na Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 142, caracterizando que as FA “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem”.

Para cumprir sua missão, foram elencados Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), os quais estão desmembrados em estratégias, ações estratégicas e atividades impostas, tudo no espaço temporal de 4 (quatro) anos, igual ao do PPA do Governo Federal, evidenciando o alinhamento de esforços para atender à missão constitucional.

As ações necessárias ao alcance dos OEE estão, portanto, determinadas no PEEx. Foram estabelecidas metas e responsáveis em alcançá-las, e como forma de obter maior comprometimento com a execução destas ações, todos os ODS/ODOp envolvidos assinaram um contrato de objetivos (Fase 6 do SIPLEx). Nestes contratos, o EME assume o compromisso de repassar os recursos para as ações previstas e os órgãos o compromisso de as executarem.

2.1.2 PRINCIPAIS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA UNIDADE PARA O EXERCÍCIO DE 2018

O EME é o responsável pela condução da gestão estratégica no âmbito do Exército. Neste contexto, foram estabelecidos 15 (quinze) objetivos estratégicos, as estratégias a serem utilizadas, bem como as ações estratégicas subsequentes, permitindo a governança da instituição.

Os OEE são:

- OEE 1 - Contribuir com Dissuasão Extrarregional
- OEE 2 - Ampliar a Projeção do Exército no Cenário Internacional
- OEE 3 - Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social
- OEE 4 - Atuar no Espaço Cibernético com Liberdade de Ação
- OEE 5 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre
- OEE 6 - Implantar um novo e Efetivo Sistema de Doutrina Militar Terrestre
- OEE 7 - Aprimorar a Governança de Tecnologia da Informação
- OEE 8 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema Logístico Militar Terrestre
- OEE 9 - Implantar Novo e Efetivo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação
- OEE 10 - Aumentar a Efetividade na Gestão do Bem Público
- OEE 11 - Fortalecer os Valores, os Deveres e a Ética Militar
- OEE 12 - Implantar um Novo e Efetivo Sistema de Educação e Cultura
- OEE 13 - Fortalecer a Dimensão Humana
- OEE 14 - Ampliar a Integração do Exército à Sociedade
- OEE 15 – Maximizar a Obtenção de Recursos do Orçamento e de Outras Fontes

2.1.3 ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELA UNIDADE PARA ATINGIR OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E TRATAMENTO DOS RISCOS ENVOLVIDOS

Quadro 6 - Estratégias/Ações Estratégicas

OEE	DESCRIÇÃO	ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS
OEE 1	**CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL**	a) Ampliação da Capacidade Operacional: - Prosseguir na estruturação do Comando de Operações Especiais. - Reestruturar a F Ter com base nos conceitos de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade. - Rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, na Área Estratégica Amazônia Legal. - Rearticular a Força de modo a estar presente, ou ter a capacidade de se fazer presente com oportunidade, nas demais Áreas Estratégicas. - Rearticular e reestruturar a Artilharia de Campanha. - Rearticular e reestruturar a AAAe. - Reestruturar o Sistema Engenharia. b) Ampliação das capacidades de mobilidade e elasticidade: - Implantar um novo e efetivo Sistema de Mobilização. - Prosseguir na estruturação da Av Ex. - Reestruturar as Forças Blindadas. - Mecanizar a Força Terrestre.
OEE 2	**AMPLIAR A PROJEÇÃO DO EXÉRCITO NO CENÁRIO INTERNACIONAL**	a) Incremento da atuação da Diplomacia Militar: - Ampliar as medidas de cooperação e confiança mútua entre o EBe os exércitos das Nações Amigas. - Aprofundar e ampliar a cooperação com os países do entorno estratégico. - Aumentar a participação do Exército em postos relevantes de organismos internacionais. - Ampliar o número de Aditâncias do Exército. b) Aumento da capacidade de projeção de poder: - Promover e participar de fóruns e atividades internacionais de interesse do Estado Brasileiro que tenham implicações na missão do Exército, particularmente do setor cibernético. - Preparar forças para atuar em missões de paz. - Desenvolver as capacidades expedicionária e multinacional.
OEE 3	**CONTRIBUIR COM O DESENVOLVIMEN-TO SUSTENTÁVEL E A PAZ SOCIAL**	a) Aperfeiçoamento das capacidades de monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação: - Desenvolver as capacidades de monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação na fronteira terrestre. b) Aperfeiçoamento da estrutura de apoio às operações de GLO, operações interagências e ações subsidiárias: - Ampliar a capacidade operacional da Polícia do Exército para atuar na proteção da sociedade. - Ampliar a capacidade operacional para atuar na prevenção e no combate às ações terroristas eDefesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear(DQBRN). - Capacitar a Força para atuar em Ações de Ajuda Humanitária. - Aperfeiçoar o controle ambiental nas atividades militares. c) Ampliação da atuação do Exército na área social: - Incrementar a participação do Exército em programas e ações sociais.

OEE 4	**ATUAR NO ESPAÇO CIBERNÉTICO COM LIBERDADE DE AÇÃO**	a) Implantação do Setor Cibernético na Defesa: - Implantar o sistema de informações seguras com enfoque na área de Segurança da Informação e Comunicações (SIC). - Contribuir com o MD na promoção da interoperabilidade do setor cibernético na Defesa Nacional. - Contribuir para o fomento da pesquisa e do desenvolvimento de produtos de defesa cibernética. - Implantar o Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC). - Capacitar e gerir recursos humanos necessários ao Setor Cibernético na Defesa Nacional. - Contribuir com a produção do conhecimento oriundo da fonte cibernética. b) Implantação do Setor Cibernético no Exército: - Estruturar a gestão de pessoal no setor cibernético. - Implantar a infraestrutura de defesa cibernética. - Contribuir com a produção de conhecimento oriundo da fonte cibernética.
OEE 5	**IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA OPERACIONAL MILITAR TERRESTRE**	a) Aumento da capacidade de pronta resposta da F Ter: - Implantar a geração de forças por capacidades. - Reestruturar o COTER. - Implantar o SISPRON – Sistema de Prontidão operacional, com vistas à FT 2022. b) Aperfeiçoamento do preparo da F Ter: - Preparar a F Ter para atuar em operações conjuntas, interagências e multinacionais. - Aperfeiçoar a sistemática de instrução com ênfase no Efetivo Profissional. - Aperfeiçoar o faseamento da Instrução Militar do Efetivo Variável. c) Aumento da efetividade do Emprego da F Ter: - Modernizar a Sistemática de Emprego da F Ter. - Desenvolver as capacidades de monitoramento/controle e apoio à decisão.

OEE 6	**IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE DOUTRINA MILITAR TERRESTRE**	a) Reestruturação do Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT): - Prosseguir na reestruturação doSIDOMT, apoiado em ferramentas de Tecnologia de Informação e Comunicação - TIC, a fim de contribuir com efetividade na gestão, na atualização e na difusão do conhecimento. - Implantar o Banco de Dados para gestão doutrinária. - Desenvolver uma nova metodologia para o SIDOMT. b) Estabelecimento de uma DMT compatível para uma Força transformada: - Contribuir para o aperfeiçoamento da doutrina conjunta. - Rever e atualizar as publicações doutrinárias, coerente com os novos conceitos. - Rever e atualizar o Quadro de Organização (QO) de todas as OM operativas, para adequação aos novos conceitos.
OEE 7	**APRIMORAR A GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**	a) Estruturação da autoridade organizacional para gestão estratégica: - Implantar a gestão de TIC. - Formular a normatização de Governança de TI. - Estruturar os mecanismos de acompanhamento e apoio. b) Reorganização do Sistema de Informação do Exército (SINFOEx): - Aperfeiçoar a produção e disponibilização de geoinformação. - Aperfeiçoar os Sistemas Corporativos do Exército. - Implantar a Gestão da Informação Operacional. - Aperfeiçoar o Sistema de Guerra Eletrônica do Exército (SIGELEx). c) Aperfeiçoamento da Infraestrutura do Sistema de Comando e Controle do Exército (SC^2Ex): - Aperfeiçoar o Sistema de Comunicações do Exército (SICOMEx). - Ampliar e aperfeiçoar a Rede Corporativa do Exército (EBNet). - Aperfeiçoar a Base de Dados Corporativa do Exército (EBCorp). - Implementar a infraestrutura e medidas de SIC. - Aperfeiçoar a estrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações.

OEE 8	**IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA LOGÍSTICO MILITAR TERRESTRE**	a) Implantação da nova estrutura logística do Exército: - Adotar uma estrutura logística capaz de prestar o apoio logístico na medida certa e no tempo oportuno (Prontidão Logística). - Aperfeiçoar a execução das funções logísticas, suas atividades e tarefas correspondentes, com base nos novos conceitos e estruturas adotadas. - Implantar o Sistema de Saúde Operativa. -Mobiliar, progressiva e seletivamente, a estrutura logística com meios compatíveis e modernos. - Implantar o Sistema de Apoio ao Pessoal nas operações correntes. b) Implantação de uma efetiva gestão logística: - Implantar um Sistema Integrado de Gestão Logística. - Implantar um Sistema de Informações Logísticas.
OEE 9	**IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**	a) Contribuição para desenvolver/reorganizar a Base Industrial de Defesa (BID): - Desenvolver e implementar um novo modelo de relacionamento com a BID. - Apoiar o empresariado nacional da BID, por intermédio das aditâncias e/ou missões comerciais, dentre outras representações do Exército, na identificação e exploração de possíveis mercados para essa área de negócios. b) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação de Produtos de Defesa (PRODE): - Pesquisar e desenvolver tecnologias de acordo com o PCM e o Plano de Desenvolvimento de Capacidades Operativas. - Aperfeiçoar o programa de pesquisa, desenvolvimento, inovação e produção de PRODE autóctone, que integre os segmentos militar e civil de defesa. - Aperfeiçoar a sistemática de gestão do SCT&I. - Criar estrutura para o desenvolvimento da prospecção e da inteligência tecnológica. - Reformular o Modelo de Gestão do Ciclo de vida de PRODE. - Pesquisar e desenvolver produtos voltados para o sistema do Combatente individual do futuro. - Proporcionar condições para que o Exército realize a pesquisa e desenvolvimento, nas áreas do setor cibernético, visando à prospecção tecnológica e à pesquisa científica. - Pesquisar e desenvolver produtos, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e de proteção (individual e coletiva). c) Modernização de PRODE: - Modernizar os produtos, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção (individual e coletiva). - Modernizar os sistemas componentes das Funções de Combate, capacitando-os para operar em rede.

OEE 10	**AUMENTAR A EFETIVIDADE NA GESTÃO DO BEM PÚBLICO**	a) Implantação da Governança Corporativa: - Aperfeiçoar o sistema de gestão do Exército. - Adotar procedimentos para melhorar a qualidade do gasto. - Otimizar a atuação do Controle Interno, buscando a pro atividade das ações na proteção do Sistema Exército. b) Implantação da Racionalização Administrativa: - Racionalizar os processos, racionalizar as estruturas organizacionais e Racionalizar os cargos, cursos e estágios.
OEE 11	**FORTALECER OS VALORES, OS DEVERES E A ÉTICA MILITAR**	a) Desenvolvimento de Programas de gestão, preservação, pesquisa e divulgação da cultura Institucional: - Incentivar a pesquisa e o registro sobre a História Militar Terrestre. - Incentivar o intercâmbio e aperfeiçoar a divulgação da cultura institucional. - Preservar o patrimônio histórico e cultural do Exército, material e imaterial. - Reorganizar o Sistema Cultural do Exército (SisCEx). b) Desenvolvimento de programas de preservação dos valores da Instituição: - Implementar programas de desenvolvimento de atitudes inerentes à profissão militar.
OEE 12	**IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**	a) Atualização do Sistema de Educação e Cultura: - Desenvolver nos estabelecimentos de ensino a cultura da inovação e de transformação. - Incrementar a utilização da Tecnologia da Informação no processo ensino-aprendizagem. - Aperfeiçoar os processos de capacitação e de educação continuadas. - Incrementar a pesquisa científica nos estabelecimentos de ensino. - Ampliar o intercâmbio com o meio acadêmico, em diversos níveis. - Reestruturar o ensino de idiomas estrangeiros, desde a formação. - Adequar o sistema de ensino para a inserção das mulheres na linha de ensino militar bélico. b) Educação do militar profissional da Era do Conhecimento: - Conduzir a formação/capacitação do profissional militar para proporcionar o desenvolvimento das competências necessárias. - Alinhar o Sistema de Educação e Cultura com os Sistemas de Doutrina, Preparo e Emprego e de Pessoal. - Implementar programas que propiciem o desenvolvimento da liderança e de internalização de valores nos diversos níveis. - Prosseguir na implantação do novo sistema de educação e cultura, em consonância com o novo plano de carreira. c) Adequação da infraestrutura de Educação e Cultura: - Construir e adequar instalações nos Estabelecimentos de Ensino (EE). d) Desenvolvimento de ações de apoio à família militar na área do ensino preparatório e assistencial - Revitalizar e ampliar o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB).
OEE 13	**FORTALECER A DIMENSÃO HUMANA**	a) Desenvolvimento de ações de apoio à família militar: - Criar estrutura específica para prestar assistência ao pessoal. - Otimizar o atendimento de saúde assistencial. - Otimizar e ampliar os Sistemas de Assistência Social, de Assistência Religiosa e Atividades de Lazer. - Ampliar o apoio à moradia. - Aprimorar as condições de vida dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF). b) Aperfeiçoamento da gestão de pessoal: - Aperfeiçoar as sistemáticas de recrutamento e de seleção. - Aperfeiçoar a sistemática de avaliação do desempenho - Aperfeiçoar a sistemática de valorização do desempenho. - Implementar a gestão do conhecimento.

		- Prosseguir na implantação do novo plano de carreira. c) Adoção de políticas para atender demandas da inatividade: - Preparar o militar e o servidor civil para a inatividade. - Implementar ações que satisfaçam as demandas da terceira idade. d) Reestruturação das Regiões Militares: - Reestruturar os sistemas e processos.
OEE 14	**AMPLIAR A INTEGRAÇÃO DO EXÉRCITO À SOCIEDADE**	a) Desenvolvimento da mentalidade de defesa: - Elevar o nível de interatividade com a sociedade, principalmente com os formadores de opinião. - Fomentar, junto às Instituições civis, a pesquisa na área de defesa. - Aumentar a quantidade e a qualidade dos Órgãos de Formação de Reservistas. - Incrementar a relação do Exército com os Poderes Constituídos. b) Ampliação da divulgação das ações da Força: - Reestruturar o sistema enfatizando a relevância e a imprescindibilidade do Exército. c) Desenvolvimento da Liderança: - Implementar ações para transformar o Exército em uma “Escola de Lideres”, inclusive para a nação.
OEE 15	**MAXIMIZAR A OBTENÇÃO DE RECURSOS DO ORÇAMENTO E DE OUTRAS FONTES**	a) Realização de gestões para assegurar orçamento compatível, previsível e regular: - Buscar, permanentemente, a obtenção de recursos orçamentários necessários para a implementação de todos os projetos do Exército. - Buscar enquadrar, como despesas ressalvadas e/ou obrigatórias, na LOA, a maior parcela dos recursos orçamentários, bem como obter tratamento que não restrinja a execução dos recursos alocados na LOA. - Criar uma estrutura de assessoria efetiva, constituída de militares e civis com perfis adequados ao relacionamento com diversos órgãos. b) Realização de gestões para o aporte de recursos de outras fontes: - Buscar, permanentemente, a obtenção de recursos orçamentários provenientes de outras fontes de financiamento para todos os projetos do Exército. - Incrementar a obtenção e a gestão de recursos decorrentes de instrumentos de parcerias, com ênfase para os destaques. - Criar uma estrutura de assessoria efetiva, constituída de militares e civis com perfis adequados ao relacionamento com os diversos órgãos.

Fonte: EME

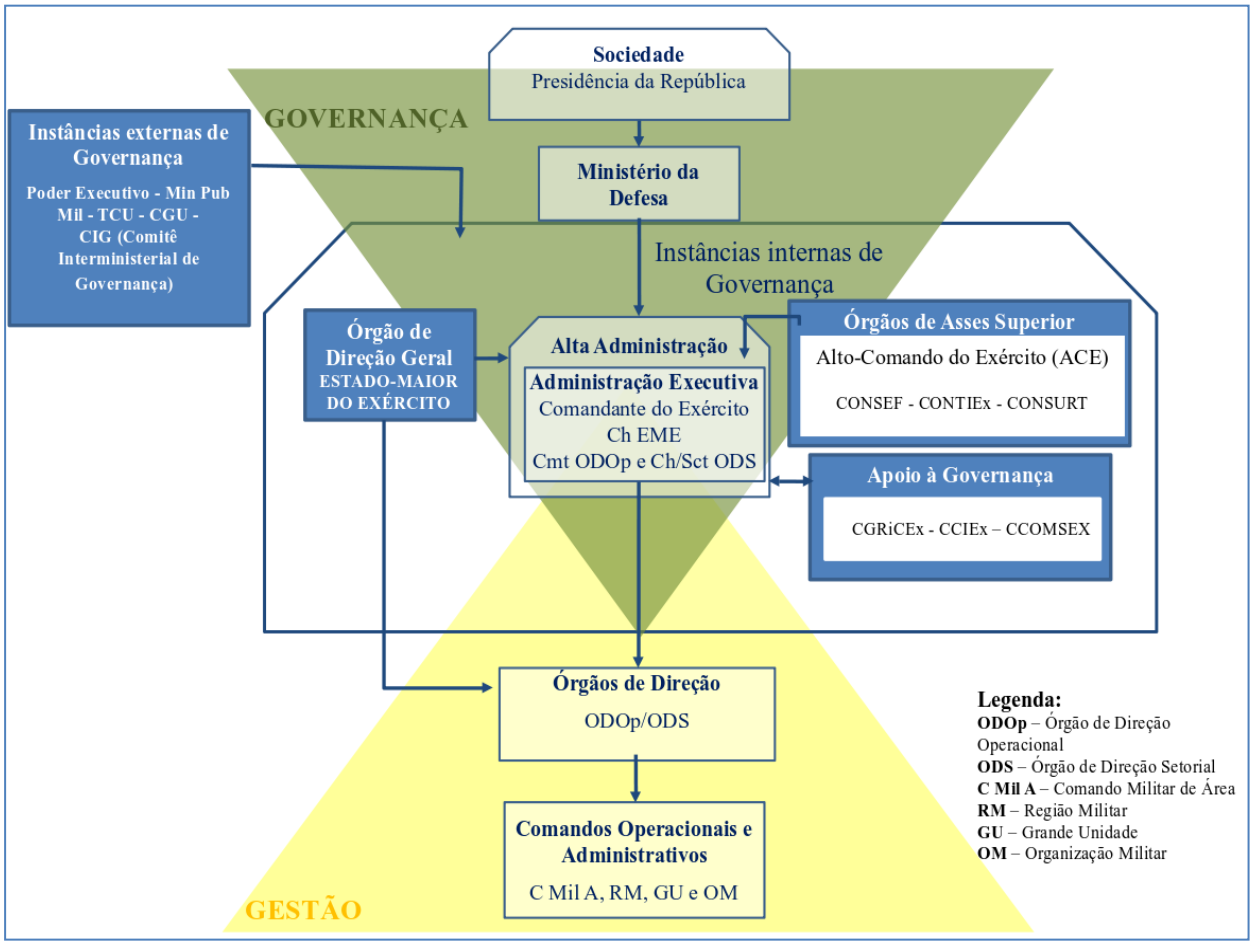
2.2 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A Governança no setor público, segundo definição adotada pelo TCU, consiste em um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para AVALIAR, DIRECIONAR E MONITORAR a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

O EB, organizado com base na hierarquia e disciplina, e sob a autoridade suprema do Presidente da República, dispõe em sua estrutura organizacional de diversas instâncias internas voltadas para potencializar e aprimorar a governança, bem como está sujeito às instâncias externas de governança.

A figura abaixo representa de modo esquemático as principais instâncias internas e externas de governança do EB:

Figura 5 – Modelo de Governança Corporativa do Cmdo Ex



onte: EME

2.2.1 INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

2.2.1.1. Alta Administração do Exército

A Alta Administração do Exército é composta pelo Cmt Ex, pelo Chefe do EME , pelo Comandante do COTER , pelo Comandante do COLOG, pelos Chefes do DECEx, do DGP, do DCT, do DEC e pelo Secretário de Economia e Finanças.

2.2.1.2 Órgão de Direção Geral

O EME é o ODG do Exército e constitui a principal instância interna de governança. É o responsável pela elaboração da Política Militar Terrestre, pelo planejamento estratégico e pela emissão de diretrizes estratégicas, que orientem o preparo e o emprego da Força Terrestre, visando ao cumprimento da destinação constitucional do EB.

O EME realiza o PEEx, baseado em uma sistemática específica e alicerçado em um sistema propriamente dito, o SIPLEx, este definido nas Portarias nº 306-EME, de 22 de dezembro de 2014, e nº 465-EME, de 17 de maio de 2017.

O PEEx define os objetivos a serem alcançados e as estratégias para atingimento destes, ambos alinhados com a missão constitucional da Força, com a Política Nacional de Defesa e END. A fim de subsidiar as decisões estratégicas, o acompanhamento e a medição do desempenho institucional é realizado por intermédio do SMDO.

No que tange à gestão de processos no Exército, esta é conduzida pela Assessoria de Administração do EME e contribui ativamente para o atingimento dos objetivos estratégicos e seus desdobramentos, em particular nos aspectos relacionados à racionalização administrativa, aos processos e às estruturas organizacionais.

A administração do portfólio de programas e projetos estratégicos do Exército é realizada pelo Escritório de Projetos do Exército (EPEx), que coordena, acompanha e controla o desenvolvimento dos mesmos.

2.2.1.3 Órgãos de Assessoramento Superior

2.2.1.3.1 Alto Comando do Exército (ACE)

O Cmt Ex é assessorado pelo ACE, um conselho permanente de assessoramento que se destina a analisar e equacionar a PMT e as estratégias para a sua execução, além de tratar de temas específicos que demandem decisão do Comandante da Força.

O ACEé constituído pelos Generais-de-Exército, da ativa, quando no exercício dos cargos privativos do posto de General-de-Exército, sendo convocado e presidido pelo Cmt Ex. Conforme o Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, que aprova a Estrutura Regimental do EB, lhe compete:

I - analisar e assessorar o Cmt Ex, principalmente:

a) nos assuntos relativos à PMT e às estratégias para sua consecução; e

b) nas matérias de relevância dependentes de decisão do Cmt Ex, em particular as referentes ao preparo e ao emprego da F Ter e ao Plano Diretor do Exército.

II - selecionar os candidatos ao ingresso e à promoção nos quadros de oficiais-generais.

2.2.1.3.2 Conselho Superior de Racionalização e Transformação do Exército(CONSURT)

O CONSURT, incluído na Estrutura Regimental do Cmdo Ex por intermédio do Decreto nº 8.913, de 23 de Novembro de 2016, tem por atribuições assessorar o Cmt Ex:

I - na condução do processo de transformação do Exército;

II - no planejamento, na direção e no controle das grandes aquisições de Produtos de Defesa - PRODE e dos Materiais de Emprego Militar (MEM) complexos;

III - na condução dos projetos estratégicos do Exército; e

IV - na condução dos processos de racionalização no âmbito do Exército.

2.2.1.3.3 Conselho Superior de Economia e Finanças(CONSEF)

O CONSEF,criado pelo Decreto nº 989, de 22 Novembro de 1993, é responsável por assessorar o Cmt Ex:

I - na formulação da política econômico-financeira do Cmdo Ex, em conformidade com as diretrizes governamentais;

II - nos assuntos administrativos-financeiros da Força; e

III - na administração do Fundo do Exército (F Ex).

2.2.1.3.4 Conselho Superior de Tecnologia da Informação do Exército(CONTIEx)

O CONTIEx, incluído na Estrutura Regimental do Cmdo Ex por intermédio do Decreto nº 7.809, de 20 Setembro de 2012, Tem por atribuição assessorar o Cmt Ex:

I - na formulação da Política de Tecnologia da Informação do Cmdo Ex, em conformidade com as diretrizes governamentais; e

II - no planejamento, na direção e no controle das ações de tecnologia da informação do Cmdo Ex.

2.2.2 INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA

2.2.2.1 Comitê de Governança, Riscos e Controles do Exército (CGRiCEx)

O CGRiCEx constitui-se na mais recente instância de apoio à governança do EB, tendo sidoinstituído no contexto da PGR do EB, aprovada pela Portaria nº 004-EME, de 3 de janeiro de 2019. Sua missão-síntese é emitir recomendações para o aprimoramento e atualização da governança, gestão de riscos e dos controles internos da gestão.

2.2.2.2 Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx)

O CCIEx é o órgão responsável por planejar, dirigir, coordenar e executar as atividades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal no âmbito do Cmdo Ex.

2.2.2.3 Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx)

O CComSEx é o órgão responsável por planejar, supervisionar, orientar, coordenar, controlar e promover as atividades de Comunicação Social no âmbito do Exército.

2.2.3 INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA

As principais instâncias externas de governança, responsáveis pela regulação, fiscalização e controle, a que está sujeita a governança do EB são as que se seguem:

- Poder Executivo;
- Ministério Público Militar;
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Controladoria Geral da União (CGU); e
- Conselho Superior de Governança do MD (CSG-MD).

O Exército tem uma estrutura organizacional que facilita sua governança, além de ser constituído sobre os pilares básicos da hierarquia e disciplina.

2.3 PRINCIPAIS CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARTES INTERESSADAS

2.3.1.CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO

FALE CONOSCO – DIVISÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS:

Internet:www.eb.mil.br

E-mail:faleconosco@eb.mil.br.

MÍDIAS SOCIAIS:

*Facebook, Twitter, Youtube e Instagram,*cujos links de acesso estão disponibilizados no endereço*www.eb.mil.br.*

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO (SIC-EB):

Telefones: (61) 3415 5751 e (61) 3415 5813 e *Internet*:www.eb.mil.br

2.3.2 REGISTROS DE DADOS GERENCIAIS E ESTATÍSTICOS

Registro de dados gerenciais e estatísticos sobre a quantidade de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões recebidas e sobre o atendimento/encaminhamento das demandas apresentadas, analisando os resultados observados, inclusive frente a dados registrados em exercícios anteriores.

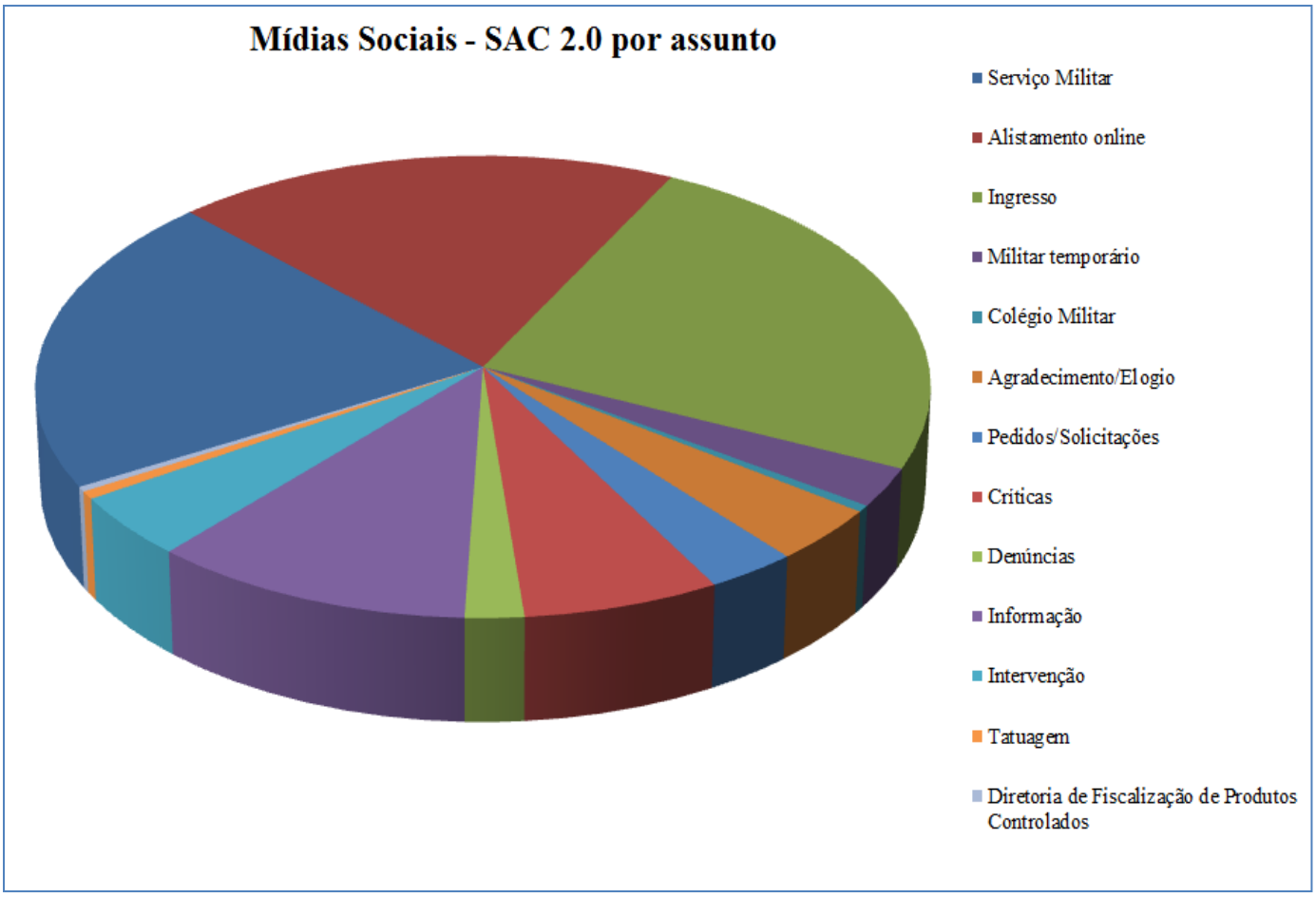
2.3.2.1 Mídias Sociais

Quadro 7 - Atendimento por Assunto – 2018

ASSUNTO	TOTAL
Serviço Militar	3.139
Alistamento online	2.952
Ingresso	3.656
Militar temporário	407
Colégio Militar	68
Agradecimento/Elogio	568
Pedidos/Solicitações	451
Críticas	985
Denúncias	294
Informação	1.616
Intervenção	648
Tatuagem	81
Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados	51
TOTAL	**14.916**

Fonte: CComSEx

FIGURA 6 - MÍDIAS SOCIAIS POR ASSUNTO



Quadro 8 - Avaliação das Mensagens Recebidas – 2018

AVALIAÇÃO	TOTAL (%)
POSITIVO	40,4
NEUTRO	40,3
NEGATIVO	19,3
TOTAL	100

Fonte: CComSEx

Fruto dos dados coletados, observa-se que as mídias sociais do Exército Brasileiro são um canal de fácil acesso para a solução de dúvidas corriqueiras, principalmente sobre as formas de ingresso e o serviço militar.

As mídias sociais propiciam um ambiente de interação jovem e amigável, onde as estruturas burocráticas são contornadas por um acesso direto e instantâneo. O acompanhamento tecnológico é essencial nesse cenário, onde prever tendências é muito difícil.

Existem, ainda, oportunidades de melhorias no aprimoramento do Atendimento ao Cidadão, principalmente por meio do emprego de inteligência artificial.

2.3.2.2 Acesso ao sítio do Exército na Internet

Quadro 9 - Acessos mensais ao sítio do EB, em 2017 / 2018

MÊS	NÚMERO DE ACESSOS/2017	NÚMERO DE ACESSOS/2018	% de Aumento
MÉDIA MENSAL	2.407.219	2.976.038	24
Janeiro	1.906.894	2.298.362	21
Fevereiro	1.791.511	2.430.855	36
Março	2.027.168	2.754.956	36
Abril	2.021.624	3.518.883	74
Maio	2.987.233	3.399.278	14
Junho	2.369.729	2.808.034	18
Julho	2.163.293	3.228.678	49
Agosto	3.859.626	4.874.570	26
Setembro	3.722.750	3.463.213	-7
Outubro	2.321.672	2.439.304	5
Novembro	1.902.594	2.266.061	19
Dezembro	1.812.530	2.230.266	23
Total do ano:	**28.886.624**	**35.712.460**	**24**

Fonte: CComSEx

2.3.2.3 ,Serviço de Informação ao Cidadão (SIC – EB)

a. Tabulação

Quadro 10 - Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) – 2018

Descrição	Quantidade	%
Pedidos iniciais sem recursos (CComSEx)	870	86,05
Recursos de 1ª instância (EME) – que não subiram para a 2ª instância	92	9,10
Recursos de 2ª instância (Gab Cmt) – que não subiram para a CGU	21	2,07
Recursos de 3ª instância (CGU) – que não subiram para a CMRI	20	1,98
Recursos de 4ª instância (CMRI)	8	0,80
Total de pedidos iniciais processados no CComSEx	1011	100

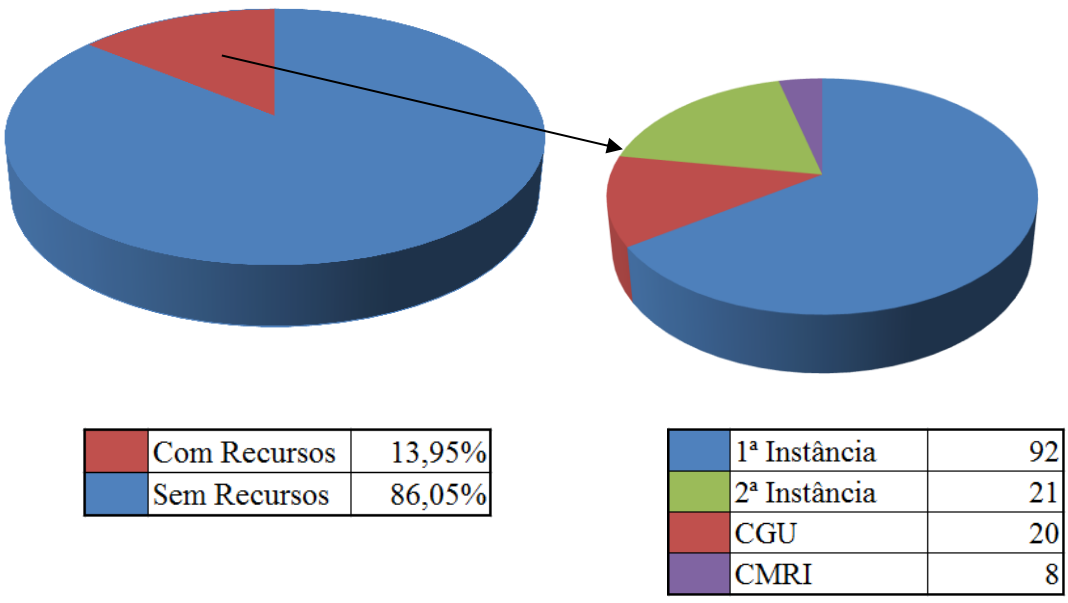
Fonte: CComSEx

b. Avaliação do SIC

a) 86,05% dos pedidos foram respondidos pelo próprio SIC-EB;
b) 13,95% seguiram para as próximas etapas recursais para análise das negativas de acesso à informação, dos quais:

1) 9,10% foram resolvidos na 1º instância (EME), não subindo para a 2ª instância (Gab Cmt Ex);
2) 2,07% foram resolvidos na 2ª instância (Gab Cmt Ex), não subindo para a CGU (3ª instância);
3) 1,98% foram resolvidos na 3ª instância (CGU), não subindo para a CMRI (4ª e última instância); e
4) 0,80% de recursos passaram para a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI), como última instância recursal administrativa na análise de negativas de acesso à informação.

Figura 6 - Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) - 2018

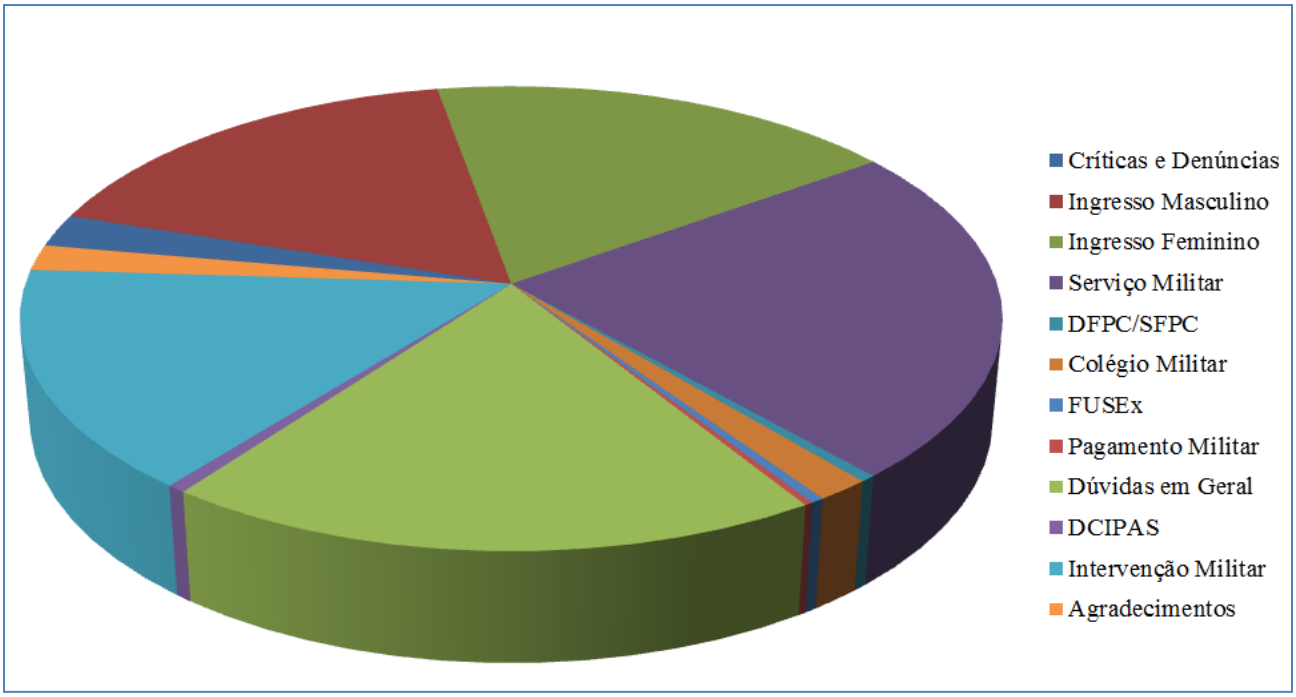


2.3.2.4 Fale Conosco

Quadro 11 - Demandas do "FALE CONOSCO" 2018

Assuntos	*Meses*												*Total*	*%*
	Jan	*Fev*	*Mar*	*Abr*	*Mai*	*Jun*	*Jul*	*Ago*	*Set*	*Out*	*Nov*	*Dez*		
Críticas e Denúncias	63	66	147	45	120	110	106	122	210	455	330	280	**2054**	**2,27%**
Ingresso Masculino	273	223	423	1173	1130	1380	1490	1850	2300	1980	1788	1530	**15540**	**17,15%**
Ingresso Feminino	291	192	437	1290	1292	1150	1202	1640	2050	2200	2350	2101	**16195**	**17,87%**
Serviço Militar	642	480	592	1184	1310	1700	1921	2100	3004	2970	2456	2870	**21229**	**23,43%**
DFPC/SFPC	37	33	41	48	35	40	35	25	15	12	28	58	**407**	**0,45%**
Colégio Militar	59	77	143	91	62	72	38	52	130	220	280	187	**1411**	**1,56%**
FUSEx	38	30	33	48	32	28	44	38	28	14	12	10	**355**	**0,39%**
Pagamento Militar	22	11	62	30	21	18	15	10	3	1	8	18	**219**	**0,24%**
Dúvidas em Geral	324	158	257	1123	1340	1460	1790	2360	1860	2473	2050	1995	**17190**	**18,97%**
DCIPAS	32	30	43	15	10	21	44	92	58	44	44	55	**488**	**0,54%**
Intervenção Militar	59	241	162	1153	1750	1935	2200	1400	1670	1340	1100	890	**13900**	**15,34%**
Agradecimentos	62	66	91	48	18	22	38	52	68	350	287	512	**1614**	**1,78%**
Total	1902	1607	2431	6248	7120	7936	8923	9741	11396	12059	10733	10506	**90602**	**100,00%**

Figura 7 - DEMANDAS DO FALE CONOSCO 2018



2.3.3 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações referentes à prestação de contas anual do Cmdo Ex encontram-se no portal do EB na Internet - www.eb.mil.br, guia ACESSO À INFORMAÇAO (lado esquerdo da página) - AUDITORIAS/PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL (parte central da página).

2.3.4 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

As pesquisas de opinião pública realizadas por institutos nacionais, como o IBOPE, a FGV, o DATAFOLHA, o Instituto SENSUS e a MK Pesquisa, entre outros, são os principais instrumentos de medição da satisfação e da confiabilidade da sociedade brasileira em relação aos serviços prestados pelo Exército. Os resultados da última pesquisa solicitada pelo Exército, realizada em janeiro de 2016 pela empresa MK Pesquisa, forneceram parâmetros para a atualização do Planejamento Estratégico do Exército, particularmente para a Comunicação Estratégica.

Quadro 12 - Pesquisas de Opinião (2013-2017)

Ano	%	Instituição	Item Avaliado
2013	75 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES - FA (refere-se ao 3º trimestre 2012)
	64 %	IBOPE	ÍNDICE DE CONFIANÇA SOCIAL - FA (Julho 2013)
2014	72 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI) - 2º e 3º Trim 2013.
	64 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI - IPCL) - 4º Trim 2013 e 1º trim 2014.
	68 %	FGV	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (pesquisa FGV Índice de Confiança no Judiciário - ICJBrasil) - Abr 2013 a Mar 2014
2015	68 %	FVG	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa do ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DO CUMPRIMENTO DA LEI - IPCL) - 1º Trim 2015
	73 %	DATAFOLHA	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES (no bojo da pesquisa sobre o FINANCIAMENTO EMPRESARIAL DE CAMPANHAS) - Jul 2015
2016	81,1%	MK Pesquisa	PESQUISA ENCOMENDADA PELO EXÉRCITO – JAN 2016
2017	83%	DATAFOLHA	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES – Jun 2017 (O Exército no contexto das FA)

Fonte: Gab Cmt Ex

2.3.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Em relação ao portal do Exército na Internet, o atendimento é adequado. À época da reformulação do portal, em 2014, foram seguidas as recomendações do MD.

É utilizada a linguagem LIBRAS (surdos-mudos) em produtos destinados aos públicos interno e externo, como, por exemplo, "O COMANDANTE RESPONDE".

3. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Os riscos estão presentes em qualquer atividade executada pela Instituição. A gestão de riscos está incorporada tanto à governança quanto à gestão, sendo realizada em todos os escalões do EB . A Instituição adota esta prática a fim de melhorar seu desempenho e obter resultados cada vez mais satisfatórios no emprego do poder militar e na área administrativa. Para isto, tem investido na capacitação de seus integrantes com maior intensidade nos últimos anos, além de proceder à atualização do arcabouço normativo referente ao tema.

3.1 PRINCIPAIS RISCOS E SUA VINCULAÇÃO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

As OM se deparam com diversos riscos, os quais, para o EB, classificam-se em: riscos estratégicos, riscos operacionais, riscos de imagem/reputação, riscos de conformidade, riscos financeiros/orçamentários, riscos tecnológicos, riscos de ativos, riscos ao meio ambiente e riscos para a integridade que configurem ações ou omissões

que possam favorecer a ocorrência de fraudes ou atos de corrupção, podendo ser causa, evento ou consequência de outros riscos.

No tocante à estrutura da Gestão de Riscos no EB, há oito componentes que se inter-relacionam ao processo de gestão das OM:

- Ambiente interno: inclui, entre outros elementos, integridade, valores éticos e competência das pessoas, maneira pela qual a gestão delega autoridade e responsabilidades, estrutura de governança organizacional, políticas e práticas de recursos humanos. O ambiente interno é a base para todos os outros componentes da estrutura de gestão de riscos, provendo disciplina e prontidão para a gestão de riscos;
- Fixação de objetivos: todos os níveis da Instituição (alta administração, departamentos, diretorias e demais OM) devem ter objetivos fixados e comunicados. A explicitação de objetivos, alinhados à missão e à visão da organização, é necessária para permitir a identificação de eventos que potencialmente impeçam sua consecução;
- Identificação de eventos: devem ser identificados e relacionados os riscos inerentes à própria atividade da organização, em seus diversos níveis;
- Avaliação de riscos: os eventos devem ser avaliados sob a perspectiva de probabilidade e impacto de sua ocorrência. A avaliação de riscos deve ser feita por meio de análises qualitativas, fazendo uso de lógica intuitiva com critérios preestabelecidos e escala de valoração para determinar o nível do risco. Os riscos devem ser avaliados quanto à sua condição de inerentes ou residuais;
- Resposta a riscos: a OM deve identificar qual estratégia seguir (evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar) em relação aos riscos mapeados e avaliados. A escolha da estratégia dependerá do nível de exposição a riscos previamente estabelecido pelo EB em confronto com a avaliação que se fez do risco;
- Atividades de controles internos: são as políticas e os procedimentos estabelecidos e executados para mitigar os riscos que a organização tenha optado por tratar. Também denominadas de procedimentos de controle, devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Incluem uma gama de controles internos da gestão preventivos e detectivos, bem como a preparação prévia de planos de contingência e resposta à materialização dos riscos;
- Informação e comunicação: informações relevantes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas, a tempo de permitir que as pessoas cumpram as tarefas de sua responsabilidade, não apenas com dados produzidos internamente, mas, também, com informações sobre eventos, atividades e condições externas, que possibilitem o gerenciamento de riscos e a tomada de decisão. A comunicação das informações produzidas deve atingir todos os níveis, por meio de canais claros e abertos que permitam que a informação flua em todos os sentidos; e
- Monitoramento: tem como objetivo avaliar a qualidade da gestão de riscos e dos controles internos da gestão, por meio de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, buscando assegurar que estes funcionem como previsto e que sejam modificados apropriadamente, de acordo com mudanças nas condições que alterem o nível de exposição a riscos.

Em 2018, prosseguindo com as ações de implantação e aperfeiçoamento previstos pela Instrução Normativa Conjunta (INC) nº 01 MP/CGU, que determinou a adoção de uma PGR em todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, o EME atuou no sentido de capacitar um número maior de militares, aprovar novos documentos relativos ao tema, revisar a PGR e de aperfeiçoar o processo de Gestão de Riscos no âmbito da Instituição.

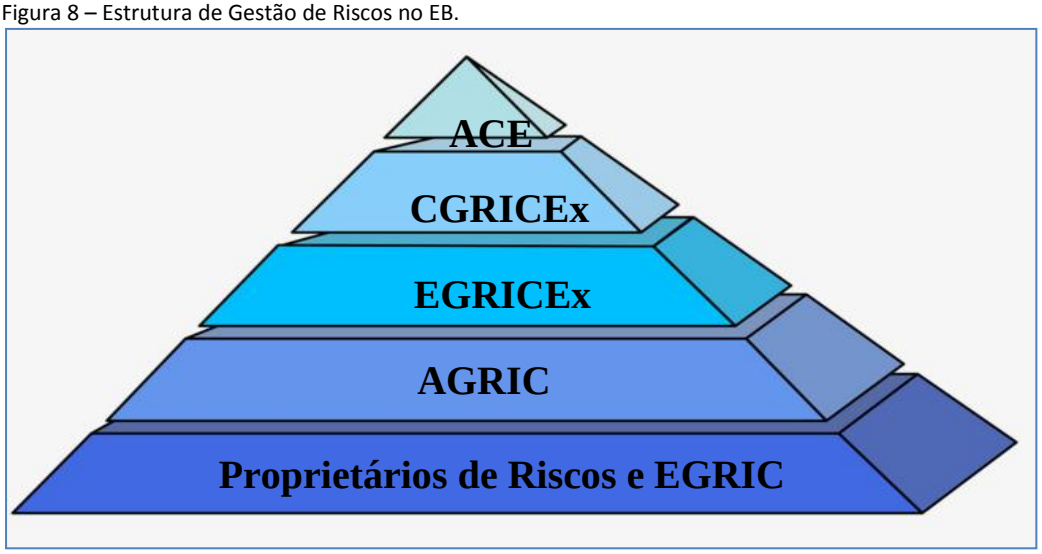
Este processo encontra-se em andamento e sua implantação requer que as ações sejam executadas de forma lenta e gradual, a fim de que os diversos órgãos atinjam um nível de maturidade semelhante para que se possa avançar nas fases posteriores. Entretanto, é correto afirmar que mesmo antes da publicação da Portaria do Cmt Ex n° 465, de 17 de maio de 2017, que aprovou a Política de Gestão de Riscos, o EB já realizava a gestão de riscos nas diversas atividades de caráter eminentemente militar ou administrativo.

Houve, portanto, uma sistematização com base nas melhores práticas sobre o tema e de acordo com a orientação da CGU. Neste sentido e em virtude das peculiaridades do EB, ficou estabelecido que os comitês não possuiriam poderes decisórios, mas de assessoramento, cabendo as decisões exclusivamente ao Comandante do EB. Foram, ainda, cumpridas as determinações contidas no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

A PGR motivou debates entre os militares envolvidos com o assunto. Conforme as Instruções Gerais (IG) sobre Publicações (EB10-IG-01.002), a Política é um "documento expedido pelo Cmt Ex, a partir de estudos e propostas elaborados pelo EME, que estabelece objetivos, orientando e conduzindo determinado processo global que vise à conquista e manutenção desses objetivos". Desta forma, procurou-se editar uma nova PGR.

A atual PGR em vigor, publicada por intermédio da Portaria nº 004, de 3 de janeiro de 2019 foi fruto do trabalho realizado durante o ano de 2018, reafirmando o compromisso do EB com a implantação da gestão de riscos, de modo a torná-la mais abrangente, genérica e perene. A próxima etapa deste processo será o estabelecimento de uma Diretriz que regule a atual Política a fim de esclarecer e detalhar as fases e procedimentos necessários para a implantação da Gestão de Riscos no âmbito do EB. No intuito de proceder à integração das instâncias da gestão de riscos, o EB valeu-se de algumas estruturas existentes, bem como criou outras, conforme abaixo discriminadas:

Figura 8 – Estrutura de Gestão de Riscos no EB.



Fonte: EME

- ACE;
- CGRiCEx;
- Escritório de Gestão de Riscos e Controles do Exército (EGRiCEx);
- Assessorias de Gestão de Riscos e Controles (AGRiC); e
- Proprietários de Riscos e Controles (PRisC) e as Equipes de Gestão de Riscos, Integridade e Controles Internos (EGRIC).

Conforme anteriormente abordado, a diretriz para regulamentação da PGR será publicada no ano de 2019. Segundo as IG para as Publicações Padronizadas do Exército (EB 10-IG 01.002), a Diretriz "detalha os objetivos definidos pelas políticas fixadas na organização. É um conjunto de instruções ou prescrições de caráter detalhado e específico, baixadas por autoridade competente, visando definir objetivos e metas, orientar a ação, fixar prioridades ou regular a conduta para a consecução de uma atividade administrativa, operacional, de instrução ou de ensino". Ela trará detalhes com as Visitas de Orientação Técnica (VOT), que serão abordadas adiante.

Outro tópico relevante pertencente ao processo de gestão de riscos no âmbito do EB foi a confecção e publicação do Programa de Integridade. O Aviso Circular nº 2/2018/GM/CGU, de 9 de março de 2018, e a Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, determinaram que os órgãos e entidades instituíssem programas de integridade que demonstrasse o comprometimento da alta administração e que fosse compatível com sua natureza, porte, complexidade, estrutura e área de atuação. Previu um processo de estabelecimento de metas intermediárias, tendo como base a constituição da Unidade de Gestão da Integridade (UGI), responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do programa, cujo prazo foi cumprido pela Instituição.

A segunda fase, vencida em 30 de novembro de 2018, consistiu na aprovação do Programa de Integridade, documento que formaliza a adoção, no âmbito do EB, do referido programa. Nesse sentido, foram cumpridas as etapas intermediárias com a aprovação dos seguintes planos e documentos:

- fluxo interno para verificação das situações de nepotismo;
- instituição da comissão de ética, instrumento já adotado pelo Exército por intermédio dos Tribunais de Honra e dos Conselhos de Justiça e de Disciplina;
- fluxo interno para análise de consultas sobre conflito de interesses;
- fluxo interno para tratamento de denúncias;
- designação da área responsável pela condução de processos disciplinares; e
- levantamento dos principais riscos para a integridade e estabelecimento de medidas de tratamento.
- No prosseguimento das ações de implantação e aperfeiçoamento da PGR, ocorreram na guarnição de Brasília, em 2018, os seguintes cursos e estágios:
- 3º Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos e Gestão, ministrado pelo CCIEx;
- 1º Seminário de Riscos e Integridade do EB;
- Capacitação em conflitos de interesses, nepotismo e programa de integridade na CGU;
- Capacitação/Curso de gestão de riscos *Management os Risk (MoR)*; e
- Curso de Mandala de Riscos;
- Importante destacar que o seminário de Riscos e Integridade do EB contou com a participação de 60 (sessenta) pessoas, entre militares e civis convidados das diversas entidades da cidade/guarnição de Brasília.

- A fim de promover a publicidade necessária ao tema, bem como o seu cumprimento, foram publicadas no Boletim do Exército as seguintes portarias:

- Portaria nº 1.127-Cmt EB, de 20 de julho de 2018, que designou o EME como UGI do EB. Dessa forma, cabe ao EME a coordenação da estruturação, execução e implantação do Programa de Integridade na Instituição;

- Portaria nº 115-EME, de 25 de julho de 2018, que tratou sobre a Constituição de Grupo de Trabalho de Integridade e Gestão de Riscos, no âmbito do EB. Foram realizadas 11(onze) reuniões pelo GT ao longo do ano de 2018; e

- Portaria nº 316-EME, de 30 de novembro de 2018, que aprovou o Plano de Integridade do EB, 1ª Edição, 2018.

Em 2018, gestores de riscos das diversas OM do Quartel-General do Exército (QGEx) que trabalham com o tema participaram do Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos da Gestão. Naquela ocasião, foram apresentadas atualizações da metodologia de gestão de riscos em atendimento às novas legislações, recomendações e melhores práticas em vigor, de forma a ficar mais vocacionada para o tratamento de riscos ligados, de forma geral, aos processos críticos das OM.

O EGRICEx participou com seus integrantes de capacitações oferecidas pela Secretaria de Transparência e Prevenção à Corrupção da CGU, o que possibilitou atualizar conhecimentos e adotar melhores práticas sobre o assunto no âmbito da Instituição. Aproveitando a reunião anual dos assessores de gestão, foi ministrada palestra versando sobre gestão de riscos, na qual foi apresentado, dentre outros temas, a minuta da nova PGR do Exército.

Em continuidade ao processo de implantação da gestão de riscos e integridade, o EME iniciará, a partir do ano de 2019, a execução das VOT nos ODS, ODOp, OADI e prioritariamente, nas sedes dosC Mil A, visando alcançar os seguintes objetivos: verificar o estágio de implantação da gestão de riscos no órgão, ministrar o curso de Curso de Gestão de Riscos e Controles Internos e Gestão para militares e realizar o monitoramento e controle do Programa de Integridade, com base nas medidas anteriormente definidas.

O principal objetivo das VOT, portanto, é orientar e verificar o cumprimento das medidas para implantação da PGR e do Programa de Integridade. Após a conclusão, serão realizadas paulatinamente novas pesquisas de maturidade em gestão de riscos.

Ressalta-se que a SEF manteve, como em anos anteriores, a 2ª fase do curso de preparação para os oficiais nomeados Comandantes/Chefes/Diretores de OM, realizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Portal de Educação do Exército.

Tal etapa, no assunto “Ordenação de Despesas”, objetivou proporcionar aos militares concludentes a compreensão e a aplicação dos conceitos relacionados à área de Economia e Finanças, auxiliando-os no desempenho da função de Comandante, Diretor, Chefe de OM.

Nesse contexto, destacou-se o módulo de Controle Interno e Gestão de Riscos, elaborado e tutoriado por um instrutor do CCIEx, auxiliando na difusão das práticas relacionadas à gestão de riscos.

Isto posto, entende-se que, apesar de a gestão de riscos já ser tratada no âmbito do EB há algum tempo, vislumbra-se, com a adoção da atual Política em vigor, da Diretriz e da Metodologia, tornar a gestão de riscos mais simples e eficaz, de modo a permitir o atingimento dos objetivos da Instituição com maior eficiência e segurança.

3.2 MEDIDAS ESPECÍFICAS DE GERENCIAMENTO DOS RISCOS SIGNIFICATIVOS

O PEEx 2016-2019, principal produto do SIPLEx, é um documento que tem por missão "Contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social". Como consequência, prepara a F Ter e a mantém em permanente estado de prontidão.

O PEEx traduz, efetivamente, o investimento da Força. Cabe destacar que a 3ª Edição em vigor, do ciclo 2016-2019, foi modificada para se adequar às restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional n° 95/2016. Desse modo, foram retiradas 202 (duzentas e duas) Atividades Impostas em relação à versão anterior (2ª Edição), as quais serão a base para a confecção do PEEx 2020-2023.

Para cada um dos objetivos estratégicos há, pelo menos, 1 (um) ODS, o ODOp ou AODI diretamente responsável, de acordo com a afinidade em relação ao assunto. Excepcionalmente, o OEE 2 é de responsabilidade de uma subchefia do EME.

No ano de 2018, foi priorizado o estabelecimento de uma nova PGR, além de capacitação da metodologia para o gerenciamento dos riscos, atividade fundamental visando à padronização de processos e procedimentos voltados para o atingimento dos OEE.

No ano de 2019, será priorizada a identificação e avaliação dos riscos que possam impactar a consecução dos OEE. De posse destes riscos, será confeccionado um documento denominado Portfólio de Riscos do EB com relação direta aos OEE.

No prosseguimento desta atividade, serão aprimorados os diversos controles preventivos e detectivos visando, principalmente, a adoção de procedimentos para a mitigação destes riscos, de modo a torná-los aceitáveis de acordo com o grau de tolerância aos riscos que a Instituição está disposta a assumir.

De maneira geral, a falta ou redução dos recursos financeiros é o grande óbice que dificulta a continuidade dos diversos projetos, sendo talvez o maior risco que a Instituição está sujeita. O EB, naquilo que depende apenas do seu esforço, trabalha seus recursos humanos, processos, projetos e infraestrutura com o objetivo de melhor se adaptar ao momento econômico atual.

Com a finalidade de alinhar o SIPLEx com a gestão de riscos, em atendimento aos fundamentos estabelecidos na PGR, no ano de 2017, foram viabilizadas ações concernentes à identificação mais detalhada dos riscos estratégicos no âmbito do EB. Neste sentido, foram incorporados ao processo de gestão de riscos estratégicos às Reuniões de Análises da Estratégia (RAE), conduzidos de forma independentes pelos diversos ODS e pelo ODOp.

Os trabalhos realizados levaram em consideração algumas premissas, a seguir elencadas: a gestão de riscos é parte integrante do ciclo da estratégia, as decisões tomadas nas ERA consideraram os riscos estratégicos, a identificação dos riscos estratégicos que ocorreu em função de cada um dos OEEe em cada OEE, foram identificados de 2 (dois) a 5 (cinco) riscos, de acordo com as análises de cenário realizadas, assinalando suas prováveis causas, destacando as possíveis consequências, os controles preventivos, detectivos e os planos de continência;

Os documentos base para identificação desses riscos foram o PEEx 2016-2019 e a PMT, além de documentos setoriais de responsabilidade de cada órgão.

Cabe destacar, ainda, que a PMT aborda conceitos relevantes para a identificação de riscos estratégicos relacionados aos OEE, dentre eles destacam-se os fatores críticos de sucesso.

A Metodologia da Gestão de Riscos descreve com maior detalhe os riscos dos processos, os quais contribuem de forma significativa para o atingimento dos OEE. Em 2019, está prevista a continuidade deste estudo e análise, destacando as possíveis causas, consequências, os controles preventivos e detectivos, além da confecção dos respectivos planos de ação.

Por fim, a realização das VOT permitirá, dentre outras ações, análise e adequação dos objetivos estabelecidos pelos diversos ODS, pelo ODOp e pelos OADI, bem como dos C Mil A aos respectivos planos setoriais e de gestão e o nível de alinhamento com osOEE.

4. RESULTADOS DA GESTÃO

Representando a síntese do resultado a ser alcançado pelo Exército na execução do Planejamento Estratégico, com foco no *core* da Missão do Exército, os índices de desempenho da ampliação da projeção do EB no cenário internacional (IC 01_01), de contribuição com o desenvolvimento sustentável e a paz social (IC 01_02), da capacidade de atuação no ambiente cibernético (IC 01_03) e de operacionalidade da Força Terrestre (IC01_04) demonstram, como apresentado abaixo nos relógios de medição de desempenho e escala no gráfico categórico ordinal do Sistema JaguarWeb, ferramenta de TI empregada para o controle e acompanhamento da medição e do desempenho dos Objetivos Estratégicos, o bom desempenho que a gestão vem tendo no Processo de Transformação do Exército, principal tema estratégico do planejamento, assim como principal objetivo da Política Militar Terrestre.

Figura 9 - Índices da Gestão

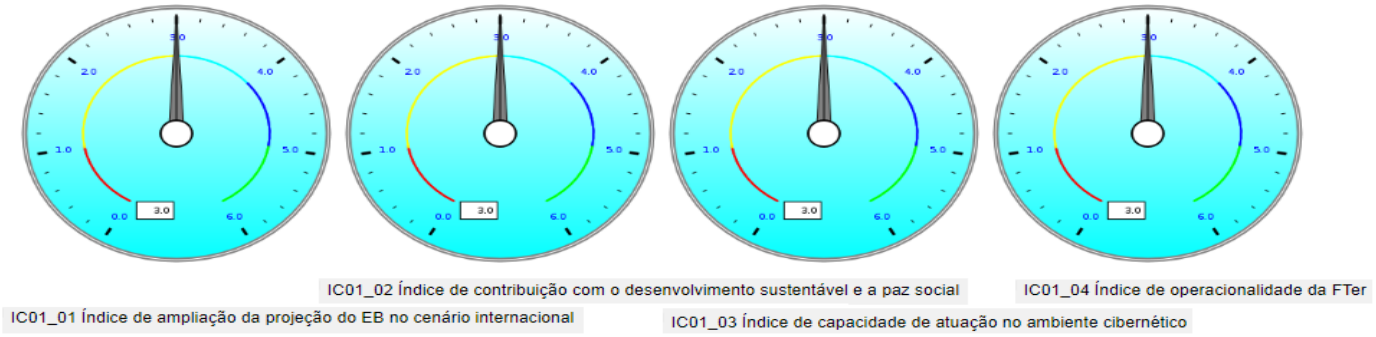
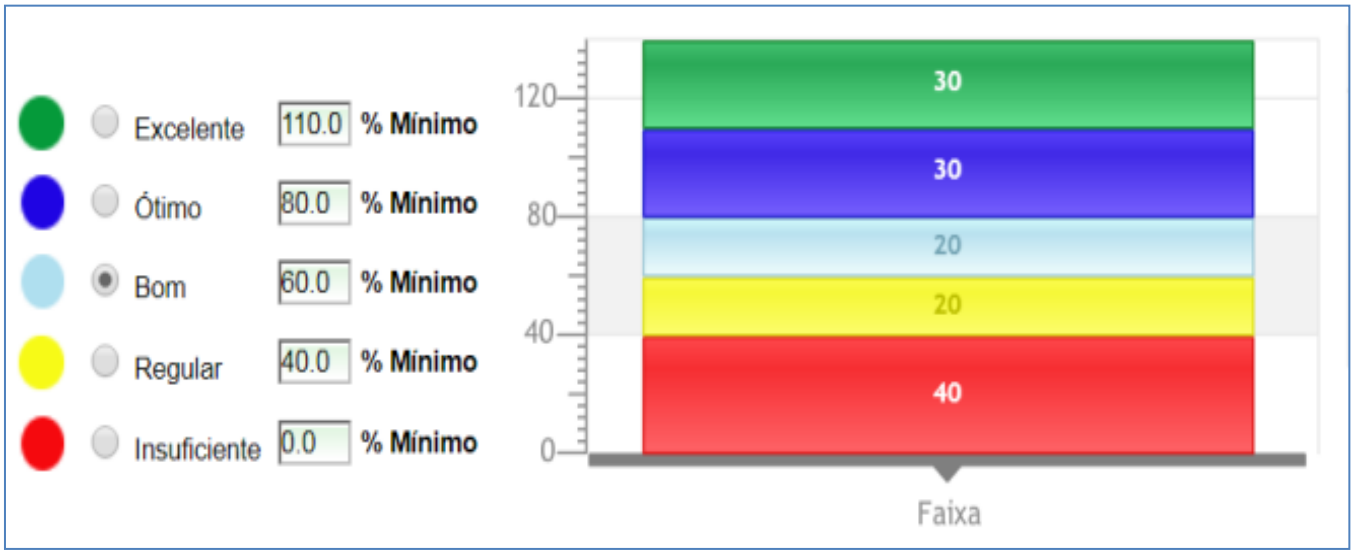
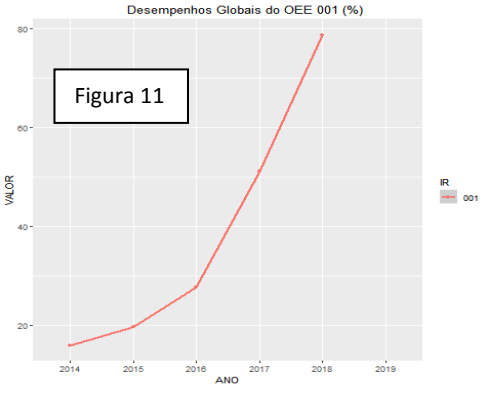


Figura 10 - Medição dos índices da Gestão



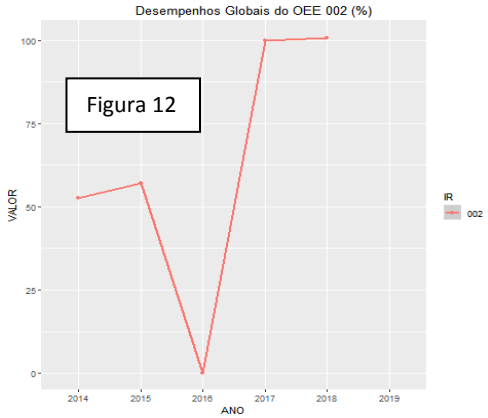
4.1 RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4.1.1.OEE 01 – Contribuir com a dissuasão extra-regional:



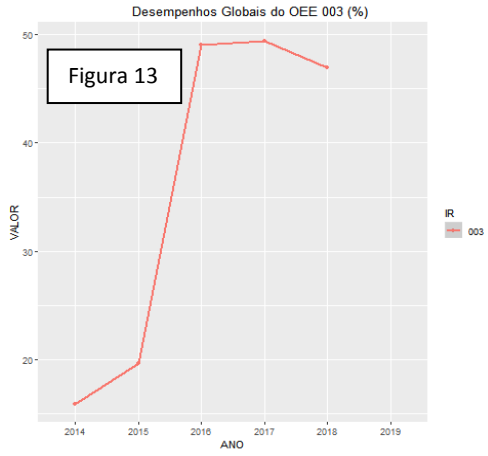
Representa a síntese do resultado a ser alcançado pelo Exército na execução do Planejamento Estratégico, com foco no *core* da Missão e, principalmente, na perspectiva da sociedade, visto que este OEE é composto pelos resultados dos OEE 02,03,04 e 05. O Exército mantém, conforme desempenho demonstrado no gráfico abaixo, um crescente índice de reconhecimento como uma Força Terrestre com capacidade dissuasória compatível com a estatura político-estratégica do Brasil, reestruturando-se para o combate no amplo espectro, adequando a infraestrutura das instalações terrestres para atuar sob a égide do trinômio monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação, mantendo a presença ou a capacidade de se fazer presente em regiões estratégicas; incrementando as mobilidades estratégica e tática; e contribuindo com a definição das capacidades mínimas que se desejam do Sistema de Mobilização e para o desenvolvimento da cultura de mobilização.

4.1.2.OEE 02 – Ampliar a projeção do Exército no cenário internacional:



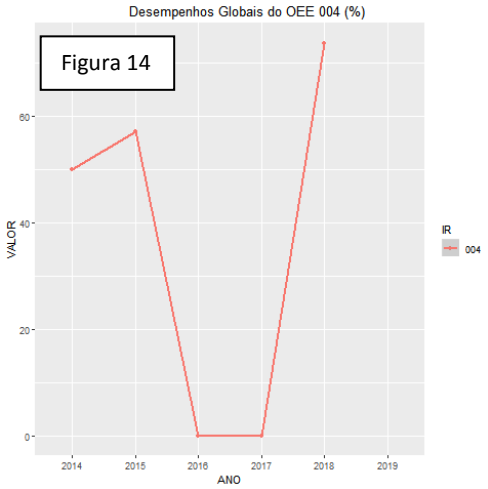
De forma geral, o Exército vem aumentando a participação no ambiente global por meio de missões de paz, ações de ajuda humanitária, intercâmbio e cooperação com as nações amigas, e com a presença em organismos de decisão internacionais, sempre refletindo a Política Externa Brasileira. Tais resultados podem ser visualizados no gráfico de desempenho, o qual demonstra o crescimento do desempenho desde 2014 até a última medição apesar de não haver registros de medição para o ano de 2016 em função de ajustes na metodologia aplicada.

4.1.3.OEE 03 – Contribuir com o desenvolvimento sustentável e a paz social:



vem ocorrendo ao estabelecer parcerias, particularmente com a Administração Pública Federal, para atuar em áreas de interesse da Defesa, a participação em operações de ajuda humanitária e de defesa civil; ampliando a capacidade operacional da Engenharia; reorganizando e reequipando as organizações militares que têm responsabilidade de proteger as Estruturas Estratégicas Terrestres do País. Ainda carece de aperfeiçoar medidas de proteção ambiental em todas as atividades e áreas militares. Conforme o gráfico demonstra, os resultados deste OEE vêm melhorando ao longo dos anos, seja por conta do aperfeiçoamento da medição, seja pela melhoria no atendimento aos requisitos deste.

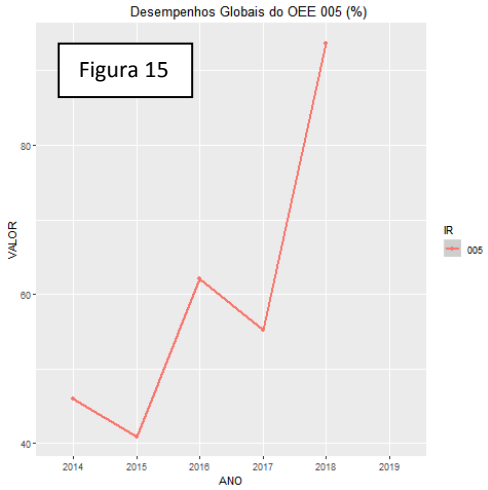
4.1.4.OEE 04 –Atuar no espaço cibernético com liberdade de ação:



Mantém a capacidade de assegurar o controle efetivo do espaço cibernético, preservando os interesses nacionais, por meio de ações defensivas e ofensivas, no contexto de um planejamento operacional militar, podendo agir, também, para retomar o controle de setores vitais do Estado brasileiro, no caso de perda da qualidade ou mesmo interrupção de um serviço, decorrente de um ataque cibernético. O gráfico mostra um crescimento do desempenho deste OEE entre 2014 e 2018, indicando uma contínua melhoria na referida atuação, apesar de não haver registros de medição para os anos 2016 e 2017 em função de ajustes na metodologia aplicada.

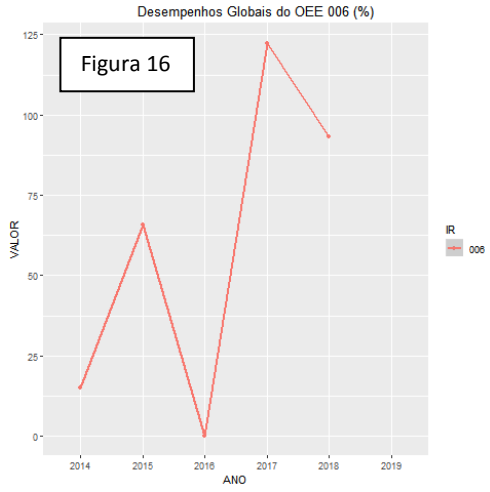
4.1.5.OEE 05 – Aperfeiçoar o Sistema Operacional Militar Terrestre:

Empregando plenamente os conceitos doutrinários da Era do Conhecimento e utilizando-se do planejamento baseado em capacidades, orienta e coordena o preparo e o emprego da Força Terrestre, com ênfase no Efetivo Profissional (EP). No preparo, dispondo de modernos sistemas de simulação, contribui com o desenvolvimento das capacidades necessárias e certifica as OM e seus Estados-Maiores nos diferentes escalões; e implementando um caráter predominantemente prático, desenvolve as competências do líder em todos os escalões. No emprego, considerando os diferentes ciclos de adestramento, realiza a geração de força com a necessária prontidão, de acordo com os cenários, as ameaças e/ou interesses no ambiente operacional considerado. Consta no gráfico que os resultados para este OEE, de forma geral, têm melhorado nos últimos cinco anos, indicando uma possível tendência positiva para o futuro. A discrepância percebida entre os resultados de 2014 e 2015 comparados aos resultados mais recentes é explicada pela mudança de metodologia de medição ao longo desse período.

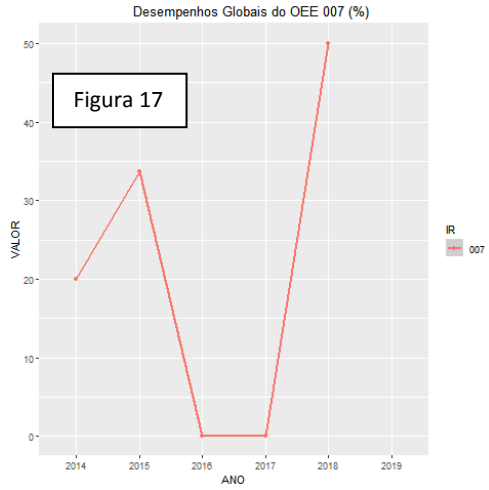


4.1.6.OEE 06 – Manter atualizado o Sistema de Doutrina Militar Terrestre:

em constante evolução e aperfeiçoamento, baseado em conceitos doutrinários da Era do Conhecimento e estruturado para viabilizar a prospecção doutrinária e possibilitar o dinamismo na atualização e difusão do conhecimento, gradativamente reestrutura o Sistema de Doutrina Militar Terrestre ao estabelecer a permanente atualização e difusão da Doutrina Militar Terrestre, um Sistema de Doutrina apoiado em ferramentas de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) e com um sistema efetivo de gestão do conhecimento; aperfeiçoa a pesquisa e a prospecção doutrinária no âmbito da Força; contribui com o Ministério da Defesa para o aperfeiçoamento da Doutrina Militar Conjunta; estabelece uma Doutrina Militar Terrestre compatível para uma Força transformada; desenvolve doutrina para atuar no espaço cibernético; desenvolve um sistema de lições aprendidas; definir, de forma clara, realista e objetiva, a organização, o equipamento e o preparo que servirão de base para a formulação da doutrina de emprego da Força Terrestre. Tal evolução é indicada pelo gráfico dos resultados de desempenho, onde os valores registrados em 2014 e 2015 representam os índices globais desse OEE e os valores para 2017 e 2018 já representam os desempenhos, comparando-se os índices com suas respectivas metas, apesar de não haver registros de medição para o ano 2016 em função de ajustes na metodologia aplicada.



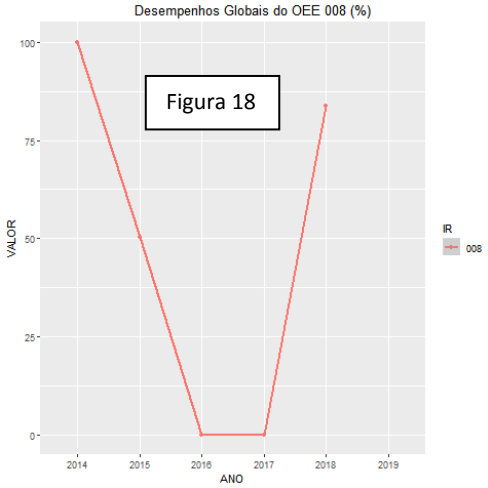
4.1.7.OEE 07 – Aprimorar a gestão estratégica de tecnologia da informação, comunicações e geoinformação:



Tem sido um desafio incrementar a interoperabilidade e complementaridade no emprego dos diferentes recursos tecnológicos e computacionais para geração e uso da informação, a fim de obter níveis elevados de segurança, governança e qualidade da informação e das comunicações, oferecer soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) adequadas para contribuir com a gestão integrada do conhecimento nos diversos sistemas; adequar o Sistema de Informação do Exército aos novos desafios, sistemas, conceitos e meios que conformam a Era do Conhecimento e integrar, com efetividade, os sistemas que o compõem; implementar, em parceria com outras instituições e órgãos, soluções de TIC que atendam às especificidades da Força, reduzindo ao máximo o número de soluções redundantes; aprimorar a gestão da informação operacional; desenvolver os sistemas integrantes das Funções de Combate para operar em rede; atualizar tecnologicamente o Sistema Comando e Controle do Exército, proporcionando a atuação em rede e elevada capacidade de gestão da informação; e tratar dados e informações como um ativo organizacional. Os resultados apresentados no gráfico mostram os índices relativos à 2014 e 2015 bem como o desempenho

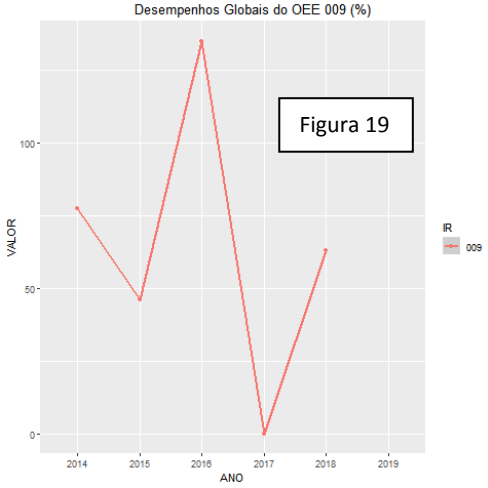
referente ao ano de 2018,apesar de não haver registros de medição para os anos 2016 e 2017 em função de ajustes na metodologia aplicada.

4.1.8.OEE 08 – Aperfeiçoar o Sistema Logístico Militar Terrestre:



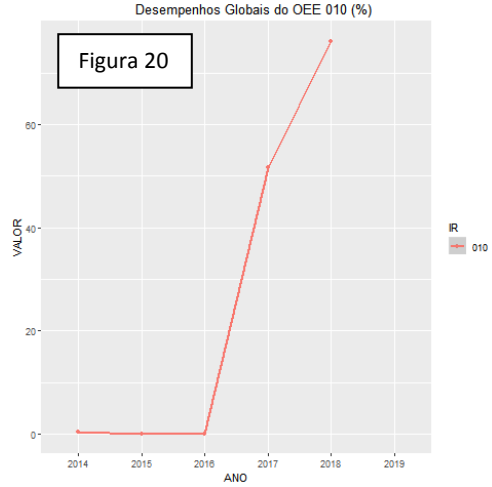
Tem continuidade a modernização das estruturas e organizações logísticas para aproximar a estrutura logística de paz à de conflito e ter a capacidade de sustentar as mobilidades estratégica e tática. Prossegue a implementação de um efetivo Sistema de Gestão Logística, retratado na disponibilidade do material de emprego militar e nas aquisições do Contrato de Objetivos Logísticos, capacitando recursos humanos de qualidade, no nível gerencial, para atuar na Logística e implementando um efetivo sistema de catalogação. O gráfico mostra que houve queda no desempenho deste OEE entre 2014 e 2018, a despeito da falta de registros de medição para os anos 2016 e 2017 em função de ajustes na metodologia aplicada.

4.1.9.OEE 09 –Aperfeiçoar o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército(SCTIEx):



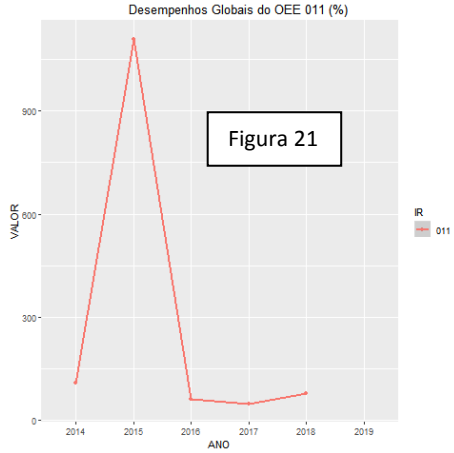
Com vistas à implantação de uma cultura de inovação, pesquisa, desenvolvimento, produção e avaliação de Produtos de Defesa (PRODE) que empreguem tecnologias de uso dual, de forma a assegurar o domínio de tecnologias críticas e/ou sensíveis de uso restrito, amplia o intercâmbio e parcerias com o setor científico-tecnológico nacional, busca atingir o domínio efetivo do conhecimento científico-tecnológico e o aumento da capacidade de inovação; capacita recursos humanos em áreas de interesse da Força; promove o alinhamento dos projetos de Ciência e Tecnologia (C&T) com as capacidades necessárias ao Exército; inclui a participação dos usuários dos PRODE durante a fase de produção e desenvolvimento; e pesquisa e desenvolver produtos de defesa utilizados em combates modernos. O gráficomostra uma oscilação do desempenho ao longo dos anos, haja vista o ajuste da metodologia entre 2016 e 2018.

4.1.10.OEE 010 – Aumentar a efetividade na gestão do bem público:



a gestão dos bens públicos sob responsabilidade da Instituição, vem tendo a melhoria da qualidade do gasto, conforme apresentado no gráfico, e a tendente redução do custeio, que orientada pelo uso de processos otimizados e estruturas racionalizadas, caminha para a melhor realização da Gestão Corporativa, incentivando a constante inovação, previsibilidade e transparência, tendo como resultados a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade, aumentando o grau de satisfação do público interno e produzindo melhores resultados para a sociedade. Entre os anos de 2014 e 2016 não houve medição do índice.

4.1.11.OEE 011 – Fortalecer os valores, os deveres e a ética militar:

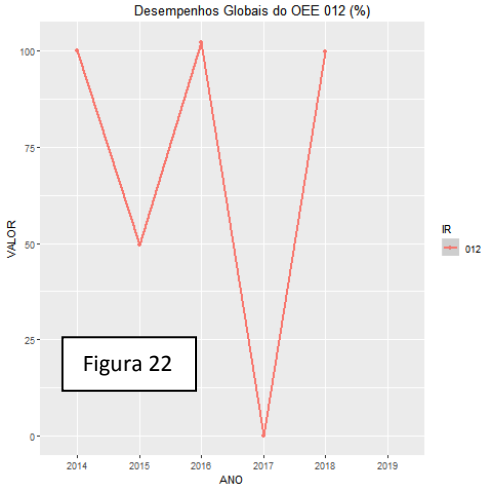


Ocorre a internalização e o culto aos valores imprescindíveis ao Exército por seus militares, pelo desenvolvimento de atitudes que caracterizam a profissão militar ao estabelecer ações para preservar a memória e as tradições, reforço das instruções referentes à moral e aos bons costumes e no desenvolvimento de atitudes; educadores/formadores aptos a desenvolver os valores morais e éticos para

os novos integrantes da Instituição, incorporando recursos humanos suscetíveis ao desenvolvimento dos valores morais e éticos requeridos pela Instituição; e adoção de medidas proativas que neutralizem atitudes que venham a comprometer os valores, os deveres e a ética militar. A oscilação dos registros de medição para os anos entre 2016 e 2018 se justifica em função de ajustes na metodologia aplicada.

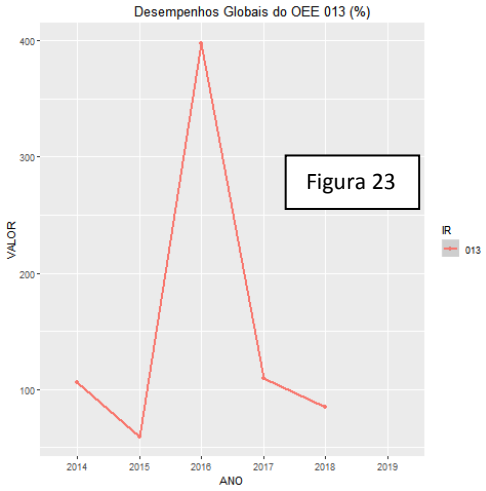
4.1.12.OEE 012 – Aperfeiçoar o Sistema de Educação e Cultura:

vem sendo desenvolvidas competências essenciais ao Desempenho de novos cargos em consonância com a Era do Conhecimento. Observando as características da nova geração e utilizando a tecnologia em proveito do processo ensino-aprendizagem, atrai, internalizando e fortalecendo valores, oferecendo uma educação universitária além da necessária para o Desempenho do cargo, em ciências de interesse da Instituição, permitindo o desenvolvimento do pensamento crítico e criando as condições necessárias para a inovação em todos os setores. Por meio de um sistema de educação continuada, motiva e retém o profissional constantemente atualizado nos novos conceitos, aprimorando sua competência para atuar em um ambiente complexo, incerto e em constante evolução. Em 2017 não houve medição do índice.



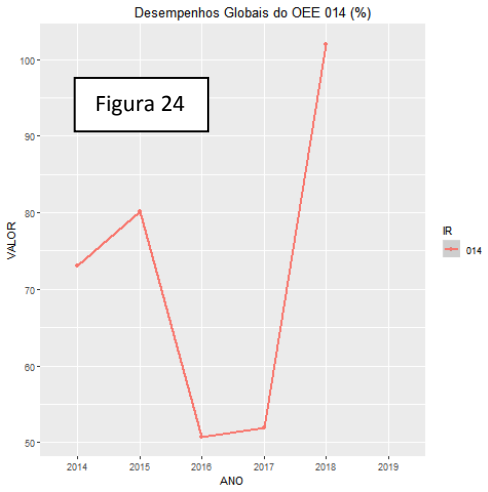
4.1.13.OEE 013 –Fortalecer a Dimensão Humana:

é valorizado o conjunto de todos os fatores, geridos pela Instituição, que influenciam o profissional militar e o servidor civil, do ambiente de trabalho a seus familiares, caracterizados pelo desenvolvimento de ações de apoio à família militar; pelo aperfeiçoamento da gestão de pessoal da ativa; pela adoção de políticas para atender as demandas da inatividade, particularmente as da terceira idade, além de estruturar um novo e efetivo plano de carreira, capaz de atrair, reter e motivar recursos humanos de qualidade. Os registros baixos de medição para os anos 2017 e 2018 se devem a ajustes na metodologia aplicada.



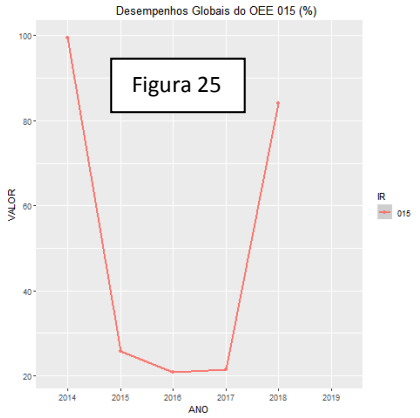
4.1.14.OEE 014 – Ampliar a integração do Exército à sociedade:

Tem intensificado ações que promovam maior integração do Exército com todos os segmentos da Nação, particularmente os formadores de opinião e os decisores, tornando-o mais conhecido pelos seus feitos em prol da sociedade, assim como a implementação de medidas que façam com que a sociedade reconheça que o assunto Defesa é de interesse de todos os seus segmentos, fortalecendo a mentalidade sobre o assunto. Os registros baixos de medição para os anos 2016 e 2017 se devem a ajustes na metodologia aplicada.



4.1.15. OEE 015 -Maximizar a obtenção de recursos do Orçamento e de outras Fontes:

Tem buscado a garantia, com continuidade e previsibilidade, de um orçamento que atenda efetivamente às necessidades da Instituição, bem como a obtenção de recursos, oriundos de outras fontes, conferindo viabilidade e credibilidade ao planejamento estratégico, com ênfase para os Projetos Estratégicos do Exército (PEE). Os registros baixos de medição para os anos 2015 a 2017 se devem a ajustes na metodologia aplicada.



4.2 PRINCIPAIS PROGRAMAS INTEGRANTES DO PORTFÓLIO ESTRATÉGICO DO EXÉRCITO (PTF EE)

A Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa (END) trouxeram consigo um projeto de transformação do Setor de Defesa brasileiro, fruto das mudanças no conceito de Segurança e no contexto de emprego das Forças Armadas nos tempos atuais. Transformação das Forças Armadas implica em novas formas de organização e emprego, baseadas em novas capacidades e padrões de pensamento. Transformação, assim, transcende a simples modernização ou atualização de procedimentos e materiais.

O Exército Brasileiro, face às imposições surgidas da END, decidiu que seu processo de transformação seria baseado em iniciativas estratégicas de médio e longo prazo, atualmente suportadas por um amplo portfólio de Programas Estratégicos do Exército (Prg EE).

Cada um dos Programas integrantes do Portfólio Estratégico do Exército (Ptf EE) contribui para que sejam atingidos um ou mais Objetivos Estratégicos do Exército, permitindo que o Exército Brasileiro (EB) cumpra as suas missões, de acordo com o previsto na Constituição Federal/88 e nas demais diretrizes constantes da normativa infraconstitucional.

O Ptf EE, como previsto na END, permite a consecução de um projeto forte de defesa. Este, por sua vez, favorece um projeto forte de desenvolvimento nacional, baseado na mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos para o investimento no potencial produtivo do País e na capacitação tecnológica autônoma, pois "*não é independente quem não tem o domínio das tecnologias sensíveis, tanto para a defesa, como para o desenvolvimento*" (END, 2012).

Os Prg EE geram ferramentas para o Estado Brasileiro, não somente para o EB. Por meio de suas iniciativas, são criadas capacidades militares terrestres, que vão assegurar à F Ter a postura estratégica

exigida, habilitando-se a conduzir operações militares em um amplo espectro, desde as ações subsidiárias até o conflito armado.

No entanto, as suas entregas não se restringem a bens (produtos de defesa, instalações) ou serviços, mas o foco do Portfólio Estratégico do Exército é a entrega de uma significativa quantidade de benefícios à Sociedade, como: *o fortalecimento da Base Industrial de Defesa; o desenvolvimento de tecnologias duais que possam ser aplicadas em tempo de paz; a geração de empregos; a projeção internacional; a paz social e a segurança, por meio do incremento da capacidade de dissuasão contra ameaças regionais ou mesmo extrarregionais*. ***Os Programas Estratégicos, portanto, não são do Exército, mas do Estado Brasileiro e do seu povo.***

O Ptf EE, por meio de seus Programas, é a maior ferramenta do EB para a execução de seu processo de transformação, evoluindo para a desejada Força Terrestre da Era do Conhecimento.

Essas mudanças visam à obtenção de uma Força com *"novas capacidades e competências, integrada por pessoal altamente capacitado, treinado e motivado, apta a empregar armamentos e equipamentos com alta tecnologia agregada e sustentada em uma doutrina autóctone".*

Essa transformação, portanto, deverá ser capaz de contribuir com o crescimento de todas as expressões do Poder Nacional, potencializando a capacidade dissuasória do País e permitindo que o posicionamento político e estratégico da nação brasileira seja independente das vontades dos demais países, permitindo o pleno exercício da Soberania Nacional.

4.2.1 ASTROS 2020

AO 14LW – Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020 (EME)

4.2.1.1 Visão geral organizacional:

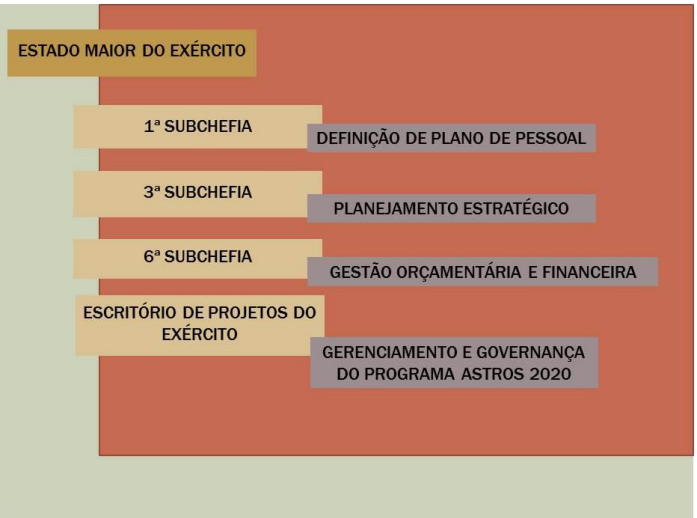
O Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 (PrgEE ASTROS 2020), além de ser um dos indutores do Processo de transformação do Exército Brasileiro, participa do desenvolvimento nacional, na medida em que, alinhado com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa, proporciona o fomento da Base Industrial de Defesa, que gera mais de 7.000 empregos diretos e indiretos nas áreas de ciência, tecnologia e construção civil, além de inserir o meio acadêmico nos assuntos de Defesa.

O PrgEE ASTROS 2020 por meio dos Projetos que o compõe, está contribuindo para o aparelhamento da Força Terrestre e para gerar capacidades que irão contribuir para a Dissuasão Extrarregional. Essas capacidades dissuasórias e de apoio de fogo terrestre do Exército Brasileiro serão adquiridas por meio de projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D), de aquisição e modernização de viaturas do Sistema ASTROS e de construções de instalações de Organizações Militares.

Na área de P&D encontram-se os projetos de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC) com alcance de até 300 Km e do Foguete Guiado SS-40G, ambos contratados junto à empresa brasileira AVIBRAS e executados em parceria com o Exército Brasileiro (EB), bem como o Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS), desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria.

4.2.1.2 Planejamento estratégico e governança:

Estrutura de Governança



A Governança do Programa ASTROS 2020 é exercida no âmbito do Estado-Maior do Exército, pelo Escritório de Projetos do Exército, que:

- avalia a efetividade do Portfólio
- acompanha o Planejamento Estratégico do Exército
- realiza o gerenciamento de risco
- gerencia as mudanças necessárias

Organograma Funcional do Astros 2020:

O Programa Astros 2020 se desenvolve dentro da estrutura do Exército nos seus diversos Departamentos, sendo estes os responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.

Planejamento:

Descrição dos Projetos e Ações Complementares com suas finalidades

Projeto Míssil Tático de Cruzeiro – MTC 300
Finalidade: Pesquisa e desenvolvimento do MTC-300 para equipar a Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção, entregando Produto de Defesa (PRODE) com alto valor tecnológico agregado.

Projeto Foguete Guiado SS-40G
Finalidade: Pesquisa e desenvolvimento do Foguete Guiado para equipar a Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção, entregando PRODE de elevado valor tecnológico agregado.

Projeto Viaturas do Sistema ASTROS
Finalidade: Caracteriza-se pela aquisição de viaturas ASTROS versão MK6, para equipar o 16º Grupo de Mísseis e Foguetes (16º GMF) e completar o 6º Grupo de Mísseis e Foguetes (6º GMF), e pelo conjunto de atividades de modernização das viaturas ASTROS do 6º GMF, colocando-as no mesmo patamar das novas viaturas ASTROS MK-6, com capacidade de lançar o MTC e toda a família de foguetes ASTROS.

Projeto Forte Santa Bárbara (FSB)

Finalidade: Planejamento, concepção, elaboração de projetos arquitetônicos e de engenharia e coordenação dos trabalhos de implantação das OM que irão compor o FSB;

Projeto Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS)

Finalidade: Caracteriza-se pelo desenvolvimento de um simulador virtual tático (mesa tática) de Reconhecimento, Escolha e Ocupação de Posição (REOP), de simuladores virtuais técnicos das viaturas responsáveis pela execução e cálculo de lançamento de foguetes do Sistema ASTROS e de treinamento baseado em computador relativo às mesmas viaturas; ressalta-se que os simuladores virtuais técnicos e o simulador virtual tático podem trabalhar de forma integrada, bem como o simulador virtual tático pode trabalhar de forma integrada ao Simulador Combater, do COTER.

Projeto Busca de Alvos

Finalidade: Criação de Sistema composto de uma Bateria ou Grupo de Busca de Alvos, com doutrina específica para atender ao Sistema de Mísseis e Foguetes, incluindo a aquisição de Sistema de Aeronaves Remotamente Pilotadas (SARP).

Projeto Instrumentação Técnica para Campo de Instrução

Finalidade: Sistema de Instrumentação Técnica para Campo de Instrução, concebido e elaborado para módulos que possibilite o seu deslocamento para os vários locais onde poderão ser realizadas campanhas de testes de desenvolvimento e avaliação de Produtos de Defesa (PRODE).

Projeto Centro de Planejamento e Coordenação de Apoio de Fogo da Força Terrestre (CCApFTer)

Finalidade: Elaboração e desenvolvimento do Planejamento e da Coordenação de Fogos de Longo Alcance para a Força Terrestre e sua oportuna e adequada inserção na Doutrina do Exército e das Forças Armadas.

Ação Complementar de aquisição de Munição para experimentação doutrinária do Sistema ASTROS

Finalidade: Planejamento, desenvolvimento e aquisição de munição para o Sistema ASTROS.

Ação Complementar Logística para o Sistema de Mísseis e Foguetes

Finalidade: Planejamento, desenvolvimento e aquisição de viaturas especializadas no transporte de carga em geral, para o transporte de munição (geral e ASTROS).

4.2.1.3 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 14LW – ASTROS 2020

O PrgEE ASTROS 2020 teve, em seu planejamento inicial em 2012, com a previsão de término para 2020. No entanto, em função de reduções nas previsões orçamentárias no PPA e LOA subsequentes, foi necessário replanejar o horizonte temporal do Programa, estendendo-o para o término em 2023.

O PrgEE ASTROS 2020 tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos

valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

Entregas em 2018:

No ano de 2018 houve a entrega de 6 (seis) Viaturas ASTROS na versão MK-6, sendo 3 (três) Oficina Veicular e Eletrônica (OFVE) e 3 (três) Meteorológicas (MET), 8 (oito) viaturas ASTROS modernizadas, sendo 3 (três) Posto de Comando e Controle (PCC), na versão MK-5M, 1 (uma) Viatura de Comando e Controle (VCC), na versão MK-5M, 2 (duas) Oficina Veicular e Eletrônica (OFVE), na versão MK3-M e 2 (duas) Unidade Controladora de Fogo (UCF), na versão MK-3M.

Deu-se continuidade ao projeto de pesquisa e desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, com alcance de até 300 km; ao projeto de pesquisa e desenvolvimento do Foguete Guiado SS-40 G; ao projeto de pesquisa e desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS).

Obras de construção de Organizações Militares no Forte Santa Bárbara, na cidade de Formosa-GO, sendo que as obras do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes, do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, do Paiol de Mísseis e Foguetes.

Obras das Casas de Próprio Nacional Residencial, foram entregues, continuidade das obras de construção do Comando de Artilharia do Exército e de sua Bateria de Comando, do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes.

Execução Orçamentária 2018

Em reais

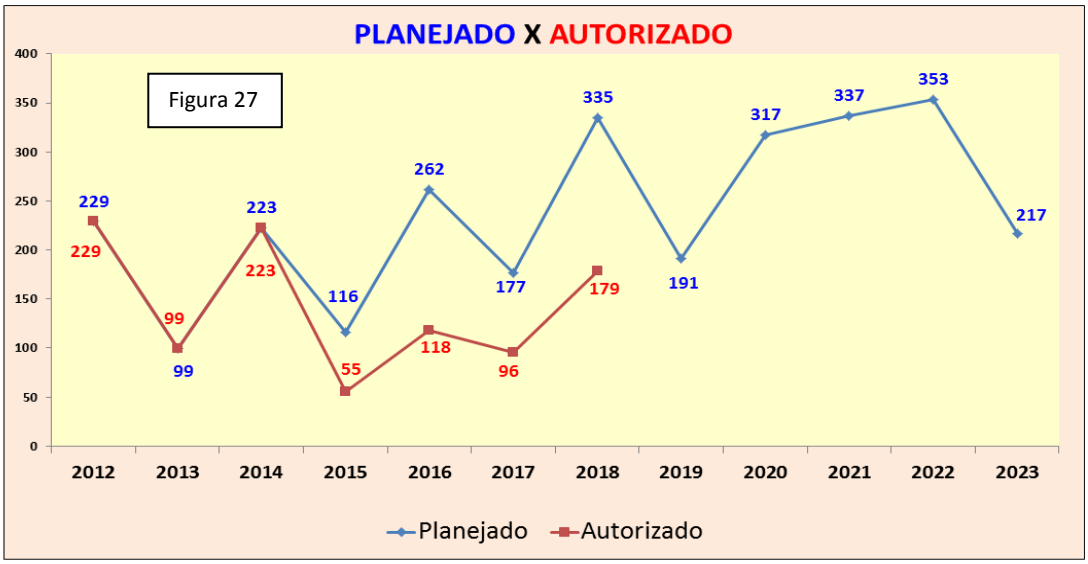
AÇÃO	LOA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO*	RP PAGO
14LW	178.590.269,00	178.612.793,92	98.005.194,81	97.989.905,71	116.651.592,30	70.002.982,18

Fonte: Tesouro Gerencial

** RP Inscrito/Reinscrito = RPProc + RPN Proc*

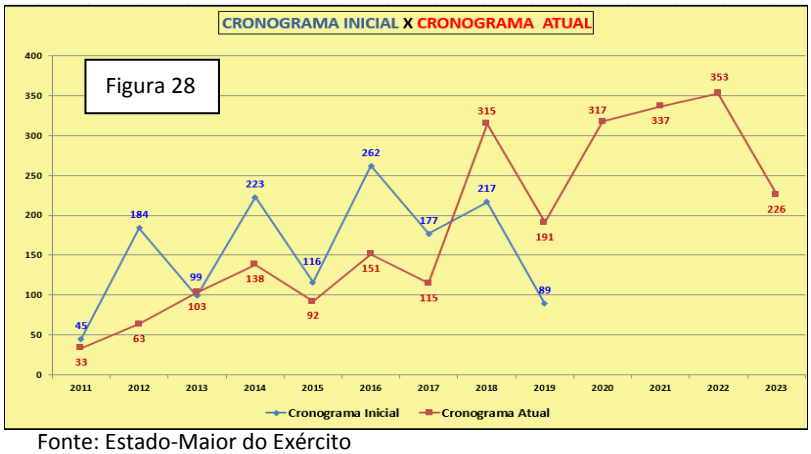
*** Os valores empenhados maiores que a LOA se devem ao fato da variação cambial.*

Histórico da Execução Orçamentária 2012 - 2018



Fonte: Estado-Maior do Exército

Comparativo: Planejamento Original x Planejamento Atual



Fonte: Estado-Maior do Exército

Gráfico comparativo entre os desembolsos previstos para todo o PrgEE ASTROS 2020, a cada ano, na data de seu início (cronograma inicial), e os desembolsos previstos para todo o Programa, a cada ano, desde seu início até o término do exercício (cronograma atual), ajustados diante da situação orçamentária.

DESAFIOS

- ✓ **Manter a bom termo o andamento do Programa Astros 2020, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras;**
- ✓ **Quebrar paradigmas para aprimorar a qualidade da gestão, da governança e da transparência;**
- ✓ **Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do Programa.**

AÇÕES EM CURSO

- ✓ **Dar continuidade às atividades de avaliação e medição do desempenho no âmbito do Programa;**
- ✓ **Estimular a procura de exemplos de redução de custos que possam ser seguidos;**
- ✓ **Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços;**
- ✓ **Capacitar os servidores dentro das necessidades do programa e da gestão visando um crescimento do desempenho físico e administrativo.**
- ✓ **Modernizar a gestão em busca por maior eficiência.**

IMPACTOS DOS CORTES

ORÇAMENTÁRIOSEM 2018

Descontinuidade da cadeia de produção de viaturas do Sistema ASTROS na empresa AVIBRAS (SP), ocasionando assim, demissões de quadros especializados da empresa, e afetando ainda cerca 100 empresas subcontratadas.

Atraso nas obras de construção do Forte Santa Bárbara, com reflexos negativos na economia da região da cidade de Formosa – GO.

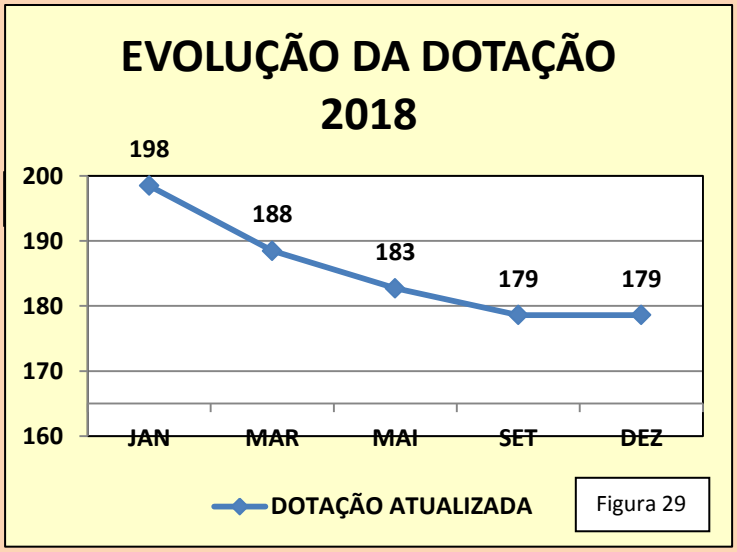


Figura 29

PROJETOS E AÇÕES REDUZIDOS OU RETARDADOS

- Projeto Busca de Alvos
- Aquisição de Munição
- Suporte Logístico Integrado
- Aquisição do Míssil Tático de Cruzeiro
- Aquisição do Foguete Guiado SS 40 G
- Aquisição de viaturas logísticas
- Aquisição de mobiliário para as OM do Forte Santa Bárbara

A estratégia gerencial do PrgEE ASTROS 2020 está centrada no alcance das capacidades

MEDIDAS MITIGADORAS

Alongamento do encerramento do programa para 2023, por causa dos sucessivos cortes e contingenciamentos ocorridos.

Nos vários contratos em andamento com compromissos assumidos estão sendo evitadas indenizações contratuais por encerramento ou adiamento de prazos através de priorização e negociações.

Tem se evitado ao máximo a perda do conhecimento e da capacitação adquirida na pesquisa e desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro com a manutenção mínima das necessidades.

O trabalho de desenvolvimento do sistema de simulação integrada ASTROS 2020 junto a Universidade Federal de Santa Maria tem sido mantido.

Redução da capacitação e adestramento nos novos equipamentos do sistema de mísseis e foguetes do EB.

O ritmo das obras tem diminuído em função da redução dos recursos disponíveis.

Estão sendo realizadas avaliações periódicas dentro da governança a fim de que sejam tomadas decisões que possam mitigar os efeitos da falta de recursos.

4.2.1.3.5 Impactos Sócio-Econômicos

A estratégia gerencial do PrgEE ASTROS 2020 está centrada no alcance das capacidades previstas em seu escopo, por meio de suas entregas, estando a sua atuação em conformidade com os princípios da administração pública federal. A execução do Programa segue a flexibilidade de planejamento em função da previsão orçamentária aprovada pelo Governo Federal, que por vezes é contingenciada, gerando a necessidade de reprogramação de metas. A prática da gestão estratégica do Programa ASTROS 2020 visa contribuir com o atingimento da dissuasão extrarregional beneficiando toda a sociedade brasileira.

4.2.2 GUARANI

AO 14T4 – Implantação do Projeto GUARANI (EME)

4.2.2.1 Visão geral organizacional:

O Programa Estratégico do Exército Guarani tem por objetivo transformar a Infantaria Motorizada em Mecanizada e, ainda, modernizar a Cavalaria Mecanizada, retomando a capacidade da Base Industrial de Defesa Brasileira com a fabricação em território nacional da maioria dos meios. Proporciona avanços tecnológicos e de qualidade, por meio de transferência de tecnologia e qualificação técnica de mão de obra nacional, contribuindo para a geração de emprego e renda.

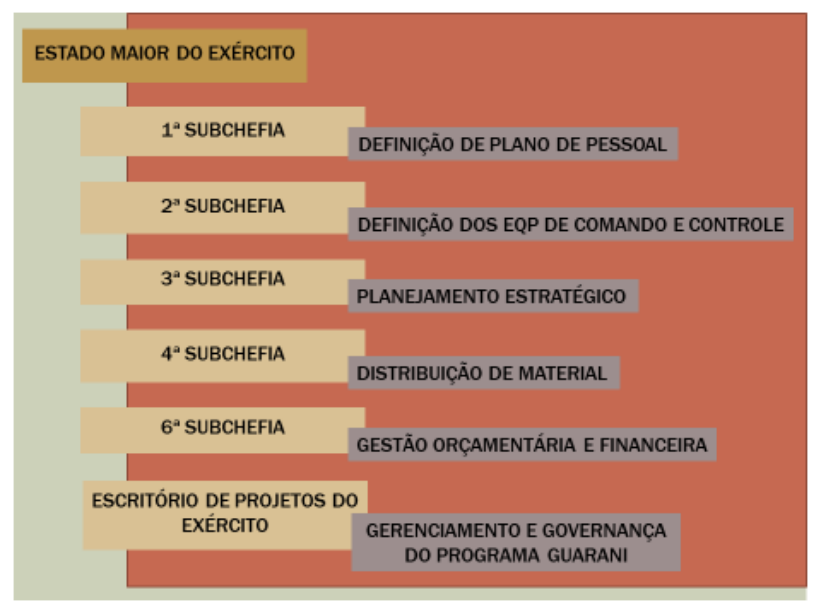
Nesse contexto, a fim de integrar a Nova Família de Blindados de Rodas, foi planejada uma diversidade de meios mecanizados e seus sistemas, os quais devem possuir um índice de nacionalização superior a 60%, conforme previsto no escopo do Programa, e incrementar a dissuasão extrarregional e a defesa dos interesses nacionais. O Programa é composto pelos Projetos Pesquisa e Desenvolvimento e Material, assim como as Ações Complementares Infraestrutura e Preparo.

O Guarani atua, também, na área de preparo e capacitação de pessoal, formando operadores e mecânicos para todas as funções a bordo e em todos os escalões de manutenção.

Complementarmente, realiza a construção de infraestrutura mínima para que as Organizações Militares possam receber esses meios, especialmente pavilhões de manutenção e garagens de elevados padrões.

4.2.2.2 Planejamento estratégico e governança:

Estrutura de Governança



A Governança do Programa GUARANI é exercida dentro do Estado-Maior do Exército, pelo Escritório de Projetos do Exército, que:

- Avalia a efetividade do Portfólio;
- Acompanha o Planejamento Estratégico do Exército;
- Realiza o gerenciamento de risco; e
- Gerencia as mudanças necessárias.

Organograma Funcional do Programa GUARANI:

O Programa GUARANI se desenvolve dentro da estrutura do Exército nos seus diversos Departamentos, sendo estes os responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.

Planejamento:

Descrição dos Projetos e Ações Complementares, suas finalidades

Projeto Viatura 6x6

Finalidade: Tem por objetivo obter as Viaturas Blindadas sobre Rodas da Família GUARANI que se utilizam da plataforma automotiva de tração 6x6.

Descrição / Especificação: Viatura Blindada 6x6, em todas as suas versões, desenvolvida, adotada, distribuída, em operação e inserida na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de Armas: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de C2: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de simulação: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB.

Principais Produtos: Viatura Blindada 6x6 sobre Rodas, em todas as suas versões, com todos os seus Sistemas integrados.

Projeto Viatura 4x4

Finalidade: Tem por objetivo obter as Viaturas Blindadas sobre Rodas da Família GUARANI que se utilizam da plataforma automotiva de tração 4x4.

Descrição / Especificação: Viatura Blindada 4x4, em todas as suas versões, desenvolvida, adotada, distribuída, em operação e inserida na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de Armas: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de C2: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de simulação: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB.

Principais Produtos: Viatura Blindada 4x4 sobre Rodas, em todas as suas versões, com todos os seus Sistemas integrados.

Projeto Viatura Blindada de Reconhecimento (VBR)

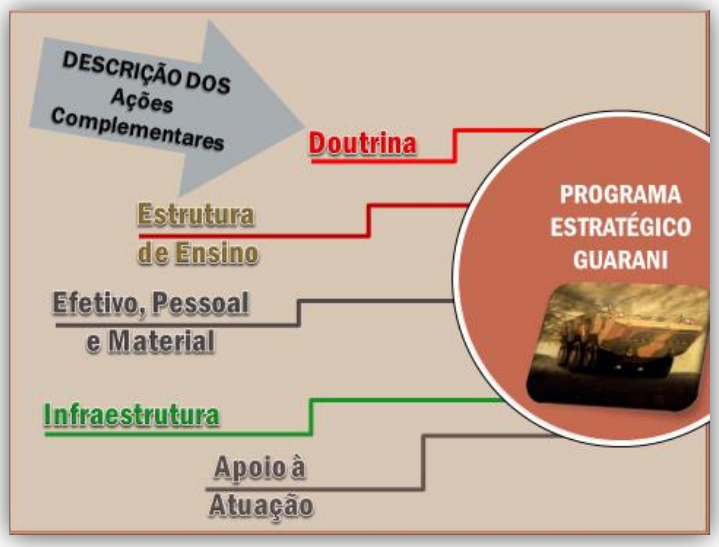
Finalidade: Tem por objetivo obter as Viaturas Blindadas de Reconhecimento sobre Rodas da Família GUARANI.

Descrição / Especificação: Viatura Blindada de Reconhecimento desenvolvida, adotada, distribuída, em operação e inserida na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de Armas: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de C2: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de simulação: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB.

Principal Produto: Viatura Blindada de Reconhecimento sobre Rodas, com todos os seus Sistemas integrados.

Projeto Obuseiro Autopropulsado sobre Rodas (OAP – SR)
Finalidade: Tem por objetivo obter o Obuseiro 155mm Autopropulsado sobre Rodas da Família GUARANI.
Descrição / Especificação: Viatura Obus Autopropulsada Blindada sobre Rodas desenvolvida, adotada, distribuída, em operação e inserida na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de Armas: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de C2: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB. Sistemas de simulação: Definidos, Obtidos, Adotados, Distribuídos, em Operação e inseridos na cadeia de suprimento do EB.
Principal Produto: Viatura Obus Autopropulsado sobre Rodas, com todos os seus Sistemas integrados.

Ação complementar Doutrina
Finalidade: Trata de aspectos relacionados à doutrina e ao adestramento das Unidades envolvidas diretamente no Programa e tem por finalidade subsidiar a implementação do Programa.



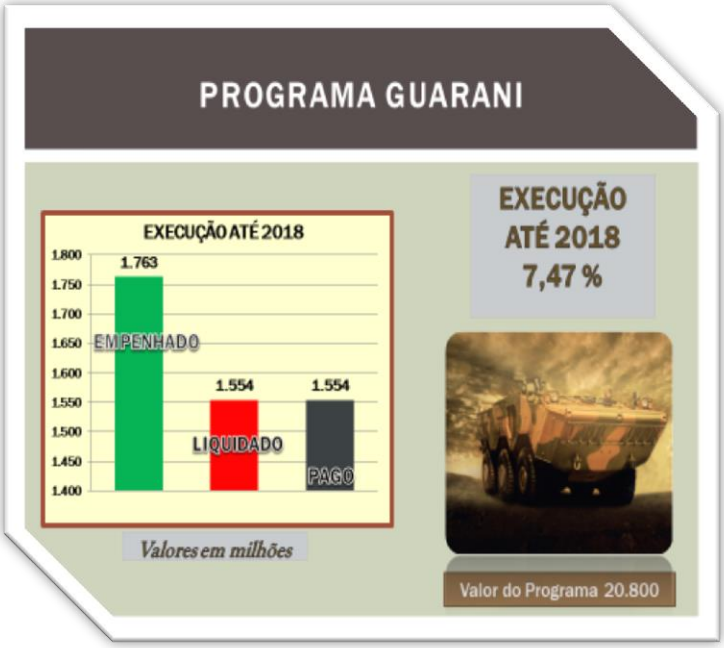
Ação complementar Estrutura de Ensino
Finalidade: Trata de aspectos relacionados à doutrina e ao adestramento das Unidades envolvidas diretamente no Programa e tem por finalidade subsidiar a implementação do Programa.

Ação complementar Efetivo, Pessoal e Material
Finalidade: Trata de aspectos relacionados à doutrina e ao adestramento das Unidades envolvidas diretamente no Programa e tem por finalidade subsidiar a implementação do Programa.

Ação complementar Infraestrutura
Finalidade: Trata de aspectos relacionados à doutrina e ao adestramento das Unidades envolvidas diretamente no Programa e tem por finalidade subsidiar a implementação do Programa.

Ação complementar Apoio à atuação
Finalidade: Trata de aspectos relacionados à doutrina e ao adestramento das Unidades envolvidas diretamente no Programa e tem por finalidade subsidiar a implementação do Programa.

4.2.2.3 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 14T4 – GUARANI



O PrgEE GUARANI teve, em seu planejamento inicial em 2012, com a previsão de término para 2031. No entanto, em função de reduções nas previsões orçamentárias no PPA e LOA subsequentes, foi necessário replanejar o horizonte temporal do Programa, estendendo-o para o término em 2040.

O PrgEE GUARANI tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

Entregas em 2018:

No ano de 2018 houve a entrega de Entrega simbólica da Viatura nº 300 em março, de 41 (quarenta e um viaturas) VBTP-MR Guarani 6X6. Não foi possível liquidar as 60 viaturas/ano previstas em contrato devido ao atraso na negociação do Contrato 120/COLOG

A assinatura do contrato de aquisição das versões 4x4 ficou pendente por conta da negociação do Offset da aquisição, não tendo sido possível sua execução em 2018, apesar de previsto no planejamento para aquele ano.

Quanto a Viatura Blindada Especializada Morteiro Pesado (VBE Mrt P), não foi possível iniciar este desenvolvimento em 2018 devido ao atraso de outras iniciativas que impactaram na capacidade de produção da Diretoria de Fabricação. Esta Iniciativa foi postergada para 2019.

Foi dado continuidade as obras do pavilhão de manutenção no 15º B Log e a conclusão das obras do pavilhão de manutenção no 34ª BIMec.

Na área de capacitação de pessoal, foram feitos cursos de manutenção de Chassis (20 militares), de operador (20 militares) e de sistemas de armas (08 militares). A Experimentação doutrinária nível batalhão adestrou 1650 (mil e seiscentos e cinquenta) militares, levantado diversos aspectos relevantes para a doutrina de utilização do equipamento.

Além disto, foram empenhados 50 (cinquenta) Sistemas de Armas Automatizada REMAX, dos quais somente 14 (quatorze) foram recebidos. A Torre Manual não teve seu processo licitatório finalizado no ano de 2018, sendo postergado para o ano seguinte. Também foram adquiridos, via Comissão do Exército Brasileiro em Washington, 78 (setenta e oito) sistemas de comando e controle completos, compostos por 02 (dois) equipamentos rádio, 01 (um) integrador e 01 (um) equipamento telefônico.

Foi também paga SLI para as plataformas das VBTP-MR Guarani 6x6, para os sistemas de armas da Torre do Canhão 30mm e Torre automatizada REMAX.

Deu-se continuidade ao projeto de pesquisa e desenvolvimento da Viatura Blindada de Combate Morteiro Pesado.

Obras nas unidades militares que irão receber os Blindados da Família GUARANI, sendo as obras de adequação, reforma e construção de estruturas de garagem e de manutenção.

Execução Orçamentária 2018

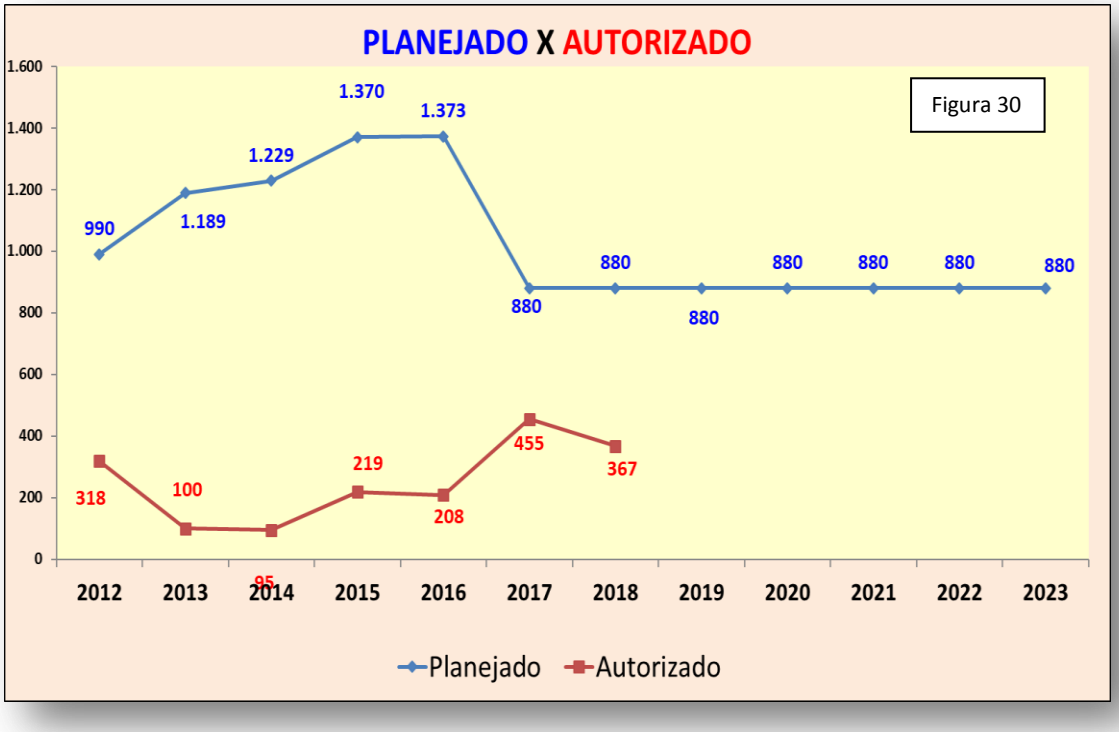
Em milhões de reais

AÇÃO	LOA ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO*	RP PAGO
14T4	368.518.368,00	368.058.858,81	214.621.280,09	214.619.128,79	165.057.328,98	136.677.566,53

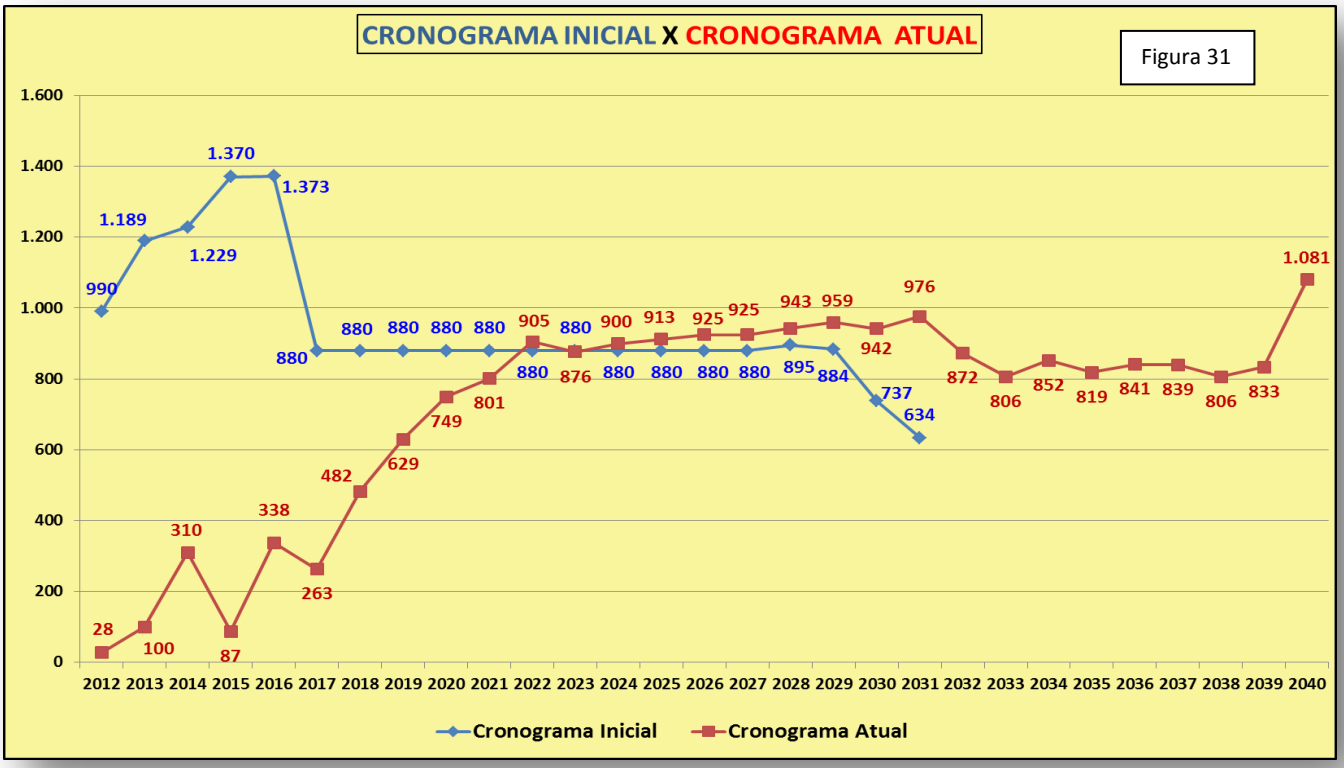
Fonte: Tesouro Gerencial

** RP Inscrito/Reinscrito = RPProc + RPN Proc*

4.2.2.3.3. Histórico da Execução Orçamentária 2012 - 2018



Comparativo: Planejamento Original x Planejamento Atual



Fonte: Estado-Maior do Exército

Gráfico comparativo entre os desembolsos previstos para todo o PrgEE GUARANI, a cada ano, na data de seu início (cronograma inicial), e os desembolsos previstos para todo o Programa, a cada ano, desde seu início até o término do exercício (cronograma atual), ajustados diante da situação orçamentária.

DESAFIOS

✓ **Manter a bom termo o andamento do Programa GUARANI, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras;**

✓ **Quebrar paradigmas para aprimorar a qualidade da gestão, da governança e da transparência;**

✓ **Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do Programa.**

AÇÕES EM CURSO

✓ **Dar continuidade às atividades de avaliação e medição do desempenho no âmbito do Programa;**

✓ **Estimular a procura de exemplos de redução de custos que possam ser seguidos;**

✓ **Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços;**

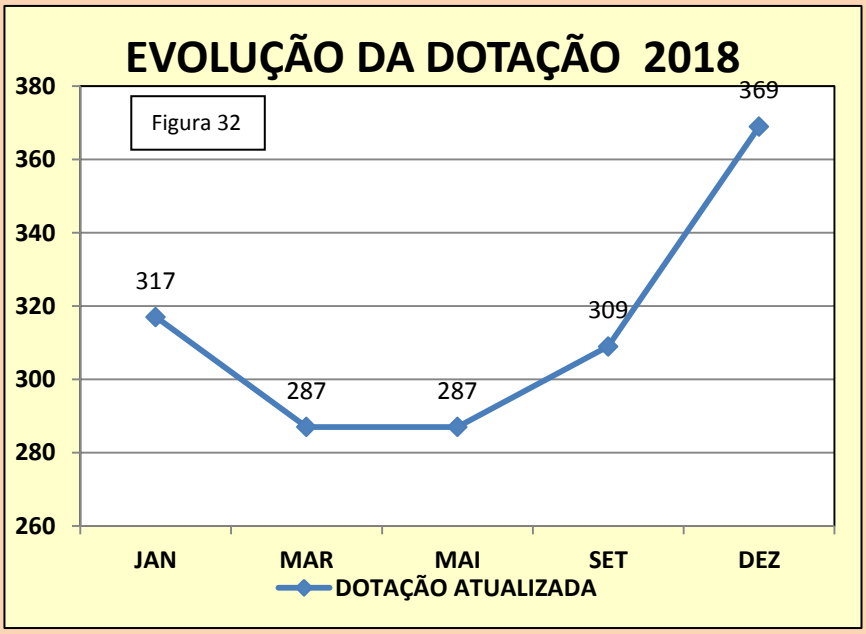
✓ **Capacitar os servidores dentro das necessidades do programa e da gestão visando um crescimento do desempenho físico e administrativo.**

✓ **Modernizar a gestão em busca por maior eficiência.**

IMPACTOS DOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS EM 2018

Descontinuidade da cadeia de produção de viaturas da Família de Blindados GUARANI na empresa Case New-Holland Industrial - CNHI (Sete Lagoas - MG), ocasionando assim, demissões de quadros especializados da empresa, e afetando ainda cerca 50 empresas subcontratadas.

Atraso nas obras de construção da Estrutura Logística para recebimento das Viaturas Blindadas.



PROJETOS E AÇÕES REDUZIDOS OU RETARDADOS

- Projeto 6x6;
- Projeto 4x4;
- Projeto Viatura Blindada de Reconhecimento (VBR);
- Projeto Viatura Obuseiro Autopropulsado (OAP);
- Ação Complementar Doutrina;
- Ação Complementar Estrutura de Ensino; e
- Ação Complementar Infraestrutura.

MEDIDAS MITIGADORAS

Alongamento do encerramento do programa para 2040, por causa dos sucessivos cortes e contingenciamentos ocorridos.

Nos vários contratos em andamento com compromissos assumidos estão sendo alterados mediante termos aditivos a fim de mantê-los alinhados ao fluxo orçamentário a menor.

O Centro de Doutrina do Comando de Operações Terrestres realizou estudo a fim de adequar as quantidades de viaturas necessárias com a intenção de, mantendo a capacidade operacional mínima necessária, diminuir o valor total das aquisições previstas no Programa.

Redução do escopo da Experimentação Doutrinária a uma Brigada de Infantaria.

O ritmo das obras tem diminuído em função da redução dos recursos disponíveis.

Estão sendo realizadas avaliações periódicas dentro da governança a fim de que sejam tomadas decisões que possam mitigar os efeitos da falta de recursos.

Impactos Sócio-Econômicos

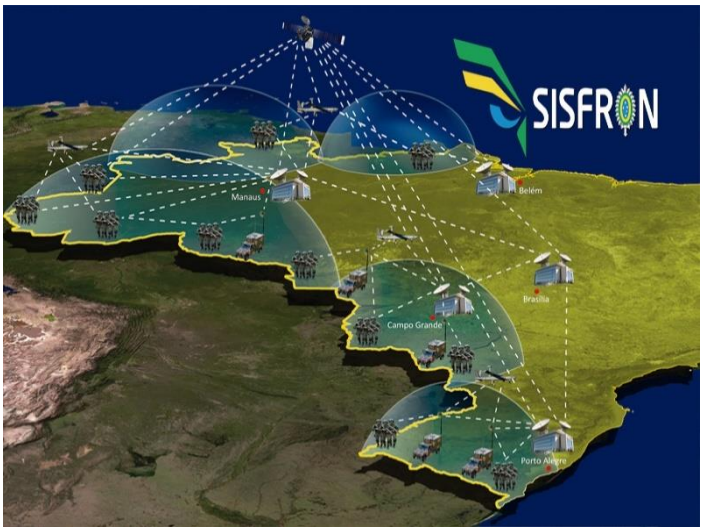
A estratégia gerencial do PrgEE GUARANI está centrada no alcance das capacidades previstas em seu escopo, por meio de suas entregas, estando a sua atuação em conformidade com os princípios da administração pública federal. A execução do Programa segue a flexibilidade de planejamento em função da previsão orçamentária aprovada pelo Governo Federal, que por vezes é contingenciada, gerando a necessidade de reprogramação de metas. A prática da gestão estratégica do Programa GUARANI visa contribuir com o atingimento da dissuasão extrarregional beneficiando toda a sociedade brasileira.

4.2.3 SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS (SISFRON)

Ação Orçamentária 14T5 – Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras

4.2.3.1 Visão geral organizacional:

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) é uma iniciativa estratégica e estruturante destinada a fortalecer a presença do Estado ao longo dos 16.886 quilômetros da faixa de fronteira.



O programa de implantação do Sistema compreende a aquisição e a integração de meios de sensoriamento (câmeras de visão noturna, radares, veículos aéreos remotamente pilotados etc.), de comunicações (micro-ondas terrestres, ligações por satélites etc.), de apoio à decisão (centros de operações, infraestrutura de TI etc.) e de apoio à atuação (viaturas, embarcações etc.), dentre outros meios.

Esses recursos, na maioria de alta tecnologia agregada, devem apoiar tanto as operações de defesa externa, no contexto da Estratégia Nacional de Defesa, como a atuação coordenada entre agências, contra delitos transfronteiriços, no âmbito do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.

Além disso, a prioridade para a aquisição de produtos brasileiros na composição do Sistema confere ao empreendimento a característica de forte indutor da Base Industrial de Defesa e, consequentemente, do desenvolvimento regional e nacional.

4.2.3.2 Planejamento estratégico e governança:

Estrutura de Governança

A Governança do Programa Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON é exercida dentro do Estado-Maior do Exército, pelo Escritório de Projetos do Exército, que:

- avalia a efetividade do Portfólio Estratégico do Exército;
- acompanha o Planejamento Estratégico do Exército;
- realiza o gerenciamento de risco; e
- gerencia as mudanças necessárias

Organograma Funcional do SISFRON:

O Programa Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON se desenvolve no âmbito da estrutura do Exército nos seus diversos Departamentos, sendo estes os responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.

Planejamento:

Descrição dos Projetos e Ações Complementares, suas finalidades

Projetos de Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD)

Finalidade: Cada Projeto SAD destina-se ao fornecimento e à integração de subsistemas que realizam ou apoiam a coleta, transmissão, processamento e apresentação de dados necessários ao estabelecimento da consciência situacional sobre determinada área da faixa de fronteira.

SISFRON PLANEJAMENTO													
ÁREAS	UF	Bdas/OM	SAD	FAIXA FRONTEIRA (Km)	Período	CUSTOS (R$ Milhões)							
						Inicial (a)	PO1	PO2	PO3	PO4			Percentual (a/b)
										Gerência Programa	Ações Indutoras	Suporte Logístico Integrado	
Piloto	MS	4a C Mec	1	650	2012-2019	1.381,5	946,3	110,5	193,4	20,7	6,9	103,6	11,52%
CMO(-)	MS,MT	18ª Fron	2	1.830	2019-2022	561,2	384,5	44,9	78,6	8,4	2,8	42,1	4,68%
		13ª Mtz				650,0	445,3	52,0	91,0	9,7	3,2	48,7	5,42%
5a DE	PR,SC	15ª Inf Mec	3	732		359,8	246,4	28,8	50,4	5,4	1,8	27,0	3,00%
		14º RCMec				117,5	80,5	9,4	16,5	1,8	0,6	8,8	0,98%
CMA	AM	PEF do CMA	3A			123,8	123,8						1,03%
	AC, RO	17ª Inf Sl	4	3.688	2021-2026	2.399,8	1.643,9	192,0	335,9	36,0	12,0	180,0	20,01%
	AM	16ª Inf Sl	5	2.038	2025-2028	1.245,3	838,8	103,2	180,6	19,4	6,5	96,8	10,38%
	AM	2ª Inf Sl	6	1.921	2027-2030	1.206,7	801,8	102,8	180,0	19,3	6,4	96,4	10,06%
	RR	1ª Inf Sl	7	2.278	2028-2032	1.483,4	1.016,1	118,7	207,7	22,3	7,4	111,3	12,37%
3a DE	RS	1ª C Mec	8	1.784	2030-2034	260,2	178,2	20,8	36,4	3,9	1,3	19,5	2,17%
		2ª C Mec				530,0	363,0	42,4	74,2	8,0	2,7	39,8	4,42%
		3ª C Mec				214,7	147,1	17,2	30,1	3,2	1,1	16,1	1,79%
		8ª Mtz				142,7	97,8	11,4	20,0	2,1	0,7	10,7	1,19%
CMN	AP,PA	22ª Inf Sl	9	1.965	2032-2035	1.315,5	901,1	105,2	184,2	19,7	6,6	98,7	10,97%
Total				16.886	2012-2035	11.992(b)	8.214,5	959,3	1.678,9	179,9	60,0	899,4	100,00%

. Percentual = Valor inicial / valor total do programa
SAD - Projetos de Sensoriamento e Apoio à Decisão
. **SAD 3A**
> 16ª Bda Inf Sl - Pelotões Vila Bittencourt, Ipiranga, Palmeiras do Javari e Estirão do Equador (4 de 4 Pel).
> 2ª Bda Inf Sl - Pelotões Yauaretê, Cucuí, Tunuí e Pari-Cachoeira, Querari, São Joaquim, Maturacá (7 de 7 Pel).
. Largura da faixa de fronteira ===> 150 Km.

Ação Complementar Apoio à Atuação

Finalidade: A Ação Complementar de Apoio à Atuação destina-se à aquisição de bens e serviços necessários ao preparo e ao emprego operacional da tropa na faixa de fronteira.

Ação Complementar Obras de Engenharia

Finalidade: A Ação Complementar Obras de Engenharia destina-se a realizar as obras de infraestrutura necessárias à instalação, operação e logística dos recursos, de natureza diversa, empregados na consecução dos benefícios do SISFRON, especialmente dos materiais e sistemas fornecidos pelos Projetos de Sensoriamento e Apoio à Decisão e pela Ação Complementar de Apoio à Atuação, componentes do Programa de implantação do Sistema.

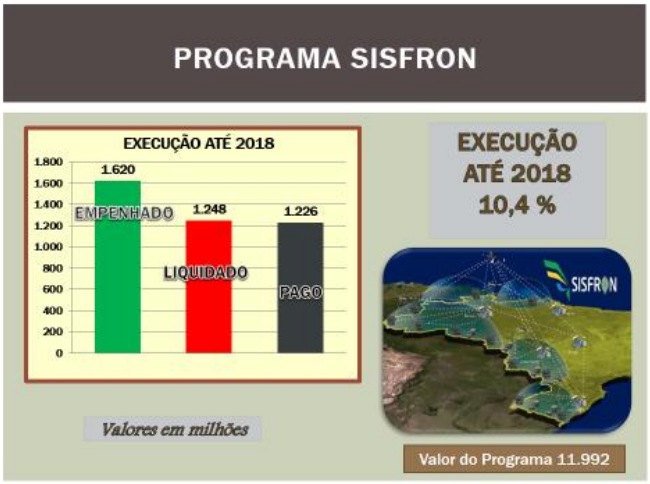
Ação Complementar de Suporte logístico e de funcionamento integrados

Finalidade: Atender às necessidades de apoio logístico efetivo e econômico do ciclo de vida dos subsistemas, materiais, equipamentos e instalações fixas e móveis componentes do SISFRON, bem como às necessidades de funcionamento das Organizações Militares (OM) envolvidas no processo de execução do Projeto, desde a sua concepção e desenvolvimento até a sua implantação e operação plena. Adicionalmente, este PO constitui um centro de custos das necessidades de apoio logístico e de sustentação do SISFRON.

Ações Complementares Indutoras

Finalidade: As Ações Complementares Indutoras destinam-se a obter, junto à estrutura organizacional do Exército, os fatores determinantes das capacidades para as quais se destinam as entregas dos projetos de sensoriamento e apoio à decisão e das ações complementares de apoio à atuação e obras de engenharia.

4.2.3.3 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 14T5 – SISFRON



Orçado em 11,992 bilhões, o SISFRON foi planejado, inicialmente, para ser implantado no período de 2012 a 2021, com o Projeto Piloto, na 4ª Bda CMec, em Dourados, previsto para conclusão em 2016.

Em face de restrições orçamentárias, complexidade do sistema, necessidade de integração, bem como de manutenção e funcionamento dos diversos subsistemas componentes do SISFRON, visualizou-se a necessidade de transformação do Projeto SISFRON em Programa. Dessa forma, a partir de 2018, ocorreu a racionalização e transformação do Projeto em Programa, quando a sua conclusão passou a ser prevista para 2035 e o término do seu Projeto Piloto em 2019.

O Programa Estratégico do Exército SISFRON (PrgEE SISFRON) encontra-se na fase de conclusão do Projeto Piloto (4ª Bda C Mec).

Até o final de 2018, o percentual de execução do Programa SISFRON atingiu o patamar de 10,4%. A execução do Projeto Piloto, por sua vez, encontra-se com 87,4 % de execução.

O PrgEE SISFRON tem recebido dotações orçamentárias anuais aquém das necessidades planejadas, o que implica a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

Entregas em 2018:

<u>As principais realizações no PO 0001</u> - Sensoriamento e Apoio à Decisão - no ano de 2018, foram as seguintes:

Optrônicos e Sistema de Vigilância, Monitoramento e Reconhecimento (SVMR): entregues 2 SVMR Móveis

Desenvolvimento dos módulos de integração do software de Comando e Controle em Combate V.6 com o MAGE (Medidas de Apoio à Guerra Eletrônica) e com o Binóculo Termal Multifuncional foram concluídos em julho de 2018, definindo assim 100% das etapas previstas para o subsistema.

Comunicações Táticas: entrega de 05 módulos Lima B, 05 módulos Lima A e 04 módulos Lima, entrega do rádio HCLOS na torre de Rep. Morro Margarida no, entrega de 03 módulos Foxtrot e recebimento de todo o equipamento da etapa D-648 (Entrega do módulo Lima – Pacote 5 – 29 Vtr)

Comunicações por Satélite: foram conduzidas diversas atividades para definição dos requisitos técnicos dos terminais.

Comunicações Estratégicas: concluídas as rotas entre as OM Dourados e a OM Campo Grande, fechando assim o anel da infovia, de responsabilidade da 4ª Bda C Mec. Instalação de HCLOS na repetidora de Morro Margarida.

Centros de Comando e Controle (CC2): Entrega de CC2 Móvel ao 9° BComGE

Infraestrutura: construção e entrega de 5 sítios da Infovia.

Suporte Logístico Integrado (SLI): execução do suporte logístico continuado (treinamento e capacitação, assistência técnica e reparos em garantia)

Ambiental: foram retificadas duas licenças de instalação de sítios da Infovia; foi emitida uma licença de operação pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA);

Gerenciamento do projeto: foi solucionado na via negocial o contencioso relativo ao gerenciamento de *offset* do SISFRON; foi finalizado o projeto de implantação do *Sharepoint*, com as seguintes funcionalidades: módulos de gestão financeira, de acompanhamento de indicadores, de processos de viagens, de geração de relatórios gerenciais e de ferramentas de comunicação do Projeto.

Simulador do SISFRON: finalizado o projeto do *software* do simulador

Apoiadora (INGEPRO): realização financeira conforme planejado; entregues 545 relatórios (pareceres, acompanhamento e outros artefatos de apoio à fiscalização).

Entrega da obra do Pavilhão do Centro de Monitoramento de Fronteiras (CMFron) em Brasília –DF (meados de 2018) e início da definição de equipamentos e sistemas a serem adquiridos para a operação do CMFron.

<u>As principais realizações no PO 0002</u> – Apoio à Atuação - no ano de 2018, constituíram-se nas seguintes aquisições e respectivas quantidades: Torre de Iluminação - 01; Retroescavadeira - 04; Motoniveladora - 03; Módulo de Abastecimento 15.000l - 05; Módulo de Abastecimento 5.000l – 01; Vtp Sedan Compacto

Nissan Pr Versa – 01; Pick up Cabine dupla (L 200) Diesel (Administrativa) – 19; Vop 2, 4x4, Hilux – 07; VAN - 17; Micro-ônibus – 04; VTE Cisterna Combustível 15.000l – 01; Conjunto GPS e acessórios – 05; Torre de iluminação de 9,00 metros com gerador de 10 KWA – 02; Torre de iluminação de 8,00 metros com gerador de 6,5 KWA – 02; VTNE tipo pick up 4x4, 1 1/2 Ton diesel, 4x4, Agrale AM 31 – 03; Pick Up diesel, 4x4, cabine dupla, cor branca – 09; VTNE, Pick Up, Vop 2, 4x4, modelo Hilux – 23; VTE Basculante 10 m3, 6x4 – 06; VTE Cisterna de Água, 6x4 – 02; Carregadeiras sobre rodas – 02; Tratores com roçadeiras – 04; Ambulância operacional SR; 4x4 ; camuflada – 07; VTE Transporte de cães – 03; VTE Cisterna de Combustível, 6x4 – 01; Pick up 4x4, cabine dupla – 02; Pick ups 4x4, cabine dupla branca L 200 – 07; Trator multiuso (tipo Bob Cat)–04; Poita e boia de atracação - 02; Embarcação fluvial 20 passageiros (PAX 20) – 06.

<u>As principais realizações no PO 0003</u> – Obras de Engenharia - no ano de 2018 foram as seguintes:

- Obras licitadas e iniciadas: obra de Construção do Pavilhão Vestiário da 15º Cia Com Mec, em Cascavel/PR; obra de construção do pavilhão 1º Pelotão da 15ª Cia Com Mec, em Cascavel/PR; obras no Pelotão Especial de Fronteira de Palmarito – MT; Cnst de Pavilhão Rancho 9º B Com GE ; obras de adequação das instalações do Destacamento de Casalvasco, em Vila Bela da Santíssima Trindade, MT;obras de adequação das instalações do PEF de Fortuna, MT; Contrato: 36/2017 - TP 10/2017 - construção / dois módulos de abastecimento com capacidade de 15.000 L cada / Cmdo

13ª Bda Inf Mtz; construção da infraestrutura para instalação de 1 (um) módulo de abastecimento com capacidade de 5.000l no Pelotão , em Mundo Novo, MS; obra de adequação da Companhia de Fontes Humanas, do 6º B Intlg Mil, Campo Grande - MS; obra de construção do Pelotão de Serviço de Manutenção, do 9º B Com GE, em Campo Grande, MS.

- Obras entregues : construção da Infraestrutura Elétrica e Telemática da 15ª Brigada de

Infantaria Mecanizada e da 15ª Companhia de Comunicações Mecanizada, em Cascavel/PR; construção do Poço e Castelo d'Água da 15ª Cia Com Mec (Cascavel-PR); construção do pavilhão 1º Pelotão da 15ª Cia Com Mec, em Cascavel/PR; construção do Centro de Comando e Controle Fixo do 34º BI Mec, em Foz do Iguaçú; obra de adequação de 16 (dezesseis) Próprios Nacionais Residenciais, em Iguatemi, MS; construção da Garagem do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizado, em Iguatemi – MS; obra de adequação da infraestrutura da rede elétrica do 17º Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Amambaí, MS; adequação do Pavilhão Garagem Esqd Cmdo e AP e 1º Esq.C.Mec, do 10º RC Mec, em Bela Vista - MS; Cnst / alojamento da Brigada de Incêndio / 17º RCMec; construção do fechamento de 12 garagens na área do CMO, MS e MT; obra de adequação da Rede de Esgoto do Cmdo da 9ª Região Militar, Campo Grande – MS; obras no PEF de Corixa – MT.

Execução Orçamentária 2018

Em reais

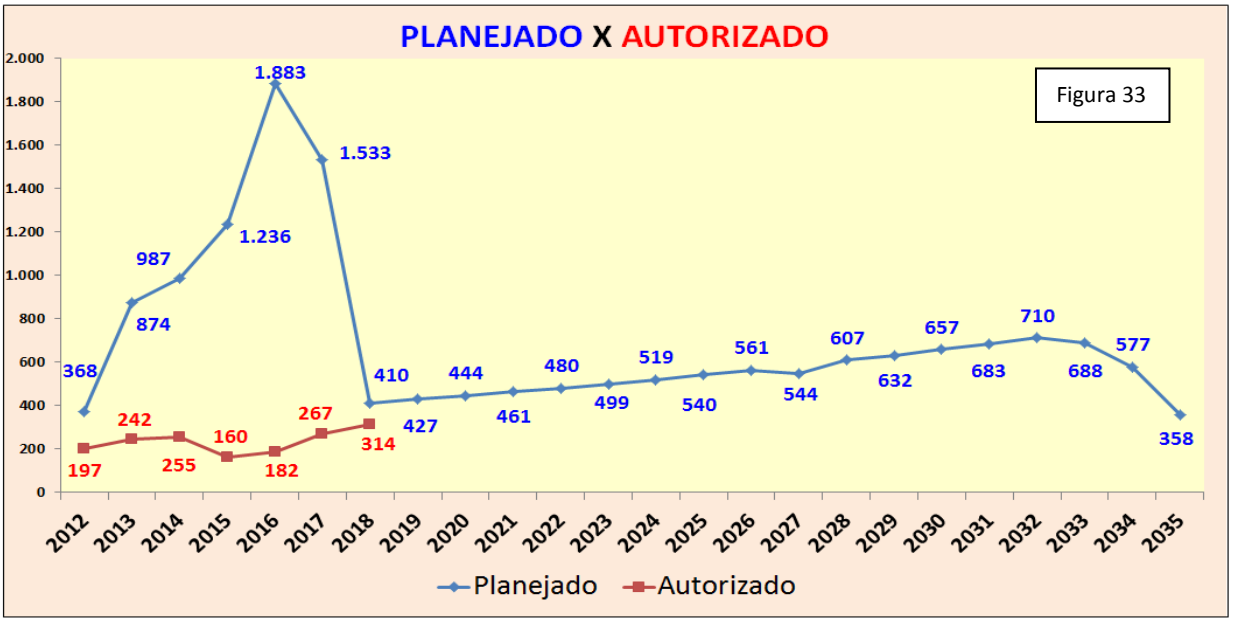
AÇÃO	LOA ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS**	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO*	RP PAGO
14T5	313.600.000,00	315.329.816,85	94.328.450,70	93.766.477,93	270.902.514,41	111.424.850,16

Fonte: Tesouro Gerencial

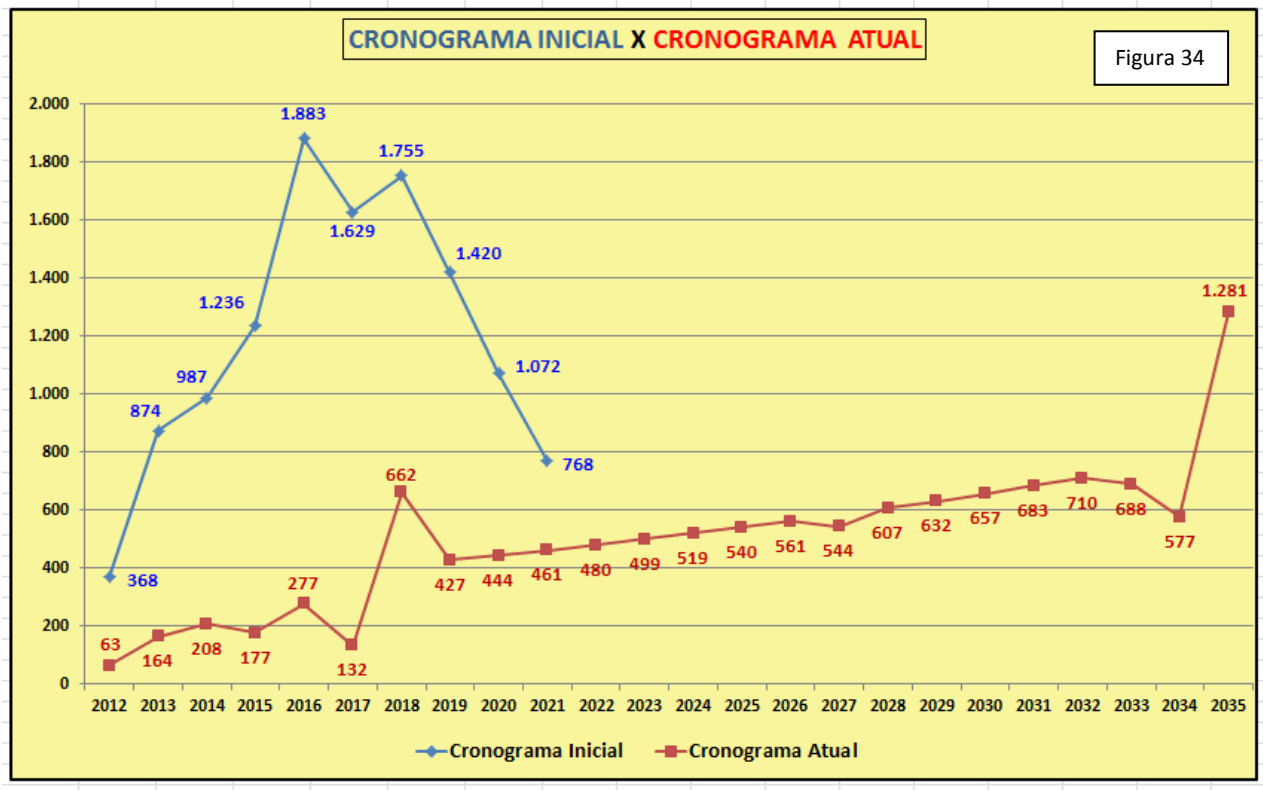
** RP Inscrito/Reinscrito = RPProc + RPN Proc*

*** Os valores empenhados maiores que a LOA se devem ao fato da variação cambial.*

Histórico da Execução Orçamentária 2012 - 2018



Comparativo: Planejamento Original x Planejamento Atual



DESAFIOS

✓ dificuldade de regularização patrimonial dos terrenos destinados à instalação das torres da infraestrutura de telecomunicações (Infovia) do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

✓ dependência do Satélite Geoestacionário de Defesa, a cargo do Ministério da Defesa, no que diz respeito às especificações dos terminais terrestres do Subsistema de Comunicações por Satélite do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

✓ dificuldade para o desenvolvimento e integração de sistemas, produtos e serviços de maior complexidade tecnológica;

✓ sobrestamento de algumas atividades de execução contratual, em razão de interpretações divergentes do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX) e da Integradora acerca do Termo de Contrato nº 027/CCOMGEX, de 19 de novembro de 2012.

AÇÕES EM CURSO

✓ contratação de empresa integradora (Consórcio TEPRO), em regime de empreitada integral, para implantação e integração do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

✓ contratação de consultoria técnica de apoio à fiscalização (empresa INGEPRO) do contrato com a empresa integradora do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão;

✓ aplicação das lições aprendidas ao longo dos anos pelas equipes do Projeto, existentes no EME, nos ODS e nos Comandos Militares de Área;

✓ melhor estruturação das empresas contratadas para realizar as entregas previstas, fruto da mobilização realizada nos anos anteriores; e

✓ capacitação de recursos humanos envolvidos na gerência dos projetos, na fiscalização de contratos e na operação do sistema, nas mais diversas áreas do conhecimento, notadamente engenharia, contratos, gestão, fiscalização e planejamento.

IMPACTOS DOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS EM 2018

Atraso no prosseguimento da implantação e integração do SISFRON nas etapas em execução ou programadas, quais sejam: conclusão da implantação e integração do sistema de sensoriamento e apoio à decisão (SAD) do Projeto Piloto do SISFRON, na 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (Mato Grosso do Sul); prosseguimento da implantação do SAD na área do Comando Militar do Oeste (CMO); início da implantação do Sistema no Comando Militar do Sul (CMS); e implantação de Módulos Especiais de Fronteira (MEF) na área do Comando Militar da Amazônia (CMA).

PROJETOS E AÇÕES REDUZIDOS OU RETARDADOS

- Conclusão do Projeto Piloto na área da 4ª Bda C Mec (MS).
- Implantação do SAD na área do Comando Militar do Oeste (CMO).
- Início da implantação do Sistema no Comando Militar do Sul (CMS).
- Implantação de Módulos Especiais de Fronteira (MEF) na área do Comando Militar da Amazônia (CMA).

MEDIDAS MITIGADORAS

1. Alongamento do encerramento do programa para 2035, em face dos sucessivos cortes e contingenciamentos orçamentários ocorridos.

2. Gestões junto à área econômica do Governo Federal no sentido de que as dotações orçamentárias anuais sejam adequadas ao valor médio planejado no cronograma físico-financeiro do Programa SISFRON, da ordem de R$ 500,00 milhões, e/ou reprogramação do prazo para a conclusão do Projeto.

IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

O atraso na implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras reduz o atendimento de benefícios à sociedade, no sentido de prover a adequada segurança, redução de ilícitos transfronteiriços, preservação ambiental, proteção de comunidades indígenas e obtenção do efeito dissuasório, por meio da utilização da capacidade operacional do Exército Brasileiro, isoladamente ou em conjunto com outros órgãos governamentais.

4.2.4 DEFESA ANTIAÉREA

AO 13DB – Obtenção de armamentos e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País (EME)

4.2.4.1 Visão geral organizacional:

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (Prg EE DA Ae) é um programa sob a gestão e controle do Estado-Maior do Exército. É organizado com a finalidade de entregar módulos de artilharia antiaérea ao Exército Brasileiro.

O Prg EEDAAe tem o objetivo de recuperar e obter a capacidade de Defesa Antiaérea (DA Ae) de Baixa e Média alturas, respectivamente, modernizando as Organizações Militares (OM) que compõem a DAAe Força Terrestre (F Ter) e gerando benefícios para o Brasil, como o domínio detecnologias críticas de defesa antiaérea, a contribuição para estruturação da Força Terrestre ao combate no amplo espectro, o aumento da capacidade de defesa de estruturas estratégicas, a contribuição para o monitoramento do espaço aéreo, o aumento da interoperabilidade entre as Forças Singulares, a contribuição para a ampliação do intercâmbio e parcerias com o setor científico-tecnológico nacional, e o fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID). Dessa forma, o Prg EE DAAe corrobora para o objetivo precípuo do Exército Brasileiro de defesa do território nacional.

O Programa foi estruturado para viabilizar a participação da indústria nacional de defesa, atribuindo grande importância para a transferência de tecnologia daqueles produtos de defesa ainda não acessíveis no país, com a assimilação de novas capacidades, contribuindo para o incremento no número dos postos de trabalho de alta qualificação no Brasil. Neste contexto, cabe destacar que a utilização de Sensores Radar e de Centros de Operações Antiaéreas (COAAe), ambos de fabricação nacional, cuja propriedade intelectual é do Exército, combinada à integração dos demais sistemas complexos componentes, posicionará a indústria brasileira no restrito grupo que dispõe de capacidade científico-tecnológica para estruturar sistemas de defesa antiaérea.

4.2.4.2 Planejamento estratégico e governança:

Estrutura de Governança

A Governança do Programa Defesa Antiaérea é exercida dentro do Estado-Maior do Exército, pelo Escritório de Projetos do Exército, que:

- avalia a efetividade do Portfólio

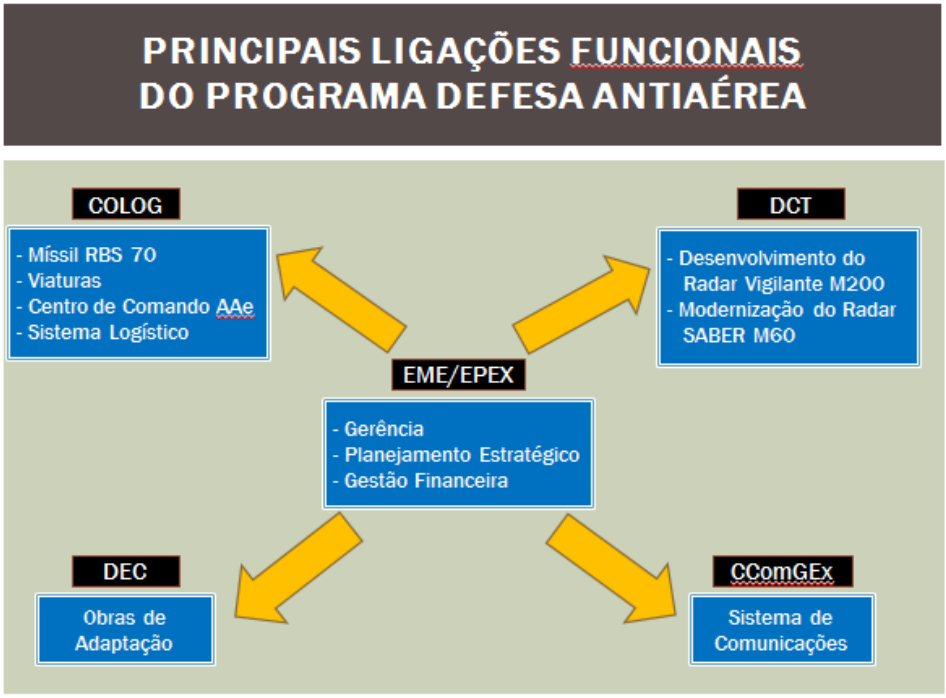
- acompanha o Planejamento Estratégico do Exército

- realiza o gerenciamento de risco

- gerencia as mudanças necessárias

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea está inserido dentro do Subportfólio da Defesa da Sociedade do Portfólio Estratégico do Exército.

Organograma Funcional do Programa Defesa Antiaérea:



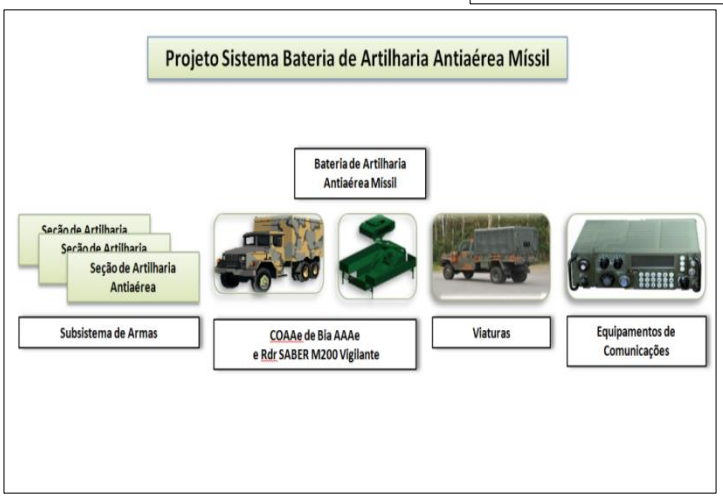
O Programa Defesa Antiaérea é desenvolvido dentro da estrutura do Exército nos seus diversos Departamentos, sendo estes os responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.

Planejamento

Descrição dos Projetos e Ações Complementares e suas finalidades

Projeto Sistema Seção de Artilharia Antiaérea Míssil

Finalidade: o Projeto contempla a entrega dos módulos dos Sistemas Seção de Artilharia Antiaérea Míssil de Baixa Altura e Seção de Artilharia Antiaérea Míssilde Baixa Altura Orgânica de Brigada Leve.

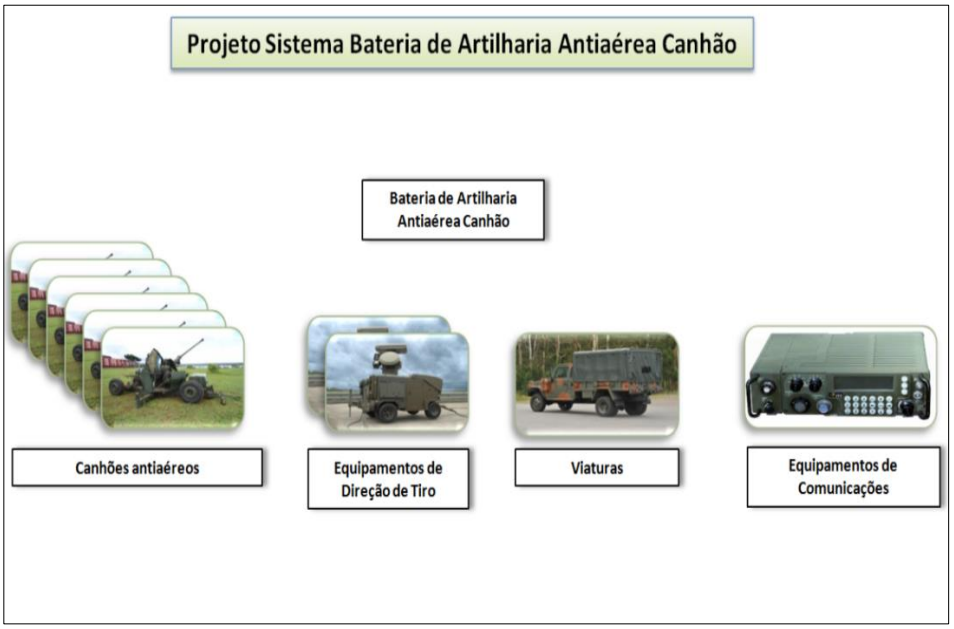


Projeto Sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil

Finalidade: o Projeto contempla a entrega dos módulos dos Sistemas Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil, Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Orgânica de Brigada e Bateria de Artilharia Antiaérea Míssil Orgânica de Brigada Leve.

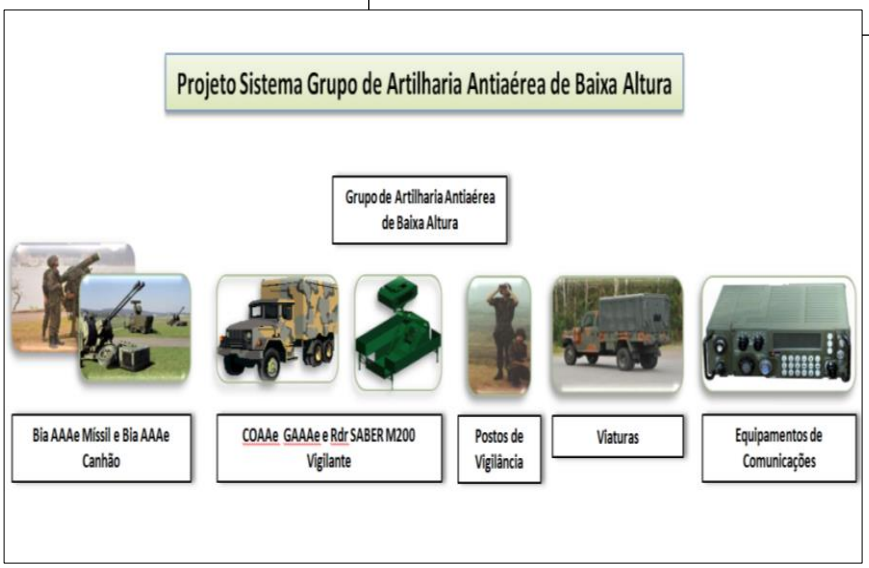
Projeto Sistema Bateria de Artilharia Antiaérea Canhão

Finalidade: o Projeto contempla a entrega do módulo do Sistema Bateria de Artilharia Canhão.



Projeto Sistema Artilharia Antiaérea de Média Altura

Finalidade: o Projeto contempla a entrega dos módulos dos Sistemas Bateria Antiaérea de Média Altura e Grupo de Artilharia Antiaérea de Média Altura.



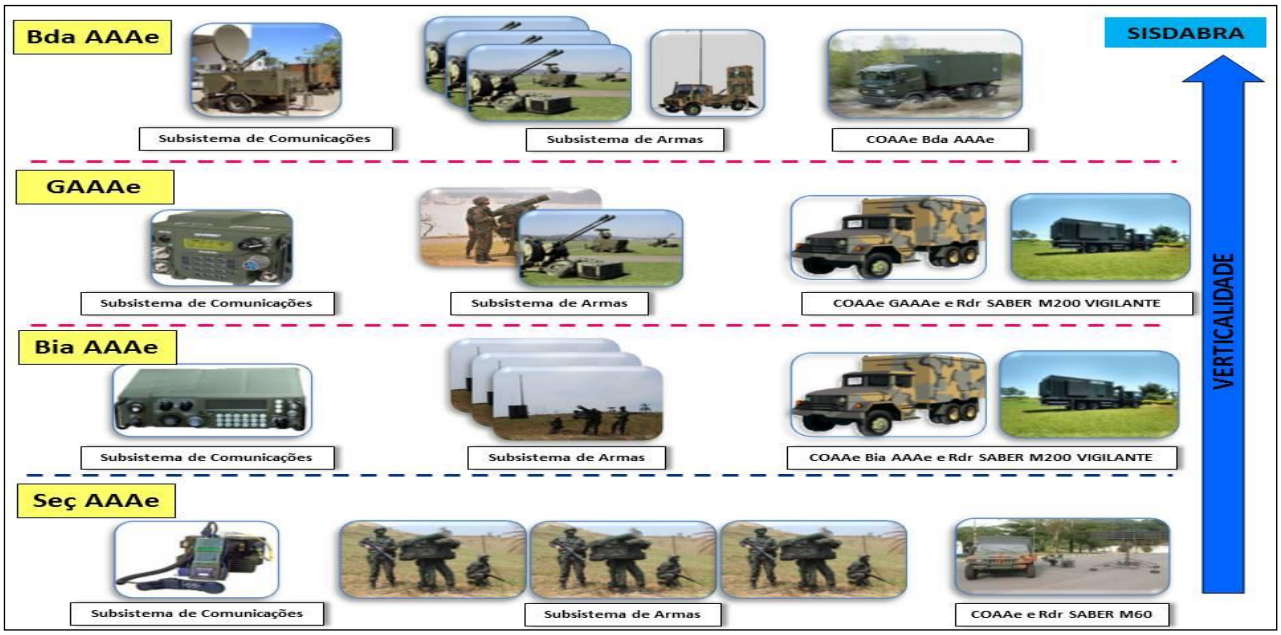
Projeto Sistema Grupo Artilharia Antiaérea de Baixa Altura

Finalidade: o Projeto contempla a entrega dos módulos dos Sistemas Grupo de Artilharia Antiaérea e Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva.

Projeto Sistema Brigada de Artilharia Antiaérea

Finalidade: o Projeto contempla a entrega do módulo do Sistema Brigada de Artilharia Antiaérea, que atuará como unidade de emprego da Defesa Antiaérea da Força Terrestre (DA Ae F Ter).

Projeto Subsistema de Controle e Alerta



Finalidade: o Projeto contempla a entrega de Produtos de Defesa (PRODE) de Defesa Antiaérea obtidos por meio de aquisição ou desenvolvimento e a integração entre as variadas unidades de emprego da Artilharia Antiaérea (AAAe).

Projeto Logística de Defesa Antiaérea

Finalidade: o Projeto contempla a obtenção de meios necessários à implementação de Infraestrutura Logística necessária ao Suporte Logístico Integrado dos PRODE obtidos para as Organizações Militares da DAAe F Ter.

Projeto Capacitação em Defesa Antiaérea

Finalidade: o Projeto contempla a obtenção de meios necessários à adequação de Infraestrutura de Educação voltada à operação e manutenção dos PRODE obtidos para a DA Ae F Ter.

Ações Complementares

Ação Complementar -Avaliação das Unidades de Emprego de Artilharia Antiaérea
Finalidade: obter o suporte em material e pessoal relativo à atividade institucional de avaliação das Unidades de Emprego de Artilharia Antiaérea.
Ação Complementar - Aquisição de Vtr Operacionais já Adotadas pelo Exército Brasileiro(EB)
Finalidade: obter de Viaturas Operacionais já adotadas pelo EB, para emprego na DA Ae F Ter.

Ação Complementar - Aquisição de Equipamento de Comunicações
Finalidade: obter equipamentos de comunicações, para emprego na DA Ae F Ter.

Ação Complementar - Atualização de Documentação de Artilharia Antiaérea (AAAe)
Finalidade: atualizar a documentação de Artilharia Antiaérea.

Ação Complementar - Obras Militares
Finalidade: realizar a construção e adaptação de infraestruturas físicas, por meio de obras militares, para os PRODE obtidos.
Ação Complementar - Gestão de Pessoal de OM de AAAe

Finalidade: obter o suporte material e pessoal à atividade institucional de Gestão de Pessoal.
Ação Complementar - Recebimento de PRODE Obtidos
Finalidade: obter o suporte material e pessoal necessário ao recebimento dos PRODE obtidos pelo Prg EE DA Ae.

Ação Complementar - Distribuição de PRODE Obtidos
Finalidade: obter o suporte material e pessoal necessário à distribuição dos PRODE obtidos pelo Prg EE DA Ae.

4.2.4.3 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 13DB – Defesa Antiaérea

O Prg EE Defesa Antiaérea teve, em seu planejamento inicial em 2012, a previsão de término para 2030. No entanto, em função de reduções nas previsões orçamentárias subsequentes e em virtude da transformação de Projeto para Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea, foi necessário o replanejamento do horizonte temporal do Programa, estendendo-o para o término em 2039.

O Programa possui o valor total de 4,1 bilhões, tendo executado 8,4 % até o ano de 2018.

No tocante a execução financeira do Programa no ano de 2018, o limite de movimentação e empenho estabelecido para o programa foi de R$ 38.537.500,00. Com esse recurso o Prg EE DA Ae pode alcançar no ano de 2018 a marca de 12 (doze) entregáveis, contribuindo para elevar as entregas necessárias do Programa.

Entregas em 2018

Dentre as entregas do Programa no ano de 2018, podem-se destacar as aquisições de componentes do Sistema Mísseis Portáteis Telecomandados RBS 70, que tem a finalidade de atender ao Projeto do Sistema Seção de Artilharia Antiaérea Míssil. Dessa maneira, foram adquiridos para este Projeto: 1 (um) Posto de Tiro do sistema RBS 70 com seus acessórios e a contratação do Sistema Logístico Integrado (SLI) inicial do Sistema RBS 70. Salienta-se que este último investimento permitirá a implementação de suporte de manutenção dos materiais do sistema em questão.

O gerenciamento do Prg EE DA Ae, uma das entregas da meta física, realizou as seguintes atividades neste ano: reuniões de gerenciamento no Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea e no Centro Tecnológico do Exército; a participação de representantes do Programa na PMR (Project Management Review) do Sistema Antiaéreo Gepard com o Escritório Federal de Equipamentos, Tecnologia da Informação e Utilização das Forças Armadas Alemãs (BAAINBw) e a empresa Krauss-Maffei Wegmann (KMW).

Execução Orçamentária 2018

Em reais

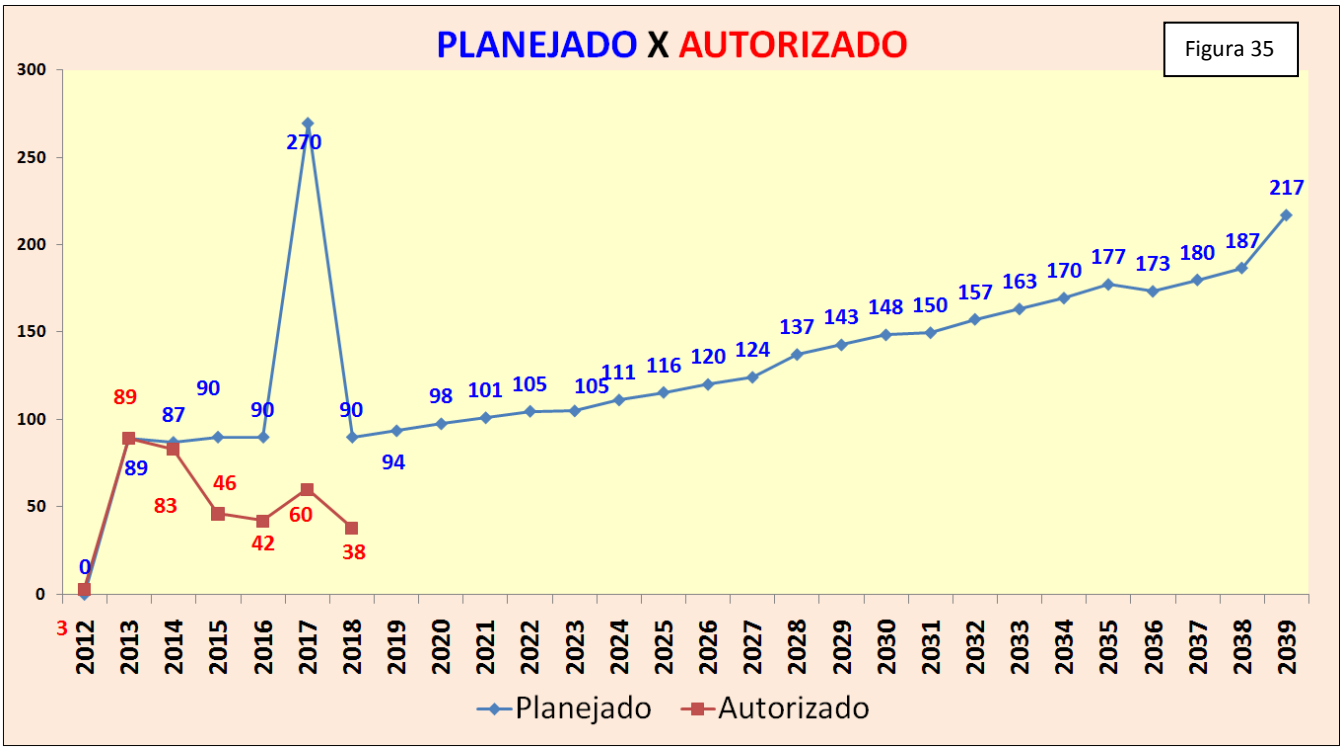
AÇÃO	LOA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO	RP PAGO
13DB	38.537.500,00	38.737.538,28	35.024.189,28	35.022.787,90	31.743.865,07	793.110,60

Fonte: Tesouro Gerencial

** RP Inscrito=RP Proc+NProc*

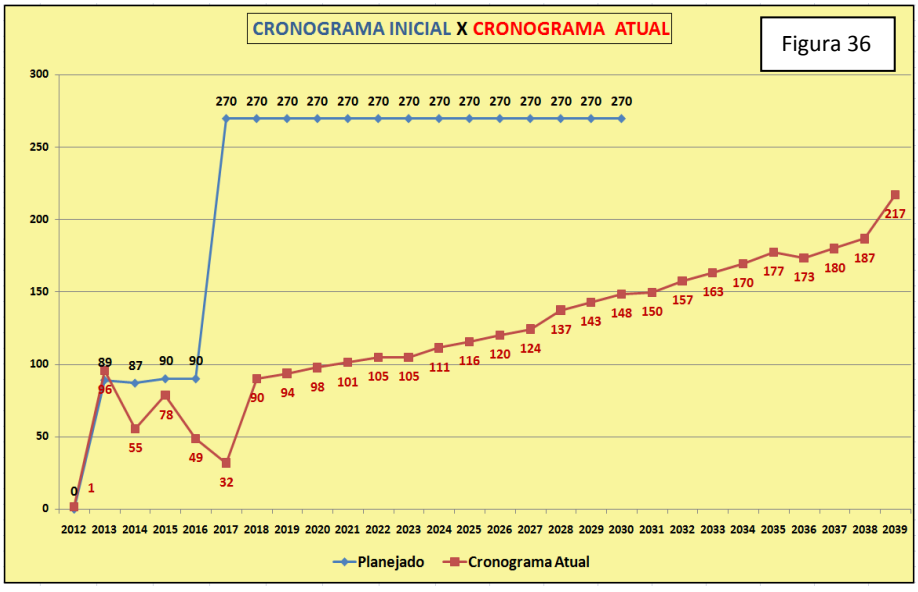
*** Os valores empenhados maiores que a LOA se justificapelo fato da variação cambial.*

Histórico da Execução Orçamentária 2012 – 2018



Comparativo: Planejamento Original x Planejamento Atual

Gráfico comparativo entre os desembolsos previsto para todo o Prg EE Defesa Antiaérea, a cada ano, na data de seu início (cronograma inicial), e os desembolsos previstos para todo o Programa, a cada ano, desde seu início até o término do exercício (cronograma atual).



IMPACTOS DOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS

O corte do recurso previsto provocará a incapacidade de aquisição de Produtos de Defesa (PRODE) fundamentais para o prosseguimento do Programa, em particular do Projeto Sistema Seção de Artilharia Antiaérea Míssil.

O prolongamento do Projeto ao longo do tempo poderá descaracterizar seu escopo, influenciando negativamente na qualidade e no custo final.

Restrições para o desenvolvimento de tecnologias nacionais, gerando a impossibilidade de se avançar no desenvolvimento dos Centros de Operações Antiaéreas

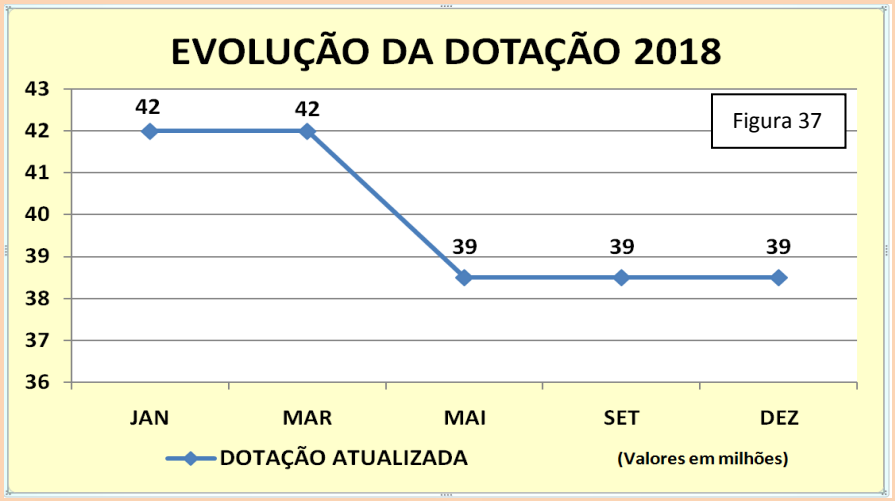


Figura 37

MEDIDAS MITIGADORAS

- Ações de gerenciamento proativas da Gerência do Prg EE DA Ae no acompanhamento dos processos de obtenção de PRODE pelos ODS, possibilitando à iniciativa adotar medidas de contingência em tempo hábil.
- Planejamento de ações alternativas para serem adotadas como medidas de contingência.
- Alongamento do encerramento do programa para 2039, por causa dos sucessivos cortes e contingenciamentos ocorridos.
- Aquisições de Produtos de Defesa (PRODE) que permitam a composição dos módulos de Artilharia Antiaérea no nível Seção.
- Aquisição de Suporte Logístico capaz de viabilizar a disponibilidade dos PRODE ao longo do ciclo de vida de cada material.
- Investimento na capacitação de pessoal, inclusive a gerência de Projetos integrantes.

DESAFIOS E AÇÕES DO PROGRAMA DEFESA ANTIAÉREA

DESAFIOS	AÇÕES EM CURSO
✓ Manter a bom termo o andamento do Programa Defesa Antiaérea, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras; ✓ Quebrar paradigmas para aprimorar a qualidade da gestão, da governança e da transparência; ✓ Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do Programa.	✓ Dar continuidade às atividades de avaliação e medição do desempenho no âmbito do Programa; ✓ Estimular a procura de exemplos de redução de custos que possam ser seguidos; ✓ Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços; ✓ Capacitar os servidores dentro das necessidades do programa e da gestão visando um crescimento do desempenho físico e administrativo.

Impactos Sócio-Econômicos

O Programa foi estruturado para entregar a capacidade de Defesa Antiaérea ao Exército Brasileiro. Nesse contexto, suas obtenções, seja por meio de desenvolvimentos tecnológicos nacionais, seja por meio de aquisições de produtos de defesa já existentes visa à defesa de tropas, instalações e infraestruturas estratégicas de grande valor para o País. Assim, a iniciativa valoriza a participação da indústria nacional de defesa, gerando benefícios diretos e indiretos à sociedade, como a obtenção de tecnologias de emprego dual, a geração de empregos de alta qualificação e a absorção de tecnologia de novos produtos de defesa.

4.2.5 DEFESA CIBERNÉTICA

AO 147F – Implantação do Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional

4.2.5.1 Visão Geral Organizacional

Nos dias atuais, os ataques cibernéticos constituem ameaças significativas à segurança da sociedade e do Estado. Desta forma, o espaço cibernético está se tornando essencial para a Defesa e Segurança Nacionais, contendo elementos intra e interorganizacionais, multidisciplinaridade, produtos e serviços tecnológicos diversos, métodos e processos gerenciais em todos os níveis. Tal complexidade requer a criação de estruturas e processos flexíveis e com visão estratégica capazes de realizar, de forma eficaz, o que prescreve a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX).

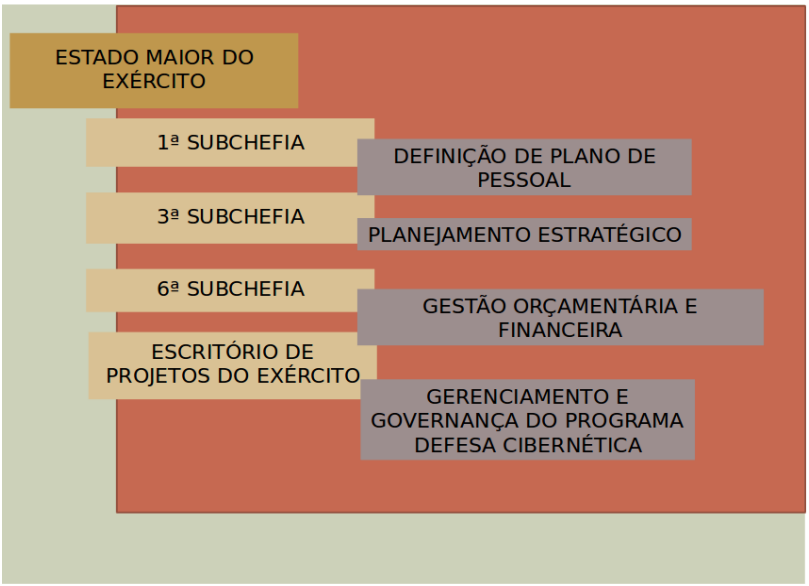
Assim, o Comandante do Exército (Cmt Ex), por meio da Portaria nº 03-Res, de 29 JUN 09, instituiu o Setor Cibernético no âmbito do Exército Brasileiro (EB), determinando que o mesmo fosse implantado por meio de Projeto, tendo o Estado-Maior do Exército (EME) como órgão de coordenação e o Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) como elaborador da proposta relativa ao Setor.

Após um detalhado estudo de viabilidade para prosseguimento da iniciativa, a Memória para Decisão nº 01-EPEx/AGP, de 22 AGO 2017, aprovou a transformação do Projeto Estratégico do Exército Defesa Cibernética (PEE DEF CIBER) em Programa Estratégico do Exército Defesa Cibernética (Prg EE Def Ciber).

A implantação do Setor Cibernético no EB insere a Instituição no rol das organizações, nacionais e internacionais, que tratam a segurança da informação e a capacidade de atuar em rede como recursos capazes de minimizar despesas, aumentar a produtividade e otimizar as comunicações, conferindo confidencialidade, disponibilidade, integridade e autenticidade aos dados que trafegam em suas redes, que são processados e armazenados em seus ativos de informação. Enquadra-se na concepção geral da END, possuindo “visão de futuro”, o que se traduz por um esforço de longo prazo, com forte potencial para impactar, positivamente, as áreas científico-tecnológica e operacional.

4.2.5.2 Planejamento estratégico e governança:

Estrutura de Governança



A Governança do Programa Defesa Cibernética é exercida dentro do Estado-Maior do Exército, pelo Escritório de Projetos do Exército, que:

- avalia a efetividade do Portfólio
- acompanha o Planejamento Estratégico do Exército
- realiza o gerenciamento de risco
- gerencia as mudanças necessárias

Organograma Funcional do Programa Defesa Cibernética

O Programa Defesa Cibernética se desenvolve dentro da estrutura do Exército em algumas Organizações Militares subordinadas funcionalmente ao Departamento de Ciência e Tecnologia e ao Gabinete do Comandante do Exército, sendo elas as responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.

Planejamento:

Descrição dos Projetos e Ações Complementares, suas finalidades:

Projeto Centro de Defesa Cibernética Finalidade: Implantar a estrutura do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) como organização militar diretamente subordinada ao Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber)

Projeto Força Cibernética

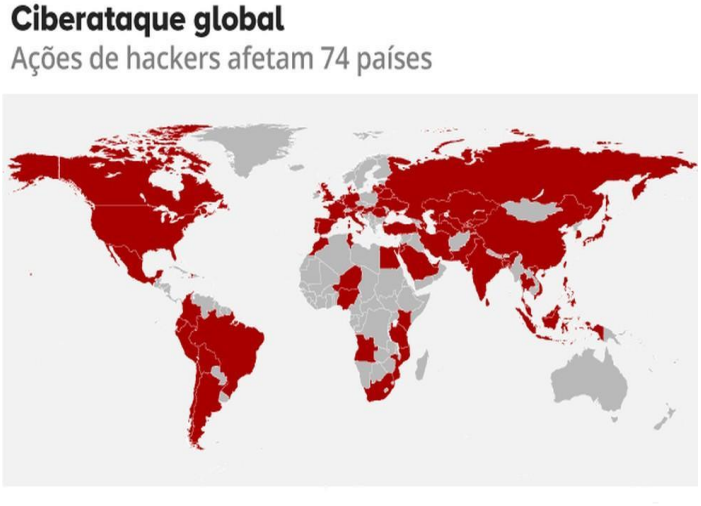
Finalidade: Criar as estruturas de capacitação e de preparo e emprego operacional voltadas para as atividades de segurança, defesa e guerra cibernética, que garantam à Força Terrestre a capacidade de atuar em rede de forma segura e integrada ao Sistema Militar de Comando e Controle (SisMC2) do Ministério da Defesa (MD).

Projeto Inteligência Cibernética

Finalidade: Estruturar a produção do conhecimento oriundo da fonte cibernética, com o objetivo de atender às demandas da atividade de inteligência da Defesa.

Projeto Escudo Cibernético

Finalidade: Dotar o Exército Brasileiro (EB) de infraestrutura necessária para a proteção e a defesa dos ativos de informação da Força Terrestre nas áreas de Segurança e Defesa Cibernética.



Projeto Apoio Tecnológico

Finalidade: Implantar a estrutura de apoio tecnológico e desenvolvimento de sistemas para atender as necessidades do setor cibernético.

Projeto Pesquisa Cibernética

Finalidade: Orientar, coordenar, supervisionar e fomentar a capacitação de recursos humanos de nível superior, a pesquisa científica tecnológica em instituições de ensino, civis e militares e a extensão universitária no Instituo Militar de Engenharia (IME), que atendam às necessidades do setor cibernético.

Projeto Gestão de Talentos

Finalidade: Estruturar e consolidar a gestão de recursos humanos de modo a suprir as necessidades da Força Terrestre, organizar a procura e a admissão, gerir a capacitação e a administração do pessoal, bem como sua permanência nas atividades do setor cibernético.

Ação Complementar Capacitação

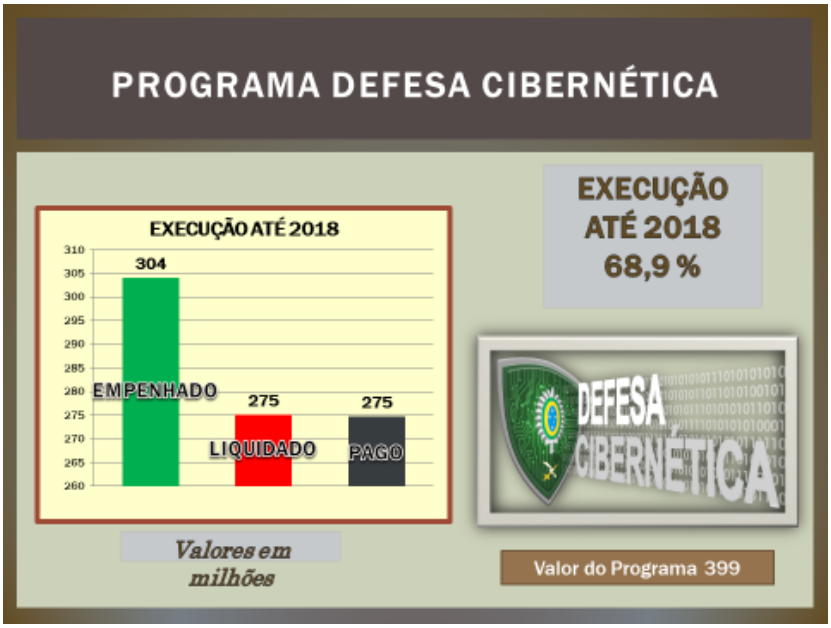
Finalidade: Formar profissionais competentes nas áreas de conhecimento afetas à Defesa Cibernética.

Ação Complementar Doutrina

Finalidade: Elaborar e encaminhar para publicação e divulgação, no âmbito do Exército, os documentos conceituais, normativos e doutrinários.

4.2.5.3 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 147F – Defesa Cibernética

O Prg EE Defesa Cibernética teve sua implantação, inicialmente, prevista para o período de 2012 a 2015, entretanto, haja vista as dificuldades de provisionamento total dos recursos anuais, o programa foi prorrogado até 2020. Tal situação permanece e o programa, além de ter atingido os objetivos propostos com restrições, vislumbra a necessidade de prorrogação do seu prazo de execução.



Entregas em 2018:

No ano de 2018 houve as seguintes entregas:

- Renovação e atualização da ferramenta de análise de riscos e aquisição de ferramenta para correlação de eventos (SIEM), na área cibernética.

- Renovação e atualização das soluções de proteção cibernética do Centro Integrado de Telemática do Exército (CITEx);

- Aquisição de equipamentos de segurança e renovação e atualização de licenças de software dos Centros de Telemática de Área (CTA);

- Atendimento ao Sistema de Telemática do Exército (SisTEx) na garantia de atualização de licenças e suporte técnico para solução de hardware e software de IPS;

- Serviço de desenvolvimento do CRIPTEX III;

- Aquisição de equipamentos e serviços para a instalação da Companhia de Guerra Cibernética do 1º Batalhão de Guerra Eletrônica;

- Montagem do Laboratório de Telemática do Centro de Instrução de Guerra Eletrônica (CIGE);

- Continuação das obras de construção da nova Escola de Comunicações (EsCom) e da ampliação do CIGE;

- Manutenção evolutiva do Supercomputador Cray do Instituto Militar de Engenharia (IME);

- Capacitação do pessoal visando o aprimoramento das atividades na área de Defesa Cibernética;

- Manutenção e suporte técnico da ferramenta de integração de dados oriundo da fonte cibernética do Sistema de Inteligência do Exército; e

Execução Orçamentária 2018

Em reais

AÇÃO	LOA	DESPESAS EMPENHADAS**	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO*	RP PAGO
147F	20.347.770,00	20.351.612,27	10.393.805,61	10.029.081,33	26.648.717,67	17.939.427,27

Fonte: Tesouro Gerencial

** RP Inscrito/Reinscrito = RPProc + RPN Proc*

*** Os valores empenhados maiores que a LOA se devem ao fato da variação cambial.*

Histórico da Execução Orçamentária 2012 - 2018

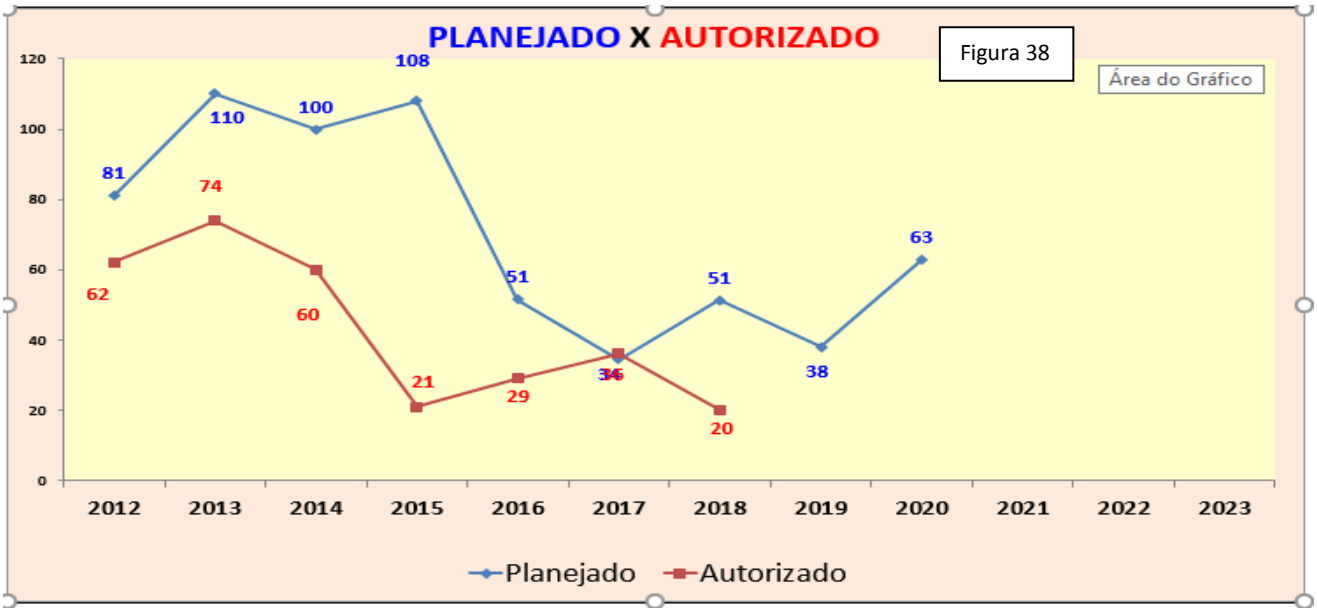


Figura 38

Comparativo: Planejamento Original x Planejamento Atual

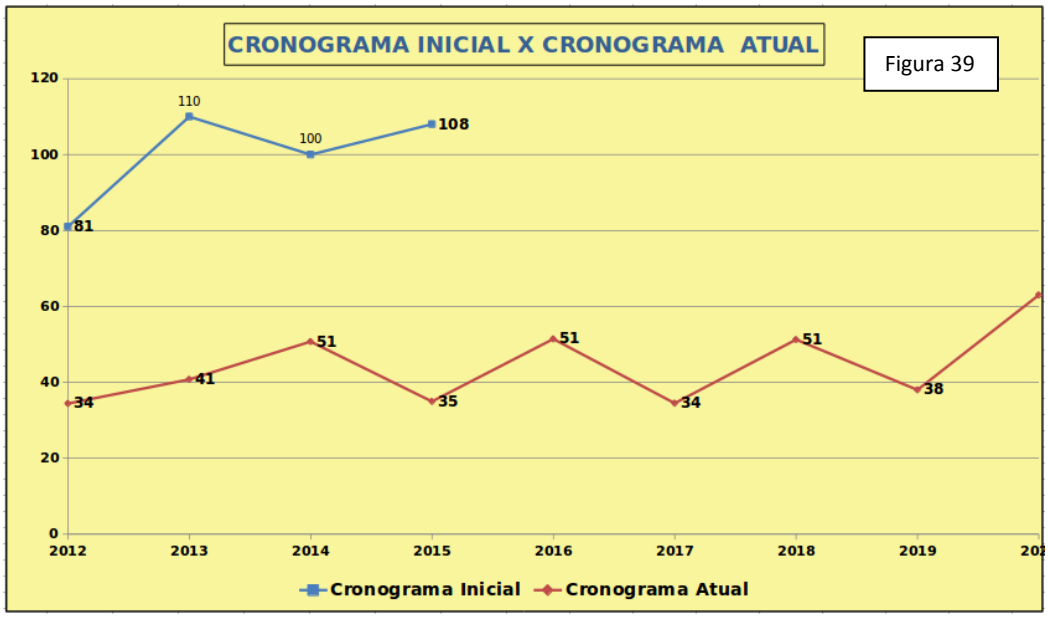


Figura 39

Gráfico comparativo entre os desembolsos previstos para todo o PrgEE DEFESA CIBERNÉTICA, a cada ano, na data de seu início (cronograma inicial), e os desembolsos previstos para todo o Programa, a cada ano, desde seu início até o término do exercício (cronograma atual), ajustados diante da situação orçamentária.

IMPACTOS DOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS

O corte do recurso previsto provocará Atraso na implantação das infraestruturas de Defesa Cibernética do Exército.

Não atualização de soluções de segurança e não aquisição de equipamentos importantespara a proteção cibernética dos sistemas corporativos e operacionais do Exército.

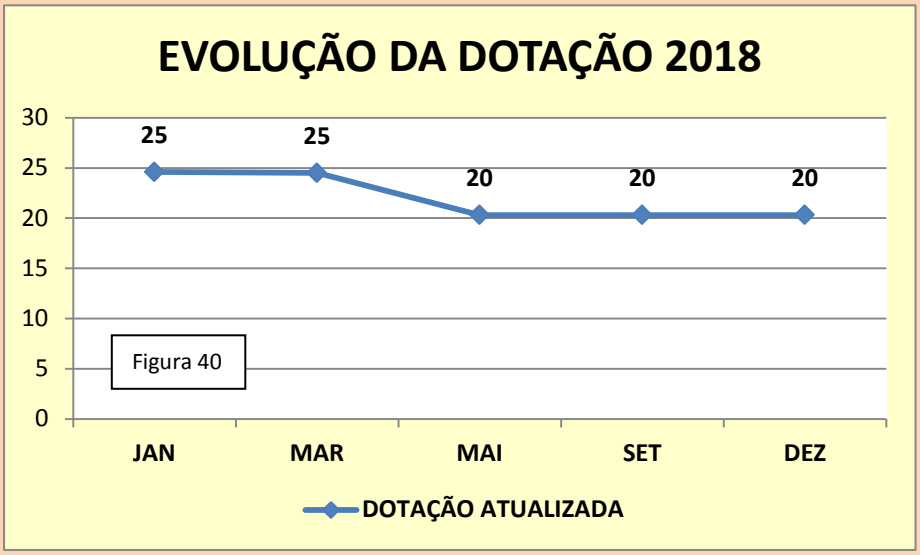


Figura 40

PROJETOS E AÇÕES REDUZIDOS OU RETARDADOS

- Construção da nova Escola de Comunicações (Escom);
- Adequação das novas instalações do Centro de Defesa Cibernética;
- Manutenção evolutiva do Simulador de Operações Cibernéticas (SIMOC); e
- Serviço de coleta, suporte e manutenção para a ferramenta de exploração e Web Inteligence.

MEDIDAS MITIGADORAS

Prorrogação do encerramento do Programa para 2023;

Priorização das metas planejadas a serem executadas.

DESAFIOS	AÇÕES EM CURSO
✓ Manter a bom termo o andamento do Programa DEFESA CIBERNÉTICA, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras; ✓ Quebrar paradigmas para aprimorar a qualidade da gestão, da governança e da transparência; ✓ Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do Programa.	✓ Dar continuidade às atividades de avaliação e medição do desempenho no âmbito do Programa; ✓ Estimular a procura de exemplos de redução de custos que possam ser seguidos; ✓ Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços; ✓ Capacitar os servidores dentro das necessidades do programa e da gestão visando um crescimento do desempenho físico e administrativo. ✓ Reajustamento dos Programas Estratégicos do Setor Cibernético, para adaptar à circunstância e ao nível de maturidade atuais na Defesa Cibernética e na governança e gestão de iniciativas estratégicas.

Impactos Sócio-Econômicos

A estratégia gerencial do Programa Estratégico do Exército DEFESA CIBERNÉTICA está centrada no alcance das capacidades previstas em seu escopo, por meio de suas entregas que visam a segurança da sociedade e do Estado, além da projeção do Brasil no cenário internacional, respaldando sua política externa e conferindo-lhe a capacidade de atuar fortemente no campo cibernético em conformidade com os princípios da administração pública federal.

4.2.6 PROTEÇÃO DA SOCIEDADE

AO 14T6 – Implantação do Programa Estratégico Proteção da Sociedade (PROTEGER) (EME)

4.2.6.1 Visão geral organizacional:

Nos últimos anos, o Brasil foi palco de significativos eventos internacionais, como as Olimpíadas Rio 2016, Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações e Copa do Mundo de Futebol. Esses Grandes Eventos projetaram o país em sua capacidade de coordenação e articulação com as diversas agências governamentais e não governamentais em ações de Segurança e de Proteção à Sociedade.

A Estratégia Nacional de Defesa(END) definiu que todas as instâncias do Estado Brasileiro devem contribuir para a Segurança Nacional, com destaque para o aperfeiçoamento dos processos de Gerenciamento de Crises; para a integração de todos os órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); para as medidas de proteção de infraestruturas críticas, em especial para os setores de energia, transporte, água, telecomunicações e cibernética.

O Projeto Estratégico do Exército PROTEGER foi estabelecido pelo Comandante do Exército, em sua ordem Fragmentária nº 01/2012, com o objetivo de produzir impactos estratégicos, cujos resultados irão se constituir em indutores do processo de transformação da Força Terrestre (F Ter).

O Programa Estratégico do Exército Proteção da Sociedade (Prg EE PROTEGER), fruto da evolução do Projeto Estratégico do Exército Sistema de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PEE PROTEGER), está alinhado à Estratégia Nacional de Defesa(END) e com o planejamento estratégico e doutrinário da F Ter. O Programa prioriza a atuação articulada do EB com a Sociedade Brasileira e suas Instituições, particularmente no emprego da F Ter em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), Garantia da Votação e Apuração (GVA), proteção de infraestruturas críticas, prevenção e combate ao Terrorismo; apoio à Defesa Civil e em áreas contaminadas por agentes Químicos, Biológicos, Radiológicos e Nucleares (QBRN), dentre outras ações subsidiárias.

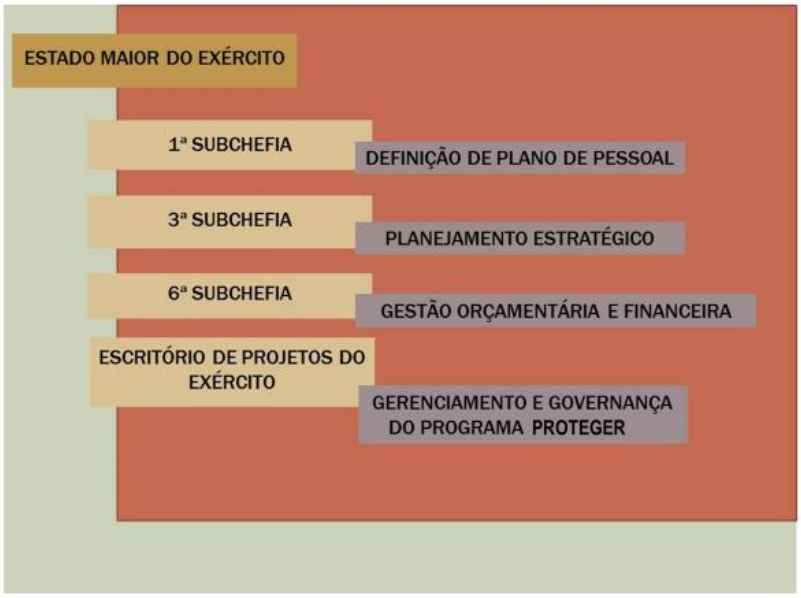
O Prg EE PROTEGER contribui para a consecução dos Objetivos Estratégicos do Exército (OEE), principalmente o OEE 3 – **Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social**, trazendo como benefícios o seguinte:

- contribuição para ampliação de Proteção da Sociedade decorrente do emprego da F Ter;
- contribuição contra as ações terroristas e eventos QBRN; e
- contribuição para o fortalecimento do desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID)

4.2.6.2 Planejamento estratégico e governança:

Estrutura de Governança

A Governança do Prg EE PROTEEGER é exercida dentro do Estado-Maior do Exército, pelo Escritório de Projetos do Exército(EPEx), que:



- avalia a efetividade do Portfólio

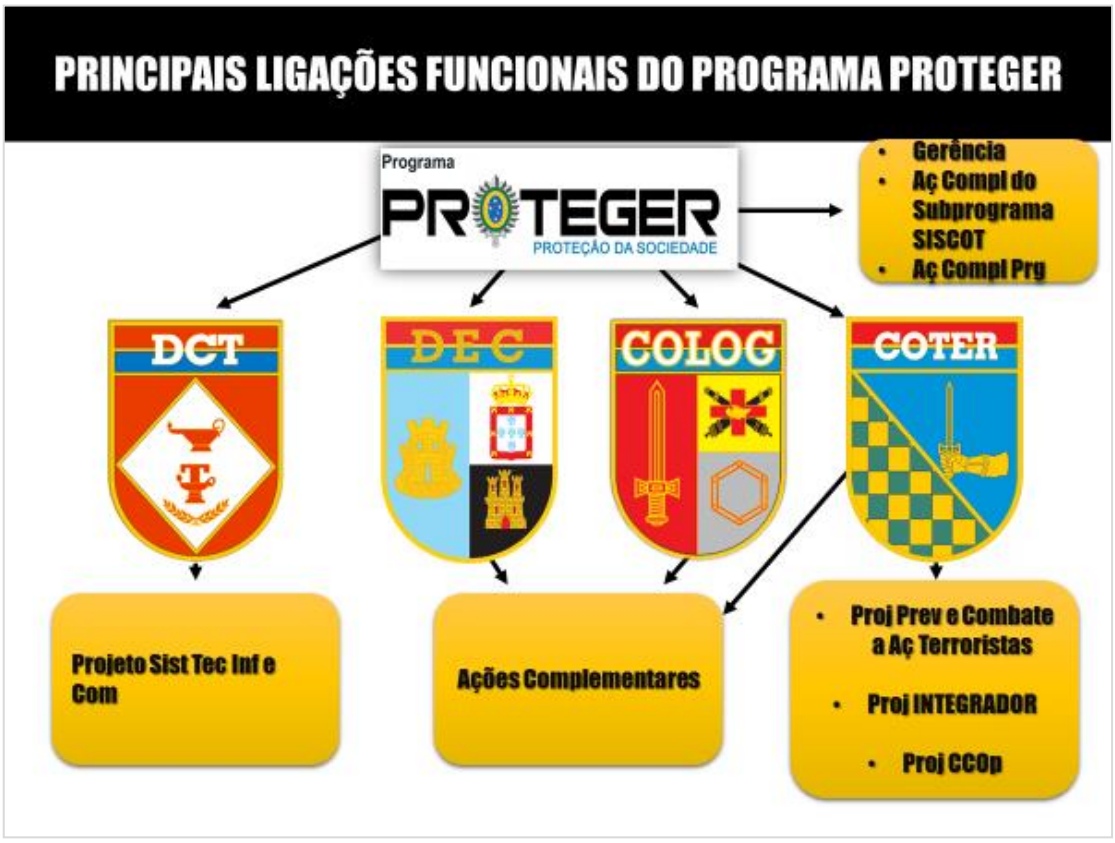
- acompanha o Planejamento Estratégico do Exército

- realiza o gerenciamento de risco

- gerencia as mudanças necessárias

Organograma Funcional do PROTEGER:

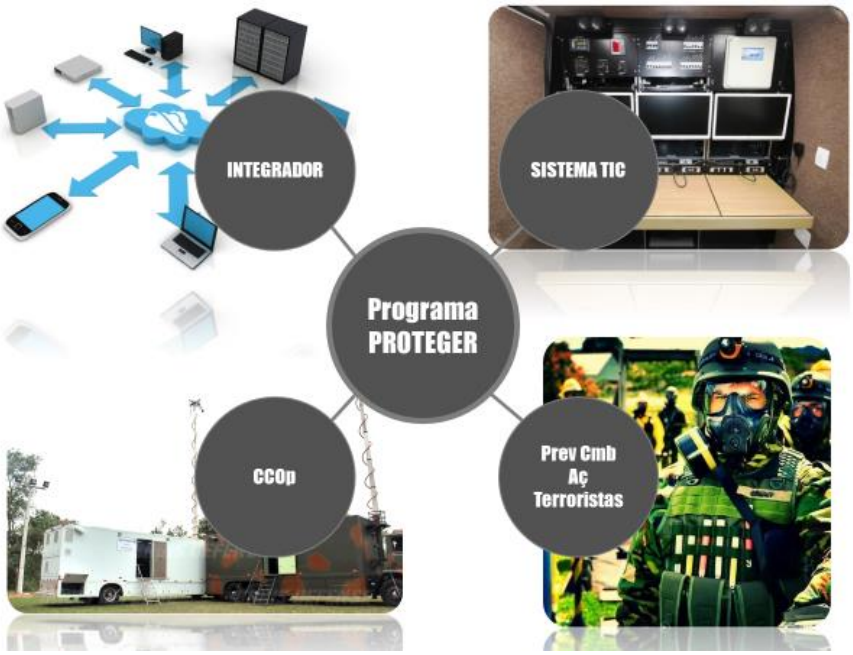
O Programa PROTEGER se desenvolve dentro da estrutura do Exército nos seus diversos Departamentos, sendo estes os responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.



Planejamento:

Descrição dos Projetos e Ações Complementares, suas finalidades

Projeto Integrador



Finalidade: O Projeto INTEGRADOR tem por objetivo desenvolver um Software que permitirá a integração dos diversos sistemas e softwares, internos e externos à Força Terrestre, empregados no planejamento, comando, controle e coordenação de operações.

Descrição / Especificação: Integrador de softwares e sistemas, baseados em Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), que deverá prover o Comando da Força Terrestre, os Comandos Militares de Área e os Grandes Comandos e Grandes Unidades Operacionais com as capacidades de monitoramento, vigilância, inteligência e análise, por múltiplas perspectivas, ampliando a consciência situacional dos comandantes, em todos os escalões, e facilitando o planejamento, comando, controle e coordenação continuada das operações, em ações singulares, conjuntas ou em ambiente interagências.

Produto final: um software.

Projeto Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC)

Finalidade: O Projeto Sistema de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) tem por objetivo a aquisição e instalação de material de TIC, necessários ao funcionamento integrado para os Centros de Coordenação de Operações (Fixos e Móveis) do Exército.

Descrição / Especificação: São bens e serviços de TIC necessários ao funcionamento dos Centros de Coordenação de Operações (Fixos e Móveis) do Exército.

Principais Produtos: Materiais, equipamentos, sistemas e softwares dos Centros de Coordenação de Operações (Fixos e Móveis) do Exército.

Projeto Centro de Coordenação de Operações (CCOp)

Finalidade: O Projeto Centro de Coordenação de Operações tem por objetivo proporcionar infraestrutura, bens e serviços necessários para o funcionamento dos CCOp

Descrição / Especificação: Construção e ou a dequação de Centros de Coordenação de Operações Fixos (CCOp Fixo), com todos os materiais e equipamentos, instalados e funcionando, para receber a estrutura de comando de órgãos governamentais e não governamentais em operações interagências no Comando de Operações Terrestres, nos Comandos Militares de Área, Grandes Comandos e Grandes Unidades, e a implantação de estrutura física (móvel) de Centros de Coordenação de Operações Móveis (CCOp Mv), na dosagem inicial de um por Comando Militar de Área, constituído de dois módulos com equipamentos de tecnologia da informação e comunicações (TIC) e softwares embarcados para o comando, controle e comunicações implantados.

Principais Produtos: UmCCOp Fixo em Brasília - DF; CCOp Fixo e Móvel nos Comandos Militares de Área (C Mil A); CCOp Fixo nas Grandes Unidades (GU) e nos Grandes Comandos Operacionais (G Cmdo Op).

Projeto Prevenção e Combate a Ações Terroristas

Finalidade: O Projeto Prevenção e Combate a Ações Terroristas tem por objetivo ampliar a capacidade da Força Terrestre na Prevenção e no Combate ao Terrorismo, incluindo a definição e a descrição dos equipamentos, materiais e sistemas contraterror.

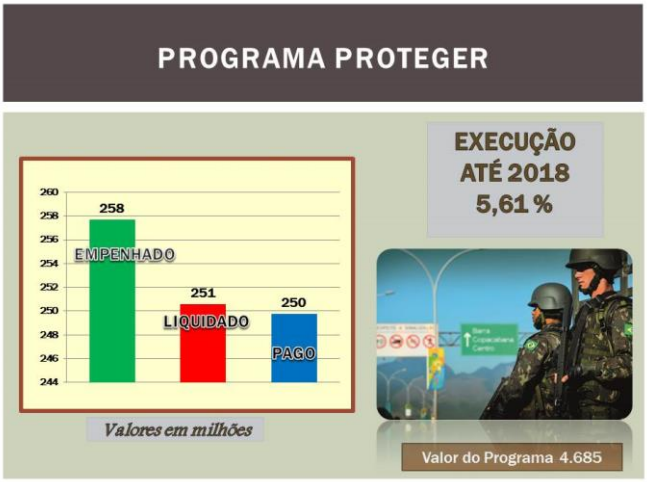
Descrição / Especificação: Definir e descrever os Produtos de Defesa (PRODE) para equipar, capacitar e adestrar o combatente individual e frações de Organizações Militares de Operações Especiais, de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear e de Inteligência Operacional nas atividades relativas à prevenção e combate contraterror. Aquisição de módulos de emprego individual e coletivo para fração de OM Op Esp, DQBRN e Intlg Op.

Principais Produtos: Módulo de emprego Individual e Coletivo para Fração de OM de Operações Especiais em ações contraterror; Módulo de emprego Individual e Coletivo para Fração de OM de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (DQBRN); Módulo de emprego Individual e Coletivo para Fração de OM de Inteligência Operacional.

4.2.6.3 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 14T6 –PROTEGER

O Prg EE PROTEGER em função de reduções nas previsões orçamentárias no PPA e LOA subsequentes, foi ajustado no horizonte temporal do Programa, estendendo-o para o término em 2035.

O Prg EE PROTEGER tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.



Entregas em 2018:

Em apoio aos atuadores o Pgr PROTEGER fez a entrega de:

- 06 (seis) Viaturas (Vtr) para transporte de pessoal para o **16º Blog**;
- 02 (duas) Vtr para transporte de pessoal para o **COPEsp**;

- 10 (dez) Vtr tipo Pick-up, transporte não especializado, cabina dupla, 4x4; 08 (oito) Vtr de transporte de pessoal, tipo van; 03 (três) Vtr de transporte de pessoal não especializado, utilitário leve pequeno, tipo furgão; 08 (oito) Vtr de transporte de pessoal, tipo Hatch compacto; 02 (duas) Vtr de transporte de pessoal, tipo motocicleta; 20 (VINTE) Viatura Operacional de Transporte Não-Especializado, tipo Pick-up, (VOP 1), 4x4, camuflada, com motorização capaz de utilizar qualquer tipo de diesel; 04 (quatro) Vtr tipo Pick-up, VTL Rec, 1/2 Ton, 4x4 (VOP 1), camuflada, com motorização capaz de utilizar qualquer tipo de diesel para o **COLOG;**
- Enlaces de acesso à internet implantados em 12 (doze) Centros de Telemática de Área/Centros de Telemática (CTA/CT), para o **CITEx;**
- Aquisição de novas licenças do VMWARE VSPHERE 6.5 *with operations management* (VSOM) ENTERPRISE / PLUS
- Aquisição de novas licenças do VMWARE VCENTER SERVER STANDARD 6.5 (OU SUPERIOR) FOR VSPHERE 6.5 (PER INSTANCE).
- 24 (vinte e quatro) Servidores de rede MARCA: BLOCKBIT UTM **;**
- 01 (um) unidade de FIREWALL, MARCA: BLOCKBIT UTM;
- 03 (um) GUINDASTE 70 TON

O Prg EE PROTEGER direcionou ainda seus recursos no período considerado para o Gerenciamento do Programa, nas atividades de reuniões e visitas para o pessoal envolvido nas ações de implementação do Projeto para desenvolvimento de um Protótipo do Centro de

Coordenação de Operações Móvel - CCOp Mv, com previsão de entrega em 2019; para continuação do desenvolvimento do Software INTEGRADOR, que irá integrar o Sistema de Coordenação de Operações Terrestres – SISCOT, com previsão de entrega em 2021; na continuação da elaboração dos Anteprojetos e Projetos de Engenharia com vistas à construção de um Centro de Coordenação de Operações fixo em Brasília – CCOT Brasília; destinou ainda, grande parte dos recursos para atender infraestrutura de TI, em várias Organizações Militares da F Ter; e também, para a aquisição de meios de defesa em Geral visando o apoio à tropa a ser empregada (denominada ATUADORES) em operações de proteção da Sociedade dentro do escopo do Projeto.

Execução Orçamentária 2018

Em reais

AÇÃO	LOA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO*	RP PAGO
14T6	8.000.000,00	7.999.987,39	4.203.004,66	4.183.610,66	18.627.332,10	16.487.129,66

Fonte: Tesouro Gerencial

** RP Inscrito/Reinscrito = RPProc + RPN Proc*

*** Os valores empenhados maiores que a LOA se devem ao fato da variação cambial.*

Histórico da Execução Orçamentária 2012 - 2018

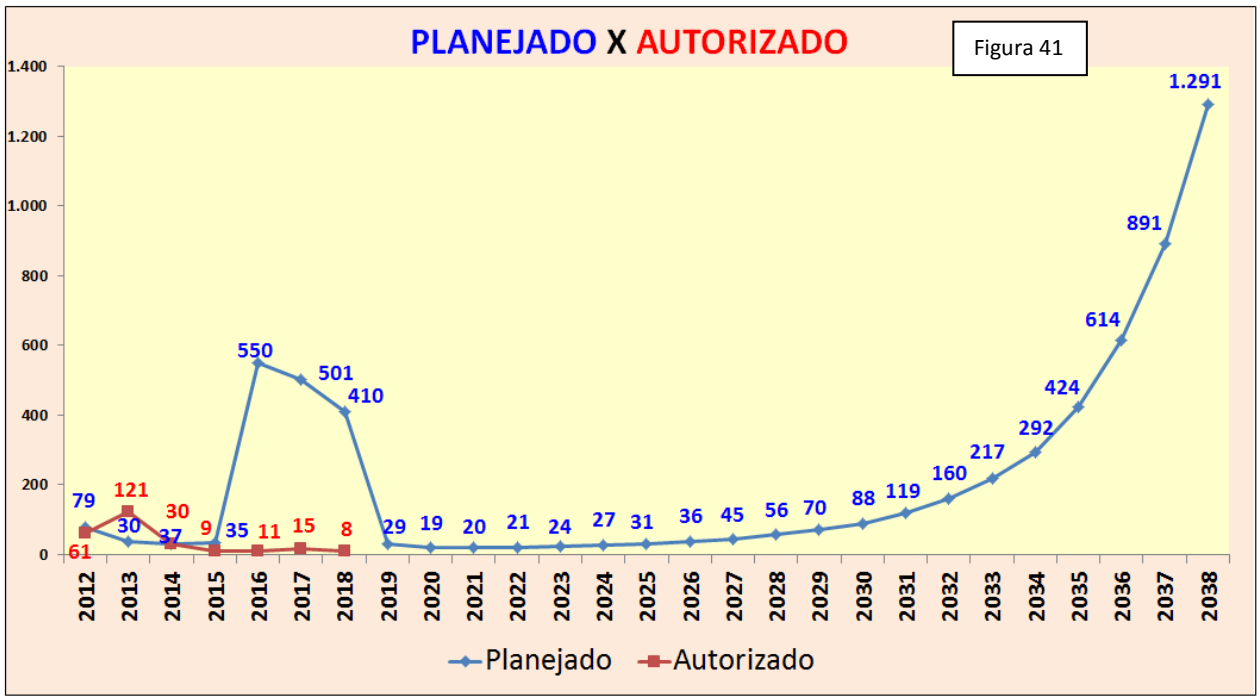
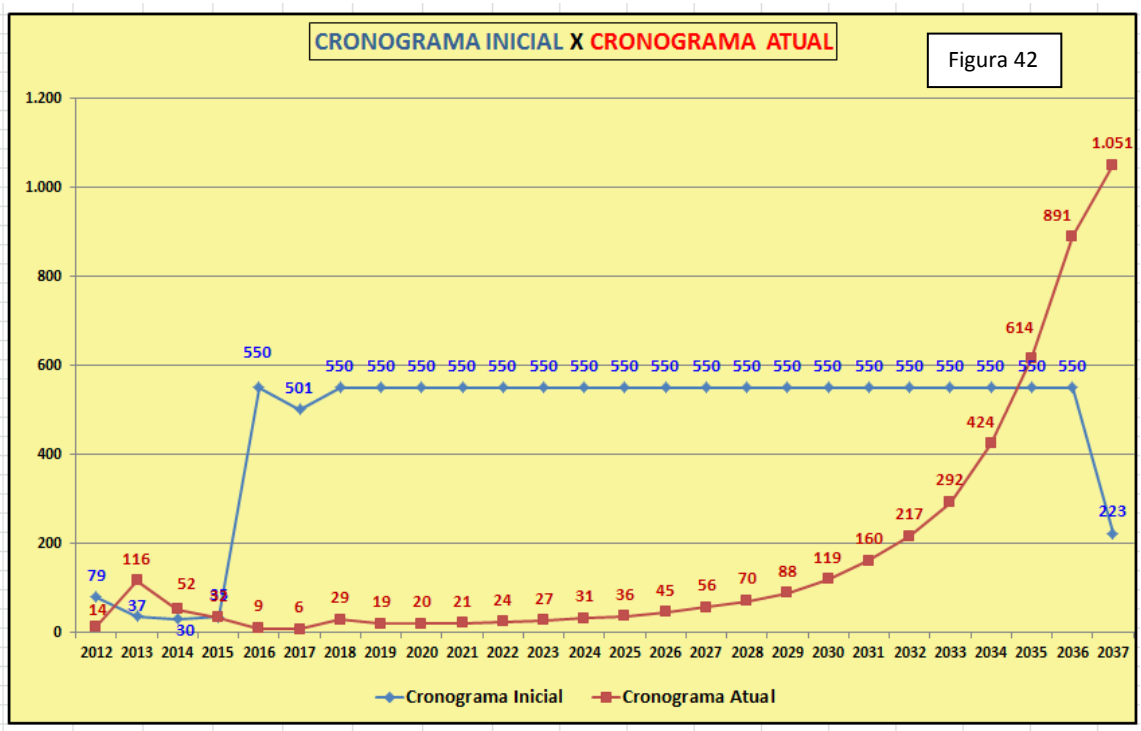


Gráfico comparativo entre os desembolsos previstos para todo o Prg PROETEGER, a cada ano, na data de seu início (cronograma inicial), e os desembolsos previstos para todo o Programa, a cada ano, desde seu início até o término do exercício (cronograma atual), ajustados diante da situação orçamentária.



Fonte: Estado-Maior do Exército

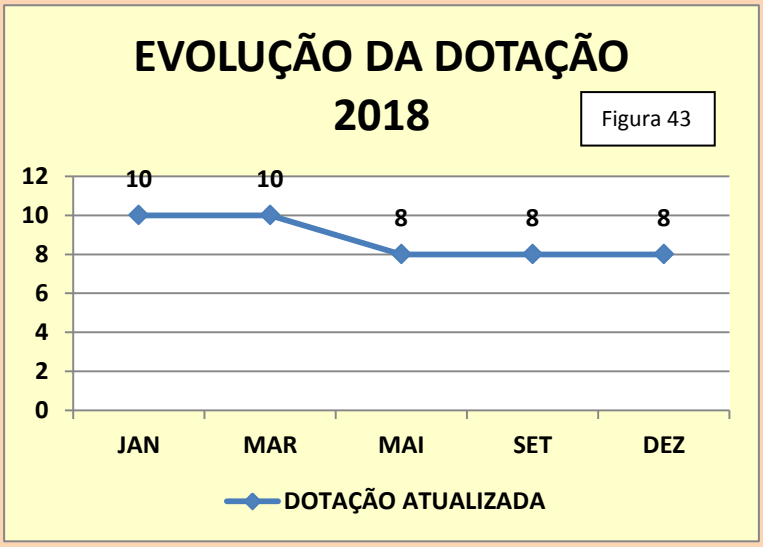
DESAFIOS	AÇÕES EM CURSO
✓ Manter a bom termo o gerenciamento do Programa PROTEGER, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras; ✓ Entregar o Projeto do Protótipo do CCOp Mv; ✓ Dar continuidade ao desenvolvimento do Sistema INTEGRADOR; e ✓ Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do Programa.	✓ Dar continuidade às atividades de avaliação e medição do desempenho no âmbito do Programa; ✓ Procurar a redução de custos nas atividades de aquisição de produtos e serviços; ✓ Capacitar os servidores dentro das necessidades do programa e da gestão visando um crescimento do desempenho físico e administrativo. ✓ Modernizar a gestão em busca por maior eficiência.

IMPACTOS DOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS EM 2018

- impacto no desenvolvimento do Sistema Integrado de Coordenação Terrestre (SISCOT), aumentando o prazo para entrega do mesmo;

- retardo na elaboração do Projeto do protótipo do Centro de Coordenação de Operações Móveis (CCOp Mv).

Cabe ressaltar que o orçamento de 2018 foi abaixo dos valores necessários para implantação e aquisição do CCOp Mv, destinado ao Comando Militar do Leste.



PROJETOS E AÇÕES REDUZIDOS OU RETARDADOS

- Projeto do Centro de Coordenação de Operações Móveis (CCOp Mv);
- Aquisição dos CCOp Mv para os Comandos Militares de Área;
- Construção do Centro de Coordenação de Operações em Brasília – CCOT Brasília (denominado de novo COTER);
- Construção e/ou adequação dos CCOp Fixo nas Grandes Unidades e nos Grandes Comandos Operacionais.

MEDIDAS MITIGADORAS

- Alongamento do encerramento do Programa para 2037, haja vista sucessivos cortes dos recursos repassados ao programa, levando à postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo;

- Redução na aquisição dos módulos que compõem o CCOp Mv;

- Prorrogação do início da construção do Centro de Coordenação de Operações Fixo (CCOp – Fixo) em Brasília; e

- Prorrogação da Construção e/ou adequação dos CCOp Fixo nas Grandes Unidades e nos Grandes Comandos Operacionais.

Impactos Sócio-Econômicos

A estratégia gerencial do PrgEE PROTEGER está centrada no alcance das capacidades previstas em seu escopo, por meio de suas entregas, estando a sua atuação em conformidade com os princípios da administração pública federal.

4.2.7 AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

AO 3138 – Implantação do Sistema de Aviação do Exército (EME)

4.2.7.1 Visão geral organizacional

"Braço Forte nas ações de combate e a Mão Amiga nas tarefas de misericórdia e apoio à população"

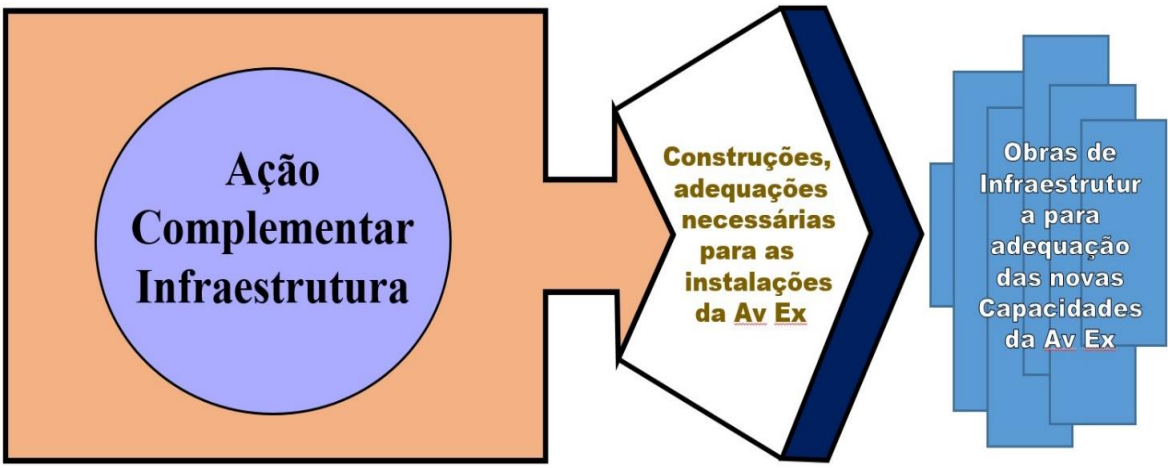
O Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército (Prg EE Av Ex) teve sua origem a partir do ano de 2017, por intermédio da Portaria nº 343-EME, de 31 de agosto de 2017, que aprovou a Diretriz de Implantação do Programa Estratégico do Exército Aviação do Exército, e publicada Boletim do Exército nº 37, de 15 de setembro de 2017.

4.2.7.2 Planejamento estratégico e governança:

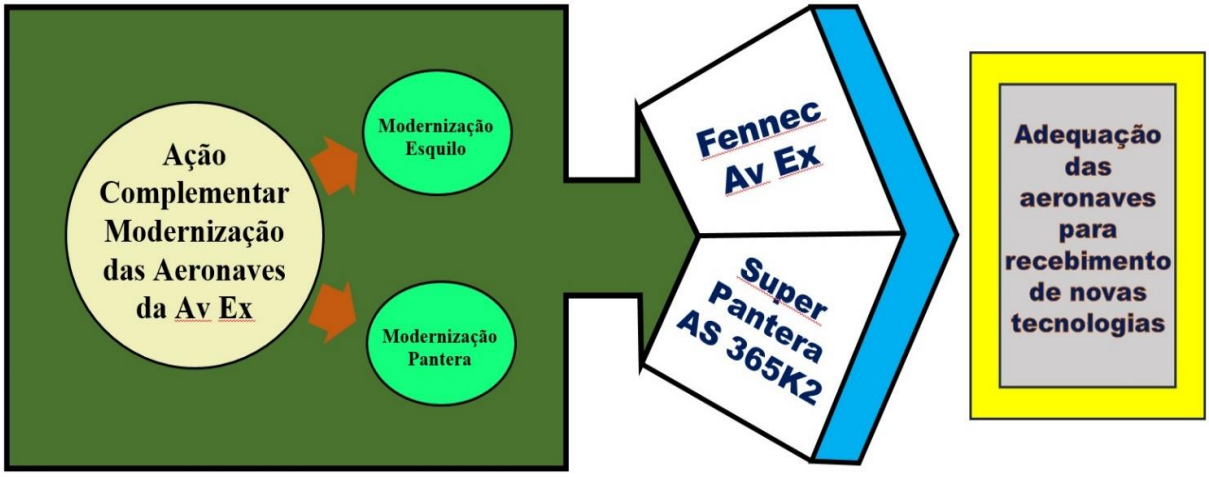
Descrição dos Projetos, Subprojetos, Ações Complementares

Planejamento:

Ação Complementar Infraestrutura

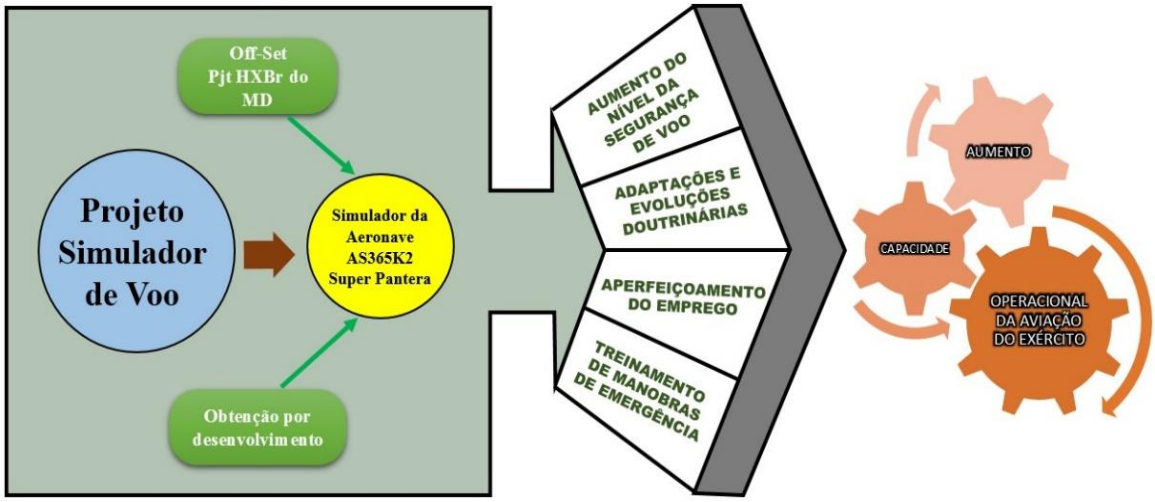


Ação Complementar Modernização das Aeronaves Esquilo e Pantera

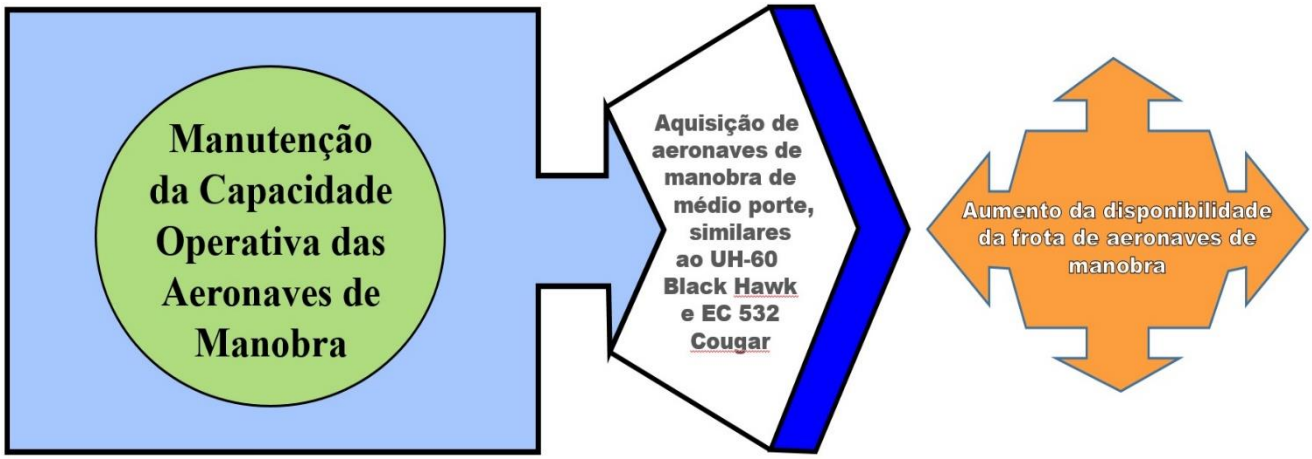


As Ações Complementares do Programa Aviação do Exército objetivam dar suporte ao desenvolvimento dos seus projetos, estando a primeira, Infraestrutura, a cargo do CAVEx e a outra, modernização, sob responsabilidade da DMAVEx, ambas já iniciadas antes da criação do Prg Av Ex

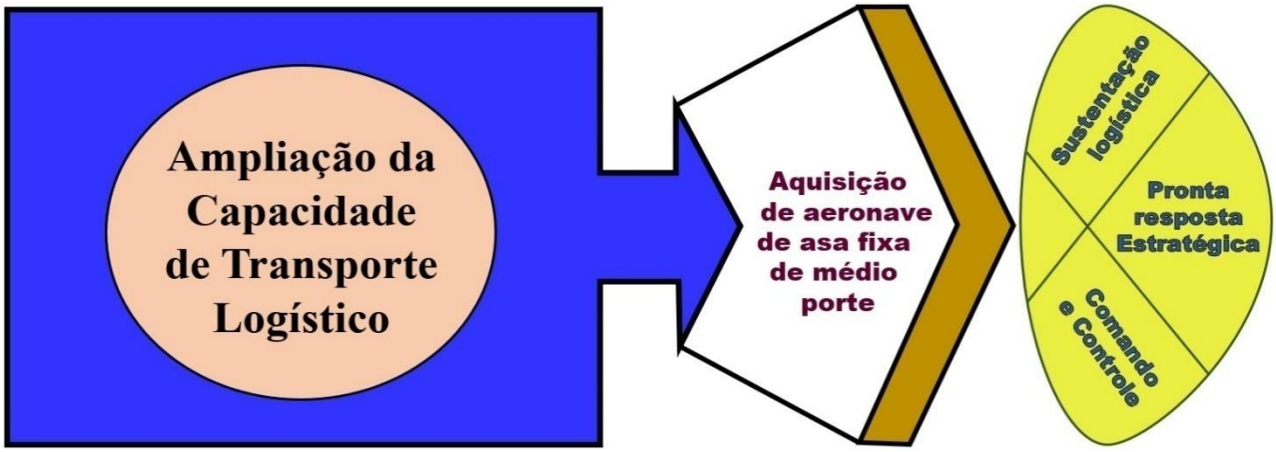
Projeto Simulador de Voo



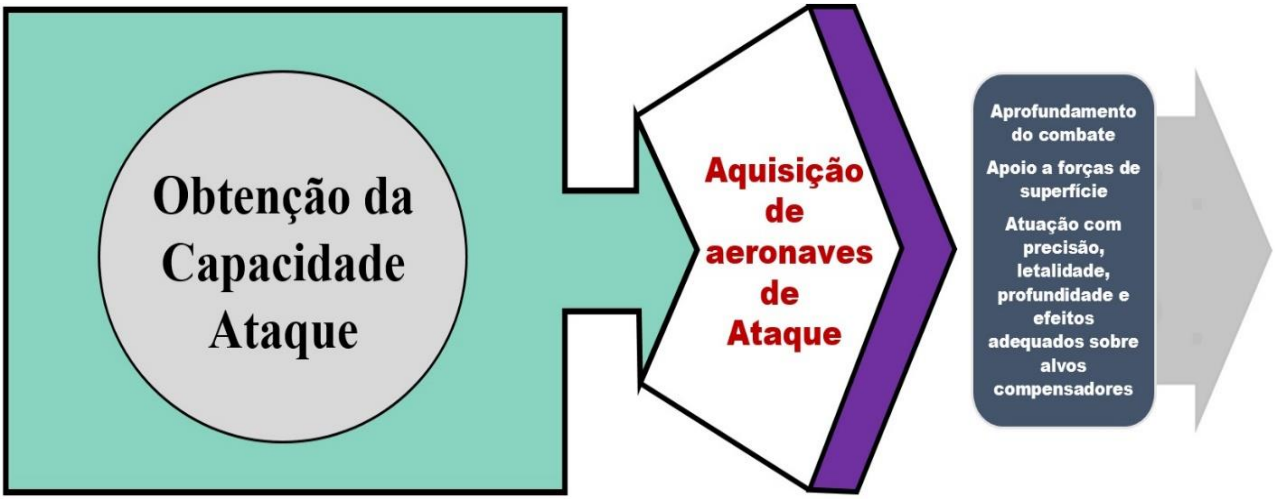
Projeto Manutenção da Capacidade Operativa das Aeronaves de Manobra (início previsto em 2023)



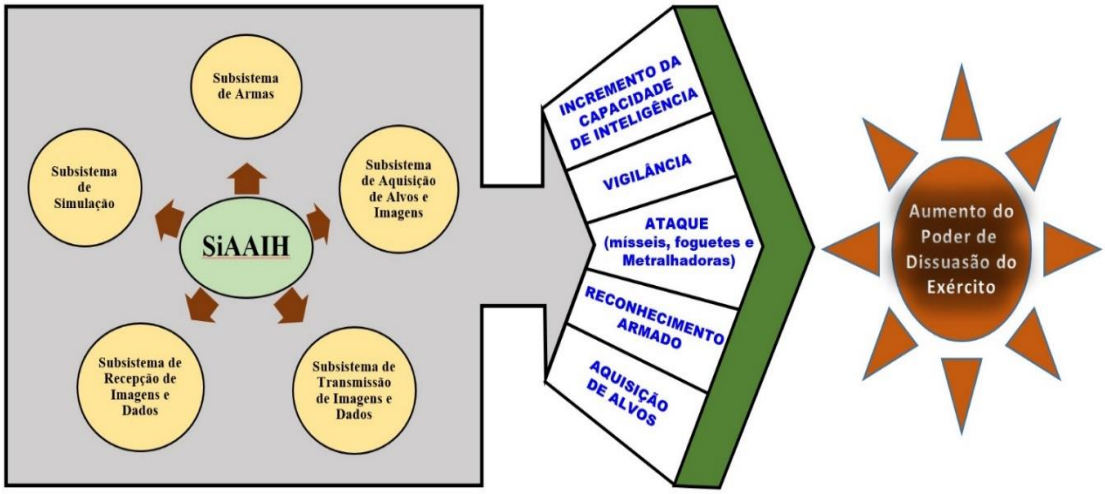
Projeto Ampliação da Capacidade de Transporte Logístico (início previsto em 2025)



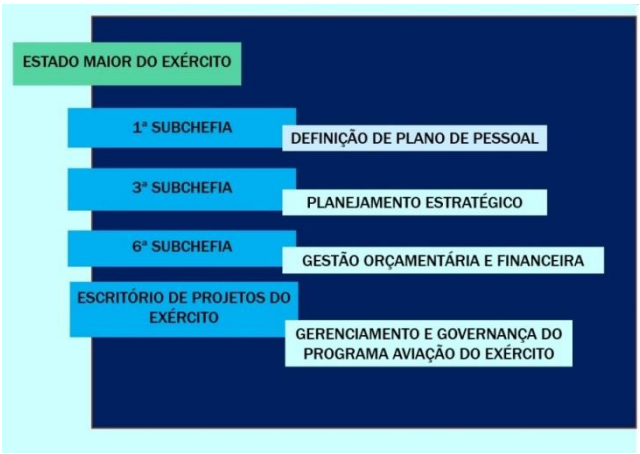
Projeto obtenção da Capacidade de Ataque (início previsto em 2031)



Projeto obtenção da Capacidade de Ataque (início previsto em 2031)



Estrutura de Governança



A Governança do Programa Aviação do Exército é exercida dentro do

Estado-Maior do Exército, pelo Escritório de Projetos do Exército, que:

- avalia a efetividade do Portfólio

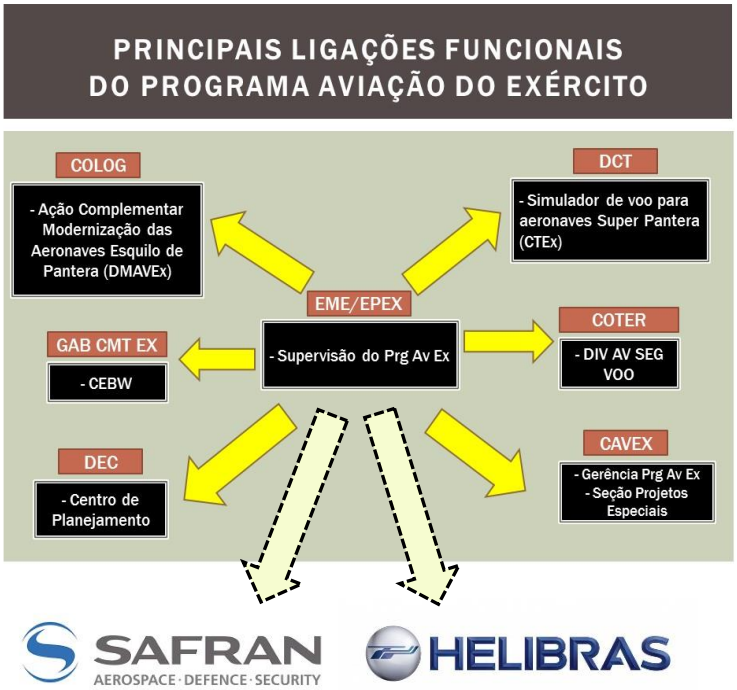
- acompanha o Planejamento Estratégico do Exército

- realiza o gerenciamento de risco

- gerencia as mudanças necessárias

Organograma Funcional do Prg EE Av Ex

O Programa Aviação do Exército se desenvolve dentro da estrutura do Exército nos seus diversos Departamentos, sendo estes os responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.



4.2.7.3 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 3138 – AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

O Prg EE Av Ex teve, em seu planejamento inicial em 2017, com a previsão de término para 2038. No entanto, em função de reduções nas previsões orçamentárias no PPA e LOA subsequentes, será necessário o replanejamento do cronograma para ajustamento do horizonte temporal do dos projetos/ações complementares que compõem o Programa.

O Prg EE Av Ex tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

Entregas em 2018:

Os recursos recebidos foram suficientes para atender aos compromissos assumidos no período. Foram recebidos 07 (sete) helicópteros modernizados, motores e kits de manutenção, o que equivale a 100% do previsto para o ano de 2018.

Foram realizadas reuniões técnicas, mensais, para a delimitação da arquitetura física e lógica do Sistema de Simulação do Pantera k2 a ser desenvolvido ao longo do Projeto Simulador do Prg EE Av Ex.

Foram concluídas as obras de readequação da infraestrutura elétrica e lógica do Centro de Instrução de Aviação do Exército (CiAvEx).

No Prg EE Av Ex a meta estabelecida equivale a 1% do montante de recursos previstos para custear todo o Prg Av, até o ano de 2039. No o período considerado para análise, a execução física do orçamento equivaleu a 83,5% do planejado, enquanto a dos restos a pagar não processados a 94,04%.

Ademais o valor total empenhado excedeu a dotação atual em virtude da variação cambial atinente a aquisições no exterior.

Execução Orçamentária 2018

Em reais

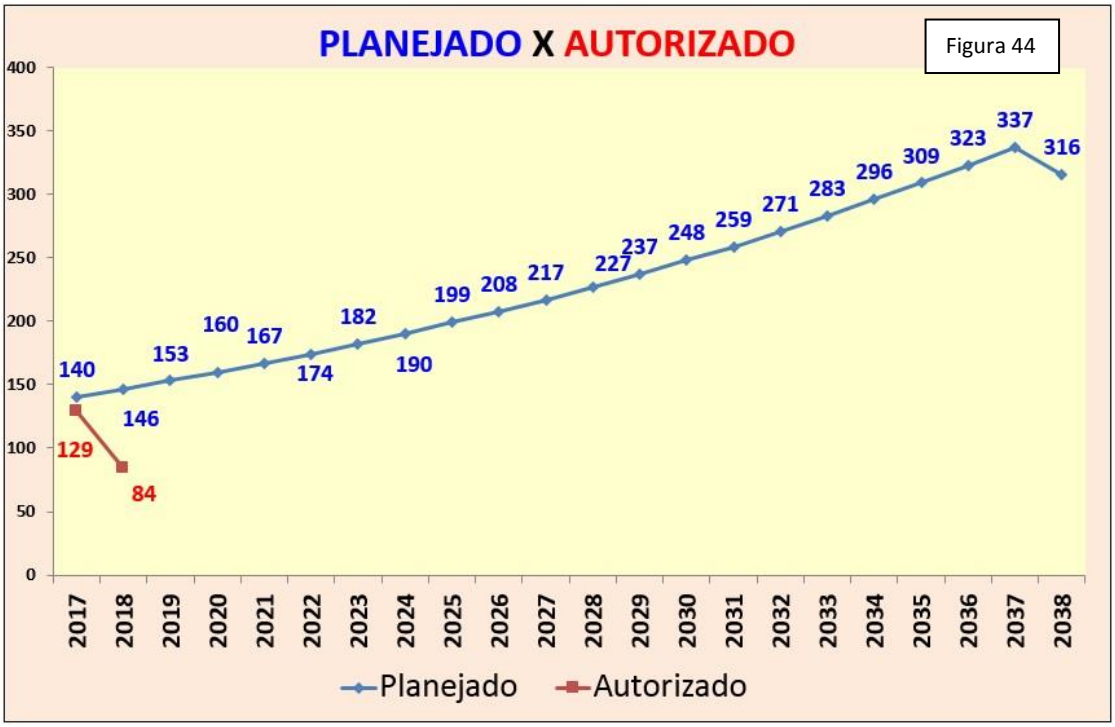
AÇÃO	LOA ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO*	RP PAGO
3138	84.263.581,00	84.587.587.,68	70.518.921,35	64.450.419,51	61.137.019,80	57.494.414,00

Fonte: Tesouro Gerencial

** RP Inscrito = RPProc + RPN Proc*

*** Os valores empenhados maiores que a LOA se devem ao fato da variação cambial.*

Histórico da Execução Orçamentária 2017 – 2018



Comparativo: Planejamento Original x Planejamento Atual

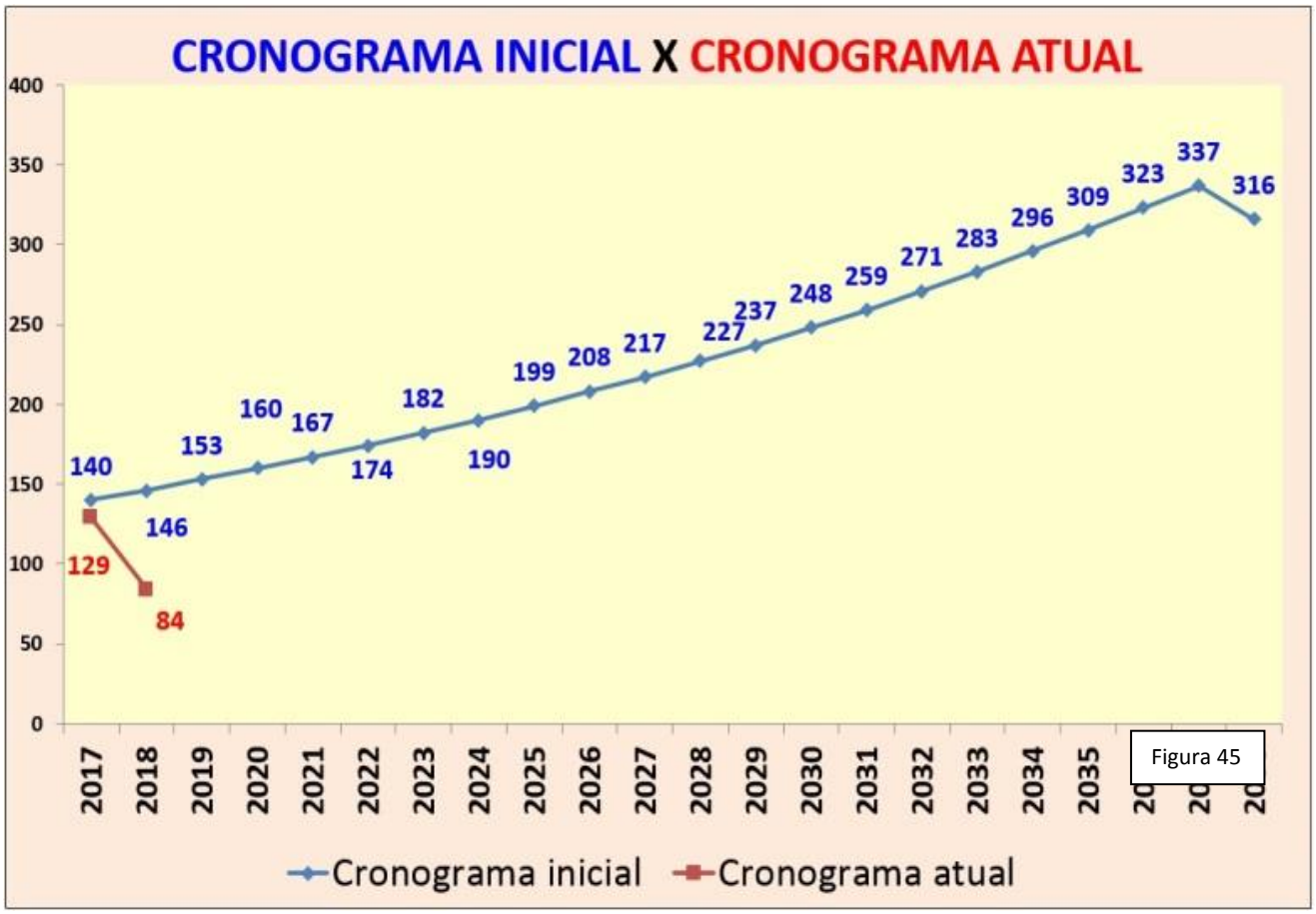


Figura 45

Fonte: Estado-Maior do Exército

Gráfico comparativo entre os desembolsos previstos para todo o Prg EE Av Ex, a cada ano, na data de seu início (cronograma inicial), e os desembolsos previstos para o Programa, a cada ano, desde seu início até o final do programa (cronograma atual), ajustados diante da situação orçamentária.

DESAFIOS

✓ **Manter a bom termo o andamento do Programa Aviação do Exército, a despeito do cenário econômico desfavorável e das restrições financeiras;**

✓ **Quebrar paradigmas para aprimorar a qualidade da gestão, da governança e da transparência;**

✓ **Aprimorar a gestão orçamentária e financeira no âmbito do Programa.**

AÇÕES EM CURSO

✓ **Dar continuidade às atividades de avaliação e medição do desempenho no âmbito do Programa;**

✓ **Estimular a procura de exemplos de redução de custos que possam ser seguidos;**

✓ **Promover melhoria nos processos de contratação de bens e serviços;**

✓ **Capacitar os servidores dentro das necessidades do programa e da gestão visando um crescimento do desempenho físico e administrativo.**

✓ **Modernizar a gestão em busca por maior eficiência.**

IMPACTOS DOS CORTES ORÇAMENTÁRIOS EM 2018

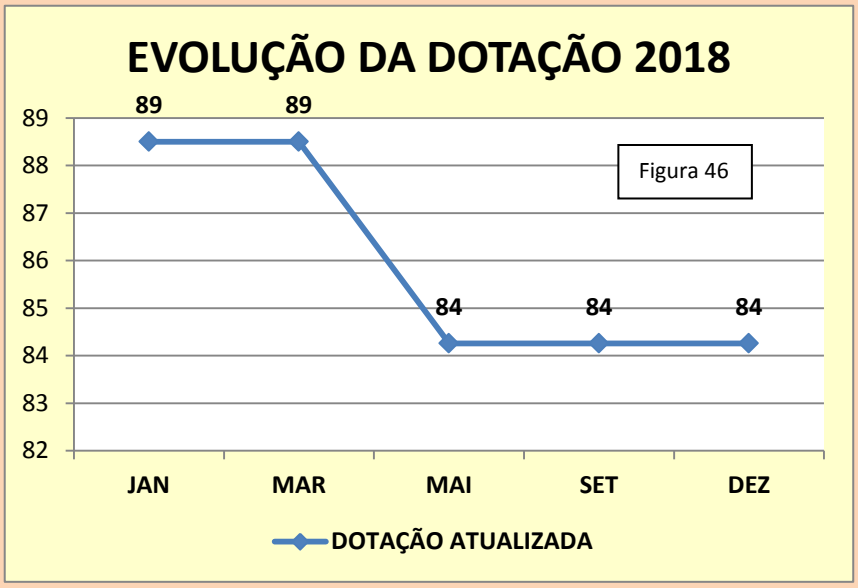


Figura 46

Descontinuidade da cadeia de entregas de aeronaves modernizadas impactará diretamente a HELIBRAS, ocasionando assim, demissões de quadros especializados da empresa, e afetando ainda outras empresas subcontratadas.

Além disso, atrasará a atualização dos sistemas de armamento das aeronaves FENNEC Av Ex e PANTERA K2, que aumentará a dissuasão e projeção internacional.

Atraso nas obras de ampliação do Forte Ricardo Kirk, com reflexos negativos na infraestrutura de apoio e operação da Av Ex.

Como o Programa se iniciou em 2017, os impactos das reduções orçamentárias que resultassem em atrasos nas entregas previstas ainda não foram significativos. Contudo, já é possível vislumbrar impactos nas entregas e no início dos projetos em 2019, que podem gerar consequências nos prazos de términos dos projetos e do Programa.

PROJETOS E AÇÕES REDUZIDOS OU RETARDADOS

- Projeto Sistema de Armamento Axial e Imageamento para Aeronaves do Exército; - Projeto Simulador do Pantera K2; e, - Ação Complementar Infraestrutura

MEDIDAS MITIGADORAS

Por enquanto, ainda não houve retardos nas entregas previstas por atraso de pagamento, portanto não houve a necessidade de alterar escopo, cronograma ou custos. No entanto, se a redução dos valores previstos para o programa persistir, poderá haver atrasos nas entregas futuras ou ser necessário reequilíbrio econômico-financeiro, fruto de compromissos contratuais assumidos.

As dificuldades enfrentadas pelo Programa são trabalhadas junto às contratadas por meio de termos aditivos, assim mantem-se os contratos alinhados ao fluxo orçamentário a menor e tenta-se reduzir os impactos no programa.

As obras não estão no ritmo necessário para a ampliação da infraestrutura, a fim de acolher os novos meios. Desta forma, priorizaram-se as obras que são impactadas pelas as entregas atuais.

Impactos Sócio-Econômicos

A estratégia gerencial do Prg EE Aviação do Exército está centrada no alcance das capacidades previstas em seu escopo, por meio de suas entregas, estando a sua atuação em conformidade com os princípios da administração pública federal. A execução do Programa segue a flexibilidade de planejamento em função da previsão orçamentária aprovada pelo Governo Federal, que por vezes é contingenciada, gerando a necessidade de reprogramação de meta e de projetos. A prática da gestão estratégica do Programa Av Ex visa a contribuir com o atingimento da dissuasão extrarregional, beneficiando toda a sociedade brasileira.

4.2.8 MODERNIZAÇÃO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A ação orçamentária 156M, responsável pela modernização operacional do Exército, é transversal aos Projetos Estratégicos, contribuindo para o atingimento das metas respectivas. Enquadram-se neste universo os seguintes projetos estruturantes: Sentinela da Pátria; Amazônia Protegida; Novo Sistema de Engenharia; Novo Sistema Operacional Terrestre; Força da Nossa Força; Nova Educação e Cultura, Nova Logística Militar Terrestre, , Racionalização, Gestão de Projetos do Exército Brasileiro, e Governança de Tecnologia da Informática, dos quais, trataremos, mais especificamente dos dois primeiros .

Execução Orçamentária 2018

AÇÃO	LOA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO	RP PAGO
156M	91.500.002,00	91.435.846,05	37.042.366,03	36.649.961,02	66.452.846,55	52.173.575,53

Fonte: SIOP

4.2.8.1 Sentinela da Pátria

Visão Geral Organizacional

O Programa Estratégico do Exército (Prg EE) Sentinela da Pátria é um programa estruturante do Exército Brasileiro que trabalha de forma sistêmica com os demais Programas do Portfólio Estratégico do Exército, buscando contribuir com a geração de Capacidades Militares nos Grandes Comandos, nas Grandes Unidades e nas Organizações Militares abrangidas no escopo do mencionado Programa.

O Sentinela da Pátria dá prosseguimento às ações de rearticulação da Força, anteriormente inseridas no Plano Estratégico de Reestruturação do Exército (PEREx), visando concluir a implantação, reorganização, adequação e aperfeiçoamento da estrutura das Organizações Militares (OM) da Força Terrestre, em todas as áreas estratégicas do Território Nacional, acolhidas no atual Sistema de Planejamento Estratégico da Força Terrestre.

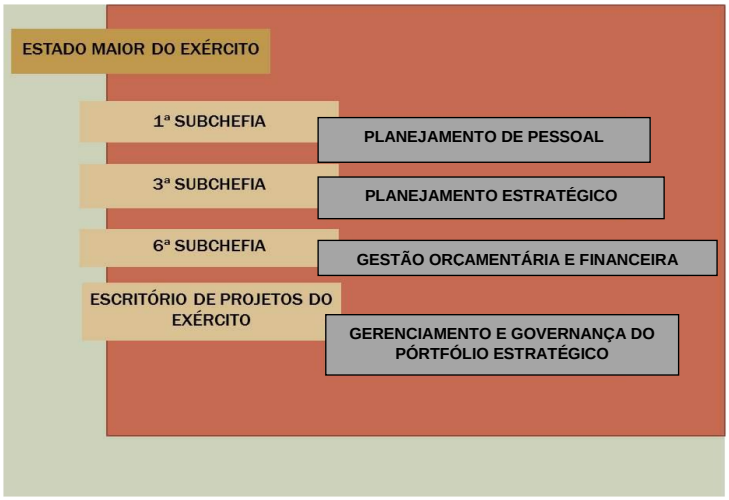
O Programa Sentinela da Pátria participa do Processo de Transformação do Exército Brasileiro, estando alinhado à Política Nacional de Defesa, à Estratégia Nacional de Defesa e ao Livro Branco de Defesa, tendo como objetivo principal proporcionar melhores condições para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, em especial a Defesa da Pátria. Assim, o Programa contribui para o alcance dos Objetivos Estratégicos do Exército "Contribuir com a Dissuasão Extrarregional", "Contribuir com o Desenvolvimento Sustentável e a Paz Social" e "Implantar um Novo e Efetivo Sistema Operacional Militar Terrestre".

O Programa Sentinela da Pátria, transversal a outros programas e projetos estratégicos da Força, atende à Concepção Estratégica e ao Planejamento Estratégico do Exército, em relação à implantação, transformação e ao reposicionamento, por transferência de sede, de Organizações Militares, seja por acréscimo de frações (aumento de efetivo) ou por mudança de natureza (com alteração sensível no quadro de dotação de viaturas e dos equipamentos empregados). O

organograma funcional do programa está representado na figura 02, em função das descentralizações de recursos e ligações efetuadas pela Gerência e as unidades executantes.

As adequações de infraestrutura de Organizações Militares, Grandes Unidades e Grandes Comandos já existentes, incluídas na Concepção Estratégica e no Planejamento Estratégico do Exército, serão atendidas pelo Programa Sentinela da Pátria.

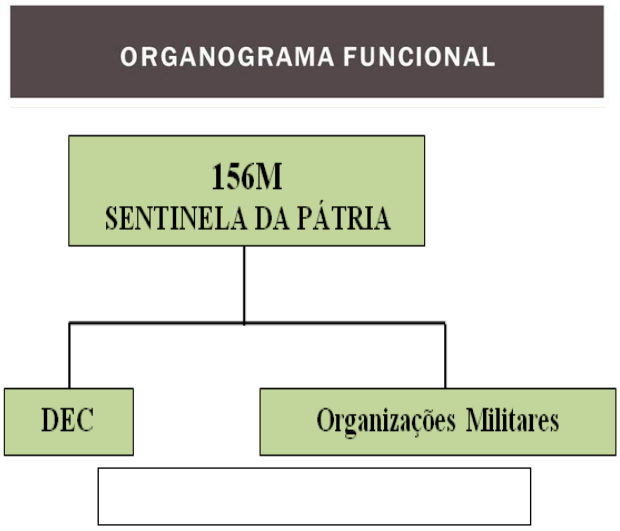
Planejamento Estratégico e Governança



A Governança do Programa Sentinela da Pátria é exercida dentro do Estado-Maior do Exército, pela 3ª Subchefia, que: e

- acompanha o Planejamento Estratégico do Exército;
- gerencia as mudanças necessárias.

Organograma Funcional do Programa



O Programa Sentinela da Pátria se desenvolve dentro da estrutura do Exército, tendo como cliente principal o DEC, responsável pelas aquisições e contratações de empresas para a execução das obras de construção e adequações previstas, anualmente, nos Contratos de Objetivos Estratégicos.

O Programa atende, também, diretamente as Organizações Militares em demandas de pequenas adequações necessárias para o pleno funcionamento da estrutura organizaçional da Unidade.

O controle patrimonial é executado pelo DEC e pelas Organizações Militares beneficiadas com os recursos.

Projetos e Ações Complementares

Salto da Brigada Paraquedista

Subprograma Forças de Emprego Estratégico

O Subprograma Forças de Emprego Estratégico inclui os seguintes Projetos: **Brigada Paraquedista**, **12ª Brigada de Infantaria Leve** (m), **23ª Brigada de Infantaria de Selva**, **5ª Brigada de Cavalaria Blindada,4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada** e **Módulos Especializados.**

São Forças com poder de combate que possibilita, as situações de crise e/ou conflito armado, o desequilíbrio estratégico, por meio da dissuasão e da ofensiva. Estarão aptas a atuar em qualquer parte do território nacional e em outras áreas de interesse estratégico do Estado brasileiro.

Serão preparadas para possuir ou receber capacidades e/ou módulos (modularidade / elasticidade) com vistos a execução de grandes deslocamentos estratégicos, compatíveis com a dimensão continental do Brasil e as áreas de interesse. Também deverão ser organizadas para permitir a sustentação logística na ação (sustentabilidade).

Pavilhão Manutenção de Blindados

Pelotão de Combate a Incêndio

As Forças de Emprego Estratégico possuem as capacidades para agregar poder de combate, de acordo com cada situação. São constituídos por elementos de combate, de apoio ao combate e de apoio logístico, geralmente dotados de elevada mobilidade e flexibilidade.

Essas Forças são empregadas, normalmente, na atuação ampliada, em reforço a uma ação realizada por forças militares localizadas na região de crise, ou próximas da mesma, de forma a garantir a inviolabilidade territorial. Visa garantir a resposta imediata, fundamental para a solução de crises em curto prazo. Essas forças serão empregadas com o máximo Poder de Combate.

Compõem o Projeto Módulos Especializados: o **Comando de Aviação do Exército**, o **Comando de Operações Especiais**, o **1º Batalhão de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear**, o **1º Batalhão de Operações Psicológicas**, entre outros.

Seção de Instrução de Blindados

Subprograma Forças de Emprego Geral

O Subprograma Forças de Emprego Geral inclui os Projetos: **6ª Brigada de Cavalaria Blindada,18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, 4ª Brigada de Infantaria Leve** (Mth), **11º Brigada de Infantaria Leve**, **3ª Brigada de Infantaria Motorizada**, 7ª **Brigada de Infantaria Motorizada, 8ª Brigada de Infantaria Motorizada, 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada** e demais brigadas operacionais da Força Terrestre.

No âmbito mundial, o Brasil não é o Estado mais forte, tampouco o mais fraco. Assim, deve-se mostrar aos possíveis agressores que a resposta será de tal forma violenta e efetiva, que sua vitória será muito improvável e que, mesmo nesse caso, suas perdas cobrariam um preço impagável.

A Dissuasão é o primeiro combate, evitando crises e permitindo que a sociedade brasileira resista à pressões oriundas de qualquer ator.

As Forças de Emprego Geral constituem o grosso das forças do Exército e são fundamentais nas Estratégias da Dissuasão e da Presença, devendo possuir as seguintes características.

- Capacidade de serem empregadas em outras áreas estratégicas, mesmo que parcialmente;
- Participar da resposta imediata, atuação ampliada e/ou esforço total;
- Capacidade de serem reforçadas ou de reforçar outras tropas por elasticidade e/ou modularidade; e
- Sua vocação orientará sua prioridade.

Resultados da Gestão - Plano Orçamentário 04 - Ação Orçamentária 156M

O Prg EE Sentinela da Pátria foi implantado em 2018, por intermédio da Portaria Nº 032-EME, de 26 de fevereiro, mas suas atividades remontam a 2014, quando foi criado o Projeto Estratégico Estruturante, em então existente.

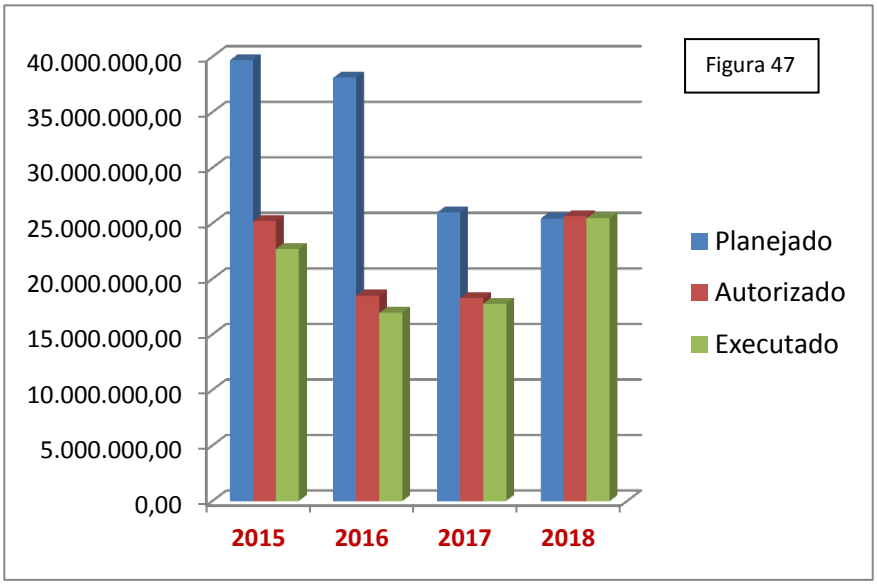
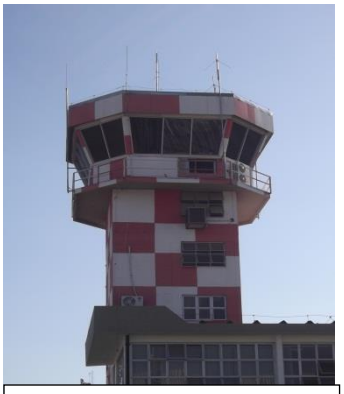


Figura 47

O Prg EE Sentinela da Pátria tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

Entregas realizadas em 2018


Torre da Divisão de Aeródromo da AvEx

O Programa Estratégico do Exército Sentinela da Pátria é um programa estruturante e suas entregas estão voltados para a reestruturação e adequação de instalações, de modo a permitir a obtenção de Capacidades Militares e trazer resultados significativos para o bem-estar e a qualidade de vida da família militar.

As iniciativas a cargo desde programa, normalmente, perpassaram o ano, sendo concluídas após o término do exercício financeiro.

No ano de 2018, houve a entrega da **adequação da Torre de Controle da Base de Aviação de Taubaté** (BAvT), do Comando de Aviação do Exército (CAvEx), situado em Taubaté-SP.

A obra realizada permitiu a ampliação de sua estrutura e a instalações de equipamentos de controle de tráfego aéreo, interligando a BAvT ao circuito de proteção ao voo do Vale do Paraíba, melhorando as condições

de segurança ao grande fluxo de aeronaves em deslocamento entre as megalópoles São Paulo-SP e Rio de Janeiro-RJ.

Deu-se continuidade ao projeto de ampliação do Pelotão de Combate a Incêndio da BAvT, com objetivos de melhorar a qualidades de vida das equipes em terra, estender a cobertura segura para as viaturas cisternas dos bombeiros e salas de treinamento voltadas para a aprendizagem contínua dos procedimentos de segurança e proteção ao voo.

Pavilhão de Manutenção de Torres

Também em 2018, foram entregues o **Pavilhão de Manutenção de Torres de Blindado Leopard 1A5 do 4º Regimento de Carros de Combate**, em Rosário-RS, e a **Oficia Central de Manutenção de Viatura Blindada M113 do 29º Batalhão de Infantaria Blindado**, em Santa Maria-RS.

O compartimento do motorista, o compartimento de combate (torre) e o compartimento do motor das Viaturas Blindadas de Combate de Carros de Combate (VBCCC) Leopard1A5 e das Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal M113, possuem sistemas, peças e comandos totalmente diferentes de qualquer outra plataforma de combate, o que torna a sua operação e manutenção únicas.

Seção de Instrução de Blindados

A complexidade da operação e da manutenção das VBCCC Leopard 1 A5 BR e das Viaturas M113 BR trouxeram novos desafios. As novas oficinas permitirão, em melhores condições, a realização da manutenção das torres de blindados “Leopard”, que necessitam ser sacados do chassi, e das viaturas M113.

Em 2018, o Programa entregou o **Pavilhão da Seção de Instrução de Blindados (SIB) do 5º Regimento de Carros de Combate** (5º RCC) e o **Pavilhão de Simulação (Pav Sml) da 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada**, ambas situadas na cidade de Rio Negro-PR.

A SIB e o Pav Sml reúnem modernos simuladores e materiais de alto custo, os quais são operados por especialistas, utilizando modernas técnicas de ensino e aprendizado, conduzindo as atividades de qualificação e certificação dos militares das Organizações Militares.

Após a formação de cada integrante das Guarnições de Carros de Combate, são realizadas as certificações N1, N2 e N3. A certificação N1 ou individual é conduzida pelo Comandante de Pelotão (Pel), com a finalidade de revisar conhecimentos e preparar seus homens para certificação N2.

Treinador Sintético Portátil

Esta, por sua vez, é uma certificação de guarnição conduzida pela SIB, onde todos os integrantes são checados individualmente e coletivamente. A passagem das guarnições pelo Treinador Sintético Portátil (TSP), onde a técnica e a tática na operação das Viaturas se unem e são avaliadas, encerra esta fase.

Por fim, os Pelotões passam pela certificação N3 ou de pelotão. Durante uma semana, nas instalações das Unidades, os Pel recebem ordens de Instrutores Avançados de Tiro, planejam e executam diferentes missões no Treinador Sintético de Blindados (TSB).

O TSB é composto de 4 (quatro) cabines que retratam fielmente as posições do Comandante e do Atirador, além de possuir um posto externo para o Motorista. Após este ciclo de 3 (três) semanas, o Pelotão é considerado certificado para a operação.

Almoxarifado

O Programa Sentinela da Pátria entregou, também em 2018, o **Pavilhão do Almoxarifado** e o **Paiol Nº 03** do Comando de Operações Especiais, situado na cidade de Goiânia-GO.

As (duas) modernas instalações permitem a armazenagem dos itens, obedecendo a cuidados especiais e proporcionando condições físicas que preservem a qualidade dos materiais.

As instalações foram projetadas para permitir a adoção de modernas técnicas de armazenagem, como o 5S, que é visto como alicerce das ferramentas da gestão da qualidade que, com treinamento e educação, favorecem o combate ao desperdício e à melhoria do ambiente organizacional, objetivando a ocupação plena do edifício, a ordenação da arrumação e a guarda e a distribuição de material e munição, atendendo às normas previstas, com a segurança necessária que os itens requerem.

Rampa de Lavagem

A **Rampa de Lavagem de Blindados do 12º Batalhão de Engenharia de Combate Blindado** (12º BE Cmb Bld), situado na situado de Alegrete-RS, também foi entregue em 2018.

A aquisição das VBCCC Leopard 1A5 BR exigiu a adição de meios adequados às unidades de Engenharia para oferecer proteção à força, à contra-mobilidade, ao oponente e à atuação na logística em diversas atividades. Isto foi possível por meio das Viaturas Blindadas de Combate de Engenharia e das Viaturas Blindadas Especial Lança Ponte Leopard 1 BR.

3º Regimento de Carros de Combate

A rampa de lavagem do 12º BE Cmb Bld possui captação de resíduos direcionado para a caixa separadora de água e óleo, atendendo à regularização ambiental. A instalação permite a lavagem das viaturas blindadas do batalhão e a manutenção da disponibilidade do material, elevando as capacidades militares da Unidade.

O 3º Regimento de Carros de Combate (3º RCC), situado em Santa Maria-RS, em

continuidade ao processo de implantação conduzido pelo Programa Sentinela da Pátria, teve concluído, em 2018, o **Pórtico e a Guarita Principal da Unidade**.

A obra arquitetônica dá boas-vindas às pessoas que chegam à Unidade Blindada e materializa a primeira barreira e defesa do aquartelamento.

A obra inaugurada confirma a reativação da Unidade que, no passado, foi integrante da Divisão Motomecanizada. O 3º Batalhão de Carros de Combate era localizado onde, atualmente, encontra-se a UERJ. Em 21 de dezembro de 1971, o 3º BCC foi denominado 3º RCC. A Portaria 770 de 11 de dezembro de 2003 extinguiu o 3º RCC no Rio de Janeiro-RJ. Em 19 de setembro de 2008, o 3º RCC foi reativado na cidade de Ponta Grossa-PR.

4.2.8.2 Amazônia Protegida

VISÃO GERAL E JUSTIFICATIVAS PARA O PROGRAMA

O Brasil abriga a maior floresta tropical do planeta, onde se concentra a enorme diversidade de vida e culturas tradicionais e indígenas, de onde sopram os ventos úmidos para as chuvas de outras terras, e de onde brotam as águas que compõem o maior rio da Terra. Na Amazônia, também estão as nossas maiores jazidas minerais, um enorme potencial de biodiversidade, energético, recursos florestais madeireiros e não madeireiros, recursos genéticos e terras onde a agricultura e a pecuária podem ser praticadas de forma sustentável. A população, de mais de 23 milhões de pessoas, demanda desenvolvimento com sustentabilidade. Por tudo isso, o Exército Brasileiro estabelece os seguintes compromissos com a Amazônia:

a) contribuir para a garantia da soberania nacional, da integridade territorial e dos interesses nacionais;

b) contribuir para a ampliação da presença do Estado, com integração das ações dos três níveis de governo, da sociedade civil e dos setores empresariais;

c) contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e da redução das desigualdades regionais;

d) contribuir para o fortalecimento da integração do Brasil com os países sul-americanos amazônicos, fortalecendo a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e o Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL;

e) cooperar com as ações interagências no combate ao desmatamento ilegal, aos crimes transfronteriços e na conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

A Constituição de 1988, no parágrafo 2º do artigo 20, estabelece que "a faixa de cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para a defesa do território nacional ...". A Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, recepcionada pela atual Constituição, ao dispor sobre a faixa de fronteira, no seu artigo 1º, considera como "área indispensável à segurança nacional a faixa interna de cento e cinquenta quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional.". Assim, a Constituição e a legislação infraconstitucional caracterizam que a faixa de fronteira é fundamental e indispensável à segurança e à defesa nacional.

A imensidão anecúmena da faixa de fronteira amazônica é marcada pela presença de terras indígenas e unidades de conservação da natureza, estas criadas sob o amparo da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e muitas vezes contíguas ou mesmo sobrepostas às terras indígenas.

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) constituem-se em marcos significativos para a orientação do planejamento estratégico no Exército Brasileiro.

A Política Nacional de Defesa, dentre outros aspectos, priorizou a Amazônia pela sua importância estratégica, valorizando a presença do Exército, ao longo da fronteira dessa região, como condição necessária para a conquista de objetivos de estabilização, de preservação e de promoção do desenvolvimento integrado na área.

A END, além de priorizar a região amazônica em suas diretrizes, considera que o desenvolvimento sustentável dessa região passará a ser visto, também, como instrumento da defesa nacional.

O Comando do Exército, ao instituir o Programa Amazônia Protegida, almeja obter e desenvolver, dentre outras, as seguintes capacidades:

- Estruturas organizacionais, da Região Amazônica, racionalizadas, com elevada Prontidão e Mobilidade.

- Organizações Militares plenamente adestradas para operações em ambiente amazônico, capazes de operar modernos meios, apoiar a órgãos governamentais e prover a Proteção Integrada.

- Sistema e Material de Emprego Militar da Era do Conhecimento, contribuindo com as capacidades de prover o suporte à Projeção da Força na Região Amazônica, favorecer a Mobilidade e a Contra mobilidade e apoiar a órgãos governamentais.

- Infraestrutura logística adequada, com capacidade de suprir, na medida certa e permanentemente, os elementos empregados na Amazônia obtendo a condição de prontidão logística.

- Pessoal e Família Militar da Região Amazônica, adequadamente apoiados nos aspectos da educação, saúde, moradia, hospedagem, melhoria contínua do ambiente de trabalho e na qualidade de vida.

- Infraestrutura da Força Terrestre reestruturada e adequada ao ambiente operacional da Amazônia, com capacidades da Era do Conhecimento, que permita a Digitalização do Espaço de Batalha e a Modelagem, Simulação e Prevenção.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

1) Objetivos Gerais

a) Ampliar a Capacidade Militar Terrestre dos Comandos Militares de Área da Amazônia (Comando Militar da Amazônia e Comando Militar do Norte).

b) Ampliar a capacidade operativa na faixa de fronteira da Amazônia.

c) Implantar Organizações Militares (OM), adequar a infraestrutura e promover a revitalização das OM já existentes e também das Grandes Unidades (GU) e Grandes Comandos enquadrantes.

2) Objetivos Específicos

a) Construir, reorganizar, reestruturar, adequar e rearticular as OM.

b) Construir, adequar, reestruturar e propor a manutenção dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).

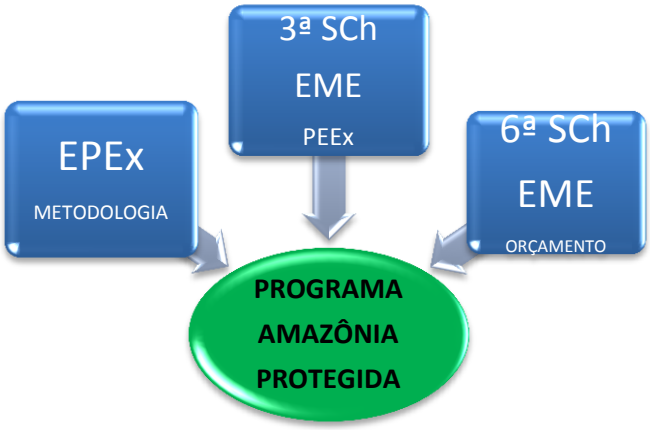
c) Revitalizar e propor a manutenção dos sistemas de energia, de água tratada e de saneamento básico das OM.

d) Revitalizar e propor a manutenção da infraestrutura das OM, das vilas militares, dos hotéis de trânsito, das escolas, dos hospitais e postos médicos, dos atracadouros e/ou portos fluviais e das pistas de pouso.

e) Construir e propor a manutenção dos Próprios Nacionais Residenciais (PNR).

f) Implantar outras ações estruturantes que tragam o bem-estar social e qualidade de vida à família militar.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA



ORGANOGRAMA FUNCIONAL

ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROGRAMA

PLANEJAMENTO: PRINCIPAIS ENTREGAS PREVISTAS PARA O PROGRAMA

- Implantação do 7º Batalhão de Polícia do Exército.
- Implantação do 1º Batalhão de Comunicações de Selva.
- Implantação do 12º Grupo de Artilharia Antiaérea de Selva.

- Implantação do Comando Militar do Norte.
- Implantação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada da Foz) e suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS).
- Reestruturação e adequação (operacional e logística) de Organizações Militares na Amazônia.
- Reestruturação e adequação da Infraestrutura de saneamento e água nas OM da Amazônia, com ênfase nos Pelotões Especiais de Fronteira.
- Reestruturação e adequação da Infraestrutura de transporte.
- Reestruturação e adequação da Infraestrutura de comunicações e TI.
- Implantação de Batalhões Logísticos de Selva.
- Construção, adequações e reestruturação de Organizações Militares logísticas, na Amazônia.
- Instalação de Segurança Energética nas Organizações Militares da Amazônia, com ênfase nos Pelotão Especial de Fronteira de energia renovável.
- Construção, reestruturação e adequação de Vilas Militares, hospitais, áreas de lazer, Hotéis de Trânsito e Colégios Militares.
- Infraestrutura de apoio à pesquisa científica civil e militar, na Amazônia (PRÓ-AMAZÔNIA).
- Aquisição de equipamentos de interesse do Estado-Maior do Exército (EME) e das OM da Amazônia, considerados não Material de Emprego Militar (MEM).

DESCRIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES COMPLEMENTARES

PROJETO IMPLANTAÇÃO OM CMA

Tem por finalidade a realização de obras, aquisições e contratações de mão de obra e de serviços necessários para rearticular a Força no CMA, obtendo as melhores condições para desenvolver as capacidades de estar presente ou de se fazer presentes na Área da Amazônia Legal, de acordo com o Planejamento Estratégico do Exército.

Implantação do 1º Batalhão de Comunicações de Selva, Manaus/AM, ampliando a capacidade de Comando e Controle do Comando Militar da Amazônia.

Implantação do 7º BPE, em Manaus/AM, ampliando a capacidade de atuar na defesa da sociedade.

Implantação do 12º GAAAe, em Manaus/AM, gerando a capacidade de Defesa Antiaérea no Comando Militar da Amazônia.

PROJETO IMPLANTAÇÃO OM CMN

Tem por finalidade a realização de obras, aquisições e contratações de mão de obra e de serviços, necessários para rearticular a Força, no CMN, obtendo as melhores condições para desenvolver as capacidades de estar presente ou de se fazerem presentes na Área da Amazônia Legal, de acordo com o Planejamento Estratégico do Exército.

Detalhes do Pavilhão de Comando da 22ª Bda Inf Sl, em Macapá/AP.

Detalhe do Pavilhão da Companhia Comando da 22ª Bda Inf Sl.

CORPO DA GUARDA DA 22ª BDA INF SL, (MACAPÁ /AP)

Dentro do escopo do projeto de implantação da 22ª Bda Inf Sl, foram construídos 2 (dois) Blocos de PNR para oficiais e ST/Sargentos, e o PNR do Comandante da Bda, permitindo que as famílias dos militares movimentados para Macapá se sentissem apoiadas e atendidas em suas necessidades de moradia.

PROJETO LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

Tem por finalidade a realização de obras, aquisições e contratações de mão de obra e de serviços necessários para que CMA e do CMN sejam dotados do Apoio Logístico adequado ao ambiente operacional amazônico (Na medida certa e no tempo oportuno – Prontidão Logística).

Em coordenação com o COLOG, o Programa promoveu adequações nas instalações do PQ R Mnt 12, em MANAUS /AM, e do PQ R Mnt 8, em Belém/PA, ao mesmo tempo em que a DMat modernizou os equipamentos de manutenção daquelas instalações logísticas.

ADEQUAÇÃO DO PQ R MNT 12 (MANAUS/AM)

PROJETO SEGURANÇA ENERGÉTICA

Realização de obras, aquisições, acordos de cooperação e contratações de mão de obra e de serviços, necessários para assegurar o fornecimento de energia elétrica para as Organizações Militares da Amazônia, principalmente nos Pelotões Especiais de Fronteira.

Imagem da Planta Solar do PEF de Tunui/AM, atendendo à demanda de energia no Pelotão Especial de Fronteira 24 horas por dia.

Detalhe da chegada dos equipamentos a serem instalados no PEF. O material foi adquirido pelo Exército e, também, foi fruto da parceria entre o Exército Brasileiro e a Empresa Itaipu Binacional, formalizado em um Acordo de Cooperação.

A aldeia da tribo Baniwa, localizada na contra margem do Rio Içana, também foi contemplada pela energia elétrica produzida pela Planta Solar. A imagem mostra detalhes da linha de transmissão que conduz a energia produzida na Planta Solar para a aldeia.

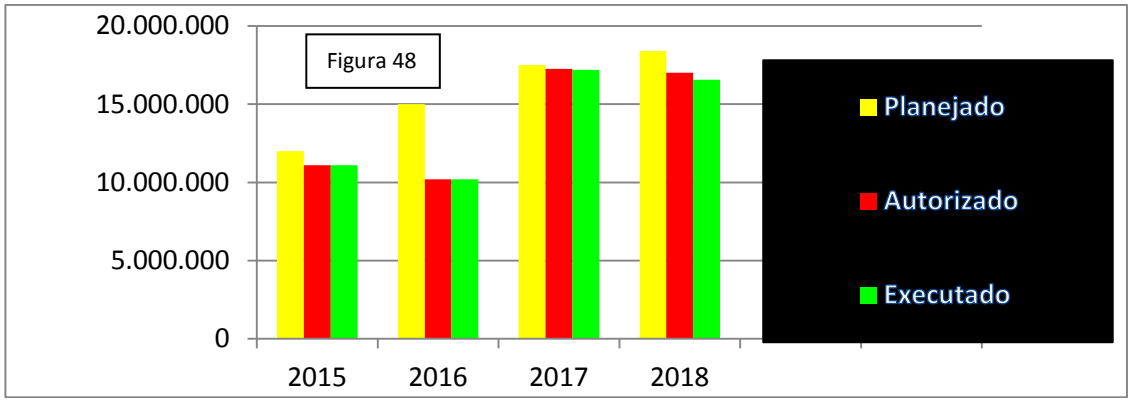
O Projeto de Segurança Energética prossegue com o desafio de levar energia solar para os Pelotões de Tiriós, Surucucu, Auaris e São Joaquim.

PREMISSAS DOS PROJETOS

a. Todas as ações estão alinhadas com o SIPLEx em vigor.

b. O processo de construção, reorganização, transformação, adequação e rearticulação de OM e adequação da infraestrutura, depende do montante de crédito orçamentário e/ou recursos oriundos de outras fontes disponibilizadas. Esta possibilidade determinará, no todo ou em parte, a execução das tranches do Programa.

Histórico de recursos disponibilizados:



c. Todos os projetos em andamento, bem como os novos, nas áreas do CMA e CMN, serão projetos do Programa Estratégico Estruturante "Amazônia Protegida" ou coordenados por ele.

d O Programa deverá buscar sinergia com as competências já existentes no Escritório de Projeto do Exército (EPEx/EME) e a integração com os demais Programas e Projetos Estratégicos.

e. O Programa deverá buscar sinergia com outras iniciativas do Governo Federal existentes em sua área de abrangência.

f. Deve buscar a continuidade na alocação dos recursos financeiros suficientes, nos anos subsequentes, para a implantação, transformação e reorganização de OM constantes do escopo previsto, considerando os recursos para investimento do Exército Brasileiro.

g. As Normas para a Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (NEGAPORT-EB), orientarão os procedimentos a serem seguidos pelo Programa Estratégico.

h. As instalações serão propostas com base na Doutrina, na Racionalização Administrativa, nas orientações do Departamento de Engenharia e Construção (DEC), nos Elementos de Definição, aprovados pelo EME, e em Reuniões de Trabalho do Programa Estratégico Estruturante Amazônia Protegida.

4.2.9 APRESTAMENTO DO EXÉRCITO

4.2.9.1 Visão geral organizacional:

O Exército Brasileiro vive momento de constante transformação, em consonância com a evolução da estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional. Nesse contexto, no intuito de atender demandas para o Preparo e Adestramento da Força Terrestre, é que se encontram como essenciais os recursos da Ação Orçamentária (AO) 4450. Esse dinamismo impõe à Força Terrestre o desafio de buscar a melhoria contínua de seus meios, fazendo-se presente, com a prontidão necessária, em qualquer área de interesse estratégico no Brasil e no exterior.

A Operação de Apoio aos Programas e Órgãos de Governo ocorre sob planejamento e coordenação do EME, subordinado ao Ministério da Defesa, empregando efetivos da MB**,** do EB e da FAB, atuando de forma integrada em operações militares de grande envergadura, conjugando esforços em torno de estratégias e objetivos para que as tropas procedam de forma flexível, versátil e com grande mobilidade.

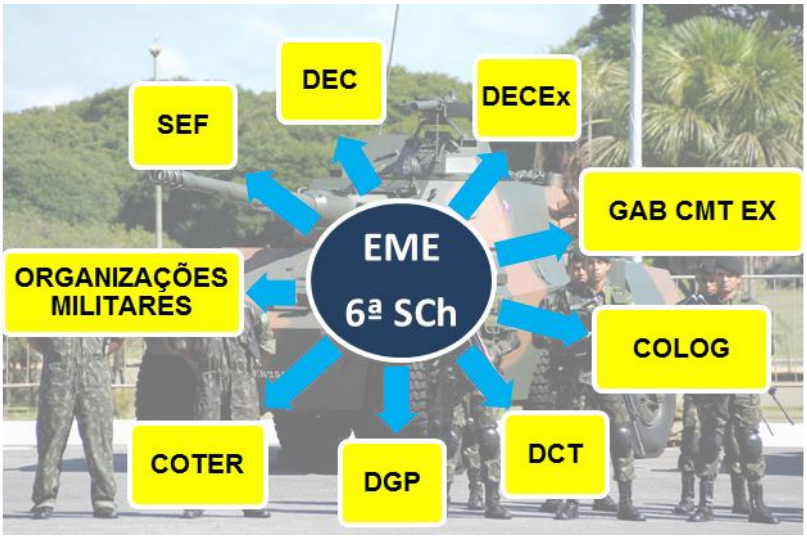
4.2.9.2 Planejamento estratégico e governança:

Estrutura de Governança

A Governança da AO 4450 – Aprestamento do Exército é exercida, no âmbito do Exército Brasileiro, pelo Comando de Operações Terrestres e pelo Estado-Maior do Exército, tendo como produto a Organização Militar capacitada e preparada para ser empregada pela Força Terrestre. Esses 2 (dois) Órgãos de Direção são responsáveis por:

- avaliar a efetividade da AO 4450;
- acompanhar o Planejamento Estratégico do Exército;
- realizar o gerenciamento de risco; e
- gerenciar as mudanças necessárias.

Organograma Funcional do AO 4450:



A AO 4450 se desenvolve dentro da estrutura do Exército nos seus Departamentos e nas diversas Organizações Militares distribuídas pela Federação Brasileira, sendo estes os responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.

Planejamento dos Planos Orçamentários:

PO 0000 – Despesas Diversas

Finalidade: Preparo operacional da Força Terrestre, com o fim de criar condições e promover o treinamento das tropas para assegurar o seu estado de pronto emprego para a defesa do território nacional, da soberania nacional e dos interesses do Brasil. Envolve também a participação de compromissos internacionais, inclusive com a preparação de efetivos para força de paz e para compor uma força expedicionária. Para consecução de tais objetivos, a ação engloba os custos inerentes à garantia das ações de preparo operacional, incluindo o suporte logístico, de material, de transporte, administrativo, tecnológico, doutrinário e adequações de infraestruturas físicas, podendo incluir obras, tendo como base as diretrizes e nas condições estabelecidas em orientações específicas do Comando do Exército.

PO 0001 – Suporte às Atividades de Preparo

Finalidade: Proporcionar as condições necessárias para a Força Terrestre desenvolver suas atividades de preparo por meio de aquisição e instalação de simuladores e outros meios de apoio ao preparo operacional da Força Terrestre; aquisição de equipamento e material; ações de adequação e construção de instalações militares; transporte, mobilização e acondicionamento de material e equipamentos; aquisição e contratação de serviços, inclusive para atendimento das ações de elaboração e gerenciamento de projetos, gestão dos contratos e gestão jurídica; aquisição e contratação de serviços para atendimento às demais despesas para o apoio à ação, incluindo: capacitação técnica de pessoal, administração de importações (armazenagem, taxas, seguros etc), adequação à

legislação ambiental vigente, diárias e passagens, material de informática, hardwares e softwares, material de expediente e de escritório; e de contratação de pessoal por tempo determinado nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.745/93 para atender às atividades especiais referentes a encargos temporários.

PO 0002 – Preparo da Força Terrestre

Finalidade: Promover o preparo operacional da Força Terrestre por meio do treinamento das tropas, assegurando o seu estado de pronto emprego para a defesa do território nacional e da soberania nacional. Envolve capacitação operacional permanente dos efetivos da Força Terrestre; suporte do Sistema de Prevenção de Acidentes Aeronáuticos da Aviação do Exército; participação de compromissos internacionais, inclusive com a preparação de efetivos para força de paz; execução dos programas de instrução e adestramento do Exército Brasileiro; transporte operacional da tropa; simulações de emprego

da Força Terrestre em operações; realização de pesquisas, desenvolvimento e avaliação da doutrina e estratégia militar; apoio à mobilização, formação e adestramento da reserva mobilizável; apoio à atividade de segurança de autoridades; suporte da gestão de projetos, convênios e da modernização da gestão corporativa; contratação de mão de obra especializada temporária e atividades de transporte de pessoal e material; e aquisição de bens e contratação de serviços.

PO 0003 – Emprego Singular da Força Terrestre

Finalidade: Permitir ao Exército Brasileiro, como Força Singular e por meio de seus Comandos Militares de Área, planejar e executar operações militares, particularmente aquelas em faixa de fronteira, bem como, atender, de forma emergencial às primeiras ações de emprego inopinado. Envolve despesas com material de emprego militar em geral, incluído armamento, geradores de energia, material de comunicações e viaturas blindadas, mecanizadas e sobre rodas, bem como sua manutenção; emprego da Aviação do Exército; apoio administrativo para as organizações militares envolvidas; aquisição de suprimentos, como munição (letal e não-letal), combustível, barracas de campanha e outros itens; diárias e despesas de locomoção para reconhecimentos prévios; alimentação e fardamento; desmobilização das tropas empregadas nas operações, incluindo as despesas realizadas com o regresso ao seu aquartelamento; reposição de estoques e o ressarcimento de outras despesas realizadas.

PO 000E – Desenvolvimento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre

Finalidade: Visa realizar as ações de produção, distribuição e divulgação de manuais e periódicos doutrinários; realização de acompanhamentos doutrinários; participação em eventos de interesse doutrinário; realização de simpósios, workshops e reuniões.

Aquisição e contratação de serviços para atender despesas decorrentes, tais como: capacitação de pessoal no Brasil e no exterior, diárias e passagens, publicações, material de informática, software, de expediente e de escritório; e de contratação de pessoal por tempo determinado nas condições e prazos previstos na Lei nº 8.745/93 para atender às atividades especiais referentes a encargos temporários.

4.2.9.3 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 4450 – Aprestamento do Exército

O produto da Ação 4450 é a Organização Militar capacitada e preparada para ser empregada pela Força Terrestre, com a finalidade de criar condições e promover o treinamento de tropas para assegurar o seu estado de pronto emprego na busca da defesa do Território Nacional, da Soberania Nacional e dos interesses do Brasil. Envolve, ainda, a participação em compromissos internacionais, inclusive com a preparação de efetivos para a força de paz.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se:

- período de Instrução Individual Básica (IIB) - atividades relativas à Instrução Individual Básica, Estágios de Área e Capacitação Técnica e Tática do Efetivo Profissional;

- período de Instrução Individual de Qualificação (IIQ) - período este desenvolvido em doze semanas de instrução, sendo as três primeiras destinadas a capacitar o Efetivo Variável (EV), incorporado no ano de 2018;

- períodos de adestramento básico e avançado de instrução, desenvolvidos com a participação do efetivo profissional e variável, envolvendo aproximadamente, 170.000 homens;

- períodos de emprego inopinado da Força Terrestre, com o fim de atender demandas emergenciais e não previstas;

- capacitação de pessoal e atividades inerentes à gestão das informações operacionais no âmbito da Força, fundamental para subsidiar os planejamentos que ensejam o preparo e emprego do Exército Brasileiro em operações; e

- desenvolvimento do sistema de doutrina militar terrestre, que consiste na consolidação das informações do Comando de Operações Terrestres.

Entregas em 2018:

PO 0001 – Suporte às Atividades de Preparo

Foram descentralizados créditos para 55 (cinquenta e cinco) Unidades Gestoras (UG) das 100 (cem) previstas, tendo em vista a diminuição de cerca de R$ 1 milhão de reais no PO 0001, o que afetou o apoio necessário para entrega do produto final (Organização Militar apoiada). Foram realizadas as atividades relacionadas com os Projetos Sistema de Preparo (SISPREPARO), Sistema de Emprego (SISEMP), Sistema de Prontidão (SISPRON) e Sistema de Informações Operacionais Militares Terrestres (SINFOTER), os quais integram o Programa Estratégico Estruturante Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT).

PO 0002 – Preparo da Força Terrestre

Foram realizadas as atividades de instrução relativas à formação dos soldados incorporados em 2018, bem como aquelas relativas à capacitação técnica e tática do efetivo Profissional do Exército. Em que pese o índice de liquidação não ter atingido 100 %, os recursos relativos a este PO foram empenhados na totalidade, o que garantiu o atingimento da meta estabelecida.

PO 0003 – Emprego Singular da Força Terrestre

Os recursos foram utilizados durante o emprego da Força Terrestre em situações emergenciais de utilização da tropa nas Operações Vila Bittencourt, Harpia III, Carcará Negro, Juru, bem como nos exercícios de Proteção Civil e Capacitação Intermediária de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear. Além disso, ocorreu a ampliação do limite de movimentação e empenho, no mês de dezembro, com o aporte de novos recursos ao PO, visando atender à operação realizada na Posse do novo Presidente da República. Em que pese o índice de liquidação não ter atingido 100 %, os recursos relativos ao PO 0003 foram empenhados em sua totalidade, o que garantiu o alcance da meta estabelecida. Acrescente-se, ainda, que, como reflexo do emprego dos recursos do PO 0003 na operação POSSE, a meta fixada não só foi alcançada como ultrapassada.

PO 000E – Desenvolvimento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre

Foram descentralizados recursos para 111 (cento e onze) Unidades Gestoras (UG), sendo considerado compatível com o esperado para o período. Foram realizadas as atividades relacionadas com o desenvolvimento do Sistema de Doutrina Militar Terrestre. Os recursos do PO 000E atenderam à elaboração de publicações doutrinárias, à realização de seminários e simpósios doutrinários, além de experimentações doutrinárias desenvolvidas.

4.2.9.3.2 Execução Orçamentária 2018

Em reais

AÇÃO	LOA	DESPESAS EMPENHADAS**	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO*	RP PAGO
4450	247.044.980,99	248.079.591,44	143.030.656,45	142.201.403,11	146.857.387,98	7.571.416,38

Fonte: Tesouro Gerencial

** RP Inscrito/Reinscrito =RPProc + RPN Proc*

*** Os valores empenhados maiores que a LOA se devem ao fato da variação cambial.*

Fatores Intervenientes

No intuito de atender às atividades planejadas para a AO 4450, como um todo, foi provisionado o crédito de **R$ 247 milhões**.

Em quase sua totalidade, os recursos disponibilizados foram empregados, cabendo apenas ressaltar que o não atendimento da plenitude do emprego dos recursos resultou das dificuldades financeiras que algumas empresas apresentaram no cumprimento dos contratos firmados, principalmente, na realização de obras.

Com a finalidade de mitigar o fato acima discorrido, o Comando do Exército, por intermédio da DOM, intensificou o acompanhamento das obras em andamento e realizou tratativas com as empresas, buscando a repactuação de valores e cronogramas de entregas, com reflexo no alcance da meta estabelecida para execução orçamentária desta Ação.

4.2.10 OBTENÇÃO DA CAPACIDADE OPERACIONAL PLENA (Prg EE OCOP)

AO 156N – OBTENÇÃO DE MEIOS DO EXÉRCITO (EME)

4.2.10.1 Visão geral organizacional

O Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena (Prg EE OCOP), além de ser um dos indutores do Processo de transformação do Exército Brasileiro, participa do desenvolvimento nacional, na medida em que, alinhado com a Política Nacional de Defesa e com a Estratégia Nacional de Defesa, proporciona o fomento da Base Industrial de Defesa, o que gera empregos diretos e indiretos nas áreas de ciência e tecnologia.

A 4ª Subchefia EME, como responsável pelo Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena (PrgEE OCOP), supervisionou e coordenou, junto aos Órgãos de Direção Setorial (ODS) as obtenções (aquisição ou desenvolvimento) de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) que compõem os Quadros de Dotação de Material (QDM) das organizações militares OM) distribuídas em todo o Território Nacional, bem como aquelas dos projetos estratégicos que visam dotar a Força Terrestre de novas capacidades.

No que tange aos Produtos de Defesa (S ProD) participou ativamente junto ao Ministério da Defesa na elaboração da legislação da Base Industrial de Defesa e das reuniões técnicas e deliberativas para avaliação de produtos cadastrados no Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPED).

Realizou, ainda, a coordenação junto aos ODS no que se refere aos contratos de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial, que geraram múltiplos benefícios à Força Terrestre, bem como, participou das negociações para nacionalização de Empresas que têm interesse em desenvolver atividades no

território nacional, contribuindo desta forma para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, fomentando a economia e a geração de empregos.

Trabalhou para a sincronização do banco de dados dos sistemas adotados pela Força ao Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (APOLO), que tem por finalidade reunir em um só sistema todas as informações de Mobilização para a Indústria de Defesa.

Foram desenvolvidas, no contexto da Ciência, Tecnologia e Inovação a elaboração de 11 (onze) Requisitos Operacionais (RO); elaboração de 11 (onze) Requisitos, Técnicos, Logísticos e Industriais (RTLI); realização da Reunião Decisória Especial da Viatura Blindada Multitarefa - Leve Sobre Rodas (VBMT-LSR); e padronização do Sistema de Radiocomunicação Digital Troncalizado da Motorola.

4.2.10.2 Planejamento estratégico e governança

Estrutura de Governança

A Governança do Programa OCOP é exercida dentro do Estado-Maior do Exército, pela 4ª Subchefia, (possuindo ligação também com o EPEx), que:

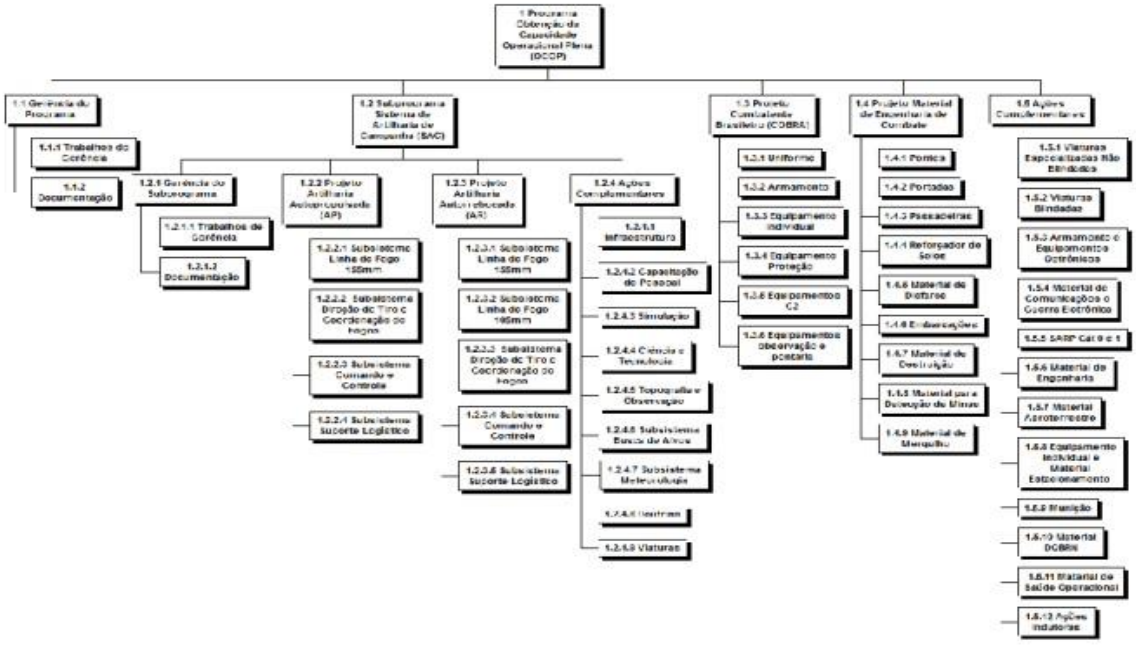
- avalia a efetividade do Programa;

- busca ajudar o Exército a atingir seus Objetivos Estratégicos previstosno Planejamento Estratégico do Exército (PEEx);

- realiza o gerenciamento do Programa;

- supervisiona os subprogramas e projetos integrantes;

- realiza o gerenciamento de recursos.



O Programa OCOP se desenvolve dentro da estrutura do Exército, com participação de nos seus diversos ODS, sendo estes os responsáveis pela aquisição, contratação e controle patrimonial.

4.2.10.3 Planejamento

Descrição dos Projetos e Ações Complementares, suas finalidades

Subprograma Sistema de Artilharia de Campanha (SAC)

Finalidade: Realizar a transformação e modernização da Artilharia de Campanha do Exército Brasileiro, de tal forma que ela obtenha a capacidade operacional compatível com as necessidades impostas pela Força Terrestre, constantes do Planejamento Estratégico do Exército (PEEx). Desta forma, o Subprograma buscará fornecer novas capacidades ao Sistema Operacional Apoio de Fogo e, por consequência, para a Função de Combate Fogos do Exército Brasileiro.

Projeto Combatente Brasileiro (COBRA)

Finalidade: Pesquisa e desenvolvimento do Foguete Guiado para equipar a Artilharia de Mísseis e Foguetes do Exército Brasileiro, atendendo aos conceitos de letalidade seletiva e proteção, entregando PRODE de elevado valor tecnológico agregado.

Projeto Material de Engenharia de Combate (MEC)

Finalidade: Obter e modernizar, por aquisição, os sistemas e materiais de emprego militar (SMEM) de engenharia de combate, de modo a permitir que as organizações militares, detentoras de materiais dessa natureza, incluindo estabelecimentos de ensino, sejam vetores de multiplicação do poder de combate da Força Terrestre, por meio do apoio à mobilidade, à contramobilidade e à proteção, em operações de guerra e não guerra.

Ação Complementar SARP Cat 0 e 1

Finalidade: Adquirir e manutenir SARP Categorias 1 e 2 do Exército Brasileiro.

Ação Complementar Material Aeroterrestre

Finalidade: Adquirir e manutenir material aeroterrestre do Exército Brasileiro.

Ação Complementar DQBRN

Finalidade: Adquirir MEM e insumos DQBRN para oExército Brasileiro.

Ação Complementar Munição

Finalidade: Adquirir munição de diversos tipos com o objetivo de apoiar os subprograma/projetos do OCOP.

Ação Complementar Viaturas Especializadas não Blindadas

Finalidade: Adquirir Viaturas Especializadas não Blindadas para o Exército Brasileiro.

Ação Complementar Material de Saúde Operacional

Finalidade: Adquirir material de saúde operacional para o Exército Brasileiro.

Ação Complementar Ações Indutoras

Finalidade: Adquirir materiais diversos visando apoiar o Prg EE OCOP.

Ação Complementar Viaturas Blindadas

Finalidade: Adquirir materiais diversos visando apoiar o Prg EE OCOP.

Ação Complementar Armamentos e Equipamentos Óticos

Finalidade: Adquirir armamentos e equipamentos óticos para o Exército Brasileiro.

Ação Complementar Material de Comunicações e Guerra Eletrônica

Finalidade: Adquirir material de comunicações e GE para o Exército Brasileiro.

Ação Complementar Material de Engenharia

Finalidade: Adquirir materiais de engenharia visando apoiar o Prg EE OCOP.

Ação Complementar Equipamento Individual e Estacionamento

Finalidade: Adquirir equipamentos individuais e materiais de estacionamento para o Exército.

4.2.10.4 Resultados da Gestão - Ação Orçamentária 156N – Obtenção de Meios do Exército

O Prg EE OCOP teve, em seu planejamento inicial em 2012, com a previsão de término para 2027. No entanto, em função de reduções nas previsões orçamentárias no PPA e LOA subsequentes, foi necessário replanejar o horizonte temporal do Programa, estendendo-o para o término em 2035.

O Prg EE OCOP tem atingido os objetivos propostos com restrições. Tal limitação advém dos valores repassados ao programa aquém das necessidades planejadas, levando a postergação do atingimento dos objetivos propostos no escopo do Programa.

Entregas em 2018:

No ano de 2018 houve a entrega de 45 (quarenta e cinco) óculos de visão noturna (OVN LORIS), 74 (setenta e quatro) pistolas 9mm; 18 (dezoito) lunetas de visão noturna; 102 (cento e dois) suportes de capacete para OVN; 15 (quinze) cozinhas de campanha; 21 (vinte e um) Sistemas de Posicionamento da Linha de Fogo de Artilharia de Campanha (AGLS); 5 (cinco) morteiro 81mm; 1.452.000 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil) cartuchos 5,56x45mm comum SS109; 2.558.000 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e oito mil) cartuchos 7,62x51mm comum M1; 340.000 (trezentos e quarenta mil) cartuchos 7,62x51mm traçante M62; 80.500 (oitenta mil e quinhentos) cartuchos .50 (12,7X99) comum M33 com elos metálicos desintegráveis. Na parte de blindados foi executada a manutenção de 11 Viaturas Blindadas sobre lagartas.

Nos materiais de Engenharia, foram entregues de 1 (uma) Ponte *Improved Ribbon Bridge* (IRB) com respectivas equipagens e 2 (dois) Equipamentos de mergulho.

Nos materiais de Comunicações, foram entregues 10 (dez) rádios veiculares Motorola APCO 25; 63 (sessenta e três) rádios portáteis Motorola APCO 25; 5 (cinco) rádios HF veiculares Harris; 13 (treze) repetidores convencionais Motorola APCO 25; 5 (cinco) gateways Motorola; 48 (quarenta e oito) rádios veiculares VHF Harris para viatura blindada; 48 (quarenta e oito) Intercomunicadores Sotas para viatura blindada.

Execução Orçamentária 2018

Em reais

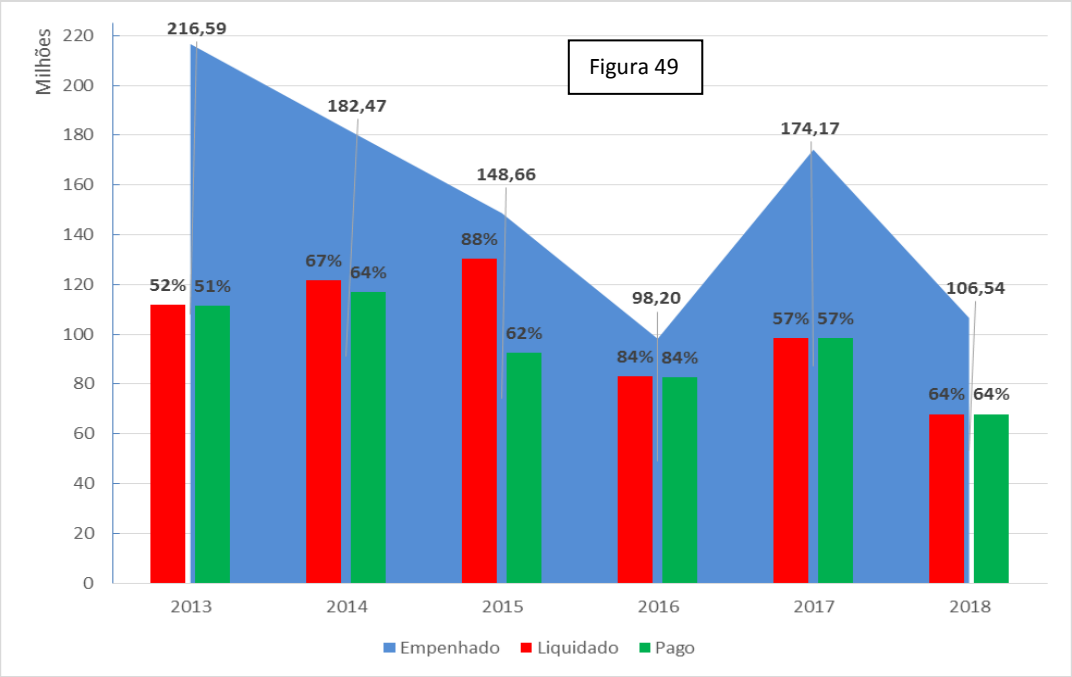
AÇÃO	LOA	DESPESAS EMPENHADAS**	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	RP INSCRITO*	RP PAGO
156N	105.824.463,00	106.544.736,70	67.957.399,72	67.948.930,79	77.153.929,00	6.120,00

Fonte: Tesouro Gerencial

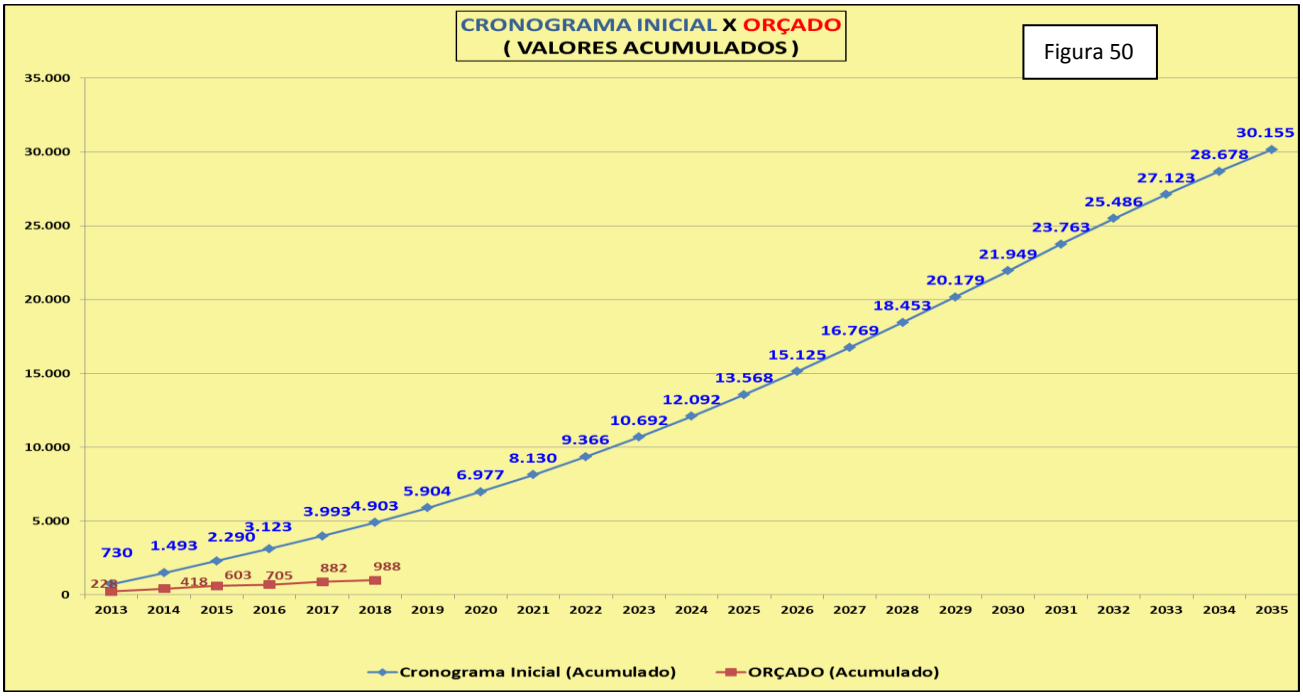
** RP Inscrito/Reinscrito =RPProc+ RPN Proc*

*** Os valores empenhados maiores que a LOA se devem ao fato da variação cambial.*

Histórico da Execução Orçamentária 2013 - 2018



Comparativo: Planejamento Original x Planejamento Atual



Fonte: SIAFI –Tesouro Gerencial

Gráfico comparativo entre os desembolsos previsto para todo o Prg EE OCOP, a cada ano, na data de seu início (cronograma inicial), e os desembolsos previstos para todo o Programa, a cada ano, desde seu início até o término do exercício (cronograma atual):

IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS EM 2018

Pode-se destacar como principal óbice para o desempenho do PrgEE OCOP a contínua diminuição das dotações orçamentárias em 2018 e ao longo dos anos, o que dificulta a realização de contratos de

longo prazo, a previsibilidade de continuidade das ações dos projetos e acaba por encarecer as aquisições, pois a empresas não visualizam produções em escala para atender às demandas.

A dotação orçamentária insuficiente para atender a todas as entregas planejadas, acarretou, ainda a necessidade da Gerência do Programa proceder a adequação do cronograma físico-financeiro à redução do orçamento, priorizando os SMEM julgados essenciais para obtenção/manutenção de capacidades operacionais da Força, o que força a extensão do cronograma inicial para atender às outras necessidades.

PROJETOS E AÇÕES CANCELADAS

Não houve projetos e ações canceladas.

MEDIDAS MITIGADORAS

A dotação orçamentária para o PrgEE OCOP foi insuficiente para a sua efetiva execução, o que resultou no alongamento do cronograma físico-financeiro do Programa, bem como o comprometimento das metas para o corrente exercício financeiro.

O aumento do emprego do Exército Brasileiro em operações de não guerra (ações subsidiárias), tais como as de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), apoio humanitário às populações atingidas por calamidades, vistoria de presídios, garantia de votações, entre outras, levaram o Programa a reforçar os estoques dos meios imprescindíveis ao seu preparo e emprego operacional. Estão sendo realizadas avaliações periódicas dentro da governança a fim de que sejam tomadas decisões que possam mitigar os efeitos da falta de recursos.

ESTRATÉGIA GERENCIAL

A estratégia gerencial do PrgEE OCOP está centrada na entrega de capacidades previstas em seu escopo, por através das saídas dos seus projetos componentes, estando a sua atuação em conformidade com os princípios da administração pública federal. A execução do Programa segue a flexibilidade de planejamento em função da previsão orçamentária aprovada pelo Governo Federal, que por vezes é contingenciada, gerando a necessidade de reprogramação de metas. A prática da gestão estratégica do Programa visa contribuir com a Força Terrestre para alcançar o OEE 1 - CONTRIBUIR COM A DISSUASÃO EXTRARREGIONAL, e o OEE 9 - IMPLANTAR UM NOVO E EFETIVO SISTEMA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, beneficiando toda a sociedade brasileira.

Uma Força Terrestre com material moderno e em quantidade suficiente, propiciará uma maior presença do Estado Brasileiro nos mais diversos rincões do nosso território, seja em ações de GLO**,** incentivando o incremento da interoperabilidade dos Órgãos e Agências Governamentais, fortalecendo a presença do Estado nas fronteiras e impactando o combate a ilícitos transfronteiriços; e o aumento da segurança nos centros urbanos. Da mesma forma, favorecerá um ambiente de **Paz social,** pela proteção aos serviços essenciais; garantia do patrimônio e redução da ocorrência de crises; proteção de infraestruturas

críticas e ativos essenciais; e a ampliação da integração nacional, tudo isso só é possível devido ao esforço de obtenção de meios para o EB.

Um dos grandes benefícios trazidos pelos Programas Estratégicos em geral é o i**ncremento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**, que será alcançado por meio do envolvimento dos institutos tecnológicos e entidades acadêmicas, com o fortalecimento de um modelo sustentável de desenvolvimento tecnológico, muitas vezes com o uso dual de tecnologia. Isto permitirá o incremento da independência tecnológica, contribuindo para o domínio de tecnologias sensíveis. Será, assim, uma fonte de **estímulo ao desenvolvimento nacional,** com a geração de emprego e renda; fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID); e a capacitação da indústria e da mão de obra brasileiras.

RISCOS ADVINDOS DO NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS DOS Prg EE

Um fator decisivo para o sucesso e a sustentabilidade dos Programas Estratégicos é a sua capacidade de financiamento. Desta forma, é importante destacar os **riscos para a Sociedade** representados pela interrupção ou redução do **fluxo de recursos orçamentários** aportados aos Programas Estratégicos.

Poderá haver, ainda, o **atraso na rearticulação da Força Terrestre** com prejuízo ao desenvolvimento da infraestrutura regional/local dos aquartelamentos.

Uma consequência grave de redução do ritmo de implantação dos Prg EE será o **não cumprimento de compromissos contratuais assumidos**, provocando **prejuízo para a Base Industrial de Defesa** com o fechamento de linhas de montagem e empresas fornecedoras, gerando desemprego com a demissão de mão de obra especializada e a consequente perda de confiança da BID na Força Terrestre.

Em última análise, a possibilidade de **descontinuidade dos Programas Estratégicos** implicará a inviabilização do esforço de mobilização das cadeias produtivas das empresas contratadas e no **atraso no desenvolvimento de Produtos de Defesa**.

4.2.11 BENEFÍCIOS À SOCIEDADE DOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOSDO EXÉRCITO

Com a criação dos Programas Estratégicos do Exército houve um aumento da **Projeção Internacional do Brasil,** respaldando a sua Política Externa por meio de Forças Armadas preparadas e capazes, bem como pelo reforço ao poder econômico, surgido do incremento à exportação de bens e serviços com alto valor agregado, em uma pauta de exportações diversificada.

Assim, uma Força Terrestre transformada propiciará uma maior presença do Estado Brasileiro nos mais diversos rincões do nosso território, com especial **apoio às ações de segurança pública,** incentivando o incremento da interoperabilidade dos Órgãos e Agências Governamentais, fortalecendo a presença do Estado nas fronteiras e impactando o combate a ilícitos transfronteiriços e o aumento da segurança nos centros urbanos. Da mesma forma, favorecerá um ambiente de **Paz social,** pela proteção aos serviços essenciais; garantia do patrimônio e redução da ocorrência de crises; proteção de infraestruturas críticas e ativos essenciais; e a ampliação da integração nacional.

Um dos grandes benefícios trazidos pelos Programas Estratégicos é o i**ncremento à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação**, que será alcançado por meio do envolvimento dos institutos tecnológicos e entidades acadêmicas, com o fortalecimento de um modelo sustentável de desenvolvimento tecnológico, muitas vezes com o uso dual de tecnologia. Isto permitirá o incremento da independência tecnológica, contribuindo para o domínio de tecnologias sensíveis. Será, assim, uma fonte de **estímulo ao desenvolvimento nacional,** com a geração de emprego e renda; fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID); e a capacitação da indústria e da mão de obra brasileiras.

Como podemos observar, o Exército Brasileiro tem todo o seu planejamento estratégico e a consequente alocação de recursos focados, não somente no fortalecimento de capacidades militares por meio de produtos de defesa e instalações físicas, mas na entrega de uma significativa quantidade de benefícios à sociedade.

4.2.12 BENEFÍCIOS SOCIOECONÔMICOS GERADOS PELOS PROGRAMAS ESTRATÉGICOS

Segundo o Livro Branco da Defesa Nacional, a BID é definida como "um conjunto de indústrias e empresas organizadas em conformidade com a legislação brasileira, que participam de uma ou mais das etapas da pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos de defesa"

É, assim, o complexo industrial, científico e tecnológico capaz de suprir as Forças Armadas com os meios de que necessitam para o cumprimento da sua missão.

A BID constitui-se em fator de afirmação da nossa Soberania. É instrumento de independência, efetivada pela mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos para o **investimento no potencial produtivo do País** e alcançada pela **capacitação tecnológica autônoma.** É, também, um fator de projeção de poder nacional, com um grande caráter dissuasório.

No que tange aos benefícios socioeconômicos gerados, segundo a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), a BID é responsável por mais de 60 mil empregos diretos e outros 240 mil empregos indiretos. Nossas indústrias também são responsáveis por 4% do PIB (Produto Interno Bruto) do país e exportam mais de R$ 4,7 bilhões.

No quadro abaixo, observa-se que o setor da Defesa é aquele que induz a maior geração de valor (efeito induzido pelas compras diretas e indiretas e pelos salários pagos aos profissionais da cadeia produtiva). Isto gera a possibilidade de alavancagem da economia em torno dessa cadeia, em proporções não atingidas por outros setores. Assim, torna-se valiosíssima ferramenta de desenvolvimento rápido e seguro.

O investimento do Estado em Defesa, por meio do fomento à BID, tem um gigantesco potencial de geração de emprego e renda, apoiando a inovação e o desenvolvimento científico-tecnológico, que se expandem para o mercado civil e impactam direta e positivamente a balança comercial. Neste momento de crise econômica, este investimento pode ser uma alavanca valiosa para ajudar na superação das dificuldades conjunturais.

Estima-se que o Ptf EE, que vem investindo cerca de um bilhão de reais por ano, tenha gerado cerca de 27500 empregos diretos, em aproximadamente 226 empresas nacionais fornecedoras de bens e serviços.

Investir em Defesa é uma excelente alternativa econômica para o País. Segundo levantamento da ABIMDE, nos últimos anos, cada real investido em desenvolvimento de sistemas de Defesa gerou cerca de 10 vezes este valor em divisas de exportação.

No Brasil, há que se considerar que o limitado **poder de compra** do Estado salienta o papel fundamental da **exportação** para a BID.

Processos de venda de produtos de defesa são, em geral, extremamente complexos, envolvendo aspectos geopolíticos de vulto e que exigem, muitas vezes, amplo suporte do Estado. No entanto, uma questão fundamental a ser considerada é que, mesmo limitadas, as aquisições pelas Forças Armadas constituem-se em verdadeira "certificação" de produtos nacionais de defesa, muitas vezes considerada imprescindível para o sucesso dos negócios.

4.2.13 RISCOS ADVINDOS DO NÃO ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS

Um fator decisivo para o sucesso e a sustentabilidade dos Programas Estratégicos é a sua capacidade de financiamento. Desta forma, é importante destacar os **riscos para a Sociedade** representados pela interrupção ou redução do **fluxo de recursos orçamentários** aportados aos Programas Estratégicos.

Obviamente, um dos maiores riscos relaciona-se à **frustração das expectativas geradas** quando da criação dos Programas, como, por exemplo, a capacidade de sensoriamento e monitoramento na faixa de fronteira ou o emprego em operações de GLO. Neste mesmo viés, uma possível restrição orçamentária implicará a r**edução na capacidade de proteger ativos de informação contra ameaças cibernéticas** com prejuízo à atuação integrada com o GSI e outros órgãos na proteção do Setor Estratégico "Defesa Cibernética", atribuição do EB de acordo com a Estratégia Nacional de Defesa.

Poderá haver, ainda, o **atraso na rearticulação da Força Terrestre** com prejuízo ao desenvolvimento da infraestrutura regional/local dos aquartelamentos.

Uma consequência grave de redução do ritmo de implantação dos Prg EE será o **não cumprimento de compromissos contratuais assumidos**, provocando **prejuízo para a Base Industrial de Defesa** com o fechamento de linhas de montagem e empresas fornecedoras, gerando desemprego com a demissão de mão de obra especializada e a consequente perda de confiança da BID.

Em última análise, a possibilidade de **descontinuidade dos Programas Estratégicos** implicará a inviabilização do esforço de mobilização das cadeias produtivas das empresas contratadas e no **atraso no desenvolvimento de Produtos de Defesa de uso dual**, tornando inadequadas as soluções tecnológicas adotadas.

RISCOS PARA A SOCIEDADE EM GERAL

A aderência aos planejamentos e à sustentabilidade dos Programas Estratégicos do Exército (Prg EE) são indicadores fundamentais para o sucesso da gestão do Portfólio Estratégico. Um fator decisivo para que aqueles indicadores apontem para a direção desejada é a capacidade de financiamento dos Programas. Desta forma, é importante destacar os **riscos para a Sociedade** representados pela **interrupção ou redução do fluxo de recursos financeiros** aportados aos Programas Estratégicos:

- **Frustração das expectativas da sociedade** pela falta de capacidade de emprego eficaz do Exército na Garantia da Lei e da Ordem e no controle das fronteiras, com reflexos negativos para a segurança dos centros urbanos.
- **Redução na capacidade de proteger Ativos de Informação contra Ameaças Cibernéticas,** com elevação dos riscos de colapso em vários setores vitais da sociedade.
- **Não cumprimento de compromissos contratuais,** provocando despesas extraordinárias, desperdício de recursos com sistemas inoperantes e obsoletos, falência de fornecedores, desemprego e evasão de mão-de-obra altamente especializada.

- **Perda de confiabilidade da Base Industrial de Defesa,** com descontinuidade de investimentos e de pesquisa e inovação.

- **Atraso no desenvolvimento e disponibilização de tecnologias de uso dual** para o benefício da sociedade.

- **Elevação progressiva dos custos dos programas,** devido às necessidades de reequilíbrio econômico, redistribuição de custos fixos e amortização de investimentos.

A situação instável da economia do País vem impondo a todos um quadro recorrente de séria restrição orçamentária. O grande desafio do Exército tem sido realizar as adaptações necessárias ao Portfólio Estratégico, tornando os programas viáveis em um cronograma estabelecido e ajustado a cada nova realidade orçamentária.

4.3 INDICADORES DE DESEMPENHO QUANTIFICADOS E ALINHADOS AOS OBJETIVOS

Todos os indicadores de desempenho estão devidamente documentados e qualificados em Fichas de Qualificação de Indicador (FQI), conforme metodologia preconizada, e estão sendo monitorados, empregando-se o sistema de TI JaguarWeb, com as respectivas descrições, fórmulas de cálculo, histórico detalhado e metas, entre outras informações. A seguir, estão apresentados os indicadores de resultados (IR), de composição (IC) e de tendência (IT), alinhados aos OEE, com as respectivas fórmulas de cálculo, meta do ano, o valor realizado dos IC e IT e o desempenho de cada um deles e o consolidado para os IR.

Quadro 13 - Indicadores de Desempenho

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
01	IR 01 - Índice de Contribuição para a Dissuasão Extrarregional	(IC01.01 + IC01.02 + IC01.03 + IC01.04) / 4	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	76,42%
	IC 01.01 - Índice de ampliação da projeção do EB no cenário internacional	Desempenho do IR 02	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	101,14%
	IC 01.02 - Índice de contribuição com o desenvolvimento sustentável e a paz social	Desempenho do IR 03	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	54,38%
	IC 01.03 - Índice de capacidade de atuação no ambiente cibernético	Desempenho do IR 04	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	73,67%
	IC 01.04 - Índice de operacionalidade da F Ter	Desempenho do IR 05	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	83,95%
	IT 01.01 - Percentual de execução do Pgr Astros 2020	(Realizado / Previsto) x 100	93,7%	35,48%	37%
	IT 01.02 - Percentual de execução do Pgr Def AAé	(Realizado / Previsto) x 100	21,67%	10,33%	47%
	IT 01.03 - Percentual de execução do Pgr Aviação	(Realizado / Previsto) x 100	5.6%	2,69%	48%
	IT 01.04 - Percentual de execução do Pgr Guarani	(Realizado / Previsto) x 100	41,67%	7,10%	17%
	IT 01.05 - Percentual de execução do Pgr SISFRON	(Realizado / Previsto) x 100	72,82%	10,87%	14,92%
02	IR 02 - Índice de ampliação da projeção internacional do EB	(IC 02.01 + IC 02.02 + IC 02.03) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	101,14%
	IC 02.01- Incremento do intercâmbio	(IC 02.01.1 + IC 02.01.2 + IC 02.01.3) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	94,11%
	IC 02.01.1 - Incremento nas participações em Exc internacionais	Nº de participações no ano	19	21	110,53%
	IC 02.01.2 - Incremento nas participações em Atv internacionais	Nº de participações em A	690	455	65,94%
	IC 02.01.3 - Incremento em entendimentos de cooperação	Nº de entendimentos no ano	34	36	105,88%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 02.02 - Incremento de cargos em missões de paz	Nº de cargos no ano	49	51	104%
	IC 02.03 - Incremento na ocupação de cargos relevantes em organismos internacionais	(IC 02.03.01+IC 02.03.0+IC 02.03.03+IC 02.03.04)/4	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	105,31%
	IC 02.03.01 - Incremento de cargos em organismos regionais (OrgReg)	Nº de Cargos em OrgReg em A	16	14	87,5%
	IC 02.03.02 - Incremento de cargos em missões de paz (M Paz)	Nº de Cargos em M Paz em A	33	38	115%
	IC 02.03.03 - Incremento de cargos na ONU	Nº de Cargos na ONU em A	04	05	125%
	IC 02.03.04 Incremento de Missões diplomáticas fixas	Nº de Mis diplomáticas fixas em A	32	30	93,75%
	IT 02.01 - Prontidão do EB para atuar como força expedicionária (F Exp)	Nº OM Cpct para atuar como F Exp / nº de OM previstas para atuar como F Exp) x 100	0%	0%	0%
	IT 02.02 - Prontidão do EB para atuar nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.	(Nº de OM com prontidão para Manutenção da Paz / OM previstas) x 100	0%	0%	0%
03	IR 03 - Índice de contribuição com o desenvolvimento sustentável e a paz social	(IC 03.01 + IC 03.02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	54,38%
	IC 03.01 - Percentual de OM restruturadas com Cpcd para atuar sob a égide do trinômio monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação	Execução do SISFRON	72,82%	10,87%	14,92%
	IC 03.02 - Incremento do Nº de habitantes atendidos pelas parcerias/convênios	[(Nº Hab atendidos em A- Nº Hab atendidos em A -1) / Nº Hab atendidos em A-1] x 100	100 %	93,85%	93,85%
	IT 03.01 - Percentual de execução do Pgr SISFRON	(Realizado / Previsto no Pgr) x 100	72,82%	10,87%	14,92%
	IT 03.02 - Percentual de elaboração do diagnóstico ambiental e patrimonial	(Nº de OM que realizaram o diagnóstico ambiental / Nº de OM do EB) x 100	100%	77,06%	77,06%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IT 03.03 - Percentual de execução do PENSE	(Executado em A / Previsto em A) x 100	100%	78,80%	78,80%
	IT 03.04 - Percentual de execução do Pgr Amazônia Protegida	{[(Rcs provisionado / Rcs planejado) + (Rcs realizado / Rcs provisionado)] / 2} X 100	100%	93,45%	93,45%
	IT 03.05 - Percentual de execução do Pgr Sentinela da Pátria	{[(Rcs provisionado / Rcs planejado) + (Rcs realizado / Rcs provisionado)] / 2} X 50	100%	93,45%	93,45%
04	IR 04 - Índice de capacidade de atuação no espaço cibernético	(IC 04.01 + IC 04.02+ IC 04.03 + IC 04. 04 + IC04. 05) / 5	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	73,67%
	IC 04.01 - Percentual de sucesso na prevenção de incidentes cibernéticos	(eventos de segurança cibernéticos detectados e bloqueados automaticamente / total de eventos de segurança cibernética detectada) x 100	100 %	100%	100%
	IC 04.02 - Percentual de aderência a controles de segurança relevantes	Resultado das auditorias	100 %	72,22%	72,22%
	IC 04.03 - Percentual de incidentes de segurança da informação (vulnerabilidade de sistemas)	(Incidentes de segurança com repercussão para o EB / Total de incidentes de segurança) x 100	100%	24,14%	24,14%
	IC 04.04 - Percentual de nacionalização das ferramentas utilizadas para atuação no espaço cibernético	(ferramentas nacionais utilizadas pelo ComDCiber - CIGE / total de ferramentas utilizadas pelo ComDCiber - CIGE) x 100	55 %	40%	72%
	IC 04.05 - Percentual de utilização do SMilDCiber nas Op Cj do MD e nos Exc de EE Mil/EB	(IC 04.05.1 + IC 04.05.2) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	100%
	IC 04.05.1 - Percentual de utilização da doutrina cibernética nas Op conjuntas	(nº de operações conjuntas com utilização da doutrina cibernética / total de operações conjuntas que solicitaram apoio ao SMDC) x 100	100 %	100%	100%
	IC 04.05.2 - Percentual de utilização da doutrina cibernética nos Exc dos EE Mil/EB	(Nº de exercícios dos EE com utilização da doutrina cibernética / total de exercícios dos EE que solicitaram apoio ao SMDC) x 100	100 %	100%	100%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IT 04.01 - Percentual de capacitação para atuar no espaço cibernético	(Nº de militares capacitados para atuar no ambiente cibernético / Nº de militares previstos) x 100	100 %	163,64%	163,64%
	IT 04.02 - Percentual de desenvolvimento doutrinário	(Nº de ações executadas para o desenvolvimento da doutrina / Nº de ações previstas) x 100	100 %	91,67%	91,67%
	IT 04.03 - Percentual de emprego da sistemática de acompanhamento doutrinário e lições aprendidas pelo ComDCiber	(Nº de operações realizadas com a utilização das lições aprendidas pelo ComDCiber / Nº de operações realizadas pelo ComDCiber) x 100	100 %	100%	100%
	IT 04.04 - Percentual de completamento do efetivo do ComDCiber, CDCiber e ENaDCiber	(efetivo existente / efetivo previsto) x 100	60%	36,59%	60,98%
	IT 04.05 - Percentual de construção da infraestrutura necessária ao funcionamento do ComDCiber, CDCiber e ENaDCiber	(Obras de infraestruturas executadas necessárias, ao funcionamento do ComDCiber, CDCiber e ENaDCiber / Obras previstas) x 100	60%	50%	83,33%
05	IR 05 - Índice de operacionalidade da F Ter	[(IC 05.01 x 50) + (IC 05.02 x 26) + (IC 05.03 x 30) + (IC 05.04 x 10) + (IC05. 05 x 4)] / 120	80%	--	83,95%
	IC 05.01 - Percentual de eficácia na prontidão	(IC05.01.1+IC05.01.2+IC05.01.3+IC05. 01.4+IC05.01.5+IC05.01.6+IC05.01.7) / 7	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	93,58%
	IC 05.01.1 - Percentual de eficácia da IIB	(Efetivo concludente da IIB / Efetivo matriculado) x 100	100%	98,44%	98,44%
	IC 05.01.2 - Percentual de eficácia da IIQ	(Efetivo concludentes da IIQ / Efetivo matriculado na IIQ) x 100	100%	96,55%	96,55%
	IC 05.01.3 - Percentual de eficácia do PAB- GLO	(Efetivo concludente do PAB GLO / Efetivo matriculado no PAB GLO) x 100	100%	94,75%	94,75%
	IC 05.01.4 - Percentual de eficácia do TAF	(Quantidade efetivo com B ou Superior / Quantidade de efetivo realizaram o TAF) x 100	100%	90,19%	90,19%
	IC 05.01.5 - Percentual de eficácia do TAT	(Quantidade de atiradores com B ou superior / Quantidade de atiradores realizaram o TAT) x 100	100%	83,47%	83,47%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 05.01.6 - Percentual de eficácia do PAB	(Quantidade de frações realizaram o PAB /Quantidade de frações previstas PAB) x 100	100%	92,77%	92,77%
	IC 05.01.7 - Percentual de utilização do software de C² em operações	(GU Logadas C²/Total de GU) x 100	100%	98,89%	98,89%
	IC 05.02 - Percentual de existência de material	Média dos seus indicadores de composição	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	66,74%
	IC 05.02.1 - Percentual de Vtr blindadas	(Existência disponível de Vtr / Previsto) x 100	100%	67,56%	67,56%
	IC 05.02.2 - Percentual de Vtr Op SR	(Existência disponível de Vtr / Previsto) x 100	100%	77,94%	77,94%
	IC 05.02.3 - Percentual de disponibilidade de aviação (Hlcp)	(Existência disponível de Hlcp / Previsto) x 100	80%	63,89%	79,86
	IC 05.02.4 - Percentual de fuzil	(Existência disponível de fuzis / Previsto) x 100	100%	76,65%	76,65%
	IC 05.02.5 - Percentual de obuseiros	(Existência disponível de obuseiros / Previsto) x 100	100%	65,24%	65,24%
	IC 05.02.6 - Percentual de defesa AAé	(Existência disponível de Def AAe / Previsto) x 100	80%	49,16%	61,45
	IC 05.03 - Percentual de efetivo existente nas Bda	(Efetivo existente/efetivo previsto no QCP) x 100	100%	67,57%	67,57%
	IC 05.04 - Percentual de recursos recebidos (munição)	(Recursos empregados / Recursos previsto) x 100	80%	91,58%	114,48%
	IC 05.05 - Percentual de recursos recebidos (combustível)	(Recursos empregados / Recursos previsto) x 100	80%	99,06%	123,83%
	IT 05.01 - Percentual de execução do programa SISOMT	(IT 05.01.1 + IT 05.01.2) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de tendência	--	12,39%
	IT 05.01.1 Percentual de entrega de módulos do Programa SISOMT	(Total de Módulos de Entrega realizados/Total de Módulos de Entrega previsto)x 100	100%	22,61%	22,61%
	IT 05.01.2 Percentual de recursos executados(investidos) no Programa SISOMT	(Total de Recursos Financeiros Executados (investido)/ Recursos Financeiros previstosna tranche) x 100	100%	2,17%	2,17%
06	IR 06 - Índice de efetividade do Sistema de Doutrina Militar Terrestre	(IC06.01 + IC06.02 + IC06.03) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	93,33%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 06.01 - Percentual de atualização da doutrina	(IC 06.01.1 + IC 06.01.2) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	100%
	IC 06.01.1 - Percentual de publicações doutrinárias elaboradas e difundidas	(Nº de publicações doutrinárias difundidas / Nº de publicações doutrinárias previstas para elaboração no PPDDMT)	100%	100%	100%
	IC 06.01.2 - Percentual de experimentações doutrinárias realizadas com sucesso	(Nº de experimentações doutrinárias realizadas com sucesso / Nº de experimentações doutrinárias realizadas) x 100	100%	100%	100%
	IC 06.02 - Percentual de reformulação de QO	(Nº de QO reformulados / Nº de QO previstos para reformulação) x 100	100%	80%	80%
	IC 06.03 - Percentual de CONDOP elaboradas	(Nº de CONDOP elaboradas / Nº de CONDOP previstas para elaboração) x 100	100%	100%	100%
	IT 06.01 - Percentual de análise de proposta de lições aprendidas	(análise das propostas aprovadas / propostas recebidas) x 100	100%	85%	85%
	IT 06.02 - Incremento do Nº de trabalhos de natureza profissional julgados, finalizados e considerados aproveitáveis pelo EME	(IT 06.02.1 + IT 06.02.2) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de tendência	--	50%
	IT 06.02.1 - Incremento do Nº de trabalhos de natureza profissional julgados, finalizados e considerados aproveitáveis pelo EME (oficiais)	[1 - (TNP considerados aproveitáveispelo EME em A -1 /TNP considerados aproveitáveis pelo EME em A)+1] x 100	10 %	0%	0%
	IT 06.02.2 - Incremento do Nº de trabalhos de natureza profissional julgados, finalizados e considerados aproveitáveis pelo EME (ST/Sgt)	[(TNP considerados aproveitáveis pelo EME em A-TNP considerados aproveitáveis pelo EME em A-1) / TNP considerados aproveitáveis pelo EME em A-1] x 100	100%	100%	100%
07	IR 07 - Percentual de Aprimoramento da Governança de TI	(IC07.01 + IC07.02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	50,01%
	IC 07.01 - Percentual de reorganização do SINFOEx	(IC 07.01.1+IC 07.01.2+IC 07.01.3+IC 07.01.04 + IC 07.01.05+ IC 07.01.06 +IC 07.01.07+ IC 07.01.8)/8	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	57,72%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 07.01.1 - Percentual das informações geográficas constantes no BDGEx	(Nº de informações geográficas inseridas no BDGEx/ Nº de informações geográficas previstas para serem inseridas no BDGEx) x 100	100 %	22,83%	22,83%
	IC 07.01.2 - Percentual das informações geográficas disponíveis no SIG	(Nº de informações geográficas disponíveis no SIG / Nº deinformações geográficas previstas para serem disponibilizadas no SIG) x 100	100 %	63,35%	63,35%
	IC 07.01.3 - Percentual das funcionalidades disponibilizas no SIGADEx	(Nº de funcionalidades disponibilizadas no SIGADEX / Nº de funcionalidades previstas para serem disponibilizadas no SIGADEX) x 100	100 %	71,25%	71,25%
	IC 07.01.4 - Percentual de sistemas corporativos migrados para o CDS	(Nº de sistemas corporativos migrados para o CDS / Nº de sistemas corporativos previstos para serem migrados para o CDS) x 100	100 %	33,33%	33,33%
	IC 07.01.5 - Percentual de sistemas corporativos migrados para o CITEx	(Nº de sistemas corporativos migrados para o CITEx / Nº de sistemas corporativos previstos para serem migrados para o CITEx) x 100	100%	35,25%	35,25%
	IC 07.01.6 - Percentual de requisitos do Sistema Integrador disponibilizados	(Nº de requisitos do Sistema Integrador disponibilizados / Nº de requisitos do Sistema Integrador previsto para serem disponibilizados) x 100	100%	96,67%	96,67%
	IC 07.01.7 - Percentual de requisitos do Sistema do Acompanhamento e Preparo disponibilizados	(Nº de requisitos do Sistema de Acompanhamento e Preparo disponibilizados / Nº de requisitos do Sistema de Acompanhamento e Preparo previsto para serem disponibilizados) X 100	100%	100%	100%
	IC 07.01.8 - % implantação da nova fase do SIGELEx	Relatório do projeto	100%	39,09%	39,09%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 07.02 - Percentual de aperfeiçoamento da infraestrutura do Sistema de Comando e Controle do Exército	(IC07.02.1+IC 07.02.2+IC07.02.3+IC07.02.4+IC07.02 .5+IC07.02.6+IC07.02.7+IC07.02.8+IC 07.02.9+IC07.02.10+IC07.02.11+IC 07.02.12)/12	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	42,30%
	IC 07.02.1 - Percentual de implantação do sistema FAC²TER	(Nº de sistemas FAC2TER implantados / Nº de sistemas FAC2TER previstos para serem implantados) x 100	100%	100%	100%
	IC 07.02.2 - Percentual de QDM das OM/EB mobiliados com o sistema de comunicação modernizados	(Nº de QDM das OM/EB mobiliados com sistemas de Com modernizados / total dos QDM das OM/EB) x 100	100 %	43,50%	43,50%
	IC 07.02.3 - Percentual de OM/EB com acesso direto à EBNET	(Nº de OM/EB com acesso direto à EBNET / Nº de OM/EB) x 100	100%	100%	100%
	IC 07.02.4 - Percentual de redução de incidentes de segurança da informação. (vulnerabilidade da infraestrutura)	[(Incidentes em A-1 - incidentes em A) / incidentes em A] x 100	100%	47,21%	47,21%
	IC 07.02.5 - Percentual de redução de incidentes de segurança da informação (vulnerabilidade dos sistemas)	[(Incidentes em A-1 - incidentes em A) / incidentes em A] x 100	100%	24,14%	24,14%
	IC 07.02.6 - Percentual de OM atendidas diretamente pela solução EBVoIP	(Nº de OM atendidas diretamente pela solução EBVolP / Nº total de OM) X 100	100%	17,86%	17,86%
	IC 07.02.7 - Percentual de dados e sistemas corporativos hospedados na Nuvem do EB	(Nº de sistemas corporativos hospedados na nuvem do EB /Nº de sistemas corporativos) x 100	100%	0,00	0,00
	IC 07.02.8 - Percentual de integração das bases de dados de interesse corporativo EBCORP	(Nº de bases de dados de interesse corporativo integradas na EBCORP/Nºtotal das bases de dadosde interesse corporativo) x 100	100%	75%	75%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 07.02.9 - Percentual de disponibilidade da infraestrutura de conectividade e hospedagem do SisTEx	(Nº de infraestrutura de conectividade e hospedagem do SisTEx disponíveis / total de infraestrutura de conectividade e hospedagem do SisTEx previstas para serem disponibilizadas) x 100	99%	100%	101%
	IC 07.02.10 - Percentual de OM do SisTEx adotando a reestruturação estabelecida	(Nº de OM do SisTEx que adotam a reestruturação estabelecida / Nº de OM do SisTEx) x 100	100%	0%	0%
	IC 07.02.11 - Percentual de OM que utilizam o sistema DC-EB	(Nº de OM que utilizam o sistema DC-EB / Nº de OM previstas para utilizar o sistema DC-EB) x 100	100%	0%	0%
	IC 07.02.12 - Percentual de obtenção da certificação ISO 20000 pelo SisTEx	(Nº de certificação ISO 20000 obtidas pelo SisTEx / Nº de vezes que a acreditação pela ISO 20000 foi solicitada pelo SisTEx	100%	0%	0%
	IT 07.01 - Percentual de processos definidos pela ISO 20000 implantados no SisTEx	(Nº de processos, definidos pela ISO 20000, implantados no SisTEx / Nº de processos, definidos pela ISO 20000, previstos para serem implantados no SisTEx) X 100	100%	3,47%	3,47%
	IT 07.02 - Percentual de usuários cadastrados nos serviços da nuvem do EB	(Nº de usuários cadastrados nos serviços da Nuvem do EB/Total de usuários a serem cadastrados nos serviços da Nuvem do EB) x 100	100%	12,12%	12,12%
08	IR 08 - Índice de efetividade do Sistema Logístico Militar Terrestre	(IC08.01 + IC08.02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	84,71%
	IC 08.01 - Percentual de disponibilidade de material	(IC 08.01.1 + IC 08.01.2 + IC 08.01.3) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	69,59%
	IC 08.01.1 - Percentual de disponibilidade de Vtr Bld	(Vtr Bld disponíveis / total de Vtr Bld previstas) x 100	100%	66,96%	66,96
	IC 08.01.2 - Percentual de disponibilidade de Vtr Op s/ rodas	(Vtr Op s/ rodas disponíveis / total de Vtr Op s/ rodas) / 100	100%	77,94%	77,94%
	IC 08.01.3 - Percentual de disponibilidade da Aviação	(Nº de aeronaves disponíveis / total de aeronaves) x 100	100%	63,89%	63,89

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 08.02 - Percentual de aquisição - COL	(recursos distribuídos / recursos previstos no COL) x 100	100%	99,83%	99,83%
	IT 08.01 - Percentual de RH capacitados em atividades logísticas	(IT 08.01.01+IT 08.01.02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de tendência	--	50%
	IT 08.01.1 - Percentual de Cmt nomeados participantes do estágio SISCOFIS	(Nº de Cmt nomeados participantes no estágio do SISCOFIS / Nº total de comandantes nomeados) x 100	100%	100%	100%
	IT 08.01.2 - Percentual de participantes do Estágio Conjunto de Catalogação	(Nº de participantes do estágio conjunto de capacitação / Nº de militares previstos para o estágio conjunto de capacitação) x 100	0%	0%	100%
	IT 08.02 - Percentual de implantação do Sistema Integrado de Gestão Logística (SIGL)	Relatório do projeto integrado de gestão logística	100%	68,52%	68,52%
09	IR 09 - Índice de efetividade do novo sistema de ciência, tecnologia e inovação do Exército	(IC09.01 + IC09.02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	63,33%
	IC 09.01 - Percentual de linhas de pesquisa, previstas no PCM, em andamento no SCTIEx	(Total de linhas de pesquisas, previstas no PCM, em andamento no SCTIEx / Total de linhas de pesquisas previstas no PCM) x 100	80%	61,11%	76,39%
	IC 09.02 - Percentual de PRODE desenvolvidas pelo SCITEx vinculados às linhas de pesquisa prevista no PCM	(Total de PRODE desenvolvidos no SCTIEx, em "A", alinhados com as linhas de pesquisas previstas no PCM / Total de PRODE desenvolvidos no SCTIEx, em "A") x 100	80%	40,21%	50,26%
	IT 09.01 - Percentual de congruência no aperfeiçoamento do QEM com as áreas de pesquisa previstas no PCM	(Total de QEM concludentes de pós-graduação, mestrado, doutorado alinhados com as áreas de pesquisa previstas no PCM/ Total de QEM concludentes de pós-graduação, mestrado, doutorado no SCTIEx) x100	80%	63,33%	79,16%
	IT 09.02 - Percentual de projetos estabelecidos no SCTIEx desenvolvidos em conjunto com a BID	(Total de PjtEstrt estabelecidos no SCTIEx, desenvolvidos em conjunto com a BID / Total de PjtEstrt estabelecidos no SCTIEx) x 100	60%	48,98%	81,63%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IT 09.03 - Percentual de preenchimento dos cargos previstos do QEM no SCTIEx	(Total dos cargos preenchidos pelo QEM no SCTIEx / Total de cargos do QEM previstos no SCTIEx) x 100	90%	70,28%	78,08%
10	IR 10 - Índice de efetividade na gestão do bem público	(IC10.01 + IC10.02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	76,18%
	IC 10.01 - Percentual de execução do PEEx	(Nº de atividades impostas executadas no ano A / Nº de atividades impostas previstas para o ano A) x 100	100%	73,14%	73,14%
	IC 10.02 - Percentual de otimização da execução orçamentária e financeira	(IC10.02.1 + IC10.02.2) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	79,22%
	IC 10.02.1 - Percentual de execução orçamentária	(Total do crédito empenhado/ Total do credito autorizado) x 100	100%	66,77%	66,77%
	IC 10.02.2 - Percentual de execução financeira	(valor pago/ valor empenhado) x 100	100%	91,67%	91,67%
	IT 10.01 - Percentual de banco de dados integrados pelo EBCorp	(Nº de banco de dados integrados pelo EBCorp/ Total de banco de dados a integrar) x 100	100%	75%	75%
	IT 10.02 - Percentual de racionalização das estruturas administrativas	(Nº de estruturas Adm racionalizadas/ Nº total de estruturas Adm previstas para serem racionalizadas) x 100	90%	60,56%	67,28%
	IT 10.03 - Percentual de capacitação em metodologias de gestão	(Nº de militares capacitados / total de militares previstos para capacitação) x 100	100%	15%	15%
	IT 10.4 - Percentual de implantação da gestão de processos na Alta Administração	(Nº de processos implantados / Total de processos previstos para implantação) x 100	80%	67,31	85,38%
11	IR 11 - Índice de fortalecimento dos valores, dos deveres e da ética militar	(IC11.01 + IC11.02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	77,92%
	IC 11.01 - Incremento nas visitações aos espaços culturais do EB	(Nº visitas no ano A / Nº visitas previstas para 2022) x 100	75%	56,31%	75,08%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 11.02 - Percentual de militares envolvidos em ilícitos ou que tenham cometido transgressão que afete a honra pessoal, o pundonor ou o decoro da classe	(Nº de militares envolvidos em crime ou transgressão disciplinar grave / efetivo da Força) x 100	0,78%	0,63%	80,76%
	IT 11.01 - Percentual de carga horária de história militar e ética profissional militar	(carga horária de Hist Mil e Ética Prof Mil / carga Hor total) x 100	2,5%	2,66	106,4%
	IT 11.02 - Percentual de investimento em preservação do patrimônio histórico e cultural	(recursos alocados para investimento na preservação do patrimônio histórico e cultural / Total de recursos para investimento) x 100	0,10%	0,01	10%
	IT 11.03 - Incremento das ações para o fortalecimento dos valores, dos deveres e da ética militar	(Nº ações realizadas no Ano A / Nº ações previstas para 2022) x 100	40%	3,57	8,92%
12	IR 12 - Índice de efetividade do Sistema de Educação e Cultura	(IC12.01 + IC12.02 + IC12.03) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	99,77%
	IC 12.01 - Percentual de mapas funcionais elaborados	(Nº de mapas funcionais elaborados / total de mapas funcionais necessários, de acordo com o ensino por competências) x 100	100%	100%	100%
	IC 12.02 - Percentual de oficiais e sargentos com boa avaliação	(IC12.02.1 + IC12.02.2 + IC12.02.3) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	99,17%
	IC 12.02.1 - Percentual na competência Criatividade	(Nº de ex-discentes com avaliação, da competência Criatividade igual ou superior a "4" / total de ex-discentes avaliados) x 100	99,50	99,52%	101,03%
	IC 12.02.2 - Percentual na competência Liderança	(Nº de ex-discentes com avaliação, da competência Liderança igual ou superior a "4" / total de ex-discentes avaliados) x 100	99,50	98,80%	115%
	IC 12.02.3 - Percentual na competência Coragem Moral	(Nº de ex-discentes com avaliação, da competência Coragem moral igual ou superior a "4" / total de ex-discentes avaliados) x 100	99,50	99,20%	99,69%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 12.03 - Percentual de estruturação do Estb Ens	(Nº de Estbl Ens estruturados em decorrência das novas exigências / total de Estb Ens) x 100	96%	96,15%	100,15%
	IT 12.01 - Percentual de docentes titulados	(Nº de docentes titulados / total de docentes) x 100	70%	75,42%	107,74%
	IT 12.02 - Incremento dos intercâmbios firmados	(Nº de intercâmbios firmados A / Nº de intercâmbios previstos para 2022) x 100	40%	58,96%	73,70%
13	IR 13 - Índice de fortalecimento da dimensão humana	(IC13.01 + IC13.02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	73,45%
	IC 13.01 - Valorização da profissão militar	(IC 13.01.1 + IC 13.01.2x2 + IC13.01.3x2) / 5	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	71,07%
	IC 13.01.1 - Percentual de satisfação do usuário com a sistemática de valorização do desempenho	Resultado da pesquisa	80%	71,51%	89,38%
	IC 13.01.2 - Incremento na relação candidato/vaga nos EE EB	(IC 13.01.2.1 x 2 + IC 13.01.2.2) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	40%
	IC 13.01.2.1 - Incremento na relação candidato/vaga nos EE EB, na linha bélica.	[(Relação candidatos vagas no Ano A - Relação candidatos vagano ano A-1) / relação candidato vaga no ano A-1] x 100	10%	- 8%	-80%
	IC 13.01.2.2 - Incremento na relação candidato/vaga nos EE EB, na linha técnica.	[(Relação candidatos vagas no Ano A- Relação candidatos vagas no Ano A-1)/Relação candidato vaga no Ano A-1]x 100	10%	24%	240%
	IC 13.01.3 - Nº de militares que solicitaram demissão do serviço ativo	[1-(Nº de evasões no ano A/30)+1] x100	Menor que 30	34%	113%
	IC 13.02 - Qualidade de vida da família militar	(IC13.02.1x2 + IC13.02.2x2 + IC13.02.3 + IC13.02.4x2 + IC13.02.5 + IC13.02.6) / 9	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	75,82%
	IC 13.02.1 - Percentual de militares de carreira que ocupam PNR	(IC 13.02.1.1 + IC 13.02.1.2 + IC 13.02.1.3) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	36,33%
	IC 13.02.1.1 - Percentual de Oficiais Superiores que ocupam PNR	(Nº total de Oficiais Superiores ocupantes de PNR / Nº total de Oficiais Superiores da ativa) x 100	80%	45%	56,25%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IC 13.02.1.2 - Percentual de Capitães e Tenentes de carreira que ocupam PNR	(Nº total de Capitães e Tenentes ocupantes de PNR / Nº total de Capitães e Tenentes da ativa) x 100	60 %	37%	61,66%
	IC 13.02.1.3 - Percentual de Subtenentes e Sargentosde carreira que ocupam PNR	(Nº total de Subtenentes e Sargentos ocupantes de PNR/Nº total de Subtenentes e Sargentos da ativa) x 100	50 %	27%	54%
	IC 13.02.2 - Percentual de atendimento à Família Militar no Sistema Colégio Militar do Brasil	(Nº de matriculas atendidas do sorteio / Nº de matriculas solicitadas para sorteio) x 100	90%	93%	103,33%
	IC 13.02.3 - Percentual de satisfação do público interno com áreas de lazer e Meios de Hospedagem do Exército	(IC13.02.3.1 + IC13.02.3.2) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	76%
	IC 13.02.3.1 - Percentual de satisfação do público interno com áreas de lazer do Exército	Apuração dos níveis de satisfação obtidos por meio de pesquisa junto aos usuários do sistema	50%	27%	54%
	IC 13.02.3.2 - Percentual de satisfação do público interno com Meios de Hospedagem do Exército	Apuração dos níveis de satisfação obtidos por meio de pesquisa junto aos usuários do sistema	80%	71%	88,75%
	IC 13.02.4 - Percentual de satisfação com a qualidade do atendimento à saúde	Apuração dos níveis de satisfação obtidos por meio de pesquisa junto aos usuários do sistema	80%	71%	88,75%
	IC 13.02.5 - Percentual de satisfação dos militares da reserva e civis aposentados com o Projeto de preparação para a reserva e aposentadoria (PPREB).	Apuração dos níveis de satisfação obtidos por meio de pesquisa junto aos militares da reserva e civis aposentados	95%	67%	70,52%
	IC 13.02.6 - Percentual de satisfação dos inativos militares e servidores civis com o atendimento nas SIP das OPIP	Apuração dos níveis de satisfação obtidos por meio de pesquisa junto aos inativos militares e servidores civis	90%	71%	79%
	IT - 13.01 Percentual de Implantação do SISCOGEP	(Realizado / Previsto) x 100	20%	11%	55%
	IT - 13.02 Nº de PNR disponibilizados	(Nº PNR disponibilizado em A / Meta) x 100	190	274,74	144,60%

OEE	Indicador	Fórmula de Cálculo	Metas 2018	Realizado 2018	Desempenho 2018
	IT - 13.03 Percentual de remuneração média dos militares em relação às carreiras do funcionalismo federal da Adm Direta	(Rem média dos Mil profissionais / Rem média do funcionalismo federal) x 100	90%	60,70%	67,44%
14	IR 14 - Índice de ampliação da integração do Exército à sociedade	(IC14. 01x2 +IC14. 02) / 3	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	103,71%
	IC 14.01 - Percentual de credibilidade do EB junto aos formadores de opinião	Apuração dos níveis de credibilidade obtidos por meio de pesquisa junto aos formadores de opinião	75%	79,20%	106%
	IC 14.02 - Percentual de credibilidade do EB junto à população brasileira	Pesquisa de opinião	81%	80,30%	99,13%
	IT 14.01 - Índice de inserções positivas na mídia	Apuração do Nº de inserções na mídia em relação ao total de inserções	50%	34%	68%
15	IR 15 - Índice de maximização de recursos orçamentários e de outras fontes	(IC15. 01+ IC15. 02) / 2	100% do desempenho de seus indicadores de composição	--	84%
	IC 15.01 - Percentual de atendimento das necessidades orçamentárias	(PPO inicial / LOA) x 100	60%	25,86%	43%
	IC 15.02 - Incremento de recursos provenientes de destaques	(RcsDest no ano / RcsDestPrev 2022) x 100	75%	93,83%	125%
	IT 15.01 - Percentual de credibilidade do EB junto aos formadores de opinião	Resultado da POP	75%	79,20%	105%
	IT 15.02 - Incremento de Rcs provenientes de emendas parlamentares	(RcsEmdParl no ano / RcsEmdParlPrev no ano) x 100	100%	12,02%	12,02%
	IT 15.03 - Percentual de contingenciamento do orçamento	(meta / percentual contingenciado) x 100	2%	0%	0%

Fonte: EME

4.4 AVALIAÇÃO EQUILIBRADA DOS OBJETIVOS ALCANÇADOS E DO DESEMPENHO EM RELAÇÃO ÀS METAS

O modelo de planejamento estratégico, a partir do Mapa Estratégico, para a Transformação do Exército tem apresentado uma avaliação mínima satisfatória, com desempenho entre 60% e 80% com relação às metas estipuladas para cada Objetivo Estratégico. A despeito de uma execução orçamentária com restrições dos Programas e Projetos Estratégicos, alguns fatores intervenientes vêm contribuindo com esse desempenho, como a ação gerencial para conciliar a estrutura matricial peculiar em projetos com a estrutura departamental do Exército; a transversalidade nos planejamentos setoriais e dos Comandos Militares de Área com os Programas Estratégicos; e o planejamento antecipado da aplicação dos créditos orçamentários, baseados em cenários de disponibilidade orçamentária.

4.5 MONITORAMENTO DE METAS NÃO ALCANÇADAS

A diminuição da arrecadação fiscal das contas públicas com as restrições orçamentárias e a baixa disponibilização de emendas parlamentares direcionadas ao Comando do Exército, devido ao quadro de recessão econômica vivenciado pelo País, tem sido o principal desafio para o atingimento dos objetivos propostos. As restrições dos valores repassados, invariavelmente aquém das necessidades planejadas, têm levado à postergação os prazos propostos nos escopos e a necessária adequação dos Programas.

A realização das reuniões de Monitoramento e Controle, assim como de Análise da Estratégia do Exército, permitem o aferimento de ações que propiciam a melhoria contínua dos desempenhos dos objetivos estratégicos. Frutos dessas reuniões já foram reajustadas as árvores de indicadores dos OEE 02, OEE 03, OEE 04, OEE 07, OEE 09, OEE 12 e OEE 14.

4.6 JUSTIFICATIVAS PARA O RESULTADO

IT01_01 - Percentual de execução do Programa Astros 2020; **IT01_04**- Percentual de execução do Programa Guarani; **IT01_05**- Percentual de execução do Programa SISFRON – impactados pela redução da dotação orçamentária, pelo contingenciamento e pelo atraso na liberação dos recursos no exercício financeiro, implicando a reprogramação da meta física do Programa, não se alterando as metas pactuadas para o indicador.

IC 02.01.2 - Incremento nas participações em Atv Internacionais - as atividades internacionais englobam as participações de militares enquadrados nos Planos de Visitas e Atividades às Nações Amigas que foram impactados nos seus planejamentos pela disponibilidade orçamentária.

IC 02.01.3 - Incremento em entendimentos de cooperação - os entendimentos de cooperação entre o Exército Brasileiro e os demais exércitos de Nações Amigas são realizados por meio de Conferências Bilaterais, em comum interesse de periodicidade, considerando-se o volume e as especificidades dos assuntos de interesse manifestados pelos envolvidos na troca de intercâmbios; alguns entendimentos de cooperação podem ser realizados a cada dois anos, à exemplo do que ocorre com o Reino Unido e Portugal, expressando um decréscimo no incremento, o que não expressa em sua essência um fator negativo, tendo em vista que novas conferências bilaterais foram executadas em obediência a um calendário já pré-estabelecido.

IC02_03.4 - Incremento de missões diplomáticas fixas – o esforço na busca do estabelecimento ou o incremento de missões diplomáticas fixas, o qual poderá ser viabilizado, entre outros, pela ampliação das Aditâncias, resulta de estudo pormenorizado que envolve demais atores de representatividade na esfera federal, entre os quais o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa e o Governo Federal. Em 2018, foi estabelecido um Grupo de Trabalho com a missão de analisar e avaliar a possibilidade de redistribuição e ampliação do número de Aditâncias, tendo como um dos resultados a criação nos Emirados Árabes Unidos e no Canadá.

IT 02.01 - Prontidão do EB para atuar como Força Expedicionária – a constituição, adestramento e manutenção de uma Força Expedicionária está vinculada às Forças de Prontidão (FORPRON), seguindo a metodologia e cronograma a serem aplicados quando da implantação do Sistema de Prontidão Operacional, ainda em fase de desenvolvimento.

IT 02.02 - Prontidão do EB para atuar nas Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas - a preparação de forças para atuar em missões de paz segue em desenvolvimento de parâmetros para a seleção, a estruturação e o preparo de Organizações Militares de Força de Paz colocadas à disposição do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção da Paz das Nações Unidas, segundo índices de avaliação da ONU, sendo um Batalhão de Infantaria de Força de Paz e experimentação doutrinária.

IC 03.01 - Percentual de OM reestruturadas com a Cpcd para atuar sob a égide do trinômio monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação – há redundância do indicador com o **IT 03.01** Percentual de implantação do Programa SISFRON, uma vez que a própria execução do referido Programa conduz à reestruturação das OM que geram a capacidade para atuar sob a égide do trinômio monitoramento/controle, apoio à decisão e apoio à atuação; o IC 03.01 será substituído na árvore de indicadores pelo **IT 03.01**.

IC 04.03 e IC 07.02.05 - Percentual de redução de incidentes de segurança da informação (vulnerabilidade sistemas) – foi verificada a incompatibilidade das metas estabelecidas anualmente na Ficha de Qualificação do Indicador (FQI), demandando que as mesmas sejam revistas e escalonadas para traduzirem com maior fidedignidade as questões operacionais e financeiras.

IT 05.01.1 - Percentual de Entrega de módulos do Programa SISOMT, IT 05.01.2 Percentual de Recursos executados (investidos) no Programa SISOMT e **IT 05.01** - Percentual de execução do programa SISOMT – impactados pela redução da dotação orçamentária, pelo contingenciamento e pelo atraso na liberação dos recursos no exercício financeiro, implicando a reprogramação da meta física do Programa, não se alterando as metas pactuadas para os indicadores.

IC 07.01.01- Percentual das informações geográficas constantes no BDGEx – as informações inseridas no Banco de Dados Geográficos do Exército são originadas, entre outras, do mapeamento de interesse nacional, realizado por meio de convênios com Estados; haja vista a não concretização de convênios considerados no planejamento anual, houve a frustração das informações inseridas frente a previsão de inserção.

IC 07.01.04 - Percentual de Sistemas Corporativos migrados para o CDS e **IC 07.01.05** - Percentual de Sistemas Corporativos migrados para o CITEx - as atividades para a apuração de ambos os indicadores são correlatas e foram comprometidas pelo atraso no cronograma do projeto de racionalização das infraestruturas de TIC dos órgãos do QGEx, considerando entraves alfandegários na importação de equipamentos e consequentemente instalações dos mesmos, assim como erros de lógica na preparação e configuração da migração dos sistemas.

IC 07.01.08 - Percentual de implantação da nova fase do SIGELEx– impactado pela redução da dotação orçamentária, pelo contingenciamento e pelo atraso na liberação dos recursos no exercício financeiro.

IC 07.02.05 - Percentual de redução de incidentes de segurança da informação (vulnerabilidade sistemas) e **IC 07.02.06** - Percentual de OM atendidas diretamente pela Solução EBVoIP – foi verificada a incompatibilidade das metas estabelecidas anualmente, demandando que as mesmas sejam revistas e escalonadas para traduzirem com maior fidedignidade as questões operacionais e financeiras.

IC 07.02.07- Percentual de dados e sistemas corporativos hospedados na Nuvem do EB – a apuração foi comprometida tendo em vista a vinculação do indicador com a racionalização das infraestruturas de TIC dos órgãos do QGEx, que, com o atraso do projeto relacionado à racionalização, impõe a apuração do indicador a partir do aumento do desempenho do projeto.

IC 07.02.10 - Percentual de OM do SisTEx adotando a reestruturação estabelecida – o indicador se mostrou inexequível pelo complexidade de critérios para apuração dos resultados, estando em estudo e análise a reestruturação do mesmo ou substituição por outro parâmetro.

IC 07.02.11 - Percentual de OM que utilizam o Sistema DC-EB – o indicador se mostrou inexequível pela complexidade de critérios para apuração dos resultados, estando em estudo e análise a reestruturação do mesmo ou substituição por outro parâmetro.

IC 07.02.12 - Percentual de obtenção da certificação ISO 20000 pelo SisTEx – o indicador se mostrou inexequível pela complexidade de critérios para apuração dos resultados, estando em estudo e análise a reestruturação do mesmo ou substituição por outro parâmetro.

IT 07.01 - Percentual de processos definidos pela ISO 20000 implantados no SisTEx e **IT 07.02** - Percentual de usuários cadastrados nos serviços da Nuvem do EB – indicadores correlatos que apresentaram complexidade de critérios para apuração de resultados, demandando estudos em andamento para revisão da metodologia de medição ou reestruturação do próprio indicador.

IT 10.03 - Percentual de capacitação em metodologias de gestão – as capacitações ainda sofrem consequências pela interrupção do contrato com a Fundação que geria a execução das mesmas, sendo absorvida a demanda por estrutura própria do Sistema de Educação e Cultura do Exército, ainda em processo de implantação.

IT 11.02 - Percentual de investimento em preservação do Patrimônio histórico e cultural – impactado pela redução da dotação orçamentária, pelo contingenciamento e pelo atraso na liberação dos recursos no exercício financeiro.

IT 11.03 - Incremento das ações de fortalecimento dos valores, deveres e ética militar – em análise qualitativa para apuração dos elementos essenciais para o desempenho do indicador.

IC 13.01.2.1 - Incremento na relação candidato/vaga nos EE EB na área bélica – em análise qualitativa para apuração dos elementos essenciais para o desempenho do indicador.

IC15_01 - Percentual de atendimento das necessidades orçamentárias culturais – impactado pela redução da dotação orçamentária, pelo contingenciamento e pelo atraso na liberação dos recursos no exercício financeiro.

IT 15.02 - Percentual de incremento de recursos provenientes de emendas parlamentares: as restrições orçamentárias observadas no ano em questão, decorrentes da diminuição da arrecadação fiscal das contas públicas, acarretaram baixa disponibilização de emendas parlamentares direcionadas ao Comando do Exército.

IT 15.03 - Percentual de contingenciamento do orçamento: a meta de arrecadação fiscal do Governo Federal para o ano em questão mostrou-se aquém dos planejamentos iniciais, devido ao quadro de recessão econômica vivenciado pelo País. Outrossim, a própria deterioração das contas públicas consequentes da baixa arrecadação fiscal, somadas ao contingenciamento dos gastos públicos e a limitação dos mesmos, levaram o governo federal a tomar medidas de cortes do orçamento público, com reflexos para o Comando do Exército.

4.7 PERSPECTIVA PARA OS PRÓXIMOS EXERCÍCIOS

As perspectivas de melhorias das contas públicas apresentam-se desfavoráveis com a continuidade do quadro de recessão econômica vivenciado pelo País. Vislumbra-se a continuidade de restrições orçamentárias, assim como a baixa disponibilização de emendas parlamentares direcionadas ao Comando do Exército, continuará sendo o principal desafio para o atingimento dos objetivos propostos no planejamento estratégico. A manutenção da postergação dos prazos propostos nos escopos e adequação dos Programas permanece como um viés de mitigação da conjuntura apresentada.

5. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO

5.1 ESTRATÉGIA PARA ALCANÇAR OS PRINCIPAIS OBJETIVOS DA UPC E PLANOS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS PARA IMPLEMENTAR ESSA ESTRATÉGIA NO EXERCÍCIO

A principal estratégia para concretizar os objetivos estratégicos consubstanciados no PEEx foi promover o alinhamento estratégico em todos os níveis da Instituição, vinculando em uma ordem lógica decrescente em escopo do tipo *topdown*, desde o PPA 2016 – 2019, passando pela LOA de cada exercício, o PEEx, os planos estratégicos setoriais, até os planos de gestão das OM, uniformizando os normativos legais e infralegais que promovem a realização da estratégia, atingindo toda a estrutura organizacional do EB

Essa ordenação normativa estratégica permitiu a alocação e a gestão orçamentária da UPC em perfeita sintonia com os objetivos maiores definidos no PEEx, que por serem monitorados e controlados, suscitaram ao longo do ano os diversos ajustes realizados nos momentos de revisão do PPA e acompanhamento da LOA, por intermédio do SIOP, conforme o calendário orçamentário anual, tanto nos aspectos qualitativos pertinentes como no quesito quantitativo, tudo com a finalidade de tornar a execução do orçamento mais eficaz e efetiva no tocante ao atendimento dos objetivos propostos e o alcance dos resultados pretendidos.

5.2 DEMONSTRAÇÃO DA EFICIÊNCIA E DA CONFORMIDADE LEGAL DE ÁREAS RELEVANTES DE GESTÃO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O ALCANCE DOS RESULTADOS DA UPC NO EXERCÍCIO, ASSIM COMO PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

Serão explicitados a seguir os dados demonstrativos da eficiência e da conformidade referentes às seguintes áreas: gestão orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e infraestrutura, gestão de tecnologia da informação, gestão de custos e sustentabilidade ambiental.

5.2.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Quadro 14 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

UO	DESCRIÇÃO UO	ANO	ODS	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS
52121	COMANDO DO EXERCITO	2018	COLOG	20XK	LOGISTICA MILITAR TERRESTRE	363.372.570,13	281.470.526,19	81.902,043,94	277.171.325,74	4.749.889,99
				2919	REGISTRO E FISCALIZACAO DE PRODUTOS CONTROLADOS	7.271.744,71	6.462.268,76	809.475,95	6.435.494,16	118.474,78
				TOTAL		370.644.314,84	287.932.794,95	82.711.519,89	283.606.819,90	4.868.364,77
			COTER	4450	APRESTAMENTO DO EXERCITO	30.000.312,86	21.704.537,96	8.295.774,90	21.516.261,20	450.120,40
				TOTAL		30.000.312,86	21.704.537,96	8.295.774,90	21.516.261,20	450.120,40
			DCT	20XE	MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE COMANDO E CONTROLE DO EXERCITO	57.499.169,18	32.681.467,93	24.817.701,25	32.385.741,13	2.532.471,60
				20XJ	DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DO EXERCITO	21.595.651,34	10.188.781,79	11.406.869,55	10.159.313,30	216.828,84
				2A82	PRESTACAO DE ENSINO DE GRADUACAO E POS-GRADUACAO	9.753.595,94	4.595.906,38	5.157.689,56	4.588.827,18	27.402,14
				TOTAL		88.848.416,46	47.466.156,10	41.382.260,36	47.133.881,61	2.776.702,58
			DEC	20PY	ADEQUACAO DE ORGANIZACOES MILITARES DO EXERCITO	56.498.840,07	26.621.125,65	29.877.714,42	25.611.691,32	1.000.542,92
				20XH	REALIZACAO DE ACOES DE COOPERACAO DO EXERCITO	28.192.088,28	10.104.599,51	18.087.488,77	9.552.025,76	30.365,00
				20XK	LOGISTICA MILITAR TERRESTRE	4.796.800,45	1.876.469,09	2.920.331,36	1.835.377,36	49.004,46
				2911	MODERNIZACAO DAS ORGANIZACOES MILITARES DE ENGENHARIA	16.101.700,03	9.848.521,96	6.162.178,07	9.783.563,48	104.042,10
				TOTAL		105.589.428,83	48.450.716,21	57.047.712,62	46.782.657,92	1.183.954,48
			DECEX	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	4.446.338,62	3.361.013,96	1.085.324,66	3.361.013,96	119.668,82
				20XM	PRESTACAO DE ENSINO ASSISTENCIAL NOS COLEGIOS MILITARES	12.551.432,05	11.140.152,53	1.411.279,52	10.986.069,59	259.018,08

UO	DESCRIÇÃO UO	ANO	ODS	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS
52121	COMANDO DO EXERCITO	2018	DECEX	8965	CAPACITACAO PROFISSIONAL MILITAR DO EXERCITO BRASILEIRO	64.847.114,15	51.626.812,22	13.220.301,93	49.652.386,81	1.437.750,51
				TOTAL		81.844.884,82	66.127.978,71	15.716.906,11	63.999.470,36	1.816.437,41
			DGP	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	885.428,89	729.535,68	155.893,21	729.535,38	3.212,20
				20XL	SAUDE EM OPERACOES MILITARES	1.776.523,00	792.394,26	984.128,74	792.394,26	
				216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	48.587.215,94	48.587.215,94		48.587.215,94	
				2522	PRODUCAO DE FARMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERAPICOS	2.399.660,16	569.308,36	1.830.351,80	569.308,36	
				2900	SELECAO PARA O SERVICO MILITAR E APRESENTACAO DA RESERVA	8.013.409,99	6.668.406,25	1.345.003,74	6.637.381,06	46.612,68
				TOTAL		61.662.237,98	57.346.860,49	4.315.377,49	57.315.835,00	49.824,88
			EME	13DB	AQUISICAO DE SISTEMAS DE ARTILHARIA ANTIAEREA	38.737.538,28	35.024.189,28	3.713.349,00	35.022.787,90	20.249,05
				147F	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE DEFESA CIBERNETICA	20.351.612,27	10.393.805,61	9.957.806,66	10.029.081,31	526.253,36
				14LW	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE DEFESA ESTRATEGICO ASTROS 2020	178.612.793,92	98.005.194,81	80.607.599,12	97.989.905,71	90,00
				14T4	IMPLANTACAO DO PROJETO GUARANI	368.058.858,80	214.621.280,10	153.437.578,70	214.619.128,80	63.563.055,18
				14T5	IMPLANTACAO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONT	315.329.816,90	94.328.450,70	221.001.366,20	93.766.477,93	979.405,13
				14T6	IMPLANTACAO DO PROGRAMA ESTRATEGICO DE PROTECAO DA SOCIEDADE	7.999.987,39	4.203.004,66	3.796.982,73	4.183.610,66	39.000,00
				156M	MODERNIZACAO ESTRATEGICA E OPERACIONAL DO EB	91.435.846,05	37.042.366,03	54.393.480,02	34.649.941,02	1.203.882,37

UO	DESCRIÇÃO UO	ANO	ODS	AÇÃO	DESCRIÇÃO DA AÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RPNP	DESPESAS PAGAS	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS
52121	COMANDO DO EXERCITO	2018	EME	156N	OBTENCAO DE MEIOS DO EXERCITO	106.544.736,71	67.957.399,73	38.587.336,98	67.948.930,77	6.120,00
				3138	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE AVIACAO DO EXERCITO	84.587.587,68	70.518.921,35	14.068.666,33	64.450.419,51	
				4450	APRESTAMENTO DO EXERCITO	81.023.835,56	61.842.028,04	19.181.807,52	61.584.243,55	1.324.545,43
				TOTAL		1.292.682.613,56	693.936.640,31	598.745.973,26	684.244.527,16	67.662.600,52
			GAB CMT	2866	ACOES DE CARATER SIGILOSO	5.863.196,27	5.270.926,42	592.269,85	5.006.691,58	21.289,57
				4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PUBLICA	1.579.861,63	1.386.156,32	193.705,31	1.363.256,57	
				TOTAL		7.443.057,90	6.657.082,74	785.975,16	6.369.948,15	21.289,57
			SEF	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	331.464.898,19	284.814.334,73	46.650.563,46	281.153.450,39	7.051.695,02
				TOTAL		331.464.898,19	284.814.334,73	46.650.563,46	281.153.450,39	7.051.695,02
			TOTAL DA UO CMDO EX			2.370.180.165,44	1.514.437.102,20	855.652.063,25	1.492.122.851,69	85.880.989,63
52921	FUNDO DO EXÉRCITO	2018	TOTAL DA UO FEX			538.742.703,78	356.767.810,00	181.974.893,78	353.452.625,95	7.297.272,72
TOTAL GERAL						2.908.922.869,22	1.871.204.912,20	1.037.626.957,03	1.845.575.477,64	93.178.262,35

Fonte: EME

5.2.2 GESTÃO DE PESSOAS

A Diretriz de Pessoal do EB 2016-2022 (EB20-D-01.028) enfatizou a necessidade de fortalecimento da Dimensão Humana da Força, por meio de ações inovadoras, que possam ATRAIR, RETER e MOTIVAR os recursos humanos, capazes de possibilitar à Instituição o alcance de suas metas e o cumprimento de suas missões, tendo a meritocracia como esteio da progressividade das carreiras.

O DGP, em conformidade com as políticas e diretrizes estratégicas elaboradas pelo EME , é o ODSque tem a missão de planejar, orientar, coordenar e controlar as atividades de pessoal, visando a assegurar as condições para o cumprimento das missões constitucionais do Exército.

5.2.2.1 Conformidade Legal

Servidores Civis

Para assegurar o cumprimento da Lei nº 8.112/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais) e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, são observados o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e órgãos de controle, em especial as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão / MP, Órgão Central doSistema de Pessoal Civil da Administração Federal(SIPEC), hoje integrante do Ministério da Economia.

Militares

A gestão do pessoal militar segue basicamente a seguinte legislação:

Quadro 15 – Legislação Básica para Gestão do Pessoal

Dispositivo	Aplicação
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Constituição Federal
Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964	Lei do Serviço Militar
Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966	Regulamento da Lei do Serviço Militar
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.	Estatuto dos Militares
Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967	Dispõe sobre a prestação do Serviço Militar pelos estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários em decorrência de dispositivos da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964
Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972	Dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das FA (LPOAFA)
Decreto nº 3.998, de 5 de outubro de 2001	Regulamenta, para o Exército, a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa das FA
Decreto nº 4.853, de 3 de outubro de 2003	Regulamento de Promoções de Graduados - (R-196)
Decreto nº 3.998, de 5 de outubro de 2001	Regulamenta, para o Exército, a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos Oficiais da Ativa das FA
Decreto nº 4.853, de 3 de outubro de 2003	Regulamento de Promoções de Graduados - (R-196)
Decreto nº 90.116, de 29 de agosto de 1984	Regulamenta o ingresso e a Promoção no Quadro

Dispositivo	Aplicação
	Auxiliar de Oficiais (QAO) e dá outras providências (RIPQAO)
Decreto nº 4.502, de 9 de dezembro de 2002	Aprova o Regulamento para o Corpo de Oficiais da Reserva do Exército - R-68
Portaria nº257 – Cmt Ex, de 30 de abril de 2009	Aprova as IG para a Prorrogação do Tempo de Serviço Militar de Cabos e Soldados (IG10-06)
Portaria nº 462 – Cmt Ex, de 21 de agosto de 2003	Aprova as IGpara a Convocação, os Estágios, as Prorrogações de Tempo de Serviço, as Promoções e o Licenciamento dos Integrantes da Reserva de 2ª Classe (IG 10-68)
Portaria nº 311 – EME, de 17 de dezembro de 2018	Aprova a Diretriz para a Formação, Classificação e Controle de Terceiros-Sargentos Combatentes Temporários e de Terceiros-Sargentos Intendentes Temporários no Exército (EB20-D-01.069)

Fonte: EME

Além da legislação acima apresentada, as reuniões de Grandes Comandos de Pessoal, realizadas anualmente, proporcionam a priorização de recursos, discussão e esforços em processos que geram maiores riscos. Em 2018, o DGP realizou auditorias por intermédio das Viagens de Orientação Técnica (VOT) e de videoconferências, bem como por meio das Inspetorias de Saúde. Em novembro, o DGP apresentou as metas e melhorias, e realizou a assinatura do Contrato de Objetivos, bem como destacou as boas práticas apresentadas durante o ano.

5.2.2.2 Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de lotação

Militares

Quadro 16 - Efetivos da ativa por postos

Posto/Graduação	Efetivo
Gen Ex	17
Gen Div	62
Gen Bda	94
Cel	1708
Ten Cel	2156
Maj	3408
Cap	5694
1º Ten	10486
2º Ten	7424
Asp	1419
S Ten	6621
1º Sgt	6864
2º Sgt	13883
3º Sgt	20974
Cb	26759
Sd NB	53124
Sd EV	50286
T1	4
Cadetes	1307
Alunos	938
TOTAL	213.228

Fonte: DGP

Quadro 17 - Efetivos por tipo de OM

Tipo de OM	Efetivo
OM Operacional	146.772
OM Administrativa	66.456
TOTAL	213.228

Fonte: DGP

Quadro 18 - Efetivo por idade

Idade (anos)	Efetivo	Idade (anos)	Efetivo	Idade (anos)	Efetivo
18	1	35	2825	52	1151
19	33	36	3106	53	914
20	41771	37	3197	54	748
21	21439	38	3100	55	355
22	16583	39	2712	56	265
23	15841	40	2567	57	62
24	14287	41	2338	58	44
25	12068	42	2291	59	32
26	10406	43	2343	60	12
27	8803	44	2197	61	11
28	4409	45	2440	62	8
29	3170	46	3960	63	7
30	3093	47	3397	64	8
31	2844	48	2967	65	1
32	2814	49	2846	Não cadastrada	8
33	2895	50	2220		
34	2971	51	1604		
TOTAL	213.228				

Fonte: DGP

Quadro 19 - Efetivos por Situação funcional

Ativa	213.228
Inativos	70.795

Fonte: DGP

Quadro 20 - Efetivos por gênero

Masculino	Feminino	TOTAL
202.205	11.023	213.228

Fonte: DGP

Quadro 21 - Efetivo por cor da pele

Cor da pele	Efetivo
Não Informado	116.587
parda	15.443
branca	36.104
negra	603
morena	22.809
parda escura	4.067
TOTAL	213.228

Fonte: DGP

5.2.2.3 Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

O recrutamento no Exército é executado por meio de concursos públicos anuais para ingresso nas escolas de formações de oficiais de carreira e sargentos de carreira. As vagas são abertas tendo como base as necessidades de preenchimento de cargos vagos nas diversas especialidades, de forma regular e contínua, de acordo com o fluxo de carreira.

Em 2017, o Cmt Ex enfatizou, por intermédio da sua Diretriz Nº 07, que o efetivo deveria ser reduzido em 10%, em um planejamento de longo prazo até 2030. Assim, a tendência de aumento de efetivo foi revertida e verificou-se um decréscimo de 516 militares entre o efetivo fixado para o ano de 2017 e aquele fixado para 2019, o que representa redução da ordem de 0,23% do efetivo do EB.

Figura 51 – Variação dos Efetivos fixados em Decreto

Fonte: DOU e SPLE/1ª SCh/EME

Destaca-se que, desde 2017, o Exército reduziu o ingresso de oficiais e praças de carreira na Força. Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o número de matriculados foi reduzido de 500 para 440, enquanto que nas escolas de formação de sargentos esse número foi de 1.400 para 1.100 alunos, conforme se observa no quadro seguinte:

Quadro 22 – Matrículas nas Escolas Militares

Escola Militar	De	Para
AMAN	500	440
EsSA, EsLog, CIAvEx	1400	1100

Fonte: SPLE/1ª Subchefia EME

Alocação de pessoas

Militares

Os resultados alcançados, com relação à movimentação de militares (alocação), podem ser dimensionados na ação 212O. Foi executado em 2018 no Sistema de Planejamento e Execução Orçamentária (SIPEO) um valor de R$ 416.290.104,25 (quatrocentos e dezesseis milhões, duzentos e noventa mil, cento e quatro reais e vinte e cinco centavos). A movimentação de militares visa à alocação de pessoal para o nivelamento dos efetivos das OM, dentro das prioridades estabelecidas no Exército.

Servidores Civis

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, como previsto da Constituição Federal/88, na Lei nº 8.112/90 e no Decreto nº 6.944/09. A realização de concursos depende atualmente da autorização do Ministério da Economia. A alocação de servidores ocorre de acordo com as necessidades de cada carreira, com base nos Quadros de Lotação de Pessoal Civil

No Cmdo Ex, os servidores civis estão assim distribuídos:

Quadro 23 – Servidores Civis

Carreira	Efetivo Existente
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	3.801
Tecnologia Militar	746
Ciência e Tecnologia	273
Magistério - Ensino Básico Tecnológico	115
Magistério - Ensino Superior	202
Soma	5.137

Fonte: DGP.

Nos últimos anos, as necessidades não têm sido atendidas tendo em vista limitações para a realização de concursos, resultando na existência de um total de 6.794 (seis mil, setecentos e noventa a quatro) cargos vagos, de um total de 11.931 (onze mil, novecentos e trinta e um) cargos.

Pessoal militar temporário

A convocação para o Serviço Militar Inicial é feita por meio de divulgação em veículos de comunicação: TV, rádio, jornal e redes sociais, tanto em nível nacional como local.

Para o Serviço Militar Temporário, anualmente, com base no Decreto de efetivos para o Exército, são estabelecidos os limites de efetivos de militares temporários pelas 12 (doze) Regiões Militares (RM). Cada RM executa a seleção e incorporação dos militares temporários em sua área de responsabilidade.

Quanto ao serviço militar obrigatório, o alistamento on-line foi implantado em todo o território nacional e no exterior, a partir de 1º de janeiro de 2018. O cidadão alistado por este sistema poderá obter o Certificado de Alistamento Militar (CAM), gratuitamente, uma única vez, acessando a página eletrônica www.alistamento.eb.mil.br ou www.servicos.gov.br. Tal ferramenta desburocratizou e agilizou o processo em tela, contribuindo, inclusive, para o escopo de justificativas para a desativação de 8 (oito) Circunscrições de Serviço Militar, entre 2015 e 2017, e a previsão de desativação de outras 12 (doze), perfazendo vinte no total, no contexto da racionalização administrativa em curso no EB.

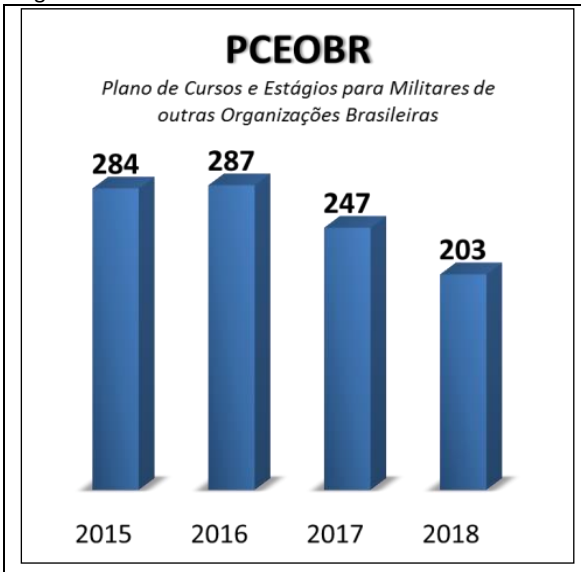
5.2.2.4 Capacitação: estratégia e números

Militares de carreira

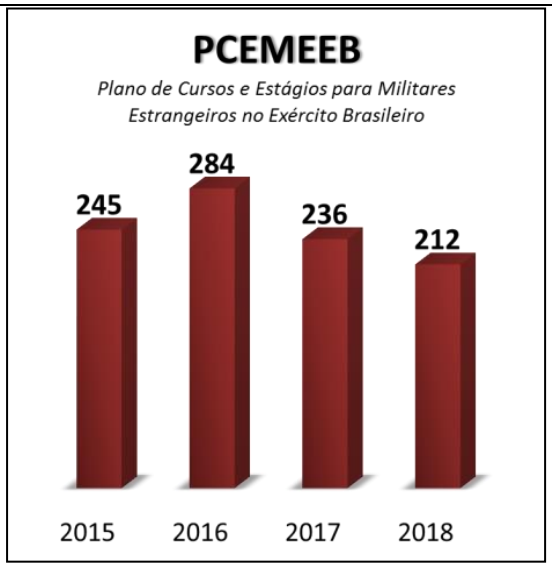
As capacitações dos militares do Exército objetivam a formação e o aperfeiçoamento do combatente, a formação do chefe militar para os diferentes níveis hierárquicos da carreira e a especialização de técnicos em áreas como: planejamento, engenharia nuclear, informática, medicina, hidrografia e outras.

Coerente com a Diretriz nº 07 do Cmt Ex, e alinhado com o estudo e implementação da racionalização referente à quantidade de vagas, tipo de ensino, duração e periodicidade dos cursos e estágios, houve racionalização das vagas dos cursos e estágios conforme se depreende nos gráficos abaixo:

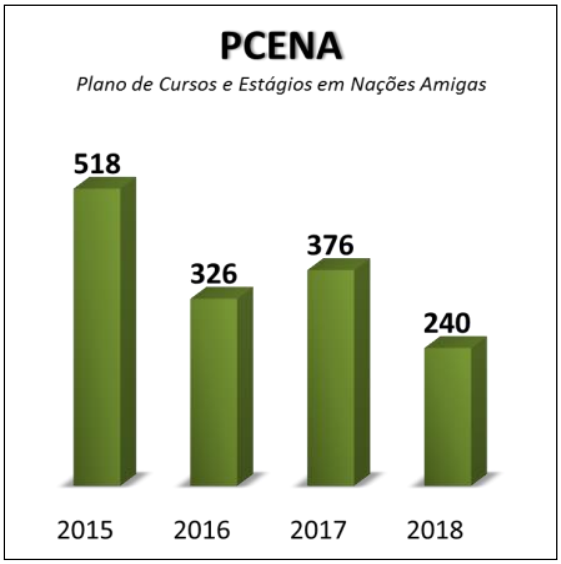
Figura 52 – Planos de Cursos



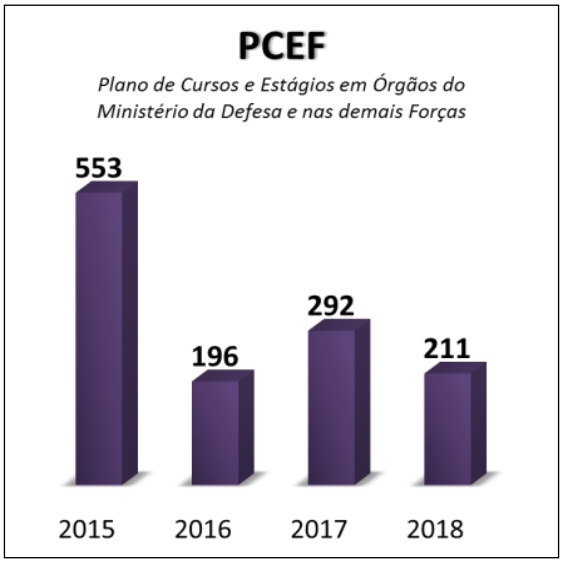
Redução de 28 % das vagas



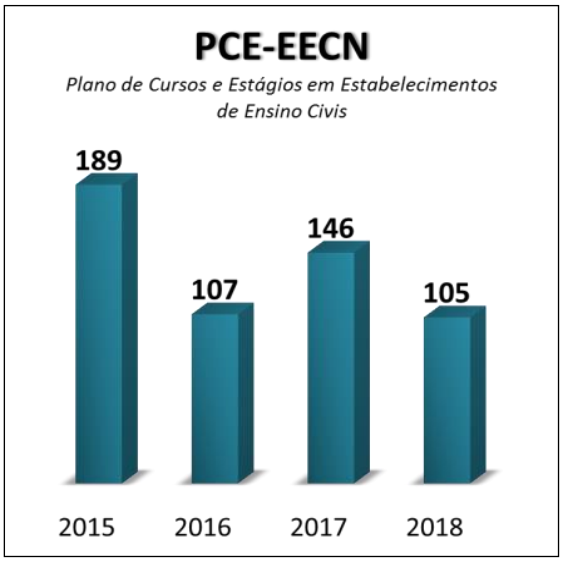
Redução de 14 % das vagas



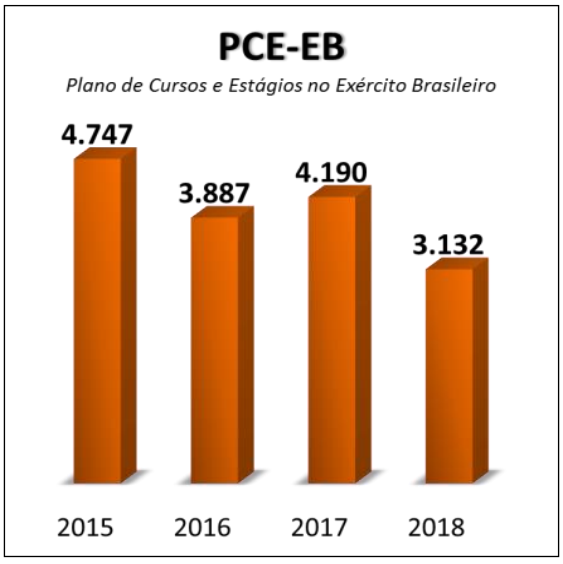
Redução de 54 % das vagas



Redução de 62 % das vagas



Redução de 45% das vagas



Redução de 35 % das vagas

Ao se comparar a quantidade de vagas entre o ano de 2015 e o de 2018, verifica-se que a racionalização redundou em uma diminuição de, aproximadamente, 37% das vagas.

Militares temporários

No Serviço Militar Temporário, os militares são capacitados por meio dos seguintes Cursos e Estágios: Estágio de Instrução e de Preparação para Oficiais Temporários (EIPOT); Estágio de Instrução Complementar (EIC); Estágio de Adaptação e Serviço (EAS); Estágio de Instrução e Serviço (EIS); Estágio de Instrução Complementar de Engenheiro Militar (EICEM); Estágio de Serviço Técnico (EST); Estágio Básico de Sargento Temporário (EBST); Curso de Formação de Sargento Temporário (CFST); Curso de Formação de Cabos (CFC); e Estágio Básico de Cabo Temporário (EBCT).

No Serviço Militar Inicial, o EB incorpora cerca de 70.000 (setenta mil) recrutas anualmente. Após a incorporação, o recruta passa por quatro fases de instrução: período individual básico, período individual de qualificação, adestramento básico e adestramento avançado.

Servidores Civis

O plano anual de capacitação é elaborado por meio do levantamento das necessidades gerais do Exército. No exercício de 2018, foram capacitados 167 (cento e sessenta e sete) servidores civis, lotados em cerca de 244 (duzentas e quarenta e quatro) OM distribuídas pelo território nacional em diversos eventos de capacitação, tais como: Congressos, Visitas de Orientação Técnica, Simpósios, Seminários, Palestras, Workshop e Cursos em diversas áreas. Mesmo assim, as possibilidades de capacitação estão aquém das necessidades. Tal situação decorre da insuficiência de recursos.

5.2.2.5. Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC.

Militares

O EB dispõe de um sistema formal de avaliação desde 1973. Buscando alinhar-se ao desenvolvimento teórico e metodológico ocorrido na área de recursos humanos, foram sendo feitas atualizações ao longo do tempo visando ao aperfeiçoamento do sistema.

A partir de 2008, esse sistema adotou a avaliação de desempenho por competências. A mudança trouxe mais precisão na identificação e observação dos comportamentos a serem avaliados pelos avaliadores e maior facilidade de implementação de ações para o aprimoramento do desempenho dos avaliados.

A partir de 2015, coerente com o processo de transformação do Exército e como um aprimoramento do sistema de avaliação, foi implantado o Sistema de Gestão de Desempenho (SGD) para avaliação dos militares de carreira. O SGD, também fundamentado na avaliação por competências, disponibiliza à Instituição um sistema com capacidade de possibilitar o aprimoramento do desempenho de seus integrantes e fornecer subsídios a diversos processos seletivos da Força, inclusive os de promoção.

Servidores Civis

1) Para fins de efetivação da estabilidade no Serviço Público

Conformidade legal

a) Art. 20 da Lei n° 8.112/90, com a redação dada pela Lei nº 9.527/97;

b) a Portaria n° 67-DGP, de 27 ABR 05.

O Exército realiza o monitoramento sistemático e contínuo, pelo período de 36 (trinta e seis) meses, denominado estágio probatório, ao qual ficará sujeito o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo. Ao entrar em exercício, a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

a) assiduidade;
b) disciplina;
c) capacidade de iniciativa;
d) produtividade; e
e) responsabilidade.

A avaliação do servidor, no decurso do período do estágio probatório, ocorre em 4 (quatro) etapas a serem realizadas ao término do 8º, 16º, 24º e 32º meses da ocupação do cargo.

Durante o exercício de 2018, 65 (sessenta e cinco) Servidores foram efetivados nos cargos, passando à situação de estáveis no Serviço Público.

2) Para fins de percepção de Gratificação de Desempenho

Conformidade legal

a) Lei nº 9.657/98, alterada pelas Leis nº 11.355/06, nº 11.907/09 e nº 12.277/10;

b) Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006;

c) Lei nº 11.357/06, alterada pelas Leis nº 11.490/07, nº 11.784/08 e nº 11.907/09;

d) Decreto nº 7.133, de 19 MAR 10; e

e) Portaria nº 1.180 - Cmdo Ex, de 30 NOV 10.

O Exército realiza o monitoramento sistemático e contínuo, pelo período de 12 (doze) meses, denominado ciclo de avaliação, da atuação individual do servidor e da atuação institucional das OMde lotação dos servidores, tendo como referência as metas globais e intermediárias dessas unidades.

A avaliação de desempenho individual é feita com base nos seguintes fatores mínimos de competência:

a) produtividade e qualidade dos trabalhos;
b) comprometimento;
c) conhecimento de métodos e técnicas;
d) cumprimento de normas de procedimento e de conduta; e
e) trabalho em equipe.

5.2.2.6 Principais desafios e ações futuras

As atividades na área de gestão de pessoas estão alinhadas com a busca de novos mecanismos que viabilizem cada vez mais a meritocracia, a atração, retenção e motivação do capital intelectual, impactando positivamente não só para o Exército (perspectiva interna), mas também para toda a sociedade (perspectiva externa). As ações que resultarão em redução dos efetivos, principalmente de militares de carreira, trarão benefícios diretos a longo prazo, considerando o aspecto orçamentário-financeiro para o Sistema de Proteção Social dos militares.

No tocante aos militares temporários, o Exército pretende aprimorar as instalações das Comissões de Seleção Permanente das Forças Armadas (CSPFA); finalizar a implantação dos Postos de Recrutamento e Mobilização (PRM) e CSPFA; modernizar e atualizar o Sistema Eletrônico de Recrutamento e Mobilização (SERMILMOB), estabelecer um processo de avaliação informatizado e dar prosseguimento no desenvolvimento de um sistema de seleção informatizado que possibilite melhorar o processo de seleção dos militares temporários.

Com relação aos servidores civis, conforme já relatado, faz-se necessária a recomposição desta força de trabalho em virtude do elevado índice de aposentadoria e de servidores que já preencheram os requisitos para a aposentadoria recebendo Abono de Permanência. Todavia, os últimos pedidos de concursos, principalmente na área administrativa, não foram atendidos pelo, então, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

5.2.2.7 Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista) - Custos do pessoal (Em R$)

Quadro 24 – Custo de Pessoal

Tipologias / Exercícios		mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						espesas de cios Anteriores	sões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercício	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Militar da Ativa, Inativos e Pensionistas											
Exercício	2018	27.672.783.181,96	9.619.675,90	3.890.221.197,57	3.196.651.447,25	1.062.480.141,13	39.945.629,50	766.188.274,78	74.377.429,15	21.218.876,39	36.733.485.853,63
	2017	25.813.420.942,80	9.116.109,50	3.621.060.098,61	2.953.026.595,03	813.997.512,68	36.828.325,83	740.841.290,60	75.425.594,91	21.857.792,40	34.085.574.262,36
Servidores Civis											
Exercício	2018	1.261.819.875,44	227.523.736,72	124.746.752,43	24.311.900,69	422.496,19	57.930.897,62	39.561.135,22	1.008.731,99	383.256,31	1.737.708.782,61
	2017	1.255.022.389,56	232.980.963,32	125.341.488,76	25.696.070,88	433.357,58	59.033.936,60	42.722.205,79	25.092.690,16	409.779,93	1.766.732.882,58
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercício	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercício	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercício	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores cedidos com ônus											
Exercício	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com contrato temporário											
Exercício	2018	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2017	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e SIAPPES (Sistema Automático de Pagamento de Pessoal)

Observações:

Os pagamentos do quadro acima consideram todas as despesas realizadas com a folha de pagamento de pessoal do Cmdo Ex (militares e civis), cuja atribuição de execução fica a cargo da SEF. Foram considerados os seguintes aspectos, quando do preenchimento do quadro, face às especificidades do sistema utilizado para pagamento de pessoal:

a. os valores pagos ao pessoal militar referem-se ao total processado pelo Sistema Automático de Pagamento de Pessoal (SIAPPES), extraídos do SIAFI, sendo considerados os militares da ativa (de carreira e temporários), inativos, pensionistas de militares e militares do efetivo variável;

b. os valores pagos a servidores civis referem-se ao total processado pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), extraídos do SIAFI, incluem ativos, aposentados e pensionistas de servidores civis vinculados ao Cmdo Ex; e

c. os custos previdenciários (parte patronal) e o pagamento de FGTS, no exercício de 2017 e 2018, foram desconsiderados.

5.2.3 GESTÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

5.2.3.1 Conformidade Legal

Cada UG contratante conta com assessoria jurídica das Consultorias Jurídicas da AGU e com o apoio prestado pela Inspetoria de Contabilidade e Finanças (ICFEx) de vinculação, unidades que compõe o Sistema de Controle Interno, o que garante a conformidade das contratações com as normas, principalmente com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e Instruções Normativas do antigo MPOG.

5.2.3.2 Detalhamento dos gastos das contratações por finalidade e especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo

Quadro 25 – Contratos de Prestação de Serviços não abrangidos pelo Plano de Cargos

Unidade Orçamentária: Comando Exército	Código UO: 52121	UGO: 160087 – EME		
TIPO DE CONTRATO	QUANT	% EM RELAÇÃO À QUANTIDADE TOTAL DE CONTRATOS	VALOR TOTAL ANUAL (R$)	% EM RELAÇÃO AO VALOR TOTAL DE CONTRATOS
Manutenção e limpeza de ar condicionado	17	4%	2.171.078	2%
Locação de aparelhos de impressão	176	38%	7.419.133	7%
Desinsetização e desratização	12	3%	311.963	0%
Manutenção de elevadores	21	4%	1.043.519	1%
Lavagem de roupa	70	15%	2.391.870	2%
Limpeza e conservação	111	24%	68.088.469	62%
Manutenção de bens imóveis	21	4%	21.099.506	19%
Manutenção de bens móveis	19	4%	5.315.993	5%
Manutenção de poços artesianos	20	4%	1.116.715	1%
TOTAL	**467**	**100%**	**108.958.246**	**100%**

Fonte: DGO

Quase todos os contratos para o funcionamento administrativo, executados em grande parte com recursos da Ação 2000/Administração da Unidade e controlados pela Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), são relativos a Quartéis-Generais, EE e OM de Saúde. As demais OM, por não contarem com recursos orçamentários para estas finalidades, são obrigadas a executarem, com seu pessoal, atividades não afetas a sua destinação. A DGO não tem autorizado a celebração de novos contratos ou aumento substancial de valores nas renovações. Não obstante os recursos da Ação 2000 não atenderem adequadamente às despesas com contratações, tal situação acarreta uma significativa economia ao Erário, uma vez que milhares de contratos deixam de ser firmados.

5.2.3.3 Contratações mais relevantes, sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

Quadro 26 – Despesas por Modalidade de Contratação

Unidade Orçamentária: Comando Exército	**Código UO: 52121**	**UGO: 160087 – EME**
Unidade Orçamentária: F Ex	**Código UO: 52904**	**UGO: 167086 - F Ex**

Modalidade de Contratação	**Despesa executada**				**Despesa paga**			
	2018	**%**	**2017**	**%**	**2018**	**%**	**2017**	**%**
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.711.155.292	4,0	1.562.345.990	3,9	1.679.276.269	4,2	1.515.632.078	3,8
a) Convite	757.666	0,0	275.127	0,0	757.666	0,0	206.732	0,0
b) Tomada de Preços	11.744.388	0,0	11.407.206	0,0	11.602.146	0,0	10.486.085	0,0
c) Concorrência	43.715.406	0,1	33.357.434	0,1	43.650.593	0,1	32.790.053	0,1
d) Pregão	1.654.924.604	3,9	1.517.283.051	3,8	1.623.252.636	4,0	1.472.126.034	3,7
e) Concurso	13.228	0,0	23.173	0,0	13.228	0,0	23.173	0,0
f) Consulta	0	0,0	0		0	0,0	0	0,0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0,0	0		0	0,0	0	0,0
2. Contratações Diretas (h+i)	1.900.873.679	4,4	1.729.408.555	4,3	1.881.279.438	4,7	1.650.815.451	4,1
h) Dispensa	315.726.541	0,7	268.516.964	0,7	312.109.258	0,8	263.687.337	0,7
i) Inexigibilidade	1.585.147.138	3,7	1.460.891.591	3,7	1.569.170.180	3,9	1.387.128.114	3,5
3. Regime de Execução Especial	7.338.655	0,0	10.104.796	0,0	7.338.655	0,0	10.104.684	0,0
j) Suprimento de Fundos	7.338.655	0,0	10.104.796	0,0	7.338.655	0,0	10.104.684	0,0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	37.805.034.605	88,2	35.209.487.463	88,2	35.400.684.762	87,8	35.209.260.685	88,5
k) Pagamento em Folha	37.761.853.844	88,1	35.174.140.720	88,1	35.357.648.627	87,7	35.174.140.720	88,4
l) Diárias	43.180.761	0,1	35.346.743	0,1	43.036.135	0,1	35.119.965	0,1
5. Outros	1.442.038.569	3,4	1.416.481.819	3,5	1.333.147.676	3,3	1.412.892.192	3,6
6. Total das Despesas da Unidade (1+2+3+4+5)	**42.866.440.799**	**100**	**39.927.828.623**	**100**	**40.301.726.799**	**100**	**39.798.705.089**	**100**

Fonte: Tesouro Gerencial

No Quadro anterior, observa-se o decréscimo de 27% no montante de recursos relativos a suprimento de fundos em função do término da missão de paz no Haiti em setembro de 2017. Não obstante, as características de emprego e a grande capilaridade do EB, se fazendo presente nos mais distantes rincões do território nacional, impossibilita, em algumas circunstâncias, a utilização do procedimento usual de contratação pela administração

pública. É necessário salientar que a participação em operações fronteiriças, em especial na Região Amazônica, envolve deslocamentos de tropas e equipamentos com características ímpares, exigindo a disponibilização de recursos de maneira tempestiva e que possibilite os desdobramentos necessários da atividade militar. Observa-se, também, o crescimento de 37% no montante de despesas com diárias de 2017 para 2018.

Em relação às modalidades licitatórias, observa-se a prevalência da modalidade pregão, correspondente a 46% do total (considerando as diferentes modalidades de licitação e as contratações diretas), sendo a principal modalidade utilizada pelo EB.

5.2.3.4 Contratações diretas: participação nos processos de contratação, principais tipos e justificativas para a realização.

De acordo com o Quadro 39, acima, as contratações por inexigibilidade correspondem a 83% do total das contratações diretas, sendo que a maior participação nesse tipo de contratação é na Assistência Médica e Odontológica, 44% do total. A justificativa deste tipo de contratação é em função dos serviços serem de alta complexidade/especificidade, realizados por profissionais cuja especialização inviabiliza a competitividade própria dos certames licitatórios, em localidades não abrangidas pelo sistema de saúde do Exército.

5.2.3.5 Principais desafios e ações futuras

A presença do EB em todo o território nacional, em virtude de sua missão constitucional, constitui um desafio na gestão de licitações e contratos, já que, em 2018, existiam 663 OM em todo o país.

Para minimizar este desafio e obter ganhos de escala, Grupos de Coordenação de Aquisições, Licitações e Contratos (GCALC) estão sendo criados, além da criação de Bases Administrativas em diversas localidades, como medidas de racionalização administrativa no âmbito da administração militar.

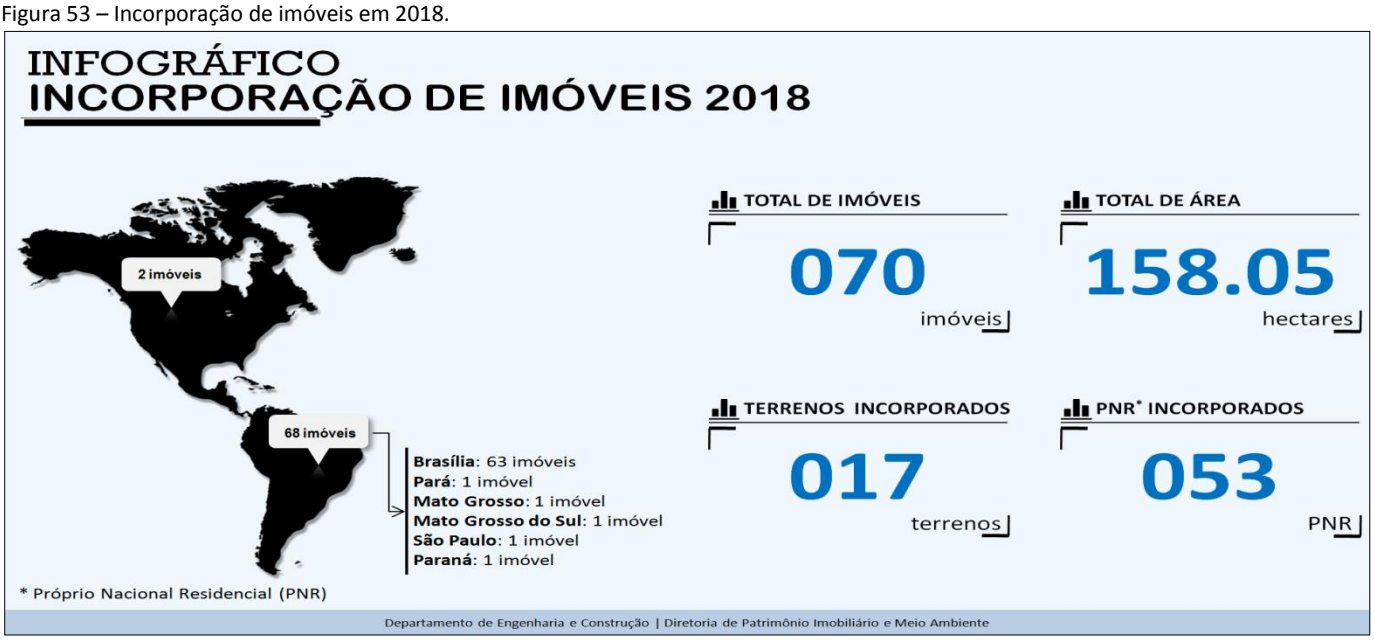
5.2.4 GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

O patrimônio imobiliário sob a administração do Cmdo Ex é constituído por bens públicos nacionais, classificados como bens de uso especial (artigo 99, inciso II, do Código Civil), abrangendo edifícios ou terrenos, afetados ao seu uso para uma finalidade específica (artigo 76, inciso I, do Decreto-Lei nº 9.760/1946), indispensáveis à implantação ou construção de fortificações ou construções militares e à preparação e ao emprego da tropa, objetivando a defesa da Pátria (artigo 142, da Constituição Federal/1988).

O DEC, por intermédio da DPIMA, tem por finalidade superintender as atividades relacionadas com a gestão do patrimônio imobiliário, jurisdicionado ao Cmdo Ex ou por ele administrado.

Durante o ano de 2018, foram incorporados 70 (setenta) imóveis ao patrimônio imobiliário do EB.

Figura 53 – Incorporação de imóveis em 2018.



Fonte: DEC

É interessante entender que tais incorporações visaram atender aos anseios expostos no PEEx, bem como as necessidades de PNR existentes para a Família Militar.

Cabe ainda ressaltar que, em 2018, a incorporação rendeu um aumento de mais de 158 hectares no patrimônio sob jurisdição do EB, correspondendo a um crescimento superior a 4% (quatro por cento), em relação ao ano anterior.

5.2.4.1 Conformidade legal

A utilização do patrimônio imobiliário da União é regida pelo Decreto-Lei n° 9.760, de 5 de setembro de 1946, alterado pela Lei n° 9.636, de 15 de maio de 1998, que foi regulamentada pelo Decreto n° 3.725, de 10 de janeiro de 2001, pelo Decreto-Lei n° 271, de 28 de fevereiro de 1967, pelo Decreto n° 77.095, de 30 de janeiro de 1976 e Lei nº 8.666/93.

Todas as ações patrimoniais do Exército são pautadas na legalidade, sobretudo nas principais leis aplicáveis aos bens públicos e especificamente àqueles jurisdicionados às FA (Lei nº 9636/98, Lei nº 8666/93, Lei nº 5651/70, além das normas reguladoras internas).

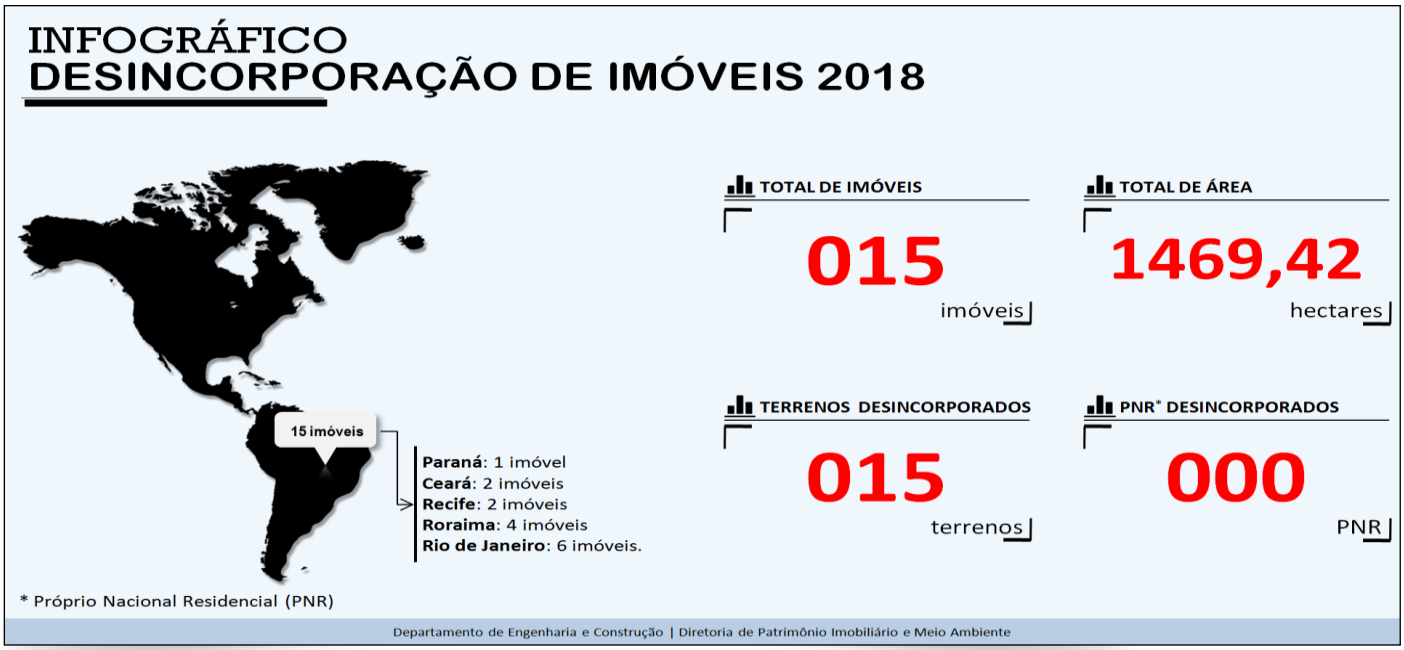
5.2.4.2 Principais investimentos de capital (infraestrutura e equipamentos), avaliação do seu custo-benefício e impacto sobre os objetivos estratégicos.

Foram feitos investimentos de capital na ordem de R$ 7.273.790,00 (sete milhões duzentos e setenta e três mil setecentos e noventa reais), em atendimento a 62 OM, na construção de Estações de Tratamento de Esgoto, ampliação de rede de esgoto e aquisição de material para recolhimento de resíduos sólidos. Tais investimentos atenderam os princípios da economicidade da Administração Pública e contribuíram para a observância do Programa de Conformidade Ambiental do Sistema de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (SIGAEB) no âmbito da Força Terrestre.

5.2.4.3 Desfazimento de ativos

Em relação ao desfazimento de ativos, foram desincorporados sob jurisdição do Cmdo Ex 15 imóveis por não atenderem mais aos interesses do Comando do EB.

Figura 54 – Desincorporação de imóveis em 2018.



Fonte: DEC

Com objetivo de adotar regularmente medidas administrativas associadas à racionalização do custeio, em 2018, a Diretoria de Material de Engenharia executou 10 (dez) Visita de Orientação Técnica (VOT) nos diversos C Mil A, a fim de reduzir o custeio dos materiais sob responsabilidade do DEC.

Como resultado das visitas, foram avaliados 2.732 ativos dos quais 1.376 (50,4%) tiveram parecer favorável a descarga e 1.356 (49,6%) para manutenção no acervo, totalizando R$ 7.880.742,54 de recursos que deixaram de ser aplicados em materiais julgados inviáveis para sua manutenção no acervo do EB.

Em face do exposto, conclui-se que o objetivo proposto foi atendido, materializando-se na racionalização e economia de recursos do custeio de manutenção dos materiais de emprego militar e equipamentos.

5.2.4.4 Locações de imóveis e equipamentos

Não houve locações de imóveis e equipamentos pertencentes ao Cmdo Ex.

5.2.4.5 Mudanças e desmobilizações relevantes

Não houve mudanças ou desmobilizações de patrimônios imobiliários pertencentes ao Cmdo Ex.

5.2.4.6 Principais desafios e ações futuras

A tecnologia vem se tornando a mais poderosa aliada dentro da nossa organização, como forma de transformação de todos os nossos processos em digitais. A atual demanda de um controle mais acirrado na gestão patrimonial de nossos imóveis, já é uma realidade com o uso da ferramenta denominada Sistema de Gestão do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente (SIGPIMA), porque permitiu maior agilidade, transparência e gestão na condução dos diversos processos nesse nicho, porém, novos desafios estão em curso para o aperfeiçoamento do controle documental dos imóveis, bem como o acompanhamento e homologação dos contratos realizados de cessão de área para utilização em finalidade complementar.

Na área de Geoprocessamento, no corrente ano, deveremos contar com as parcerias e acordos de cooperação efetivados em 2018, aperfeiçoar a disponibilização dos dados espaciais para suporte na área patrimonial,

bem como sermos capazes de fornecer inteligência geoespacial para predizer problemas nessa área e colaborar no aperfeiçoamento dos métodos de avaliação de imóveis.

Na esfera de Avaliação de Imóveis, obtemos dados de mercado em fontes com baixo grau de subjetividade, aplicamos e elaboramos ferramentas de tratamento e modelagem matemática cada vez mais complexas e capazes de gerar entregáveis de alta confiabilidade e precisão. O nosso maior desafio, no corrente ano, reside na necessidade de tornar os processos de avaliação cada vez mais eficientes: entregas de produtos a prazos exíguos, preservando os reflexos positivos e duradouros sobre o auxílio às tomadas de decisão dos gestores do EB. Enxergamos tal desafio como imensa oportunidade de inovarmos no vasto campo das avaliações imobiliárias de forma integrada a outras instituições.

Por fim, o mundo está mais conectado e, cada vez mais, as relações institucionais serão um grande norteador para a inserção e defesa dos interesses de organizações perante o poder público e a sociedade. Sendo assim, em 2019, estarão em curso ações para viabilizar o aperfeiçoamento das relações existentes entre o DECe a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), de tal forma que possamos melhorar e acelerar nossos processos, bem como colaborar como um ente de conhecimento na estrutura daquela Superintendência.

5.2.5 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.2.5.1 Conformidade legal da gestão da TI

Para assegurar a conformidade legal da gestão da TI, o EB observa e aplica um vasto conjunto de normativos próprios e do Governo Federal, visando estar sempre aderente à legislação em vigor a qual a Administração Pública Federal está submetida e aprimorando a Governança de TIC, Governança Digital e gestão de TIC, em todos os níveis, dentro da instituição.

A relação contendo a legislação própria de TIC está disponível na intranet do DCT, para que todas as OM possam ter amplo acesso.

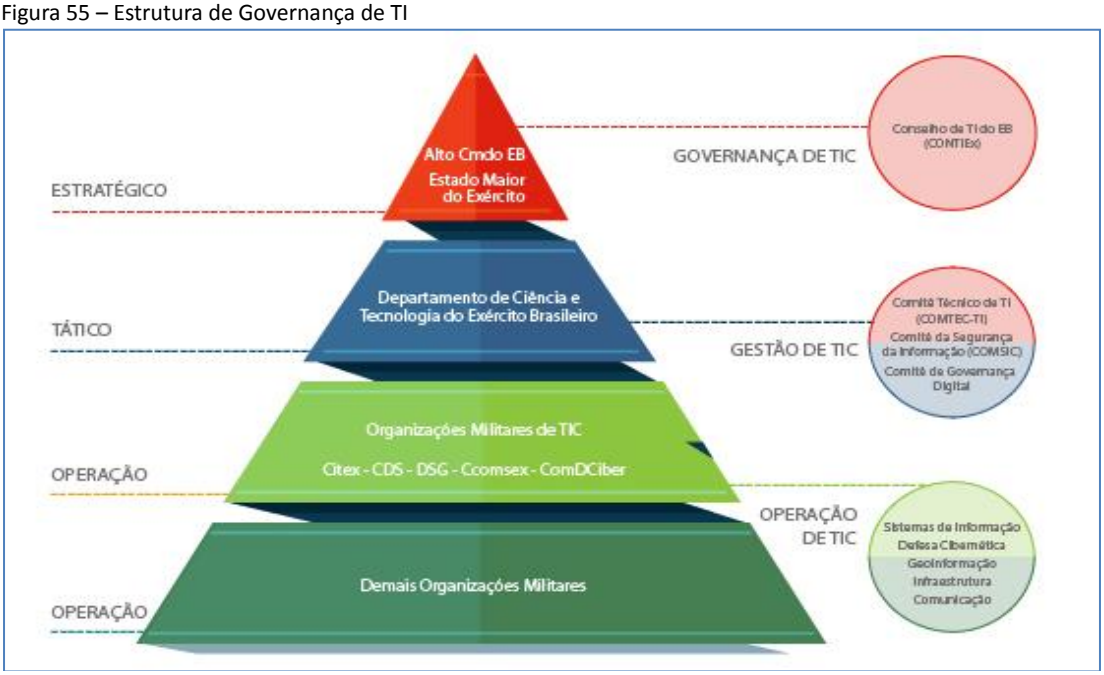
5.2.5.2 Modelo de governança de TI

O modelo de Governança de TIC do EB, alinhado com o modelo de Governança Corporativa, tem como sua máxima instância oCONTIEx, cujas responsabilidades passam pelas políticas adotadas para a Governança de TI e de Governança Digital do Exército, em conformidade com as diretrizes governamentais; pelo planejamento, direção e controle das ações de Governança de TI e de Governança Digital; e condução da Governança de TI e da Governança Digital no âmbito do EB, tudo à luz da Estratégia de Governança Digital e da Estratégia Brasileira para Transformação Digital.

Para assessorar o CONTIEx de maneira técnica, existem três Comitês Técnicos: o de Tecnologia da Informação e Comunicações, o de Governança Digital e o de Segurança da Informação e Comunicações (COMSIC).

As políticas para a Governança de TI estão especificadas na Concepção Estratégica de TIC do Exército, a Concepção Estratégica de Tecnologia da Informação, que são definidas por intermédio da estrutura organizacional de TIC do Exército, do diagnóstico da situação atual, da visão de futuro e dos objetivos estratégicos de TIC a serem atingidos assim como seu alinhamento com os objetivos estratégicos do Exército. Além disso, estabelece orientações estratégicas para serem seguidas por todo o Exército e direciona a elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação.

Figura 55 – Estrutura de Governança de TI



Fonte: DCT

Os Comitês Técnicos se reúnem regularmente, com respectivos registros em ata e debatem assuntos para serem levados ao CONTIEx para informação ou homologação. Os participantes dos referidos comitês são representantes de todos os órgãos responsáveis pela TI corporativa do Exército e representantes dos ODG e ODS diretamente subordinados ao Cmdo Ex.

As OM de TIC são aquelas vocacionadas para atender às demandas corporativas do Exército. Elas são subordinadas ao DCT e executam as tarefas: de prover os sistemas de informação e manter o banco de dados corporativo do Exército, por intermédio do Centro de Desenvolvimento de Sistemas (CDS); de manter e operar a infraestrutura da rede corporativa e datacenter, por intermédio do CITEx e os Centros de Telemática de Área (12 unidades) subordinados; de produzir e disponibilizar geoinformação para a instituição e ao público em geral, por intermédio da Diretoria de Serviço Geográfico (DSG) e os seus Centro de Geoinformação (05 unidades) subordinados; de manter e operar as comunicações táticas e guerra eletrônica, por intermédio do Comando de Comunicações do Exército; e garantir a defesa cibernética por intermédio do Comando de Defesa Cibernética.

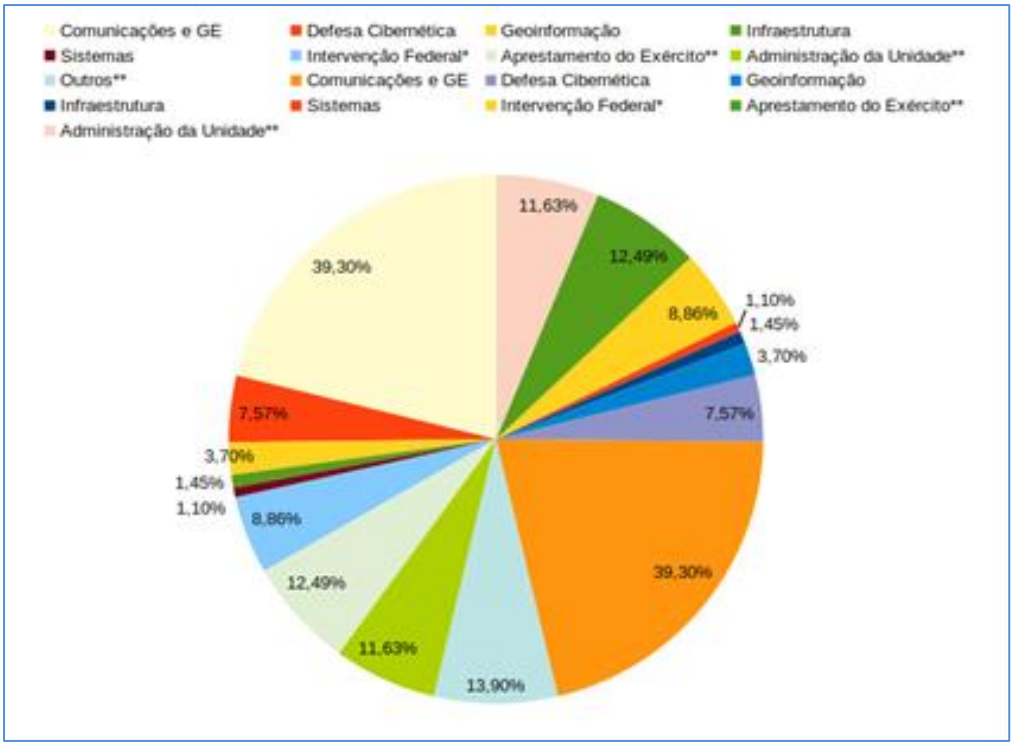
5.2.5.3 Montante de recursos aplicados em TI

Quadro 27 – Montante de Recursos Aplicados em TI – 2018 (R$)

Montante de Recursos Aplicados em TI – 2018 (R$)			
Grupo Despesa	Despesas Empenhadas	Despesas Pagas	Valor Pago de RP em 2018
Investimento	237.583.491,54	84.929.336,93	112.008.649,03
Custeio	114.619.230,97	66.391.261,87	63.741.034,10
TOTAL	**352.202.722,51**	**151.320.598,80**	**175.749.683,13**

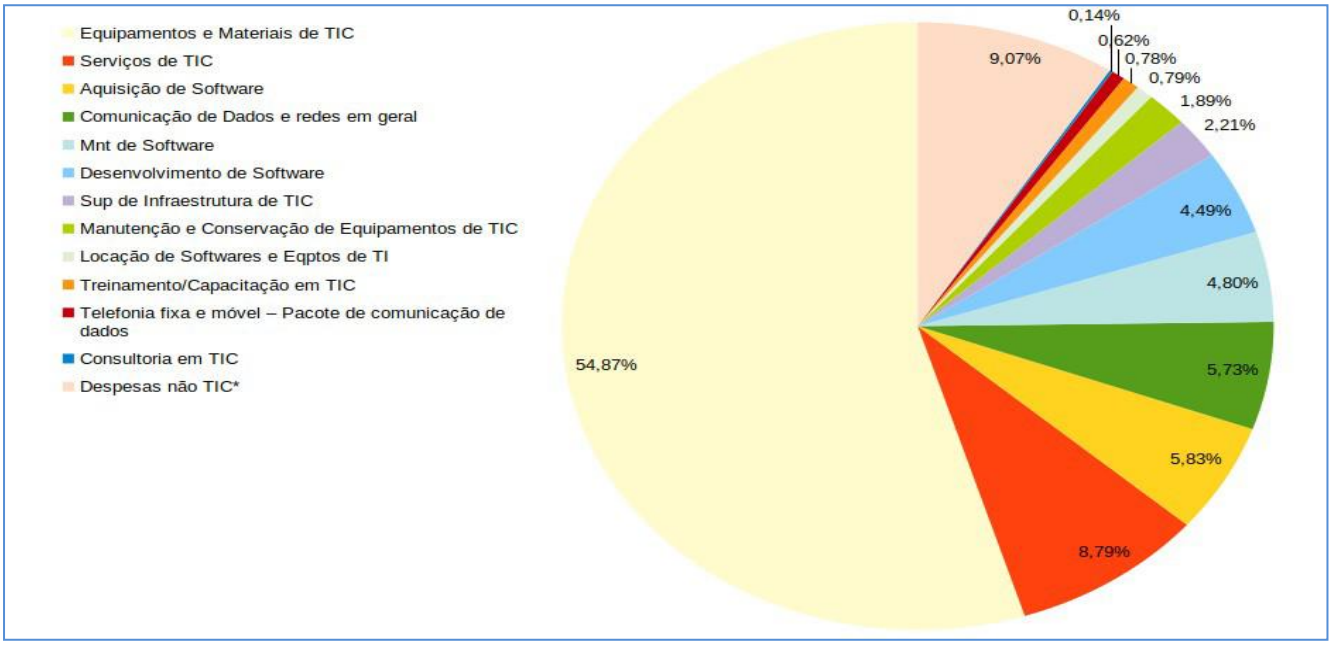
Fonte: Tesouro Gerencial

Figura 56 - Gastos de TI por Cadeia de Valor



Observação: Intervenção Federal – recursos aplicados em despesas de TI, em prol da Intervenção Federal no Rio de Janeiro.Recursos aplicados em despesas de TI, provenientes de ações orçamentárias que não se enquadram da Cadeira de Valor de TI do EB.

Figura 57 - Gastos de TI por Natureza de Despesa



Fonte: Tesouro Gerencial

5.2.5.4 Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes Em 2018)

Quadro 28 – Contratações de TI 2018

Licenças de Software					Prestação de Serviços Técnicos				
Nº/ano	**Valor Total (R$)**	**Valor 2018 (R$)**	**Validade**	**Finalidade**	**Nº/ano**	**Valor Total (R$)**	**Valor 2018 (R$)**	**Validade**	**Finalidade**
09/2017 – DCT	310.000,00	310.000,00	30/11/2018	Licenças de uso de Software Microstrategy	04/2014 – DCT	7.126.200,00	1.051.142,36	11/03/2019	Serviço de desenvolvimento , manutenção e documentação do Sistema de Material do Exército (SIMATEx)
12/2017 – DCT	5.134.992,00	3.916.297,50	07/12/2018	Aquisição de plataforma de desenvolvimento, gerência e monitoramento de Sottware Low Code	07/2017 – DCT	231.715,00	231.715,00	16/11/2018	Serviço técnico especializado de pesquisa e aconselhamento imparcial de TIC
11/2018-DCT	740.000,00	740.000,00	16/12/21	Aquisição de plataforma para extrair e analisar informações de fontes diversas sobre o espaço cibernético	14/2017 – DCT	800.000,00	767.760,00	07/01/2019	Serviço de desenvolvimento assegurado de biblioteca criptográfica multiplataforma
07/2016-CITEx	4.520.000,00	1.506.666,67	17/07/2019	Solução Corporativa de Antivírus Multiplataforma com Gerência Centralizada	09/2014 - CITEx	35.249.959,83	35.249.959,83	08/09/2018	Serviço de telecomunicações, comunicação de dados, voz e vídeo de acesso à internet
Treinamento					**Aquisições de Equipamentos**				
Nº/ano	Valor Total	Valor 2018 (R$)	Validade	Finalidade	Nº/ano	Valor Total	Valor 2018 (R$)	Validade	Finalidade
09/2018 – DCT	255.474,75	255.747,75	28/10/2019	Capacitação da plataforma Microstrategy	1074/2018-CEBW	10,793,659.89	10,793,659.89	30/03/2022	Intervenção Federal

Fonte: DCT

5.2.5.5 Principais iniciativas e resultados na área de TI por cadeia de valor do EB

Quadro 29 – Principais iniciativas e resultados de TI

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (sistemas e projetos) na área de TI	Principais resultados (Benefícios e impactos)
Sistemas de informação	Desenvolvimento e manutenção de sistemas corporativos na área de gestão de pessoal (cargos, controle de efetivos e gestão da carreira militar), gestão de saúde, pagamento de pessoal, logística, arquivística, entre outros. Desenvolvimento e manutenção de sistemas de comando e controle próprios. Modernização de sistemas criptográficos próprios. Aprimoramento do Banco de dados corporativos. Evolução do Sistema de BI (SIG). Adoção da tecnologia DEvOPs.	Redução das vulnerabilidades nos sistemas e das páginas web do EB. Emissão de certificados digitais próprios no âmbito do MD. Aumento da governança e da confiabilidade da base de dados corporativa do Exército. Garantia de independência tecnológica e segurança dos sistemas estratégicos para a Força. Expansão de acesso a painéis e relatórios de apoio à Gestão no âmbito do EB, atingindo a todos os níveis decisórios. Entregas contínuas de módulos de sistemas de informação de maneira a atender com maior celeridade a demanda reprimida institucional. Suporte às operações: Acolhida, Intervenção Federal no Rio de Janeiro, greve de caminhoneiros, entre outros, por intermédio dos sistemas de Comando e Controle.
Infraestrutura	Inauguração do Data Center Ricardo Franco, em Brasília – DF, com novo storage, sistema de backup e demais redundâncias necessárias. Racionalização de TIC no QGEx. Integração e compartilhamento de soluções.	Aumento de disponibilidade da infraestrutura de TIC corporativa, da segurança e proteção Cibernética e da capacidade de processamento e armazenamento. Eliminação do esforço repetitivo de equipes técnicas e administrativas. Economia de recursos financeiros.
Comunicações	Ampliação da rede de comunicações satelital. Ampliação e modernização da rede privativa corporativa de dados (EBNet). Ampliação da comunicação de voz por IP (EBVOIP).	Apoio nas operações: Acolhida, Intervenção Federal no Rio de Janeiro, greve de caminhoneiros, entre outros. Monitoramento de fronteiras. Implantação de enlaces rádio e aumento de largura de banda associados à diminuição de custos. Economicidade em função da diminuição de contratação de internet por OM de maneira descentralizada e em função do menor uso de telefonia convencional, devido ao uso da rede de dados para tal finalidade.
Defesa	Feira internacional de Defesa Cibernética.	Sensibilização da sociedade e da administração pública sobre a importância da

Cadeia de Valor	Principais iniciativas (sistemas e projetos) na área de TI	Principais resultados (Benefícios e impactos)
Cibernética	Implantação do Núcleo de Ensino à Distância de Defesa Cibernética. Visitas e exercícios conjuntos com Nações Amigas.	Ciberdefesa, da Cibersegurança, das Comunicações e da Guerra Eletrônica. Ativação da Escola Nacional de Defesa Cibernética, em evolução ao então núcleo de EAD. Incremento da interação com a comunidade internacional de defesa Cibernética.
Geoinformação	Disponibilização do Banco de Dados Geográfico do Exército para acesso público. Mapeamento do Estado da BA, AP, RS. Cartografia da Amazônia. Desenvolvimento de Geotecnologias. Elaboração de normas e padrões nacionais. Aumento na participação da Diretoria de Serviços Geográficos do Exército em Grupos de Trabalhos e comitês externos, inclusive em âmbito internacional.	Acesso público, mediante cadastro, ao Banco de Dados Geográfico do Exército, pelo sistema online do BDGEx mobile. Mais de 1000 folhas (equivalendo a mais de 700 mil km2) de produtos geoespaciais disponibilizados no BDGEx. Disponibilização de imagens ópticas e de radar, de alta resolução, e modelos tridimensionais do território nacional. Disponibilização de limites internacionais e estaduais ajustados. Atualização de normas brasileiras para o meio civil e para a Defesa. Adoção de padrões aderentes aos externos ao EB, incluindo os internacionais, contribuindo para o aprimoramento da produção de geoinformação em vários níveis e projetando o nome da instituição e do país nesse contexto.

Fonte: DCT

5.2.5.6 Segurança da informação

O COMSIC elaborou novo arcabouço normativo de SICdo EB alinhado com a família ISO 27000

Autoridade Certificadora, em funcionamento no âmbito MD, passou a expedir certificados, com 466 certificados expedidos em 2018 pelo Exército.

Foi desenvolvido um algoritmo criptográfico proprietário que atende as recomendações da Norma Complementar nº 09/IN01/DSIC/GSIPR, revisão 2, de 15 de julho de 2014.

Foram aprimorados os sistemas de proteção do Exército, a fim de garantir a segurança os sistemas corporativos e as redes de dados do Exército contra ameaças cibernéticas.

O Sistema de proteção cibernética adquirido e utilizado no âmbito das operações na intervenção militar no Rio de Janeiro.

Foi realizada a 1ª Feira internacional de Defesa Cibernética, BRAZIL CYBER DEFENCE, que promoveu o debate sobre a Defesa e Segurança entre as FA e de Segurança Pública, setores da indústria, meio acadêmico, instituições públicas e privadas, e governo.

5.2.5.7. Principais desafios e ações futuras

O fato de o Exército estar presente em todos os rincões do território nacional dificulta sobremaneira a logística integrada de TI. Pelo mesmo motivo, a mesma situação de dificuldade ocorre para que todas as Organizações Militares estejam conectados via rede de dados, com a mesma qualidade e disponibilidade necessárias.

A mão de obra necessária é especializada e precisa estar com o conhecimento técnico atualizado a todo o instante. Existe número insuficiente de servidores na área de TIC, expondo o EB a uma séria de riscos como o alongamento dos prazos na execução de projetos, o não atendimento oportuno às demandas críticas da instituição e necessidade de contratação para serviços de TIC. Atingir níveis de maturidade nos processos relacionados á Inovação e Tecnologia da Informação é de extrema necessidade.

São frequentes as tentativas de violação da segurança de redes e de sistemas e bases de dados corporativos. Aquestão orçamentária interfere nos resultados na medida em que, juntamente com falta de pessoal, impede que as demandas institucionais de TIC sejam todas atendidas. O risco inserido nessa situação se caracteriza pela dificuldade de cumprir os planejamentos de longo prazo, devido aos ajustes recorrentes que a LOA sofre durante o ano, não sendo possível prever as mudanças com a antecedência que Programas e Projetos necessitam.

Todas as ações futuras da TI corporativa do Exército estão organizadas em forma de projetos ou ações, dentro do Programa Estratégico do Exército Gestão de TIC (Prg EE Gestão de TIC). O Prg EE Gestão de TIC é subdividido em subprogramas que, por sua vez, se dividem em projetos.

Como principal ação futura vislumbra-se o estabelecimento de contrato de objetivos com os diversos demandantes de projetos de sistemas, com vistas à alocação constante de recursos financeiros para o Prg EE Gestão de TIC.

Outras ações futuras a serem executadas são as seguintes:

- concluir a racionalização das TIC nos aglomerados de OM do Exército;
- prosseguir na implantação da logística integrada de TIC;
- construção do portal de TIC;
- reestruturação do Sistema Estratégico de Guerra Eletrônica (SEGE) integrando capacidades de Guerra Cibernética; e
- aperfeiçoar os processos da Racionalização de Aplicações

Para maiores informações, acesse o site do Escritório de Projetos do Exército, disponível em: http://www.epex.eb.mil.br/index.php/projetos/astros-20205.2.6.Gestão de Custos

5.2.6 GESTÃO DE CUSTOS

5.2.6.1 Conformidade Legal (art. 50, §3º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e Portaria STN 157, de 9 de março de 2011).

A Gestão de Custos do Cmdo Ex está prevista nas diretrizes do Cmt Ex e do Secretário de Economia e Finanças.

Em 2003, o Comandante do EB, ciente da importância da informação de custos para o processo decisório e melhoria da gestão do gasto público, expediu Diretriz Geral determinando o desenvolvimento e a implantação de um sistema de custos para a F Ter. Tal diretriz levou em consideração as principais legislações pertinentes sobre Custos no Setor Público, quais sejam: o art. 50, §3º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de 05 de maio de 2000 e os art. 85 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Em 2004, foi formado um grupo técnico composto por integrantes da SEFe suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS), com a finalidade de desenvolver as ferramentas necessárias para a profícua Gestão de Custos do EB. Esse grupo técnico sugeriu o desenvolvimento de um sistema denominado Sistema Gerencial de Custos do Exército (SISCUSTOS), cujo método de custeio levasse em consideração as atividades relevantes da FTer.

Em 19 de dezembro de 2007, o Cmt Ex editou a Portaria nº 932, aprovando as normas para o funcionamento do SISCUSTOS, bem como delegando aos diversos órgãos as competências necessárias para a Gestão de Custos.

Por meio da Portaria nº 50, de 19 de julho de 2016, publicada no Boletim do Exército nº 31, de 05 de agosto de 2016, o DCT adotou o SIGA na forma de Sistema Corporativo do EB, com a finalidade de promover a integração do sistema de controle orçamentário, financeiro, custos e patrimonial. No início do ano de 2018, as informações do SISCUSTOS foram migradas para o denominado "Módulo de Custos" do SIGA, que passou a ser a principal ferramenta de Gestão de Custos da F Ter.

Entre os principais objetivos do novo módulo de Custos destacam-se: ser uma ferramenta de tecnologia da informação que possibilite identificar o custo das atividades significativas para a Força; proporcionar aos dirigentes, nos seus respectivos níveis, informações gerenciais sobre os custos apropriados nas diferentes atividades; realizar o acompanhamento gerencial das OMe disponibilizar informações em tempo hábil para auxiliar no processo decisório, mediante a análise comparativa dos custos entre as diversas unidades do Exército.

Para cumprir os objetivos citados, o novo módulo de Custos coleta e processa os dados que são extraídos de diversos sistemas, internos e externos à Instituição. A importação de dados é realizada pelo novo módulo de Custos sob a gestão da Seção de Custos da D Cont, com os dados das apropriações dos serviços provenientes do SIAFI por meio do Tesouro Gerencial e Sistema de Informação de Custos do Governo Federal (SIC), do Sistema de Controle Físico (SISCOFIS) que é um módulo do Sistema de Material do Exército (SIMATEX), com os insumos de material e depreciação do material permanente; do SIAPPES, do SIAPEe do Sistema de Retribuição no Exterior (SRE) com os valores das remunerações; objetivando assim, disponibilizar informações gerenciais aos diversos níveis do Cmdo Ex.

O novo módulo de Custos do EB foi desenvolvido para atender às peculiaridades da Força, bem como para seguir as orientações dos órgãos responsáveis pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a exemplo das resoluções emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, tais como a NBC T 16 e, sobretudo, a NBC T 16.11, que estabelece a conceituação, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresentado, nesta Norma, como Subsistema de Informação de Custos do Setor Público - SICSP.

Além disso, a D Cont mantém-se atualizada e alinhada aos normativos e orientações expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Órgão Central de Contabilidade e Custos do Governo Federal, inclusive seguindo as metodologias aplicadas pelo Sistema de Custos do Governo Federal, o qual foi instituído pela Portaria STN 157, de 09 de março de 2011, tendo como órgão central a STN e como Órgãos Setoriais as unidades de gestão interna dos Ministérios e da AGU, responsáveis pelo acompanhamento de custos no SIC.

No mesmo sentido a Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011, dispôs sobre o SIC, o qual constitui sistema informacional do Governo Federal que tem por objetivo o acompanhamento, a avaliação e a gestão dos custos dos programas e das unidades da Administração Pública Federal e o apoio aos Gestores no processo decisório.

Assim, cumprindo essas orientações da Portaria STN 716, a SEF publicou a Portaria 020, de 22 DEZ 11, que criou Setorial de Custos do Cmdo Ex, designando a D Cont como Órgão Setorial do SIC. Dessa forma, a D Cont mantém sob sua responsabilidade o gerenciamento das informações de custos no tocante aos registros e evidenciações contábeis de todas as OMdo Cmdo Ex.

Nessa esteira, a fim de cumprir o arcabouço legal e buscar a melhoria do gasto público, o Exército utiliza o Módulo de Custos do Siga para obter informações mais detalhadas das OM e o SIC sendo utilizado para gerar relatórios de custos com enfoque gerencial mais amplo, obtendo informações dos Programas, Ações e Planos Orçamentários.

5.2.6.2 Estimativa de custos por área de atuação, demonstrando a distribuição dos recursos consumidos entre as áreas finalística e de suporte.

O Exército mantém módulo de Custos que coleta e processa os dados que são extraídos de diversos sistemas, internos e externos à Instituição. A importação de dados é realizada pelo novo módulo de Custos sob a gestão da Seção de Custos da D Cont.

5.2.6.3 Estimativa de custos por programa governamental, demonstrando em que medida eles se relacionam e contribuem para o alcance da missão institucional da UPC.

A estimativa de custos é realizada correlacionando programa de governo, ação, grupo de despesa e natureza da despesa de acordo com módulo de Custos que coleta e processa os dados que são extraídos de diversos sistemas, internos e externos à Instituição, contribuindo para o alcance da missão institucional.

Os principais desafios encontrados pelo Exército no tocante a gestão de custos tem sido a quebra de paradigmas no sentido da conscientização e da solidificação de uma cultura de custos e de gestão. Tendo como premissa que a credibilidade da informação de custos depende diretamente da ação dos agentes da administração envolvidos neste processo, cabe destacar os principais óbices enfrentados pela F Ter em termos de impactos na atuação do órgão: rotatividade de pessoal e fazer uso efetivo das informações de custos para apoio à tomada de decisão.

Atualmente e preparando-se para ações futuras, a Gestão de Custos do Cmdo Ex encontra-se em fase de consolidação e a D Cont tem buscado soluções para minimizar o impacto dessas dificuldades, como a normatização de procedimentos, desenvolvimento de novas funcionalidades voltadas para facilitar às rotinas de seus usuários e o incentivo à capacitação do pessoal, tudo objetivando elevar o nível de conscientização dos usuários, e consequentemente agregar maior confiabilidade aos dados lançados nos sistemas.

A DCont tem por missão fazer com que a Gestão de Custos cumpra seu objetivo, gerando informações necessárias apoiando, assim, tomada de decisão. Portanto as OM são orientadas a primar pelo correto lançamento dos dados inseridos nos sistemas envolvidos para que as informações geradas sejam confiáveis e possam atingir sua finalidade, qual seja: a tomada de decisão pelos órgãos gestores.

5.2.7 SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Ao Cmt Ex, aos Órgãos de Assessoramento Superior, ao ODG e aos OADI cabem a elaboração da PMT, sempre com a observação na conservação e preservação do meio ambiente. Os ODS e o ODOp têm a responsabilidade de elaborarem os planos e programas setoriais que incluam as seguintes ações ambientais gerais:

- alocar recursos financeiros, sempre que possível, para as OM executarem seus projetos e atividades ambientais;
- elaborar normas técnicas que considerem o transporte, o armazenamento, a coleta, o tratamento, a destinação final, a eliminação de expurgos e resíduos, bem como medidas passíveis de evitar danos ou degradação ao meio ambiente, que estejam em suas esferas de competência, observando a legislação aplicável; e
- buscar parcerias com órgãos e instituições externas para apoio à implantação dos seus projetos e atividades ambientais.

Por sua vez, as OM da EB são responsáveis pelas seguintes ações:

- executar a conservação e a recuperação ambiental das áreas sob sua responsabilidade;
- realizar anualmente o diagnóstico ambiental dos seus imóveis, empreendimentos e atividades;
- elaborar o Plano de Gestão Ambiental da Organização Militar, com base no diagnóstico ambiental atualizado;
- propor e/ou executar projetos e atividades ambientais visando à recuperação e à melhoria ambiental das áreas sob sua responsabilidade. São exemplos de projetos ou atividades ambientais: recuperação de áreas degradadas (contaminadas, erodidas, desmatadas), coleta seletiva, proteção da fauna e flora, proteção dos recursos hídricos (recuperação de áreas de preservação permanente, instalação de sistemas para tratamento de efluentes, instalação de poços de monitoramento, etc), capacitação ambiental, dentre outros; e
- estabelecer parcerias para orientar ações e solucionar problemas atinentes às necessidades ambientais em suas respectivas áreas, após ouvido o escalão superior.

A DPIMA, na seara ambiental, tem por finalidade realizar ações, orientações e decisões para as OM, regidas pelas diretrizes do SIGAEB.

Em 2018 foram realizados pela DPIMA processos de apoio ao licenciamento ambiental de áreas jurisdicionadas ao EB; o acompanhamento e apoio a processos de outorga de água; emissão de Pareceres Técnicos em processos que contenha relação com a "questão ambiental", tanto nos aspectos patrimoniais como nos que se referem ao uso dos recursos ambientais propriamente ditos, e realização de processos de avaliação imobiliária em zona rural contendo a componente ambiental.

A Diretoria de Material de Engenharia, como órgão responsável pela gestão do material de engenharia, tem considerado diversos aspectos no ciclo de vida dos equipamentos. Dentre eles, destaca-se a sustentabilidade, por meio da aquisição de equipamentos com tecnologia que permitam um menor consumo de combustível e que sejam menos poluentes.

No contexto da prospecção de materiais, a sustentabilidade é relevante, por exemplo, buscando-se equipamentos que utilizem fontes de energia alternativas, como a proveniente das células fotovoltaicas.

Desta forma, a sustentabilidade é um aspecto expressivo na gestão do material de engenharia crescendo de importância nos últimos anos, tendo em vista os benefícios que aporta à Força e ao País.

5.2.7.1 Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Como visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada no EB, é possível destacar a definição da Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental e do SIGAEB, definidos por meio da Portaria nº 571, de 6 de novembro de 2001, que tem como finalidade estabelecer a Política de Gestão Ambiental do EB, visando a implantação das ações de gestão ambiental no âmbito do Exército.

Para a definição da Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental e do SIGAEB, a Portaria n° 571 usou como referência, além de outras normas, a Lei n° 6.938, de 31 de agosto de 1981 (Política Nacional do Maio Ambiente), a

Resolução nº 237, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), de 19 de dezembro de 1997 e a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC).

Em 2008, o Cmdo Ex aprovou as IG para o SIGAEB (IG 20-10), por meio da Portaria nº 386, de 9 de junho de 2008. Com isso, estabeleceu que o DEC funcionasse como órgão de consultoria técnica da questão ambiental no âmbito do EB.

Em 2010, a Portaria nº 1275, de 28 de dezembro daquele ano, aprova a Diretriz para adequação do EB à Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Por fim, em 2011, foi aprovada as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental (IR 50-20) pela Portaria nº 001 DEC, de 26 de setembro de 2011. Estas Instruções estabelecem procedimentos operacionais, educativos, logísticos, técnicos e administrativos do EB para o gerenciamento ambiental efetivo, de modo que assegure a adequação à legislação pertinente e o cumprimento do dever de defender, preservar, melhorar e recuperar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

No ano de 2018, o Cmdo Ex realizou as seguintes ações voltadas para atender os critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições:

- Gerenciamento de resíduos sólidos, que consiste no encaminhamento de orientações técnicas, jurídicas e ambientais relacionadas aos processos de acreditação vinculados ao Gerenciamento de Resíduos Sólidos no âmbito das OM e OM de Saúde – o PASA – Programa de Segurança Alimentar é um programa que visa à padronização dos procedimentos e à verificação das oportunidades de melhoria na gestão dos processos sobre o sistema de alimentação das organizações militares do Exército; o PASAM – Projeto de Acreditação da Saúde Assistencial Militar, representa o processo de acreditação da Saúde Assistencial Militar.
- Acompanhamento a contratos de resíduos sólidos das OM e OM de Saúde; e
- Estabelecimento de critérios de sustentabilidade, com o levantamento do Diagnóstico Ambiental, confecção do DPIMA em Números e a implantação da Conformidade Ambiental.

5.2.7.2 Ações para redução do consumo de recursos naturais

As ações adotadas pelo Cmdo Ex para a redução do consumo de recursos naturais implicam em diversos temas implantados pela Agenda Ambiental na Administração Pública, além de instituir o Programa de Conformidade Ambiental do SIGAEB no âmbito da F Ter, criada com a Portaria nº 55, de 31 de agosto de 2018, do DEC, além das seguintes ações:

- Programa de Formação e Capacitação em Gestão Ambiental de Militares da Força;
- Programa de Educação Ambiental;
- Projetos de Produção Técnica Editorial;
- Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Orientações ao Monitoramento do Abastecimento e Qualidade da Água; e
- Implantação de Parâmetros Ambientais para Acompanhamento do SIGAEB.

5.2.7.3 Redução de resíduos poluentes

A ação adotada pelo Cmdo Ex para a redução de resíduos sólidos, em 2018, foi o Projeto de Remoção de Tanques de Combustíveis em Áreas Contaminadas nas áreas sob sua responsabilidade.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

6.1 RESUMO DO PROCESSO PARA DETERMINAR A MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES E DESCRIÇÃO DOS LIMITES DO RELATO E DE COMO O LIMITE FOI DETERMINADO

Por meio da Decisão Normativa (DN)-TCU nº 170/2018, o TCU relacionou o Comandante do Exército (Cmt Ex), Dirigente Máximo da Unidade Prestadora de Contas (UPC) Comando do Exército (Cmdo Ex), para prestar contas de sua gestão em relação ao exercício de 2018.

Em conformidade com a DN-TCU nº 170/2018, foram emanadas orientações do CCIEx com a finalidade de apresentar orientações relacionadas à organização, forma, conteúdos e prazos de apresentação do Relatório de Gestão, sob a forma de relato integrado.

O produto final desse processo foi este relatório integrado, considerando o relacionamento existente entre as diversas unidades/setores do Comando do Exército, cujo objetivo foi integrar informação financeira e informações sobre estratégia, governança, gestão de riscos, desempenho e perspectivas da organização.

A ideia é construir um modelo de preparação de relatórios, baseado em processos de controle e gestão, com o objetivo de divulgar informações estratégicas, relevantes e úteis para comunicação interna, para a gestão integrada e para divulgação externa (prestação de contas). Por esse motivo, este relato integrado representa uma evolução nos processos de gestão organizacional e comunicação corporativa do EB.

A estrutura básica do relatório de gestão, composta por capítulos, foi estabelecida pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU 170/2018. O conteúdo desses capítulos deveria ser elaborado observando-se as informações adicionais constantes do sistema e-Contas.

Boa parte das informações demandadas para a elaboração do relatório já vinham sendo solicitadas em exercícios anteriores, de modo que as Unidades puderam seguir os mesmos padrões para essas partes do relatório, embora em capítulos agora rearranjados e de forma integrada com as demais partes.

Para alcançar seu propósito e ser de fato um instrumento de *accountability* (prestação de contas e transparência), o relatório precisou seguir a diretriz de clareza, mediante o uso de linguagem simples e de imagens visuais, de modo a transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis. Para o exercício de 2018, no entanto, é compreensível que o Comando do Exército encontrou limitações técnicas na elaboração do relato, principalmente em relação a efeitos visuais e infográficos, que não são obrigatórios.

Dessa forma, esta UPC aplicou os recursos disponíveis para produzir um relatório claro e objetivo, sem criar ônus adicionais. Aliás, como o relato de gestão no formato integrado é conciso, focado em resultados e aspectos que são importantes (materiais) para a prestação de contas, o custo de sua elaboração é inferior aos relatórios de gestão descritivos e detalhados até então adotados.

Não se espera que o primeiro relatório de gestão na forma de relato integrado do Comando do Exército seja apresentado de forma perfeita em sua primeira edição. O relatório é o resultado de um processo que para muitas organizações públicas tem agora seu início, assim como foi para o Exército Brasileiro. O presente relatório integrado é o resultado de um processo que demanda tempo para se consolidar.

6.2 TRATAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)

a. Visão geral sobre das recomendações feitas pelo órgão de controle interno:

A tabela a seguir apresenta a quantidade de recomendações recebidas pelas unidades da estrutura do Comando do Exército, em **2018**, comparativamente à quantidade atendida.

Quadro 30– Demonstrativo do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Descrição	Total
Número Total de Recomendações	**4.681**
Número de Recomendações Atendidas	**4.376**
Indicador de Recomendações Atendidas	**93,48%**

b. Formas de acompanhamento das recomendações do OCI:

Compete ao Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx) e às Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), Unidades de Controle Interno do Comando do Exército, realizar os trabalhos de auditoria e fiscalização em conformidade com o Plano de Auditoria Interna (PAINT), aprovado pelo Comandante do Exército. O PAINT é documento onde estão registradas as atividades de auditoria interna governamental prioritárias que serão desenvolvidas pelo CCIEx e pelas ICFEx, sob a coordenação do CCIEx.

As auditorias são realizadas nas Organizações Militares (OM) do Comando do Exército, no Fundo do Exército (FEx) e nas entidades vinculadas ao Comando do Exército (Fundação Osório, Fundação Habitacional do Exército – FHE e Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL).

Na fase de planejamento, procede-se à avaliação de risco ou dos fatores de risco de materialidade, criticidade e relevância, destinada à identificação das áreas, processos e sistemas serem auditados. O processo de seleção deve estar integrado ao planejamento estratégico do Exército.

Após a aprovação do PAINT, as ICFEx e o CCIEx realizam as visitas de auditoria programadas. É comum, ainda, que durante o transcurso do exercício financeiro ocorram visitas de auditoria não programadas, em razão de alguma demanda de órgãos externos (Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União, Ministério Público, Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, etc.) ou mesmo de órgãos internos. Nestes casos, o Chefe do Centro de Controle Interno decide acerca da instauração do procedimento de auditoria devido.

Realizadas as visitas de auditoria pelas ICFEx, os achados e as recomendações são consolidados em relatórios próprios e encaminhados aos gestores das respectivas unidades organizacionais auditadas, para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis se pronunciem acerca da implementação das recomendações e sugestões propostas.

Por fim, após o pronunciamento da unidade auditada a respeito do cumprimento das recomendações, o relatório de auditoria é encaminhado pela ICFEx ao CCIEx, onde se realiza o acompanhamento das atividades de auditoria.

O atendimento das recomendações e sugestões propostas nos relatórios de visita de auditoria é monitorado por um Plano de Providências Permanente - PPP (Plano de Ação). O PPP é o documento, em formato 5W2H, de elaboração obrigatória pela unidade, em que devem constam as recomendações emitidas pelas UAIG e as providências a serem adotadas para regularizar ou sanear as impropriedades apontadas pela auditoria e ainda não sanadas quando da emissão do relatório de auditoria definitivo.

6.3 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

a. Visão geral sobre as deliberações feitas pelo TCU

No exercício de 2018, foram recebidas pelo Comando do Exército, por intermédio do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), um total de 30 (trinta) deliberações exaradas pelo TCU, por meio de acórdãos que continham determinações e/ou recomendações.

Está apresentado na tabela/quadro seguinte, o quantitativo recebido de acórdãos comparativamente com o atendido pelo Comando do Exército, conforme sua classificação (determinações e recomendações).

Quadro 31– Comparativo de determinações e recomendações

Classificação	Recebido pelo TCU	Atendido pelo Comando do Exército
Determinações	**24**	**19 (*)**
Recomendações	**6**	**4 (*)**
Deliberações na Área de Pessoal	**85**	**56 (**)**

(*) diferença entre o recebido e o atendido:

TC	Acórdão	Determinações item	Recomendações item	Justificativa
020.474/2017-2	2603/2018-TCU-Plenário	9.12	9.2	180 dias a contar de 03 Dez 18.
	3067/2018-TCU-Plenário	9.1.4	-	60 dias a contar de 17 Jan 19.
036.101/2016-2	2895/2018-TCU-Plenário	9.4	9.5	120 dias a contar de 9 Jan 19
016.161/2015-7	2893/2018-TCU- Plenário	7.2, 9.3 e 9.5	-	180 e 90 dias a contar de 20 Dez 18
013.139/2016-9	2674/2018-TCU-Plenário	(ii)	-	60 dias a contar de 12 Dez 18.

(**) 29 diligências na área de pessoal foram atendidas parcialmente e estão em processo de complementação das informações inicialmente requisitadas pelo TCU.

b. Formas de acompanhamento das deliberações do TCU

O órgão na estrutura do Comando do Exército responsável pelo acompanhamento e controle dos processos em trâmite no Tribunal, de interesse da Força, e das deliberações decorrentes é o Centro de Controle Interno do Exército – CCIEx. Este dispõe de sistema informatizado específico para o controle de demandas do TCU. Posteriormente, após análise e registro, a demanda do Tribunal é enviada a uma das 12 (doze) Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército – ICFEx, para remessa às suas Unidades Gestoras Vinculadas e acompanhamento do cumprimento das determinações e/ou recomendações.

Em relação às deliberações na área de pessoal, o CCIEx conta com a Seção de Auditoria de Pessoal para o acompanhamento das deliberações do TCU, os quais por meio de comunicação eletrônica encaminham às unidades de controle interno (ICFEx) as deliberações e as providências constantes dos ofícios do TCU.

Por sua vez, cada ICFEx fica responsável por notificar as unidades gestoras, bem como, monitorar e encaminhar para o CCIEx as informações sobre o cumprimento das demandas do TCU.

No CCIEx, o monitoramento das deliberações é realizado por um sistema de controle de demandas, com o lançamento de todos os documentos expedidos e recebidos entre os órgãos envolvidos.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018

ANEXO I - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, NOTAS EXPLICATIVAS E DECLARAÇÃO DO CONTADOR

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL 3
DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 5
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 8
BALANÇO FINANCEIRO 11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 122
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 15
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 17
1. INFORMAÇÕES GERAIS 17
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 17
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 18
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 20
5. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO 20
6. ESTOQUES 21
7. IMOBILIZADO 21
8. INTANGÍVEL 21
9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS A PAGAR-CP 25
10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO 25
11. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO 25
12. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO 25
13. PROVISÕES A LONGO PRAZO 26
14. DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO 28
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 28
16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 29
17. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS 29
18. EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS 29
19. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS 29
20. TRANSFERÊNCIA E DELEGAÇÕES RECEBIDAS 29
21. VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO 30
22. OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS 30
23. PESSOAL E ENCARGOS 30
24.BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS 31
25. USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO 31

26. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS 31
27. TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS 32
28. DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVO..... 32
29. TRIBUTÁRIAS..... 32
30. OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS 33
31. SUBTOTAL DAS DESPESAS 33

BALANÇO PATRIMONIAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	059 - CMDO/FEX
ORGÃO SUPERIOR	
EXERCíCIO	2018
PERíODO	Anual
EMISSÃO	23/01/2019

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO		2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	NOTAS	2018	2017
ATIVO CIRCULANTENOTAS		**7.276.784.659,78**	**4.257.840.787,61**	**PASSIVO CIRCULANTE**		**2.737.637.426,68**	**262.916.901,48**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**4**	4.881.493.737,91	**2.181.167.900,68**	**Obrigações Trabalhistas, Presidenciais e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo**	**9**	2.139.577.965,82	**3.309.769,03**
Créditos a Curto Prazo		-	-	**Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo**		-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	**5**	339.452.162,07	**285.981.070,48**	**Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**	**10**	162.133.008,41	**222.808.258,65**
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		-	-	**Obrigações Fiscais a Curto Prazo**	**11**	4.280,25	**4.745,64**
Estoques	**6**	2.055.834.275,88	**1.790.686.592,78**	**Obrigações de Repartição a Outros Entes**		-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda		-	-	**Provisões a Curto Prazo**		-	-
VPDs Pagas Antecipadamente		**4.483,92**	**5.223,67**	**Demais Obrigações a Curto Prazo**	**12**	435.922.172,20	**36.794.128,16**
ATIVO NÃO CIRCULANTE		**108.793.570.763,17**	**123.555.821.923,44**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		**72.740.062.131,70**	**69.716.848.356,64**
Ativo Realizável a Longo Prazo		**338.946,35**	**1.194.524,10**	**Obrigações Trabalhistas, Presidenciais e Assistenciais a pagar de Longo Prazo**		-	-
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo		338.946,35	1.194.524,10	**Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo**		-	-
Estoques		-	-	**Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo**		-	-
Investimentos		-	-	**Obrigações Fiscais a Longo Prazo**		-	-
Participações Permanentes		-	-	**Provisões a Longo Prazo**	**13**	72.739.344.982,32	**69.715.922.416,72**
Propriedades para Investimento		-	-	**Demais Obrigações a Longo Prazo**	**14**	717.149,38	**925.939,92**
Propriedades para Investimento		-	-	**Resultado Diferido**		-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos		-	-	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**		**75.477.699.558,38**	**69.979.765.258,12**
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos		-	-				
Investimentos do RPPSde Longo Prazo		-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos do RPPSde Longo Prazo		-	-	ESPECIFICAÇÃO		2018	2017
				Patrimônio Social e Capital Social		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS		-	-				
				Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
				Reservas de Capital		-	-
Demais Investimentos Permanentes		-	-				
				Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.		-	-				
				Reservas de Lucros		-	-

Imobilizado	**7**	108.695.117.821,62	**123.462.253.402,17**				
				Demais Reservas		-	-
Bens Móveis		13.282.427.199,12	12.492.020.948,29				
				Resultados Acumulados		**40.592.655.864,57**	**57.833.897.452,93**
Bens Móveis		15.888.207.030,46	14.563.061.689,62				
				Resultado do Exercício		-17.392.240.672,50	2.391.136.523,92
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		-2.605.779.831,34	-2.071.040.741,33				
				Resultados de Exercícios Anteriores		57.899.732.043,28	125.277.950.133,75
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis		-	-				
				Ajustes de Exercícios Anteriores		85.164.493,79	-69.835.189.204,74
Bens Imóveis		95.412.690.622,50	110.970.232.453,88				
				(-) Ações / Cotas em Tesouraria		-	-
Bens Imóveis		95.859.903.691,00	111.291.999.020,69				
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis		-447.213.068,50	-321.766.566,81	**TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**15**	40.592.655.864,57	**57.833.897.452,93**
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis		-	-				
Intangível	**8**	98.113.995,20	**92.373.997,17**				
Softwares		93.294.308,08	87.556.264,05				
Softwares		108.465.746,65	93.272.513,21				
(-) Amortização Acumulada de Softwares		-15.171.438,57	-5.716.249,16				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares		-	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		4.819.687,12	4.817.733,12				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		4.819.687,12	4.817.733,12				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
Direitos de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis		-	-				
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis		-	-				
Diferido		-	-				
TOTAL DO ATIVO		**116.070.355.422,95**	**127.813.662.711,05**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**116.070.355.422,95**	**127.813.662.711,05**

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2018**	**2017**	ESPECIFICAÇÃO	**2018**	**2017**
ATIVO FINANCEIRO	**4.930.300.322,71**	**2.222.757.330,47**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**5.428.118.446,78**	**2.813.992.265,70**
ATIVO PERMANENTE	**111.140.055.100,24**	**125.590.905.380,58**	**PASSIVO PERMANENTE**	**72.752.081.355,41**	**69.728.807.105,58**
			SALDO PATRIMONIAL	**37.890.155.620,76**	**55.270.863.339,77**

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**2018**	**2017**	ESPECIFICAÇÃO	**2018**	**2017**
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**2.104.443.074,71**	**1.263.978.470,33**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**9.790.762.754,94**	**9.390.147.293,07**
Execução dos Atos Potenciais Ativos	2.104.443.074,71	1.263.978.470,33	Execução dos Atos Potenciais Passivos	9.790.762.754,94	9.390.147.293,07
Garantias e Contra-garantias Recebidas a Executar	369.542.906,47	257.166.504,14	Garantias e Contra-garantias Concedidas a Executar	773.285,92	912.761,15
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	1.698.966.112,33	971.840.847,31	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	5.885.133,76	3.826.200,11
Direitos Contratuais a Executar	35.934.055,91	34.971.118,88	Obrigações Contratuais a Executar	9.784.104.335,26	9.385.408.331,81
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	**2.104.443.074,71**	**1.263.978.470,33**	**TOTAL**	**9.790.762.754,94**	**9.390.147.293,07**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO

Recursos Ordinários	**-1.845.737.145,98**
Recursos Vinculados	**1.347.919.021,91**
Educação	189.481,22
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-6.675.652,08
Recursos de Receitas Financeiras	-17.796,77
Operação de Crédito	-5.753.450,12
Alienação de Bens e Direitos	22.271.483,74
Doações	8.160,54
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.353.277.645,71
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-15.380.850,33
TOTAL	**-497.818.124,07**

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	059 - CMDO/FEX
ORGÃO SUPERIOR	
Exercício	2018
Período	Anual
EMISSÃO	23/01/2019

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	NOTAS	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		**102.692.618.934,74**	**119.326.164.707,63**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**16**	56.059.372,74	**37.730.180,97**
Impostos		-	-
Taxas		56.059.372,74	37.730.180,97
Contribuições de Melhoria		-	-
Contribuições	**17**	**1.594.189.551,50**	**1.478.389.600,82**
Contribuições Sociais		1.594.189.551,50	1.478.389.600,82
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico		-	-
Contribuição de Iluminação Pública		-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais		-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**18**	447.897.834,10	**429.127.930,90**
Venda de Mercadorias		11.689.612,13	12.106.235,10
Vendas de Produtos		-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		436.208.221,97	417.021.695,80
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**19**	560.134.153,51	**343.587.018,61**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		3.365.262,35	1.155.232,16
Variações Monetárias e Cambiais		454.834.582,85	216.864.897,37
Descontos Financeiros Obtidos		-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras		101.934.308,31	125.566.889,08
Aportes do Banco Central		-	-

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Recebidas	**20**	97.014.543.724,10	**114.163.445.948,50**
Transferências Intragovernamentais		93.947.024.486,75	87.004.607.703,81
Transferências Intergovernamentais		20.940.563,28	25.331.760,01
Transferências das Instituições Privadas		-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências de Consórcios Públicos		-	-
Transferências do Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes		-	-
Transferências de Pessoas Físicas		-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas		3.046.578.674,07	27.133.506.484,68
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**21**	1.811.904.982,54	**1.788.658.041,23**
Reavaliação de Ativos		694.110.244,76	616.669.410,36
Ganhos com Alienação		14.197.325,89	29.901.603,41
Ganhos com Incorporação de Ativos		849.040.165,10	944.243.803,05
Ganhos com Desincorporação de Passivos		254.557.246,79	197.843.224,41
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas22		1.207.889.316,25	**1.085.225.986,60**
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	-
Resultado Positivo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.207.889.316,25	1.085.225.986,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		**120.084.859.607,24**	**116.935.028.183,64**
Pessoal e Encargos	**23**	15.304.303.697,63	**14.317.168.838,27**
Remuneração a Pessoal		13.920.006.949,07	12.947.968.017,81
Encargos Patronais		107.207.048,60	114.233.113,02
Benefícios a Pessoal		1.276.192.103,32	1.254.916.591,44
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		897.596,64	51.116,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais24		23.849.602.979,51	**22.005.088.568,55**
Aposentadorias e Reformas		11.309.439.055,79	10.330.492.486,31
Pensões		12.455.075.979,87	11.591.412.694,94
Benefícios de Prestação Continuada		-	-
Benefícios Eventuais		-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda		-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		85.087.943,85	83.183.387,30
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**25**	5.592.002.132,59	**5.444.944.112,03**
Uso de Material de Consumo		1.673.573.242,27	1.615.875.307,15
Serviços		3.167.124.407,76	3.041.162.803,60
Depreciação, Amortização e Exaustão		751.304.482,56	787.906.001,28
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**26**	445.788.521,23	**199.609.332,30**
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos		-	-
Juros e Encargos de Mora		209.618,36	338.936,17
Variações Monetárias e Cambiais		444.125.197,00	197.816.875,03
Descontos Financeiros Concedidos		1.453.705,87	1.453.521,10
Aportes ao Banco Central		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		-	-
Transferências e Delegações Concedidas 27		53.921.481.610,07	**72.936.017.333,25**
Transferências Intragovernamentais		50.952.799.644,81	46.550.235.168,25
Transferências Intergovernamentais		247.799,00	729.201,00
Transferências a Instituições Privadas		-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais		-	-
Transferências a Consórcios Públicos		-	-
Transferências ao Exterior		-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes		-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		2.968.434.166,26	26.385.052.964,00
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**28**	17.786.496.692,94	**1.847.790.585,65**

Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		15.926.142.540,17	2.193.287,77
Perdas com Alienação		-	-
Perdas Involuntárias		139.262.029,28	186.141.623,20
Incorporação de Passivos		1.047.414.410,84	1.070.572.304,86
Desincorporação de Ativos		673.677.712,65	588.883.369,82
Tributárias	**29**	26.322.150,00	**34.005.151,44**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.300.282,72	808.288,01
Contribuições		25.021.867,28	33.196.863,43
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		**-**	**-**
Custo das Mercadorias Vendidas		-	-
Custos dos Produtos Vendidos		-	-
Custo dos Serviços Prestados		-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.158.861.823,27	**150.404.262,15**
30			
Premiações		169.100,20	100.765,48
Resultado Negativo de Participações		-	-
Operações da Autoridade Monetária		-	-
Incentivos		620.792,15	300.848,84
Subvenções Econômicas		-	-
Participações e Contribuições		-	-
Constituição de Provisões		3.023.422.565,60	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		134.649.365,32	150.002.647,83
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		**-17.392.240.672,50**	**2.391.136.523,99**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	059 - CMDO/FEX
ORGÃO SUPERIOR	
EXERCíCIO	2018
PERíODO	Anual
EMISSÃO	23/01/2019

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	**1.646.328.111,00**	**1.646.328.111,00**	**1.754.987.949,99**	**108.659.838,99**
Receitas Tributárias	**23.944.416,00**	**23.944.416,00**	**40.039.374,52**	**16.094.958,52**
Impostos	-	-	-	-
Taxas	23.944.416,00	23.944.416,00	40.039.374,52	16.094.958,52
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	**-**	**-**	**-**	**-**
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	**329.605.010,00**	**329.605.010,00**	**391.719.351,68**	**62.114.341,68**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	122.738.515,00	122.738.515,00	113.489.307,86	-9.249.207,14
Valores Mobiliários	73.806.668,00	73.806.668,00	101.931.261,53	28.124.593,53
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	133.059.827,00	133.059.827,00	176.298.782,29	43.238.955,29
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita Industrial	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas de Serviços	**1.211.950.806,00**	**1.211.950.806,00**	**1.276.443.698,42**	**64.492.892,42**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	79.114.344,00	79.114.344,00	80.043.902,28	929.558,28
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	383.406,00	383.406,00	282.181,06	-101.224,94
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	1.130.710.002,00	1.130.710.002,00	1.195.180.963,53	64.470.961,53
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	1.743.054,00	1.743.054,00	936.651,55	-806.402,45
Transferências Correntes	**54.810.093,00**	**54.810.093,00**	**20.940.563,28**	**-33.869.529,72**
Outras Receitas Correntes	**26.017.786,00**	**26.017.786,00**	**25.844.962,09**	**-172.823,91**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	240.387,00	240.387,00	234.652,33	-5.734,67
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	23.353.599,00	23.353.599,00	23.364.642,85	11.043,85
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	2.423.800,00	2.423.800,00	2.245.666,91	-178.133,09
RECEITAS DE CAPITAL	**67.112.036,00**	**67.112.036,00**	**14.463.707,89**	**-52.648.328,11**
Operações de Crédito	**-**	**-**	**582,00**	**582,00**
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	582,00	582,00
Alienação de Bens	**15.159.653,00**	**15.159.653,00**	**14.463.125,89**	**-696.527,11**
Alienação de Bens Móveis	15.159.653,00	15.159.653,00	14.463.125,89	-696.527,11
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	**-**	**-**	**-**	**-**
Transferências de Capital	**51.952.383,00**	**51.952.383,00**	**-**	**-51.952.383,00**
Outras Receitas de Capital	**-**	**-**	**-**	**-**
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-

Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	**1.713.440.147,00**	**1.713.440.147,00**	**1.769.451.657,88**	**56.011.510,88**	
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**1.713.440.147,00**	**1.713.440.147,00**	**1.769.451.657,88**	**56.011.510,88**	
DEFICIT			**44.759.790.960,72**	**44.759.790.960,72**	
TOTAL	**1.713.440.147,00**	**1.713.440.147,00**	**46.529.242.618,60**	**44.815.802.471,60**	
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	**42.881.472.464,00**	**43.813.085.098,01**	**44.574.539.969,02**	**43.383.176.900,83**	**40.816.860.012,89**	**-761.454.871,01**
Pessoal e Encargos Sociais	**37.409.582.163,00**	**38.215.657.771,00**	**37.864.365.740,42**	**37.864.365.740,42**	**35.460.160.523,13**	**351.292.030,58**
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**5.471.890.301,00**	**5.597.427.327,01**	**6.710.174.228,60**	**5.518.811.160,41**	**5.356.699.489,76**	**-1.112.746.901,59**
DESPESAS DE CAPITAL	**1.649.003.031,00**	**1.667.109.763,00**	**1.954.702.649,58**	**1.000.536.955,29**	**985.523.596,31**	**-287.592.886,58**
Investimentos	**1.649.003.031,00**	**1.667.109.763,00**	**1.954.702.649,58**	**1.000.536.955,29**	**985.523.596,31**	**-287.592.886,58**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**463.398,00**	**463.398,00**	-	-	-	**463.398,00**
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	**44.530.938.893,00**	**45.480.658.259,01**	**46.529.242.618,60**	**44.383.713.856,12**	**41.802.383.609,20**	**-1.048.584.359,59**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	**44.530.938.893,00**	**45.480.658.259,01**	**46.529.242.618,60**	**44.383.713.856,12**	**41.802.383.609,20**	**-1.048.584.359,59**
TOTAL	**44.530.938.893,00**	**45.480.658.259,01**	**46.529.242.618,60**	**44.383.713.856,12**	**41.802.383.609,20**	**-1.048.584.359,59**

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**109.638.118,94**	**1.214.349.974,39**	**1.073.579.988,22**	**1.063.933.612,26**	**75.863.485,67**	**184.190.995,40**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**109.638.118,94**	**1.214.349.974,39**	**1.073.579.988,22**	**1.063.933.612,26**	**75.863.485,67**	**184.190.995,40**
DESPESAS DE CAPITAL	**347.856.430,69**	**955.664.553,65**	**814.957.903,77**	**790.531.058,74**	**56.846.820,36**	**456.143.105,24**
Investimentos	**347.856.430,69**	**955.664.553,65**	**814.957.903,77**	**790.531.058,74**	**56.846.820,36**	**456.143.105,24**
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**457.494.549,63**	**2.170.014.528,04**	**1.888.537.891,99**	**1.854.464.671,00**	**132.710.306,03**	**640.334.100,64**

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	**1.040.396,73**	**79.756.123,42**	**79.421.061,91**	**220.502,63**	**1.154.955,61**
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	**1.040.396,73**	**79.756.123,42**	**79.421.061,91**	**220.502,63**	**1.154.955,61**
DESPESAS DE CAPITAL	**3.977,50**	**72.628.108,58**	**72.602.986,64**	-	**29.099,44**
Investimentos	**3.977,50**	**72.628.108,58**	**72.602.986,64**	-	**29.099,44**

Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	**1.044.374,23**	**152.384.232,00**	**152.024.048,55**	**220.502,63**	**1.184.055,05**

BALANÇO FINANCEIRO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTITULO 059 - CMDO/FEX

ORGÃO SUPERIOR

EXERCíCIO 2018

PERíODO Anual

EMISSÃO 23/01/2019

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	**1.769.451.657,88**	**1.728.208.463,41**	**Despesas Orçamentárias**	**46.529.242.618,60**	**43.618.604.214,02**
Ordinárias	**-**	**26.427.283,94**	**Ordinárias**	**43.419.949.190,95**	**19.326.969.300,58**
Vinculadas	**1.880.173.318,96**	**1.706.170.841,52**	**Vinculadas**	**3.109.293.427,65**	**24.291.634.913,44**
Recursos de Receitas Financeiras		-	Educação		8.952.566,64
Operação de Crédito	575.890,85	3.840,91	Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.277.355.479,06	2.181.703.868,06
Alienação de Bens e Direitos	15.430.146,98	38.466.256,86	Recursos de Receitas Financeiras		-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.824.097.134,61	1.640.405.408,75	Operação de Crédito	6.597.618,58	20.708.110.996,98
Outros Recursos Vinculados a Fundos	40.070.146,52	27.295.335,00	Alienação de Bens e Direitos	15.407.181,65	2.199.458,80
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-110.721.661,08	-4.389.662,05	Doações		777.171,55
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.776.842.347,25	1.370.487.322,07
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	33.090.801,11	19.403.529,34
Transferências Financeiras Recebidas	**93.267.855.314,09**	**86.604.264.465,30**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**50.271.704.201,48**	**46.148.496.407,52**
Resultantes da Execução Orçamentária	87.937.375.776,99	82.151.059.117,25	Resultantes da Execução Orçamentária	44.745.051.161,08	41.604.851.581,74
Repasse Recebido	43.529.201.125,02	40.748.463.632,53	Repasse Concedido	336.876.509,11	202.256.093,22
Sub-repasse Recebido	44.406.659.141,12	41.402.545.519,90	Sub-repasse Concedido	44.406.659.141,12	41.402.545.519,95
Sub-repasse Devolvido	1.515.510,85	49.964,82	Repasse Devolvido		3,75
Independentes da Execução Orçamentária	5.330.479.537,10	4.453.205.348,05	Sub-repasse Devolvido	1.515.510,85	49.964,82
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	3.742.142.698,05	3.134.474.159,84	Independentes da Execução Orçamentária	5.526.653.040,40	4.543.644.825,78
Demais Transferências Recebidas	298.037,47	344.269,97	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.219.841.017,96	1.691.913.649,28
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.587.865.103,15	1.318.342.243,10	Demais Transferências Concedidas	9.992.154,51	1.346.892,74
Movimentações para Incorporação de Saldos	173.698,43	44.675,14	Movimento de Saldos Patrimoniais	3.296.646.169,50	2.850.339.608,62
Aporte ao RPPS	-	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	173.698,43	44.675,14
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Recebimentos Extra-orçamentários	**6.767.601.372,43**	**4.058.908.132,54**	**Despesas Extra-orçamentários**	**2.303.635.687,09**	**1.965.039.722,78**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	2.581.330.246,92	142.091.297,78	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	152.024.048,55	105.073.942,58
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.145.528.762,48	2.170.014.528,04	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.854.464.671,00	1.574.683.314,48
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	322.965.506,95	246.704.284,44	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	297.040.447,49	241.168.488,40
Outros Recebimentos Extra-orçamentários	1.717.776.856,08	1.500.098.022,28	Outros Pagamentos Extra-orçamentários	106.520,05	44.113.977,32
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		2.285,19	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	15.389,38	
Restituições a Pagar	1.102,05	1.484,60	Pagamento de Passivos Recebidos	0,02	
Passivos Transferidos		49.851,56	Variação Cambial	0,08	2.006.268,66
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.410,69		Valores em Trânsito	91.130,57	41.589.429,79
Arrecadação de Outra Unidade	1.668.699.831,71	1.478.389.109,68	Ajuste Acumulado de Conversão		518.278,87
Ajuste Acumulado de Conversão	4.605.100,00				
Demais Recebimentos	44.468.411,63	21.655.291,25			
Saldo do Exercício Anterior	**2.181.167.900,68**	**1.521.927.183,75**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**4.881.493.737,91**	**2.181.167.900,68**
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.181.167.900,68	1.521.927.183,75	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.881.493.737,91	2.181.167.900,68
TOTAL	**103.986.076.245,08**	**93.913.308.245,00**	**TOTAL**	**103.986.076.245,08**	**93.913.308.245,00**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	059 - CMDO/FEX
ORGÃO SUPERIOR	
EXERCíCIO	2018
PERíODO	Anual
EMISSÃO	23/01/2019

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	**4.502.895.527,64**	**1.947.273.915,21**
INGRESSOS	**97.063.585.627,11**	**90.041.617.897,95**
Receitas Derivadas e Originárias	**1.734.047.386,71**	**1.665.091.322,54**
Receita Tributária	40.039.374,52	38.600.558,83
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	289.788.090,15	272.349.421,79
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	1.276.443.698,42	1.188.214.468,42
Remuneração das Disponibilidades	101.931.261,53	125.566.889,08
Outras Receitas Derivadas e Originárias	25.844.962,09	40.359.984,42
Transferências Correntes Recebidas	**20.940.563,28**	**25.462.088,58**
Intergovernamentais	20.940.563,28	23.831.332,83
Dos Estados e/ou Distrito Federal	13.316.004,56	17.399.658,98
Dos Municípios	7.624.558,72	6.431.673,85
Intragovernamentais	-	1.630.755,75
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	**95.308.597.677,12**	**88.351.064.486,83**
Ingressos Extra-orçamentários	322.965.506,95	246.704.284,44
Restituições a Pagar	1.102,05	1.484,60
Passivos Transferidos		49.851,56
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	2.410,69	
Transferências Financeiras Recebidas	93.267.855.314,09	86.604.264.465,30
Arrecadação de Outra Unidade	1.668.699.831,71	1.478.389.109,68
Ajuste Acumulado de Conversão	4.605.100,00	
Demais Recebimentos	44.468.411,63	21.655.291,25
DESEMBOLSOS	**-92.560.690.099,47**	**-88.094.343.982,74**
Pessoal e Demais Despesas	**-41.811.387.775,57**	**-41.486.297.433,53**
Legislativo	-	-
Judiciário	-27.439.894,57	-19.256.517,25
Essencial à Justiça	-	-40.799,20
Administração	-543.046,78	-2.340.003,50
Defesa Nacional	-28.871.010.930,97	-27.961.922.961,44
Segurança Pública	-696.598.491,04	-929.005.651,79
Relações Exteriores	-1.128.700,26	-54.269.575,78
Assistência Social	-2.238.770,91	-1.234.385,92
Previdência Social	-12.078.394.536,27	-12.369.954.581,89
Saúde	-48.481.479,44	-114.487.016,46
Trabalho	-	-
Educação	-10.283.553,85	-5.243.505,41
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-

Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-424.991,00
Ciência e Tecnologia	-5.815,68	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-2.856.212,22	-8.460.061,00
Desporto e Lazer	-16.675.048,05	-19.659.668,08
Encargos Especiais	-55.715.906,15	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-15.389,38	2.285,19
Juros e Encargos da Dívida	**-**	**-**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	**-180.466.544,26**	**-174.267.675,97**
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-180.218.745,26	-173.538.474,97
Outras Transferências Concedidas	-247.799,00	-729.201,00
Outros Desembolsos das Operações	**-50.568.835.779,64**	**-46.433.778.873,24**
Dispêndios Extra-orçamentários	-297.040.447,49	-241.168.488,40
Pagamento de Passivos Recebidos	-0,02	
Transferências Financeiras Concedidas	-50.271.704.201,48	-46.148.496.407,52
Variação Cambial	-0,08	-2.006.268,66
Valores em Trânsito	-91.130,57	-41.589.429,79
Ajuste Acumulado de Conversão		-518.278,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-1.802.570.272,41**	**-1.287.902.869,71**
INGRESSOS	**14.463.125,89**	**37.785.380,86**
Alienação de Bens	**14.463.125,89**	**37.785.380,86**
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	**-**	**-**
Outros Ingressos de Investimentos	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-1.817.033.398,30**	**-1.325.688.250,57**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.409.500.117,23**	**-1.071.332.387,94**
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-407.533.281,07**	**-254.355.862,63**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**582,00**	**-130.328,57**
INGRESSOS	**582,00**	**-130.328,57**
Operações de Crédito	**582,00**	**-**
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	**-**	**-**
Transferências de Capital Recebidas	**-**	**-130.328,57**
Intergovernamentais	-	-130.328,57
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-130.328,57
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	**-**	**-**
DESEMBOLSOS	**-**	**-**
Amortização / Refinanciamento da Dívida	**-**	**-**
Outros Desembolsos de Financiamento	**-**	**-**
AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO		-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**2.700.325.837,23**	**659.240.716,93**

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**2.181.167.900,68**	**1.521.927.183,75**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**4.881.493.737,91**	**2.181.167.900,68**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	52121 - COMANDO DO EXERCITO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGÃO SUPERIOR	52000 - MINISTERIO DA DEFESA
EXERCÍCIO	2018
PERÍODO	DEZ(Encerrado)
EMISSÃO	07/02/2019

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2017	-	-	-	-	9.329.724,70	125.274.142.529,69	-	-	125.283.472.254,39
Variação Cambial	-	-	-	-	-	3.807.604,11	-	-	3.807.604,11
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-69.844.179.260,81	-	-	-69.844.179.260,81
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-9.329.724,70	8.995.995,34	-	-	-333.729,36
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.391.136.523,96	-	-	2.391.136.523,96
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-5.939,27	-	-	-5.939,27
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Saldo Final do Exercício 2017	-	-	-	-	-	57.833.897.453,02	-	-	57.833.897.453,02

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2018	-	-	-	-	-	57.833.897.453,02	-	-	57.833.897.453,02
Variação Cambial	-	-	-	-	-	65.834.590,30	-	-	65.834.590,30
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	85.462.906,80	-	-	85.462.906,80
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-298.413,01	-	-	-298.413,01
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-17.392.240.672,51	-	-	-17.392.240.672,51
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Saldo Final do Exercício 2018	-	-	-	-	-	40.592.655.864,60	-	-	40.592.655.864,60

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Nome Completo e Oficial da Unidade

Comando do Exército e Fundo do Exército.

1.2. Natureza jurídica da entidade

Entidade de Direito Público.

1.3. Vinculação Ministerial

Os Órgãos estão vinculados ao Ministério da Defesa, sendo o Fundo do Exército por intermédio do Comando do Exército.

1.4. Domicílio da entidade

O Exército Brasileiro, do qual são órgãos integrantes o Comando e o Fundo do Exército, é uma instituição nacional presente em todo território nacional, por meio de suas Organizações Militares, tendo sua Administração Central instalada no Quartel General do Exército – QGEx, situado na Avenida do Exército, Bloco A, 2º piso, CEP: 70.630-901, Brasília-DF.

1.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade.

O Exército Brasileiro é parte integrante das Forças Armadas, juntamente com a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira, constituindo-se, assim, em uma instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República.

A Força Terrestre possui como missões definidas pela Constituição Federal, no Art.142:

- a defesa da Pátria,
- a garantia dos poderes constitucionais e,
- por iniciativa dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei nº 4.320/1964, as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade e as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações dos órgãos e para os quais não haja restrições para uso imediato.

São registrados pelo valor nominal, atualizados às taxas de juros e variação cambial. Os recursos são disponibilizados às Unidades Gestoras (UG), respeitando a ordem cronológica das liquidações, cumprindo o que determina o Art. 5º da Lei 8.666/93.

Em situação de restrição fiscal, que inviabilize operacionalizar da forma citada acima, prioriza-se o pagamento de despesas consideradas sensíveis para funcionamento da Força Terrestre, tais como: saúde, operações militares inadiáveis, educação, concessionárias de serviço público e obrigações de contratos continuados.

3.2. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, suprimento de fundos, adiantamentos a pessoal e fornecedores realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

3.3. Estoques

Correspondem aos valores dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. São avaliados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos de produção.

3.4. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) Pagas Antecipadamente

Compreendem os pagamentos antecipados que serão convertidos em despesas pela prestação de serviço aos Órgãos no futuro próximo.

3.5. Imobilizado

Compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, as taxas são as definidas pela Macro função SIAFI 020330 (depreciação, amortização e exaustão na Administração Direta da União, autarquias e fundações), no item 6.3 (Tabela de vida útil e valor residual para cada conta contábil) disponibilizada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no Sítio http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br/.

3.6. Intangível

Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. São mensurados com base no custo de aquisição e/ou

formação deduzido a amortização acumulada.Somente os Ativos Intangíveis com vida útil definida são amortizados.

3.7. Passivo Circulante e Não Circulante

Compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos; sejam valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade; e as obrigações de prazo ou de valor incertos, com probabilidade de ocorrerem.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis (regime de competência), acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

3.8 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.

3.9 Ativo Financeiro

Compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

3.10 Ativo Permanente

Compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

3.11 Passivo Financeiro

Compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

3.12 Passivo Permanente

Compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

3.13. Apuração de Resultado

As Variações Patrimoniais Aumentativas (receitas) e Variações Patrimoniais Diminutivas (despesas) foram apuradas pelo Regime de Competência.

3.14. Receitas e Despesas Orçamentárias

Os recursos financeiros do Comando do Exército são consignados pelo orçamento e disponibilizados pelo Governo Federal, enquanto que os recursos do Fundo do Exército são provenientes de arrecadações próprias.

As despesas são reconhecidas pelo Regime de Competência, conforme Art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
111115008	Fundo de aplicação - Extra mercado	1.152.306.233,36	1.098.380.402,10	4,91%
111122001	Limite de saque com vinculação de pagamento - OFSS	745.774.526,87	708.150.324,39	5,31%
111122003	Limite de saque c/vinculação de pagamento- ordem pagamento - OFSS	2.511.557.922,23		
Demais Contas Contábeis do subgrupo		471.855.055,46	374.637.174,18	25,95%
Total		4.881.493.737,92	2.181.167.900,67	123,80%

Este subgrupo equivale a 4,20% do Ativo Total de 2018, com variação positiva correspondente a 123,80% em relação ao exercício anterior.

O Comando do Exército e Fundo do Exército receberam financeiro de R$ 46.807.725.021,62, e realizou pagamentos no valor de R$ 44.107.399.184,37, restando o saldo de R$ 2.700.325.837,23.

A conta contábil 11.112.20.03 - Limite de saque com vinculação de pagamento- ordem pagamento - OFSS foi criada no final do exercício, para evidenciar o valor de despesas a pagar aguardando autorização do tesoureiro e ordenador de despesa para geração das ordens bancárias, conforme procedimentos descritos na MSG SIAFI 2018/1347451, de 24 Out 18 da Coordenação Geral de Programação Financeira, rotina criada pela Secretaria do Tesouro Nacional neste ano, por isso não há saldo no ano 2017.

5. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
113110500	Adiantamento a prestadores de serviços	25.481.560,40	25.481.560,40	0,00%
113110900	Adiantamentos a fornecedores	244.930.774,10	211.432.141,90	15,84%
113810606	Valores em trânsito - UG exterior	48.806.584,80	41.589.429,80	17,35%
Demais Contas Contábeis do subgrupo		69.039.827,56	49.067.368,22	40,70%
Total		**339.452.162,06**	**285.981.070,52**	**18,70%**

O Subgrupo em questão corresponde a 0,29% do Ativo Total no final do exercício financeiro de 2018, com variação positiva em relação ao exercício anterior de 18,70%.

A conta contábil Adiantamento a Fornecedores corresponde a 0,21% do Ativo Total de 2018 e refere-se a pagamentos antecipados, predominantemente, em função da aquisição de suprimento de aviação e aquisição de combustíveis, proveniente de contratos firmados junto ao Comando Logístico. As entradas no valor de R$ 344.638.240,72 e a baixa no montante de R$ 321.521.908,26, motivaram uma variação positiva de R$ 23.116.332,46 no exercício de 2018.

Em relação à conta Valores em Trânsito - UG Exterior, na qual estão registrados os movimentos relacionados a transferências financeiras entre UG do país e do exterior, corresponde a 0,04% do Ativo Total de 2018.

6. ESTOQUES

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
115511000	Materiais de consumo em trânsito	55.508.518,30	51.704.259,20	
115610100	Materiais de consumo	1.105.129.759,38	816.627.602,68	35,33%
115810201	Material consumo -estoque interno- para distribuir	832.559.647,68	849.156.602,48	-1,95%
115810500	Importações em andamento - estoques	50.482.469,29	62.959.881,88	-19,82%
Demais Contas Contábeis do subgrupo		12.153.881,24	10.238.246,53	18,71%
Total		**2.055.834.275,89**	**1.790.686.592,77**	**14,81%**

Este subgrupo corresponde a 1,77% do Ativo Total do exercício financeiro de 2018, período no qual teve uma variação positiva equivalente a 14,81% (AH) em relação ao exercício anterior.

Destaca-se a conta contábil Materiais de Consumo, na qual estão registrados os movimentos dos bens adquiridos e estocados em almoxarifados, destinados a atender ao consumo interno das unidades gestoras, representa 0,95% do Ativo Total, com crescimento de 35,33%.

7. IMOBILIZADO

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
123110101	Aparelhos de medição e orientação	114.368.834,94	107.665.986,87	6,23%
123110102	Aparelhos e equipamentos de comunicação	628.023.599,18	600.084.007,60	4,66%
123110103	Equipam/utensílios médicos, odontológicos, laboratoriais e hospitalares	565.052.523,55	537.498.303,85	5,13%
123110104	Aparelho e equipamento p/esportes e diversões	40.418.095,18	30.953.230,77	30,58%
123110105	Equipamento de proteção, segurança e socorro	263.846.137,57	245.977.370,81	7,26%
123110106	Máquinas e equipamentos industriais	161.605.045,66	145.641.502,77	
123110107	Máquinas e equipamentos energéticos	118.733.740,26	114.254.329,23	3,92%
123110108	Máquinas e equipamentos gráficos	13.443.595,11	10.145.141,55	32,51%
123110109	Máquinas, ferramentas e utensílios de oficina	139.068.007,81	136.993.764,24	1,51%
123110110	Equipamentos de montaria	2.996.842,16	1.752.454,24	71,01%
123110111	Equipamento e materiais sigilosos e reservados	38.801.011,41		100%
123110112	Equipamentos, peças e acessórios p/automóveis	10.023.389,34	12.464.631,60	-19,59%
123110113	Equipamentos, peças e acessórios marítimos	15.278.282,79	14.123.444,08	8,18%
123110114	Equipamentos, peças e acessórios aeronáuticos	51.759.119,55	81.953.049,23	-36,84%
123110115	Equipam. Peças e acessórios proteção ao voo	66.799.413,07	68.434.472,37	-2,39%
123110116	Equipamentos de mergulho e salvamento	3.724.001,81	3.536.154,06	5,31%
123110117	Equipam de máquinas e motores navios esquadra	1.125.359,78	974.542,78	15,48%

123110118	Equipamentos de manobras e patrulhamento	263.504.752,54	248.063.195,71	6,22%
123110119	Equipamento de proteção e vigilância ambiental	10.299,40		100%
123110120	Máquinas e utensílios agropecuário/rodoviário	406.538.172,27	391.427.542,51	3,86%
123110121	Equipamentos hidráulicos e elétricos	29.848.055,24	29.050.244,97	2,75%
123110124	Máquinas e equipamentos eletro-eletrônicos	181.652,78	0,00	100%
123110125	Máquinas, utensílios e equipamentos diversos	191.455.821,25	180.007.843,61	6,36%
123110199	Outras máquinas, equipamentos e ferramentas	398.870,79	287.734,37	38,62%
123110201	Equipamento de tecnologia da informática e comunicação	661.638.313,42	552.919.156,39	19,66%
123110301	Aparelhos e utensílios domésticos	192.531.253,87	175.871.580,88	9,47%
123110302	Máquinas e utensílios de escritório	6.202.190,97	5.806.830,19	6,81%
123110303	Mobiliário em geral	471.145.195,55	433.958.868,27	8,57%
123110304	Utensílios em geral	26.170,34	0,00	100%
123110402	Coleções e materiais bibliográficos	7.831.652,90	7.009.202,66	11,73%
123110403	Discotecas e filmotecas	34.420,79	23.678,94	45,36%
123110404	Instrumentos musicais e artísticos	21.993.636,07	20.461.648,37	7,49%
123110405	Equipamentos para áudio, vídeo e foto	120.118.289,04	113.131.934,91	6,18%
123110406	Obras de arte e peças para exposição	6.295.774,25	4.329.621,48	45,41%
123110407	Máquinas e equipamentos para fins didáticos	45.415.311,57	22.707.655,77	100,00%
123110501	Veículos em geral	66.088.453,04	52.439.426,82	26,03%
123110502	Veículos ferroviários	42.388,67	42.388,74	0,00%
123110503	Veículos de tração mecânica	4.069.755.287,54	4.140.362.579,76	-1,71%
123110504	Carros de combate	1.372.372.012,85	753.861.632,06	82,05%
123110505	Aeronaves	1.212.689.460,07	1.214.541.476,75	-0,15%
123110506	Embarcações	91.963.767,33	76.569.584,05	20,10%
123110600	Peças e conjuntos de reposição	74.369,00		100%
123110701	Bens móveis em elaboração	1.003.347.555,24	784.826.412,13	27,84%
123110702	Importações em andamento - bens moveis	416.845.887,36	257.922.145,73	61,62%
123110703	Adiantamentos para inversões em bens móveis	491.147.515,64	346.222.587,45	41,86%
123110704	Almoxarifado de inversões fixas	445.282,19	0,00	100%
123110801	Estoque interno	304.154.550,28	388.813.837,06	-21,77%
123110802	Estoque de distribuição	942.634.413,51	721.662.303,24	30,62%
123110803	Bens móveis a reparar	53.327.752,40	75.629.702,70	-29,49%
123110804	Bens móveis em reparo	27.508.999,12	24.462.428,33	12,45%
123110805	Bens móveis inservíveis	58.670.422,69	64.673.102,91	-9,28%
123110900	Armamentos	550.713.492,70	559.738.616,61	-1,61%
123111000	Semoventes	13.497.967,39	12.649.358,36	6,71%
123119901	Bens móveis a alienar	4.297.784,05	127.159,01	3279,85%
123119902	Bens em poder de outra unidade ou terceiros	53.828.895,75	304.031.056,31	-82,29%
123119904	Armazéns estruturais - coberturas de lona	232.700,00	232.700,00	0,00%
123119905	Bens móveis em trânsito	81.338.281,99	120.068.433,91	-32,26%

123119907	Bens não localizados	4.934,14	0,01	100%
123119908	Bens móveis a classificar	2.910.064,56	60.648,87	4698,22%
123119909	Pecas não incorporáveis a imóveis	13.068.917,01	11.888.471,46	9,93%
123119910	Material de uso duradouro	396.875.694,46	354.693.474,50	11,89%
123119999	Outros bens móveis	133.349,28	33.037,78	303,63%
123210101	Imóveis residenciais / comerciais	4.479.213.244,69	4.425.333.911,19	1,22%
123210102	Edifícios	425.808.863,08	424.100.378,91	0,40%
123210103	Terrenos/glebas	26.334.914.991,49	41.878.226.683,02	-37,12%
123210104	Armazéns/galpões	686.216.633,75	686.180.471,90	0,01%
123210105	Aquartelamentos	56.066.192.046,84	55.694.595.528,45	0,67%
123210106	Aeroportos/estações/aeródromos	195.557.160,35	195.557.160,35	0,00%
123210107	Imóveis de uso educacional	45.321.440,44	45.321.440,44	0,00%
123210108	Represas/açudes	13.527.868,60	13.527.868,60	0,00%
123210109	Fazendas, parques e reservas	4.006.995.853,16	4.005.467.898,06	0,04%
123210110	Imóveis de uso recreativo	286.541.600,70	303.546.979,93	-5,60%
123210111	Ilhas	15.665.013,25	15.665.013,25	0,00%
123210114	Museus/palácios	13.444.513,46	13.443.161,76	0,01%
123210115	Laboratórios/observatórios	154,73	154,73	0,00%
123210116	Hospitais	813.950.534,21	802.011.203,58	1,49%
123210117	Hotéis	68.873.534,55	68.545.419,90	0,48%
123210119	Portos/estaleiros	15.037.774,30	15.037.774,30	0,00%
123210120	Complexos/fabricas/usinas	55.619.362,46	41.993.830,53	32,45%
123210121	Cemitérios	2.593,80	2.593,80	0,00%
123210122	Estacionamentos e garagens	172.345,69	172.345,69	0,00%
123210198	Outros bens imóveis registrados no SPIUNET	19.403.896,41	19.403.896,41	0,00%
123210201	Imóveis residenciais / comerciais	243.324,30	532.202,76	-54,28%
123210202	Edifícios	1.130.066,59	1.403.332,69	-19,47%
123210203	Terrenos/glebas	9.080,99	2.342.980,09	-99,61%
123210204	Armazéns/galpões/silos	7.350,00	7.350,00	0,00%
123210205	Aquartelamentos	85.695,33	558.326,90	-84,65%
123210207	Imóveis de uso educacional	3.428,79		100%
123210503	Estradas	0,00	2.863,30	-100,00%
123210507	Subestações transmissão energia elétrica	265.160,60	265.160,60	0,00%
123210601	Obras em andamento	1.870.264.019,76	2.332.237.162,73	-19,81%
123210603	Obras em andamento - convênios	1.155.016,33	1.216.181,84	-5,03%
123210604	Adiantamentos para inversões em bens imóveis	4.626.308,22	4.671.501,86	-0,97%
123210605	Estudos e projetos	135.220.639,75	136.925.559,67	-1,25%
123210606	Almoxarifado de inversões fixas	76.539.941,66	81.343.306,30	-5,91%
123210607	Importações em andamento - bens imóveis	722,90	0,00	100%
123210608	Almoxarifado de inversões fixas em elaboração	382.591,67	1.192.179,35	-67,91%
123210700	Instalações	6.399.353,65	6.575.359,37	-2,68%
123210800	Benfeitorias em propriedade de terceiros	1.958.044,64	1.958.044,64	0,00%
123219902	Imóveis em poder de terceiros	57.686,16	57.686,16	0,00%

123219905	Bens imóveis a classificar/ a registrar	219.095.833,70	72.576.107,63	201,88%
123810100	* Depreciação acumulada - bens moveis	(2.605.779.831,34)	(2.071.040.741,32)	25,82%
123810200	* Depreciação acumulada - bens imóveis	(447.213.068,50)	(321.766.566,81)	38,99%
Total		**108.695.117.821,61**	**123.462.253.402,20**	**-11,96%**

O Imobilizado representou 93,6% do Ativo Total no final do exercício financeiro de 2018, foram adquiridos R$1.000.536.955,29 de material permanente para uso nas atividades operacionais da Força.

A conta contábil, Equipamento e Materiais Sigilosos e Reservados expressa o valor de R$ 38.801.011,41 refere-se a aquisição no exercício de 2018 de materiais sigilosos realizados pela unidade gestora Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), para os projetos da Força Terrestre. Este valor representa 0,03% do total do Imobilizado do Comando.

O aumento em 100% (AH) do valor da conta contábil Máquinas e Equipamentos para fins Didáticos, refere-se a aquisição de Simulador de Apoio de Fogo (SIMAF), oriundo de um projeto, que foi idealizado para aprimorar o adestramento e o processo ensino-aprendizagem do apoio de fogo do Exército Brasileiro (EB).

A variação positiva da conta Bens Móveis a Alienar, se deve ao recolhimento para baixa de materiais da UG 160353 – 6º Batalhão de Engenharia de Construção, por alienação, tais como: viaturas de transporte, trator, compressor, rolo *compactor*, dentre outros.

A conta contábil Bens Móveis a Classificar, apresentou saldo elevado se comparado ao exercício de 2017, haja vista o recebimento, no final do exercício financeiro (2018), de bens móveis que se encontravam em Unidades de Manutenção.

O valor de R$ 219.095.833,70 registrado na conta Bens Imóveis a Classificar tem origem nas transferências de valores de obras finalizadas nas unidades gestoras, que no corrente ano realizaram a transferência patrimonial para as suas respectivas Regiões Militares, visando a incorporação destes valores ao Patrimônio da União, por meio do registro no sistema SPIUNet.

8. INTANGÍVEL

124110101	Softwares	38.088.468,77	33.313.309,14	14,33%
124110201	Softwares	70.377.277,88	57.811.591,03	21,74%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		4.819.687,12	6.965.346,16	-30,80%
124810100	* Amortização acumulada - contas 1241101xx	(15.171.438,57)	(5.716.249,16)	165,41%
Total		**98.113.995,20**	**92.373.997,17**	**6,21%**

O Intangível representou 0,08% do Ativo Total no final do exercício financeiro de 2018. Destaca-se o valor de R$ 2.147.613,04, do ano de 2017, da conta Software em fase de desenvolvimento, foi reclassificado para a conta de Software em 2018.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS,PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS A PAGAR-CP

Conta Contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
211110101	Salários, remunerações e benefícios	2.135.475.715,20	2.148.933,14	99273,76%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		4.102.250,62	1.160.835,89	253,39%
Total		**2.139.577.965,82**	**3.309.769,03**	**64.544,33%**

Destaca-se a variação relevante das contas: Salário, Remunerações e Benefícios em função de mudanças nas rotinas de apropriação da folha de pagamento, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Macro função 021142.

10. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Conta Contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
213110400	Contas a pagar credores nacionais	123.121.699,84	201.019.439,69	-38,75%
213210400	Contas a pagar - credores estrangeiros	38.804.226,56	4.481.645,92	765,85%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		207.082,01	17.307.173,04	-98,80%
Total		**162.133.008,41**	**222.808.258,65**	**-27,23%**

Em 31/12/2018, os Órgãos Comando do Exército e Fundo do Exército apresentaram um saldo de R$ 162.133.008,41 relacionados a fornecedores e contas a pagar de curto prazo, caracterizando uma redução de 27,23% em relação ao mesmo período de 2017.

O aumento significativo relacionado a fornecedores estrangeiros refere-se à despesa com aquisição de materiais e de serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC), por meio de UG no exterior.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

Neste Subgrupo o saldo inicial foi de R$ 4.745,64 e o saldo final de R$ 4.280,25, apresentando uma variação a menor de 9,81%.

12. DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Conta Contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
218810114	Pensão alimentícia	36.497.552,52	0,00	100%
218810122	Retenções - empréstimos e financiamentos	113.974.755,05	0,00	100%
218810199	Outros consignatários	223.116.013,65	0,00	100%
218810409	Depósitos de terceiros	58.011.420,96	32.169.950,49	80,33%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		4.322.430,02	4.624.177,67	-6,53%
Total		**435.922.172,20**	**36.794.128,16**	**1.084,76%**

As variações aumentativas das contas: Pensão Alimentícia; Retenções - Empréstimos e Financiamentos e Outros Consignatários ocorreram em função de mudanças nas rotinas de apropriação da

folha de pagamento, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Macro função 021142, o que inviabilizou o pagamento em tempo hábil.

13. PROVISÕES A LONGO PRAZO

Conta Contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
227910600	Provisão de Pensões Militares Concedidas - LP	72.739.344.982,32	69.715.922.416,72	4,34%
Total		**72.739.344.982,32**	**69.715.922.416,72**	**4,34%**

Na data base de 31/12/2018, o Exército Brasileiro possuía o saldo de R$ 72.739.344.982,32, referente à apropriação das pensões militares concedidas. O valor contabilizado é suportado pela Nota Técnica SEI nº 2/2017/CCONT/SUCON/STN-MF, de 10 de outubro de 2017, da Secretaria do Tesouro Nacional, que fornece o embasamento legal e normativo para o reconhecimento do passivo relacionado às pensões militares e para a evidenciação das despesas com militares inativos, bem como pela Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD, de 16 novembro de 2017, do Ministério da Defesa, que trata da metodologia para o reconhecimento da provisão para pensões militares e para projeção das despesas futuras com militares inativos das Forças Armadas.

Destaca-se que as Notas Técnicas anteriormente citadas são resultado dos estudos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) composto pela Casa Civil da Presidência da República, pelo Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Ministério da Defesa (MD) e Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica, conforme Portaria Conjunta nº 55, de 24 de fevereiro de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União. Posteriormente, alterada pela Portaria Conjunta nº 68, de 3 de março de 2017, publicada na seção 2 do Diário Oficial da União, de 8 de março de 2017.

O GTI foi criado com o objetivo de realizar estudo conjunto para avaliar as melhores práticas de evidenciação, reconhecimento e mensuração contábil do passivo referente às despesas futuras com militares inativos e com pensões militares, observado os marcos normativos pertinentes, objetivando ao atendimento de duas recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) exaradas no Acórdão nº 2.523/2016-TCU - Plenário, processo TC 008.389/2016-0, que trata do Parecer Prévio sobre as Contas da Presidente da República – 2015.

As premissas biométricas, financeiras e econômicas, bem como a metodologia de cálculo do valor provisionado estão em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Nota Técnica Conjunta nº 001/2017, SG/MD. Ressalta-se que o cálculo foi feito com base nas projeções atuariais das pensões militares concedidas, realizadas pelo Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), considerando a data-limite de 31 de dezembro de 2018. Abaixo seguem descritas as premissas e metodologia de cálculo:

Premissas

Para o reconhecimento da provisão para Pensões Militares, deve-se ter em mente que a mensuração do risco inicialmente calculado sofrerá alterações ao longo do tempo devido a: condições econômicas e/ou sociais de uma população, sejam elas, por exemplo, flutuações de ativos no mercado, juros e inflação, ou seja, sobrevivência além da expectativa de vida ou mortes antes do período previsto, características específicas do grupo. Portanto, para se reconhecer o valor da provisão, necessita-se estudar as premissas a serem utilizadas nos cálculos, as quais abrangem diversas áreas, a saber:

a) Política de geração de benefício: determina os contribuintes, bem como a base salarial conforme posto/graduação, a forma de custeio do benefício e o regime financeiro, conforme a Lei no 3.765, de 4 de maio de 1960, prevê:

> "Art. 1º São contribuintes obrigatórios da pensão militar, mediante desconto mensal em folha de pagamento, os seguintes militares da ativa, da reserva remunerada e reformados das Forças Armadas, do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal:
>
> a) oficiais, aspirantes a oficial, guardas-marinhas, suboficiais, subtenentes e sargentos;
>
> b) cabos, soldados, marinheiros, taifeiros e bombeiros, com mais de 2 (dois) anos de efetivo serviço, se da ativa; ou com qualquer tempo de serviço, se reformados ou asilados".
>
> [...]
>
> "Art. 3º - A. A contribuição para a pensão militar incidirá sobre as parcelas que compõem os proventos na inatividade.
>
> Parágrafo único. A alíquota de contribuição para a pensão militar é de sete e meio por cento".
>
> [...]
>
> "Art 32. A dotação necessária ao pagamento da pensão militar, tendo em vista o disposto no art. 31 desta lei, será consignada anualmente no orçamento da República aos ministérios interessados".

b) Conjuntura econômica do país: premissas relacionadas à conjuntura do país são complexas, relevantes e de maior variação ao longo das últimas 3 décadas. A prudência diante de cenários deve ser adotada como um balizador para a determinação do custeio, podendo ser adotadas premissas mais conservadoras.

Inflação: não foi considerada, uma vez que os valores das contribuições e dos benefícios não sofrem indexação. Ressalta-se que não há influência desse índice no valor a ser reconhecido no BGU, tendo em vista que a inflação não fez parte da taxa de desconto que incidirá no cálculo do Valor Presente Líquido das projeções atuariais.

Taxa de juros real: equivalente à remuneração do título do Tesouro Nacional, cujo vencimento mais se aproximar do período considerado para a projeção. Neste caso, Tesouro IPCA + 2035 (NTNB Princ), cuja taxa utilizada nos cálculos foi a constante no site da Secretaria do Tesouro Nacional em 31 de dezembro do ano das demonstrações contábeis.

Taxa de desconto: considerada a mesma taxa de juros real.

Horizonte temporal: 16 anos, correspondente ao tempo médio de duração do benefício para o grupo fechado (pensões concedidas), conforme dados constantes no Banco de Informações Estratégicas e Gerenciais (BIEG). Ressalta-se que, em avaliações futuras, o horizonte temporal poderá ser modificado em função do comportamento da população estudada.

c) Aspectos Biométricos: envolvem premissas relacionadas à longevidade, à entrada em invalidez e ao grupo familiar. Ao se trabalhar com um grupo fechado (dependentes beneficiários de pensão militar), esse tem um comportamento diferente em relação à população brasileira como um todo.

Tábua de mortalidade: registra a involução quantitativa de um determinado grupo diante do fator decremental morte. Esse registro é distribuído por idade, sendo feito normalmente desde o momento do nascimento até a morte do indivíduo mais longevo do grupo. A tábua utilizada para o efetivo das Forças Armadas foi a GKM-70, desagravada em 61%.

Composição familiar: Determinante para o pagamento de pensão a dependentes de militares. Exige a regularidade cadastral dos associados e seus dependentes e sua exatidão é essencial aos cálculos.

Metodologia

a) O financiamento das pensões militares se dá por meio do orçamento anual, sendo as receitas do exercício integralmente utilizadas para o pagamento dos benefícios referentes ao mesmo exercício. Não havendo acumulação de recursos, é possível entender que essa prática se assemelha a um regime de financiamento de repartição simples.

b) Cabe destacar, conforme item 60 do Relatório do Acórdão 1.295/2017, que não há exigência de equilíbrio financeiro e atuarial para as despesas relativas aos militares inativos e pensionistas.

c) Conforme David *et al.* a Reserva no tempo t (tV) representa os ativos necessários nesse tempo, tal que, junto com os prêmios (contribuições) a receber (Pt), seja possível, em termos de valores esperados, pagar os benefícios (Bt) e cobrir as despesas, onde ativos são os investimentos do montante aplicado e despesas correspondem às taxas administrativas para manutenção dos benefícios, como por exemplo, taxa de administração. Então concluímos que:

$$_tV = B_t + \text{despesas} - P_t$$

No caso das Pensões Militares é possível inferir que não existem ativos nem despesas. Assim, podemos escrever a seguinte fórmula:

$$_tV = B_t - P_t$$

Para cada período t, será trazido a Valor Presente a diferença entre os valores dos benefícios e das contribuições.

Para o cálculo do Valor Presente temos:

$$VP = \frac{tV}{(1+i)^t}$$

Onde:

VP = Valor Presente

tV = Valor da Reserva no período t

i = taxa de juros: será utilizada como taxa de juros real + inflação (0%)

t = período a ser trazido a valor presente

14. DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

Corresponde aos valores recebidos em garantia dos contratos cuja execução é de longo prazo. O saldo em 31 Dez 2017 foi de R$ 925.939,92 e em 31 Dez 2018 foi de R$ 717.149,38, apresentando redução de 22,55%.

15.PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
237110101	Superávits ou déficits do exercício	(17.392.240.672,51)	2.391.136.523,96	-827,36%
237110201	Superávits ou déficits exercícios anteriores	57.899.732.043,28	125.277.950.133,76	-53,78%
237110300	Ajustes de exercícios anteriores	85.164.493,79	(69.835.189.204,74)	-100,12%
Total		40.592.655.864,56	57.833.897.452,97	-29,81%

O resultado do período apresentou variação negativa de R$ 17.392.240.672,51, resultante da Variação patrimonial Aumentativa de R$ 102.692.618.934,74 e da Variação patrimonial Diminutiva de R$120.084.859.607,24.

16.IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Neste Subgrupo o saldo inicial foi de R$ 37.730.180,97 e o final de R$ 56.059.372,74.Apresentou uma elevação de 48,58%, resultante das taxas arrecadas em ração do poder de polícia da Força.

17.CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O Subgrupo apresentou o saldo inicial de R$ 1.478.389.600,82 e o final de R$ 1.594.189.551,50, resultando numa elevação de 7,83%, relativo às contribuições para custeio de pensões militares.

18.EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS

O Subgrupo apresentou o saldo inicial de R$ 417.021.695,80 e o final de R$ 436.208.221,97. Registrou uma elevação de 4,60%, resultante da exploração bens, direito e serviços.

19.VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
445210100	Remuneração de aplicações financeiras	101.934.308,31	125.566.889,08	-18,82%
443910200	Outras variações cambiais	454.834.582,85	216.863.145,50	109,73%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		3.365.262,35	1.156.984,03	190,87%
Total		**560.134.153,51**	**343.587.018,61**	**63,03%**

A conta contábil Outras Variações Cambiais (443910200) evidencia a conversão da moeda estrangeira em Reais, em razão da variação cambial.

20.TRANSFERÊNCIA E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
459020100	Doações/transferências recebidas	2.983.426.547,73	27.094.942.105,06	-88,99%
451120200	repasse recebido	43.529.201.125,02	40.748.463.632,53	6,82%
451120300	sub-repasse recebido	44.406.659.141,12	41.402.545.519,89	7,26%
451220100	transferências recebidas para pagamento de RP	3.742.142.698,05	3.134.474.159,84	19,39%
451220300	Movimentações de saldos patrimoniais	1.587.865.103,15	1.318.342.243,10	20,44%
451220500	Movimentações de variação patrimonial Aumentativa	679.169.172,66	400.343.238,51	69,65%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		86.079.936,36	64.335.049,56	33,80%
Total		**97.014.543.724,09**	**114.163.445.948,49**	**-15,02%**

As Doações/Transferências Recebidas, conta contábil 459020100, compreendem as movimentações de bens e direitos entre as unidades gestoras dos Órgãos do Comando e do Fundo do Exército.

21.VALORIZAÇÃO E GANHOS C/ ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVO

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
464020100	Ganhos com desincorporação de passivos	253.335.303,61	197.758.878,20	28,10%
463910100	Outros ganhos com incorporação de ativo	43.909.712,92	54.326.948,50	-19,18%
463920100	Outros ganhos com incorporação de ativo	796.314.116,59	889.872.482,73	-10,51%
461110200	Reavaliação de bens imóveis	694.110.159,76	616.659.249,48	12,56%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		10.038.363,77	138.878,91	7128,14%
Total		**1.811.904.982,54**	**1.788.658.041,23**	**1,30%**

O saldo da conta contábil 463920100 corresponde, em sua maioria, a compras centralizadas, onde uma unidade gestora empenha e a outra recebe o bem diretamente do fornecedor contratado.

22.OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
499610200	Restituições	60.031.838,11	14.001.977,70	328,74%
499910100	VPA decorrente de fatores geradores diversos	1.119.301.353,52	1.043.168.781,36	7,30%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		28.556.124,62	28.055.227,54	1,79%
Total		**1.207.889.316,25**	**1.085.225.986,60**	**11,30%**

A VPA Decorrente de Fatores Geradores Diversos, conta contábil 499910100, refere-se à arrecadação de receita pelo Fundo do Exército, por meio do código de arrecadação 28886-1 - Outras Receitas Próprias, tais como: concursos públicos da Força, indenizações de serviços de identificação, venda de manuais, entre outros.

23. PESSOAL E ENCARGOS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
311310100	Vencimentos e salários	8.151.190.211,29	7.603.570.783,41	7,20%
311310300	Adicionais	2.915.866.756,72	2.737.103.279,03	6,53%
311310400	Gratificações	758.366.997,77	607.674.782,67	24,80%
311310500	Ferias - militar	337.460.717,11	380.536.208,76	-11,32%
311310600	Adicional natalino	956.292.280,73	852.204.674,23	12,21%
313310200	Auxilio transporte	340.365.432,49	336.886.748,40	1,03%
313310400	Ajuda de custo	329.639.542,40	335.168.446,77	-1,65%
311310800	Indenizações - militar	290.984.744,77	233.302.044,91	24,72%
311110400	Gratificações	243.313.770,23	250.273.932,96	-2,78%
311110100	Vencimentos e salários	200.096.828,19	195.627.304,83	2,28%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		780.726.415,93	784.820.632,30	-0,52%
Total		**15.304.303.697,62**	**14.317.168.838,27**	**6,89%**

24.BENEFÍCIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
321310100	Proventos - pessoal militar	6.990.491.399,77	6.370.399.550,42	9,73%
321310300	Gratificação	1.421.541.312,00	1.333.556.787,90	6,60%
321310700	Adicionais	1.391.839.373,96	1.264.118.705,98	10,10%
322310100	Pensões militares	11.036.549.044,41	10.319.991.934,40	6,94%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		3.009.181.849,37	2.717.021.589,85	10,75%
Total		**23.849.602.979,51**	**22.005.088.568,55**	**8,38%**

O saldo na conta contábil 322310100 corresponde aos valores pagos a pensionistas militares.

25.USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
333110100	Depreciação de bens moveis	616.272.527,74	574.727.378,47	7,23%
332210400	Serviços de transporte locomoção e hospedagem - PF	507.137.715,86	731.332.448,47	-30,66%
332310100	Serviços técnicos profissionais	1.445.577.052,08	1.096.589.204,90	31,82%
332310200	Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional	452.753.657,22	387.343.432,38	16,89%
331110100	Consumo de materiais estocados - almoxarifado	1.318.214.078,71	1.312.618.770,37	0,43%
333110200	Depreciação de bens imóveis	125.446.501,69	206.490.874,52	-39,25%
331110300	Consumo de combustíveis e lubrificantes	29.443.826,04	26.083.065,93	12,88%
331110400	Consumo de gêneros de alimentação	201.661.515,96	194.646.924,37	3,60%
331110700	Consumo de material hospitalar	74.044.329,66	27.169.161,11	172,53%
331110600	Consumo de material farmacológico	41.751.391,63	46.215.240,57	-9,66%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		779.699.535,99	841.727.610,95	-7,37%
Total		**5.592.002.132,60**	**5.444.944.112,04**	**2,70%**

O Comando do Exército consumiu bens patrimoniais tangíveis e intangíveis, no ano de 2018, no valor de 5.592.002.132,60.

26.VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
344010100	Descontos financeiros concedidos	1.453.705,87	1.453.521,10	0,01%
343210200	Variações cambiais de divida contratual	5.406.311,79	90.620,71	5865,87%
343910200	Outras variações cambiais	438.715.366,34	197.663.700,67	121,95%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		213.137,23	401.489,82	-46,91%
Total		**120.084.859.607,24**	**116.935.028.183,65**	**2,69%**

A conta contábil Outras Variações Cambiais (343910200)evidencia a conversão da moeda estrangeira em Reais, em razão da variação cambial.

27.TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
359020100	Doações/transferências concedidas - intra OFFS	2.966.781.265,36	26.381.494.665,29	-88,75%
351120200	Repasse concedido	336.876.509,11	202.256.093,22	66,56%
351120300	Sub-repasse concedido	44.406.659.141,12	41.402.545.519,95	7,26%
351220100	Transferências concedidas para pagamento de RP	2.219.841.017,96	1.691.913.649,28	31,20%
351220300	Movimento de saldos patrimoniais	3.296.646.169,50	2.850.339.608,62	15,66%
351220500	Movimentações de variação patrimoniais diminutiva	681.095.443,33	401.738.760,73	69,54%
Demais Contas Contábeis do subgrupo		13.582.063,69	5.729.036,16	137,07%
Total		**53.921.481.610,07**	**72.936.017.333,25**	**-26,07%**

As Doações/Transferências Concedidas – INTRA OFSS, conta contábil 359020100, compreendem as movimentações de bens e direitos, das unidades gestoras dos Órgãos Comando e Fundo do Exército, não compreendidas em outras contas.A redução da conta supra ocorreu, em sua maior parte, por reclassificação de bens da UG 160094 – Comissão do Exército Brasileiro em Washington.

28.DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVO

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
365010100	Desincorporação de ativos	672.990.319,12	572.570.282,17	17,54%
364020100	Incorporação de passivos	1.047.412.843,21	1.070.571.925,25	-2,16%
363110100	Perdas involuntárias de bens móveis	128.053.689,53	172.367.098,17	-25,71%
361110200	Reavaliação de bens imóveis	15.926.142.540,17	2.168.373,27	734374,21%
Demais Contas Contábeis do subgrupo		11.897.300,90	30.112.906,79	-60,49%
Total		**17.786.496.692,93**	**1.847.790.585,65**	**862,58%**

A conta contábil 361110200 - Reavaliação de Bens Imóveis, registra desvalorização de imóveis de uso especial no SPIUNET. O maior montante fora registrado pela UG 160176 - comando 1º grupamento de engenharia que registrou no mês de agosto/2018 uma desvalorização no montante de R$ 15.630.576.549,57, relativos a correção de avaliação de imóveis que haviam sido classificados com natureza “urbana”, quando deveriam ter sido classificados como “rural”, tais como: Fazenda Tanque de Ferro – Petrolina-PE; Campo de Instrução Muriaú – Natal-RN; e Campo de Instrução Punaú – Natal-RN.

29.TRIBUTÁRIAS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
372120400	Obrigações patronais s/ Serviços de pessoa física	23.473.277,48	32.083.013,53	-26,84%
372310100	Contribuição p/ serviço iluminação publica	1.013.590,99	390.495,62	159,57%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		1.835.281,53	1.531.642,29	19,82%
Total		**26.322.150,00**	**34.005.151,44**	**-22,59%**

30.OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Conta contábil		31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
399610100	Indenizações	128.313.974,49	142.832.732,75	-10,16%
397910100	VPD de outras provisões	3.023.422.565,60	-	100%
Demais Contas Contábeis do Subgrupo		7.125.283,19	7.571.529,40	-5,89%
Total		**3.158.861.823,28**	**150.404.262,15**	**2000,25%**

A conta contábil 397910100 corresponde à atualização do saldo da conta contábil 227910600 – Provisões de Pensões Militares Concedidas - LP

31.SUBTOTAL DAS DESPESAS

Órgãos		Dotação atualizada	Despesas empenhadas	Despesas liquidadas	Despesas pagas
52121	Comando do Exercito	43.749.553.532,01	43.320.884.665,17	41.903.143.255,17	39.349.876.152,51
52904	Fundo do Exercito	1.731.104.727,00	1.704.300.708,48	1.462.311.759,58	1.455.217.428,89
Demais Órgãos			1.504.057.244,98	1.018.258.841,40	997.290.027,83
Total		45.480.658.259,01	46.529.242.618,63	44.383.713.856,15	41.802.383.609,23

O Comando e o Fundo do Exército executaram orçamento de outros Órgãos, mediante parcerias, provocando a emissão de empenhos no montante de R$ 1.048.584.359,62, superior à dotação atualizada.

A maior parte das despesas executadas está relacionada a Pessoal e Encargos Sociais (81,38%).

Quanto aos empenhos de Outras Despesas, equivalentes a 14,42% do total das despesas correntes, estão vinculados, principalmente, a gastos com aquisição de bens de consumo e contratação de serviços.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018

Anexo II - Declaração de Integridade do Relato Integrado

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DO RELATO INTEGRADO

A apresentação tempestiva do relatório de gestão, do Rol de Responsáveis e demais documentos solicitados, com o conteúdo e a forma adequados, por intermédio do Sistema e-Contas, pelo Comando do Exército configura o cumprimento do dever de prestar contas, previsto no art. 70 da Constituição Federal de 1988. As informações fornecidas como prestação de contas por meio do sistema e-Contas são de responsabilidade do dirigente máximo desta UPC, o qual observou, ainda, o detalhamento dos conteúdos e a forma para a apresentação do relatório de gestão especificado no sistema.

O presente Relatório de Gestão relativo à PCA/2018, na forma de Relato Integrado, está sendo apresentado, exclusivamente, pelo Comandante do Exército e elaborado pelo Estado-Maior do Exército (EME).

O Exército Brasileiro (EB), organizado com base na hierarquia e disciplina, e sob a autoridade suprema do Presidente da República, dispõe em sua estrutura organizacional de diversas instâncias internas voltadas para potencializar e aprimorar a governança, bem como está sujeito às instâncias externas de governança.

Ressaltamos a importância da participação da alta administração do Exército na elaboração deste relatório de gestão, uma vez que grande parte das informações demandadas se refere a questões de estratégia e resultados da gestão.

Caros leitores, este Relatório Integrado (RI) foi confeccionado por meio da análise e consolidação de informações de todos os Órgãos de Direção Setorial e do Órgão de Direção Operacional que prestaram as informações necessárias à elaboração do presente documento, conforme **ordem de serviço** emitida pelo EME e orientações emanadas pelo Centro de Controle Interno do Exército (CCIEx), em conformidade com a DN-TCU nº 170/2018.

O presente RI representa a visão geral do Exército sobre sua própria gestão, por meio de seu Órgão de Direção Geral, o **EME**, razão pela qual as informações têm um aspecto mais coletivo (gerencial) e não a simples transcrição de dados contidos em todos os documentos que deram suporte à sua confecção.

A elaboração do Relatório de Gestão de 2018 foi um aperfeiçoamento da nova sistemática de prestação de contas anual, com foco na demonstração da efetividade da aplicação e administração dos recursos públicos alocados ao EB, pela União, atendendo nessa nova metodologia às orientações emanadas pelo Tribunal de Contas da União.

Destaque-se aqui que todo o planejamento estratégico e a execução das atividades do EB estão perfeitamente alinhados com a Missão Constitucional a ele atribuída, e, neste relatório, procurou-se demonstrar este alinhamento.

A expectativa do Exército é de que este Relatório de Gestão também tenha relevante utilidade para a sociedade brasileira e para os órgãos de controle externo e interno.

O **EME** é o Órgão de Direção Geral do Exército (ODG) e constitui a principal instância interna de governança. O modelo de governança do EB se baseia nos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, tendo, entre suas principais características, a

definição clara dos papéis e responsabilidades de suas unidades/órgãos na formulação, aprovação e execução das políticas e diretrizes referentes à condução dos negócios da Instituição.

O EME realiza o planejamento estratégico do Exército baseado e alicerçado no **Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEx)**, este definido nas Portarias nº 306-EME, de 22 de dezembro de 2014, e nº 465-EME, de 17 de maio de 2017.

O **Plano Estratégico do Exército (PEEx)** define os objetivos a serem alcançados e as estratégias para atingimento destes, ambos alinhados com a missão constitucional da Força, com a Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa. A fim de subsidiar as decisões estratégicas, o acompanhamento e a medição do desempenho institucional são realizados por intermédio do **Sistema de Medição do Desempenho Organizacional.**

No que tange à gestão de processos no Exército, esta é conduzida pela **Assessoria de Administração do EME** e contribui ativamente para o atingimento dos objetivos estratégicos e seus desdobramentos, em particular nos aspectos relacionados à racionalização administrativa, aos processos e às estruturas organizacionais.

A administração do portfólio de programas e projetos estratégicos do Exército é realizada pelo **Escritório de Projetos do Exército do EME,** que coordena, acompanha e controla o desenvolvimento dos mesmos.

Pelo acima exposto, declaro e asseguro junto aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, a integridade do presente Relato Integrado da Unidade Prestadora de Contas do Comando do Exército, confeccionado sob a responsabilidade deste ODG.

Gen Ex WALTER SOUZA BRAGA NETTO

Chefe do Estado-Maior do Exército

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018

ANEXO III - Relatório Espelho do Monitoramento Simplificado do PPA 2016-2019

PROGRAMA: 2058 - Defesa Nacional

Indicador	Unid. Medida	Referência		Acompanhamento	
		Data	Índice	Data	Índice
Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira	%	31/12/2014	40,11	29/11/2018	40,91
Índice de Operacionalidade da Força Terrestre	%	31/12/2014	45	10/12/2018	81,45
Meios operativos da Marinha, na condição de Pronto para Operar	%	31/12/2014	48	31/12/2018	46
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2014	93,13	31/12/2018	93,13
Participação da Base Industrial de Defesa no PIB	%	31/12/2014	0,15	31/12/2018	0,161

Observações:

Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira - Comparando o valor apurado em 2017 (40,19%), a disponibilidade da frota de aeronaves da Força Aérea Brasileira apresentou um pequeno acréscimo (40,91%). Apesar desse incremento na disponibilidade da frota, houve uma redução na quantidade de horas de voo de aproximadamente 5% em comparação com o ano anterior.

A variação percentual ocorrida decorreu da redução da atividade aérea em 2018, e consequentemente, do uso das aeronaves, que por demandarem menos inspeções, permanecem mais tempo disponíveis para operação.

Índice de Operacionalidade da Força Terrestre - A elevação do índice de 78,26% para 81,45% se deu em decorrência da maior disponibilidade de munição e combustível, itens que compõem a medida de operacionalidade da Força Terrestre.

Esse indicador teve como índice de referência o percentual de 45%, apurado em 2015. Em 2016 apresentou um crescimento de 5%, variação compatível com os parâmetros pré-estabelecidos. Entretanto, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 3.412/2017 - 2ª Câmara, recomendou que o índice de Prontidão da Força Terrestre fosse incorporado ao de Operacionalidade. Dessa forma, a mudança na metodologia de cálculo provocou um aumento significativo nesse índice, a partir de 2017, quando esse passou de 50% (2016) para 78,26%.

Meios operativos da Marinha, na condição de Pronto para Operar - Os Meios Operativos da Marinha do Brasil (MB) consistem no conjunto de navios, aeronaves e equipamentos de fuzileiros navais empregados em operações de guerra naval.

No ano de 2018 esse índice atingiu 46%, patamar inferior em um ponto percentual em relação a 2017 e em dois pontos comparativamente ao índice de referência. O resultado decorreu da diminuição das atividades de manutenção dos meios de que dispõe a Marinha do Brasil para executar suas ações finalísticas.

Monitoramento do espaço aéreo - O índice de 93,13%, apurado em 2018, é considerado satisfatório em função de inexistir, ainda, fluxo de tráfego na área descoberta do espaço aéreo brasileiro, não justificando investimento a curto prazo em novos sistemas de vigilância.

Participação da Base Industrial de Defesa no PIB - A variação positiva do indicador, saltando de 0,13 para 0,16, deveu-se basicamente à variação cambial ocorrida no período, considerando que os produtos desenvolvidos pela Base Industrial de Defesa, para aquisições no país pelas Forças Armadas brasileiras ou exportações, são fortemente influenciados pelo valor do dólar em relação ao Real.

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A presença do Brasil em foros internacionais é uma das formas de promover a multilateralidade na área de defesa e de projetar o país junto aos países e organismos do entorno estratégico e espectro de seu interesse. Nesse sentido, em 2018, o Brasil participou da Conferência dos Ministros da Defesa das América e de reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e do Conselho de Delegados da Junta Interamericana de Defesa.

Sob a perspectiva bilateral, destacam-se as reuniões realizadas com Alemanha, Angola, Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Mauritânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia. Nesses encontros buscou-se a atualização de temas de interesse comum na área de defesa, assim como o reforço da capacidade de inserção diplomática militar brasileira no âmbito internacional. Além disso, esses eventos tendem a possibilitar o desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa, visando ao fortalecimento da base industrial de defesa.

Metas 2016-2019

• 04EV - Celebrar e ratificar acordos de cooperação e memorandos de entendimento na área de defesa com países de interesse estratégico brasileiro, como instrumento da Defesa Nacional.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Em consonância com a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa, que incentivam a busca e a ampliação de parcerias estratégicas com outros países, o Ministério da Defesa (MD) procura incrementar a ampliação da projeção do País no cenário internacional, promovendo a cooperação em matéria de defesa, com base nos princípios da igualdade, da reciprocidade e do interesse comum, respeitando as respectivas legislações nacionais e as obrigações do direito internacional assumidas pelos Estados das Partes.

Assim, considerando a importância de que se reveste a existência de instrumento bilateral ou multilateral, fundamentado no Direito Internacional Público, como forma de prover a cobertura legal para o exercício de atividades internacionais de cunho militar, o MD vem realizando/realizou negociações com diversas nações, com finalidade de celebrar um “Acordo-Quadro sobre Cooperação no Domínio da Defesa”, sempre em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O modelo de Acordo-Quadro adotado pelo MD, elaborado em conjunto com os setores pertinentes do próprio MD, Forças Armadas e MRE, contempla um ato internacional abrangente e genérico e que tem como propósito estabelecer as condições gerais e os princípios norteadores das mais variadas áreas de importância para a defesa.

O ato internacional em questão fomenta o estabelecimento da cooperação, de modo a contribuir para a consolidação e o aperfeiçoamento das relações bilaterais, especialmente nas áreas de ensino, treinamento e capacitação militar, apoio à população civil e indústria de defesa, procurando agregar, quando possível, conhecimentos de tecnologia de ponta; e facilitar o estabelecimento de novas parcerias e a ampliação dos mercados.

Dessa forma, tal ato internacional já foi firmado, anteriormente ao Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, com 46 países, a saber: África do Sul, Alemanha, Angola, Argentina, Antígua e Barbuda, Bolívia, Cabo Verde, Chile, China, Colômbia, Coréia do Sul, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Equador, Espanha, EUA, França, Guatemala, Guiana, Guiné- Bissau, Guiné-Equatorial, Holanda, Honduras, Índia, Itália, Jamaica, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Paraguai, Peru, Polônia, Portugal, República Dominicana, República Tcheca, Reino Unido, Rússia, São Tomé e Príncipe, Senegal, Sérvia, Suécia, Suriname, Timor Leste, Turquia, Ucrânia e Uruguai.

Por sua vez, o Estado brasileiro, por intermédio do MRE e do MD, encontra-se em negociação de um Acordo-Quadro de Cooperação em Defesa com mais de 25 países, com a expectativa de serem firmados ao longo do corrente PPA.

Em 2018, foram assinados Acordos-Quadro de Cooperação em Defesa com a Argélia e Botsuana.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	100	%	100	07/12/2018

• 04EU - Cooperação e intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais como forma de contribuir para a paz, segurança e estabilidade regional e internacional.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

No período de 2016 a 2018, o MD buscou contribuir para a projeção do Brasil no cenário internacional, por meio de atividades de cooperação e intercâmbio na área de defesa com Forças Armadas estrangeiras e organismos multilaterais. Em que pese as severas restrições orçamentárias observadas, principalmente em 2017, a meta se encontra com andamento adequado diante dos resultados alcançados no referido período.

No tocante à cooperação internacional, merece destaque as ações:

- Programa de Cooperação Técnica em Defesa para países da América Latina, África e Ásia, por meio de capacitação oferecida nas Escolas das Forças Armadas Brasileiras, em complemento às ações de formação militar já iniciadas com aqueles países.

– Cabo Verde: estruturação e implementação de um Sistema de Busca e Salvamento (SAR), por meio da realização de ações de apoio pelo Comando da Aeronáutica em 2016.

Quanto ao intercâmbio na área de defesa, o MD participou das seguintes atividades em 2018:

- Sessão Substantiva do Comitê Especial sobre Operações de Manutenção de Paz (C-34), da ONU em Nova Iorque/EUA;

- 57ª Sessão do Subcomitê Jurídico do Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior (SJ-COPUOS), em Viena/Áustria;

- XXI Congresso da Sociedade Internacional do Direito Militar e do Direito da Guerra em Lisboa/Portugal;

- 4º Simpósio sobre Parceria Internacional em Tecnologia nas Operações de Paz, em Berlim/Alemanha;

- Curso de Implicações Estratégicas dos Direitos Humanos no Estado de Direito, em Washington/EUA

- 14º Simpósio de Oficiais Superiores da América Latina, na República Popular da China;

- Seminário Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia-América do Sul e México, organizado pelo Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD), em Madri/Espanha;

- 24ª Sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), em Kingston, Jamaica;

- Curso "Defense Policy and Complex Threats", em Washington/EUA;

- Conferência de Defesa Sul-Americana (SOUTHDEC 18), em Buenos Aires/Argentina;

- 40º Curso Avançado sobre o Direito Internacional Humanitário, em Sanºemo/Itália.

Por sua vez, o Brasil buscou participar ativamente dos seguintes organismos multilaterais:

– Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA), com a participação de representantes do MD na discussão de temas afetos à ajuda humanitária e a integração de questões de gênero na política de defesa.

– No âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cabe ressaltar o protagonismo brasileiro na realização do III Seminário de Catalogação e I Seminário sobre Políticas Industriais de Defesa dos Estados Membros do CDS, em Brasília, possibilitando a sinergia das políticas industriais de defesa, bem como da V e VI Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (V e VI CADSUL) para altos funcionários (civis e militares) dos Ministérios da Defesa, na Escola Superior de Guerra, com o objetivo de desenvolver, nos estagiários, um pensamento sul-americano de defesa com base na cooperação e integração regional.

– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por meio da presença de representantes do MD nas Reuniões do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Seminários Internacional Político-Diplomático e nas Reuniões do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas, de Diretores de Política de Defesa Nacional e de Ministros da Defesa.

– Junta Interamericana de Defesa (JID), por intermédio de sua Representação (RBJID), atuando com destaque nas comissões do Conselho de Delegados da JID, onde são discutidas resoluções afetas à área de desminagem humanitária. Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões com os seguintes países no biênio 2016 – 2018

Alemanha, Angola , Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Mauritânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia, com os propósitos de estabelecer ou incrementar parcerias estratégicas, bem como identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	100	%	100	07/12/2018

• **04SK - Implementar as atividades da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE)**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

No período de 2016 a 2018, o MD buscou contribuir para a projeção do Brasil no cenário internacional, por meio de atividades de cooperação e intercâmbio na área de defesa com Forças Armadas estrangeiras e organismos multilaterais. Em que pese as severas restrições orçamentárias observadas, principalmente em 2017, a meta se encontra com andamento adequado diante dos resultados alcançados no referido período.

No tocante à cooperação internacional, merece destaque as ações:

- Programa de Cooperação Técnica em Defesa para países da América Latina, África e Ásia, por meio de capacitação oferecida nas Escolas das Forças Armadas Brasileiras, em complemento às ações de formação militar já iniciadas com aqueles países.

– Cabo Verde: estruturação e implementação de um Sistema de Busca e Salvamento (SAR), por meio da realização de ações de apoio pelo Comando da Aeronáutica em 2016.

Quanto ao intercâmbio na área de defesa, o MD participou das seguintes atividades em 2018:

- Sessão Substantiva do Comitê Especial sobre Operações de Manutenção de Paz (C-34), da ONU em NovaIorque/EUA;

- 57ª Sessão do Subcomitê Jurídico do Comitê para Usos Pacíficos do Espaço Exterior (SJ-COPUOS), emViena/Áustria;

- XXI Congresso da Sociedade Internacional do Direito Militar e do Direito da Guerra em Lisboa/Portugal;

- 4º Simpósio sobre Parceria Internacional em Tecnologia nas Operações de Paz, em Berlim/Alemanha;

- Curso de Implicações Estratégicas dos Direitos Humanos no Estado de Direito, em Washington/EUA

- 14º Simpósio de Oficiais Superiores da América Latina, na República Popular da China;

- Seminário Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da União Europeia-América do Sul e México, organizado pelo Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD), em Madri/Espanha;

- 24ª Sessão da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), em Kingston, Jamaica;

- Curso "Defense Policy and Complex Threats", em Washington/EUA;

- Conferência de Defesa Sul-Americana (SOUTHDEC 18), em Buenos Aires/Argentina;

- 40º Curso Avançado sobre o Direito Internacional Humanitário, em Sanºemo/Itália.

Por sua vez, o Brasil buscou participar ativamente dos seguintes organismos multilaterais:

– Conferência dos Ministros da Defesa das Américas (CMDA), com a participação de representantes do MD na discussão de temas afetos à ajuda humanitária e a integração de questões de gênero na política de defesa.

– No âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), cabe ressaltar o protagonismo brasileiro na realização do III Seminário de Catalogação e I Seminário sobre Políticas Industriais de Defesa dos Estados Membros do CDS, em Brasília, possibilitando a sinergia das políticas industriais de defesa, bem como da V e VI Edição do Curso Avançado de Defesa Sul-

Americano (V e VI CADSUL) para altos funcionários (civis e militares) dos Ministérios da Defesa, na Escola Superior de Guerra, com o objetivo de desenvolver, nos estagiários, um pensamento sul-americano de defesa com base na cooperação e integração regional.

– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), por meio da presença de representantes do MD nas Reuniões do Conselho Consultivo do Centro de Análise Estratégica (CAE/CPLP), Seminários Internacional Político-Diplomático e nas Reuniões do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa, de Chefes do Estado-Maior General das Forças Armadas, de Diretores de Política de Defesa Nacional e de Ministros da Defesa.

– Junta Interamericana de Defesa (JID), por intermédio de sua Representação (RBJID), atuando com destaque nas comissões do Conselho de Delegados da JID, onde são discutidas resoluções afetas à área de desminagem humanitária. Sob a perspectiva bilateral, destaca-se a realização de reuniões com os seguintes países no biênio 2016 – 2018

Alemanha, Angola , Argentina, Bolívia, Canadá, Chile, China, Colômbia, Espanha, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, França, Guatemala, Índia, Mauritânia, México, Peru, Portugal, Rússia e Suécia, com os propósitos de estabelecer ou incrementar parcerias estratégicas, bem como identificar possibilidades de desenvolvimento de projetos e de ações conjuntas no setor de defesa.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	100	%	100	07/12/2018

Iniciativas

05LF - Promoção dos interesses brasileiros e participação ativa em fóruns internacionais sobre temas militares como instrumento da Defesa Nacional.

Individualizada: Não

05LG - Fomento à projeção internacional do Brasil na área de Defesa. Individualizada: Não

05LM - Promoção da estabilidade e integração da América do Sul no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

Individualizada: Não

OBJETIVO: 1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias àDefesa Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

No que tange à dimensão humana, são prioridades do Ministério da Defesa a captação, a formação e o aperfeiçoamento dos servidores civis e militares, assim como a adequação e a racionalização dos efetivos militares.

No que se refere ao desenvolvimento do Pessoal Civil, no triênio 2016-2018 foram capacitados 9.472 servidores civis doMinistério da Defesa, superando a meta prevista no Plano Plurianual de capacitação de 8.000.

No exercício 2018, foram capacitados 1.707 servidores do Censipam, Hospital das Forças Armadas, Escola Superior deGuerra, Administração Central do Ministério da Defesa (MD) e dos Comandos Militares, nos cursos de Altos Estudos dePolíticas e Estratégias; Cursos Superiores de Política e Estratégia e de Inteligência Estratégica; Gerenciamento de Projetos; Análise e Melhoria de Processos; Fiscalização e Acompanhamento de Convênios; Licitações e Contratos; e Termo de Execução Descentralizada. Esses eventos contribuíram para o aperfeiçoamento, a motivação e a retenção do pessoal civil no órgão, impactando positivamente o desempenho institucional do MD.

Quanto à capacitação da força de trabalho militar, as ações empreendidas pela Marinha do Brasil, em 2018, possibilitaram a formação e a capacitação de 28.239 militares para o emprego em atividades de natureza técnico-profissional, sendo 6.950 na modalidade de ensino à distância. Desde 2016 foram capacitados 68.558 militares do Comando da Marinha.

A capacitação de militares no Exército Brasileiro (EB) tem como objetivo o desenvolvimento de competências profissionais para o desempenho das atribuições regimentais de forma a garantir a manutenção da qualidade do profissional militar. Desde de 2016, foram capacitados 49.336 militares nos 113 estabelecimentos de ensino e organizações militares do EB, em todo o território nacional. Em 2018 os eventos de capacitação atenderam 15.308 militares.

Além de prover os cursos de formação, aperfeiçoamento, altos estudos militares, especialização e extensão, o EB também promoveu atividades educacionais por meio dos Programas de Educação à Distância, Capacitação e Atualização Profissional dos Militares de Saúde, além de estágios e seminários de atualização pedagógica.

O Comando da Aeronáutica realizou 1.192 cursos no ano de 2018, por meio dos quais foram capacitados 16.490 militares, abrangendo, entre outras, as áreas de preparo e emprego da força, logística, administração pública e financeira,

gestão de pessoas, superando a meta para o exercício estimada em 15.800 militares.

Metas 2016-2019

• **04S8 - Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 10% para 23%. Órgão responsável: Ministério da Defesa**

Análise Situacional da Meta

Os Graduados temporários da Força Aérea Brasileira (FAB), representados pelo Quadro de Sargentos da Reserva de 2ª Classe Convocados (QSCON), foi criado com o objetivo precípuo de captar profissionais qualificados no mercado de trabalho, para o emprego na Força em atividades técnicas ainda não desempenhadas pelos formandos da Escola de Especialistas de Aeronáutica.

No exercício de 2018, foi atingido o índice de 10%, correspondendo a 2.498 Graduados temporários, num universo de24.945 Graduados da ativa. O valor apresentado encontra-se um pouco acima da meta proposta para o ano, que era de9,4%, e representa um grande avanço em relação ao índice encontrado no ano anterior, que foi de 6,8%.

A referida proporção tem uma margem de erro considerável, devido à evasão de Graduados, que é instável e que ainda não dispõe de uma amostragem para estatística, pois o quadro é recente (2014). Aliado a isso, não houve realização de

convocação de graduados no ano de 2017, com a consequente necessidade de aumento de convocados no ano de 2018, o que causou a superação da meta para este ano.

Foi solicitada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), por intermédio do Ministério da Defesa, a alteração da Meta de 23% para 12%, conforme o Ofício nº 7/5SC1/11910 de 14 de agosto de 2018, porém foi alegado que a alteração da meta não foi possível, uma vez que não tem por objetivo compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional.

Para o ano de 2019, planeja-se a convocação de cerca de 600 graduados, o que fará com que o a meta seja aumentada

para 12%. Tais valores podem variar devido à mudança do cenário político e econômico que se inicia no próximo ano.

Quantidade alcançada

10 %

Data de Referência

20/11/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Avaliar a possibilidade de aumentar o número de convocados, conforme a necessidades das Organizações Militares, para que o valor de 23% seja alcançado. Porém, há uma grande possibilidade de que o valor final da meta fique abaixo dessa porcentagem.

• **04FP - Alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 40% para 44%. Órgão responsável: Ministério da Defesa**

Análise Situacional da Meta

Os Oficiais temporários da Força Aérea Brasileira (FAB), representados pelo Quadro de Oficiais da Reserva de 2ª Classe Convocados (QOCON) e o Quadro Complementar de Oficiais da Aeronáutica (QCOA) foram criados com o objetivo precípuo de captar profissionais qualificados no mercado de trabalho para o emprego na Força em atividades técnicas ainda não desempenhadas pelos militares oriundos das Escolas de formação.

No exercício de 2018 foi atingido o índice de 40,1%, correspondendo a 5.299 Oficiais temporários, num universo de

13.221 Oficiais da ativa. O valor apresentado encontra-se um pouco abaixo da meta proposta para o ano, que era de

41%.

Neste ano, observou uma maior evasão de Oficiais temporários que em outros anos. Aliado a isso, alguns fatores como a conversão da Licença Especial em pecúnia e as expectativas de gratificações para o pessoal da ativa em um novo regime de previdência, causaram a diminuição da taxa de evasão dos oficiais da ativa. A ocorrência em conjunto desses dois fatores causou a diminuição da proporção em relação à meta prevista, porém sem impactos significativos para a administração.

Ainda no corrente ano, foi solicitada a alteração da Meta ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por intermédio do Ministério da Defesa, de 44% para 41%, conforme o Ofício nº 7/5SC1/11910 de 14 de agosto de

2018. Porém, foi alegado que a alteração da meta não seria possível, uma vez que não teria por objetivo compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional.

Para o ano de 2019, planeja-se aumentar o número de Oficiais convocados (aproximadamente 400 convocações no total), em função da demanda reprimida apontada por algumas Organizações Militares durante o processo de reestruturação do COMAER, esperando-se atingir com isso a proporção de 42%. As mudanças no cenário político e

econômico para o próximo ano poderão impactar nesse valor.

Quantidade alcançada

40,1 %

Data de Referência

20/11/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Avaliar a possibilidade de aumento do número de Oficiais convocados, de forma a ultrapassar o valor estimado para

2019 e perseguir o valor da meta final do PPA, que é de 44%, contudo observando as reais necessidades das

Organizações Militares.

• 04FR - Capacitar 8.000 servidores civis em áreas de interesse da Defesa, em instituições de qualidade reconhecida.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Foram capacitados 1.671 servidores em 2016, incluindo a Administração Central do Ministério da Defesa, Censipam, Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas e Comando do Exército.

Os Comandos da Marinha e da Aeronáutica complementaram, a posteriori, as informações sobre o número de servidores capacitados 2.984 e 723, respectivamente. Totalizando em 2016: 5.378 servidores capacitados.

Em 2017 foram capacitados 2.387 servidores, incluindo a Administração Central do Ministério da Defesa, Censipam, Escola Superior de Guerra, Hospital das Forças Armadas, Comandos da Marinha, Comando do Exército e da Aeronáutica. No fim de 2017 a meta acumulada de 7.765 servidores capacitados.

Principais cursos: licitações e contratos, termo de execução descentralizada (TED), análise e melhoria de processos, fiscalização e acompanhamento de convênios, gerenciamento de projetos, Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias (CAEPE), Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE). Os cursos contribuíram para o aperfeiçoamento, a motivação e a retenção do pessoal civil, impactando positivamente no desempenho institucional.

Em 2018, foram capacitados 1.707 servidores, incluindo o Censipam, o Hospital das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, a Administração Central do Ministério da Defesa e os Comandos da Marinha e do Exército. Com isso, atingiu-se a meta acumulada de 9.472 servidores capacitados no triênio.

Principais cursos: licitações e contratos, termo de execução descentralizada (TED), análise e melhoria de processos, fiscalização e acompanhamento de convênios, gerenciamento de projetos, Curso de Altos Estudos de Políticas e Estratégias (CAEPE), Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE), Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE). Os cursos contribuíram para o aperfeiçoamento, a motivação e a retenção do pessoal civil, impactando positivamente no desempenho institucional.

Quantidade alcançada

9.472 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• 04FQ - Formar e capacitar 54.000 militares da Marinha. Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais atividades realizadas em 2018

As ações empreendidas em 2018 pela Marinha do Brasil (MB) possibilitaram a formação e a capacitação de 28.239 militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional. Tal capacitação contempla diferentes níveis e modalidades de ensino, desde a formação básica até os níveis mais elevados de pós-graduação.

Os cursos presenciais ministrados nas instituições de ensino, no âmbito da MB e extra-Marinha, propiciaram a manutenção do grau de excelência profissional. Foram realizados, ainda, 125 cursos na modalidade de ensino a distância, beneficiando 6.950 alunos. Tais cursos permitiram a requalificação do pessoal sem descontinuidade do exercício das tarefas profissionais de rotina, reduzindo custos e superando as limitações geográficas existentes.

Um total de 68.558 militares foi formado no último triênio e a meta planejada foi superada.

Quantidade alcançada

68.558 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Não há providências a serem tomadas, em razão da meta prevista para o final do PPA ja ter sido superada.

• **04FO - Formar e capacitar 60.000 militares do Exército Brasileiro.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

A meta prevista ao final do PPA 2016-2019 é de formar e capacitar 60.000 militares, o que perfaz uma média anual de

15.000. Nos anos de 2016, 2017 e 2018 foram capacitados, respectivamente, 16.015 (dezesseis mil e quinze), 18.013 (dezoito mil e treze) e 15.308 (quinze mil trezentos e oito) militares, perfazendo um total acumulado no período de

49.336 (quarenta e nove mil trezentos e trinta e seis) militares capacitados, o que corresponde a 82,2% (oitenta e dois vírgula dois por cento) do total previsto para o referido PPA.

Esse percentual acima da média prevista para o período se justifica por uma maior oferta no número de vagas autorizadas pelo Comandante do Exército, através de Portarias, que foram disponibilizadas ao longo dos três primeiros anos. O percentual alcançado nos permite afirmar o bom andamento da execução da meta para o período de referência, com a expectativa de superar a meta.

A importância do sistema de educação no processo de capacitação do profissional militar foi plenamente valorizada com a manutenção e a preservação do orçamento do Departamento, não havendo contingenciamento, facilitando sobremaneira o atendimento da meta.

Quantidade alcançada

49.336 militares formados

Data de Referência

19/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Iniciativas

• **05P7 - Formação e capacitação de militares no país e exterior, desenvolvendo as competências para a defesa nacional.**

Individualizada: Não

05P8 - Refomulação do processo de formação e capacitação dos militares de carreira e temporários da FAB. Individualizada: Não

05P9 - Desenvolvimento e ampliação da conscientização da sociedade sobre os assuntos de defesa nacional. Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

As entregas à sociedade que contemplam esta Inciativa constituem processos permanentes e abrangem várias atividades sobre a "Defesa Nacional", tais como: o "Programa Pró-Defesa", curso "stricto sensu" para a formação de mestres e doutores; os concursos de teses, dissertações e monografias sobre defesa nacional; o Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional; e por fim, os Cursos de Extensão em Defesa Nacional.

OBJETIVO: 1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A capacidade operativa das Forças Armadas Brasileiras tem como pilares o adestramento e a prontidão logística.

No que tange ao adestramento, a Marinha do Brasil participou das operações conjuntas conduzidas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - a exemplo das Operações Atlântico, Amazônia e Ágata e das missões de paz sob a égide da ONU e da UNIFIL - e esteve presente em diversas outros eventos que contribuíram para o adestramento de seus efetivos, destacando-se:

- Exercício Unitas Amphibious - coordenado pela Marinha do Brasil, com a participação da Argentina, Canadá, Equador, Estados Unidos da América, México e Paraguai.

- Operação Obangame Express - realizada com o propósito de aumentar a segurança marítima no Golfo da Guiné e a interoperabilidade entre os países envolvidos. Contou com a participação de Marinhas e agências dos Estados Unidos da América, República da Namíbia, República de Angola, República Democrática do Congo, República do Congo e República dos Camarões.

- Operação Bracolper - teve como objetivo a proteção e a salvaguarda dos interesses dos três países participantes (Brasil, Colômbia e Peru), para ressaltar o potencial estratégico da Amazônia e pontuar os problemas comuns da região.

No âmbito do Comando do Exército, o Programa de Modernização do Sistema Operacional Militar Terrestre (Sisomt), tem como objetivo regular as atividades de preparo e emprego, com ênfase na capacitação do efetivo e no princípio da prontidão.

Com intuito de incrementar a capacitação e o adestramento dos efetivos do Exército Brasileiro, em 2018, foram adquiridos e distribuídos equipamentos e sistemas de simulação virtual viva e construtiva, os quais possibilitam a preparação adequada, assim como a padronização de procedimentos de doutrina e emprego, com economia de meios como munição e combustível.

A Força Aérea Brasileira, por sua vez, realizou treinamentos que incrementaram a capacidade de atuação de seu efetivo. Os Exercícios Tápio e Cruzex simularam cenários de guerra irregular, semelhantes aos das missões de paz da ONU e ambientes de guerra moderna.

Além dos adestramentos operacionais, foram realizados cursos e treinamentos em simuladores de voo, em instituições nacionais e estrangeiras. Para 2019 estão planejadas manobras, exercícios operacionais, treinamentos e missões de ensino.

No campo da mobilização e da logística, destaca-se a capacitação de representantes dos órgãos integrantes do Sistema de Mobilização Militar (Sismomil), na operação dos sistemas de gerenciamento logístico e de mobilização. Os órgãos participantes desse Sistema atuam de modo ordenado e integrado no planejamento e execução de todas as fases da mobilização e desmobilização nacionais.

A elevação da capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas compreende também o serviço militar. Em

2018 foram alistados 1.669.944 jovens para o Serviço Militar Obrigatório. Destes, 86.112 foram incorporados à Marinha,ao Exército e à Aeronáutica. Ao todo foram implantados 57 postos de recrutamento e mobilização, sendo que em 80%

dos Estados da Federação, de forma on-line.

Metas 2016-2019

• **04F2 - Alcançar índice de 65% dos meios operativos da MB na condição "Pronto para Operar". Órgão responsável: Ministério da Defesa**

Análise Situacional da Meta

Principais atividades ocorridas em 2018

No campo internacional, a Marinha do Brasil provê o apoio logístico necessário para manter as pesquisas e a presença do Brasil no continente Antártico, bem como a participação brasileira em Missões de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

No que tange ao adestramento, a Marinha participou das Operações Conjuntas conduzidas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Operações Atlântico, Amazônia e Ágata, entre outras) e de missão de paz sob a égide da ONU no Líbano (United Nations Interim Force in Lebanon – UNIFIL), contribuindo para o aperfeiçoamento da doutrina e aprestamento da Força Naval.

Outras operações realizadas em 2018, que contribuíram para o estreitamento do relacionamento com Marinhas Amigas:

- UNITAS Amphibious - a Marinha do Brasil coordenou o exercício em 2018, com a participação dos seguintes países: Argentina; Canadá; Equador; Estados Unidos da América; México e Paraguai;

- Obangame Express – com o propósito de aumentar a segurança marítima no Golfo da Guiné e a interoperabilidade entre as Marinhas e agências envolvidas contou com a participação de Marinhas e agências africanas, européias e americanas, totalizando 31 países, com destaque para as Marinhas dos seguintes países: Estados Unidos da América; República da Namíbia; República de Angola; República Democrática do Congo; República do Congo e República dos Camarões;

- BRACOLPER - a operação tem como propósito proteção e salvaguarda dos interesses dos três países participantes (Brasil, Colômbia e Peru), ressaltando o potencial estratégico da Amazônia e pontuando os problemas comuns da região;

- ATLASUR - a Marinha do Brasil participou do exercício com representantes da África do Sul e Uruguai; e

- IBSAMAR – a Marinha do Brasil participou do exercício na costa da África do Sul com os representantes da África do Sul e Índia.

A condição operativa dos meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais é sustentada pela execução do Programa Geral de Manutenção que, em 2018, contemplou principalmente a manutenção dos seguintes meios da Esquadra: Navio-Escola Brasil; Navio-Veleiro Cisne Branco; Fragatas Niterói, Defensora, Liberal, Independência, União, Constituição e Rademaker; Corveta Júlio de Noronha; Navio de Desembarque de Carros de Combate Mattoso Maia e Sabóia; e Navio Doca Multipropósito Bahia.

As aeronaves Lynx (helicópteros) estão em processo de modernização para o modelo Mk21B, com previsão de recebimento para 2019, o que possibilitará à Marinha do Brasil contar com esse moderno meio aeronaval para participação na missão de paz UNIFIL, bem como seu emprego em operações Night Vision Goggles (NVG), a bordo do Porta-Helicópteros Multipróposito Atlântico e do Navio Doca Multipropósito Bahia.

Encontram-se na EMBRAER duas unidades modernizadas do avião caça AF-1/1A Skyhawk, com o propósito de reduzir a defasagem tecnológica existente em termos de aviônica e sensores instalados. Tal processo possibilitará que a vida operacional das aeronaves seja estendida até 2030.

Houve a continuidade do processo para o recebimento do avião KC-2 Turbo Trader, prevista para 2021, que possibilitará o reabastecimento autônomo das aeronaves AF-1B/C e o aperfeiçoamento da capacidade de comando e controle. Essas terão a capacidade de realizar o lançamento de paraquedistas até a altitude de 25.000 pés, evacuação aeromédica, apoio às operações de busca e salvamento, e transporte de cargas e passageiros.

Em 2018, a manutenção de viaturas, equipamentos e equipagens usadas em missões operativas e ações de Garantia da Lei e da Ordem, contribuiu positivamente para a atuação da Força de Fuzileiros da Esquadra e de Grupamentos de Fuzileiros Navais distritais.

A conjuntura financeira restritiva tem imposto sucessivas degradações das atividades de manutenção e a redução do nível de prontidão dos meios operativos que desenvolvem as ações de presença e de defesa em Águas Jurisdicionais Brasileiras, nas operações de busca e salvamento (náufragos), bem como nas atividades de apoio assistencial às populações ribeirinhas da Amazônia e do Pantanal. Nesse contexto, o índice alcançado foi de 46% e o andamento da meta foi considerado adequado dentro da conjuntura financeira.

Quantidade alcançada

46 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

As providências a serem adotadas para o cumprimento da meta já foram estabelecidas pela Força. Essas providências serão executadas desde que haja disponibilidade de recursos, para atender as atividades relacionadas à execução da Meta.

• **04EW - Aprimorar e promover o treinamento anual de 80,1% do efetivo das unidades operacionais do Exército.**
Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O COTER elaborou a partir de 2017 um novo Programa de Instrução Militar, adequando-o às necessidades e vocações dos diversos Grandes Comandos e Grandes Unidades da Força Terrestre, de acordo com a nova Concepção Estratégica do Exército, tendo sido consolidado no corrente ano.

Os fatores que mais influíram para elaboração desse Programa e, consequentemente, atingir os índices obtidos, foram os seguintes: atualização da Concepção Estratégica do Exército; crescente demanda de participação do Exército em operações e atividades nacionais e internacionais; valorização da segurança nas atividades militares, por meio da adoção de um novo processo de investigação de acidentes na instrução; edição das novas Instruções Reguladoras do Tiro com Armamento do Exército (IRTAEx); e racionalização das atividades militares.

O Preparo da Força Terrestre alcançou em 2018 o índice de treinamento anual de 91,21% do efetivo das unidades operacionais considerando-se a realização Período de Adestramento Básico/Subunidade (PAB SU).

Ressalta-se que os principais fatores que estão relacionados à execução da meta são os recursos financeiros distribuídos aos Comandos Militares de Área por intermédio do Contrato de Objetivos do Preparo da Força Terestre e os recursos financeiros oriundos dos Ministérios da Defesa (MD) provenientes de outras fontes para a realização de exercícios específicos e a participação efetiva do MD e das demais Forças Armadas nos planejamentos pormenorizados.

Quantidade alcançada

91,21 % ao ano

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• **04F3 - Reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Os simuladores de voo são dispositivos que ajudam o treinamento da tripulação de bordo. Sua função também é a redução de custos com manutenção, desgastes e reciclagem de pilotos em situações normais e adversas como treinamento de condições críticas. Tais treinamentos são primordiais para manter a segurança de voo.

Durante o biênio 2016/2017 foi implantado o treinamento me simulador no Brasil e Exterior com a freqüência a cada

24 meses (meta atingida), devido o corte de horas de voo e a fim de diminuir os riscos com incidentes/acidentes aéreos primando pela segurança de voo.

A meta de realizar simuladores de voo em períodos de 24 meses foi alcançada em novembro de 2018. Todas as unidades do COMPREP atingiram a meta estipulada. No presente ano, não houve fatores que dificultaram o alcance desta meta, fazendo com que este Comando atingisse as metas estipuladas na formação e manutenção dos pilotos. Para o ano de 2019, foram programados os treinamentos em simulador pertencentes à FAB (aeronaves F-5, A-1, A-29 e C-105) com a freqüência anual, e para os simuladores externos à FAB, os treinamentos foram planejados para o cumprimento da meta, com a periodicidade de 24 meses. Nos simuladores externos, os pilotos que realizaram o simulador no ano de 2018, não realizarão o treinamento em 2019.

Os recursos orçamentários, para o ano vindouro, foram solicitados para o alcance e manutenção desta meta.

Quantidade alcançada

24 meses

Data de Referência

14/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Nacional	24	mês	24	14/12/2018

Iniciativas

• **05MB - Formação de jovens para a Reserva Mobilizável das Forças Armadas. Individualizada:** Não

• **05MC - Elevação do nível de Interoperabilidade dos meios das Forças Armadas nos campos da Logística e**

Operações.

Individualizada: Não

• **05MD - Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).**

Individualizada: Não

05ME - Aperfeiçoamento e modernização do processo de alistamento de pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Dando prosseguimento à modernização do Sistema de Serviço Militar, o Projeto de Racionalização do Serviço Militar, implantado nas Forças Armadas desde 2016, possibilitou a transformação de estruturas (a desativação das Circunscrições de Serviço Militar/CSM, a criação de 57 Postos de Recrutamento e Mobilização/PRM e a implantação de 10 Comissões de Seleção Permanentes das Forças Armadas/CSPFA); a redução de efetivos; a disponibilização, via internet, do Alistamento Militar online em todo o território nacional, gerando rapidez, conforto e economia ao cidadão, uma vez que se reduziu o número de apresentações presenciais.

Em relação ao PPA 2016-2019, no ano de 2016, foram alistadas 1.794.016 pessoas, correspondendo a 99,68% da meta prevista de 1.799.600 pessoas alistadas; no ano de 2017, foram alistadas 1.479.174 pessoas, correspondendo a 84,52% da meta prevista de 1.750.000 pessoas alistadas.

Referente ao exercício de 2018, a meta prevista de alistar 1.750.000 pessoas ficou próxima de ser alcançada, ao se alistar 1.669.944 pessoas, correspondendo a 95,42% da meta prevista para o ano.

05MF - Reestruturação e adequação da Logística Operacional do Exército. Individualizada: Não

05MG - Instrução Militar para aumentar e/ou manter a capacidade operacional. Individualizada: Não

05MH - Realização de pesquisas, desenvolvimento e avaliação da doutrina e estratégia militar. Individualizada: Não

05MJ - Aprimoramento da logística de material e abastecimento. Individualizada: Não

05MK - Adequação da logística de reparos dos meios navais, aeronavais e Fuzileiros Navais. Individualizada: Não

05ML - Realização do número de horas de voo prevista por tripulação. Individualizada: Não

05MM - Ampliação do uso de simuladores no treinamento de tripulações. Individualizada: Não

05MN - Redução do tempo médio de reparo das aeronaves. Individualizada: Não

07FE - Implantação do Sistema de Geoinformação de Defesa (SisGeodef) e da infraestrutura de Dados Espaciais de Defesa (IDE-Defesa).

Individualizada: Não

OBJETIVO: 1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

A adequação das Forças Armadas é um dos requisitos essenciais para que as organizações militares cumpram sua missão constitucional com eficiência.

Nesse contexto, o Comando da Marinha realizou adequações em suas organizações militares, dentre as quais destacam- se: o Centro de Instrução Almirante Alexandrino, no Rio de Janeiro-RJ; a Capitania Fluvial de São Francisco, em Pirapora-MG; a Capitania dos Portos de Sergipe; o Segundo Batalhão de Operações Ribeirinhas, em Belém-PA; a Capitania dos Portos de São Paulo; a Capitania Fluvial do Araguaia, no Tocantins-TO e a Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul – Acre-AC.

O Exército Brasileiro realizou obras em unidades de todo o território nacional, das quais merecem destaque: a construção de novos pavilhões em aquartelamentos na área amazônica; as reformas em imóveis funcionais destinados aos militares, totalizando 300 unidades habitacionais; a construção de 120 moradias construídas em Brasília e Manaus; as novas instalações e Próprios Nacionais Residenciais em organizações militares da Região Centro-Oeste; os projetos de ampliação de quartéis e unidades escolares no Nordeste; a adequação Organizações Militares no Sudeste, com prioridade para as escolas de formação e; na Região Sul, a construção de centros de adestramento virtual.

No âmbito do Programa Calha Norte, cabe mencionar, a construção da infraestrutura para a implantação da 22ª Brigada de Infantaria de Selva (Brigada da Foz - Macapá/AP), as reformas em organizações militares em localidades assistidas pelo Programa, além da aquisição de viaturas e equipamentos.

A Força Aérea Brasileira (FAB), nos últimos exercícios, vem priorizando à reestruturação de suas organizações militares (OM). Nesse sentido, a utilização racional dos recursos destinados à adaptação e adequação da infraestrutura possibilitou reformas e construções em 17 OM, além de reparos que beneficiam cerca de 300 imóveis funcionais militares.

Por outro lado, em decorrência da insuficiência de recursos orçamentários, a construção de um hangar para abrigar a aeronave KC-390 foi postergada, devido ao alto custo do empreendimento. Dessa forma, as primeiras aeronaves

recebidas do Projeto KC-390 serão destinadas a localidades que já possuem hangares adaptados para recebê-las.

Metas 2016-2019

• **04F8 - Aumentar de 50% para 60% a adequação das Organizações Militares na Amazônia. Órgão responsável: Ministério da Defesa**

Análise Situacional da Meta

Em 2018, o Programa Amazônia Protegida conduziu obras de adequação em 20 Organizações Militares do Comando Militar da Amazônia (CMA) e 09 do Comando Militar do Norte (CMN), destacando-se: a instalação de equipamentos de segurança nas reservas do 1º Batalhão de Comunicações de Selva, no 7° Batalhão de Polícia do Exército e no 12º Grupo Artilharia Antiaérea; adequações no 4º Batalhão de Aviação do Exército de sua rede lógica e das instalações físicas; adequações da Base Administrativa da 12ª Região Milita; obras de drenagem e calçamento da Vila Militar de Tabatinga/AM; pavilhão de comando do 1º Batalhão de Comunicação de Selva, Manaus/AM; obras de implantação da

22ª Brigada Infantaria de Selva, em Macapá/AP; adequações da Base Administrativa da 8ª Região Militar, em

Belém/PA; instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto na 23ª Brigada Infantaria de Selva, em Marabá/PA.

Quantidade alcançada

62 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Amazônia Legal	60	%	62	31/12/2018

• **04FC - Aumentar de 75% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia. Órgão responsável: Ministério da Defesa**

Análise Situacional da Meta

O Programa Estratégico do Exército Sentinela da Pátria, no período de 2014 a 2018, contribuindo na geração de Capacidades Militares e na defesa da Pátria realizou nas seguintes ações estratégicas: reestruturação das Forças Blindadas, implantações e adequações em Unidades que receberam modernas viaturas blindadas Leopard 1A5 e Gepard e Obuseiros M109 A5 “PLUS” BR; combate ao terrorismo e mobilidade estratégica e tática, construção e na adequação de infraestruturas no Comando de Operações Especiais, em Goiânia/GO, e no Comando de Aviação do Exército, em Taubaté/SP; e proteção à sociedade, gerindo a expansão de Batalhões de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro/RJ, em Porto Alegre/RS, em Salvador/BA e em Recife/PE.

Quantidade alcançada

82 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• **04FE - Concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O Comando da Aeronáutica tem mantido o investimento no projeto de desenvolvimento do KC-390, pois entende que essa aeronave é vital para elevar a capacidade operativa da Força Aérea e a mobilidade das Forças Armadas e Forças de Segurança contribuindo, assim, para o cumprimento de atividades com vistas à defesa do País e às garantias constitucionais.

Para que essa capacidade atinja seu ápice, é necessário igual investimento nas infraestruturas de suporte operacional e logístico do novo vetor. A evolução tecnológica e o valor agregado presentes no projeto, precisam ser acompanhados de igual capacidade de todos os setores envolvidos nas atividades de manutenção e de emprego da aeronave com a finalidade de propiciar uma operação segura e eficiente em todo o território nacional.

O Alto-Comando, analisando a conjuntura econômica atual e em consonância com o processo de reestruturação da Força Aérea, iniciado em 2016, determinou um estudo para verificar se a Base Aérea do Galeão seria mantida como a primeira localidade a receber as aeronaves KC-390. Entretanto, tal estudo mostrou que o melhor local para a receber as primeiras unidades do referido projeto é Anápolis/GO. Visando o atendimento oportuno das necessidades preliminares do recebimento das primeiras aeronaves em Anápolis, foram feitas adequações no hangar que comporta as aeronaves E/R-99 de forma a poder suprir satisfatoriamente essas necessidades até meados de 2020, tempo necessário para a conclusão do hangar definitivo do KC-390, atendendo plenamente aos interesses da Força

Aérea.

É notório que o quadro econômico brasileiro impôs fortes restrições aos investimentos inicialmente previstos para 2016 e 2017, o que obrigou o COMAER a optar por manter a sua capacidade operacional em detrimento da aplicação de recursos em novas construções, provocando o adiamento do início da construção do hangar do KC-390.

Dessa forma, foi destinada a totalidade dos recursos atribuídos ao COMAER nas LOA 2016, 2017 e 2018 para a recuperação e manutenção das infraestruturas das Organizações Militares que se encontravam deficientes a fim de permitir a execução das atividades inerentes ao emprego do Poder Aeroespacial Brasileiro em todo o território

nacional.

Não obstante as dificuldades impostas, o COMAER continua empenhado no cumprimento da Meta 04FE, uma vez que definido o melhor local para a construção do hangar, estabelecido o caderno de necessidades para os serviços de engenharia, o projeto foi concluído e está em condições de ser licitado.

Todos os esforços, portanto, serão para a destinação dos créditos necessários para a execução da obra a partir do início do 1º semestre de 2019 e término previsto para meados de 2020.

Quantidade alcançada0 %

Data de Referência14/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Articulação de atores para implementação da meta;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Em virtude da baixa disponibilidade orçamentária anual destinada ao COMAER no triênio 2016/2017/2018 e a constante necessidade de reforma e reparos das instalações militares existentes, é primordial uma maior interação junto ao Órgão Setorial responsável pelo orçamento visando uma dotação orçamentária suficiente para atender as necessidades atuais do COMAER, bem com a execução meta prevista no PPA 2016-2019.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	% de execução	0	14/12/2018

- **04FD - Modernizar ou revitalizar 15% das Organizações Militares terrestres da Marinha**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Foram realizadas diversas adequações de infraestrutura em Organizações Militares da MB, dentre as quais podemos destacar:

- Centro de Instrução Almirante Alexandrino – Rio de Janeiro-RJ;

- Capitania Fluvial de São Francisco Pirapora – Pirapora-MG;

- Capitania dos Portos de Sergipe – Sergipe-SE;

- Segundo Batalhão de Operações Ribeirinhas – Belém-PA;

- Capitania dos Portos de São Paulo – São Paulo-SP ;

- Edifício Barão de Ladário – Rio de Janeiro-RJ;

- Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará – Fortaleza-CE

- Capitania Fluvial do Araguaia – Tocantins-TO;

- Agência Fluvial de Cruzeiro do Sul – Acre-AC; e

- Hospital Naval Marcílio Dias.

Cabe ressaltar, ainda, a criação, em 2018, da Capitania Fluvial de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, e do Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR), na cidade do Rio de Janeiro.

As obras para melhoramento da infraestrutura das Organizações Militares terrestres da Marinha proporcionaram o incremento das condições básicas para o desempenho de sua missões institucionais.

Quantidade alcançada

11,51 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com bom andamento

Iniciativas

• **05NN - Modernização, racionalização e redistribuição de organizações militares no território nacional. Individualizada:** Sim

Análise Situacional da Iniciativa

O Programa Estratégico do Exército Sentinela da Pátria, no período de 2014 a 2018, realizou implantações e adequações em Unidades situadas no Rio Grande do Sul e Paraná, no escopo da reestruturação das Forças Blindadas, que

receberam modernas viaturas blindadas Leopard 1A5 e Gepard e Obuseiros M109 A5 “PLUS” BR, contribuindo na geração de Capacidades Militares e na defesa da Pátria.

O Programa atuou na construção e na adequação de infraestruturas no Comando de Operações Especiais, em Goiânia/GO, e no Comando de Aviação do Exército, em Taubaté/SP, proporcionado a essas forças de Emprego Estratégico melhores condições de atuar no combate ao terrorismo e contribuindo com a mobilidade estratégica e tática.

No quesito proteção à sociedade, a Sentinela da Pátria geriu a expansão de Batalhões de Polícia do Exército, no Rio de Janeiro/RJ, em Porto Alegre/RS, em Salvador/BA e em Recife/PE, contribuindo com a ampliação do Poder de Combate dessas Unidades.

Destacam-se as seguintes ações ainda em curso e suas respectivas contribuições para a geração de capacidades:

- prosseguimento de construções de instalações no 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, em Curitiba/PR, e no 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, em Santa Maria/RS, para o recebimento dos Obuseiros Autopropulsados M109 A5 “PLUS” BR, que ampliará a capacidade da Artilharia brasileira, que passará a contar com armamento com maior precisão no tiro, além de melhorias no Sistema de Posicionamento e Navegação;

- prosseguimento da implantação do 6º Batalhão de Polícia do Exército, em Salvador/BA, com 80% das obras concluídas, ampliando a capacidade militares da Unidade em atuar na proteção à sociedade;

- adequações de instalações para a implantação do Batalhão de Manutenção e Suprimento Antiaéreo, em Osasco/SP, no antigo aquartelamento do 39º Batalhão de Infantaria Leve, extinto, atendendo a Diretriz de Racionalização do Comandante do Exército;

- prosseguimento de construção de infraestruturas para a implantação da 6ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada, em Santa Maria/RS, e adequação de instalações na 11ª Bateria de Artilharia Antiaérea Autopropulsada, em Rio Negro/PR, dentro do escopo da reestruturação das Forças Blindadas, que receberam viaturas blindadas Gepard, ampliando a capacidade militar das Unidades;

- prosseguimento da implantação do 5º Regimento de Carros de Combate, em Rio Negro/PR, e do 3º Regimento de Carros de Combate, em Ponta Grossa/PR, ampliando a capacidade militar dos regimento no combate de alta intensidade, que receberam as viaturas blindadas Leopard1 A5, com previsão de conclusão para 2022; e

- prosseguimento de construção e adequação nas instalações do Comando de Operações Especiais, em Goiânia/GO, no Comando de Aviação do Exército, em Taubaté/SP, e no 3º Batalhão de Aviação do Exército, em Campo Grande/MS, proporcionando melhores condições de atuar no combate ao terrorismo e contribuindo com a ampliação da capacidadeoperacional e da mobilidade estratégica das Unidades da Força de Emprego Estratégico.

05NO - Adequação da infraestrutura de organizações militares componentes da Força de Atuação Estratégica. Individualizada: Não

05NP - Reestruturação e adequação das Organizações Militares blindadas e mecanizadas. Individualizada: Não

05NQ - Adequação da infraestrutura de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres daMarinha.

Individualizada: Não

05Nº - Elaboração do projeto básico para a implantação da Segunda Esquadra e da Segunda Força de

Fuzileiros da Esquadra.

Individualizada: Não

• **05NS - Adequação de embarcações empregadas pelas Forças Armadas. Individualizada:** Não

• **05NY - Adequação de aeródromos dos Pelotões Especiais de Fronteira. Individualizada:** Não

• **05NZ - Fiscalização e acompanhamento das obras administradas no âmbito do Programa Calha Norte. Individualizada:** Não

• **06NA - Adequação da infraestrutura de unidades militares na área de abrangência do Programa Calha Norte - PCN.**

Individualizada: Não

OBJETIVO: 1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e

nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Nos dias atuais, o fortalecimento das capacidades das áreas da cibernética nuclear, espacial, comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação reduzem a vulnerabilidade dos sistemas relacionados à defesa nacional. Em 2018, as atividades de cibernética, assim como as de comando e controle (C2), comunicações e inteligência, foram empregadas em diversas frentes de atuação do Exército Brasileiro (EB), a exemplo das eleições, greve dos caminhoneiros, operação Acolhida (imigração de venezuelanos), intervenção federal no Rio de Janeiro, entre outras. As prioridades do EB para 2019 serão a implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética, o aumento da capacidade de guerra eletrônica; a entrega de novos sistemas de informação; a finalização do arcabouço normativo de segurança da informação, alinhado com as políticas do Gabinete de Segurança institucional (GSI) e melhores práticas do mercado (ISO

27000); e a ampliação do uso dos certificados digitais.

Com relação às realizações da área nuclear, houve avanços nas obras civis dos prédios e da infraestrutura do Labgene - Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica. O Labgene será ambiente de testes do reator nuclear do submarino com propulsão nuclear brasileiro.

O domínio de todas as fases da tecnologia nuclear proporcionará benefícios à sociedade como o desenvolvimento de tecnologias duais (militar e civil); a nacionalização de processos e equipamentos; o desenvolvimento da indústria nacional de defesa; a geração de empregos diretos e indiretos; e a inserção do Brasil na lista de nações que dominam a tecnologia nuclear.

Também com o objetivo de elevar a capacidade na área nuclear, em 2018, foram iniciados os processos licitatórios para elaboração dos projetos básico e executivo de construção do Batalhão de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica, em Itaguaí-RJ, de grande importância para a operação do complexo radiológico naquela cidade, devido ao grau de periculosidade envolvido.

Na área espacial foi revisado o Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (Pese), cuja nova versão foi aprovada no mês de julho, por meio da Portaria Normativa nº 41/2018 do Ministério da Defesa.

Em relação aos satélites que compõem as constelações do Pese, cabe ressaltar, que o Carponis-1, primeiro satélite brasileiro de sensoriamento remoto de alta resolução espacial, encontra-se em fase de estudo de viabilidade. Ele terá capacidade de gerar imagens coloridas com resolução igual ou inferior a um metro, com mais qualidade, nitidez e precisão.

Quanto ao Projeto de Veículo Lançador (VLS), em virtude dos desafios tecnológicos e da limitação de recursos financeiros e humanos, houve a necessidade de realinhamento da estratégia de seu desenvolvimento. A nova propostaengloba um veículo lançador de microssatélites mais simples, com o aproveitamento do legado do Projeto VLS-1, que permitirá, inclusive, a mitigação dos riscos de desenvolvimento do VLM-1, que é a prioridade atual do Comando da Aeronáutica, em termos de veículos lançadores.

No que se refere ao Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC), foi inaugurada no mês de dezembro, em Brasília, as infraestruturas terrestres do Centro de Operações Espaciais Principal (COPE-P). Neste Centro será operado e monitorado o SGDC tanto da Banda X, de uso estratégico militar, quanto da Banda Ka, do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL).

No que se refere à segurança da informação, no início de 2018 entrou em operação o Data Center do Exército, infraestrutura que permitirá a hospedagem de todos os sistemas corporativos em ambiente de alta segurança e

disponibilidade.

Metas 2016-2019

• **04FH - Alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

A meta do ciclo passado do PPA (2012/2015) foi desenvolver 30% do sistema de Comando e Controle (C2) do Exército e o resultado alcançado foi 29%. A meta deste ciclo do PPA (2016/2019) é atingir 50 % e até final de 2017 foi atingido o acumulado estimado de 43%.

Neste ano de 2018, com a inclusão de novas funcionalidades nos softwares de C2 (Pacificador, Gerenciador do Campo de Batalha – GCB – e C2COp) e com o início do desenvolvimento dos protótipos de software da Família de Aplicativos de Comando e Controle, estima-se que a meta atingida foi 46%.

As novas funcionalidades dos aplicativos incluem uma nova versão do GCB (integrante da viatura Guarani), experimentada na Operação Iguaçú 2018, com simbologia padrão OTAN e redes segregadas por escalão. Além disso, foi desenvolvido o protótipo de integração desse com o de Comando e Controle em Combate (C2Cmb). O Pacificador, por sua vez, passou por modernização de maneira a garantir a otimizações de desempenho, característica necessária para softwares utilizados em campanha, cuja rede de dados possui características mais limitadas do que as redes urbanas.

Houve também a aquisição de material de comunicações para atender as demandas dos sistemas de comunicações de campanha e do sistema de comunicações críticas. As aquisições são possíveis e viabilizadas por estarem previstas em diversos projetos dos Programas Estratégicos do Exército como o Guarani, SISFRON e OCOP.

Além disso, houve o incremento do sensoriamento das comunicações das fronteiras e consequente melhor apoio à decisão a respeito dos aspectos decorrentes sobre os achados, por intermédio do Programa SISFRON, que a cada dia proporciona o incremento da capacidade de monitoramento em seus milhares de quilômetros de fronteira seca com os países vizinhos.

A Governança do C2 no Exército também se aperfeiçoou na medida que o Comitê de C2, estabelecido em 2017 e de natureza deliberativa, pôde melhor direcionar as questões atinentes ao tema e otimizar as soluções, existentes e futuras, com grande ênfase à interoperabilidade.

Outra medida que garantiu o fortalecimento do tema foi o Exército ter estabelecido dois Subprogramas específicos de C2 dentro do Programa Estratégico do Exército Gestão de TIC. O subprograma SINFOTER (Sistema de Informações Operacionais Terrestre) gerencia os projetos que tratam da Informação Operacional e cujo objetivo é produzir, integrar e disponibilizar as informações necessárias ao preparo e ao emprego da Força Terrestre. Nele estão previstos serem entregues os seguintes softwares: Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre, Sistema de Acompanhamento e Preparo, Simuladores Baseados em Software, Sistemas de Comando e Controle Integrados e Interface de Tráfego em Contingência. O outro Subprograma é o Comunicações Táticas e Guerra Eletrônica, no qual está previsto o aumento da capacidade operacional do Sistema Tático de Comunicações. Além deles, o Subprograma EBCART também colaborou diretamente com as atividades de C2 por intermédio de produtos de geoinformação, sejaem formato impresso, seja inserida nos softwares já mencionados.

Para o atingimento integral da meta no exercício subsequente, é necessária a disponibilização integral de crédito e numerário conforme previsto nas Ações Orçamentárias que subsidiam os projetos, de maneira a possibilitar o cumprimento do cronograma. Não é só uma questão de liberar recursos no exercício, mas também que seja conforme o calendário de desembolso previsto. Além disso, é necessário garantir recursos humanos com capacitação técnica para manter todas as operações e projetos relacionados ao Comando e Controle.

A evolução do sistema C2 ocorreu de acordo com o planejado para o ano de 2018 mas a contínua busca pela interoperabilidade entre todos os sistemas envolvidos nas Operações Militares, agora incluindo a definição de uma arquitetura integrada dos sistemas de comunicações táticas e de proteção cibernética, desde o nível do Ministério da

Defesa até o soldado, individualmente, será um grande passo para o Comando e Controle.

Quantidade alcançada

46 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Adequação do quadro de pessoal, treinamento e/ou capacitação;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

04FI - Ampliar e modernizar os equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Nos últimos anos, foi intensificada a manutenção do legado de material e de capacidades de DQBRN adquirido nos Grandes Eventos, que abrangeram o período de 2007-2016, tendo sido realizadas diversas atividades, tais como: participação do Sistema Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear do Exército (SisDQBRNEx) nas Operações Conjuntas AMAZÔNIA (Comando Militar da Amazônia), LAÇADOR (Comando Militar do Sul) e GRANADA (Comando Militar do Leste); participação, junto com outros 17 países, no Exercício para países da América Latina e Caribe (ExBRALC), na área química e sob a coordenação da Organização para Proibição das Armas Químicas (OPAQ), entidade internacional reconhecida pela ONU; acompanhamento técnico do preparo de detectores químicos em uso nas Operações VARREDURA; Exercício de Proteção Física à Instalação Nuclear (EPFIN), descontaminação do material utilizado pelo contingente brasileiro em seu retorno da missão de estabilização do HAITI; participação no Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil (ECADEC); realização do Seminário DQBRN, com o tema: "A arquitetura de Defesa QBRN do Brasil: preparo, emprego e respostas para cenários de guerra e não guerra", onde foi introduzida na ECEME a disciplina eletiva DQBRN, com a participação de agências e do meio acadêmico. Durante o ano 2018, foram realizadas diversas atividades, dentre elas: participação no Exercício para os países da América Latina e Caribe 2018 (ExBRALC 2018), na área química e sob a coordenação da Organização para Proibição das Armas Químicas (OPAQ); reconhecimento, identificação e descontaminação das 56 (cinquenta e seis) Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado M109 A5 (dotadas de filtros QBRN) e 40 (quarenta) Viaturas Blindadas de Transporte Especial Remuniciadoras M992, oriundas dos EUA; a participação no Exercício de Proteção Física à Instalação Nuclear 2018 (EPFIN 2018), para onde o SisDQBRNEx enviou representantes visando a coordenação operativa da atividade; a participação do 1º Batalhão de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear (1º Btl DQBRN) no Fórum Econômico Mundial realizado em São Paulo, prestando o Apoio de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear ao evento; a participação na realização do Exercício Conjunto de Emergência Nuclear da Usina de Angra dos Reis 2018, onde militares integrantes do SisDQBRNEx participaram como moderadores no exercício de mesa, elaborando e controlando incidentes Radiológicos-Nucleares para as entidadesenvolvidas no combate às catástrofes naturais ou antropogênicas; a cooperação de instrução na capacitação básica de

DQBRN de elementos da Policia Militar de São Paulo e dos Bombeiros Militares de Minas Gerais; e a participação do 1º Btl DQBRN no planejamento da Operação Posse (do presidente do Brasil).

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

• **04FG - Implantar 6,50% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Em 2018, as restrições orçamentárias foram menos severas do que em 2017, mas os recursos recebidos ainda estão bem aquém do previsto no SIOP. As restrições continuam acarretando atrasos no desenvolvimento do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional, ainda que ações significativas fossem mantidas em execução, ou concluídas: Execução do Termo de Fomento (Parceria) com a Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI) em curso desde 2017, relacionado

à segurança cibernética de infraestruturas críticas; Assinatura do Termo de Execução Descentralizada com o INMETRO, no contexto do Projeto do Sistema de Homologação e Certificação de produtos para o Setor Cibernético; Elaboração o Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Pernambuco, ainda não concluído, em prol do Projeto do Observatório de Defesa Cibernética; Desenvolvimento de Blindagem Cibernética de Unidades Operativas, desenvolvida pela Marinha do Brasil, com a finalidade de prover proteção cibernética de unidades de emprego operacional; 3º Estágio Internacional de Defesa Cibernética, em que se realizaram exercícios práticos e de simulação com o emprego e melhoramento do software nacional, o Simulador de Operações Cibernéticas (SIMOC); Realização do 1º Exercício Guardião Cibernético, com emprego do SIMOC, envolvendo o MRE, MD,GSI, Forças, Setor Bancário e Nuclear; Conclusão da Elaboração das Trilhas do Conhecimento necessárias para o projeto pedagógico da Escola Nacional de Defesa Cibernética, para desenvolver os itinerários formativos, bem como identificar as competências, os conhecimentos, as habilidades e as tarefas dos profissionais que atuam na Área de Defesa Cibernética

Quantidade alcançada

3 %

Data de Referência

27/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Detalhamento das providências a serem tomadas: A redução da meta do PPA, de 8% para 6,5% foi realizada em 2018, devido aos sucessivos contingenciamentos de recursos. Nesta situação, há de se continuar a priorização das ações mínimas e possíveis, voltadas para: a capacitação de recursos humanos; a formação/continuação de parcerias com os setores público e privado, principalmente, voltadas para a segurança e defesa das infraestruturas críticas; e incremento da segurança da informação dos ativos mais essenciais de TI das Forças singulares. Ademais, torna-se difícil materializar entregas em fases iniciais de projetos.

04FK - Integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS - Defesa) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O projeto Rádio Definido por Software (RDS – Defesa) visa entregar às Forças Armadas um rádio para uso militar que unificará as comunicações das três Forças. A tecnologia escolhida para a Pesquisa e Desenvolvimento permitirá que software e hardware sejam independentes e que possam ser atualizados sempre que houver necessidade. A diferença básica dessa tecnologia é que ela abstrai as funções de modelar as formas de onda, a remove do hardware e leva para a camada do software. Trata-se de um projeto pioneiro nas Forças Armadas, com objetivo de desenvolver tecnologia genuinamente nacional, para escapar de dependência externa, o qual envolve diversos atores, sendo custeado não somente por recursos do EMCFA, mas também por recursos do Comando do Exército e do FINEP, o que tem se refletido no seu andamento.

No Exercício de 2018 não houve contingenciamento de recursos do projeto que competem ao MD. Embora em 2017 o valor total da LOA tenha permanecido contingenciado ao longo do exercício, sendo liberado apenas no mês de novembro, o que possibilitou o empenho apenas de R$ 1.285.710,00 naquele exercício, de uma dotação total de R$6.328.100,00.

No corrente ano foi Implementado com sucesso a execução simultânea de duas formas de onda digitais na Plataforma Nacional (feito inédito no Exército Brasileiro), com a utilização do alfgoritmo criptográfico desenvolvido pelo CASNAV, consolidou a integração da forma de onda em HF do RDS-Defesa com rádios legados da Harris e Datron TW-7000, iniciou essa mesma integração com rádios legados Micom 2 (Motorola) e System 600 (Yaesu), iniciou os contratos de integração dos módulos do RDS-Defesa, da segunda fase do Módulo de Segurança, do desenvolvimento do núcleo SCA e da Ferramenta de desenvolvimento de FO SCA compatíveis.

Devido à complexidade da tecnologia desenvolvida, reduzida possibilidade de intercâmbio entre nações que detém o conhecimento, falência de empresa contratada (Mectron ODT) para a construção de módulos críticos, necessidades de recontratações e ao contingenciamento ocorrido no exercício de 2017, o andamento atual do projeto foi impactado, o que afetou o atingimento das metas no prazo inicialmente visualizado.

Outro fator que dificultou a execução da meta foi a falta de pessoal. Durante o ano de 2018, sempre houve, na média, 10 contratos em andamento. A necessidade está em engenheiros de Comunicações, de Computação e Eletrônicos. As demandas extras (Terminal Integrado de dados em HF, FO conjunta, desvio de parte da equipe para missões relativas a elaboração de requisitos técnicos dos sistemas de comando e controle de viaturas) agravaram a questão de pessoal.

Porém, com a readequação de caminhos críticos do projeto, atrasos foram mitigados e há a perspectiva de que em

2020 já seja disponibilizado para avaliação operacional do módulo VHF da versão veicular referente a Fase 1 do desenvolvimento. Assim, por causa dos constantes problemas o projeto teve sua conclusão postergada de 2019 para

2021. O que pode ser visualizado no cronograma anexado.

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

O forte contingenciamento da AO no exercício de 2017, bem como a liberação de recursos somente no mês de Novembro de 2017, comprometeu inexoravelmente o cronograma de execução do projeto RDS, ocasionando seu alongamento até o ano de 2020, o que impossibilitará o atingimento da meta dentro deste PPA, conforme cronograma anexo

Iniciativas·

05O3 - Aumento da capacidade e meios dos sistemas de comando e controle da estrutura militar de defesa. Individualizada: Não

05O4 - Implantação e manutenção de sistemas de comunicações militares terrestres e satelitais. Individualizada: Não

05O5 - Fomento ao desenvolvimento de equipamentos de comunicação segura das Forças Armadas para uso do sistema militar de comando e controle - SISMC2.

Individualizada: Não

05O6 - Implantação de sistema militar de defesa cibernética, segurança de dados e da informação. Individualizada: Não

05O7 - Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - PESE.

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Ao longo de 2018, o MD coordenou ativamente os Grupos Técnicos do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB). No âmbito do CDPEB foram criados 12 Grupos Técnicos, sendo que 10 deles já emitiram seus Relatórios Finais.

Em relação às missões e aos requisitos técnicos dos sistemas espaciais previstos no PESE, os Requisitos Operacionais (ROP) do sistema CARPONIS-1 (Observação da Terra com sensores ópticos) foram aprovados pelo Estado-Maior da Aeronáutica em 31 de julho de 2018. Dessa forma, o Comando da Aeronáutica (COMAER), por intermédio da Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE) foi designado para conduzir o Projeto CARPONIS-1, o qual está, atualmente, na Fase de Viabilidade.

Destaca-se, também, a inauguração do Centro de Operações Espaciais Secundário (COPE-S), no dia 19 de novembro de 2018, na Estação Rádio da Marinha do Rio de Janeiro (ERMRJ), como parte da infraestrutura que permitirá a operacionalização do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica (SGDC). Em órbita desde maio de

2017, o SGDC vai permitir a transmissão de internet banda larga para todo o Brasil, bem como o monitoramento das fronteiras brasileiras.).

Em virtude da falta de orçamento para a sua execução, desde sua aprovação, o PESE tem se limitado às atividades iniciais das diversas fases do Programa. Tais fases envolvem, principalmente, a realização de estudos internos, a busca de informações, confecção de requisitos, adequação de infraestruturas e a capacitação de recursos humanos. Dentre os principais avanços e estudos destacam-se a definição do cadastro social das comunidades Quilombolas e das diversas tratativas junto ao Departamento de Estado dos Estados Unidos a fim da celebração do Acordo de Salvaguarda Tecnológica (AST). Essas duas iniciativas são parte fundamental do plano de expansão e comercialização do Centro Espacial de Alcântara (CEA).

- **05O8 - Expansão dos meios tecnológicos de inteligência do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para suporte e integração dos órgãos de combate aos ilícitos na Amazônia.**

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

Atualização da Célula de Planejamento e Controle (PLACON)

Tendo em vista o desenvolvimento de novas tecnologias que permitem aumentar a consciência situacional em operações, nas quais o Censipam vem atuando de forma constante junto aos órgãos de repressão e combate a ilícitos na Amazônia Legal, encontra-se em andamento o processo documental (projeto básico, termo de referência e edital de licitação) para contratação da expansão tecnológica visando à integração dos ativos de inteligência disponíveis nos Centros Regionais do Censipam.

Ampliação do Sistema de Mineração de Dados

Em virtude da implantação do Sistema de Mineração de Dados junto ao Censipam, em apoio às atividades de coleta e

análise de dados realizadas pelos Centros Regionais e também pela Coordenação Geral de Inteligência em Brasília, em

2018 foi realizada a expansão do sistema. Com isso, houve a disponibilização de acesso rastreado a bases não estruturadas, por meio da aquisição de dispositivos de detecção aleatória que agregaram dados relevantes ao processo de produção de conhecimento de inteligência, com o devido grau de sigilo.

Com base na metodologia de produção do conhecimento (MPC) adotada pelo Censipam, que segue os padrões estabelecidos pelo Decreto nº 7.845/12, que regulamenta o credenciamento de segurança e tratamento de informação em qualquer grau de sigilo, foram atingidos o total de 71 produtos, na forma de relatórios de monitoramento voltados para a atividade de inteligência, que contribuíram de forma significativa junto às políticas públicas voltadas ao combate e repressão de ilícitos na Amazônia Legal.

Manutenção e integração dos ativos de inteligência tecnológica do Censipam

Ao longo dos anos, Censipam adquiriu os seguintes ativos de inteligência: Radar Saber 60, Portal de Fiscalização de Produtos de Origem Florestal, Sistemas de Informação Geográfica (SIG), Software de gerenciamento de pistas de pouso, Sistema de radiocomunicação em frequência HFDF e Sistema de Comunicações Satelital Vsat. Com essa infraestrutura, foi possibilitado, ao longo dos anos, a coleta sistemática de dados e as definições de parâmetros técnicos a fim de se prever a manutenção e desenvolvimento/expansão dos ativos, visando à integração a médio e longo prazo em um software dedicado a esta finalidade, a cargo da Célula de Planejamento e Controle (PLACON).

Em 2018, o emprego operacional do ativo Radar Saber 60 foi prejudicado pela impossibilidade de prosseguimento do processo de contratação da manutenção preventiva do equipamento. Outrossim, o emprego operacional do ativo HFDF foi prejudicado pela redução do número de antenas que pudessem viabilizar a geolocalização das emissões rádio provenientes de alvos de interesse da inteligência nessa faixa de frequência.

Os demais ativos de inteligência tecnológica atenderam as demandas estabelecidas com aproveitamento pelo Censipam e órgãos parceiros que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). O efetivo emprego desses ativos em diversas operações de órgãos parceiros na região da Amazônia Legal, apoiando a atividade de inteligência e comunicações satelital junto ao Ministério da Defesa (MD), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Polícia Federal (PF) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), dentre outros, somado ao emprego de pessoal e material especializado, destaca a importância da atuação do Censipam no apoio às ações de repressão e combate a ilícitos na região.

05OO - Implantação do Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro. Individualizada: Não

05OP - Implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética. Individualizada: Não

05OQ - Implantação do sistema de homologação e certificação de produtos de Defesa Cibernética. Individualizada: Não

05OR - Aperfeiçoamento e modernização das doutrinas e dos sistemas de comunicações, comando e controle, informação e inteligência.

Individualizada: Não

05OS - Desenvolvimento da propulsão nuclear para submarinos e implantação de Laboratório de Geração deEnergia Nucleoelétrica (LABGENE).

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Atividades realizadas em 2018:Com relação às realizações em prol da Área Nuclear, foram observados avanços significativos, principalmente nas obras civis dos prédios e da infraestrutura que compõem o Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE), onde ocorreu a conclusão do prédio auxiliar e da chaminé de exaustão. Com relação à propulsão nuclear do submarino, avança o projeto da seção nuclear e a fabricação de equipamentos principais.

O LABGENE servirá não só como laboratório de testes do reator nuclear, treinamento e formação de operadores do

Submarino com propulsão Nuclear Brasileiro, mas também proporcionará os seguintes benefícios à sociedade:

• desenvolvimento de tecnologias duais (militar e civil);

• nacionalização de processos e equipamentos;

• inovações para a indústria, com a participação de universidades e institutos de pesquisa;

• independência do país em tecnologias sensíveis;

• desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa;

• geração de empregos diretos e indiretos; e

• inserção do Brasil na lista de nações que dominam a tecnologia nuclear.

Ressalta-se, ainda, a importância do LABGENE para a Defesa Naval, tendo como principal objetivo a validação do projeto do sistema de propulsão, a ser empregado no submarino com propulsão Nuclear Brasileiro.

05OU - Implantação do Batalhão de Defesa (NBQR) de Itaguaí - RJ. Individualizada: Não

05OV - Estabelecimento de diretrizes para a elaboração de metodologia de realização de exercícios de ataques

cibernéticos e testes de intrusão pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Individualizada: Não

05OW - Fortalecimento e elevação das capacidades do Estado nas áreas de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética.

Individualizada: Não

05OY - Desenvolvimento e Implantação de método de identificação de ameaças e geração de alertas para segurança das infraestruturas críticas da informação do Governo Federal.

Individualizada: Não

OBJETIVO: 1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Para resguardar o território, o espaço aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras, o país necessita de Forças Armadas bem aparelhadas, a fim de proporcionar-lhes as capacidades necessárias para transformá-las em efetivos instrumentos do poder militar e dissuasão.

Quanto aos meios aos meios destinados à Força Naval, em 2018, foram incorporados à Marinha do Brasil três Navios deApoio Oceânico (NApOc) e o Navio Porta-Helicóptero Multipropósito (PHM) Atlântico, além de um helicóptero HU-15A Super Cougar (N7203). Com essas novas unidades o percentual de execução da meta incorporação de 10 meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, estabelecida para o PPA 2016-2019, atingiu 90%.

Em 2018 foram mantidas as atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), que consiste na construção de quatro submarinos convencionais e um com propulsão nuclear, incluindo a infraestrutura de apoio. O Programa proporcionará ao Brasil a autossuficiência em projetar, construir e manter submarinos, capacidade estratégica restrita a poucos países.

A condição operativa dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais é sustentada pela execução do Programa Geral de Manutenção da Marinha do Brasil. Nesse sentido, em 2018 foram concluídas a modernização da Corveta Júlio de Noronha, da Aeronave de Asa Fixa AF-1 - 1B (monoposto) e da Aeronave de Asa Fixa AF - 1C (biposto), totalizando oito meios modernizado no último triênio, ou seja, 53,33% da meta estabelecida para o ciclo do PPA.

No que se refere aos submarinos, o Riachuelo - primeiro submarino convencional brasileiro (SBR-1) - foi lançado ao mar em 14 de dezembro de 2018. O Humaitá encontra-se em fase de acabamento das seções na Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas (Ufem). O Tonelero está em fase de pré-acabamento, tendo sido concluído o casco resistente. O Angostura está em fase final de fabricação do casco resistente, nas instalações da Nuclebrás Equipamentos Pesados. Quanto ao Programa de Obtenção de Meios de Superfície (Prosuper), foram incorporados três navios de apoio oceânico (NApOc) e o Navio Porta-Helicóptero Multipropósito (PHM) Atlântico.

Sobre o aparelhamento da Força Terrestre, os principais avanços no exercício estão relacionados aos Programas

Estratégicos Astros 2020 e Guarani.

Cita-se como fato relevante do Programa Astros 2020, a entrega parcial das instalações do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes e do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes, em Formosa (GO), destinado ao adestramento dos militares que atuarão na operação e manutenção das viaturas Astros. Em 2018 o Projeto atingiu 49% de implantação de uma meta prevista de 85% ao final de 2019.

Além disso, tiveram prosseguimento as atividades de aquisição de viaturas, na versão MK-6; a modernização de unidades, na versão MK3-M; o desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro, com alcance de até 300 km, do Foguete Guiado SS-40 G e do Sistema Integrado de Simulação Astros (Sis-Astros); e a aquisição de munição para emprego em experimentação doutrinária.

Em relação ao Programa Guarani, as principais realizações do exercício foram: a aquisição de 41 viaturas da nova família de blindados sobre rodas e de cinco sistemas de armas Remax. Em 2018, essas unidades foram empregadas na intervenção do Estado do Rio de Janeiro, na segurança das fronteiras e nas operações de combate ao tráfico e descaminho. A meta prevista para o PPA 2016-2019, de aquisição de 300 viaturas blindadas, atingiu o percentual de

45,67% de realização em 2018.

No que tange ao aparelhamento da Força Aérea, destaca-se o Projeto HX-BR, que consiste na produção, desenvolvimento e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, de emprego geral, para uso das Forças Armadas e da Presidência da República. Em 2018 foram recebidas quatro aeronaves: duas na versão Operacional para o Exército, uma na versão Básica para a Força Aérea e uma na versão Básica Plus para a Marinha, totalizando 34 aeronaves recebidas.

A incorporação dessas aeronaves promoveu um ganho operacional para as três Forças e alavancou a indústria brasileira na capacitação tecnológica para desenvolver aeronaves de asas rotativas.

Quanto ao Projeto FX-2, está previsto no PPA o desenvolvimento de 35,8% da aeronave caça multimissão até 2019. Atualmente, o protótipo da aeronave brasileira está na fase final de montagem, com voo previsto para 2019. Contudo, houve necessidade de ajustes técnicos e de alteração do cronograma de desembolso anual, de modo a reduzir a necessidade de recursos nos próximos anos. Dessa forma, no exercício de 2018, o Projeto alcançou 13,74% de execução. Com relação ao Projeto KC-390, em 2018 não houve a entrega das duas aeronaves previstas devido, principalmente, ao acidente do Protótipo 001, ocorrido em maio. Esse fato provocou o atraso do cronograma de desenvolvimento do Projeto, o que culminou na necessidade de celebração de um novo termo aditivo, para que o slot de produção da primeira unidade

de série fosse utilizado na fabricação de uma nova aeronave protótipo, sem a implicação de custos adicionais.

Metas 2016-2019

- **04G2 - Adquirir 22 aeronaves Militares. Órgão responsável: Ministério da Defesa Análise Situacional da Meta**

A meta 04G2 contempla os projetos KC-390, KCX-2, I-X e CL-X2. O Projeto KC-X2 encontra-se suspenso e não existem contratos em vigor para atendê-lo.

No Projeto KC-390, no exercício financeiro de 2018, a evolução cumulativa da Linha de Produção permitiu o atingimento de 98,02% da "Aeronave de Série Nº 1" e de 18,64% da "Aeronave de Série Nº 2"; o que equivale à evolução de 4,61% de todo o projeto. Além disso, estão sendo adquiridos os materiais que requerem um longo ciclo de produção na indústria para que as outras aeronaves sejam produzidas na sequência.

Em função de um acidente ocorrido com a aeronave protótipo 01, em 05 de maio de 2018, as campanhas de ensaio e certificação planejadas para 2018 tiveram que ser replanejadas para 2019 e 2020, bem como afetou a entrega das aeronaves previstas para o ano de 2018.

A fim de diminuir o impacto no cronograma de desenvolvimento e certificação do Projeto, estão em negociação entre as partes os Termos Aditivos necessários para refletir medidas eficazes que venham a ser adotadas, no sentido de que a FOC (Final Operational Capability) seja atingida na maior brevidade possível.

Para 2019, há a previsão de recebimento das 3 (três) primeiras aeronaves. Para tal, os Órgãos de Direção Geral/Setorial (ODSA) envolvidos, como o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), Comando de Preparo (COMPREP), Comando- Geral de Apoio (COMGAP) e Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), seguem em estreita coordenação na preparação da infraestrutura necessária para a entrada em operação da nova aeronave. Nesse sentido, foi aprovada a reedição da Diretriz que dispõe sobre a Implantação da Aeronave KC-390 na Força Aérea Brasileira – fase 1, que tem por finalidade estabelecer a concepção geral para a primeira fase da implantação da aeronave, permitindo a elaboração dos Planos correlatos por parte dos Órgãos de Direção Setorial envolvidos.

Estão previstos, para o primeiro trimestre de 2019, a conclusão dos estudos e planejamentos das atividades relacionadas ao Suporte Logístico e fornecimento de peças de reposição e de apoio à operação das aeronaves, tendo em vista a previsão de sua entrada em operação na Força Aérea Brasileira.

A PPLOA 2019 acena com a possibilidade de disponibilização de recursos abaixo da necessidade prevista no Cronograma Físico-Financeiro para o Exercício 2019. Caso isso se concretize na LOA a ser aprovada, haverá a postergação no recebimento das aeronaves em relação a cadência de entrega planejada (três em 2019 e três em 2020), gerando a necessidade de replanejamento da implantação da infraestrutura, replanejamento do Suporte Logístico e o replanejamento da desativação das aeronaves C-130 Hércules, com consequentes custos envolvidos.

Com relação ao CL-X2, em 2018 foram realizados o recebimento de três etapas do "Full in Service Support (FISS)", do Relatório de Acompanhamento das Atividades do "Field Support Representative (FSR)", conforme previsto no 3º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014. Além disso, foram efetuados dois pré- pagamentos relativos à segunda e terceira aeronaves.

A etapa referente à Avaliação Operacional, teve sua data de encerramento alterada para 30 de novembro do corrente ano em comum acordo entre as partes, devido a problemas técnicos observados durante a avaliação em tela.

Os recursos orçamentários disponibilizados no corrente exercício permitiram o recebimento e pagamento de todas as etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro do contrato em tela.

Com o intuito de incluir métricas no "Full in Service Support (FISS)", CONTRATADA e CONTRATANTE iniciaram a negociação para a formalização do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 001/DCTA-COPAC/2014, o qual foi finalizado em dezembro do corrente ano.

No corrente ano também foi instalado na ALA 5 (Campo Grande – MS) o Centro de Apoio à Missão, bem como realizada a Avaliação Operacional durante os meses de fevereiro e março de 2018.

No âmbito do projeto I-X, no ano de 2018 o projeto recebeu a Aeronave de Inspeção em Vôo nº 3, o que foi favorecido pelo recebimento do volume de crédito orçamentário adequado ao previsto no Cronograma Físico-Financeiro no Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014.

Foi formalizado nesse período o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 009/DCTA-COPAC/2014 com o objetivo de reduzir o escopo do projeto de aquisição de 06 aeronaves para 04 aeronaves.

Em julho de 2019 está previsto o recebimento da 4ª Aeronave de Inspeção em Vôo certificada.

Quantidade alcançada

4 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

No projeto KC-390, os contratos estão sendo renegociados para a adequação orçamentária dos exercícios de 2018 e 2019.

Está sendo feita uma reavaliação quantitativa das metas previstas e reanálise dos custos possíveis de serem absorvidos pelos projetos em andamento.

A desativação das aeronaves C-130 Hércules deve ser revisada, considerando possíveis alterações na cadência de entrega das aeronaves KC-390.

No âmbito do projeto CL-X2, o contrato está sendo renegociado para a adequação orçamentária do exercício de 2019. Reavaliação quantitativa das metas previstas e reanálise dos custos possíveis de serem absorvidos pelos projetos emandamento.

04G3 - Atingir 35,8% do desenvolvimento do Projeto da Aeronave Caça Multimissão (F-X2). Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O projeto F-X2 celebrou 3 (três) Contratos de Despesa e 1 (um) Acordo de Compensação, quais sejam: Contrato de Despesa 003/DCTA-COPAC/2014; Contrato de Despesa 004/DCTA-COPAC/2014 – CLS; Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015 – ARMAMENTO; e Acordo de Compensação 004/DCTA-COPAC/2014 – OFFSET. Os contratos encontram-se em eficácia, exceto o contrato de CLS, que deverá entrar em eficácia apenas após o recebimento da 1ª aeronave.

Durante o ano de 2018, até a presente data, foram recebidas e pagas 37 (trinta e sete) etapas, sendo 28 (vinte e oito) do Contrato nº 003/DCTA-COPAC/2014 (Desenvolvimento e Aquisição de 36 aeronaves Gripen NG) e 09 (nove) do CT nº 001/DCTA-COPAC/2015 (Armamento).

Ressalta-se que as etapas recebidas se referem, em sua maioria, ao desenvolvimento dos sistemas da Aeronave, parte fundamental para o atingimento do produto final e que envolve muita tecnologia, por isso, representam um valor agregado elevado.

Em 2018 foram recebidas, 62 (sessenta e duas) etapas, o que totaliza 144 etapas de um total de 1390 etapas do Contrato nº 003/DCTA-COPAC/2014 (Desenvolvimento e Aquisição de 36 aeronaves Gripen NG), o que representa 18,46% de avançamento físico neste contrato. Encontram-se em processo de recebimento, ainda, 02 etapas contratuais.

No tocante ao Contrato nº 001/DCTA-COPAC/2015 (Armamento), o avanço físico até a presente data é de 5,29%. O percentual reduzido em relação ao Contrato Principal deve-se ao fato de que as principais atividades relacionadas ao recebimento dos armamentos adquiridos ocorrerão apenas quando as aeronaves já estiverem em processo de recebimento, a partir de 2021.

A meta estipulada no PPA não condiz com a mudança de metodologia adotada e evolução ocorrida devido aos frequentes Termos Aditivos negociados, onde, além de outros ajustes, é alterado o Cronograma Físico-Financeiro de modo a adequar as necessidades superiores aos recursos disponibilizados na LOA de cada ano. Assim, de acordo com o último Termo Aditivo assinado, o percentual previsto para o final de 2019 será de 22,74%.

Para fins de atingimento da meta, o cálculo considera a porcentagem de execução do Contrato nº 003/DCTA- COPAC/2014 e do Contrato nº 001/DCTA-COPAC/2015, resultando no valor de 17,56% de avançamento da meta ao final de 2018.

Com relação à Transferência de Tecnologia, o Acordo de Compensação prevê 62 Projetos a serem executados ao longo do desenvolvimento, sendo 27 concluídos e 18 em andamento até a presente data. Os demais Projetos ainda não foram iniciados em virtude de o estágio atual do desenvolvimento não possibilitar tais atividades, ou seja, ainda não atingiram seu tempo de execução planejado/previsto. Os Projetos concluídos estão em análise no âmbito do COMAER para que o reconhecimento de créditos seja efetuado. Até o presente momento, já houve 10 reconhecimentos de créditos.

Para o ano de 2018, foi aprovado o Plano de Ação com o LOA-2018 no valor de R$ 1.050.233.500,00, entretanto, conforme MD 13/5SC1/4540, de 11 Abr 18, do EMAER, houve um contingenciamento de R$ 94.445.020,00 no PAC para o F-X2. Além disso, houve um corte de R$ 100.000,00 na Fonte 100.

Em seguida, por meio do Decreto nº 9.452, de 30 de julho de 2018, foi informado o descontingenciamento dos recursos do PF-X2, e ainda, em setembro de 2018, foi encaminhado à SEFA uma solicitação de remanejamento de recursos na ordem de R$ 96.000.000,00, da Ação 123B para a Ação 14T0 (PF-X2).

No 4º Termo Aditivo ao CT 003/DCTA-COPAC/2014, assinado em outubro de 2018, houve um replanejamento de pacotes de trabalho e entrega de etapas e, considerando-se o novo Cronograma Físico- financeiro em vigor, o valor total disponibilizado foi suficiente para o pagamento das etapas contratuais no exercício de 2018. Neste Termo aditivo foi ajustado o desembolso dos próximos anos para valores mais realísticos com os recursos a serem disponibilizados. Para 2019, a previsão da PLOA é de R$ 1.357.511.151,00 para todo o projeto, sendo este montante suficiente para o adimplemento das etapas previstas no atual CFF, considerando o câmbio atual. Caso o montante previsto na PLOA não venha a se concretizar, pode ocorrer a necessidade de se negociar um Termo Aditivo a fim de se adequar o CFF ao valor previsto, acarretando uma postergação de Etapas com possíveis atrasos no Projeto e pagamento de reajustes adicionais previstos em Contrato.

Como decorrência da necessidade de modificação da metodologia que mede o avanço físico, de modo a não confundir com o avanço financeiro e, por se tratar de um projeto de desenvolvimento, cujo recebimento do objeto ocorrerá apenas a partir de 2021, os valores informados anteriormente sofreram alterações. Além disso, houve a assinatura de novo termo aditivo onde ocorreram adequações na entrega de etapas em consonância com uma redução de desembolso anual em virtude de restrições orçamentárias e sua projeção. Assim, a meta física para o período de 2016 a 2019 (PPA) foi

alterada para 22,74%.

Quantidade alcançada

17,56 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	35,8 % de	execução	13,74	31/12/2018

• **04FY - Implantar 85% do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020. Órgão responsável: Ministério da Defesa**

Análise Situacional da Meta

O Programa ASTROS 2020 (implantação de Sistema de Mísseis e Foguetes) possui em seu escopo os seguintes projetos:

- desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro de 300Km;

- desenvolvimento do foguete guiado SS-40G;

- construção de organizações militares (Forte Santa Bárbara - Formosa/GO);

- viaturas do Sistema ASTROS (aquisição e modernização de viaturas do Sistema ASTROS);

- desenvolvimento de simulação integrada para o Sistema ASTROS;

- instrumentação técnica de campo de instrução; e

- implantação de Bateria de Busca de Alvos.

Nesse sentido, observaram-se as seguintes entregas no ano de 2018 (divididas por projetos):

- Projeto Míssil Tático de Cruzeiro: entrega de duas etapas de desenvolvimento, atingindo 17 etapas de um total de 28;

- Projeto Foguete Guiado SS-40G: entrega de uma etapa de desenvolvimento, atingindo 16 etapas de um total de 20;

- Projeto Forte Santa Bárbara: entregas parciais das obras do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes (Jan/18) e do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes (Fev/18);

- Projeto viaturas do Sistema ASTROS: foram recebidas 6 (seis) viaturas do Sistemas ASTROS, na versão MK-6 (subprojeto aquisição de viaturas ASTROS), e 8 (oito) viaturas modernizadas do Sistema ASTROS, na versão MK3-M (subprojeto modernização de viaturas ASTROS). Também foram adquiridas mais 13 (treze) viaturas na versão MK-6 (subprojeto aquisição de viaturas ASTROS) via pagamento antecipado (viaturas ainda não entregues).

Considera-se o andamento do Programa adequado à sua data de encerramento (dezembro de 2023), porém não em relação à meta do PPA, fato que não enseja qualquer tipo de ação ou adequação. Cabe destacar a impossibilidade da modificação da meta de 85% de implantação do sistema, a qual necessitaria ser atualizada.

Quantidade alcançada

49 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Avaliação da estratégia da política pública e, consequentemente, eventual necessidade de revisão da meta ou de algum de seus atributos;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Necessidade de revisão da meta de 85% de implantação do sistema prevista para o final de 2019.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	85 %	de execução	48,26	12/12/2018

• **04G0 - Incorporar 10 Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais resultados alcançados em 2018

Os Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais são utilizados para a defesa das águas jurisdicionais brasileiras e também para as ações de fiscalizações, com vista à segurança da navegação aquaviária.

Quanto aos Meios Navais, foram incorporados três Navios de Apoio Oceânico (NApOc) e o Navio Porta-Helicóptero Multipropósito (PHM) Atlântico.

O NApOc tem a capacidade de atuar no salvamento de navios e embarcações de médio e grande porte; realizar operações de salvamento da vida humana no mar; atuar em ações de Patrulha e Inspeção Naval, contribuir com outros órgãos governamentais na fiscalização contra a pesca predatória, ilícitos transnacionais e poluição hídrica na Amazônia Azul; atuar na Garantia da Lei e da Ordem em apoio às atividades portuárias; prestar apoio às atividades de Inspeção Naval; contribuir com a Segurança do Tráfego Aquaviário; apoiar as ações de Defesa Civil; realizar reboque oceânico; e prestar apoio no combate a incêndios em meios flutuantes.

O PHM Atlântico realiza Operações de Controle de Área Marítima, Anfíbias, de Manutenção de Paz, de CaráterHumanitário e Logístico, contribuindo, significativamente, para o cumprimento da missão institucional da Marinha doBrasil.

Quanto aos Meios Aeronavais, foi incorporado um helicóptero HU-15A Super Cougar (N7203). Esta aeronave foi projetada para missões de busca e salvamento de pessoal.

Com essas novas obtenções foi incorporado um total de nove Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais no último triênio 2016-2018 e a meta planejada está com andamento adequado.

Quantidade alcançada

9 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com andamento adequado.

04G1 - Modernizar 15 Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais. Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais atividades realizadas em 2018

A condição operativa dos Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais é sustentada pela execução do Programa Geral de Manutenção da Marinha do Brasil que, em 2018, concluiu a modernização dos seguintes meios: Corveta Júlio de Noronha; e Aeronave de Asa Fixa AF-1 - 1B (monoposto); e Aeronave de Asa Fixa AF - 1C (biposto).

Perfazendo um total de oito Meios modernizado no último triênio (53,33% da meta estabelecida para o ciclo do PPA).

Quantidade alcançada

8 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta encontra-se com andamento aquém do previsto para o triênio 2016-2018.

Releva-se que em 2019, um total de nove meios serão modernizados, consequentemente a meta será alcançada.

04G4 - Modernizar 17 aeronaves mlitares. Órgão responsável: Ministério da Defesa Análise Situacional da Meta

Em relação ao Projeto AMX, no ano de 2018, problemas de corrosão nos tanques de combustível demandaram trabalhos não previstos da linha de produção que resultaram em atrasos na entrega das aeronaves modernizadas. Foi realizado um novo planejamento, de maneira que uma aeronave teve a entrega postergada para 2020, reduzindo a meta do presente PPA de 8 aeronaves A-1M para 7 aeronaves A-1M.

No ano de 2018, houve a entrega de mais uma aeronave A-1M em dezembro.

Como fator que contribuiu para o andamento do Projeto em 2018 foi a possibilidade do gerenciamento do Projeto sob a égide de fatores de planejamento realistas, considerando a garantia do recebimento da totalidade dos recursos financeiros necessários.

Os trabalhos foram realizados diante de um quadro de possibilidades financeiras factíveis e as situações técnicas imprevisíveis na linha de produção foram o principal fator de risco do projeto (como exemplo a corrosão encontrada nas aeronaves).

No âmbito do Projeto F5BR foram realizadas diversas discussões técnicas visando a melhoria do produto.

Em 2018, o principal fator dificultador foi a falta de item não modernizado que impediu a entrega do FAB4810.

O item faltante foi entregue em setembro e, com isso, a aeronave está sendo preparada para possibilitar e entrega em

2019.

A postergação na entrega das aeronaves modernizadas não trará impactos operacionais, tendo em vista que a quantidade de aeronaves na linha de vôo permanecerá inalterada.

Quantidade alcançada

13 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

04FZ - Obter 300 viaturas da Nova Família de Blindados sobre rodas. Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Da meta prevista para o período 2016-2019 (aquisição de 300 viaturas), foi adquirida em 2016, a quantidade de 35 (trinta e cinco); em 2017, 61 (sessenta e uma) e em 2018, 41 (quarenta e uma) viaturas, chegando-se a um total de 137 (cento e trinta e sete) unidades acumuladas no período, representando 45,67% do total da meta.

Para 2019, estão previstas as seguintes atividades:

- adquirir 50 (cinquenta) viaturas blindadas Guarani (6x6) integradas com sistemas de armas e de comando e controle, quantidade mínima que torna a linha de produção da montadora viável e mantém as fábricas fornecedoras em operação;

- finalizar o contrato, em negociação, para aquisição das viaturas blindadas 4x4 integradas com sistemas de armas e de comando e controle;

- adquirir 30 (trinta) viaturas blindadas Guarani (4x4) integradas com sistemas de armas e de comando e controle;

- adquirir 30 (trinta) sistemas de armas manuais

- adquirir 46 (quarenta e seis) Sistemas de Armas REMAX.

- iniciar o desenvolvimento da viatura blindada de combate morteiro pesado, uma das versões das viaturas blindadas

Guarani, prevista no contrato de aquisição em andamento;

Para 2019, a LOA para o PEE Guarani teve um corte de 20% em relação ao planejado no PPA, comprometendo seriamente a execução da meta.

Quantidade alcançada

137 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Realizar gestões junto ao MPDG a fim de evitar os sucessivos contingenciamentos ao Programa em relação ao Planejado e implantado no PPA.

Iniciativas

• **05PN - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico de Mísseis e Foguetes ASTROS 2020. Individualizada:** Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A implantação do Sistema Estratégico de Misseis e Foguetes está com os seguintes projetos em pleno andamento: desenvolvimento de Míssil Tático de Cruzeiro, desenvolvimento do Foguete Guiado SS40-G, desenvolvimento da Simulação Integrada ASTROS, instrumentação técnica de campo de instrução, aquisição de Viaturas do Sistema ASTROS, na versão MK-6, modernização das Viaturas do Sistema ASTROS, na versão MK3-M, as obras de construção de Organizações Militares no Forte Santa Bárbara em Formosa-GO e as Ações Complementares de aquisição de viaturas logísticas e de munição (foguetes) ASTROS para emprego em experimentação doutrinária do Sistema.

O Programa ASTROS 2020 está com seus projetos na seguinte fase de execução:

- Projetos de desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro e do Foguete Guiado: em pleno desenvolvimento pela Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS, de acordo com o cronograma contratual.

- Projeto do Sistema de Simulação Integrada ASTROS: em desenvolvimento pela Universidade Federal de Santa Maria, com a conclusão da 3ª fase de desenvolvimento, das quatro fases previstas.

- Projeto Viaturas do Sistema ASTROS: a aquisição e a modernização de viaturas do Sistema ASTROS estão em plena fase execução pela Empresa Estratégica de Defesa AVIBRAS, de acordo com o cronograma contratual.

- Projeto Forte Santa Bárbara: As obras de construção do Centro de Instrução de Artilharia de Mísseis e Foguetes e do Centro de Logística de Mísseis e Foguetes e dos Paióis de Mísseis e Foguetes estão em fase final de execução e as obras do 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, do Comando de Artilharia do Exército e da Bateria de Comando do Comando de Artilharia do Exército estão em execução.

- Projeto de Instrumentação de Técnica para Campo de Instrução: foi elaborada a Diretriz de Implantação e o Estudo de

Viabilidade foi aprovado, estando de acordo com o cronograma planejado.

- Ação Complementar de aquisição de munição para o Sistema ASTROS: Foi contrata, em 2017, a aquisição de foguetes do Sistema ASTROS para experimentação doutrinária.

Os desafios enfrentados pelo Programa ASTROS 2020 estão diretamente relacionados ao aporte de recursos orçamentários necessários.

A ocorrência de contingenciamentos orçamentários gera atrasos e a necessidade de um novo planejamento e reprogramação de atividades previstas no escopo do Programa.

05PO - Aquisição e desenvolvimento de viaturas blindadas sobre rodas - Projeto Guarani. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

a) Para a averiguação do alcance das Metas (medida do alcance do Objetivo): (1) avaliação da execução da meta, quantificando o valor alcançado em 2018; (a) Aquisição

A LOA 2018 com os acréscimos orçamentários permitiu a aquisição (empenhadas) de 50 (cinquenta) viaturas blindadas Guarani, às quais foram entregues (liquidadas - LOA+RP) 41 (quarenta e uma) VBTP 6x6.

(b) Desenvolvimento

- O atual cenário político-econômico é de restrição orçamentária e deve prolongar-se pelos próximos anos, justificando a obtenção de uma Viatura Blindada de Reconhecimento - Média Sobre Rodas, 6x6, a partir da evolução de plataforma já existente, em detrimento da obtenção da Viatura Blindada de Reconhecimento - Média Sobre Rodas, 8x8 que acarretaria em custos mais elevados.

(2) motivo da frustração ou superação das expectativas; (a) Aquisição

O principal motivo do programa estar aquém da Meta PPA foi o atual cenário político-econômico de restrição orçamentária que deve prolongar-se pelos próximos anos, tendo em vista as limitações orçamentárias estabelecidas na EC 95/2016.

(b) Desenvolvimento

- O EB não disponibilizou, por insuficiência de recursos do PEE Guarani, a contrapartida para o início das pesquisas e desenvolvimento.

(3) necessidades existentes para que a meta seja atendida; (a) Aquisição

Adquirir anualmente 60 (sessenta) viaturas blindadas Guarani (6X6) integradas com sistemas de armas e de comando e controle, quantidade mínima que torna a linha de produção da IVECO viável, a fim de manter as fábricas fornecedoras em operação.

Adquirir 30 (trinta) viaturas blindadas Guarani (4X4) integradas com sistemas de armas e de comando e controle no período.

Ampliar a LOA/LME 2019 para que se realize também em 2019 as Metas de 2016 a 2018 não alcançadas de mais 163 (cento sessenta e três) viaturas blindadas Guarani integradas com sistemas de armas e de comando e controle.

(b) Desenvolvimento

- Disponibilização da contrapartida.

b) Quantidade alcançada

(a) Aquisição

- Foram adquiridas (empenhadas) 50 (cinquenta) viaturas blindadas Guarani, às quais foram entregues (liquidadas – LOA+RP) 41 (quarenta e uma) VBTP 6x6, perfazendo um total de 373 (trezentos e setenta e três), considerando as 16 (dezesseis) viaturas do Lote Piloto.

(b) Desenvolvimento

- Não houve desenvolvimento de plataforma no período c) Data de referência

- 31 de dezembro de 2018.

Análise situacional das Iniciativas Individualizadas (entrega de bens e serviços à sociedade):

a) informações sobre a situação da Iniciativa Individualizada;

A Nova Família de Blindados de Rodas (NFBR) é composta de diferentes versões de Viaturas Blindadas de Rodas, a única já desenvolvida e em produção é a Viatura Blindada de Transporte de Pessoal Média de Rodas (VBTP-MR 6X6). Atualmente já foram adquiridas (empenhadas) 373 (trezentos e setenta e três) VBTP-MR 6X6. As versões ainda previstas para serem desenvolvidas são a Viatura Blindada de Reconhecimento Média de Rodas (VBR-MR 8X8), a Viatura Blindada de Combate Média de Rodas Morteiro Pesado (VBC-MR Mrt P 6X6); a Viatura Blindada Especial Média de Rodas Posto de Comando (VBE-MR PC 6X6); a Viatura Blindada Especial Média de Rodas de Comunicações (VBE-MR COM 6X6); a Viatura Blindada Especial Média de Rodas Ambulância (VBE-MR Amb 6X6) e a Viatura Blindada Especial Média de Rodas de Defesa Química Biológica Radiológica e Nuclear (VBE-MR DQBRN 6X6)

b) fase que se encontra a execução;

- VBTP-MR 6X6 – Pesquisa e desenvolvimento concluídos – Adotada pelo Exército, em fase de aquisição.

- VBR-MR 8X8 – Início sobrestado até segunda ordem.

- VBC-MR Mrt P 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2019;

- VBE-MR PC 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2019;

- VBE-MR COM 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2019;

- VBE-MR Amb 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2022; e

- VBE-MR DQBRN 6X6 - Início pesquisa e desenvolvimento previstos para 2030. c) desafios enfrentados (legislação, operacional, recurso, evento natural, etc.);

- Manter a continuidade dos recursos para evitar atrasos nas etapas dos projetos, o que traz perda do conhecimento, retrabalho, modificações forçadas, dispêndio de tempo em novos estudos e planejamentos.

d) práticas bem sucedidas;

- a interação constante com o usuário final nas várias etapas de pesquisa, desenvolvimento e aquisição até a distribuição da viatura blindada para a tropa.

05PP - Modernização dos sistemas e materiais de engenharia e demais meios do Exército. Individualizada: Não

05PQ - Implantação do Sistema de Aviação do Exército. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Para o atingimento do objetivo 1121 (Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a DefesaNacional), diversas atividades foram realizadas, destacando-se entre elas as seguintes:

- Modernização do FENNEC/ESQUILO - foram recebidos definitivamente os 4 helicópteros AS 550 A2 FENNEC AVEX (denominação dos helicópteros modernizados) e adquirida parte dos materiais (equipamentos dos helicópteros), para as modernizações do próximo ano. Até o final do ano de 2018, dos 33 helicópteros contratados foram recebidos 22 helicópteros e o cronograma anual foi cumprido.

- Modernização do PANTERA AS 365 – foram recebidos definitivamente os 3 helicópteros AS 365 PANTERA K2 (denominação dos helicópteros modernizados) e adquirida parte dos materiais, tais como motores e equipamentos, para as modernizações do próximo ano. Dos 34 helicópteros atualmente em contrato, até o momento foram recebidos 12 helicópteros PANTERA K2 no total e o cronograma anual foi cumprido.

- Foram realizadas reuniões técnicas, mensais, para a delimitação da arquitetura física e lógica do Sistema deSimulação do Pantera k2 a ser desenvolvido ao longo do Projeto Simulador do Prg EE Av Ex.

- Foi concluída a fase de Formulação Conceitual do Sistema de Armamento Axial e Imageamento para Helicópteros (Pjt SiAAIH), bem como finalizadas a elaboração e aprovação dos Requisitos Operacionais (RO) e dos Requisitos Técnicos, Logísticos e Industriais (RTLI) do Sistema. A documentação atinente a essas atividades será publicada em Portaria e, posteriormente, será alvo de análise em Reunião Decisória, conforme preconizam as Instruções Gerais paraa Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (EB10-IG-01.018).

- Infraestrutura da Av Ex. Além das atividades de fiscalização e conclusão dos 3 blocos de Próprio Nacional Residencial (PNº) na guarnição de Taubaté-SP, concluídas em 2017, foram concluídas as obras de readequação da infraestrutura elétrica e lógica do Centro de Instrução de Aviação do Exército (CiAvEx).

O desenvolvimento das atividades do Prg EE Av Ex foi dificultado pela destinação de recursos orçamentários aquém do que se pode considerar o mínimo necessário para o curso satisfatório do Programa e, sendo assim, foram necessárias alterações contratuais, incluindo modificação de prazos e reequilíbrios econômico-financeiros, bem como alongamento de prazos de atividades já planejadas para 2018.

Para uma melhor execução financeira da iniciativa e cumprimento dos contratos dentro de uma estabilidade é necessário que os recursos orçamentários não sejam descontinuados e os valores previstos na Diretriz de Implantaçãosejam mantidos, dentro do possível.

• **05PR - Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER). Individualizada:** Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A maior parte dos recursos da Ação Orçamentária 14T6 do Prg EE PROTEGER é destinada a implantação dos Centros de Coordenação de Operações Móvel - CCOp Mv que tem como objetivo contribuir para a ampliação da capacidade de planejamento e coordenação da Força Terrestre em operações para a proteção da sociedade, em situação de crise e engloba uma nova forma de interação entre agências do Estado, o que obrigou uma análise mais aprofundada da compatibilidade

entre os itens de TIC definidos e o espaço disponível nas cabines pretendidas, projeto de integração das soluções propostas com as cabines, para atuação no amplo espectro dos conflitos, tal fato, obrigou o Prg EE PROTEGER a direcionar recursos para outras entregas parciais previstas no escopo do Programa.

Assim sendo em 2017, as principais realizações do Programa Proteger foram:

a) Entrega dos projetos de Engenharia visando a construção do Centro de Coordenação de Operações (Fixo) na cidade de Brasília;

b) Continuação do desenvolvimento do Software Integrador que será utilizado no Sistema de Coordenação deOperações Terrestres (SISCOT);

c) Gestão das ações decorrentes para a implantação do Centro de Coordenação de Operações Móvel - CCOp Mv;

d) Aquisição de meios de defesa em geral visando o apoio aos atuadores em operações de proteção da Sociedade dentro do escopo do Projeto

Estão previstas as seguintes atividades para 2019:

a) Entrega do Projeto Básico do Centro de Coordenação de Operações Móvel (CCOpMv), em parceria comUniversidade de Brasília;

b) Contratação de Empresa Integradora para Aquisição do primeiro Protótipo de um Centro de Coordenação deOperações Móvel (CCOpMv);

c) Apoio aos atuadores em operações de Proteção da Sociedade dentro do escopo do Programa;

d) Retomada da atividade de Proteção de Infraestrutura Crítica com a definição de um Projeto de abrangência nacional.

05PS - Obtenção e adequação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas em 2018:

Em 2018, foram mantidas as atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), para a construção de cinco submarinos, sendo um com propulsão nuclear, assim como a infraestrutura de apoio à manutenção, segurança e treinamento, credenciando o Brasil da autossuficiência em projetar, construir e manter submarinos, uma capacidade estratégica restrita a poucos países.

A obtenção do SN-BR é fundamental para o atendimento do que preconiza a Estratégia de Nacional Defesa (END), visando contribuir para o cumprimento da Missão Constitucional de Defesa da Pátria e da Soberania Nacional. O SN- BR terá as seguintes tarefas básicas: negar o uso do mar a um eventual inimigo; impedir a aproximação de forças estrangeiras oponentes ao território nacional e às áreas marítimas de interesse geoestratégico do Brasil; e contribuir para a Dissuasão Militar Nacional. Em paralelo, o Projeto do SN-BR contribui para o esforço de desenvolvimento de alta tecnologia em nosso país.

O primeiro submarino convencional brasileiro (SBR-1) Riachuelo foi lançado ao mar em 14DEZ2018. O Submarino Humaitá encontra-se em fase de acabamento das seções na Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas. O Submarino Tonelero está em fase de pré-acabamento, tendo sido concluído o casco resistente. O Submarino Angostura atravessa a fase final de fabricação do casco resistente, nas instalações na Nuclebrás Equipamentos Pesados.

Quanto ao Programa de Obtenção de Meios de Superfície, foram incorporados três Navios de Apoio Oceânico(NApOc) e o Navio Porta-Helicóptero Multipropósito (PHM) Atlântico.

O NApOc tem a capacidade de atuar no salvamento de navios e embarcações de médio e grande porte; realizar operações de salvamento da vida humana no mar; atuar em ações de Patrulha e Inspeção Naval, contribuir com outros órgãos governamentais na fiscalização contra a pesca predatória, ilícitos transnacionais e poluição hídrica na Amazônia Azul; atuar na Garantia da Lei e da Ordem em apoio às atividades portuárias; prestar apoio às atividades de Inspeção Naval; contribuir com a Segurança do Tráfego Aquaviário; apoiar as ações de Defesa Civil; realizar reboque oceânico; e prestar apoio no combate a incêndios em meios flutuantes.

O PHM Atlântico realiza Operações de Controle de Área Marítima, Anfíbias, de Manutenção de Paz, de Caráter Humanitário e Logístico, contribuindo, significativamente, para o cumprimento da missão institucional da Marinha do Brasil.

Com relação ao Programa de Brigada Anfíbia, continua em andamento a construção atinente às edificações de suporte ao Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS CFN 2020 e foram adquiridos e recebidos vinte e três Carros Lagarta Anfíbia (CLAnf), em 2018.

Com relação à construção de Corvetas Classe Tamandaré, o modelo inovador vislumbrado para viabilizar o projeto foi a capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), empresa pública não dependente, vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Marinha. A análise das propostas, negociação e seleção da melhor oferta para a construção foi iniciada em 2018.

05PT - Construção de Navios do Programa de Meios de Superfície da Marinha (PROSUPER). Individualizada: Não

05PU - Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas em 2018:

Em 2018, foi assinado o contrato de remoção dos cascos, blocos e chapas pertencentes aos futuros Navios-Patrulha "Mangaratiba", "Miramar", "Magé" e "Maragogipe" do Estaleiro Ilha S/A para o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

O Navios-Patrulha tem a capacidade de atuar no salvamento de navios e embarcações de médio e grande porte; realizar operações de salvamento da vida humana no mar; atuar em ações de Patrulha e Inspeção Naval, contribuir com outros órgãos governamentais na fiscalização contra a pesca predatória, ilícitos transnacionais e poluição hídrica na Amazônia Azul; atuar na Garantia da Lei e da Ordem em apoio às atividades portuárias; prestar apoio às atividades de Inspeção Naval; contribuir com a Segurança do Tráfego Aquaviário; apoiar as ações de Defesa Civil; realizar reboque oceânico; e prestar apoio no combate a incêndios em meios flutuantes.

05PV - Construção de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB). Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas no exercício de 2018

Em 2018, foram mantidas as atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), para a construção de cinco submarinos, sendo um com propulsão nuclear, assim como a infraestrutura de apoio à manutenção, segurança e treinamento, credenciando o Brasil da autossuficiência em projetar, construir e manter submarinos, uma capacidade estratégica restrita a poucos países.

As ações voltadas para transferência de tecnologia e assessoria técnica a cargo da empresa francesa Naval Group foram realizadas com o intuito de aperfeiçoar o Projeto do Submarino com propulsão Nuclear Brasileiro (SN-BR).

A obtenção do SN-BR é fundamental para o atendimento do que preconiza a Estratégia de Nacional Defesa (END), visando contribuir para o cumprimento da Missão Constitucional de Defesa da Pátria e da Soberania Nacional. O SN- BR terá as seguintes tarefas básicas: negar o uso do mar a um eventual inimigo; impedir a aproximação de forças estrangeiras oponentes ao território nacional e às áreas marítimas de interesse geoestratégico do Brasil; e contribuir para a Dissuasão Militar Nacional. Em paralelo, o Projeto do SN-BR contribui para o esforço de desenvolvimento de alta tecnologia em nosso país.

O primeiro submarino convencional brasileiro (SBR-1) Riachuelo foi lançado ao mar em 14DEZ2018. O Submarino Humaitá encontra-se em fase de acabamento das seções na Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas. O Submarino Tonelero está em fase de pré-acabamento, tendo sido concluído o casco resistente. O Submarino Angostura atravessa a fase final de fabricação do casco resistente, nas instalações na Nuclebrás Equipamentos Pesados.

Como fatores que contribuíram para o avanço do PROSUB, destacam-se: a atuação das equipes de fiscalização e gerência da construção dos SBR no acompanhamento das atividades de construção e o comprometimento das contratadas com os prazos do cronograma de construção, com o cumprimento dos requisitos de segurança para embarque das baterias e na entrega das instalações necessárias ao Lançamento do Submarino Riachuelo.

A geração de empregos diretos e indiretos no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) tem beneficiado o desenvolvimento nacional.

05PW - Construção de Submarinos Convencionais (PROSUB). Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas em 2018

Em 2018, foram mantidas as atividades relacionadas ao Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), para a construção de cinco submarinos, sendo um com propulsão nuclear, assim como a infraestrutura de apoio à manutenção, segurança e treinamento, credenciando o Brasil da autossuficiência em projetar, construir e mantersubmarinos, uma capacidade estratégica restrita a poucos países.

O primeiro submarino convencional brasileiro (SBR-1) Riachuelo foi lançado ao mar em 14DEZ2018. O Submarino Humaitá encontra-se em fase de acabamento das seções na Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas. O Submarino Tonelero está em fase de pré-acabamento, tendo sido concluído o casco resistente. O Submarino Angostura atravessa a fase final de fabricação do casco resistente, nas instalações na Nuclebrás Equipamentos Pesados.

Como fatores que contribuíram para o avanço do PROSUB, destacam-se: a atuação das equipes de fiscalização e gerência da construção dos SBR no acompanhamento das atividades de construção e o comprometimento das contratadas com os prazos do cronograma de construção, com o cumprimento dos requisitos de segurança para embarque das baterias e na entrega das instalações necessárias ao Lançamento do Submarino Riachuelo.

A geração de empregos diretos e indiretos no Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) tem beneficiado o desenvolvimento nacional.

05PX - Implantação de Estaleiro e Base Naval (PROSUB). Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades realizadas para o exercício de 2018

Houve um avanço significativo das obras civis das instalações prioritárias do Estaleiro de Manutenção de Submarinos e da Base Naval para o lançamento do SBR-1, na cidade de Itaguaí-RJ. Nesse contexto, ocorreu a conclusão das obras das instalações prioritárias do Estaleiro de Manutenção (ESM) e da Base Naval (BN) para o lançamento do Submarino Riachuelo, em 2018, quais sejam: Oficina de Ativação de Baterias e Prédio da Tripulação do Submarino, do ESM; e prédio dos simuladores do Centro de Instrução e Adestramento da BN, com a montagem dos simuladores.

A montagem eletromecânica e o comissionamento dos equipamentos, das redes industriais e dos sistemas do Estaleirode Construção foram concluídos.

O projeto conceitual do Complexo de Manutenção Especializada foi finalizado. Dentre as obras relevantes com evolução destacam-se: Oficina de Suporte Leve, Oficina de Apoio à Manutenção, Prédio do Almoxarifado e prédios administrativos do ESM; Cais DOIS, Oficina de Mastros, Periscópios e Sistemas de Combate, a Portaria, Prédios Administrativos e Central de Utilidades, da Área Sul da Base Naval (BN-AS); e a Linha de Transmissão de 138 Kv.

05PY - Construção de Corvetas Classe Tamandaré. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Principais atividades referentes ao exercício de 2018

Com relação à construção de Corvetas Classe Tamandaré, o modelo inovador vislumbrado para viabilizar o projeto foi a capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), empresa pública não dependente, vinculada ao Ministério da Defesa, por meio do Comando da Marinha. A análise das propostas, negociação e seleção da melhor oferta para a construção foi iniciada em 2018.

Outro ponto a destacar é a realização de licitação do Projeto para a construção de quatro Corvetas Classe Tamandaré. O certame encontra-se em andamento com três consórcios participantes. O Projeto permitirá ao Brasil: projetar e construir, de forma independente, os seus próprios navios, com o consequente desenvolvimento de estaleiros e de mão de obra nacional; a participação de Universidades e Institutos de Pesquisa; a independência em tecnologias sensíveis; o fortalecimento da Base Industrial de Defesa; e a geração de empregos

05PZ - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (PROBANF). Individualizada: Não

05Q0 - Aquisição de Viaturas Blindadas Anfíbias Sobre Lagartas (CLAnf). Individualizada: Não

05Q1 - Aquisição de cargueiro tático militar - Projeto KC-390. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A aquisição das Aeronaves KC-390 pelo COMAER faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e é a continuidade natural do desenvolvimento requerido pelo projeto KC-X. Além disso, a produção seriada das aeronaves abre a oportunidade de consolidar os benefícios socioeconômicos que o projeto ensejou para o Brasil, por meio do fortalecimento da Indústria Aeroespacial Nacional, da criação de empregos e da geração de divisas para o país. Além de elevar a capacidade operacional da FAB, a aquisição da aeronave sinaliza e coloca em evidência as capacidades do produto, proporcionando diversos impactos positivos para o país, tais como: aumento de exportações, geração de empregos, domínio de novas tecnologias, geração de novas competências em engenharia e consolidação da liderança regional do Brasil no Setor Aeroespacial, com geração de divisas.

No Exercício Financeiro de 2018, a evolução cumulativa da Linha de Produção permitiu o atingimento de 98,02% da "Aeronave de Série nº 1" e de 18,64% da "Aeronave de Série nº 2"; o que equivale a evolução de 4,61% de todo o projeto. Além disso, estão sendo adquiridos os materiais que requerem um longo ciclo de produção na indústria para que as outras aeronaves sejam produzidas na sequência.

Em função de um acidente ocorrido com a aeronave protótipo 01, em 05 de maio de 2018, as campanhas de ensaio e certificação planejadas para 2018 tiveram que ser replanejadas para 2019 e 2020.

Importante observar que, a fim de diminuir o impacto no cronograma de desenvolvimento e certificação do Projeto, estão em negociação entre as partes os Termos Aditivos necessários para refletir medidas eficazes que venham a ser adotadas, no sentido de que a FOC (Final Operational Capability) seja atingida na maior brevidade possível.

Dessa forma, vislumbra-se o recebimento das primeiras aeronaves para 2019, com previsão de 3 (três) aeronaves sendo entregues. Para tal, os Órgãos de Direção Geral/Setorial (ODSA) envolvidos, como o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), Comando de Preparo (COMPREP), Comando-Geral de Apoio (COMGAP) e Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), seguem em estreita coordenação na preparação da infraestrutura necessária para a entrada em operação da nova aeronave.

Nesse sentido foi aprovada a reedição da Diretriz que dispõe sobre a Implantação da Aeronave KC-390 na Força Aérea Brasileira – fase 1, que tem por finalidade estabelecer a concepção geral para a primeira fase da implantação da aeronave, permitindo a elaboração dos Planos correlatos por parte dos Órgãos de Direção Setorial envolvidos. Estão previstos, ainda, para o primeiro trimestre de 2019, a conclusão dos estudos e planejamentos das atividades relacionadas ao Suporte Logístico e fornecimento de peças de reposição e de apoio à operação das aeronaves, tendo em vista a previsão de sua entrada em operação na Força Aérea Brasileira.

A PPLOA 2019 acena com a possibilidade de disponibilização de recursos abaixo da necessidade prevista no Cronograma Físico-Financeiro para o Exercício 2019. Caso isso se concretize na LOA a ser aprovada, não será possível o recebimento das aeronaves na cadência de entrega planejada (três em 2019 e três em 2020), implicando na necessidade de replanejamento da implantação da infraestrutura, replanejamento do Suporte Logístico e no replanejamento da desativação das aeronaves C-130 Hércules, com consequentes custos envolvidos.

05Q2 - Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de caça multimissão e sistemas afins - Projeto F-X2. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

O Projeto F-X2 é constituído do contrato de Despesa nº 003/DCTA-COPAC/2014, Desenvolvimento e Aquisição de 36 aeronaves Gripen NG, assinado em 24 Out 14; do contrato de Despesa nº 004/DCTA-COPAC/2014 – Contrato de Suporte Logístico - CLS, assinado em 18 Dez 2014; do Contrato de Despesa 001/DCTA-COPAC/2015 – Aquisição de lote inicial de armamento, assinado em 23 Abr 15; e do Acordo de Compensação nº 004/DCTA-COPAC/2014 – Offset, assinado em 24 Out 14. Todos os contratos encontram-se em eficácia, exceto o contrato de CLS, que deverá entrar em eficácia apenas após o recebimento da 1º aeronave.

Para o ano de 2018, foi aprovado o Plano de Ação com a LOA-2018 no valor de R$ 1.050.233.500,00, entretanto, conforme MD 13/5SC1/4540, de 11 Abr 18, do EMAER, houve um contingenciamento de R$ 94.445.020,00 no PAC para o F-X2. Além disso, houve um corte de R$ 100.000,00 na Fonte 100.

Em seguida, por meio do Decreto nº 9.452, de 30 de julho de 2018, foi informado o descontingenciamento dos recursos do PF-X2, e ainda, em setembro de 2018, foi encaminhado à SEFA uma solicitação de remanejamento de recursos na ordem de R$ 96.000.000,00, da Ação 123B para a Ação 14T0 (PF-X2), tendo sido plenamente atendido e executado. Ainda, o Contrato 003/DCTA-COPAC/2014 teve seu 4º Termo Aditivo (TA) assinado em outubro de 2018, por meio do qual houve um replanejamento de pacotes de trabalho e entrega de etapas, a fim de acomodar algumas necessidades de ajustes técnicos e também adequar os recursos disponíveis ao projeto, de modo que o valor total foi suficiente para o pagamento das etapas contratuais no exercício de 2018.

Com relação ao andamento do Projeto relacionado aos Contratos de Despesa, durante o exercício 2018, até o presente momento, foram recebidas diversas etapas dos Contrato nº003/DCTA-COPAC/2014 e nº 001/DCTA-COPAC/2015, relacionadas, principalmente, ao desenvolvimento da aeronave Gripen NG e de seus sistemas.

No tocante ao Acordo de Compensação, este prevê 62 Projetos a serem executados ao longo do desenvolvimento, sendo 27 já concluídos e 18 em andamento. Até o presente momento, já houve 10 reconhecimentos de créditos. Como fatos relevantes, houve a inauguração do Gripen Design Development Network – GDDN, em Nov 2016, em Gavião Peixoto/SP, que é o local, na EMBRAER, onde ocorre, principalmente, todo o processo de desenvolvimento e transferência de tecnologia da aeronave, no Brasil; bem como a inauguração da fábrica de montagens SAM (SAAB Aeronáutica Montagens), em São Bernardo do Campo, onde partes estruturais da aeronave Gripen serão montadas e encaminhadas à linha de montagem final na Embraer.

Para 2019, a previsão da PLOA na ordem de R$ 1.357.511.151,00 atende todo o cronograma físico-financeiro previsto para os contratos em vigor. Eventuais variações cambiais podem causar algum impacto neste cenário, tendo em vista que os Contratos estão celebrados em Coroas Suecas (SEK) e Dólar Americano (USD). Caso os recursos necessários não sejam disponibilizados durante o projeto podem ocorrer impactos na entrega do objeto contratado.

Houve necessidade de realização de alguns ajustes técnicos, conforme o 4º Termo Aditivo, e também houve uma alteração de desembolso anual de modo a reduzir a necessidade nos próximos anos. Considerando esses ajustes, o desenvolvimento do Projeto tem ocorrido conforme planejado tendo ocorrido o 1º voo do protótipo Sueco em junho de

2017, marco do início da campanha de ensaios da aeronave. Atualmente, a 1ª aeronave brasileira encontra-se na fase final de montagem, tendo seu 1º voo previsto para 2019.

Com relação à Transferência de Tecnologia, até a presente data, mais de 180 profissionais brasileiros, entre engenheiros e técnicos, já receberam a capacitação acordada e estão desempenhando as suas atividades no Brasil.

05Q3 - Aquisição de aeronave de reabastecimento em voo - Projeto KC-X2. Individualizada: Não

06NC - Desenvolvimento e aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral - Projeto HX_BR. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

O Projeto H-XBR, originado em uma decisão presidencial, é de responsabilidade do Ministério da Defesa e sob a coordenação do Comando da Aeronáutica, tem por objeto a produção, a industrialização, o desenvolvimento e o fornecimento, inicialmente na França e depois no Brasil 50 helicópteros de médio porte para as Forças Armadas(FFAA), tendo por objetivo a implantação de uma linha de produção das aeronaves H-225M (EC-725), ancorada em um processo de transferência de tecnologias e desenvolvimento da Indústria Nacional de Defesa.

Devido aos problemas orçamentários acumulados nos anos de 2013, 2014 e 2015, houve a necessidade de se ajustar o Cronograma Físico-Financeiro do Projeto, com a celebração de um Termo Aditivo ocasionando uma extensão na execução (passando de 2017 para 2022).

No ano de 2017 foi contingenciado um montante de R$ 103.502.825,00 da LOA, o que não permitiu o atendimento das necessidades do projeto, posto que, mesmo com o valor da LOA 2017, já existia um déficit de R$ 56.310.555,93. O total do déficit em 2017 foi de R$ 88.336.101,99. Em 2018, a necessidade para atendimento das metas era de R$

786.455.425,76, contudo a LOA aprovada destinou à ação 123J o valor de R$ 354.638.280,00 (frustração de orçamento de R$ 431.817.145,76), além disso, foram cortados R$ 50.000.000,00 e contingenciados R$ 6.074.971,00. Sendo assim, o déficit orçamentário, somente para o ano de 2018, foi de R$ 487.892.116,76.

Os valores inscritos em Restos a Pagar em 2016 para 2017, de R$ 130.820.271,81, referem-se às etapas apresentadas pela contratada, em 2016, relacionadas às matérias-primas que servem de subsídios para a montagem das aeronaves que foram entregues como componentes da meta física nos anos de 2017/2018. Em 2017, foram inscritos R$

12.716.975,43 em Restos a Pagar, devido a contratada não ter entregue etapas previstas no contrato de suporte logístico, tendo em vista que os valores destas etapas eram superiores aos saldos dos valores já empenhados. Em 2018, o Projeto recebeu recursos orçamentários no valor de 241 milhões de reais somente em 20 de dezembro, quase metade de todos os recursos anuais, sendo necessária a inscrição de grande parte em Restos a Pagar.

Em 2017 foram recebidas 4 aeronaves. No ano de 2018 foram recebidas 4 aeronaves do total de 5 aeronaves que estavam inicialmente previstas.

O contrato principal está no 6º Termo Aditivo, devido a metas não alcançadas por motivo de restrições orçamentárias, acarretando postergação da data final de conclusão do Projeto. Em virtude da magnitude do déficit orçamentário, as negociações com a empresa poderão acarretar em um custo adicional para o projeto que ainda não pode ser estimado.

• **06Nº - Obtenção e adequação de aeronaves militares**

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Esta iniciativa tem por finalidade viabilizar a implementação dos projetos bélicos da Força Aérea Brasileira, ao longo do Plano Pluri-Anual (PPA) 2016-2019. Para 2018, foram abrangidos os seguintes sistemas bélicos, a saber:

a) Armamento do P-3AM;

b) POD Reccelite e Litening;

c) Armamento Terrestre;

d) Projeto Derby

e) Projeto Python IV; e

f) Sistema de Cômputo de Tiro.

No processo de elaboração da Proposta Orçamentária de 2018, foram solicitados recursos com o objetivo de atender na íntegra esses seis sistemas bélicos. Contudo, a verba concedida atendeu apenas 36,73%, do valor realmente necessário. Para 2018, o Estado Maior da Aeronáutica (EMAER) determinou que todo o montante da Ação 14TH fosse destinado ao Projeto Armamento P-3, sendo os demais projetos remanejados para a Ação 20XA/PO0004.

Em 2018, as meta físicas ocorreram conforme relatado a seguir:

Projeto armamento do P-3AM — A dotação prevista do ano de 2018 para este projeto correspondente ao valor total da Ação, que foi totalmente descentralizada. Assim foi executada a etapa, junto ao Foreign Military Sales (FMS), da Case BR-P-ASP.

Pod Reccelite e Litening — Este projeto tem por objetivo a manutenção dos Pod Reccelite e Litening, sendoviabilizada pela execução de dois contratos. O contrato de fornecimento de peças foi encerrado em 2017. O contrato de suporte de serviço tem previsão de encerramento em 2019, sendo o custo anual desse contrato composto por uma parcela fixa e outra sob demanda. Em 2018, o valor da parcela fixa e de demanda foram pagos com “Restos a Pagar” existente no contrato, não sendo necessária a descentralização de recursos da Ação 20XA.

Projeto Armamento Terrestre — O contrato 001/CELOG/2016 foi totalmente pago, sendo a última parcela do cronograma financeiro paga com recursos da Ação 20XA/PO0004. As armas foram incluídas em estoque e serão distribuídas conforme necessidade e priorização dos operadores. Em relação aos fuzis, a aquisição desse item ainda está em fase de estudo e análise, não havendo contrato vigente.

Projeto Derby — As atividades de modificação dos lançadores estão em andamento e têm prazo de conclusão em 2019. Quando da solicitação de recursos para esse projeto, via Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário (SIPLORC), o contrato não havia sido assinado, o que veio acontecer em meado de 2017. Não houve necessidade de pagamento no exercício 2018 de acordo com a execução do cronograma físico-financeiro do contrato nº 014/GAL- PAMB-RL/2017 com a empresa RAFAEL.

Projeto Python IV – Foi assinado o contrato de aquisição de míssil Python IV, tendo sido o pagamento do valor inicial realizado com recursos da Ação 20XA/PO0004.

Sistema de Cômputo de Tiro – Este projeto prevê a aquisição de contadores de tiro para substituição daqueles empregados nos estandes de aviação. Em 2018, não foram disponibilizados recursos para este projeto, que será adiado para 2019.

Na Pré-Proposta Orçamentária de 2019 foi solicitado recursos para atender os projetos Pod Reccelite e Litening, Armamento do P-3AM, Derby, Aquisição de Míssil Python 4, Armamento Terrestre, Aquisição de Sistema de Computo de Tiro e Aquisição de Kit bomba GPS. Contudo, o EMAER, conforme Fax Nº 51/5SC1/13449 de 13 SET

2018, informou a esta Diretoria, que devido aos limites orçamentários impostos pelo Governo Federal, tornou-se necessário realizar a compatibilização entre as necessidades apresentadas nas pré-propostas e as limitações estabelecidas no PLOA (projeto de Lei Orçamentária Anual) 2019. Assim, o valor previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019, de cerca de 56% do inicialmente solicitado, será destinado ao Projeto Armamento P-3, sendo que asnecessidades dos demais projetos deverão ser suportadas pela Ação 20XA/PO0004.

06NS - Modernização da frota de aeronaves AM-X (Projeto A-1M) Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

O Programa AM-X, teve início nos anos 80, em cooperação com o governo da Itália, e buscava a criação e expansão do mercado interno brasileiro por meio da substituição de importação, aliada a expansão de emprego, quer em quantidade quer em nível de qualificação.

Tendo sido concebida há mais de 30 anos, a aeronave em tela teve que ser modernizada, com o intuito de: resolver graves problemas de obsolescência de alguns equipamentos; padronizar a suíte aviônica com a empregada na modernização do F-5BR e AL-X; reduzir o custo do ciclo de vida; e padronizar os três lotes de aeronaves que integram a frota da FAB.

Em 2018, foi realizada a renegociação dos contratos 008/DEPED-SDDP/03, 001/DEPED-SDDP/04, 006/DCTA-COPAC/10, 007/DCTA-COPAC/10, e 10/CTA-SDD/2008, atualizando os valores a serem despendidos à realidade orçamentária. No corrente ano, o orçamento disponibilizado para a modernização das aeronaves, atenderam plenamente ao projeto, possibilitando a entrega de todas as etapas contratuais previstas nos contratos supracitados,entre estas, cabe destacar, que será entregue 1 (uma) aeronave modernizada, em dezembro do corrente ano. Problemas de corrosão nos tanques de combustível demandaram trabalhos não previstos da linha de produção que resultaram em atrasos na entrega das aeronaves modernizadas, postergando a entrega de uma das aeronaves que seriam entregues em

2018 para o ano de 2019. A possibilidade de execução dos trabalhos sob a égide de fatores de planejamento realistas foi um fator que impactou positivamente no andamento do projeto. No exercício de 2019, há a previsão de entrega de 5 (cinco) aeronaves, conforme cronograma físico-financeiro contratualmente estabelecido.

Destaca-se que no período de 2016 a 2018 foram modernizadas 02 (duas) aeronaves.

A aeronave entregue neste ano contribuirá para um espaço aéreo mais seguro e permitirá a manutenção da atividade de defesa da soberania brasileira.

A indústria nacional também será beneficiada, no momento em que, mão de obra qualificada, empregada namodernização, continuará a exercer sua tarefa, garantindo o fluxo logístico da indústria para o Projeto.

07HK - Obtenção, aquisição e modernização de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM/MEM) do Exército Brasileiro

Individualizada: Não

OBJETIVO: 1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

As operações e os exercícios militares conjuntos são instrumentos importantes de avaliação das condições de operacionalidade das Forças Armadas. Nos anos de 2017 e 2018, o Ministério da Defesa realizou Operações Ágata e Operações de Garantia da Lei e da Ordem: Potiguar III, São Cristovão, Tucuxi e Operação Rio de Janeiro. Coordenadas pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), as Operações Ágata têm como propósito intensificar a presença do Estado na Faixa de Fronteira. Nessas operações são executadas ações de combate aos crimes transfronteiriços, em parceria com a Polícia Federal, Agência Brasileira de Inteligência e outros órgãos.

Em 2018, cabe mencionar as Operações Ágata de Porto Murtinho no Mato Grosso do Sul; Ágata de Aço II, nas regiões de fronteira com o Paraguai e Bolívia, em junho; Ágata-Curaretinga, em Rondônia, e Operação Conjunta

Ágata Amazônia I (também denominada Barro Branco), realizada em uma região da faixa de fronteira localizada nas calhas dos Rios Javari, Solimões, Içá e Jandiatuba.

As Operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) previstas no Art. 142 da Constituição de 1988, são executadas, exclusivamente, por ordem expressa da Presidência da República e ocorrem nos casos em que há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública, em graves situações de perturbação da ordem.

Entre 29 de dezembro de 2017 e 12 de janeiro de 2018 foi desenvolvida a Operação Potiguar III, na região metropolitana de Natal e no município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte. Com efetivo de cerca de 2.500 militares e custos de R$ 12 milhões, esta operação teve como objeto a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão da grave perturbação da ordem pública instalada após deflagração de greve dos órgãos de segurança pública.

Dentre as ações realizadas na Operação Potiguar III, destacam-se as iniciativas de check point, os patrulhamentos físicos e motorizados e o estabelecimento de postos de bloqueio e controle de estradas. Como principais resultados dessa Operação destaca-se a redução de crimes contra a população e de lesão ao patrimônio público.

Em razão das manifestações e dos bloqueios promovidos por caminhoneiros no período de 25 de maio e 4 de junho de

2018, foi desencadeada a Operação São Cristóvão, que contou com 30.030 militares das três Forças Singulares. Na ocasião foram realizadas ações de desobstrução das vias públicas federais, preservação da ordem pública, proteção das infraestruturas críticas e restabelecimento do abastecimento de combustíveis e gêneros essenciais. Para a coordenação dasatividades foi estabelecido no Ministério da Defesa um centro de operações conjuntas interagências, que contou com a participação de representantes de 23 entidades federais, como a Polícia Rodoviária Federal, Casa Civil da Presidência da República e Agência Brasileira de Inteligência.

Em virtude da situação de tensão entre nacionais e imigrantes em Pacaraima, no Estado de Roraima, realizou-se a Operação Tucuxi, no período de 29 de agosto a 30 de outubro de 2018, na qual foram promovidas ações preventivas e repressivas nas faixas de fronteira norte e leste e nas rodovias federais do Estado de Roraima, a fim de proporcionar a segurança das atividades dos órgãos federais e, adicionalmente, contribuir para a proteção das instalações e das atividades relacionadas ao acolhimento de refugiados da Venezuela.

A Operação Rio de Janeiro, iniciada em julho de 2017, com vigência até dezembro de 2018, abrangeu a Cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. O objetivo da Operação foi o de contribuir para o restabelecimento da normalidade social, em apoio ao Plano Nacional de Segurança Pública.

As Operações Furação (desdobramentos da Operação Rio de Janeiro) foram de curta duração e tiveram objetivos pontuais e bem definidos, em conformidade com as solicitações dos órgãos de segurança pública estaduais ou do Interventor Federal. Essas Operações envolveram, principalmente, ações de bloqueio e controle de estradas, operações de cerco, desobstrução de vias urbanas, ações dinâmicas de estabilização em localidades de alto índice de criminalidade, patrulhamentos e cumprimento de mandados de busca e apreensão.

No âmbito internacional, a participação brasileira em missões de paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), além de proporcionar o adestramento aos efetivos militares, que têm a oportunidade de atuar em ambiente de

conflito real e em contato com Forças Armadas de diversas partes do mundo, eleva o Brasil à condição de protagonista nas discussões afetas às operações de paz realizadas no âmbito das Nações Unidas.

A participação brasileira na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), por meio da Força-Tarefa Marítima) é composta atualmente por seis navios, de seis nacionalidades diferentes, a FTM é liderada pelo Brasil desde fevereiro de

2011. O país dispõe para as atividades dessa Força de um navio-capitânia e um helicóptero orgânico, ambos da Marinha do Brasil.

Os exercícios militares também se constituem em oportunidades de preparo das Forças Armadas. No PPA 2016-2019 foi estabelecida uma meta de realização de 19 exercícios. Até 2018 foram realizados 16, o que significa que a meta tem

84,21% de execução, ou seja, possui andamento adequado.

Metas 2016-2019

• **04G7 - Integrar os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Os enlaces de dados satelitais e terrestres entre os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas se mantiveram dentro dos padrões operacionais estabelecidos pelos respectivos contratos em 2018, não havendo indisponibilidades que viessem a afetar e comprometer a qualidade dos serviços para os Comandos, dentre eles, os canais de comunicação em voz e dados.

Em virtude da entrada em operação plena do SGDC-1, foi cancelado em setembro o contrato com a Claro S.A relativo ao provimento de capacidade satelital com redundância em banda X pelo satélite StarOne. Em dezembro, após reavaliação, esse contrato foi retomado sob outras condições técnicas, pagando-se a metade do valor antes dispendido, a fim de permitir que o MD contasse com a segurança de operação proporcionada pela existência de enlaces com redundância.

Em relação ao intercâmbio de dados de interesse entre os Centros de C², o Projeto InterC² é responsável por viabilizar a troca de dados entre os Sistemas de Apoio à Decisão (SAD) do MD e das Forças Armadas. Em 2018 a equipe do projeto INTERC2 implementou novos acopladores para publicação de informações do SIPLOM no Barramento de Comunicação, permitindo a comunicação bidirecional, visando aumentar a capacidade de interoperabilidade de Comando e Controle. No exercício AZUVER 2018, o SIPLOM realizou a troca de dados com o Sistema Simulador deGuerra Naval (SSGN), via Barramento de Comunicação, com pleno êxito. A interoperabilidade com o C²Cmb, SAD do

EB, foi testada e homologada no início de dezembro com sucesso.

Foram desenvolvidos novos serviços para a troca de informações relativas aos processos alvos, ações e tarefas e foi dada continuidade à implantação das Políticas de Governança para o Barramento, também com a publicação da Especificação da Interface de Serviços na página da Rede Operacional de Defesa (ROD). O projeto INTERC² contribuiu para o mapeamento de processos do Sistema de Apoio à Decisão de Comando e Controle (SIADC²), para a elaboração de uma proposta de arquitetura corporativa própria para C².

Em relação ao intercâmbio de imagens pelo Portal de Inteligência Operacional (PIOp), a disponibilidade em 2018 foi plena, com excelente qualidade na troca de arquivos com até 1GB de dados.

A integração proporcionada pelo sistema APOLO já é uma realidade. O Apolo, desenvolvido pelo Centro de Análise e Sistemas Navais (CASNAV) da Marinha do Brasil, foi testado em operações conjuntas e interagências, como a Ágata. O sistema ainda promove a integração de conhecimento que pode ser usada, tanto na defesa do País, como em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Ele contará com informações dos ministérios da Fazenda; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; das Comunicações; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; de Minas e Energia; do Trabalho e Previdência Social; da Saúde; dos Transportes e do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de agências governamentais.

A interoperabilidade com o Sistema de Geoinformação de Defesa (SISGEODEF) e o RDS Defesa continua em estudos, uma vez que ambos os projetos ainda não estão em operação efetiva.

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

- **04G8 - Realizar 19 exercícios militares conjuntos.**

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

No ano de 2018 foram realizados 8 exercícios militares conjuntos, o que permitiu o atingimento de 84,21 % da meta prevista para o atual PPA, evidenciando uma cadência adequada em seu andamento. Vale salientar que o estabelecimento dessa quantidade de exercícios se deu no segundo trimestre de 2015, não tendo sido permitida a sua revisão nos anos subsequentes. Uma vez que não ocorreram cortes orçamentários, especificamente para a execução desses exercícios, nos anos subsequentes ao do planejamento, mas sim suplementações, essa disponibilidade orçamentária, juntamente com o empenho de cada Força Singular, permitiu a execução da totalidade dos exercícios previstos, bem como a execução de outros. Para o ano de 2019, estão planejados outros 8 exercícios militares conjuntos, possibilitando ultrapassar a meta em, aproximadamente, vinte e seis por cento, caso todos sejam realizados.

Quantidade alcançada

16 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Não há.

Iniciativas

05QA - Implantação dos centros temporários para apoiar operações conjuntas e desmobiliza-los após o término das operações.

Individualizada: Não

05QB - Realização de operações conjuntas e operações multinacionais com forças armadas estrangeiras. Individualizada: Não

05QC - Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa. Individualizada: Não

05QD - Realização de operações de presença na faixa de fronteira e exercícios de simulação de combate. Individualizada: Não

05QE - Manutenção da Missão de Paz no Haiti e no Líbano. Individualizada: Não

05QF - Participação brasileira em outras missões da ONU. Individualizada: Não

05QG - Preparação de forças militares para atuar em missões de paz, ajuda humanitária ou como força expedicionária, dentro e fora do território nacional.

Individualizada: Não

OBJETIVO: 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

O monitoramento, o controle e a defesa das águas jurisdicionais brasileiras e dos espaços terrestres e aéreos são atribuições finalísticas do Ministério da Defesa, desempenhadas pelos Comandos da Marinha, Exército e Aeronáutica. No que se refere ao monitoramento das águas jurisdicionais brasileiras, foi criado o Centro Integrado de Segurança Marítima (Cismar), o qual possibilitou maior integração do Comando da Marinha com os demais órgãos governamentais que atuam nessa área, tais como: a Secretaria de Receita Federal do Brasil; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; a Comissão Nacional de Segurança Pública dos Portos; a Agência Nacional de Transportes Aquaviários; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Além de atuar como uma "sala de crises interagências", o Cismar também será o núcleo do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisSGAAz).

Vislumbra-se para os próximos exercícios a implementação do Projeto piloto do SisGAAz na Baía de Guanabara. Esse Sistema trará benefícios para as atividades de comando, controle e inteligência, visto que produzirá informações essenciais à manutenção da segurança marítima do país.

Quanto à segurança da navegação aquaviária, a Marinha do Brasil realizou operações e patrulhas navais nas aguas jurisdicionais brasileiras e em águas interiores. Ao todo foram executadas 131.000 inspeções navais, com destaque para "Operação Verão", campanha voltada para a intensificação de ações de conscientização e de fiscalização do tráfego aquaviário, nas áreas de maior concentração de embarcações, sobretudo, nas de turismo náutico, por ocasião de férias e feriados prolongados.

No âmbito do Exército Brasileiro, destacam-se o Sistema de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) e a Defesa Antiaérea. No decorrer do exercício foram entregues os sensores óticos e optrônicos do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão (Sisfron); os radares de vigilância terrestre; os sensores de sinais eletromagnéticos e os centros de comando e controle fixos e móveis. Também foram atualizados os aplicativos (softwares) de apoio à decisão e concluída a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicações (fixas e móveis - Infovia) do Projeto Piloto da 4ª Brigada da Cavalaria Mecanizada e o suporte logístico integrado. Com isso, a meta de conclusão da implantação do Projeto Piloto do Sisfron, no Mato Grosso do Sul, atingiu 56% de implantação em 2018.

Adicionalmente, deu-se prosseguimento às 36 obras iniciadas em anos anteriores e foram entregues as edificações dainfraestrutura elétrica da 15ª Companhia de Comunicação Mecanizada; adequados nove Próprios Nacionais Residenciais e concluída a obra de infraestrutura elétrica do Comando da 4ª Brigada da Cavalaria Mecanizada, dentre outras.

No âmbito do Programa Estratégico de Defesa Antiaérea do Exército Brasileiro, foi concluída a implantação de 23 módulos de estruturas civis críticas, ou seja, 76,66% da meta prevista de 30 até 2019. Além disso, foram investidos recursos na infraestrutura do Sistema Logístico Integrado Inicial do Sistema RBS 70 e na continuidade do desenvolvimento do radar de vigilância M200 Vigilante.

Em 2018, a Força Aérea Brasileira passou por um processo de reestruturação, abrangendo o Comando de Operações Aéreas (Comae). Assim, os processos do Comae foram atualizados e revistos de forma a permitir o completo comando e o controle (C2) das ações de emprego operacional de meios de Força Aérea, incluindo vetores aéreos e espaciais.

Quanto à evolução do Projeto de Defesa Antiaérea, a Operação Escudo Antiaéreo foi um exercício do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (Sisdabra), realizado no período de 1 a 19 de outubro, que teve como objetivo atender às diretrizes da defesa aeroespacial, de forma a verificar a capacidade operacional e de comando e controle do próprio Sistema. Ademais, todas as ligações de C2, fundamentais para a interligação das unidades de artilharia Antiaérea, foram estabelecidas e testadas.

Além disso, há previsão de instalação do Sistema SPA-C2 nas unidades de artilharia do Exército Brasileiro, que são elos permanentes do Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro. Tal ação, quando concluída, trará grande aprimoramento no fluxo de comando e controle entre o Comae, elo central do Sisdabra e suas unidades de controle operacional nas outras

Forças Armadas.

Metas 2016-2019

04GG - Ampliar o Conhecimento Cartográfico na Amazônia. Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

m 2018 foram entregues 50.000 km2 de produtos cartográficos terrestres do estado do Amapá, em complemento aos

90.000 km2 entregues até o ano anterior. No período de 2016 a 2018, o projeto cartografou 140.000 km2 que estavam incluídos na proposta inicial de incrementar o mapeamento cartográfico da Amazônia em 629.000 km2. A viabilidade da conclusão dos 489.000 km2 restantes está condicionada ao aporte de recursos orçamentários ao Projeto Cartografia da Amazônia de forma regular nos próximos anos.

Foram realizadas reuniões com o Exército Brasileiro para avaliar a possibilidade de realização de aerolevantamentos da área faltante do Projeto de Cartografia Terrestre em 2018. No entanto, devido a entraves administrativos, não foi concretizada a contratação desses serviços.

Foi realizado um estudo para verificar as condições de prosseguimento do Projeto e o assunto será encaminhado, se for

o caso, ao Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam).

Quantidade alcançada

140.000

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Os problemas administrativos poderão ser saneados em 2019. Caso haja orçamento compatível, o projeto poderá ser concluído. Caso haja créditos adicionais, autorizados por meio de projeto de lei ou outros instrumentos, a meta do PPA poderá ser alcançada para o ano de 2019.

04GB - Concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado do Mato Grosso do Sul.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

a) Abrangência territorial da Meta

No Estado do Mato Grosso do Sul o Programa SISFRON é desenvolvido nas áreas de responsabilidade da 4ª BdaCMec (Projeto Piloto) e da 18ª Bda Inf Fron, o que corresponde a 1.620 Km de extensão de fronteira terrestre. b) Averiguação do alcance da Meta

(1) Valor alcançado em 2018

- Neste ano de 2018, o Projeto atingiu, no MS, a meta de 6,4 % de implantação em relação à previsão total. Desde o início, o Projeto chegou ao patamar de 56,4 % de execução da meta 04GB (situação em 04 de janeiro de 2019).

(2) Motivos da frustração ou superação das expectativas

- Mantendo-se o ritmo de execução do Projeto, estima-se que a meta somente será atingida ao final deste PPA caso haja a concessão de expressivo valor de créditos adicionais. A expectativa inicial foi dificultada devido às reduzidas disponibilidades orçamentárias anuais.

(3) Necessidades existentes para que a meta seja atendida

- Reforço das dotações orçamentárias por intermédio da concessão de créditos adicionais pelo Governo Federal;

- Priorização de emprego das disponibilidades orçamentárias do Projeto SISFRON para a execução do Projeto no MS, retardando a implantação do Sistema em outras áreas na faixa de fronteira; e

- Superação dos desafios tecnológicos para implantação e integração do Projeto. c) Quantidade física alcançada no exercício

- 6,4%.

d) Data de referência - 04 de janeiro de 2019.

Quantidade alcançada

0,56 unidade

Data de Referência

04/01/2019

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

- Reforço das dotações orçamentárias por intermédio da concessão de créditos adicionais pelo Governo Federal;

- Priorização de emprego das disponibilidades orçamentárias do Projeto SISFRON para a execução do Projeto no MS, retardando a implantação do Sistema em outras áreas na faixa de fronteira; e

- Superação dos desafios tecnológicos para implantação e integração do Projeto.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	100	% de execução	0,56	07/12/2018

04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

A atual vigilância do espaço aéreo brasileiro sobre o continente é estruturada por meio de 84 (oitenta e quatro) sistemas de radiodeterminação distribuídos por todo o território nacional, em sítios instalados em pontos de interesseoperacional para o controle de tráfego aéreo e para a defesa aeroespacial.

Essa estrutura sustenta serviços prestados às aeronaves operando em todo o espaço aéreo brasileiro, em elevado nível de segurança e de qualidade, reconhecido internacionalmente.

A rede de radares instalada proporciona o monitoramento em aerovias a 3300 metros de altitude num montante de

68,2% do volume desse espaço aéreo. A visualização é distribuída por órgãos operacionais que assistem as aeronaves em todas as fases do voo, Centros de Controle de Área e em Controles de Aproximação.

A defesa aeroespacial considera o estabelecimento situacional integrado com o controle de tráfego aérea e dele se utiliza no emprego das medidas de policiamento e de socorro em voo.

A implantação e a manutenção dessa infraestrutura demandam imódicos recursos, com elevado impacto para o orçamento do governo federal. Outra característica é a necessidade de constante planejamento das implantações, das substituições e do suporte logístico, de forma a abranger a maior cobertura possível do céu sobrejacente ao território nacional.

Contudo, essas alterações jamais poderão olvidar de elevado nível de disponibilidade dos meios técnicos insertos, alcançado pela extremada disposição dos elos da cadeia logística do comando Aeronáutica.

Conforme programado e revisto no Plano Setorial do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) está prevista, ainda para o ano de 2018, a publicação de um edital de contratação contemplando todas as fases do projeto para implantar em território nacional um novo sistema de vigilância denominado ADS-B (Automatic Dependent Surveillance Broadcast), que irá proporcionar o aumento da cobertura do espaço aéreo em aerovias a 3300 metros de altitude. Dessa forma, estima-se para o primeiro semestre de 2019 o início das instalações dos primeiros sensores dessa nova lógica do monitoramento da navegação aérea alicerçada em redes digitais.

Quantidade alcançada

68,2 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Tendo em vista o momento macroeconômico que o Brasil atravessa, bem como o contingenciamento orçamentário dele decorrente, o projeto de implantações das estações ADS-B buscará atender as demandas de tráfego aéreo nas principais aerovias, obedecendo a um critério de prioridades, para a sua aplicação em fases. Dessa forma, as providências em andamento permitirão o atingimento da Meta 04GF (75% de cobertura do espaço aéreo em aerovias a 3.300 metros de altitude), dentro do período máximo previsto para as implantações dos sensores ADS-B (2019 a 2022).

Primeiramente, será realizada a implantação da ADS-B em um volume limitado do espaço aéreo, com o objetivo de confirmar os benefícios operacionais da ADS-B no espaço aéreo nacional, identificar requisitos específicos do sistema, incluindo a viabilidade do emprego da ADS-B para diminuição segura da separação de aeronaves, tanto nas aerovias em rota como em TMA, aliada ao aumento da flexibilidade e segurança nas evoluções das aeronaves.

Os conhecimentos obtidos, tanto do sistema de terra como dos equipamentos a bordo da frota de aeronaves existentes e equipadas para funcionar com o sistema ADS-B, permitirão ajustes para a implantação das próximas fases,

possibilitando alcançar o índice de cobertura previsto na Meta.

04GC - Implantar 11% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

1. VALOR ALCANÇADO EM 2018

- Neste ano de 2018 as entregas do Projeto SISFRON possibilitaram o atingimento de 0,88% da meta 04GC, sendo que o acumulado desde o início do Projeto é de 2,04% da implantação do SISFRON nos Estados em questão.

2. MOTIVOS DA FRUSTRAÇÃO OU SUPERAÇÃO DAS EXPECTATIVAS

- Mantendo-se o ritmo de execução do Projeto, estima-se grande dificuldade para que a meta seja alcançada ao final deste PPA. A expectativa inicial foi frustrada devido às reduzidas disponibilidades orçamentárias anuais.

3. NECESSIDADES EXISTENTES PARA QUE A META SEJA ATENDIDA

- Conclusão da implantação do Projeto no Estado do Mato Grosso do Sul.

- Obtenção de recursos orçamentários necessários junto à área econômica do Governo Federal.

- Priorização do emprego dos recursos orçamentários do Projeto nas áreas da Meta 04GC, a partir de 2019.

4. QUANTIDADE FÍSICA ALCANÇADA EM 2018

- 0,88%

5. DATA DE REFERÊNCIA

- 04 de janeiro de 2019.

6. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS NO INTUITO DE ATENDER A META ATÉ 2019

- Concluir o Projeto Piloto do SISFRON.

- Atuar junto à área econômica do Governo Federal no sentido de adequar as dotações orçamentárias, em 2019, às necessidades para a conclusão do Projeto Piloto e prosseguimento das 2ª e 3ª Fases do Projeto SISFRON.

Quantidade alcançada

2,04 %

Data de Referência

04/01/2019

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

- Concluir o Projeto Piloto do SISFRON.

- Atuar junto à área econômica do Governo Federal no sentido de adequar as dotações orçamentárias, em 2019, às necessidades para a conclusão do Projeto Piloto e prosseguimento das 2ª e 3ª Fases do Projeto SISFRON.

04GD - Implantar 30 módulos de defesa antiaerea de estruturas civis críticas - Projeto de Defesa Antiaerea daForça Terrestre.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O Programa Estratégico do Exército de Defesa Antiaérea (Prg EE DA Ae) atingiu 23 (vinte e três) módulos completos, perfazendo o total de 23/30 (vinte e três trinta avos), ou seja, 76,66% (setenta e seis por cento) da Meta.

As aquisições de materiais do sistema de mísseis portáteis telecomandados RBS 70 e de rádios do sistema de comunicações de nível Seção de Artilharia Antiaérea ocorridas neste ano correspondem a itens para a implementação de novos módulos, contribuindo para a mencionada meta.

Ademais, no mesmo sentido, foram investidos recursos para a contratação do Sistema Logístico Integrado (SLI) inicial do Sistema RBS 70. O investimento permitirá a implementação de suporte de manutenção dos materiais do sistema em questão. O principal benefício é a preservação dos produtos de defesa adquiridos contra desgastes prematuros, tornando-os plenamente operacionais durante seu ciclo de vida.

Além das aquisições acima descritas, houve investimento para continuidade do desenvolvimento do radar de vigilância M200 VIGILANTE. Este Produto de Defesa (PRODE) irá proporcionar a complementação no monitoramento do espaço aéreo, possibilitando a detecção de vetores aéreos a uma longa distância, contribuindo para uma defesa antiaérea mais eficaz.

O Programa Estratégico do Exército de Defesa Antiaérea buscou direcionar seus esforços e atividades no sentido de realizar um adequado andamento para alcançar a meta prevista no PPA 2016-2019, em que pese as restrições orçamentárias e os sucessivos cortes ocorridos nos anos do corrente PPA, que concorrem para que haja dificuldades em entregar os trinta módulos ao final de 2019.

Quantidade alcançada

23 unidades

Data de Referência

20/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

04GE - Realizar, anualmente, 100 operações de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras. Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais resultados alcançados em 2018

A criação do Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) possibilitou uma maior integração com os demais Órgãos Governamentais, buscando alcançar um ambiente de cooperação, confiança e compartilhamento de informações para preservar a segurança marítima nacional.

O CISMAR abriga uma "Sala de Crise Interagências", para acomodar os representantes das Agências Governamentais: o Departamento de Polícia Federal; a Secretaria de Receita Federal do Brasil; a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; a Comissão Nacional de Segurança Pública dos Portos; Terminais e Vias Navegáveis; a Agência Nacional de Transportes Aquaviários; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O CISMAR atua, ainda, como núcleo do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAz). Será implementado o projeto piloto do SISGAAz, na Baía de Guanabara representando mais um passo na direção deste importante sistema de Comando, Controle e Inteligência, que produzirá dados e informações, essenciais para a manutenção de nossa segurança marítima.

Além disso, a Marinha realizou 79 operações e patrulhas navais nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e em águas interiores com os seus navios distritais e meios da Esquadra, executando 131.000 ações de Inspeção Naval, com destaque para a "Operação Verão", realizada de DEZ2018 a FEV2019, em todo o Brasil.

Observação:

A Meta estabelecida no PPA é de 100 Operações anual, porém, face a conjuntura financeira restritiva tem imposto sucessivas degradações das atividades de manutenção e a redução do nível de prontidão dos meios operativos, comprometendo portanto, as atividades de fiscalização e consequentemente o desempenho da meta em 2018.

Quantidade alcançada

79 unidades/ano

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Meta com andamento adequado.

Iniciativas

05R0 - Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

1. INFORMAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO DA INICIATIVA INDIVIDUALIZADA

No âmbito do Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão, as principais realizações de 2018 foram as seguintes: Para o Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão (SAD), o Projeto SISFRON entregou: sensores óticos e optrônicos; radares de vigilância terrestre (RVT); sensores de sinais eletromagnéticos; Centros de Comando e Controle fixos e móveis; atualização de aplicativos (softwares) de apoio à decisão; infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicações (fixas e móveis - Infovia) – com a conclusão da Infovia na área do Projeto Piloto (4ª Bda C Mec); e suporte logístico integrado (SLI). Ainda em 2018, o SISFRON ativou a fase 1A do Sistema de Medidas de Apoio de Guerra Eletrônica (MAGE), bem como ampliou a capacidade do Sistema Tático de Comunicações (SISTAC).

Na infraestrutura para implantação do SISFRON, tiveram prosseguimento 36 (trinta e seis) obras iniciadas em anos anteriores e foram entregues as seguintes edificações: infraestrutura elétrica da 15ª Cia Com Mec; adequação de 09 (nove) Próprios Nacionais Residenciais e de uma garagem no Esquadrão de Iguatemi-MS; infraestrutura elétrica do Comando da 4ª Bda Cav Mec; e obras contra incêndio nos paióis do 17º R C Mec.

No apoio à atuação, foram adquiridas viaturas operacionais; viaturas socorro leves; viatura cisterna de combustível; viaturas cisterna d'água; micro-ônibus; ambulâncias; equipamentos de engenharia; embarcações para 20 passageiros; torre de iluminação; conjuntos GPS; e módulos de abastecimento de combustível.

2. FASE EM QUE SE ENCONTRA A EXECUÇÃO

Implantação do Projeto Piloto na área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados-MS.

3. PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS

a. Falta de previsão da disponibilidade orçamentária;

b. Cortes e contingenciamentos nas dotações orçamentárias; e c. Atraso na liberação dos recursos orçamentários.

4. PRÁTICAS BEM SUCEDIDAS

As estratégias de atuação do Projeto constituíram-se em fatores facilitadores para o bom desempenho do objetivo, sendo sintetizadas nas seguintes ações: supervisão a cargo do Escritório de Projetos do Exército (EPEx); contratação de empresa nacional para a implantação e integração do SAD; contratação de empresa nacional para apoiar a fiscalização da execução do contrato; emprego de estrutura especializada e dedicada no Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx) para o gerenciamento da implantação do SAD; e utilização do Sistema Unificado do Processo de Obras (OPUS), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) para apoiar o gerenciamento das obras.

5. OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS RELEVANTES

As entregas do Projeto resultaram na melhoria da capacidade do Comando Militar do Oeste (CMO) em cumprir suas atribuições legais na faixa de fronteira; em investimentos realizados no desenvolvimento de SAD; em geração deemprego e renda; e na diversificação da pauta de exportação. O Projeto Piloto do SISFRON ainda não foi totalmente implantado no estado do Mato Grosso do Sul. No entanto, as operações interagências estão se beneficiando da parcela implantada, pelo aumento das capacidades de prover apoio de comando e controle, logístico, monitoramento, inteligência e segurança às organizações que atuam na faixa de fronteira. Até o final de 2018, foram implantados 87,4% do Projeto Piloto e 10,4 % do total previsto para o SISFRON (situação em 04 de janeiro de 2019).

6. PREVISÃO PARA 2019

Para o ano de 2019, pretende-se atingir o percentual de execução de 100% do Projeto Piloto, prosseguir na implantação do Sistema no Estado do Mato Grosso do Sul e iniciar a contratação e execução das 2ª e 3ª Fases do SISFRON, estendendo o Sistema de Sensoriamento e Apoio à Decisão aos Estados de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, além de implantar Módulos Especiais de Fronteira na Região Amazônica.

05R1 - Obtenção de armamentos e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País. Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

O Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea (Prg EE DA Ae), no que se refere à iniciativa individualizada de obtenção de armamento e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País, realizou no ano de2018 a aquisição de materiais do sistema de mísseis portáteis telecomandados RBS 70. Este empreendimento contribui para aumentar a capacidade de defesa antiaérea à baixa altura da Força Terrestre, contribuindo diretamente para a Iniciativa 05R1.

Foi realizada ainda, a aquisição de 45 (quarenta e cinco) equipamentos rádios para o sistema de comunicações de nívelSeção de Artilharia Antiaérea, contribuindo para o bom andamento da iniciativa individualizada.

O Programa investiu recurso na continuidade do desenvolvimento do radar de vigilância SABER M200 VIGILANTE, equipamento que faz parte do Projeto Obtenção e Integração do Subsistema de Controle e Alerta, que possibilitará a capacidade de detecção de vetores aéreos a uma grande distância.

O Prg EE DA Ae realizou as aquisições de forma a compor módulos. Assim, com vistas a empregar os recursos de forma eficiente e eficaz e compor o sistema de defesa antiaérea foram adquiridos frações dos módulos, servindo de base para serem completados em exercícios financeiros futuros. Esta ação gerencial possibilitou atingir um nível deexecução adequado para o período.

05R2 - Desenvolvimento de sistema de comando e controle, integração de módulos e sensores de média altura - Projeto de Defesa Antiaerea.

Individualizada: Não

05R3 - Implantação do Sistema Operacional de Defesa Antiaérea da Força Terrestre. Individualizada: Não

05R4 - Ampliação da capacidade operacional do Exército Brasileiro, para atuar na fronteira terrestre em conjunto com outros órgãos governamentais, em operações interagências.

Individualizada: Não

05R5 - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

Atividades realizadas em 2018:

A criação do Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) possibilitou uma maior integração com os demais Órgãos Governamentais, buscando alcançar um ambiente de cooperação, confiança e compartilhamento de informações para preservar a segurança marítima nacional.

O CISMAR abriga uma "Sala de Crise Interagências", para acomodar os representantes das Agências Governamentais:o Departamento de Polícia Federal; a Secretaria de Receita Federal do Brasil; a Agência Nacional de VigilânciaSanitária; a Comissão Nacional de Segurança Pública dos Portos; Terminais e Vias Navegáveis; a Agência Nacional de Transportes Aquaviários; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O CISMAR atua, ainda, como núcleo do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAz). Será implementado o projeto piloto do SISGAAz, na Baía de Guanabara representando mais um passo na direção deste importante sistema de Comando, Controle e Inteligência, que produzirá dados e informações, essenciais para a manutenção de nossa segurança marítima.

05R6 - Intensificação das atividades de registro e fiscalização de produtos controlados (armas, munições e explosivos).

Individualizada: Não

05R7 - Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação e de registro e fiscalização de embarcações. Individualizada: Não

05R8 - Intensificação das atividades de fiscalização da segurança da navegação aquaviária. Individualizada: Não

05R9 - Implantação de novos radares no território nacional para o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro(SISDABRA)

Individualizada: Não

05RA - Modernização dos sistemas de controle de voo, aproximação e pouso de aeronaves nas vertentes civil e militar (Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA).

Individualizada: Não

OBJETIVO: 1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse daDefesa Nacional

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Nos últimos anos, o governo brasileiro vem priorizando o desenvolvimento e a fabricação de produtos de defesa nacionais, visando à redução da dependência tecnológica e à superação das restrições de acesso a tecnologias sensíveis. Dessa forma, para promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) e de tecnologias relacionadas ao setor, o Ministério da Defesa vem adotando ações para incentivar a fabricação desses produtos, seja por meio da promoção comercial, da obtenção de linhas de financiamentos ou do incentivo à ciência e à tecnologia voltados para a defesa nacional.

Nesse sentido, foram negociadas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) linhas de crédito específicas para apoiar as exportações do setor de defesa brasileiro e realizadas tratativas com os fundos constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE), com o intuito de viabilizar a instalação de indústrias de defesa nas regiões Nordeste e Centro-Oeste do país.

Em 2018 houve diversas reuniões, cursos, seminários visando promover o desenvolvimento da BID e de tecnologias de interesse do setor. Destaca-se o Seminário Internacional de Logística de Defesa, que teve como propósito promover a discussão sobre aspectos referentes à gestão do ciclo de vida dos produtos de defesa.

Também merecem destaque, em 2018, a certificação das primeiras empresas (Avibras e E-Brasil) para atuação como unidades de catalogação; o início da elaboração do e-learning, ferramenta de vídeoaulas sobre catalogação - versão em português, em parceria com o Escritório Nacional da Coreia do Sul; e o início do processo de catalogação direta do Projeto Astros 2020.

Quanto comércio de produtos de defesa por empresas brasileiras, cabe registrar, que o volume de autorizações de exportação das principais empresas que compõem a Base Industrial de Defesa apresentou, de janeiro a dezembro/2018, omontante de US$ 900,41 milhões, valor maior que todas as exportações do ano de 2017 (US$ 687,6 milhões).

Destaca-se a continuidade ao desenvolvimento de Projeto de CT&I de interesse da Defesa (Projeto Quercetina), que está sendo conduzido pelo Laboratório Farmacêutico da Marinha, com 70% de execução. A conclusão deste Projeto está prevista para dezembro de 2019.

Visando à elevação no grau de autonomia na produção de armamento inteligente e a expansão do catálogo de produtos de defesa, a Marinha do Brasil está desenvolvendo o Míssil Antinavio Nacional de Superfície (Mansup). O Projeto tem como principal objetivo a aquisição de tecnologia vinculada à propulsão, direção e produção do artefato bélico para atender às demandas nacional e internacional.

O Mansup é constituído de quatro etapas: desenvolvimento do motor-foguete, já concluída; desenvolvimento dos protótipos, previsto para 2019; a conversão de protótipo em produto, previsto para 2021; e a produção industrial do míssil.

O Projeto para a construção de quatro Corvetas Classe Tamandaré encontra-se em fase licitatória. Esse empreendimento permitirá ao Brasil projetar e construir, de forma independente, os seus próprios navios, com o desenvolvimento de estaleiros e mão de obra nacionais, além de promover a independência em tecnologias sensíveis. O Projeto conta com a participação de universidades e institutos de pesquisa brasileiros.

Na área aeroespacial, o Projeto KC-X, que consiste no desenvolvimento de uma aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, está na última fase de detalhamento e certificação. Em 2018 as atividades previstas sofreram atrasos devido ao acidente ocorrido com a aeronave protótipo, contudo estão sendo tomadas medidas, a fim de diminuir os impactos no cronograma de desenvolvimento.

Importantes marcos do ano de 2018 foram a entrega da revisão da certificação de tipo da aeronave EMB 390, pela Agência Nacional de Aviação Civil, e o prosseguimento de ensaios para certificação das funcionalidades de emprego militar.

Ainda na área aeroespacial, o Projeto A-Darter prevê o desenvolvimento, em parceria com a África do Sul, de um Míssil ar-ar de curto alcance de 5ª Geração, incluindo o suporte logístico e a base de certificação, bem como a transferência de tecnologia das áreas de interesse desse míssil para o Brasil. O ensaio foi realizado com quatro lançamentos que, ao final, tiveram os parâmetros satisfatoriamente atingidos. Esse Projeto tem o percentual de execução de, aproximadamente,99%.

Outra atividade que contribui para o alcance do Objetivo é o Projeto Link-BR2, sobre o qual destaca-se a entrega do Plano de Qualificação do RTDL (Rádio Terminal Data Link). Nesse Projeto foi adotado o conceito de desenvolvimento incremental, que proporcionará entregas mais frequentes de etapas. Há previsão de redução de escopo do Link-BR2, em virtude de decisões estratégicas de redução de custos.

Não obstante a importância do Link-BR para a segurança da comunicação de dados e voz entre as aeronaves da Força Aérea Brasileira, a meta de conclusão do Projeto de Enlace de Dados deverá sofrer atraso, em decorrência dos impactos negativos das restrições orçamentárias do exercício; do processo de reestruturação do contrato para adoção do conceito de

desenvolvimento incremental; e da redução do escopo do Projeto.

Metas 2016-2019

• **04SM - Ampliar em 4% ao ano o volume de exportações da Base Industrial de Defesa. Órgão responsável: Ministério da Defesa**

Análise Situacional da Meta

O valor das exportações foram os seguintes: Exportações 2015 - R$ 1.042.088.595,63

2016 - R$ 925.340.913,02

2017 - R$ 687.639.038,88

2018 - R$ 900.411.805,10

Quantidade alcançada (VARIAÇÃO):

2016 : (- 11,20%) - 2016 em relação a 2015

2017 : (- 25,68%) - 2017 em relação a 2016

2018 : (30,94 %) - 2018 em relação a 2017

Para iniciar a análise, é importante ressaltar que a quantidade alcançada é pautada em variações históricas de um ano em relação a outro ano. Os anos de 2015 e 2016 tiveram um comportamento atípico na exportação de material de defesa, tendo em vista o fato de que uma única Empresa Estratégica de Defesa efetuou venda pontual de equipamentos, o que provocou um sensível aumento nas exportações. Tais valores foram muito superiores à média dos anos anteriores. Como o valor exportado em 2016 foi menor que em 2015, ocorreu uma queda no índice daquele ano (2016 em relação a 2015). No ano de 2017 (2017 em relação a 2016) as exportações despencaram, tendo apresentado também variação negativa.

Já na comparação de 2018, em relação à 2017, o volume de Autorizações de Exportações das principais empresas que compõem a BID apresentou, de janeiro a dezembro/2018, o montante de US$ 900,41 milhões, valor maior que todas as exportações do ano de 2017 (US$ 687,6 milhões). O valor atingido em 2018 retornou a patamares próximos de 2016, contribuindo assim para o fomento da produção por parte das indústrias de defesa brasileiras.

O Departamento de Promoção Comercial vem realizando ações junto as Empresas de Defesa brasileiras e a Associação Brasileira das Indústrias de Defesa e Segurança (ABIMDE) para incrementar as exportações de produtos de defesa.

Data de Referência:

31/12/2018

Quantidade alcançada

30,94 % ao ano

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

04SL - Catalogar 38% dos Produtos de Defesa, de acordo com o padrão internacional do SOC/OTAN.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Seguindo as normas do Sistema OTAN de Catalogação, foram catalogados 80% dos Produtos de Defesa do tipo BemClassificados em Portaria do Ministro da Defesa nos processos da BID.

Quantidade alcançada

80 %

Data de Referência

27/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

04GW - Concluir o desenvolvimento do Míssil A-DARTER. Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O projeto A-DARTER visa o desenvolvimento de um míssil de curto alcance ar-ar infravermelho de 5ª geração com transferência de tecnologia, certificação e desenvolvimento da industrialização no Brasil.

Em 2018, foi encerrada a Campanha de Ensaios S1, cujo último lançamento da Campanha de Ensaios S1 foi diversas vezes postergado e realizado somente em agosto de 2018, em função de problemas de: infraestrutura em Overberg Test Range (pane no alvo aéreo SKUA), janelas de disponibilidade do campo de provas e meteorologia inapropriada.

Ainda com relação a Campanha de ensaio S1, foram realizados dois lançamentos com sucesso. No terceiro lançamento, apesar de alguns parâmetros de aceitação do ensaio terem sido aprovados, um dos riscos mapeados pela gerência se materializou. Novos ajustes foram realizados e, no último lançamento da campanha todos os parâmetros foram satisfatoriamente atingidos

Em relação à execução orçamentária, o projeto recebeu os recursos previstos no Termo de Cooperação com oMinistério da Ciência Tecnologia, Inovação e Comunicações (FINEP)

Com a execução contratual reestabelecida, após término da Campanha de ensaio S1, o seu Cronograma Físico-Financeiro foi atualizado em função dos novos prazos de apresentação das ETAPAS. Além disso os seguintes marcos foram cumpridos:

- Instalação, no DCTA, do Infrared Imaging System Symulation Package (SIMIS);
- Encerramento do Desenvolvimento em 2019;
- Realização de Reunião de Acompanhamento PMR e JMC;
- Realização da FQR e PBL do Míssil; e
- Disponibilização dos Documentos de Suporte Logístico LS-M3.1.

Por fim, a AVIBRAS comprovou a transferência de tecnologia na área de desenvolvimento do motor foguete do míssil e conseguintemente, cinco ETAPAS do contrato foram postergadas para o ano de 2019, representando 0,82% de execução física total do Projeto. Com isso, o indicador Físico de 2018 sofreu uma redução nesse valor (passando agora a finalizar o ano com 99,18% e não mais com 100%).

Quantidade alcançada

0,99 unidade

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Contratação de empresa para implantação dos processos industriais oriundos da empresa Mectron dos subsistemas: IRSA, FUZE e DOME.

Tal atividade visa dar continuidade a Fase 4.1 no Brasil e, caso seja interesse do EMAER, tudo que foi realizado pela empresa Mectron poderá ser disponibilizado a uma futura empresa. Mantendo o foco de evitar a solução de continuidade no desenvolvimento do Projeto A-Darter no Brasil.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Exterior	100	% de execução	99,18	31/12/2018

04GU - Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O programa de ensaios e certificação da Aeronave KC-390 faz parte do Projeto de desenvolvimento de um cargueirotático militar de 10 a 20 toneladas, que se encontra na fase de Detalhamento e Certificação de Aeronave.

Os voos de ensaios estão evoluindo e destacam-se as seguintes realizações na atual fase do processo de desenvolvimento da aeronave:

• Mais de 1.800 Horas de ensaios em voo, nos quais as aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo, conforme projetado;

• Corpos de Provas realizando os ensaios estáticos previstos para a certificação;

• Workshops relacionados aos Sistemas de missão da aeronave, reabastecimento em voo e ao Cargo Handling AirDelivery System (CHADS);

• Campanhas de ensaios com o lançamento de paraquedistas a baixa e alta altitude;

• Campanhas de ensaios, com o lançamento de cargas leves e pesadas, realizado de forma manual e automatizada; e

• Ensaios de carregamentos (em RIG) de vários tipos de veículos militares e de helicópteros.

Destaca-se como fator contribuinte para a realização das Campanhas de Ensaio a ação coordenada dos Órgãos de Direção Geral/Setorial (ODSA) envolvidos, como o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), Comando de Preparo (COMPREP), Comando-Geral de Apoio (COMGAP) e Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), com suas unidades subordinadas apoiando a realização das campanhas planejadas. Destaca-se que essas campanhas contaram com a participação de representantes da FAB, do EB, da Marinha do Brasil e da Embraer S.A. Para 2019, está previsto o prosseguimento das campanhas de ensaio para certificação das funcionalidades de emprego militar.

No dia 19 de outubro de 2018, a ANAC revisou o Certificado de Tipo da aeronave EMB-390 KC. O Certificado foi entregue ao COMAER em solenidade realizada no dia 23 de outubro de 2018.

Em função de um acidente ocorrido com a aeronave protótipo 01, em 05 de maio de 2018, as campanhas planejadas para 2018 tiveram que ser replanejadas para 2019 e 2020.

A fim de diminuir o impacto no cronograma de desenvolvimento e certificação do Projeto, estão em negociação entre as partes os Termos Aditivos necessários para refletir medidas eficazes que venham a ser adotadas, no sentido de que a FOC (Final Operational Capability) seja atingida na maior brevidade possível.

Quantidade alcançada

0,97 unidade

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Negociação, entre as partes, dos Termos Aditivos necessários para formalizar ações no sentido de que a FOC (Final

Operational Capability) seja atingida na maior brevidade possível. Reprogramar o recebimento das aeronaves de série a partir de 2019.

Replanejar as Campanhas de Ensaio para o ano de 2019, buscando a otimização dos recursos envolvidos e o máximoproveitamento do tempo disponível de forma a minimizar os impactos no cronograma da certificação da aeronave.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	100	percentual deexecução física		

04GX - Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2).

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta97,67 31/12/2018

A presente meta trata dos serviços e do fornecimento de bens necessários para o desenvolvimento, a integração, a validação e o fornecimento de um sistema tático de enlace de dados baseado no conceito operacional do sistema de comunicações por enlaces digitais da aeronáutica e que contenha o Protocolo Link BR2.

A meta física planejada para o exercício financeiro de 2018, de acordo com a metodologia de cálculo utilizada para este projeto era de 12%. Detalha-se a metodologia de cálculo do avançamento físico: quando ocorre a entrega e aceitação de uma determinada etapa do CFF do contrato, soma-se a contribuição de avanço físico proporcionada por aquela determinada etapa. Para se obter a contribuição de avanço físico proporcionada por uma determinada etapa, divide-se a quantidade de trabalho (homens-horas) considerada necessária para cumprir a mesma pelo total de trabalho (homens- horas) considerado necessário para cumprir todas as etapas previstas de serem entregues no contrato.

Dentre as razões que contribuíram para o não atingimento desse índice destacam-se: as restrições orçamentárias impostas e o processo de redução de escopo do Projeto deliberada pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). As restrições orçamentárias impostas provocaram como impactos negativos ao projeto o não atendimento dos compromissos originalmente autorizados e assumidos por meio do contrato, gerando atraso na consecução da meta proposta e necessidade de negociação de Termo Aditivo (TA) ao contrato em voga, que adequasse o Cronograma Físico-Financeiro à disponibilidade de recursos orçamentários.

As medidas adotadas para lidar com tais óbices foram: buscar assessoramento interno da Comissão do Programa Aeronave de Combate (COPAC) e dos Gerentes-Adjuntos do Projeto Link BR2, oriundos de diversos Órgãos de Direção Geral e Setorial da Aeronáutica; elaborar estudos de assessoramento aos Escalões Superiores sobre as dificuldades encontradas, para que os mesmos pudessem tomar as decisões cabíveis, mormente quanto à possibilidade de redução de escopo do projeto e de análise de riscos; e realizar reuniões com a contratada para fins de produzir Termo Aditivo ao Contrato em pauta, que adequasse o Cronograma Físico-Financeiro à disponibilidade de recursos orçamentários, bem como as dimensões de redução de escopo do Projeto e a mudança de abordagem para um desenvolvimento incremental.

Ademais, a empresa não executou etapas contratualmente previstas, mesmo com valores empenhados, razão pela qual foram instaurados Processos de Apuração de Sanção Administrativa. Assim, durante o ano de 2018, não houve realizações físicas mensuráveis no Projeto Link BR2, pois a entrega do Plano de Qualificação do RTDL (Rádio Terminal Data Link) é etapa referente ao ano de 2016.

Destarte, a Meta estabelecida no Plano Plurianual - PPA deverá sofrer atraso para sua conclusão, sendo necessária a celebração de aditivo contratual, em decorrência dos impactos negativos das restrições orçamentárias e do processo de reestruturação do contrato para adoção do conceito de desenvolvimento incremental, bem como a redução do escopo conforme determinação do EMAER.

Com a redução do escopo formalizada por meio do 6º Termo Aditivo ao Contrato, será possível o recebimento de duas etapas contratuais de acordo com os valores de créditos disponibilizados na ação 15LS previstos para o ano de 2018. Para o exercício de 2019, espera-se a retomada do cumprimento das metas estabelecidas para o Projeto Link-BR2, de acordo com o novo escopo e processo de desenvolvimento, que proporcionará entregas mais frequentes, mitigando os riscos de desenvolvimento do produto contratado.

Quantidade alcançada

0 unidade

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Articulação de atores para implementação da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Buscar, junto ao Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), a alocação de recursos compatíveis com o CFF negociado para o TA-06, de forma que o Projeto seja encerrado na data prevista atualmente, em 2021.

04GT - Implantar 25,4% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Em 2018, não houve evolução da meta referida em relação a 2017, em razão de o projeto de implantação do PCTEG ter sido extinto, conforme consta no documento anexo, DIEX 318_16_ago_2017.

Há que se pontuar que a linha de base de 7% está equivocada, estando correto, portanto, o atingimento total da meta em31/12/2018 de 3,31%.

Quantidade alcançada

3,31 %

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Apesar do cancelamento do PCTEG iniciado em 15 de agosto de 2017 e finalizado em 30 de novembro ainda há mais providências a serem tomadas, a Agência de Gestão de Inovação Tecnológica (AGITEC), ainda está em fase de termino de implantação, no que se refere às suas instalações, como também aos seus processos de modelagem. Os recursos da Ação Orçamentária (AO) 15EZ, na qual a meta 04GT está inserida, foram transportados para a AO 20XJ O cancelamento deveu-se ao forte corte orçamentário iniciado em 2016.

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sudeste	25,4	% de execução	3,31	31/12/2018

Iniciativas

05SK - Domínio da tecnologia de comunicação segura na transmissão e recepção de dados, vídeo e voz. Individualizada: Não

05SL - Desenvolvimento de protótipo de suplemento alimentar à base de quercetina para ração operacional. Individualizada: Não

05SM - Catalogação de produtos de defesa, de acordo com o padrão internacional (SOC/OTAN). Individualizada: Não

05SN - Desenvolvimento de ações de cooperação, capacitação e intercâmbio em catalogação. Individualizada: Não

05SP - Desenvolvimento do Programa Combatente Individual do Futuro - Combatente Brasileiro (COBRA2020).

Individualizada: Não

05SQ - Desenvolvimento científico-tecnológico e de inovação do Exército, com ênfase na base industrial de defesa.

Individualizada: Não

05SR - Obtenção de produtos de defesa nacionais, priorizando tecnologias duais de aplicação militar e civil. Individualizada: Não

05SS - Fomentar à capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército e a integração/interação dos

Institutos de Ciência e Tecnologia Civis (ICT´s) com a IMBEL e Arsenais de Guerra.

Individualizada: Não

05SU - Implantação do Laboratório de Ciência e Tecnologia do Corpo de Fuzileiros Navais

Individualizada: Não

05SV - Desenvolvimento da Aeronave KC-390 (Projeto KC-X). Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

A presente Iniciativa trata do desenvolvimento de aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo a fim de suprir necessidades estratégicas e operacionais da Força Aérea Brasileira.

Atualmente, o Projeto encontra-se na 4ª e última fase, que é a de Projeto Detalhado e Certificação de Aeronave, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

O processo de desenvolvimento da aeronave continua evoluindo com a realização dos voos de ensaios, nos quais ocorrem, na prática, as confirmações dos dados de engenharia do produto previstos nas fases anteriores.

Até a presente data, o projeto atingiu a realização de 97,67% de avançamento físico. Destacam-se as seguintes realizações na atual fase do processo de desenvolvimento da aeronave:

• Mais de 1.800 horas de ensaios em voo, nos quais as aeronaves protótipos vêm confirmando a qualidade de voo, conforme projetado;

• Corpos de Provas realizando os ensaios estáticos previstos para a certificação;

• Workshops relacionados aos Sistemas de missão da aeronave, reabastecimento em voo e ao Cargo Handling AirDelivery System (CHADS);

• Campanhas de ensaios com o lançamento de paraquedistas a baixa e alta altitude;

• Campanhas de ensaios, com o lançamento de cargas leves e pesadas, realizado de forma manual e automatizada; e

• Ensaios de carregamentos (em RIG) de vários tipos de veículos militares e de helicópteros.

Uma aeronave protótipo participou da Feira Internacional do Ar e do Espaço – FIDAE, em Santiago, no Chile, no mês de abril e da Royal International Air, em Farnborough, Inglaterra, no mês de julho de 2018. As missões foram consideradas um sucesso sob os aspectos de projeção da aeronave, assim como pelas diversas veiculações na mídia e pela aprovação unânime de todos que puderam visitar ou voar a aeronave.

Em função de um acidente ocorrido com a aeronave protótipo 01, em 05 de maio de 2018, as campanhas planejadas para 2018 tiveram que ser replanejadas para 2019 e 2020.

A fim de diminuir o impacto no cronograma de desenvolvimento e certificação do Projeto, está em negociação entre as partes os Termos Aditivos necessários para refletir medidas eficazes que venham a ser adotadas, no sentido de que a FOC (Final Operational Capability) seja atingida na maior brevidade possível.

No dia 19 de outubro de 2018, a ANAC revisou o Certificado de Tipo da aeronave EMB-390 KC. O Certificado foi entregue ao COMAER em solenidade realizada no dia 23 de outubro de 2018. Houve a entrega de apenas um protótipo certificado tendo em vista que o protótipo 01 sofreu um acidente conforme relatado anteriormente.

Para 2019, está previsto o prosseguimento das campanhas de ensaio para certificação das funcionalidades de emprego militar. Para tal, seguem, em estreita coordenação, os Órgãos de Direção Geral/Setorial (ODSA) envolvidos, como EMAER, COMPREP, COMGAP e DCTA, com suas unidades subordinadas apoiando a realização das campanhas previstas.

As atividades relativas ao desenvolvimento têm curso na planta industrial de Gavião Peixoto – SP, onde ocorre expressiva elevação do nível de empregos e desenvolvimento local, a exemplo de outros municípios, onde são fabricadas peças e partes da aeronave.

Ainda como medida institucional relevante para a consecução da Iniciativa Individualizada, destacam-se as reuniões de trabalho coordenadas pelo COMAER, por meio da COPAC, para levar a termo as discussões relacionadas à Campanhade Certificação da Aeronave, contando com a participação de representantes da FAB, do EB, da Marinha do Brasil e da

Embraer S.A.

05SW - Desenvolvimento de artefatos bélicos com participação de empresas nacionais. Individualizada: Não

05SX - Desenvolvimento da capacidade de transferência de dados ar-ar e terra-ar na FAB. Individualizada: Não

05SY - Desenvolvimento da capacidade de navegação autônoma para aeronaves. Individualizada: Não

06NB - Incremento da utilização da capacidade estratégica instalada na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL.

Individualizada: Não

06NT - Implantação do pólo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG). Individualizada: Sim

Análise Situacional da Iniciativa

O Projeto PCTEG foi planejado para ser o principal instrumento de operacionalização do Programa de Transformação do SCTIEx, colaborando com o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) à medida que estabelece um elo entre a Política Nacional de Defesa e as políticas de desenvolvimento produtivo e de Ciência, Tecnologia e Inovação do país. cuja implementação pretendida foi planejada para um horizonte temporal de médio e longo prazo. Para atender aos objetivos do projeto, em 2016 o PCTEG passou a receber recursos da Ação Orçamentária15EZ, criada especificamente para o Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba, inclusa no PPA 2016-2019. Entretanto, para tais recursos não houve a

disponibilidade de repasse ao projeto em sua integralidade, assim como foi determinado o seu cancelamento por meio do DIEx nº 313-AEST/DCT do Departamento de Ciencia e Tecnologia do Exército, de 15 de agosto de 2017, o que atendeu parcialmente os seus objetivos iniciais a seguir caracterizados:

a. Proporcionar um ambiente que incentive o Novo SCTIEx na busca pela Inovação, definida como sempre procurar agregar um diferencial operacional, tático e estratégico às tecnologias e os PRODE desenvolvidos no âmbito do Sistema.

b. Estabelecer estruturas, processos e intangíveis que facilitem a integração efetiva entre a Força com a Base Industrial de Defesa (BID), com as Academias e Centros de Pesquisa do País, com as demais Forças Armadas, visando atrair o potencial dessas redes para os desenvolvimentos de tecnologias e produtos de defesa (PRODE).

c. Agregar novas capacidades ao SCTIEx, como trabalhar em rede, abordar de forma matricial os diversos projetos, exercitar uma estrutura mais horizontal, transversal e interativa, ampliar o relacionamento interno na Força entre C, T&I – Doutrina – Logística, criar facilidades para o Exército e demais instituições externas parceiras e, principalmente, fazer com que o SCTIEx se destine a atender as necessidades futuras da Força.

d. Alavancar o SCTIEX com a implantação de uma estrutura moderna, conceitualmente inovadora, com processos mais racionalizados e, principalmente, que melhor interaja com as outras Forças Armadas, com a BID e com as ICT/Academia do País.

e. Definir as inovações tecnológicas que poderão ser agregadas aos sistemas operacionais da Força Terrestre até2022. Assim, visa trabalhar voltado para o futuro, sem se esquecer das necessidades correntes do Sistema. Ainda, mudará o paradigma atual, uma vez que o Ciclo dos materiais, desde o seu nascimento, haverá a interação entre os Sistema de Doutrina, de Logística e o SCTEx da Força.

f. Indicar as inovações tecnológicas que poderão ser agregadas aos sistemas operacionais da Força Terrestre, até2031. Nesta esteira, busca uma visão prospectiva com antecipação de cenários, fazendo com que a Força possa projetar o seu Vetor de CT&I, passando a agregar uma nova capacidade e estabelecer-se em áreas definidas da C&T no mundo. g. Além do escopo planejado para o PCTEG, houve uma entrega adicional solicitada pela 4a Subchefia do Estado-Maior do Exército para dar uma nova redação às Instruções Gerais sobre o Ciclo de Vida dos Materiais (EB10-IG-

01.018). Nesse sentido, o PCTEG produziu uma versão inicial que foi entregue ao Chefe do DCT em 19/04/2015, sendo posteriormente aprimorada pela 7a Subchefia do Estado Maior do Exército, sendo publicada a Portaria nº 233, de15/03/2016 na Separata ao Boletim do Exército nº 11 em 18/03/2016.

Em 01 de janeiro de 2018, a AGITEC foi ativada como Organização Militar e os recursos oriundos da AçãoOrçamentária 15EZ, na qual a Iniciativa 06NT está vinculada, foram transportados para a AO 20XJ.

07HV - Aquisição em fluxo contínuo de produtos estratégicos de defesa (PED) da IMBEL. **Individualizada:** Não

07HW - Implantação do Programa de Desenvolvimento e Inovação de Munições, Explosivos e Propelentes (PROMUN), com participação da IMBEL.

Individualizada: Não

Financiamentos Extraorçamentários

• Estímulo aos setores da indústria voltados para a produção de interesse da defesa

• RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa: Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos,

matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização,

reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.

• RETID - Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa: Suspensão do PIS/COFINS sobre a venda no mercado interno ou importação de partes, peças, ferramentas, componentes, equipamentos, sistemas, subsistemas, insumos, matérias-primas, serviços de tecnologia industrial básica, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia a serem empregados na manutenção, conservação, modernização,

reparo, revisão, conversão, industrialização de bens de defesa nacional, quando a aquisição for efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID. A suspensão também aplica-se à receita de aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos. Conversão em alíquota zero após o emprego ou utilização dos bens e serviços. Suspensão de PIS e COFINS incidente sobre a receita decorrente da venda dos bens de defesa nacional, definidos em ato do Poder Executivo, e a prestação de serviços de tecnologia industrial básica, projetos, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, assistência técnica e transferência de tecnologia, efetuada por pessoa jurídica beneficiária do RETID à União, para uso privativo das Forças Armadas, exceto para uso pessoal e administrativo.

OBJETIVO: 1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional do Objetivo

Além das atribuições essenciais, o Ministério da Defesa, em conjunto com as Forças Armadas, realiza ações subsidiárias que contribuem com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, atuando em diversos segmentos da sociedade, na realização de ações em prol da infraestrutura, educação, saúde, formação profissional e assistência social.

Nas regiões mais remotas do País, o Programa Calha Norte (PCN), em sua vertente civil, tem se destacado na execução de transferências voluntárias de recursos da União a estados e municípios, para serem investidos em projetos que beneficiam a infraestrutura local, em especial, nas áreas de saúde e educação. Em 2018 foram firmados convênios com

135 municípios do Acre, Amazonas, Amapá, Rondônia e Roraima que atenderam 379 municípios da área de abrangência do PCN.Com a ampliação da área de abrangência do Programa Calha Norte em 2018, foram incluídos mais 185 novos municípios dos Estados do Mato Grosso e mato Grosso do Sul, os quais não foram considerados no cômputo dos municípios atendidos de 2018, em virtude de não ter havido tempo hábil para a realização de convênios.

No que concerne à infraestrutura de organizações militares (OM), o Departamento de Engenharia do Exército Brasileiro também realiza obras e serviços por meio de convênios com estados e municípios. Essas parcerias permitem às OM de engenharia e batalhões de construção manutenir seus equipamentos, renovar suas máquinas e adestrar seus quadros permanentes e temporários, os quais, anualmente, retornam à sociedade, qualificados e capacitados para reingressar no mercado de trabalho.

Os convênios celebrados pelo Exército Brasileiro em todo o território nacional cumprem função social, na medida em que proporcionam à população local a melhoria da qualidade de vida, tendo em vista a realização de obras de infraestrutura em estradas e rodovias; portos e aeroportos; perfuração de poços e construção de açudes, dentre outras.

Na área da educação e cidadania, destaca-se o Projeto Rondon, que se constitui em uma oportunidade para que universitários voluntários vivenciem diferentes realidades, a partir da interação com as comunidades de baixo índice de desenvolvimento. Nessas viagens os estudantes promovem atividades para estimular o desenvolvimento da comunidade local, como oficinas, cursos e ações, planejadas a partir das demandas e da realidade da população local.

Em 2018 foram executadas três Operações do Projeto Rondon: Pantanal, Palmares e Parnaíba, nos Estados do Mato Grosso do Sul, Alagoas e Piauí, das quais participaram 815 rondonistas. A meta do PPA 2016-2019 é de apoiar a participação de 3.934 estudantes no Projeto. Até 2018 foram apoiados 2.217 universitários de instituições de ensino de todo o país.

Com relação à saúde, cita-se como contribuição do Ministério da Defesa à população ribeirinha, as ações cívico-sociais e de assistência hospitalar, realizadas pelo Comando da Marinha em 2018, que levaram apoio às comunidades da Região Amazônica e do Pantanal Mato-Grossense, como uma extensão da missão de cuidar de suas hidrovias interiores. Quanto à qualificação profissional, merece destaque o Projeto Soldado-Cidadão (PSC), que tem por objetivo qualificar jovens egressos do serviço militar, para que ao concluírem o seu tempo nas Forças Armadas possam ingressar no mercado de trabalho em condições mais favoráveis. Em 2018 foram qualificados 12.000 jovens em atividades como condutor de veículo de emergência, cozinha industrial, soldagem, mecânico de injeção eletrônica flex e diesel, eletricista de automóveis e operação de computadores.

No período de 2016 a 2018 foram atendidos pelo Projeto Soldado-Cidadão o total de 25.813 egressos do serviço militar. Com esse patamar, vislumbra-se o efetivo cumprimento da meta de capacitação profissional de 31.398 jovens, ao final de

2019.

Ainda com relação à formação profissional, foram capacitados 11.808 alunos, sendo 10.018 aquaviários e 1.790 portuários. Essas iniciativas representam, para a maioria dos cidadãos beneficiados, a primeira formação técnica para a obtenção de emprego e para os integrantes da comunidade marítima, a possibilidade de ascensão profissional e socioeconômica.

Na área de assistência social, vale mencionar o Programa Forças no Esporte (Profesp), desenvolvido em parceria com os Ministérios do Esporte, do Desenvolvimento Social e Secretaria Nacional da Juventude e executado com o apoio das Forças Armadas. O Programa tem por objetivo democratizar o acesso à prática de esporte, para crianças e jovens que vivem, prioritariamente, em áreas de vulnerabilidade social.

O Profesp está presente em 107 localidades de todos os Estados e do Distrito Federal, inclusive no Arquipélago de Fernando de Noronha e em comunidades indígenas no interior da Amazônia. Desde o início do Programa em 2003, foram beneficiadas com a prática de atividades de esporte e reforço escolar mais de 175.000 crianças e jovens, tendo sido

atendidas mais de 24.000, só em 2018.

Metas 2016-2019

04HA - Apoiar a participação de 3.934 universitários no Projeto Rondon, para o fortalecimento da consciência cidadã.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Com os recursos da LOA 2018 e parcerias com os Estados do Mato Grosso do Sul, Alagoas e Piauí, também com diversos Municípios, três Operações viabilizaram capacitar 815 rondonistas, a saber: a "Pantanal"; a "Palmares"; e a "Parnaíba". Portanto, considerando a LOA de 2016 a 2018, resultou no valor acumulado da Meta em 2.217 rondonista capacitado (rc) até o momento.

Ao encerrar PPA em lide, os recursos da LOA 2019, se somados à expectativa de valor para a Emenda Individual Parlamentar (EIND), às parcerias com os Estados, Municípios e ao apoio da FAB, no transporte aéreo, um total em torno de R$ 4.296.000,00, permitem projetar a capacitação de mais 716 estudantes universitários ao custo unitário de R$ 6.000,00, em três Operações.

As parcerias são de caráter indispensável, pois suas contribuições para suportar as despesas estão na ordem de 60% do custo total das Operações. Desta forma, fica evidente o motivo da frustração para alcançar a Meta do PPA na sua plenitude (3.934 rc), qual seja, o aporte ao PPA 2016-2019 está inferior ao patamar necessário.

Assim, mantido o montante de recurso acima mencionado, combinado à estabilidade de preços de mercado dos insumos, a Meta acumulada possível de ser alcançada estará por volta de 2.900 rc, o que corresponderá a cerca de 75% da Meta do PPA.

Quantidade alcançada

2.217 Rondonista capacitado

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Com medidas a serem adotadas

Medidas a serem adotadas

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

Detalhamento das providências a serem tomadas

A "Meta" fixada pelo PPA 2016-2019 se mostrou ousada, se considerarmos os recursos alocados a cada LOA ou mesmo diante do conjunto de outros recursos necessários, além do recurso humano, por exemplo, a capacidade de hospedagens nos quartéis das Organizações Militares, ou assentos disponíveis em voos comerciais. Cabe ressaltar que o resultado corresponderá a 75% da "Meta" vigente para o PPA em curso.

04HC - Atender 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Neste exercício foram firmados convênios com os seguintes municípios da área de atuação do Programa: 19 (dezenove) municípios do ACRE; 34(trinta e quatro) do AMAZONAS; 16 (dezesseis) do AMAPÁ; 52 (cinquenta e dois) de RONDÔNIA: e 14 (quatorze) de RORAIMA, perfazendo o total de 135 municípios. Os projetos desenvolvidos por meio dos convênios atenderam o percentual dentro do total de 379 municípios da área de abrangência, melhorando a infraestrutura, em especial na área de saúde e educação. Os 185 municípios que foram incluídos pela ampliação da área de abrangência para MT e MS não foram inseridos neste cômputo, pois o procedimento de celebração de convênios demanda um tempo de adaptação e carência.

Quantidade alcançada

75 %**Data de Referência**

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data	
Faixa de Fronteira	75	%	75	03/01/2019	

04H9 - Capacitar profissionalmente 31.398 jovens egressos do serviço militar para inserção no mercado de trabalho - Projeto Soldado-Cidadão.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

O Projeto Soldado Cidadão (PSC) oferece aos jovens brasileiros incorporados às Forças Armadas oportunidades de formação complementar que lhes permitam ingressar no mercado de trabalho, após deixarem o serviço militar. O Projeto, ao longo dos anos, vem sendo desenvolvido em todo o território nacional, por meio de convênios e contratos firmados entre os Comandos Militares e entidades, tais como: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE).

A meta prevista para o PPA 2016/19 é de 31.398 jovens profissionalizados. Realizando a divisão proporcional da meta do PPA em 4 anos, a quantidade anual é de 7.850 jovens profissionalizados. Em 2016 os recursos foram liberados parcialmente em duodécimos e no segundo semestre, o que dificultou a execução orçamentária. A previsão em LOA era de R$10.000.000,00 (dez milhões). O valor final repassado para a Ação em todo o ano de 2016 foi de R$4.647.170,00, 46,47% do previsto. Mesmo assim, por esforço da equipe do Projeto e pelas circunstâncias econômicas do País, foram capacitados 8.066 jovens e empenhados 96,70% dos recursos.

Em 2017 as dificuldades foram maiores. Os recursos voltaram a ser liberados em duodécimos, a partir de julho e sofreram cortes ainda maiores. A previsão inicial era de R$ 10.000.000,00 e atingiu no final do ano valor total de R$

2.369.826,60, 23,69% do total. O número de capacitações caiu para 5.747, pouco abaixo da meta anual prevista em

PPA, e a execução orçamentária foi de 96,99% em recursos empenhados.

Em 2018 os valores previstos em LOA foram novamente de R$ 10.000.000,00. O corte foi menor do que em anos anteriores. Foram liberados R$ 7.000.000,00. O corte de 30% foi compensado pela rápida descentralização à ponta da linha, o que ocorreu no mês de março. Com isso, a execução orçamentária atingiu 99,90% de empenho dos recursos, permitindo a capacitação de 12.467 jovens.

O somatório das capacitações realizadas entre 2016 a 2018 atingiu a marca de 26.280. Para alcançar a meta prevista em PPA faltam 5.118 capacitações. A previsão orçamentária para o Projeto em 2019 (LOA/2019) é de R$ 9.000.000,00. As circunstâncias que ajudaram o projeto Soldado Cidadão nos últimos anos talvez não se concretizem em 2019. Esse favorecimento ocorreu devido à crise econômica no país. As Escolas parceiras do Sistema "S" permaneceram ociosas nesse período, com isso, qualquer aquisição de capacitações em número razoável, ocorria o oferecimento de gratuidades. Esse foi o fator determinante para que, mesmo sofrendo redução dos recursos, as metas foram parcialmente atingidas. Com a expectativa da retomada do crescimento econômico, as Escolas do Sistema "S" passarão a ter maior demanda por parte das entidades que as mantêm e o valor das capacitações tendem a ficar mais custosas e as gratuidades a reduzir. Para evitar impactos futuros no Projeto, a coordenação do MD trabalha com o dado médio de

planejamento de R$ 1.440,00 para qualificar um jovem no Projeto Soldado Cidadão.

Quantidade alcançada

26.280 unidades

Data de Referência

28/12/2018

Classificação da meta

Andamento adequado

Medidas a serem adotadas

Adoção de medidas de gestão;

Compatibilização entre a programação orçamentária e financeira e o dimensionamento da meta;

04HD - Formar e capacitar 23.900 profissionais aquaviários. Órgão responsável: Ministério da Defesa

Análise Situacional da Meta

Principais resultados alcançados em 2018

No que se refere à formação profissional Marítimos, dentre os cursos constantes no Programa de Ensino Profissional Marítimo, em 2018, foram formados e capacitados 11.808 alunos, sendo 10.018 aquaviários e 1.790 portuários. Os cursos de formação e qualificação representam, para a maioria dos cidadãos beneficiados, a sua primeira formação técnica para a obtenção de emprego, atendendo aos estados da federação e, para os cidadãos integrantes da comunidade marítima, a possibilidade de ascensão profissional e socioeconômica.

Um total de 33.851 Profissionais Marítimos foi formado no último triênio e a meta planejada foi superada.

Quantidade alcançada

33.851 unidades

Data de Referência

31/12/2018

Classificação da meta

Meta prevista ao final do PPA já alcançada

Medidas a serem adotadas

Sem proposição de Novas Medidas;

Detalhamento das providências a serem tomadas

Não providências a serem tomadas em razão da meta planejada para o final do PPA ter sido superada.

Iniciativas

• **05T6 - Apoio à Realização de Grandes Eventos. Individualizada:** Não

05T7 - Realização de atividades para crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte. Individualizada: Não

05T8 - Apoio a atletas militares em competições esportivas nacionais e internacionais. Individualizada: Não

05T9 - Expansão do monitoramento ambiental e territorial por meio de tecnologia radar. Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

A expansão do monitoramento territorial e ambiental em 2018 foi materializada pela celebração de acordos de cooperação com o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) e com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama). Encontra-se em fase de formalização de protocolos de cooperação com a Agência Nacionalde Águas (ANA), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e o Instituto Chico Mendes de Conservação daBiodiversidade (ICMBio).

O monitoramento territorial possui a atividade principal focada na detecção do desmatamento com radar orbital, cujo ciclo de monitoramento sistemático iniciou em outubro de 2017 e foi concluído em abril de 2018. No período, foram monitorados 241.000 km² mensais, totalizando 1.684.304 km² de imagens adquiridas e analisadas. Tais análises resultaram na detecção de 7.025 polígonos de desmatamento (corte raso), totalizando 1.397,87 km² de área desmatada no período.

O monitoramento ambiental tem por objetivo a geração de produtos e serviços focada no monitoramento do tempo, clima e informações hidrometeorológicas.

Foram geradas 129.334 previsões meteorológicas, 14 previsões climáticas, 5.610 boletins meteorológicos e 14 boletins climáticos.

No sistema de monitoramento hidrológico, foram gerados 1.003 previsões meteorológicas de curto prazo, 46 previsões hidrometeorológicos de longo prazo e 136 relatórios e boletins hidrometeorológicos.

A rede de Estações Meteorológicas de Superfície (EMS) foi expandida em mais quatro estações, totalizando 17 EMSs em operação.

Em 2018, foram concluídos os levantamentos em mais nove municípios, os quais serão incorporados ao sistema

SipamHidro em 2019.

05TA - Aprimoramento do uso da rede de telecomunicação Via Satélite na Amazônia. Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

O Sistema de Proteção da Amazônia conta com uma infraestrutura tecnológica que gera conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações de governo na Amazônia Legal, visando ao desenvolvimento nacional. Entre os principais componentes dessa infraestrutura encontram-se os terminais de comunicação via satélite, que são fundamentais às instituições públicas da Amazônia em áreas carentes de telecomunicações. As principais aplicações dos terminais são: transmissão de voz, dados, vídeo e acesso a sistemas governamentais via Internet. Busca-se um aprimoramento contínuo de uso da rede desses terminais através de aplicações temáticas, ampliação da rede e melhoria da velocidade de acesso.

Nas aplicações temáticas, houve cooperação com a Defesa Civil, por meio de boletins, alertas e previsões meteorológicas geradas a partir dos dados transmitidos pelos terminais de comunicação que integram os radares e estações meteorológicas do Sipam.

A disponibilização de terminais de comunicação via satélite também colabora com o desenvolvimento nacional e as ações governamentais em benefício da sociedade. Alguns exemplos são o apoio ao Cadastro Único para Programas Sociais, a tramitação de processos judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), a integração digital dos Pelotões de Fronteira do Exército Brasileiro e a integração e apoio às operações de campo interagências. Os equipamentos também são empregados em operações desenvolvidas pela Polícia Federal, Forças Armadas, Ibama e de outros órgãos.

Para 2019, está prevista a continuidade da instalação dos módulos aceleradores, iniciado em 2017, que beneficiará mais localidades, com a disponibilização das antenas de maior capacidade. Além disso, os terminais de comunicação permitirão implementar um programa específico para os Pelotões de Fronteira, com transmissões de dados bidirecionais regionais, como imagens, dados meteorológicos e relatórios de inteligência. Isso trará maior eficiência e agilidade, fornecendo, por conseguinte, maior apoio ao planejamento e ao comando do pelotão.

05TB - Apoio a ações humanitárias desenvolvidas na Região de abrangência do Programa Calha Norte. Individualizada: Não

05TC - Apoio a obras de infraestrutura básica e aquisição de equipamentos em benefício das comunidades dos municípios atendidos pelo Programa Calha Norte

Individualizada: Não

05TD - Execução de obras e serviços de engenharia para cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.

Individualizada: Não

05TE - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo. Individualizada: Não

07AN - Promoção do desenvolvimento nacional na faixa de fronteira

Individualizada: Não

07I8 - Fortalecimento da consciência cidadã do estudante universitário, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de municípios com baixo IDH.

Individualizada: Não

Análise Situacional da Iniciativa

No período de 2016 a 2018, o Projeto Rondon viabilizou o fortalecimento da consciência cidadã proporcionado a 2.217 rondonistas, oriundos de 200 universidades estabelecidas em 19 Estados da Federação, contribuindo para desenvolvimento sustentável em 107 municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A prática da parceria com os Estados, os Municípios e o apoio da FAB, no transporte aéreo, mostra-se de grande valia enquanto permite atenuar os efeitos da restrição orçamentária.